



**Poderes, Decisões e Lógicas de Ação Juvenis.  
Um estudo sociológico-organizacional numa  
Associação dos Estudantes em Angola**

Leda Filomena Pedro Gonçalves

**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação







**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Leda Filomena Pedro Gonçalves

**Poderes, Decisões e Lógicas de Ação Juvenis.  
Um estudo sociológico-organizacional numa  
Associação dos Estudantes em Angola**

Tese de Doutoramento em Ciências da Educação  
Especialidade em Organização e Administração Escolar

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Doutora Daniela Andrade Vilaverde e Silva**

fevereiro de 2021

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### ***Licença concedida aos utilizadores deste trabalho***



**Atribuição  
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

## **Agradecimentos**

Começaremos com a frase *Wahapandula, onganga* que na língua nhaneca significa, *quem não agradece é, “bruxo”*.

Ao terminar este trabalho tenho que agradecer a um conjunto de pessoas cujo apoio e disponibilidade tornaram possível esta realização.

Desta forma, e em primeiro lugar agradeço a Deus pelo dom da vida e força prestada para que o trabalho fosse concretizado.

Quero agradecer a Universidade do Minho e em especial o Instituto de Educação pela oportunidade de frequência deste Doutorado.

À Doutora Daniela Silva por acreditar e nunca desistir de mim, criando-me oportunidade de aprofundar meus conhecimentos neste tema importante e também pelo acolhimento disponibilidade e ajuda, abertura e relacionamento ético que sempre imperou na sua vivência. Refiro-me à forma exemplar com que sempre respeitou a minha autonomia criativa, sem nunca deixar de fazer as necessárias correções, de partilhar os seus conhecimentos científicos e de dar as preciosas sugestões que contribuíram decisivamente para a construção, realização e enriquecimento desta investigação.

À Doutora Custódia Rocha por nos ter permitido assistir algumas aulas de Organizações educativas e administração educacional.

Ao Doutor Eugénio Silva pela abertura, partilha e motivação prestada.

À minha mãe por todo apoio, ajuda, estímulo, motivação, amor e inestimável compreensão.

Às minhas filhas Risandra Canepa, Luzia Canepa e Romíriam Canepa, por todo sacrifício prestado.

Ao meu esposo, Ricardo Canepa, pela partilha, dedicação, compreensão, sacrifício, paciência e construção dos melhores momentos da vida.

Às minhas irmãs Isabel Lopes e Suzeth Gonçalves que sempre me apoiaram incansavelmente.

Ao Padre Walter Orlando que diante dos momentos mais difíceis esteve sempre pronto para me ouvir e aconselhar, incentivando-me a prosseguir.

Aos meus familiares e amigos pela presença contínua e profunda que sempre têm na minha vida

Aos meus colegas Francisco Sapilinho e Esmeralda Hifindaca, por me incentivarem a conquistar o doutoramento.

Finalmente a Escola *Ondjuo Yeto*, aos professores, a associação de estudantes e aos alunos, por darem vida e significado a esta investigação.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mas declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## **Resumo**

Entender as lógicas de ação juvenis na sociedade angolana, bem como os poderes e decisões, de uma Associação de Estudantes (AE), constitui hoje uma temática pertinente e atual no campo da sociologia das organizações do ponto de vista dos modelos burocrático, político e de ambiguidade de análise organizacional. Em toda e qualquer organização há diversidade de interesses que os membros que a constituem perseguem de variadíssimas formas. O nosso estudo tem como objeto principal a AE que tem como política organizacional, defender os interesses dos estudantes da Escola *Ondjuo Yeto* e compreender o seu funcionamento no contexto da Escola, nomeadamente os jogos de poder mobilizados pelos atores organizacionais. Em Angola, poucos estudos foram realizados em prol do associativismo Estudantil. No entanto, é necessário conferir importância à participação estudantil e à educação para a democracia e conhecer a intervenção das associações de estudantes na representação e defesa dos interesses dos alunos e na gestão democrática das escolas. Definiu-se como perguntas de partida as seguintes: De que modo a participação e o envolvimento dos alunos através da Associação de estudantes promove a gestão democrática da Escola *Ondjuo Yeto*? Quais os poderes, estratégias e lógicas de ação que são mobilizadas na relação entre a associação de estudantes e os órgãos de direção e gestão da Escola *Ondjuo Yeto*? Os processos de tomada de decisões dos estudantes da Associação dos estudantes resultam de alianças/negociações ou conflitos entre os diferentes atores decorrentes de uma heterogeneidade de lógicas de ação? Para respondermos a estas questões, o método que privilegiamos para esta investigação, foi o estudo de caso – a escola e a Associação de estudantes da Escola *Ondjuo Yeto* e recorreremos às técnicas qualitativas como entrevistas, conversas informais, observação e análise documental. A partir destas questões determinou-se que, a *participação* e o *envolvimento* dos alunos através da Associação de Estudantes, ainda são muito precários, atendendo ao processo de tomada de decisões que são deliberadas verticalmente no contexto da escola, aproximando esta relação de uma burocracia com pinceladas de *anaquia organizada*. As lógicas de ação primam fundamentalmente pela imposição por se observar alguma tendência dos órgãos de gestão imporem a vontade própria na AE instrumentalizando o facto de não existirem regulamentos, estatutos ou outros documentos da AE.

Palavras-Chave: Associação de Estudantes e Escola, Decisões, Poderes.

Young people powers, decisions and logics of action.

A sociological-organisational study within a Students Association in Angola.

### **Abstract**

To understand the logic of action of youth in Angolan society, as well as the powers and decisions of Students Association (SA), is today an important and up-to-date thematic within the sociology of organisations field from the point of view of bureaucratic, political and of an organisational analysis ambiguity models. In all and in any organisation, there is a diversity of interests that the members of it pursue in various ways. Our study's main goal is a SA that has as its organisational policy to defend the interests of students from *Ondjuo Yeto* School and to understand its functioning within school context, namely power games done by organisational actors. In Angola, there are only a few studies concerning student association. However, it is necessary to give importance to students' participation to education for democracy and to know the students' associations interventions in representing and defending the students' interests and in schools' democratic management. The following starting questions were defined: In what way the participation and involvement of students through a students' association promotes a democratic management of *Ondjuo Yeto* School? Which powers, strategies and logics of action are mobilised in the relationship between the students' association and management and administration bodies of *Ondjuo Yeto* School? Do the processes of decisions making of students from the students' association result from alliances/negotiations or conflicts between different actors due to a logic of action heterogeneity? To answer these questions, the method we chose for this investigation was the case study- a school and a students' association from *Ondjuo Yeto* School, using qualitative technics such as interviews, informal talks, observation and documents analysis. From these questions, it was determined that students' *participation* and *involvement* are precarious, concerning decisions making process that are deliberately vertical within school context, nearing this relationship to a bureaucracy with a stroke of *organised anarchy*. The logics of action are, fundamentally, by imposing, observing some of the management bodies tendency to impose their own way into SA, by the fact of non-existing regulations, status or other documents from the SA.

Keywords: Decisions, Powers, Students' Association and School.



## Índice

<i>Licença concedida aos utilizadores deste trabalho</i> .....	II
Agradecimentos.....	III
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	IV
Resumo.....	V
Abstract.....	VI
Introdução.....	1
CAPÍTULO I. Democracia e Participação .....	7
I Parte .....	7
1.1. A Democracia.....	13
1.2. A Cidadania.....	15
1.3. Democracia Participativa- Descentralização.....	18
1.3.1. A Gestão Educacional Democrática .....	23
1.4. Gestão Democrática e Participação.....	27
1.4.1. A Participação na Escola.....	33
1.4.2. Gestão Democrática das Escolas.....	39
1.4.3. A Gestão participativa .....	45
1.5. A Participação na tomada de decisão na escola .....	46
1.5.1. Democracia Participativa e Participação .....	48
1.6. Tipologias de Participação .....	58
1.6.1. Democraticidade.....	60
1.6.2. Regulamentação .....	61
1.6.3. Envolvimento .....	63
1.6.4. Participação ativa .....	63
1.6.5. Orientação .....	65
1.6.6. Participação Alienativa.....	66
1.6.7. Participação Calculista .....	66
1.6.8. A Participação Discente .....	72
II Parte - Legislação sobre a Educação no novo milénio em Angola (2000-2020).....	75
1.7. Políticas do Ensino em Angola .....	77
1.8. A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino.....	80
1.8.1. Caracterização do sistema Educativo Angolano .....	91
1.8.2. Organização do Sistema de Educação e Ensino .....	92

1.8.3. Lei das Associações Angolanas .....	96
1.9. Lei das associações Agolanas .....	99
CAPÍTULO II. Modelos de Análise Organizacional.....	104
2.1. A sociologia das organizações.....	104
2.1.1. Conceito de Organização.....	109
2.1.2. Especificidades das organizações.....	113
2.2. Modelos de análise organizacional .....	121
2.2.1. O modelo burocrático Webariano.....	121
2.2.1.1. Tipos de autoridades de Max Weber .....	121
2.3. A escola como organização burocrática.....	132
2.3.2 Potencialidades e limitações do modelo burocrático .....	138
2.4. O modelo político de análise Organizacional .....	142
2.4.1. Interesses.....	143
2.4.2. Conflitos .....	144
2.4.3. Estratégias.....	147
2.4.4. O Poder.....	150
2.5. Tipologias de Poderes.....	151
2.5.1. O Poder do Professor na organização escolar .....	154
2.5.2. Tipologias das Bases de Poderes do professor.....	154
2.5.3. Poder Físico.....	155
2.5.4. Poder material ou remunerativo .....	155
2.5.5. Poder Normativo.....	156
2.5.6. Poder Cognoscitivo .....	157
2.5.7. Poder Pessoal.....	157
2.5.8. Poder de autoridade.....	158
2.5.9. O Poder por Influência .....	158
2.5.10. O Poder <i>informal</i> dos alunos nas organizações escolares .....	161
2.6. Modelo da Ambiguidade .....	169
2.7. O Associativismo Estudantil no interior da Escola Secundária Portuguesa- concepções organizacionais.....	179
2.7.1. Concepções de Associativismo Estudantil.....	197
2.7.2. Juventude e valores .....	198
2.7.3. Juventude e Escola .....	199
2.8. Lógicas de ação Organizacional .....	203

2.8.1. A ação social-dimensão conceptual .....	209
2.9. Proposta para o quadro teórico conceptual da AE .....	216
2.10. Narrativa das Lógicas Burocrática, Política e da Ambiguidade.....	217
2.10.1. Lógica Burocrática.....	217
2.10.2. Lógica Política .....	221
2.10.3. Lógica da Ambiguidade .....	226
CAPÍTULO III. Metodologia de Investigação .....	230
3.1. Metodologia Qualitativa e Quantitativa .....	231
3.2. Método de Investigação - O Estudo de caso.....	236
3.2.1. Estudo de Caso .....	238
3.3. Técnicas de Investigação .....	241
3.3.1. Análise Documental .....	242
3.3.2. A Entrevista .....	246
3.3.3. Observação.....	256
3.3.4. Conversas informais .....	262
CAPÍTULO IV. Apresentação e Análise dos Dados.....	266
4.1. A Escola <i>Ondjuo Yeto</i> e sua caracterização .....	266
4.2. Caracterização da Escola <i>Ondjuo Yeto</i> .....	270
4.2. Historial da Associação de Estudantes da Escola <i>Ondjuo Yeto</i> .....	273
4.3. A Associação de estudantes <i>Ondjuo Yeto</i> de Angola – uma organização <i>p’ra Valer</i> .....	276
4.3.1. A génese da associação do ponto de vista dos alunos.....	278
4.3.2. A génese do ponto de vista dos professores .....	280
4.3.2.1. A Importância da Associação de Estudantes.....	280
4.4. A Estrutura e organização da Associação .....	288
4.4.1. Documentos .....	288
4.4.2. Estrutura sob o ponto de vista dos alunos .....	289
4.5. Estrutura da AE sob o ponto de vista dos Professores.....	305
4.5.1. O Papel da AE.....	313
4.5.2. O papel da AE sob o ponto de vista dos alunos.....	313
4.5.3. O papel da AE sob o ponto de vista dos Professores .....	314
4.6. A Participação Estudantil .....	322
4.6.1. A Participação sob o ponto de vista dos alunos.....	322
4.6.2. Plano de atividades .....	323
4.6.3. A importância da AE sob o ponto de vista dos professores .....	326

4.7. Relação AE/Órgãos de Gestão .....	336
4.7.1. A Relação da AE com os professores.....	341
4.8. Tensões e Lógica Burocrática, Política e da Ambiguidade com a realidade empírica.....	355
4.8.1. Papel da Escola .....	356
Conclusão .....	360
Referências Bibliográficas .....	371
Legislação .....	382
Apêndices .....	383

## **Siglas e Abreviaturas**

A – Alunos

AE – Associação de Estudantes

AJ – Associativismo Juvenil

ANGOP- Agência de Notícias de Angola Press

CANFEU - Campo Nacional de Férias dos Estudantes Universitários

CD – Conselho Diretivo

CP – Conselho Pedagógico

D – Diretor

EUA- Estados Unidos da América

G – Grupo

INEA – Instituto Nacional de Estatística de Angola

JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

L. B.S.E – Lei de Bases do Sistema de Ensino

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

OPJ – Organizações Partidárias da juventude

P – Professor

PA – Professor Alfa

TPA – Televisão Pública de Angola

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Proposta de um modelo integrado da articulação entre <i>papeis e critérios</i> para a análise das práticas de participação dos pais\encarregados de educação .....	69
Quadro 2 - Proposta de um modelo integrado da articulação entre <i>papéis e critérios</i> para a análise das práticas de <i>não participação</i> dos pais/encarregados de educação.....	70
Quadro 3 - Legislação do Sistema Educativo Angolano .....	78
Quadro 4 - Lei nº13/01 de 31 de Dezembro Lei de Bases do Sistema de Educação.....	91
Quadro 5 - Lei nº17/16 de 7 de Outubro Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino Angolano ..	92
Quadro 6 - Lei nº 14/91 de 11 de Maio- Código Civil Angolano .....	96
Quadro 7 - Proposta teórico- conceptual para a análise organizacional da escola de L. Lima .....	213
Quadro 8 - Proposta teórico- conceptual.....	228
Quadro 9 - Atributos de los paradigmas cualitativo y cuantitativos.....	235
Quadro 10 - Documentos Observados.....	244
Quadro 11 - Entrevistas individuais aos professores .....	251
Quadro 12 - Entrevistas individuais a alunos .....	252
Quadro 13 - Entrevistas em grupo aos alunos .....	254
Quadro 14 - Quadro da Observação .....	259
Quadro 15 - Síntese Conversas Informais.....	263
Quadro 16 - Síntese da génese da associação de estudantes .....	283
Quadro 17 - Síntese da estrutura e organização da Associação.....	307
Quadro 18 - Síntese da caracterização da AE.....	316
Quadro 19 - Síntese da Participação Estudantil .....	328
Quadro 20 - Síntese da Relação AE/Órgãos de Gestão .....	347
Quadro 21- Análise de conteúdo das entrevistas aos professores 1 e 2 .....	571
Quadro 22 - Análise de conteúdo das entrevistas aos professores 3 e 4 .....	575
Quadro 23 - Síntese das entrevistas à professores 5 e 6.....	578
Quadro 24 - Análise de conteúdo das entrevistas aos professores 7 e 12 .....	581
Quadro 25 - A nálise de conteúdo das entrevistas aos professores 8 e 9 .....	584
Quadro 26 - Análise de conteúdo das entrevistas aos professores 10 e 11 .....	587
Quadro 27- Análise de conteúdo das entrevistas aos professores 13 e 14 .....	590
Quadro 28 - Análise de conteúdo da entrevista para o Diretor e o professor Alfa .....	594
Quadro 29 - Entrevistas aos alunos.....	602

Quadro 30 - Entrevistas em grupo aos alunos. Grupos 3 e 4 .....	620
Quadro 31 - Entrevistas em-grupos aos alunos. Grupos 5 e 6.....	635
Quadro 32 - Entrevistas em grupos aos alunos. Grupo 7 e 8 .....	648
Quadro 33 - entrevistas em-grupos aos alunos. Grupo 9.....	663
Quadro 34 - entrevistas individuais dos Alunos AX1 e Aluno AX50 .....	674
Quadro 35 - entrevista individual ao Aluno AX30 .....	681
Quadro 36 - Observação constatada .....	687
Quadro 37 - Conversas informais.....	691

## **Lista de Figuras**

Figura 1 - Mapa de Angola .....	267
Figura 2 - Cartograma- Municípios, Comunas e localidades do Cunene, 2014 .....	268
Figura 3 - Organograma da escola Ondjuo Yeto .....	271



## Introdução

Sendo a escola um estabelecimento de ensino e aprendizagem situada num determinado espaço geográfico, esta é considerada como uma organização com seus princípios, objetivos e aspirações, ocupando um lugar central na sociedade e apresentando como função primordial, contribuir no processo educativo das crianças, jovens e adultos que diariamente buscam nela conhecimentos e aprendizagens para o seu desenvolvimento a nível pessoal, a nível da melhor inserção no mundo social e no mundo do trabalho. É, desta que, podemos considerar que em Angola, com o alcançar da independência, o governo Angolano assumiu a responsabilidade de dotar o país de estruturas necessárias para o exercício da soberania voltada à nova realidade do País, no seio da instituição escolar.

É, por esta razão, que apresentando as suas próprias características, ritmos, ritos, linguagem, modos de regulação, regime próprio de produção e gestão, encaramos as escolas angolanas como organizações bastante complexas, por se desenvolverem também outras atividades de carácter social. As escolas são concebidas, para além das atividades de ensino e aprendizagem que ali se efetuam, como locais de socialização onde se adotam mecanismos de trabalho, capazes de englobar todos os envolvidos criando, deste modo, uma gestão onde todos se sintam responsabilizados, o que de um certo modo contribuirá para o progresso da mesma organização.

Regista-se uma combinação de vários tipos de educação – a educação formal presente no processo de ensino aprendizagem e a educação não formal inscrita em atividades de carácter mais social.

No nosso trabalho, investigamos uma Associação de Estudantes no contexto de uma Escola de Formação de Professores que designamos de *Ondjuo Yeto*.

Nesta perspetiva, consideramos que a Associação dos Estudantes faz parte integrante da Escola *Ondjuo Yeto*<sup>1</sup>, onde vamos desenvolver a investigação. Esta Associação não surge espontaneamente, é estabelecida com um propósito claro de cumprir certas finalidades, razão pela qual procuramos perceber as práticas associativas, o modo de organização e administração da escola, bem como a atuação dos órgãos de gestão da escola diante da AE.

A necessidade do estudo do associativismo Estudantil em Angola, principalmente no que confere ao ensino secundário, torna-se cada vez mais pertinente, por se tratar de uma organização existente em quase todas as escolas secundárias angolanas. Mas, atendendo o seu ritmo de atuação

---

<sup>1</sup> Nossa casa, na língua nhaneca muila, Angola.

que prima fundamentalmente por um agir com rumo “incerto” pelo fraco enquadramento jurídico - formal, o seu estudo é fundamental. Outra motivação da escolha do tema é justificada pelo facto da escola ser constituída por um empreendimento humano “organizado”, na sua maioria jovens, com as suas políticas e culturas estabelecidas, que suscita a vontade de conhecer a fundo: o modo de funcionamento da associação de estudantes, a participação dos estudantes na construção da gestão democrática da escola bem como as suas lógicas de ação. Por ser uma organização com um carácter indispensável nas escolas, o seu estudo torna-se essencial para a compressão do *modus vivendi* da organização escolar. A escola pode e deve desempenhar um papel importante, não só na formação cultural dos alunos, como também na formação do seu próprio comportamento moral e social. Por fim, outro motivo prende-se com razões de natureza pessoal e científica, nomeadamente, o nosso interesse pessoal na temática sobre o associativismo estudantil, o qual reside no estudo dos poderes, decisões e lógicas de ação juvenis, pelo facto de estarmos ligados à docência há mais de dez anos, concretamente no I e II Ciclos do Ensino Secundário em três escolas diferentes e observarmos inúmeras dificuldades relativas ao associativismo estudantil.

Desta feita, para o estudo do associativismo estudantil na escola *Ondjuo Yeto*, foi necessário obter conhecimentos e adquirir uma *visão* oficial e normativa dos fenómenos associativos existentes, partindo da atuação dos órgãos de gestão da escola diante dos alunos da Associação de Estudantes (AE), que são o objeto da nossa investigação. Só conhecendo o modo de atuação dos órgãos de gestão da escola poderemos encontrar respostas para as questões por nós levantadas no início do nosso estudo, que se basearam fundamentalmente em: a) perceber de que modo a participação e o envolvimento dos alunos através da Associação de estudantes promove a gestão democrática da Escola *Ondjuo Yeto*? b) Quais os poderes, estratégias e lógicas de ação que são mobilizadas na relação entre a associação de estudantes e os órgãos de direção e gestão da Escola *Ondjuo Yeto*? c) Os processos de tomada de decisões dos estudantes da Associação dos estudantes resultam de alianças/negociações ou conflitos entre os diferentes atores decorrentes de uma heterogeneidade de lógicas de ação?

Estas perguntas levantadas permitiram obter uma ideia do funcionamento da AE diante da atuação dos órgãos de gestão da escola. Como objetivos da investigação definimos os seguintes objetivos gerais: i) compreender a articulação entre o *plano das orientações para a ação* e a ação da Associação de Estudantes da Escola *Ondjuo Yeto*; ii) analisar a participação dos estudantes identificando as suas lógicas de ação, e iii) compreender as relações existentes entre a associação dos estudantes e os órgãos de direção da escola, iv) identificar e conhecer os poderes e influências da

associação dos estudantes. Como objetivos específicos, construímos os seguintes: i) identificar e compreender os fatores que inibem ou favorecem a participação dos estudantes na escola; ii) identificar as diferentes formas de participação dos estudantes; iii) conhecer as relações da associação dos estudantes com os órgãos de direção e gestão da escola; iv) analisar as atividades da associação dos estudantes, tendo em conta as suas lógicas de ação, v) identificar as lógicas de ação juvenis dos alunos da escola e da associação de estudantes.

Com a definição destes objetivos, pretendemos tornar mais fácil e procurar compreender a participação da AE na escola, o modo como é exercida a democracia na escola, bem como identificar características da burocracia do modelo político e da ambiguidade que várias vezes rodeiam a AE. Durante a temporada que acompanhamos a associação de forma intensiva e sistemática, constatamos que muito ainda se precisa trabalhar para que a AE se torne verdadeiramente num associativismo estudantil. Estudar a participação e envolvimento da AE no palco escolar, as suas lógicas de ação, o seu papel na relação com a escola e com os órgãos de direção e gestão, surge como uma necessidade de análise através do recurso aos modelos organizacionais.

A estrutura da tese é a base fundamental na qual se assentará todo o trabalho a ser desenvolvido na investigação. Tomando em consideração os objetivos preconizados para o presente estudo, a tese encontra-se estruturada em quatro capítulos, os quais destacaremos em seguida.

No nosso estudo investigativo, a democracia e participação têm sido consideradas como categorias centrais, e são concebidos como elementos fundamentais da estruturação do associativismo estudantil. Neste sentido, no primeiro capítulo abordamos temas referentes à democracia e participação. Estes conceitos são fatores determinantes em todos os sectores da vida social, por se tratarem de um “governo” baseado não simplesmente nos ideais de quem governa ou dirige, mas pondo em destaque a “liberdade” dos liderados para que de alguma forma possam interagir, mostrando os seus anseios e motivações. É, desta forma, que concebemos a liberdade como um assunto a ter em consideração quando estamos diante do fator participação.

Mas também afirmamos que a nossa investigação incidiu concretamente em assuntos como a participação discente na associação de estudantes, a organização e a administração da escola em questão, o poder dos alunos, e o estudo das suas representações junto dos órgãos de gestão da escola bem como a cidadania, democracia participativa-descentralização, a gestão educacional democrática, bem como as tipologias de participação; para dar sentido ao capítulo. Concebemos este capítulo, porque nele encontramos todo um leque de conteúdos que sustentarão maioritariamente e servirão de

mote para o desenrolar da nossa investigação. A escolha deste tema, foi motivado por se tratar de um tema atual e pertinente nas escolas angolanas para a caracterização da associação de Estudantes.

Por outro lado, por se tratar de um tema que pouco ou quase nada se *fala*, nas escolas secundárias angolanas, fundamentalmente nas associações de estudantes e também julgamos que a necessidade de conhecê-los e analisá-los cada vez mais seja importante.

Achamos também pertinente abordar na II parte deste capítulo aspetos referentes à legislação educacional Angolana de modo a enquadrarmos do ponto de vista legislativo a problemática do nosso estudo. Deste modo seleccionamos: a legislação sobre a educação no novo milénio em Angola (2000-2020), as políticas de ensino em Angola e a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Consideramos importante o conhecimento das leis que regem o nosso sistema educacional angolano, de modo à realização do enquadramento da escola onde desenvolvemos o nosso estudo.

Contudo, afirmamos que é fundamental conferir importância à participação estudantil, bem como a educação para a democracia, de modo a possibilitar o reconhecimento, a regulamentação, a intervenção da AE diante de seus anseios e aspirações.

É fundamental concebermos importância ao estudo dos modelos organizacionais. Assim, concebemos estes temas nesta investigação, na medida que estes nos forneceram instrumentos para a consistência teórica do nosso trabalho.

O nosso estudo centra-se no campo da sociologia das organizações, onde iremos privilegiar o modelo burocrático, o modelo político e o modelo de ambiguidade. A partir destes modelos procuramos interpretar a Associação dos Estudantes, os poderes que são mobilizados pelos diferentes atores do palco escolar, mas também dos diferentes procedimentos a que é submetida a AE na tomada das suas decisões, bem como o modo de funcionamento a que está sujeita e, finalmente, o modo de participação e autonomia a que os alunos são submetidos.

De forma mais detalhada, afirmamos que a escolha do modelo burocrático-racional teorizado por Max Weber, inspirando outros autores a prosseguirem com as suas investigações, foi mobilizado no nosso estudo, por ser uma dimensão essencial no estudo das organizações, visto que a burocracia está presente de forma ampla em quase todas as organizações modernas.

A importância deste modelo também se prende com o facto de que na escola, no geral, uma das principais características da estrutura diretiva da escola em estudo é a total dependência de múltiplas normas e regulamentos definidos pelo Ministério da Educação – Luanda, a nível do País. Todas as atividades escolares diárias são o reflexo de alguma norma, definida em diferentes documentos, a nível das instâncias superiores do sistema educativo no contexto de uma administração

centralizada. Neste sentido, a escola como organização formal e complexa, possui suas hierarquias, regras formais e estruturas as quais usa para o seu funcionamento. É assim que podemos até considerar que a associação de estudantes caracteriza-se por formalismos e as práticas de ações consideradas tradicionais e ultrapassadas, que tem impacto na Associação de Estudantes.

O estudo do modelo político também é essencial para a análise de determinados fenómenos sociais, de entre eles salientamos o *conflito, o interesse, o poder, a mudança, as estratégias e as táticas*. Mas por se tratar de uma associação caracterizada por influências e subordinações, raras vezes, ou mesmo quase nunca se constatou o conflito, pelas ausências de interesses divergentes explícitos.

O modelo da ambiguidade é caracterizado por apresentar uma organização com muita vulnerabilidade a situações vindas do exterior desvendando e focalizando a *participação fluida* dos actores escolares onde as incertezas, dúvidas e até mesmo imprevisibilidades vividas em organizações são os principais aspetos que as distinguem de outros modelos. Selecionamos para o nosso estudo, por se tratar de uma AE, onde “tudo poder acontecer”, pela falta de clareza no que diz respeito ao seu modo de funcionamento, visto que este prima fundamentalmente em trabalhar no “vazio”, sem documentos como estatutos, regulamentos que os possam guiar no exercício de suas atividades e que muitas vezes a ausência destes, os posiciona em situação incerta, sendo o seu modo de atuação, semelhante ao de uma *anarquia organizada*, onde mesmo diante desta aparente “desorganização”, funciona.

O terceiro capítulo faz referência às metodologias de investigação que representam o conjunto de *caminhos* utilizados para a condução da nossa investigação e que ajudaram a tomar um rumo e dar sentido o nosso estudo. Optamos como método de investigação o estudo de caso. Neste capítulo, abordamos temas como: metodologia qualitativa e quantitativa, método de investigação – o estudo de caso, técnicas de investigação de entre as quais destacamos a análise documental, entrevista, observação, conversas informais.

Concebemos este capítulo, pois achamos indispensável para a execução de qualquer investigação, procurar conhecimentos com o intuito de conhecer para certos problemas levantados através dos métodos selecionados. Mas também afirmamos que desenrolamos um processo sistemático, onde foram recolhidos dados a partir de um plano previamente estabelecido, por intermédio de entrevistas em grupo, efetuadas a: 49 alunos de todos os turnos, 3 entrevistas individuais aos alunos concorrentes das últimas eleições da associação de estudantes, 15 entrevistas a professores e 1 entrevista ao Diretor da Escola, num total de 68 entrevistados. Realizamos observações não participante à visita dos alunos ao Mbembwa, a recolha de donativos para acudir os sinistrados

das cheias em Caconda, a visita dos alunos ao Ondjila, a recolha de donativos para acudir as crianças internadas no hospital geral local, o encerramento do ano letivo 2017, a eleição à presidência para a associação de estudantes (AE) no meado do mandato de 2017, a preparação para as festividades do dia do Fundador da Escola, a preparação para o encerramento do ano letivo 2018, a elaboração do plano de atividades da AE pelo coordenador das atividades extraescolares, o espaço de funcionamento da AE, a visita da ministra da Educação à Escola *Ondjuo Yeto*, a preparação para o batismo dos caloiros e o batismo dos caloiros.

Também analisamos documentos como programas de atividades da AE (2015) e o Organograma da escola, Regulamento Interno da escola, fotografias sobre a conjuntura existente entre as atividades da AE e a direção das atividades extraescolares, o Estatuto do Subsistema de Formação de Professores (Decreto Presidencial 109/11 de Maio), proposta de Estatuto da AE e o Estatuto da carreira dos Agentes de Educação (Decreto Presidencial nº 160/18 de 03 de Julho). E, por fim, tivemos conversas informais com 5 estudantes de entre eles o presidente e o vice-presidente da AE e o professor coordenador das atividades extraescolares.

Desta feita, concebemos também este capítulo, pois que sem a sua existência seria impossível chegarmos às conclusões, atendendo que todo um processo investigativo de qualquer forma está sujeito a incorporar os métodos, bem como as suas técnicas as quais poderão guiar o processo, assim como a obtenção dos resultados.

Finalmente, o quarto capítulo faz referência a apresentação e discussão dos dados da investigação, procedendo à sua apresentação, compreensão e discussão à luz das teorias e resultados de estudos de outros autores. É um capítulo essencial para o nosso estudo, por permitir responder às perguntas de partida e apresentar os dados de investigação recolhidos. Deste modo, abordamos temas como a associação de estudantes da escola em estudo, de modo a percebermos o seu historial, partindo de aspetos como a sua génese, importância, estrutura e organização. Mobilizamos dados fornecidos por intermédio das entrevistas à luz dos conceitos de vários autores, bem como a análise e apreciação que fazemos em volta dos resultados para chegar às conclusões desta investigação.

## **CAPÍTULO I. Democracia e Participação**

### I Parte

Neste Capítulo daremos primazia à análise da participação dos dirigentes associativos nos processos de tomada de decisão das escolas. Por isso, o estudo do modelo (micro) político é fundamental, de modo a contribuir para a análise dos processos de lutas em termos de negociação referentes à tomada de decisão da escola. A questão dos direitos do homem, é uma temática fundamental e a sua análise clara e pormenorizada é essencial para a cidadania, por isso, tendo em consideração o estudo efetuado por T. H. Marshall (1967:63) a cidadania é composta por três áreas: *civil, a política e a social*. O autor sustenta que “o elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça” Já o *elemento político* da cidadania, entende “o direito de participação no exercício do poder político como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo” (*ibidem*). O *elemento social* da cidadania refere-se “a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar económico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (*ibidem*).

Na esteira do que foi exposto, podemos afirmar que os direitos aqui mencionados relacionam-se uns com os outros e que estes não podem somente serem analisados de forma *individual*, mas julga-se também ser imprescindível serem analisados de forma de *grupo*. É, desta forma, que antigamente estes estavam fundidos num só, fazendo com que houvesse confusão para a sua distinção, dado a aglomeração das instituições. A separação destes foi outro aspeto considerado essencial para as instituições, atendendo que daí, “duas consequências importantes se seguiram. Primeiro, quando as instituições, das quais os três elementos da cidadania dependiam, tornou-se possível para cada um seguir um caminho próprio, viajando numa velocidade própria sob a direção de seus próprios princípios peculiares” (*ibidem:65*).

Nesta linha de pensamento, podemos considerar que a cidadania e a democracia são conceitos que complementam-se, razão disso é que Lobo *et al*, (2013:14) afirmam que “a cidadania que percebemos depende pois também da forma como encaramos o modo de funcionamento da democracia”.

Já Jerónimo & Vink fazem uma análise em torno do conceito cidadania e enfatizam as diferentes formas de cidadania as quais foram usadas e destacam alguns termos nos quais estão ideias importantes para uma melhor compreensão do conceito como: “as ideias de participação, reconhecimento, pertença,

responsabilidade, direitos e deveres” (Jerónimo & Vink, 2013:23). Os autores continuam alegando que o importante é “não perder de vista que a cidadania no seu sentido mais comum e mais imediatamente mais relevante para a vida das pessoas, continua a ser um estatuto jurídico que liga os seus titulares a uma dada comunidade política estadual e que tem associados direitos e deveres específicos” (*ibidem*:23).

Atendendo à especificidade que o termo nos apresenta, é de salientar que “a cidadania é necessariamente limitada a um grupo definido de pessoas que são identificadas como membros da comunidade política” a razão disso é que “podemos discutir a justiça dos critérios de acesso ao estatuto, mas, enquanto sinal de pertença a uma comunidade política, a cidadania não pode deixar de estabelecer uma fronteira entre *nós* e os *outros*” (*ibidem*:24). Neste sentido, “é a qualidade de membro que justifica a atribuição dos cidadãos de iguais direitos civis, políticos e sociais. *Pertença e direitos*, apesar de diferentes aspectos do conceito de cidadania são duas faces da mesma moeda e não podem ser separados na prática” (*ibidem*). Mas importa salientar que, “se a cidadania for um estatuto meramente nominal destituído de qualquer conteúdo específico (pertença sem direitos) ou se todos os direitos de cidadania puderem ser gozados também pelos não cidadãos (direitos sem pertença) a cidadania deixa de ter sentido” (*ibidem*:24). Por outro lado, pautando por uma definição de cidadania e pelo que já nos foi revelado pelos mesmos autores, pode-se formular um conceito que o possa caracterizar. Assim sendo, “a cidadania significa sempre a qualidade de membro de uma comunidade política e a titularidade de um conjunto de direitos” (Jerónimo & Vink, 2013:24). Outra teoria concebida pelos mesmos autores em torno do mesmo conceito, salienta a ideia da *cidadania como qualidade de membro de uma comunidade política*, na qual os autores clarificam que “Na sua aceção moderna, a cidadania constitui o vínculo jurídico existente entre uma pessoa e um Estado, reflexo da circunstância de essa pessoa estar, por uma «genuína comunhão de vida, interesses e sentimentos», mais ligadas à população do Estado que lha confere do que à de qualquer Estado” (*ibidem*:25). Numa perspetiva mais Estatal, pode-se afirmar que “a cidadania constitui, antes de mais, o estatuto jurídico primário, a fonte de onde decorrem todos os seus direitos e deveres perante o Estado, razão pela qual é frequentemente referida como «o direito a ter direitos»” (*ibidem*:26). Mas segundo a análise efetuada pelos autores, os *direitos e deveres* que o Estado reserva para os seus membros, não são os elementos determinantes para que se possa efetivar a sua importância, mas que

“o seu valor simbólico e afectivo mantém-se praticamente inalterado, o que se compreende atenta a associação ainda muito comum entre cidadania e prática [...] e a percepção de que a relação do cidadão com o seu Estado continua a ser, em boa medida, uma relação de lealdade e protecção, traduzida exemplarmente na circunstância de o Estado de que somos



cidadãos ser o país a que sabemos poder regressar sempre, por mais que a vida nos leve a fixar residência noutros lugares” (*idem:26*).

Tendo em consideração os *direitos de cidadania* a que todo o indivíduo como pessoa deve possuir, num determinado Estado, dois conceitos fundamentais estiveram na origem do conceito de cidadania. Trata-se dos conceitos desenvolvidos pelos *atenienses* que definem a *cidadania* como “a capacidade e o dever de participar activamente na determinação dos destinos da comunidade, através do voto e do desempenho de cargos públicos” e a concepção *jurídica da Roma imperial* que define a *cidadania* como “um estatuto formal (com direitos e deveres associados) reconhecidos a todos os membros da comunidade política qualquer que seja a dedicação que estes votem aos assuntos públicos” (Jerónimo & Vink, 2013:38). Todavia, estas concepções diferem da concepção atual de cidadania.

Do que foi referido uma situação bastante fundamental e tendo em consideração os *direitos de cidadania e os direitos humanos* é importante salientar, que “se os direitos humanos são devidos a todos os indivíduos em virtude da sua humanidade, é de esperar que sejam acessíveis a todos de forma igualitária, independentemente do lugar onde nasçam ou residem” (*ibidem:40*).

Nesta base de ideias, N. Bobbio destacou-se em suas abordagens quando afirmava que “o problema grave do nosso tempo com relação aos direitos do homem, não era mais de fundamentá-lo, mas sim o de protegê-lo”(Bobbio, 1992:25). Atendendo que vários foram os discursos para se saber quantos são, qual a sua natureza, bem como o seu fundamento entre outros, o que importa, desde já, é saber, como nos revela o autor “qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados” (*ibidem:25*). Após aplicação prática destes direitos inerentes ao homem, percebe-se logo que, desta forma, se implementa a democracia com maior impacto. Assim, ao se pensar em democracia, deve-se também ter presente que a mesma “não goza no mundo de uma saúde propriamente excelente e, de resto, isto é coisa de que nunca gozou também no passado; tal não significa, porém, que esteja com os pés para a cova” (Bobbio, 1988:9). Os conceitos atribuídos à democracia podem variar de autor a autor, mas ao abordarmos em torno da questão como tal, devemos logo pensar nos aspetos fundamentais, que quer queiramos ou não, estes são indispensáveis para que se caracterize. Neste caso, estamos diante da “visibilidade ou transparência do poder” como nos esclarece (Bobbio, 1988:11). A democracia apresenta tamanha importância por esta vir a destruir definitivamente a forma rígida a qual muitos governos geriam seus governados. Mas como nos adverte o autor ao fazer referência a certos casos de democracia, “enquanto a presença de um poder invisível corrompe a democracia, a existência de grupos de poder que actuam obedecendo ao princípio de eleições

livres, continua a ser, pelo menos até hoje, a única forma em que a democracia encontra a sua atualização concreta” (*ibidem*:12). Assim, o autor ao definir o regime democrático, entende que é “um conjunto de regras processuais no que diz respeito à formação das decisões coletivas, prevendo e facilitando a participação mais ampla possível dos interessados” (*ibidem*:13). Dois aspetos fundamentais são indispensáveis na opinião do autor, pelo facto das mesmas apresentarem as duas faces da mesma moeda: *o direito e o poder* são assim designados porque “só o poder pode criar direito e só o direito pode limitar o poder” (*ibidem*:14). Nesta ótica, o autor diferencia dois tipos de Estados “despótico que é o tipo ideal de estado que se coloca do ponto de vista do poder; no extremo oposto, temos o Estado democrático, que é o tipo ideal de Estado que se coloca do ponto de vista do direito” (*ibidem*).

Parte-se também do pressuposto de que “o único modo de nos entendermos quando falamos de democracia por oposição a todas as formas de governo autocrático, é considerarmos que ela caracteriza-se por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões coletivas e mediante que *processos*” (*ibidem*:23). É, neste âmbito, que se pode afirmar que independentemente da situação a que qualquer grupo se encontrar, deve tomar suas próprias decisões (individuais) para o benefício comum e, deste modo, garantir a sua própria sobrevivência. As regras vêm a se tornar uma ferramenta essencial na tomada de decisões dentro de um determinado grupo para que não se fomente a anarquia<sup>2</sup>. Nesta perspetiva, afirma o autor que “ora, para quem observa os sujeitos chamados a tomar (ou a colaborar na tomada de) decisões colectivas, um regime democrático caracteriza-se pela atribuição desse poder que, na medida que é estabelecido pela lei fundamental, se torna um direito elevado de membros de grupo” (Bobbio, 1988:23). Por mais que o aspeto democrático se possa exercer dentro de determinado grupo ou organização, como já nos referimos anteriormente, ele está sujeito a regras às quais todos são obrigados a cumprir para o desenvolvimento e benefício de todos. É, nesta senda, que N. Bobbio faz referência a “omnicracia, como governo de todos, é um limite ideal” (Bobbio, 1988:24). O autor alega que “só podemos dizer que uma sociedade em que os detentores do direito de voto são os cidadãos do sexo masculino depois da maioria é mais democrática do que uma sociedade onde também as mulheres possuem o direito de voto” (*ibidem*).

Em democracia, quando se refere ao processo de tomada de decisões, cinge-se na máxima de que a “maioria vence”, ou seja, “a regra na base da qual se consideram decisões aprovadas pelo menos

---

<sup>2</sup> Anarquia é definida como “falta de governo. Falta de chefe. Negação do princípio da autoridade” no Dicionário de Língua Portuguesa. Acordo Ortográfico o antes e o depois. Porto Editora

pela maioria daqueles a quem cabe tomar a decisão” (*ibidem*). O autor parte também da ideia de que mesmo para uma mínima decisão de democracia

“não basta nem a atribuição do direito de participar direta ou indiretamente na tomada de decisões coletivas a um número elevado de cidadãos, nem a existência de regras processuais como a regra da maioria (ou, no limite, de unanimidade). É, necessário uma terceira condição: é necessário que os que são chamados a decidir sejam colocados perante alternativas reais e se encontrem em condições de poder escolher entre elas. Para a realização desta condição, é necessário que àqueles que são chamados a decidir sejam garantidos os direitos de liberdade – liberdade de opinião, de expressão da opinião, de reunião, de associação, etc.-, direitos na base dos quais nasceu o Estado liberal e se edificou a doutrina do Estado de Direito no sentido forte: ou seja, o Estado que não só exerce o poder *sub lege*, como o exerce ainda no quadro dos limites decorrentes do reconhecimento constitucional dos chamados direito ‘invioláveis’ do indivíduo. Seja qual for a fundamentação filosófica destes direitos, eles são um pressuposto necessário do funcionamento correcto dos próprios mecanismos essencialmente processuais que caracterizam um regime democrático” (*ibidem:25*).

São várias as possibilidades que nos levam a refletir, quando estamos diante da democracia. Se, por exemplo, estivermos perante um regime ditatorial, onde não existam as liberdades fundamentais, é pouco provável que se possa garantir um correto funcionamento da democracia. No que tange à origem atribuída à democracia, N. Bobbio, parte da ideia de que

“a democracia nasceu de uma concepção individualista da sociedade, isto é, de uma concepção para a qual – ao contrário do que sustentava a concepção orgânica, dominante na antiguidade e na Idade Média, segundo o qual o todo é anterior às partes – a sociedade, qualquer forma de sociedade, e especialmente a sociedade política, é um produto artificial da vontade dos indivíduos” (Bobbio,1988:28).

A democracia que hoje gozamos é fruto de sucessivas transformações. É, assim, que o autor discorre da ideia de que “a democracia moderna, nascida como democracia representativa, em contraposição à democracia dos antigos, deveria ter sido caracterizada pela representação política, ou seja, uma forma de representação na qual o representante, sendo chamado a zelar pelos interesses da nação, não pode encontrar-se submetido a um mandato vinculado” (*ibidem:30*). Ser livre é uma posição que todos cidadãos almejam, mas para tal, necessário é que se criem condições para o exercício da mesma. Tendo em conta as diferentes formas de democracia (participativa e representativa), a democracia representativa, é “a única forma de democracia existente e em vigor, é já por si mesma uma renúncia ao princípio da liberdade como autonomia”. Um outro aspeto chama-nos atenção quando N. Bobbio (*ibidem*) se refere à democracia como um fundamento “bom e mau” pelo facto de proferir palavras como “o preço que temos de pagar pelo empenhamento de poucos é muitas vezes a

indiferença de muitos. Não há nada que ameace mais mortalmente a democracia do que o excesso de democracia” (Bobbio, 1988:34). Um outro aspeto citado pelo autor, baseando-se em ideias de Joseph Schumpeter e que muito nos chama atenção, é o facto de afirmar que “a característica de um governo democrático não residia na ausência de elites, mas na presença de várias elites disputando entre si a conquista do voto popular” (*ibidem*). Isto prova-nos que fazer democracia é muito mais do que lutar simplesmente por direito.

O autor faz também referência à existência na democracia de um *poder invisível*. Este poder é,

“uma das razões da superioridade da democracia – por oposição aos estados absolutos que haviam revalorizado os *arcana imperii* e defendiam com argumentos históricos e políticos a necessidade de as grandes decisões políticas serem tomadas nos gabinetes secretos, longe dos olhares indiscretos do público – assentava na convicção de que o governo democrático poderia acabar por levar a transparência do poder, ao «poder sem máscaras»” (*ibidem*:38).

Para tal, é indispensável que todas as decisões sejam tomadas com o conhecimento de todos envolvidos, para se evitar a possibilidade de suspeitas e injustiças. É, assim, que o autor sustenta que

“a obrigação de tornar públicos os actos do governo é importante, não só, como costuma dizer-se, para permitir ao cidadão conhecer os actos dos que detêm o poder, controlando-os, mas também porque o facto de esses actos serem obrigatoriamente públicos é já em si mesmo uma forma de controlo, um expediente que permite distinguir o que é lícito do que não é” (*ibidem*:39).

O autor também enfatiza a ideia de que a democracia e a virtude caminham juntas “é a própria democracia, que não pode dispensar a virtude, entendida como amor pela coisa pública, mas que, ao mesmo tempo, a promove, a alimenta, a reforça” (*ibidem*:41). Assim, afirmamos também que a democracia atualmente tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento social, mas todo cuidado deve ser merecido, pelo facto de o fenómeno da apatia dos cidadãos se fazer presente, razão pela qual o autor chama-nos atenção quando alega que “as interpretações mais optimistas não me podem tirar a ideia de que os grandes autores democráticos teriam repugnância em reconhecer na renúncia à utilização dos próprios direitos um futuro benéfico da preparação para a cidadania” (*ibidem*:42).

A cada passo dado a nível social, o aspeto democrático vai se mostrando cada vez mais exigente em relação às sociedades anteriores. Neste âmbito, podem-se observar algumas

transformações em todo o seu processo. N. Bobbio faz menção a alguns dos aspetos que caracterizam as transformações da democracia, que apresentamos seguidamente.

Em primeiro lugar afirma que,

“a medida que as sociedades de uma economia familiar a uma economia de mercado, a uma economia tutelada, regulamentada e planificada, aumentaram os problemas políticos que exigem uma competência técnica. E que a tecnocracia e a democracia são antiéticas: se o protagonista da sociedade industrial for o especialista, o cidadão comum ver-se-à afastado.

O segundo obstáculo não previsto e efetivo foi o crescimento contínuo do aparelho burocrático de um aparelho de poder, hierarquicamente ordenado do topo para a base e, por isso diametralmente oposto ao sistema do poder democrático.

O Estado democrático e o Estado burocrático, encontram-se historicamente ligados um ao outro numa medida muito maior do que a sua oposição poderá fazer parecer. Todos os estados que se foram tornando mais democráticos, se foram, ao mesmo tempo, tornando também mais burocráticos, uma vez que o processo de burocratização foi em grande parte uma consequência do processo de democratização.

O terceiro obstáculo encontra-se intimamente ligado ao problema do rendimento do sistema democrático, tomado no seu conjunto: um problema que, ao longo dos últimos anos animou o debate em torno da chamada «ingovernabilidade» da democracia” (*ibidem:45-46*).

Assim, julga-se que toda a organização deve salvaguardar, proteger e defender a liberdade de seus membros, de maneira que cada um se sinta livre em expor suas ideias, proporcionado um clima favorável de trabalho. No que tange às organizações associativas, as decisões a serem tomadas devem ser coletivas proporcionando um debate livre entre os membros envolvidos, embora como nos adverte o autor que “todos decidirem acerca de tudo em sociedades cada vez mais complexas como são as sociedades industriais modernas é materialmente impossível”. No entanto, em grupos sociais pequenos, em associações a democracia participativa é possível. A justificação reside na razão pela qual, “o ideal da renovação gradual da sociedade através do livre debate das ideias e da mudança de mentalidades e do modo de viver: só a democracia permite a formação e a expansão das revoluções silenciosas, como essa que levou ao longo das últimas décadas, a transformação das relações entre os sexos” (*ibidem:51*). Por isso, o estudo da temática da democracia é cada vez mais pertinente.

### **1.1. A Democracia**

No que tange à expressão «democracia representativa» na opinião do autor, “significa genericamente que as deliberações coletivas, ou seja, as deliberações que dizem respeito a toda coletividade, são tomadas não diretamente por todos os que fazem parte da coletividade, mas por

certas pessoas eleitas para esse fim” (*ibidem*:56). Mas já contrariamente à *democracia direta* “o indivíduo participa em pessoa nas deliberações que lhe dizem respeito, é necessário que, entre os indivíduos deliberantes e a deliberação que lhes diz respeito, não exista qualquer intermediário” (Bobbio,1988:67). É característico das democracias coletivas, pautarem-se pela flexibilidade na tomada das suas decisões e não primarem simplesmente pela rigidez. Desde já, é notório que, quando se está diante de “organismos formados numa base hierárquica, ou seja, de organismos em que o fluxo de poder procede de cima para baixo e não de baixo para cima, adaptando-se por isso, melhor aos sistemas autocráticos do que aos democráticos” (*ibidem*), julga-se assim, pelo facto de “que mais não seja porque um superior hierárquico está em condições de fornecer instruções rígidas ao seu subordinado muito mais facilmente do que uma assembleia, a qual poderá embora com muito esforço, chegar sem dúvidas a formulação de certas diretivas em ordem e (onde não há ordens, mas apenas diretivas o mandato só verbalmente poderá ser imperativo)” (*ibidem*:68). É, nesta vertente, que a afirmação prevalece, sustentando que “em todo o caso se, a representação por mandato não propriamente a democracia direta, é uma via intermédia entre a democracia representativa e a democracia direta” (*ibidem*). Assim, ao distinguir uma democracia da outra, conclui-se que “um sistema democrático caracterizado por representantes revogáveis é, na medida em que prevê representantes, uma forma de democracia representativa mas, na medida em que estes representantes são revogáveis, aproxima-se, sem dúvida da democracia directa” (*ibidem*:68). Pode-se assim afirmar que (diretamente representativas) as democracias são exequíveis, dependentemente do contexto que cada uma se encontrar, deste modo “um sistema de democracia integral pode conter todas essas formas, cada uma delas segundo as diversas situações e as diversas exigências, na medida em que são, uma vez que correspondem a diversas situações e a diversas exigências perfeitamente compatíveis entre si” (Bobbio,1988:69). Para tal, “isto implica que, na realidade, democracia representativa e democracia direta não são dois sistemas alternativos, no sentido de que onde existe uma não pode existir outra, mas dois sistemas que podem integrar-se, combinando-se um com o outro”. Podemos assim concluir que “numa fórmula sistémica, podemos dizer que num sistema de democracia integral, as duas formas de democracias são necessárias, mas não, consideradas cada uma de por si, suficientes” (*ibidem*).

A democracia está, deste modo, intimamente ligada com o conceito de poder, como refere Bobbio (*ibidem*) na democratização “o processo de expansão do poder ascendente - se está a alargar da esfera das relações políticas, das relações em que o indivíduo é considerado no seu papel de

cidadão, à esfera das relações sociais, onde o indivíduo é considerado segundo a variedade do seu *status* e dos seus papéis específicos – por exemplo de pai para filho, de docente e aluno” (*ibidem*:71).

Quando se trata de democracia, os cuidados a empreender devem ser maiores, como já nos referimos anteriormente, que a apatia tem vindo a ser um dos aspetos marcantes da democracia. Quando assim acontece, cai-se na ideia defendida pelo autor de que “o custo a pagar pelo empenhamento de poucos é muitas vezes a indiferença de muitos” (*ibidem*:75).

De facto, quando se pensa em democratização, alega-se que “grande parte do que hoje se escreve sobre a democracia, pode de facto, incluir-se sobre a rubrica da denúncia, ora amargura ora triunfante, desses insucessos” (*ibidem*:109).

Um dos principais autores da democracia moderna, Jean-Jacques Rousseau, que é considerado pai da democracia moderna, sustenta a ideia que “a tomar o termo no rigor da acepção, nunca existiu verdadeira democracia, e nunca existirá. É contra a ordem natural que o grande número governe e que o pequeno seja governado” (Rousseau, 1999:71). Assim, para que se possa adquirir maior autoridade por parte dos governados, é imprescindível que o poder posto em causa por parte dos que governam sejam partilhados por todos. Mas adverte o autor, que “não há governo tão sujeito a guerras civis e a agitações intestinais como democrático ou popular, porque não há nenhum que tenda tão forte e continuamente para mudar de forma, nem que exija mais vigilância e coragem para ser mantido na sua” (*ibidem*). Ao abordar novamente em torno da democracia, o autor justifica-se também pela seguinte passagem “se houvesse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente. Um governo tão perfeito não convém a homens” (*ibidem*:72), isto nos faz perceber que ainda estamos distantes de vivermos a verdadeira democracia como se pretende e que a sua implementação é difícil embora não impossível.

## **1.2. A Cidadania**

Nesta senda, tomamos a ideia de que não se pode pensar em democracia, sem antes pensarmos nos seus protagonistas. É, nesta vertente, que abordaremos a cidadania como foco principal da democracia. J. Barbalet define cidadania como “os que são e os que não são membros de uma sociedade comum” (Barbalet, 1989:11). Afirma-se também que “a cidadania é manifestante de uma questão política”. Mas para que uma sociedade se desenvolva, é necessário que o fator cidadania se faça presente, visto que a sua prática contribui para o *bem público*. É necessário o empenho de

todos no exercício das suas atividades, embora nos advirta o autor que “as estruturas em que os cidadãos participam nas suas atividades coletivas têm implicações mais vastas para a organização da sociedade como um todo” (*ibidem:11*). É normal que dentro desta perspectiva, alguns grupos considerados desfavorecidos, possam lutar pelos direitos que lhes são devidos, a fim de melhorarem as suas condições de vida. É assim que surge a questão levantada por Barbalet “se um alargamento da participação na cidadania poderá reduzir a desigualdade de classes, ou afectar a estrutura das relações entre pessoas de sexos ou raças diferentes” (Barbalet, 1989:12).

Tendo em conta a definição de cidadania, notaremos que a mesma vem a ser descrita “como a participação numa comunidade ou como a qualidade de membro dela” e que são os diferentes tipos de comunidades políticas que dão origem a diferentes formas de cidadania (*ibidem*). O autor discorre da ideia de que

“no Estado democrático moderno, a base da cidadania é a capacidade para participar no exercício do poder político por meio do processo eleitoral. Assim, a participação dos cidadãos no moderno estado-nação implica a condição de membro de uma comunidade civil baseada no sufrágio universal, e portanto também a condição de membro de uma comunidade civil baseada na letra da lei” (*ibidem:13*).

A cidadania nem sempre, ao longo da história foi para todos, por isso é que o autor sustenta a ideia de que “a generalização da cidadania moderna através da estrutura social, significa que todas as pessoas, como cidadãos, são iguais perante a lei e que, portanto, nenhuma pessoa ou grupo é legalmente privilegiado”. O autor reconhece que “a concessão de cidadania, para além das linhas divisórias das classes desiguais parece significar que a possibilidade prática de exercer os direitos ou as capacidades legais que constituem o *status* de cidadãos não está ao alcance de todos que os possuem” (*ibidem:13*). Mais concretamente, esclarece-nos que os que menos valor económico possuem, estão isentos de participar em situações que lhe dizem respeito, como nos adverte o autor “os que são desfavorecidos pelos sistemas de classes não podem participar, na prática, na comunidade da cidadania à qual legalmente pertence como membro” (*ibidem*). Com isto, verifica-se que o direito de cidadania formalmente existe, mas para no exercício das suas funções como tal, é inexistente para alguns. Mas não nos podemos esquecer que os direitos “conferem às pessoas capacidades ou possibilidades e oportunidades, e que podem fazê-lo com uma margem de segurança” (*ibidem:34*). E que “diferentes direitos atribuem às pessoas capacidades diferentes”. São exemplos destes direitos a “segurança social” pelo facto de proporcionarem um bem-estar mínimo às pessoas (*ibidem:34*). O autor faz uma breve análise e chega a conclusão de que “certos direitos são meios para



organizar o interesse dos poderosos, sendo os direitos de propriedade um caso particular neste ponto”. O ser desfavorecido, muitas vezes faz com que muitos pensem que seja o fator principal de “sofrimento” e que os direitos não são para usufruir. Por outro lado, os “direitos são assim muito mais significativos para os que não têm poder social e político do que para os poderosos” pelo facto destes darem oportunidades e condições que de outra maneira só o alcançariam por meio do uso do poder (*ibidem:35*). Neste sentido, “os direitos são uma via alternativa para os recursos sociais e as condições materiais. De uma maneira geral, é por isto que aqueles que lutam pelos direitos têm tendências para se verem a si próprios como socialmente desfavorecidos e sem forças” (*ibidem*). Mas é necessário que se perceba, para que nada se confunda “nem todos os direitos e nem sequer todos os direitos são direitos de cidadania”, porque estes, para além de outras características que lhes são atribuídas, são assegurados pelo Estado (*ibidem:36*). Ao fazer uma distinção entre o direito civil e o social, J. Barbalet esclarece que “os direitos civis incluem não só os direitos de propriedade e de contrato, mas também direito à liberdade de pensamento e de expressão, à prática da religião e de reunião e associação. Estão em princípio reunidos como direitos civis na medida em que cada um deles é um direito permissivo da ação humana” (Barbalet 1989:37).

A cidadania, como tal, não é estática, ela foi-se desenvolvendo ao longo dos tempos. Nesta senda, o autor aponta que estudos atuais do desenvolvimento da cidadania, encontram-se em direções opostas e que por um lado “a cidadania é encarada como uma esfera de expansão em que novos direitos vêm somar-se a um conjunto crescente de outros direitos, à medida que são incluídas na comunidade nacional novas forças sociais. Por outro lado, existe a ideia de que o exercício dos direitos de cidadania nunca pode ser garantido e é frequentemente precário” (*ibidem:51*).

Partindo para outro aspeto que muito caracteriza as sociedades e que ao longo da história tem estado no centro das atenções, verificaremos que o poder é omnipresente. Assim, o autor é da opinião que “os poderes político e económico, por exemplo, podem ser funcionalmente diferenciados apenas como aspetos distintos de um único poder”. É, inevitável e se acompanharmos a linhagem histórica, verificaremos que “quem possui poder económico também controla o governo e a lei” (*ibidem:73*). Apesar de várias batalhas para o reconhecimento democrático entre os cidadãos, “a luta pela cidadania tem sido a luta contra a rejeição e contra as desigualdades que a rejeição produz. Mas o desenvolvimento da cidadania democrática não acabou com a desigualdade. Antes criou esferas de participação igualitária que são paralelas às do poder exclusivo” (*ibidem:73*). Por outro lado e, como já nos referimos anteriormente, é impossível abordarmos o conceito cidadania, sem termos em

consideração alguns dos aspetos que a caracteriza, como os direitos, deveres, participação, reconhecimento, responsabilidade, bem como o sentimento de pertença. Situação esta que concorre para o aspeto a que podemos designar de *democracia participativa*.

### **1.3. Democracia Participativa- Descentralização**

Para esta temática, debruçar-nos-emos em torno das modalidades nas quais a democracia é exercida de maneira participativa, isto é, o modo pelo qual é exercida a liberdade e participação dos intervenientes do processo de decisões em particular no contexto educativo. O facto de muitas vezes o fator autoridade burocrática Weberiana estar presente em organizações, verifica-se que pode-se dar o caso da participação, mas na sua maioria *passiva*, por “apresentar certos comportamentos de desinteresse, alheamento ou alienação de responsabilidades e de possibilidades concretas de participação” (Lima, 1988:70). Desta feita, julga-se não ser saudável dentro das organizações a distinção entre membros, pelo facto de todos estarem envolvidos e defenderem a mesma causa e trabalharem para o bem comum, razão pela qual também L. Lima (2000:35) esclarece que “em termos de projecto educativo, uma organização e uma liderança pela libertação exigem comunhão e co-construção e não dicotomia”. Por outro lado, verifica-se que para uma melhor organização, é importante que os indivíduos se envolvam e conheçam o assunto. É assim que se julga que a “organização democrática necessita de ser falada, vivida e afirmada na acção, tal como a democracia em geral” (Lima, 2000:37). Como nos revelou Rousseau anteriormente “nunca existiu verdadeira democracia, e nunca existirá” razão pela qual, nunca ninguém a vive plenamente. É, nesta vertente, que o autor insiste em afirmar que “este direito à pronúncia do mundo envolve a organização como *locus* de produção de discursos, de regras, de orientações e acções em direcção à autonomia e à *substantividade democrática*; certo! incompatível com atitudes dogmáticas e com práticas elitistas e autoritárias” (*ibidem*), impedindo a liberdade por parte dos considerados donos da verdade<sup>3</sup>.

Já o autor também põe em realce a situação que sustenta a ideia de que

“como se compreende, a democratização da escola não se constitui, apenas, como problema tipicamente escolar ou técnico-pedagógico. *Se a mudança da cara da escola* não pode, por definição, ser realizada *sem* (e muito menos *contra*) a escola dispensando os

---

<sup>3</sup> Na perspetiva de um dos grandes pedagogos do século XX, Paulo Freire mostrou grande interesse em aprofundar a temática sobre a democratização da escola, participação comunitária e cidadania crítica. O interesse em defender uma democracia em que a participação de todos fosse um facto, fez com que o autor defendesse a ideia de que a presença de estruturas que tivessem como foco a participação da sociedade civil, obtivesse maior realce, em detrimento da que inibisse o cidadão. No que tange às escolas, alega que “ao serem assumidas como espaços de educação crítica, de participação e de cidadania democráticas, as escolas poderão contribuir para a criação e a revitalização da esfera pública democrática” (*ibidem*, 2012:39).

actores escolares mais imediatamente à acção pedagógica, fica claro que ela é igualmente inatingível exclusivamente a partir de sua iniciativa” (Lima, 2000:41).

Nas organizações escolares, quando os “interesses, as racionalidades em presença e as relações de poder” entre os envolventes no processo não são lineares, ou mesmo, as suas atividades não são consensuais, não reina o espírito de entrega no que se faz e cai-se no que o autor designou de “autoritarismo e não democraticidade” (*ibidem:41*). As escolas, de modo geral, apresentam as suas políticas, as quais devem ser seguidas para o exercício de funções docentes, devendo assim construir os seus projetos pedagógicos, de acordo a realidade escolar. Os aspetos como a educação e pedagogia são indispensáveis para o seu progresso e para a compreensão do seu carácter político da educação. Logo,

“se, ao contrário, conscientes das dimensões políticas, cívicas e éticas que marcam indelevelmente as práticas pedagógicas, a interacção na sala de aula, a gestão curricular e a programação didática, os modelos de avaliação, a organização do trabalho pedagógico, os modelos de gestão escolar, etc., os actores escolares deixarão de se assumir como actores políticos pedagógicos” (*ibidem*).

E, desta forma, darão mais abertura a alunos, reflexões e a interação com outros intervenientes (pais, encarregados de educação e não só), dando possibilidade a outros saberes e poderes, cruzando-se com novos parceiros institucionais. Lima (2000) esclarece que:

“Ora sem correr os riscos de se abrir à participação comunitária e ao exercício de cidadania crítica, tornando-se cada vez mais pública, a escola dificilmente encontrará aliados a partir de projectos e de posições não administrativamente subordinados, capazes de se envolverem na sua defesa, de se coligarem com os atores escolares e de amplificarem as suas vozes” (Lima, 2000:42).

A democracia a nível escolar tem tomado muita importância sendo que a sua ausência poderá causar um total desequilíbrio naquilo que são os seus objetivos. É, assim que L. Lima desenvolve o seguinte comentário:

“a construção da escola democrática constitui assim um projecto que não é sequer pensável sem a participação activa de professores e de alunos, mas cuja realização pressupõe a participação democrática de outros setores e o exercício da cidadania crítica de outros actores, não sendo portanto, obra de fechamento da organização escolar, podem eventualmente tornar mais fácil a gestão dos conflitos internos e fazer diluir as tensões políticas (ou, pelo menos, evitar a sua publicitação, assim defendendo a reputação de uma escola *bem* organizada e a funcionar sem sobressaltos)” (Lima, 2000:42).

Mesmo com todas estas qualificações com que a escola democrática se deve identificar, um outro fator que muito a caracteriza e que nem sempre tem sido positivo, é a subordinação que de um, ou de outro modo, tem vindo a enfraquecer as “capacidades reivindicativas e negociais face ao poder político resistente a formas de descentralização, de autonomia e de transferência de poderes de decisão que reforcem os actores escolares e, especialmente, os professores” (*ibidem*). Quando assim se verifica esse interesse por parte daqueles que se acham no direito de participar na tomada de decisão e pautar por uma descentralização, estimulando e favorecendo a própria prática educativa e o exercício do direito à própria participação, dá-se uma maior abertura à democracia, como nos esclarece o autor “trata-se de introduzir as regras do jogo democrático e o gosto pelas práticas democráticas e participativas na escola” (*ibidem*). Sendo a escola um espaço público que envolve uma multiplicidade de raças, é importante que passe a ideia de que por possuir estas características, a presença de diferentes ideias, gostos, aspirações e outros, é um facto. Assim, ao se pautar pela democracia, estaria a dar abertura ao desenvolvimento estudantil e não só, porque todos se sentiriam no direito de participar. Por isso, a luta por uma escola que se pautasse pela democracia, “implicará um processo de progressiva abertura e inserção comunitárias, mesmo de apropriação criativa da escola pela comunidade” (*ibidem*). A escola deve reservar um ambiente propício à participação, é assim que L. Lima faz a seguinte declaração “a transformação da escola em ‘casa da comunidade’ exige uma política de *devolução* democrática da escola à comunidade, através da descentralização e da autonomia, legitimadas por suas formas de governação democrática e de participação activa na tomada de decisões” (Lima, 2000:43). Mas isto não significa que a escola como tal deixaria de existir sem regras. Apenas se daria mais oportunidade de participação aos que a frequentam, possibilitando, desde já, a diversidade de soluções a tomar e as suas diferentes formas de execução. Outro aspeto que também emerge, é o facto da organização da participação e da autonomia a nível democrático serem consideradas como práticas da liberdade.

Vários são os fatores que concorrem para que uma escola seja considerada democrática e não simplesmente a democratização de suas estruturas organizacionais e de gestão, tal como nos adverte o autor que, para além destas, também é de elevada importância considerarmos “o acesso e o sucesso escolar dos alunos, a pedagogia, o currículo e a avaliação” (*ibidem*:46).

Relativamente à democratização a nível administrativo, o autor alega que

“nos seus diferentes níveis, não é somente um factor facilitador ou instrumental, face à construção de uma escola democrática e autónoma; é também um valor em si mesmo, que

só pela sua afirmação e atualização continuadas pode permitir e reforçar a democratização das estruturas dos modos de gestão escolares” (*ibidem*).

Nesta senda, reconhece o autor que “aceitando assim, e considerando legítimas, a discussão e a negociação, interesses e projectos, tensão e conflitos, entre a organização escolar em seu contexto local e comunitário e os distintos níveis político-administrativos que configuram o sistema educativo” (*ibidem*). O autor faz ainda uma distinção entre a democratização da organização escolar e a democratização da administração do sistema educativo, alegando que uma apresenta maior desenvolvimento em relação a outra, podendo facilitar e influenciar positivamente a mudança da outra (*ibidem:47*). Porém, afirma que, não

“é possível admitir uma desarticulação total e uma desconexão permanente entre ambas, conceber uma organização escolar democrática e autónoma no contexto de uma administração centralizada e autoritária ou, ao invés, reconhecer a existência de uma administração democrática, participativa e descentralizada de um sistema educativo composto por unidades escolares de organização e gestão não democráticas” (*ibidem:47*).

A descentralização administrativa vem a desempenhar um papel com muita relevância pelo facto da mesma permitir maior desenvolvimento envolvendo, deste modo, a participação de todos.

No que tange às políticas e pedagogias a que cada instituição escolar deve recorrer a nível organizacional, verificamos que

“a construção de uma escola democrática e a democratização da organização e administração escolares não ocorrem de forma diferida; nem se democratiza primeiro a educação, o currículo, a pedagogia para, a partir daí, intentar finalmente a democratização organizacional e administrativa, nem se parte desta, como aquisição *a priori*, para depois conseguir alcançar aquela” (Lima, 2000:69).

Nesta linha de pensamento, o autor afirma que “uma e outra encontram-se profundamente imbricadas e são mutuamente reforçadas, ou inibidora, da democratização da escola, ainda quando, em termos de processo se possam admitir ritmos e avanços algo distintos” (*ibidem*). Ora, a democratização a nível escolar a que nos referimos, deve ser abrangente e não parcial, isto é, deve abranger todas as áreas, desde “a administração central à sala de aulas do organograma do sistema escolar à organização do trabalho pedagógico, dos processos aos conteúdos, das regras formais às regras não formais e informais” (*ibidem:70*). Por outro lado, conclui L. Lima, que “a educação escolar para a democracia e para a cidadania, só é possível através de práticas educativas democráticas, é por

natureza organizacional, tal como a organização e a administração escolares são, por definição políticas, educativas e pedagógicas” (Lima, 2000:71).

Relativamente a descentralização administrativa, partiremos do ditado de A. Oliveira que afirma que “onde não há poder local, também não há democracia” (Oliveira, 2017:109), razão pela qual, continua o autor “a descentralização administrativa pressupõe a pluralidade de centros locais autónomos, de decisão os quais conduzem livremente as suas atividades sem se ajustarem ao poder central, mas tendo como limite a constituição e a lei” (*ibidem:109*).

Já J. Costa, ao se pronunciar relativamente a descentralização, é da opinião de que

“a lógica da democracia representativa precisa, no âmbito autárquico, por um lado, de se suportar na sociedade do conhecimento e, por outro, de reinventar novas formas de descentralização administrativa e de atuação sustentadas no atual quadro constitucional que lhe permitam dar respostas aos desafios sociais, imprevisíveis e complexos com o objetivo de se libertar do atual e permanente estado de necessidade de natureza financeira” (Costa, 2017:31).

Por outro lado, J. Formosinho na sua abordagem sobre a *regionalização do sistema de ensino* é da opinião de que esta regionalização deve refletir “o processo que visa a criação de instituições regionais e o esforço da sua capacidade de decisão autónoma” (Formosinho, 1986:63). Mas que “pela regionalização aproxima-se os centros de decisão dos cidadãos e dá-se a esses cidadãos o poder de elegerem as pessoas que a nível regional irão tomar essas decisões” (*ibidem*) e que esta regionalização possa implicar por isso “a transferência de competências e atribuições para serviços regionais. Mas a inversa não é verdadeira – isto é, não se pode considerar inserida num processo de regionalização toda e qualquer transferência de competência dos serviços centrais” (*ibidem:63*).

É, neste âmbito, que ao referir em torno da administração centralizada do sistema escolar admite que “a administração do sistema escolar em qualquer país pode ser centralizada ou descentralizada” (*ibidem*). Justificando, adverte que

“numa administração centralizada todas as decisões importantes são tomadas no topo do sistema, isto é, nas chefias dos serviços centrais do Ministério da Educação. Na gestão dos interesses locais das escolas prevalece sempre a hierarquia de serviços e competências de tal modo que os serviços locais e as chefias locais (da região, do distrito, da localidade ou das escolas concretas) estão sempre subordinadas aos serviços e chefias centrais. No topo formula-se, nos escalões inferiores executam-se apenas” (Formosinho, 1986:63).

Já relativamente à *administração centralizada concentrada*, assim é designada porque “quando o superior hierárquico dos serviços centrais é o único competente para tomar decisões, limitando-se os agentes de escalões inferiores a informar e a executar” (*ibidem:63*). Outro aspeto também a referenciar é que

“no que respeita à gestão pedagógica as escolas limitam-se a implementar o currículo, as circulares do Ministério sobre distribuição do serviço docente, feitura de turmas, feitura de horários, ocupação de espaços, etc. as escolas têm algum poder de decisão apenas sobre as acções no âmbito da profissionalização em exercício, na acção social escolar e no âmbito da avaliação” (*ibidem:63*).

Para o autor, a “desconcentração é originária quando a própria lei dá competência aos chefes subalternos para tomar decisões e é por delegação de poderes quando o superior delega certas competências no inferior, delegação que pode cessar a todo o tempo” (Formosinho, 1986:64). Nas instituições escolares, é urgente que este processo de desconcentração se efetue, visto que o mesmo “destina-se a descongestionar os serviços centrais e a possibilitar decisões mais rápidas e mais próximas” (*ibidem:64*).

A necessidade de descentralização em termos administrativos nas instituições, julga-se ser um aspeto fundamental da democracia, razão pela qual o autor, ao se pronunciar relativamente a mesma, é da opinião de que “uma administração diz-se descentralizada quando existem organizações e órgãos locais não dependentes hierarquicamente da administração central do Estado (não sujeitos portanto, ao poder de direcção do Estado), autónomas administrativa e financeiramente, com competências próprias e representando os interesses locais” (*ibidem:64*). Com o exposto, importa-nos referir a necessidade de mencionar a temática da gestão educacional democrática que em seguida apresentamos.

### **1.3.1. A Gestão Educacional Democrática**

O que nos importa destacar no âmbito da gestão democrática, é o facto de percebermos que “o desenvolvimento de trabalho na área educacional exige do educador o exercício de práticas voltadas para o transformar e transformar-se como pessoa, como profissional e como sujeito social” (Hora, 2007:13). Estes fatores mencionados, são bem visíveis na prática da administração escolar e apresentam um carácter essencial para a realização de funções dos atores na organização.

Tendo em consideração a *democracia* e *educação escolar* como fatores que apresentam uma relação política, a autora afirma que

“o ideário democrático sempre atribuiu à educação uma função central na relação com a igualdade e a cidadania, tendo em vista que uma das condições essenciais para o desenvolvimento da democracia é a qualificação do cidadão, que não prescinde das habilidades, dos conhecimentos e das atitudes desenvolvidos e construídos no processo educacional” (*ibidem:29*).

No que tange à realidade vivenciada no interior das escolas, podemos constatar que a questão da democracia apresenta-se em *duas dimensões* que são consideradas *prioritárias* e totalmente diferentes, mas complementares uma e outra. De modo que

“de um lado, a dimensão da democratização das relações que se constroem internamente na própria instituição, tanto no campo da sua estrutura organizacional como no campo da ação pedagógica. De outro a dimensão do papel social que ela pode desempenhar na democratização da sociedade, no sentido de definir com clareza a sua contribuição específica, possível e desejável, por meio das relações que mantêm com outras instituições e com o Estado, em sentido estrito, e realizá-las efetivamente” (*ibidem:31*).

Podemos afirmar que há democracia no interior de uma escola quando há realização da “transformação das práticas sociais que ali se constroem, tendo como foco a necessidade de participação e de debates, preservando as diferenças de interesse entre os diversos sujeitos e grupos em interação, criando condições concretas para a participação autônoma dos variados segmentos, viabilizando nesse processo, horizontalidade das relações de força entre eles” (Hora, 2007:31).

A *escola como espaço de formação e foco da gestão escolar* é um lugar onde ocorrem profundas mudanças, tanto no que diz respeito ao indivíduo como ser social, bem como na própria sociedade em si, desenvolvendo, deste modo, transformações científicas, tecnológicas, políticas, económicas, morais, culturais, éticas, estéticas, operando grandes mudanças a nível individual e não só, bem como a maneira como cada um encara a realidade, como dela *participam* e como a *constroem*. Mas também é de salientar, que a *escola não é* a única instituição capaz de desenvolver o *pensar*, “são variadas as instituições sociais que contribuem para o alargamento da consciência do pensar, do saber, e do fazer coletivos”. A escola destaca-se das outras organizações “por ser um espaço privilegiado de desenvolvimento da educação sistematizada, reconhecida na sociedade globalizada de economia centrada no conhecimento com significativo valor estratégico para o crescimento social e como importante fator para a qualidade de vida das pessoas” (*ibidem:39*). Para além do que já foi referenciado em torno dos aspetos que caracterizam a escola, e que os diferenciam



de outras organizações, ainda temos a mencionar outros fatores que são indispensáveis para que efetive uma escola democrática. Assim, destacaremos “a estrutura organizacional, a proposta pedagógica, a ação docente e o ambiente sociocultural” (*ibidem:40*). Por outro lado, a autora nesta investigação, aprofunda os seus estudos sobre a *gestão democrática da escola pública*, tendo em consideração a realidade brasileira, e define a *democracia* como “uma forma de governo que envolve a totalidade dos governados e a igualdade de oportunidades, na qual os cidadãos participam direta e plenamente das decisões sociais, por meio de mecanismos como a eleição de representantes para os cargos federais, estaduais e municipais, para conselhos e colegiados que determinam as políticas locais” (*ibidem:49*). É desta vertente, que a participação “coloca-se, em todas as formas de relações das instituições sociais, como um dos elementos essenciais para a democratização de uma nação, oferecendo amplas e reais possibilidades de decisão e de usufruto de benefícios públicos” (*ibidem*). Embora a *democracia seja mais do que isto*, afirma a autora, pelo facto de ser “mais do que uma forma de governo. É, também, um modo de vida, pressupondo valores que devem ser adotados e vivenciados pela totalidade da população, em suas experiências pessoais e sociais” (*ibidem:49*). Por isso, para que se concretize o processo democrático no interior da instituição escolar, é preciso que também se criem condições de trabalho para docentes e discentes. Esta é a razão pela qual, o autor é da ideia de que “uma forma de encarar a democratização da escola é considerá-la como o desenvolvimento de processos pedagógicos significativos, pela adoção de um currículo concreto e vivo que garantam a permanência do estudante no sistema escolar, eliminando e impedindo o processo de exclusão representado pela evasão e repetência” (*ibidem:51*). Por outro lado, é de salientar que “outra forma é a de compreender que a democratização realiza-se pelas mudanças nos processos administrativos desenvolvidos nos sistemas educacionais e no interior das escolas, por meio da participação dos pais, alunos, professores e da sociedade civil em geral nas decisões tomadas em assembleias, de eleições para os cargos diretivos e da eliminação das vias burocráticas de gestão” (*ibidem:51*). A *combinação orgânica* desses aspetos mencionados é que faz com que se efetive o *processo de democratização da escola*. Mas ainda,

“não basta criar escolas. É necessário, por um lado, criar estruturas e processos democráticos, por meio dos quais a vida escolar se realize, e, por outro lado, a construção de um currículo crítico e criativo, cuja a organização estrutural seja de tal modo flexível e aberta que ofereça experiência democrática ao estudante, tudo isso alicerçado em procedimentos dos sistemas educacionais que possibilitem à escola o exercício da autonomia, a descentralização das decisões e a adoção da gestão colegiada” (Hora, 2007:51).

Outra temática que também nos chama atenção é a que C. Rocha desenvolveu, sobre a feminização da gestão escolar

Para esta temática, C. Rocha considera que “os estudos efectuados sobre as relações de género e especificamente sobre a feminização da gestão escolar não deixam de referir que as mulheres continuam a não estar representadas em situação de paridade com os homens nos órgãos colegiais de gestão escolar” (Rocha, s/d.:29). Embora a autora tenha efetuado um estudo em torno das escolas secundárias de Braga- Portugal, concluiu que o que se passava nestas escolas, tal como em outras instituições educativas, não passava de uma mera “ilusão participativa” e de “ilusão democrática”, por “parecer não ter potenciado determinados espaços às mulheres professoras e, ter, mesmo diluído o carácter de democraticidade do funcionamento do espaço organizacional escolar” (*ibidem*:29). Em Angola, a realidade é semelhante, mas não se trata da não participação das mulheres, mais trata-se, também da participação da AE diante das instituições educativas pelo facto destas não possuírem uma lei a nível nacional que as oriente. Cada instituição sente-se no direito de conceber a sua lei do modo que entender.

Relativamente a *gestão democrática das escolas: da autogestão à recentralização*, a autora, refere que “as questões relacionadas com a problematização dos valores da democracia e da participação em contexto organizacional escolar, têm sido equacionadas e analisadas tendo como suporte temporal o processo da gestão democrática das escolas” (*ibidem*). Outro aspeto que também faz menção e que vem a ser fundamental percebermos é a ideia de que “frequentemente associada aos conceitos de autonomia, participação, descentralização e democracia, a gestão democrática das escolas irá institucionalizar-se como consequência da Revolução de Abril e por oposição ao modelo liceal anteriormente em vigor” (*ibidem*:29). Resta-nos salientar, que esta é uma realidade vivida em território Português.

Por outro lado, continua a autora afirmando que “a gestão democrática apresenta várias limitações que explicam o alheamento de alunos e professores de uma participação que se foi tornando cada vez mais passiva até atingir graus de não participação” (*ibidem*). Mas que “a não participação efectiva dos actores escolares prende-se sobretudo com a não existência de um projecto de descentralização educativa que conceda níveis de autonomia regional e local e incentive vários tipos de participação no planeamento e gestão de ensino” (*ibidem*).

Acerca dos conceitos de democracia participativa e de democracia representativa, a autora faz uma análise crítica relativamente às questões que há muito já se vem debatendo em torno da democracia e da participação dada a sua relação com alguns aspetos visíveis em *contexto de feminização escolar*. Algumas questões ainda continuam a suscitar interesse na busca de suas respostas. É, neste âmbito, que podemos questionar de igual modo, o que a autora, considera: “existe democracia num sistema altamente centralizado e burocratizado que confere às escolas apenas as tarefas difíceis de gestão? E quem essencialmente nas escolas, desempenha esses cargos de gestão?” (Rocha, s.d.:31). Continua a autora “várias leituras sobre a conceptualização da democracia, têm-nos permitido reflectir sobre este aspecto e constatar que o debate teórico acerca desta problemática está em constante actualização” (*ibidem*:31).

A questão da participação feminina em todos os setores da vida social foi sempre problemática ao longo dos tempos, por isso, C. Rocha ao se pronunciar em torno da *democracia, participação e feminização da gestão escolar* afirma

“se as questões da democracia e da participação (docente e discente) em contexto escolar e nos diversos órgãos de gestão têm constituído um objecto de estudo por parte de alguns investigadores, o mesmo não se pode dizer relativamente à transposição desta problemática para o domínio das relações de género e para o contexto específico da feminização da gestão escolar” (*ibidem*:33).

Contudo, é de salientar que apesar das mulheres desde longas datas, estarem em maior número relativamente à profissão docente, cabe-nos referir também que, mesmo estando em maior número, raras vezes dá-se o caso de *participação em cargos de gestão escolar* (*ibidem*:34).

Assim, é de salientar que a necessidade por uma gestão democrática, onde todos possam participar, vem a ser um fator preponderante para que se efetive realmente uma gestão capaz de corresponder com às necessidades que se esperam.

#### **1.4. Gestão Democrática e Participação**

Há muitos anos que a questão participação em termos administrativos é bastante discutida. Mas o que motivou tal discussão ou as suas verdadeiras causas são desconhecidas. Mas o certo é que o desejo em obter mais *flexibilidade, tolerância* com as diferenças, *relações mais igualitárias, de justiça* e de *cidadania* que são meras características de participação, sempre se fez sentir, situação esta que

fez com que se deixasse por detrás situações caracterizadas por um relacionamento autocrático, hierárquico e formalista do taylorismo (Gutierrez, & Catani, 2001:60).

A questão da participação em organizações surge, sobretudo, após a segunda guerra mundial, criando “mudanças do ponto de vista cultural, alterando o comportamento individual, a estrutura familiar, a sexualidade”, bem como as instituições foram fortemente questionadas (*ibidem*). Com todos estes acontecimentos, seria muito normal a reação vinda das organizações, dando origem a resultados palpáveis com “a introdução da ideia de participação como alternativa participativa e estratégica” (*ibidem:60*). A compreensão deste fenómeno foi estudada por vários autores. Nesta senda, G. Gutierrez & A. Catani,

“baseando -se numa análise empobrecida e mecânica do marxismo, pode-se perceber a participação como uma sequência de tipos definidos e evolutivos dentro do processo mais amplo dos conflitos no campo da produção que, iniciando-se nas lutas sindicais, passaria pelas comissões de fábrica, conselhos, co-gestão, chegando até a autogestão generalizada. A realidade, porém, recusou-se a seguir um desenvolvimento assim linear e previsível, tornando-se cada dia mais multifacetada e surpreendente” (Gutierrez & Catani, 2001:60).

A preocupação em classificar a questão da participação é bastante antiga, bem como as dificuldades que também estiveram sempre presentes, até quando, como nos revelam os autores que “pesquisadores, alguns com formação em engenharia, decidem tentar verificar o que está acontecendo no interior das organizações, em vez de se preocupar com macro explicações” (*ibidem:61*).

Em muitos casos, a participação é confundida com o modo de organização, mas os especialistas em ciências humanas não cessam as suas pesquisas para encontrarem respostas e definir consensos mínimos a respeito (*ibidem:61*). Com o exposto, resta-nos afirmar, que *participar* significa o envolvimento de todos de forma igualitária num determinado processo. Mas essa participação deve ser tomada de forma consciente de maneira que possa ajudar a chegar a um consenso quanto a um plano conjuntural. Assim, como qualquer outro aspeto, a participação também apresenta seus problemas que desde longas datas vêm a ser analisados. Os autores são da opinião de que “se os problemas não são novos e originais, a organização participativa precisa se renovar para lidar com os aspectos específicos da globalização das relações económicas, como o aumento da competitividade e do desemprego” (Gutierrez, & Catani, 2001:62). Esta participação a que os autores fazem referência é efetivada pelos homens que desde há muito vêm lutando por uma posição diferenciada à do animal, como nos adverte P. Freire “enquanto o animal é um ser da acomodação e do ajustamento, o homem o é da integração” é, neste âmbito, que “a sua grande luta vem sendo

através, dos tempos, a de superar os factres que o fazem acomodado e ajustado”( Freire, s/d.:43). Relativamente à imagem que há muito se tem do povo e do ser humano em particular, o autor “reconhece, porém, que se não pode deter nem antecipar, pode e deve como sujeito, com outros sujeitos, ajudar e acelerar as transformações na medida em que conhece para interferir” (*ibidem*:52). Por outro lado, verificamos que em termos participativos em organizações escolares particularmente angolanas “a sua grande preocupação não é em verdade ver criticamente o seu contexto. Integrar-se com ele e nele” (Freire, s/d.:53). Daí a necessidade de renovação a que Gutierrez, & Catani, (2001:62) fazem referência. P. Freire realça ainda a necessidade da integração e não da acomodação, visto que “a acomodação exige uma dose mínima de criticidade. A integração pelo contrário, exige um máximo de razão e consciência” (*ibidem*:74). Por este motivo, a emergência de abordarmos a temática da participação nas escolas é cada vez pertinente. Nesta ótica, verificamos que a participação em todos os processos relativos à escola é, cada vez mais fundamental para o desenvolvimento da mesma. É, nesta base de ideias, que P. Freire ao referir-se ao povo que encontrava-se fechado diante da sociedade ao que se podia chamar de liberdade, afirma que “com a rachadura a entrada da sociedade, na época do trânsito, *emerge*” (Freire, s/d:55). Essa emersão possibilitou a abertura do povo atribuindo-lhes mas poder “renunciando a expectativa” (*ibidem*), exigindo deste modo a *ingerência* em que o povo já não é mero espectador, mas participante, “já não se satisfaz em assistir. Quer participar” (*ibidem*:55). Por outro lado, afirma o autor que esta participação a que o povo goza, “implica numa tomada de consciência e não ainda numa conscientização - desenvolvimento da tomada de consciência – ameaça as elites detentoras de privilégios. Agrupam-se então para defendê-los” (Freire, s/d:55). Com o sucedido, as reações não se fazem esperar, mas de seguida surgem é, assim que verificamos que “num primeiro momento, reagem espontaneamente. Numa segunda fase. percebem claramente a ameaça contida na tomada de consciência por parte do povo. Arregimentam-se” (*ibidem*:55). Nesta senda de ideias, constata-se que

“atraem para si os ‘teóricos’ de ‘crises’, como de modo geral, chamam ao novo clima cultural. Criam instituições assistenciais, que alongam em assistencialistas. E, em nome da liberdade ‘ameaçada, repelem a participação do povo. Defendem uma democracia *sui generis* em que o povo é um enfermo, a quem se aplicam remédios. E sua enfermidade está precisamente em ter voz e participação” (Freire, s/d:55).

Por esta razão, julga-se que “toda vez que tente expressar-se livremente e pretenda a participar é sinal de que continua enfermo, necessitando, assim, de mais ‘remédio’” (*ibidem*:55). Nesta perspectiva, o autor conclui de modo crítico que:

“a saúde para esta estranha democracia, está no silêncio do povo, na sua quietude. Está na sociedade fechada. No imobilismo. Daí que falem tanto os defensores desta ‘democracia’ na necessidade de preservar o povo do que chamam de ideias ‘exóticas’, em última análise, tudo o que possa contribuir para a presença atuante do povo no seu processo histórico” (Freire, s/d:55).

Freire, em seus estudos, referiu-se à realidade brasileira, mas as análises que aqui podemos efetuar se podem contextualizar em várias realidades. Por essa razão afirma que

“cada vez mais nos convencíamos ontem e estamos convencidos hoje de que, para tal, teria o homem brasileiro de ganhar a sua responsabilidade social e *política, existindo* essa responsabilidade. Participando. Ganhando cada vez mais ingerência nos destinos da escola dos seus filhos. Nos destinos do seu sindicato. De sua empresa, através de agremiações, de clubes, de conselhos. Ganhando ingerência na vida do seu bairro, da sua Igreja. Na vida de sua comunidade rural, pela participação atuante em associações, em clubes, em sociedades beneficentes” (*ibidem:92*).

É, nesta vertente, que podemos afirmar que é possível “aprender a democracia com a própria existência desta” (*ibidem:92*).

No que se refere à escola, temos a salientar que esta não deve ser somente um espaço de ensino e de aprendizagem, mas um espaço de “educação crítica, de participação e de cidadania democrática” como alega (Lima, 2002:87).

É, neste âmbito, que L. Lima quando referia a problemática da *democratização das organizações educativas e a participação como ingerência*, afirmou que “a democratização das organizações educativas, escolares e não escolares, representa um elemento crucial” por esta razão

“organizações e centros educativos democráticos são considerados espaços de educação crítica, de participação e de cidadania democrática, elemento de revitalização da esfera pública. Enquanto tal, são forçosamente espaços abertos e propiciadores da participação de educadores e educandos, de pais e mães e de outros sectores da comunidade local; não de uma participação encenada, ou reduzida a formalismos e a rituais eleitorais que predominantemente se repetem, nem de uma participação subordinada, sujeita a vigilância e a controlo, qual técnica ou instrumento de gestão. Mas sim uma participação *real, verdadeira*, interveniente no processo da tomada de decisões orientada não apenas para alcançar resultados ou produtos, mas também, substantivamente, enquanto processo educativo e prática pedagógica” (Lima, 2002:87).

Não obstante o que foi frisado, o autor parte do postulado de que

“esta modalidade de participação-ingerência, capaz de produzir uma *deslocação do poder* de decidir para o interior das organizações educativas, assim transformando as periferias (por exemplos as unidades escolares ou os centros educativos) em centros de decisão com

autonomia, distingue-se claramente de outras acepções de autonomia mitigada, ou meramente implementativa, frequentemente a um mero elogio, ou apelo à diversidade das formas de execução local ou periférica das decisões políticas centralmente, e autoritariamente, definidas” (*ibidem*:87).

É preciso também, retermos que esta concepção de *autonomia* a que o autor refere, “coincide muito mais com uma forma de *delegação política* do centro político-administrativo de decisões para as periferias educativas do que com uma situação de devolução de poderes democraticamente legitimadas” (*ibidem*:87). Mas o que se tem verificado e vivenciado, é que

“trata-se com frequência, e ao contrário do que geralmente é anunciado, não de uma descentralização de poderes, não de uma democratização e autonomização das organizações educativas, mas sim de formas de desconcentração administrativa capazes de recentralizar a educação e de controlar (ainda que remotamente ou à distância) as organizações, os actores e as acções educativos” (Lima, 2002:87).

Analisando neste âmbito, julga-se que a “democratização da educação não constitui um problema apenas educativo e técnico-pedagógico” (*ibidem*). Por outro lado, “as práticas pedagógicas, a intracção na sala de aula ou no grupo de formação, bem como a gestão curricular e a programação didática, os modelos de avaliação e progressão, os modelos de gestão da formação e a organização do trabalho pedagógico” (*ibidem*:88) fazem com que a aceitação e discussão das dimensões das políticas, cívicas, éticas, marquem para sempre a educação, possibilitando deste modo “abrir caminho à democratização educativa, a intervenção da comunidade e à participação dos não especialistas, assim repolitizando e amplificando as vozes pedagógicas” (*ibidem* :88). Outro aspeto que vem a revelar o autor, é que

“nem se democratiza primeiro a educação, o currículo e a pedagogia para, a partir desse momento, realizar finalmente a democratização da organização e das práticas de administração, nem se parte destas como aquisições *a priori*, para depois conseguir alcançar aquela. Com efeito, uma e outras encontram-se profundamente imbricadas e são mutuamente reforçadoras, ou mutuamente inibidoras, embora se possam admitir ritmos e avanços relativamente distintos no seu processo de mudança” (*ibidem*).

No que tange a *pedagogia da autonomia* e a *autonomia da pedagogia* desenvolvidas por P. Freire, o autor é de opinião que a mesma deve ser mais abrangente e não apenas ser redutível a aspetos ligados à sala de aulas como (métodos, estratégias, recursos didáticos, dentre outros).

“Uma prática educativa democrática e anti-discriminatória, uma prática «educativo-progressista» orientada para a realização dos educandos como seres livres e conscientes, para uma aproximação crítica entre a escola e a vida, entre o currículo e a experiência social

dos sujeitos, entre o ensino e a formação política, moral e cívica, entre formação democrática e exercício efectivo de práticas democráticas e participativas, comprometendo-se assim com a emancipação e com a autonomia não pode deixar de revelar-se uma «pedagogia da autonomia». Porém, esta pedagogia, envolvendo educandos que vão progressivamente estruturando e afirmando como sujeitos autónomos, exige obviamente a intervenção de educadores autónomos e também «saberes necessários» às práticas educativas autónomas” (*ibidem:89*).

Em jeito de conclusão relativamente ao tema abordado, o autor descreve alguns itens de modo a diferencia-los, deste jeito alega que “a prática de uma pedagogia da autonomia baseada numa racionalidade comunicativa e dialógica, pressupõe condições não estreitamente pedagógicas de autonomia, pois não existe *dialogia* sem autonomia” (*ibidem:89*), mas que “enquanto acção educativa e prática pedagógica, a pedagogia da autonomia não é passível de realização de forma independente e permanentemente desconectada, da autonomia da pedagogia, ou seja, da autonomia do campo pedagógico, da organização ou centro educativo, dos actores e dos poderes de decisão educativos” (*ibidem*). Dessa forma, podemos salientar que a crescente necessidade de se obter escolas com um carácter democrático e autónomo onde se possa exercer trabalhos sem coacção, mas de forma livre e responsável onde todos se possam sentir envolvidos para o desenvolvimento da mesma, é cada vez maior.

Também, relativamente à prática da autonomia a que fizemos referência, Freire em sua obra a *Pedagogia da Autonomia* a que L. Lima referencia, esclarece que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá – blá - blá e a prática ativismo” (Freire, 2011:38). Mas que a necessidade de discussão em torno dos “saberes fundamentais à prática educativo-crítica ou progressista e que, por isso mesmo devem ser conteúdos obrigatórios à organização programática da formação docente” (*ibidem:38*).

Por outro lado, tendo em consideração à frase “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação” (*ibidem:47*), o autor afirma que “faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação”. Por esta razão “a prática preconceituosa de raça, de classe, de género, ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (Freire, 2011:47). O autor, parte da ideia de que “pensar e fazer errado, pelo visto, não tem mesmo nada que ver com a humildade que o pensar certo exige. Não têm nada que ver como bom senso que regula nossos exageros e evita as nossas caminhadas até o ridículo e a insensatez” (*ibidem*). Nesta ótica, a necessidade de ensinar a pensar certo é fundamental.



### **1.4.1. A Participação na Escola**

A temática participação na escola, faz-nos perceber que quando nos referimos em torno da participação a nível escolar, estamos diretamente a pensar na possibilidade de encarar a mesma com todos os direitos que nela recai, neste âmbito nos referimos ao direito de autonomia que a possibilita ser mais aberta e disponível aos interesses de quem a procura. Em outra vertente, podemos observar que vários aspetos concorrem para clarificar a participação. Por isso, D. Hora, ao fazer a sua abordagem em torno da definição que a caracteriza, esclarece que a mesma “é um direito e um dever de todos os que integram uma sociedade democrática, ou seja, participação e democracia são dois conceitos estreitamente associados” (Hora, 1994:53). É, nesta vertente, que M. Guerra faz a sua abordagem referindo que “não existe formação autêntica sem participação. Se os membros da comunidade educativa não estão nela ‘por empréstimo’, se não a consideram sua, se sentem nela meros executores das prescrições externas, dificilmente se poderão formar para a cidadania. Aprende-se a participar, participando” (Guerra, 2002:7). É, deste modo, que a participação é classificada como vetor de desenvolvimento, pois é um direito de todas as pessoas e de todos os cidadãos, e não um favor concedido. Portanto, todos os membros que integram a comunidade educativa de forma direta e plena, devem participar desta comunidade. Esta participação na qual todos os cidadãos são chamados, é concebida pelo facto desta não só interessar aos que dela atuam diretamente, mas a todos os cidadãos. Neste caso, a participação deve ser vista em todas as áreas de gestão da escola, no processo de aprendizagem inerentes à escola. O autor revela-nos que a participação “está cheia de armadilhas. Pode-se abrir a participação em dimensões não transcendentais, pode-se participar de forma condicionada, pode existir uma participação submetida a interesses ou a mentiras” (*ibidem:8*). Outrossim, continua o autor com a ideia de que “a participação na escola não se circunscreve à intervenção nos órgãos de governo. Refere-se a todas as facetas e âmbitos da vida escolar. A participação deve inspirar as concepções, as atitudes e as estruturas da escola. Não se refere, exclusivamente, aos aspectos formais” (*ibidem:9*).

Relativamente à aproximação conceptual e tipologia de acepções do termo participação, várias foram as suas análises, nesta ótica M. Guerra (2002:10), vai a mais além ao afirmar que “a palavra participação é um termo ‘guarda-chuva’ sobre o qual se escondem muitos conceitos de diverso conteúdo semântico”. Mas o certo é que não se pode classificar a participação escolar fora do seu contexto institucional. Na perspetiva do autor,

“o vocábulo ‘participar’ provém, etimologicamente do latim ‘participare’, que significa tomar parte. Participar é pois, uma acção social que consiste em intervir activamente nas decisões e acções relacionadas com a planificação, actuação e a avaliação da actividade que se desenvolve na escola e na aula. Refere-se a todos os deliberados e conscientes que nascem do direito consubstancial dos cidadãos a contruir, livre e responsavelmente, como protagonistas, a realidade que vivem” (*ibidem:10*).

Quando nos referimos a temática da participação, estamos diretamente envolvidos com o fator decidir, pelo facto desta (participação) estar associada à intenção de contribuir para a formação da vontade coletiva. Assim “não se pode participar sem decidir” (*ibidem:10*). Esta participação a qual nos referimos não apenas deve assentar num processo de atuação de carácter técnico, mas sim em comportamentos sociais radicados em valores públicos e não apenas em interesses particulares. A participação desde os tempos remotos não surgiu muito facilmente, foi fruto de “reivindicações que foram tomando forma por meio de escritos, movimentos, pressões e revoluções. Foi longa e difícil a marcha desde a organização hierárquica e autoritária até à escola participativa” (*ibidem:11*). Esta surge principalmente para defender os direitos, dando lugar a uma organização diferente para defender esses mesmos direitos. Na organização escolar, os professores, como esclarece o autor “que são em número e que têm interesses profissionais, aglutinam-se e tornam-se coesos mais do que os alunos. Estes estão atomizados e dispõem de escassas condições para se agruparem” (*ibidem:11*). Os diferentes grupos a nível escolar podem prosseguir fins comuns, e não apenas associativos. Desta feita, julga-se que a finalidade da participação na escola, “não é somente organizativa ou funcional, mas também educativa. Não se deve participar apenas para conseguir determinados fins extrínsecos à própria participação, mas porque a tarefa de participar é, em si mesma, enriquecedora” (Guerra, 2002:23). O trabalho colaborativo, isto é, em equipa, é sempre fundamental para que haja progresso a nível escolar e não só, pelo simples facto de proporcionar maior abertura de diálogo, planificação e avaliação, desenvolvendo aos envolvidos mais responsabilidades e maior aprendizagem. É assim que o autor faz menção a paradoxos sobre os quais a escola mantém em sua estrutura e sobre os quais destaca a mesma como “uma instituição carregada de imposições que pretende educar para a participação; é uma instituição de recrutamentos forçosos que pretende educar para a liberdade; é uma instituição hierárquica que pretende educar para a democracia” (*ibidem:13*). Mas a mesma é também marcada por *armadilhas democráticas* as quais o autor destaca as seguintes:

“- Põe em debate o secundário, ao passo que impõe o essencial por via hierárquica e normativa; põe em funcionamento um jogo democrático com truques, pois as decisões são tomadas em foros hierárquicos; permite aceitar ou rejeitar, mas não tomar a iniciativa em

assuntos essenciais; denuncia postulados sobre a vantagem de participação, mas não dispõe de tempo nem de espaços para a exercitar” (*ibidem:14*).

Atendendo às exigências a que a democracia deve possuir, tendo em consideração os conteúdos que dela advém, M. Guerra faz uma abordagem em torno do conceito democracia e alega que a mesma “não é só uma forma de governo, é também um ideal moral ou um estilo de vida que se baseia no respeito pela pessoas, na tolerância, no pluralismo e na participação” (Guerra, 2002:15) e que também não caminham só, apoiam-se em algumas bases dentre as quais o autor vem a salientar as seguintes:

“Diálogo permanente entre todas as pessoas e associações, entre autoridades e os membros da comunidade educativa; debate aberto sobre as questões importantes, e não apenas sobre as não transcendentais; capacidade crítica relativamente às formas de agir às normas que se impõem, às relações que se estabelecem, aos conflitos que se geram; intervenção nas decisões, tanto por meio dos órgãos da participação colegial como por meio das opiniões e das actuações na vida quotidiana; controlo das decisões, uma vez chegados a acordo ou à aprovação maioritária; liberdade de expressão que deve ser exercida não só pelo professor, mas também pelos alunos; tolerância radical quanto às formas de pensar das pessoas e ao modo de interpretar a cultura” (*ibidem:15*).

Mas também existem na escola elementos que possam perigar ou condicionar a democracia e que o autor faz menção a alguns, visto que a mesma não apenas se limita a enunciados gerais que todos podem defender a partir de uma forma teórica, como:

“O poder condiciona o exercício da democracia quando se exerce de forma autoritária. Se é um poder democrático, favorecerá a participação; o facto de haver minorias pode ser um entrave para o desenvolvimento democrático, quando elas são silenciadas pelo peso dos votos, pelo poder dos grupos maioritários ou pela aplicação mecânica das leis; o papel desempenhado pelos participantes condiciona a democracia escolar. É fácil que a opinião de um professor tenha mais peso numa decisão do que a de um aluno, independentemente do conteúdo das mesmas; a fratura entre representante e representados. Os grupos de pais e de alunos têm quase impossibilidade material, uma vez que as associações não formam grupos propriamente ditos. Quando e onde se reúne o grupo de alunos? Quando e onde se reúne todos os pais e mães? O vínculo de representação quebra-se no próprio momento de eleição; a falta de informação sobre o que se passa, através de canais rápidos, fidedignos, frequentes torna difícil uma participação plena” (*ibidem:16*).

No entanto, a possibilidade de modificar toda essa situação e pautar por um aperfeiçoamento em todas as dimensões, é possível.

Voltando ao que a participação nos instiga, podemos constatar que esta é um processo que permite uma maior entrega e responsabilidade no que se faz. Assim, afirma o autor que “a

participação é o princípio básico de democracia” (*ibidem:25*) embora a democracia seja muitas vezes definida como *governo do povo*, o seu estudo deve ser minucioso, por não haver uma distinção de quem é este povo (crianças, jovens ou adultos?) e também segundo a análise do autor, esta democracia participativa não simplesmente deve ser reduzida à prática de voto, mas deve exigir “diálogo permanente, o debate aberto, o controlo das decisões e a capacidade de crítica afetiva” (Guerra 2002:25). Relativamente ao que se observa na escola, julga-se que a participação dentro da mesma apresenta diferentes facetas: “pode-se (deve-se) participar na sua gestão, no desenvolvimento das suas normas, na selecção de conteúdos, no estabelecimento da metodologia, no processo de avaliação...” (*ibidem:25*). O que podemos deter é que participar nas atividades escolares é um direito, visto que este “permite intervir activamente na construção, manutenção e transformação da ordem” (*ibidem:29*).

A democracia vivida normalmente em escolas, apesar de débeis, podem ser melhoradas, não somente começando a dinamizar democraticamente a transformação das estruturas participativas, mas “para que a realidade se transforme, tem que se melhorar o discurso que nos aproxima de uma compreensão diferente, as atitudes de protagonistas e as práticas por elas realizadas” (*ibidem:30*), mas também é de salientar que nenhuma destas vertentes pode causar mudanças profundas trabalhando isoladamente.

No que tange à democratização vivenciadas na escola, salienta o autor que

“a democratização das instâncias organizativas e dos processos de relacionamento exige a livre opinião dos protagonistas. Faço finca-pé nas condições de liberdade que a expressão das opiniões deve ter, dado que a hierarquização que existe na escola dificulta a opinião livre e sincera dos alunos (medo de represálias, poder dos avaliadores, chantagem afectiva...). Os alunos devem participar na determinação do projecto de escola, no seu desenvolvimento e na avaliação posterior” (*ibidem:36*).

Esta representação de alunos é concebida, porque os alunos não são meros telespectadores e nem objetos no processo docente educativo, mas sujeitos e *agentes de sua própria formação*. A luta por uma escola cada vez melhor e competitiva é um facto, mas os alunos são sempre deixados à margem, situação que pode ocorrer para um erro. “A transformação real produz-se a partir da compreensão e esta só é possível, se garantir a libertação da voz dos participantes” mas também, “o propósito democratizador da escola, deve começar na etapa de formação de professores. As atitudes tolerantes, participativas, solidárias, não se improvisa. [...] As escolas de formação têm que ser lugares onde se encarna o modelo democrático que, depois, se pretende desenvolver na vida profissional”

(Guerra, 2002:37). A nível escolar, a participação é cada vez mais exigente, por envolver os “membros da escola, estudar e trabalhar nela” por outra, “os alunos que estão numa e que, com as suas atitudes e comportamentos, condicionam a atividade escolar estão a participar. Decidir como é que os outros devem agir é outro nível diferente” (*ibidem:42*). Um outro aspeto a que o autor faz menção é o facto de afirmar que “creio que a participação não tem um carácter meramente instrumental, mas que encerra em si mesma o valor de virtude democrática. A participação não é necessária só como um modo de conseguir outras coisas, ela é um exercício de responsabilidade democrática” (*ibidem:43*). Reforçando a ideia a que o autor defende anteriormente relativamente ao direito à participação, surge esta a que o mesmo alega que “a participação não é um direito, mas um dever. As pessoas não devem renunciar à participação, porque, pela sua condição de cidadãos, são obrigados a tomar parte no melhoramento da sociedade. E na condição de alunos, é imprescindível que contribuam com a iniciativa e a decisão” (*ibidem:45*). Embora em contextos e em locais diferentes como afirma o autor,

“outra falácia reside na redução dos âmbitos da participação. Se só participa nas questões que não têm importância, o que se está a participar é um jogo enganador. Seria preferível não participar, a fazê-lo desta forma, que gera a aparência da participação. Se os alunos só participam em questões marginais ou não transcendentais, essa forma de intervir na escola pode fazer esquecer que há outras – mais importantes – que não se participa” (*ibidem:45*).

A participação, a qual nos referimos, abarca questões de âmbito geral a nível escolar e não apenas a questões relacionadas a gestão como aspetos formais, mas também *afecta o desenvolvimento dos processos de aprendizagem*. Desta feita, cabe-nos também referir que “a participação deve ser promovida de forma partilhada” (*ibidem:51*) dando a possibilidade de todos sentirem-se envolvidos. E, para isso, importa-nos saber que essa participação exige tempo. É, nesta ótica, que o autor afirma que “é certo que a participação é um processo e uma tarefa que exige tempo. Não há experiência de participação. Criar um clima em que a colaboração, a confiança, a comunicação e a motivação façam parte do tecido cultural da organização é uma tarefa que exige tempo e constância” (*ibidem:52*). Por outro lado, atendendo aos desafios a que V. Paro toma como ponto de partida de sua investigação, concretamente o modo de participação nas escolas, afirma que “na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola - educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões a dotar a escola de autonomia e de recursos” (Paro, 1997:12). Fazendo referência a realidades vivenciadas em São Paulo- Brasil, e tendo em conta ao modo de participação nas escolas, V. Paro parte do pressuposto de que “este é um instrumento que existe e

precisa ser aperfeiçoado com vista a que se torne o embrião de uma verdadeira gestão colegiada que esteja articulada com os interesses populares na escola” (*ibidem:12*). As reivindicações individuais ou em grupos na escola, são fundamentais em certos casos para dinamizar o processo, embora estas nem sempre são bem percebidas. É, nesta base, que o autor afirma que

“vejo a necessidade de a escola organizar-se democraticamente com vistas a objetivos transformadores (quer dizer: objetivos articulados aos interesses dos trabalhadores). E aqui subjaz, portanto, o suposto de que a escola só poderá desempenhar um papel transformador se estiver junto com os interessados, se se organizar para atender aos interesses (embora nem sempre conscientes) das camadas às quais essa transformação favorece, ou seja, das camadas trabalhadoras” (*ibidem:12*).

Com o exposto, podemos constatar que quanto mais organizada a escola estiver, melhores resultados se poderá obter, mas V. Paro considera também que “outro aspecto importantíssimo do problema da participação da comunidade na escola, e que requer medidas corajosas, refere-se ao provimento de condições para que os membros das camadas exploradas participem da vida escolar” (Paro, 1997:13) mas que “não basta permitir formalmente que os pais de alunos participem da administração da escola; é preciso que haja condições materiais propiciadoras dessa participação” (*ibidem:13*). Contudo, para que se dê uma maior participação dos pais nas atividades relacionadas à escola, é preciso que cada Governo crie estratégias de funcionamento a nível da função pública e não só, de maneiras que sobre tempo de cada pai ou encarregado de educação saber mais acerca da “vida” da escola em que se encontra inserido o seu filho. Outro aspeto a reter e que o autor referencia, é o facto de que “por mais colegiada que seja a administração da unidade escolar, se ela não inclui a comunidade, corre o risco de constituir apenas mais um arranjo entre os funcionários do Estado, para atender a interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária” (*ibidem:16*). É, deste modo, que se pode aceitar que

“a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade, mas parece faltar ainda uma maior precisão do conceito de participação. A esse respeito, quando uso esse termo, estou preocupado, no limite, com a participação nas decisões. Isto não elimina obviamente, a participação na execução; mas também não a tem como fim e sim como meio, quando necessário para a participação propriamente dita, que é a partilha do poder, a participação na tomada de decisões (*ibidem:16*).

Nos sectores da vida social, nunca podemos ver a participação como um *fim*, mas como um *meio* que ajudará na resolução de certos problemas. Por outro lado, continua o autor

“mas a participação da comunidade na gestão da escola pública encontra um sem-número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para que ele se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades” (*ibidem:16*).

Desta feita, julga-se que a necessidade de participação a nível escolar é cada vez maior.

#### **1.4.2. Gestão Democrática das Escolas**

A gestão democrática da escola é essencial na educação. É de salientar que desde os tempos mais remotos a gestão esteve sempre ligada à forma de planificar, tornando assim a principal função a que um gestor deve cumprir. As questões referentes ao modo de como gerir foram sempre suscitando inquietações, razão pela qual, L. Lima quando referia em torno da *gestão democrática das escolas* e mais concretamente no que tange às *três dimensões básicas associadas* a mesma gestão, afirmou que

“é mais produtivo, para efeitos de estudo, inventariar e problematizar as principais dimensões teóricas que são associadas ao conceito de gestão democrática, em estreita articulação com a análise das suas políticas e práticas, e com a emergência de sentidos divergentes, incluindo processos de erosão democrática e, mesmo, de crítica a partir de referenciais gestionários e eficientistas” (Lima, 2014:1070).

Estes aspetos ora mencionados, contribuem para que se constitua e se legitime como uma

“contribuição indispensável ao processo de realização do direito à educação e a democratização das suas organizações escolares, das suas estruturas, dos processos de decisão, das relações de poder, das práticas educativas e de produção de conhecimento, dos direitos, ao exercício da cidadania democrática e da participação ativa, não apenas por parte dos profissionais da educação, mas também desde logo, dos educandos das suas famílias, da comunidade, numa perspectiva de construção sociocomunitária da autonomia da escola, em direção ao seu autogoverno, a gestão democrática das escolas é realização de extraordinária exigência e dificuldade” (*ibidem:1070*).

Por esta razão, é possível a realização profunda e oscilante de “avanços e recuos, de contradições profundas, seguindo de perto os matizes teóricos da democracia e das suas distintas teorias, bem como as intensidades variáveis das práticas de participação e, no limite, de não-participação, nos processos de decisão” (*ibidem:1071*).

L. Lima para esta investigação, baseou-se fundamentalmente no estudo de escolas *portuguesas* e conclui que as mesmas “permitiram o estabelecimento de uma forte associação teórica entre *gestão democrática e eleição, colegialidade, participação na decisão*” (*ibidem*). Estas são as três

dimensões mencionadas anteriormente consideradas *cruciais*, que certamente encontram-se associadas a outras também relevantes mas, sempre *dependentes* daquelas ou *subordinadas*.

No que tange à *eleição* dos membros dos *órgãos directivos*, ou mesmo dos principais “detentores de cargos públicos nas escolas”, bem como os “representantes” dos vários sectores com participação nos processos de decisão “representa um requisito considerado elementar, especialmente por contraste com a situação durante o regime autoritário e com os seus critérios de nomeação de órgãos unipessoais (reitores e diretores), tendo por base a confiança política entre governantes e personalidades nomeadas” (*ibidem:1071*).

Estas três dimensões de seleção dos “dirigentes escolares (eleições, concursos, nomeações)” durante tempos foram debatidas as suas vantagens, bem como as suas desvantagens. Por esta razão,

“a eleição, estando em causa a escolha entre ideários ou distintos projetos políticos-pedagógico para a escola é, do ponto de vista democrático, uma opção mais coerente embora haja que atender a múltiplos fatores, com maior ou menor intensidade democrática, como os critérios de elegibilidade, a definição de eleitor, os processos eleitorais, a duração dos mandatos, as competências a exercer, sabendo-se que a simples eleição não pode ser de forma atomizada e independente do grau de participação” (Lima, 2014:1071).

Todos estes aspetos concorrem para a democracia no plano escolar. Mas a eleição é democraticamente superior e, de resto, mais favorável à possível combinação entre práticas de democracia direta e práticas de democracia representativa nas escolas (*ibidem*).

No que tange à colegialidade exercida aos órgãos de governo da escola, bem como em nível de gestão pedagógica intermédia, mesmo dentro do contexto português verificou-se que “ao longo de três décadas foi decisiva para a associação entre democracia e colegialidade, desde logo a partir das primeiras de afastamento de reitores e diretores e da constituição de comissões de gestão durante o período revolucionário [...]” (*ibidem:1071*).

Por último, temos a *participação na decisão* que

“emerge como uma dimensão central da gestão democrática das escolas, não apenas pelos fenómenos de participação activa que são típicos do processo de organização e mobilização democráticas, mas também porque a participação verdadeira exige muito mais do que o acesso à informação e o direito de ser informado, a publicidade democrática dos atos, as propostas e sugestões, as auscultações e outros processos eventualmente despojados de poder de decisão” (*ibidem:1702*).

Mas precisamos perceber que em termos de governação democrática, não se pode simplesmente limitar-se



“ao cumprimento das regras e dos processos democráticos, por mais relevantes que estes também sejam, nem reproduz necessariamente as regras procedimentais e outras, uma vez, que propõe um quadro de autonomia, isto é, um regime em que é possível, ao menos parcialmente e no respeito pelo quadro constitucional e jurídico público, construir as próprias regras (*auto+nomos*), certamente em coautoria com outras instâncias governativas superiores, mas definitivamente de forma não inteiramente subordinada às regras dos outros (*heteronomia*), podendo mesmo chegar à prática de atos administrativos definitivos e executórios”(Lima, 2014:1072).

Uma observação que deve sempre ser efetuada em torno do conceito participação é o facto do mesmo implicar que a decisão que é um fator determinante na gestão escolar. Por isso mesmo, para o autor, o poder de decisão, participando livremente, tanto em grupo como individualmente, e sem coação “nos respectivos processos de tomada de decisões representa o âmago da democracia e, conseqüentemente, sem participação na decisão não é possível conceber uma gestão democrática das escolas na perspectiva do seu governo” (*ibidem*). É, nessa lógica de ideias, que nos revela Lima alegando que “é mesmo essa dimensão político-participativa decisória que confere sentido à substância às anteriores dimensões de eleições e de colegialidade democráticas” (Lima, 2014:1073).

Mas nem tudo é perfeito, por isso mesmo, as dimensões já mencionadas, também podem divergir em alguns aspetos que poderemos esclarecer, pelo facto de “não estar marcados pela miscigenação de elementos teóricos e conceituais distintos, mas também por concretizações históricas e político-educativas mais próximas, ou mais distantes dos ideias democrático-participativos, não raramente remetendo para situações de mercado hibridismo e mesmo para cenários de possível rutura com os valores da democracia” (*ibidem*).

Muito se revela em torno da participação como aspeto fundamental para a democracia, mas podemos também afirmar que o *auto-governo* é um dos aspetos que vem a dar abertura às escolas democráticas como nos mostra o excerto a seguir:

“entendida como autogoverno democrático, a gestão democrática das escolas assume uma feição política em busca da sua autonomia, em regime de co-decisão e de interdependência com outras autoridades públicas, legitimando a descentralização do sistema escolar e a transferência de poderes, do centro para as periferias, através da participação democrática dos atores escolares e do público em contacto com a escola, numa perspectiva sociocomunitária” (*ibidem:1073*).

Outra análise também é efetuada relativamente à *gestão democrática das escolas*, que pode ser entendida,

“enquanto autogoverno democrático, e em boa parte, até mesmo enquanto conjunto de estruturas e de procedimentos democráticos, foi objeto de uma crítica sistemática por parte de sectores políticos que concebem a democracia no governo das escolas como um exemplo dos desmandos progressistas na educação e da irresponsabilidade das lideranças colegiais, que ainda é possível encontrar em certas organizações públicas” (*ibidem:1079*).

No entanto, mesmo ainda estando dentro do contexto escolar, partiremos dos aspetos mais gerais que abordam *a gestão democrática em educação* pelo facto da mesma estar “intimamente articulada ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e colectivos, da classe, dos trabalhadores, extrapolando as batalhas internas da educação institucionalizada, e sua solução está condicionada à questão da distribuição e apropriação da riqueza e dos benefícios que transcendem aos limites da ação escola” (Hora, 1994:49), visto que a mesma desempenha uma “contribuição indispensável e insubstituível, embora limitada, a dar para a afirmação histórica das classes populares, na medida em que pode favorecer a ampliação da compreensão do mundo, de si mesmo, dos outros e das relações sociais, essencial para a construção da sua presença histórica, responsável e consciente no exercício concreto da cidadania” (*ibidem:49*). É assim que Guerra faz uma abordagem mais específica da escola e alega que “é necessário ter em conta as características que definem a instituição escolar. Só a partir desta compreensão se pode entender o seu funcionamento e a natureza peculiar da actividade dos seus diretivos” (Guerra, 2002:59). Neste caso, pode-se constatar que “a escola tem pouca autonomia para apresentar os seus fins, suas estratégias de intervenção e as suas estruturas organizativas” (*ibidem:59*), estas situações normalmente são observáveis em todas as escolas. O autor caracteriza *a escola* como uma *instituição com fins contraditórios*, nesta ótica sustenta que “confia-se a tarefa de preparar os/as alunos/as para os valores (solidariedade, pacifismo, igualdade, autenticidade ...). Também se exige que prepare os/as alunos/as para a vida, para o trabalho, para a sociedade. A sociedade tem fortes componentes de não solidariedade, belicismo, desigualdade, falsidade....” (*ibidem:59*). A escola também tem-se apresentado como uma *instituição que pratica um recrutamento forçado*, pelo facto dos “alunos/as ocorrem, à força, às escolas em períodos obrigatórios”. Ainda assim, também verifica-se que *a escola é uma instituição com tecnologia problemática* por não “existir um método infalível, um modo de actuação universalmente válido. Este facto faz dela uma instituição vulnerável, dado que todos/as opinam e julgam sobre as suas actuações como se fossem profissionais especializados” (*ibidem:61*).

Na sua normalidade, as escolas não caminham sós, possuem dirigentes os quais as possam guiar para o desenvolver da mesma. Nesta senda de ideias, cabe referir que

“os directivos das escolas participam das características da instituição que coordenam, e fazem-se eco da sua problemática. A estrutura de participação das escolas (dada a pormenorizada prescrição externa, a natureza da tarefa, a tradição escolar e a pressão social) não pode ser intensa. Daí que não basta estabelecer estruturas formais de participação para que se desenvolva automaticamente a democracia” (*ibidem:61*).

Por outro lado, sendo a escola um espaço que alberga alunos/professores de diferentes estratos sociais e raças, a possibilidade de conflitos é bastante provável, assim pode-se verificar que “os directores podem sentir-se desconcertados face à natureza das suas intenções, desejos e atitudes que entram em conflito com algumas tradições autoritárias, algumas estruturas imperfeitas e, ainda, com algumas tarefas que exigem uma assimetria clara” (*ibidem:61*). Estas características assemelham-se às das escolas angolanas, por estas serem partilhadas por elementos de todos os estratos sociais, raças e culturas diferenciadas.

Os directivos a que nos referimos, não são elaborados simplesmente sem ser dirigido a um grupo específico. O autor questiona-se: *a que se dedicam os directivos?* E logo em seguida avança com a ideia de que “existem funções pedagogicamente ricas e funções pedagogicamente pobres na gestão de uma escola. Bastaria comprovar a qual delas os directivos dedicam mais tempo para avaliar a importância da sua actividade” (*ibidem:64*). Desta feita, M. Guerra faz uma abordagem, distinguindo os momentos em que cada função pode desempenhar o seu papel. Assim, as *funções pedagogicamente pobres* que apesar de necessárias continua Guerra, “não têm conexão directa com a qualidade do processo educativo e a melhoria das relações” como:

- “As burocráticas e de tramitação de documentos
- As relativas à *bricolage*
- As de controlo e disciplina
- As de substituição de professores/as
- As de representação institucional” (Guerra, 2002:64)

Ainda alega também que, às “funções pedagogicamente ricas” são promotoras “de um bom clima, bem como de uma reflexão sistemática e de um compromisso com o melhoramento”:

- “A animação de um projecto educativo
- Investigação educativa
- A criação de um clima favorável
- A coordenação pedagógica
- A estimulação de iniciativas didácticas
- A avaliação interna do processo
- O aperfeiçoamento dos professores” (Guerra, 2002:64).

Estas funções ricas pedagogicamente, bem como a sua dedicação jogam um papel preponderante não somente na melhoria das práticas, mas também do desenvolvimento diretivo dando maior prazer e satisfação a nível profissional. Mas também, atendendo às finalidades a que cada organização pretende alcançar, cabe-nos frisar a finalidade à que a ação educativa pretende, neste caso afirma o autor que “não é conseguir a submissão ou simples rendimento (o vocábulo alude curiosamente a render-se e a conseguir resultados), mas sim a libertação dos indivíduos” (*ibidem*:65).

Como é óbvio, a gestão democrática nas escolas nem sempre foi completa sem que haja intervenção nem apoio de ninguém. Sendo assim, para que se dê uma melhoria na “função directiva e da democracia nas escolas”, partiremos do triangulo elaborado por M. Guerra em que descreve o “discurso, a prática e a atitude” como sendo fundamentais para que tudo se concretize. Nesta ótica clarifica-se que “para que haja uma melhoria efectiva na qualidade do trabalho nas escolas, é preciso modificar, simultaneamente, o discurso (a linguagem com que se nomeiam as coisas), a prática (os comportamentos que se realizam) e as atitudes (as disposições das pessoas em relação à tarefa e aos demais)” (Guerra, 2002:67)<sup>4</sup>.

M. Guerra faz referência à diversos tipos de participação que possam contribuir ou não para o crescimento da escola e para que se viva uma verdadeira democracia. Assim destaca as seguintes:

“A Participação imposta: É uma contradição que se obrigue a ser participativos. É paradoxal que se chegue a ser democrático por imperativo legal. Se a escola há -de ser democrática, deve sê-lo a partir de dentro, deve lutar por o ser o ser cada vez mais plena e intensa.

“A participação com truques: Trata-se de uma participação enganadora. Parece que existe participação, mas, na realidade está tudo decidido.

A participação formal: Trata-se de respeitar os mecanismos legais que prescrevem a participação dos pais e das mães na escola. Às vezes, são a morte de uma verdadeira participação. Uma participação que não escuta as minorias, que não debate sobre questões básicas, que não gera respeito de todos, que não busca a igualdade e a justiça... é uma simples paródia.

A participação não substancial: Mais que participação é um arremedo da mesma. Limita-se a questões intranscendentes, protocolares ou pouco conteúdo e influencia na escola.

A participação sequestrada: Os pais e mães que participam nos órgãos colegiais vêem-se condicionados pela atitude dos directores e dos professores.

A participação fraudulenta: Há formas de convidar à participação que se transformam em puro embuste ou, o que é pior numa burla sarcástica. Dizer, por exemplo, que as decisões são democráticas quando é um a convocar, a ter a informação, a dirigir a reunião, a explicar

---

<sup>4</sup> Podemos também salientar que há participação na gestão, quando aceitamos que “a Assembleia de Escola é o órgão máximo de representação e de gestão da instituição escolar” (*ibidem*:86) nela não somente estão representados os pais e mães, mas também outros órgãos que contribuem para o desenvolvimento e bom funcionamento da mesma, como Associações de Estudantes entre outras representações. Embora a Assembleia da Escola é tida como o *maior órgão colegial de maior importância na escola* por ser a base onde são tomadas as decisões sobre o modo de funcionamento da escola, também apresenta suas limitações.

os termos da mesma e a poder preparar previamente as diversas associações e pessoas, constitui um embuste pesado, e uma autêntica estratégia democrática” (Guerra, 2002:95-96).

Com o exposto, resta-nos salientar, que é preciso termos a noção de que participar na escola é saber o que de concreto estamos a fazer, que sentido tem para a nossa vida e estar comprometido com a mesma, para que se verifique melhoramento<sup>5</sup>.

### **1.4.3.A Gestão participativa**

Não obstante a abordagem da temática da *gestão democrática*, é importante também fazermos referência à *gestão participativa*, visto que ambas apresentam aspetos similares. Esta é a razão pelo qual J. Barroso a definiu como sendo correspondente a um “conjunto de princípios e processos que defendem e permitem o envolvimento regular e significativo dos trabalhadores na tomada de decisão” (Barroso, 1998:15). E que para que isso aconteça, é importante que se perceba que este envolvimento o qual nos referimos “manifesta-se, em geral na participação dos trabalhadores na definição de metas e objectivos na resolução de problemas, no processo de tomada de decisão, no acesso à informação e no controlo da execução” (*ibidem*:15). É, deste modo, que se afirma que “ele pode assumir graus diferentes de poder e responsabilidade e afectar quer a organização, no seu conjunto, quer cada trabalhador e o seu posto de trabalho, embora está sempre orientado para a realização das finalidades da organização” (Barroso, 1998:15). Por isso afirma-se que ao fazer uma descrição do surgimento da “gestão participativa”, o autor é da opinião de que esta teve as suas origens em «movimentos das relações humanas» que foram difundidos por intermédio de “Elton Mayo, na Westerm Electric’s Hawthorne, nos Estados Unidos, isto nos anos de 1924- 1933” (*ibidem*).

É, de salientar, que quando nos referimos à gestão participativa, afirmamos que os trabalhadores desde os tempos idos têm vindo a reivindicar o seu modo de participação. Como nos revela o autor, tal facto foi sucedido, por

---

<sup>5</sup> No que tange à burocratização nas suas disfunções de tomada de decisões nas escolas, a mesma tem servido de travão para o seu progresso, visto que em muitos casos “como é de preceito a anuência da assembleia, apresentam-se os temas já debatidos, com a decisão já elaborada e a assembleia simplesmente aprova ou reprová formalmente” (*ibidem*:112). Quanto a *hierarquização nas sessões* é de salientar que nos apresenta a imagem do diretor como o que “decide a ordem do dia, quem impõe a data e a hora da reunião, quem conhece a informação mais relevante sobre os temas que vão ser tratados, a quem apresenta estes temas na assembleia, quem dá ou retira a palavra, quem organiza as votações, quem faz a contagem dos votos, quem dá explicações, quem encerra a sessão” (*ibidem*:112), embora esta não fosse a via correta de tratamento de situações ocorrentes na instituição.

“razões psicossociais (como forma de motivar os trabalhadores); por razões políticas (como forma de democratizar o governo das empresas); por razões sociais (como forma de conciliar a liberdade individual com a necessária integração social e finalmente, por razões ‘gestionárias’ (como forma de melhorar a qualidade do trabalho, de ajustar a organização à turbulência exterior, e resolver a complexidade dos problemas organizacionais” (*ibidem*:18).

Com o exposto, notaremos que é, deste modo, que hoje afirmamos que a necessidade da introdução de diferentes formas de *gestão participativa* nas organizações é cada vez maior, quer nas organizações públicas, privadas, bem como industriais, de serviços, lucrativas ou não.

A problemática da *gestão participativa* nas escolas, vem a desempenhar um papel bastante preponderante, pelo facto de potenciar aos alunos a nível organizacional maior rendimento, visto que, a emergência da criação de políticas que permitam a participação do professor como agente integrante do processo docente educativo é cada vez maior, razão pela qual o seu estilo de gestão é fundamental, visto que participando da gestão, ajudará em atividades como a planificação das atividades, o trabalho em equipa e ajudará a manter uma cultura solidária em que o reforço mútuo, se fará presente, ajudando deste modo na resolução de problemas e no desenvolvimento profissional. É, deste modo, que J. Barroso afirma que quando se trata de «gestão participativa» “está-se a falar essencialmente do envolvimento dos trabalhadores na gestão, o que no caso das escolas, quer dizer, em primeira linha, dos professores” (Barroso, 1998:19), visto que estes “constituem, em princípio, uma força de trabalho altamente especializada e qualificada que em muitos casos se aproxima de um corpo profissional” (*ibidem*:19) embora estes tenham como suporte os alunos que são a chave fundamental para que se desenvolva o processo docente educativo.

### **1.5. A Participação na tomada de decisão na escola**

Geralmente nas instituições escolares a tomada de decisão não é exercida como acontece em outras organizações, por esta apresentar *diferenças críticas*, onde o fator ambiguidade nos seus objectivos vem a ser cada vez maior e que suas atenções estão mais centradas ao serviço do *cliente* e muito mais ainda por possuírem um ambiente vulnerável a pressões externas. É, deste modo, que A. Fonseca afirma que “verifica-se que a participação no processo de tomada de decisões é condicionado pela complexa rede de canais de decisão e entrelaçamento da decisão, como resultado da fragmentação dos grupos profissionais e da sua influência” (Fonseca, 1998:30). É assim que “as opções possíveis são seleccionadas em função da dinâmica política, dos interesses dos diversos grupos,

das forças de poder externo e do poder profissional dos professores” (*ibidem:30*). Por outro lado, tendo em consideração o que foi exposto, verifica-se que

“neste quadro teórico, o modelo de tomada de decisões que emerge da dinâmica organizacional da escola é aberto, dependente do conflito e da acção micropolítica resultante da interacção directa das clientelas e da acção estratégica no interior da organização. Verifica-se, ainda, que a participação na decisão é politicamente complexa. Essa característica provém da existência de diferentes definições da situação de decisão por parte dos actores escolares e resulta do modo como cada um percebe a autoridade para tomar uma decisão correcta” (*ibidem:30*).

Embora, não se deve usar da autoridade que se tem para se fazer abusos, muitos dos acontecimentos aqui frisados relativamente ao uso da autoridade, emerge do facto de que em muitos casos, as mudanças têm vindo a causar neste âmbito, bastantes constrangimentos em suas implementações principalmente nos atores envolvidos.

Assim, em outras abordagens, concernentes à *participação* e *democracia* defendidas também por A. Fonseca, verificamos que,

“a escola como organização social inserida numa sociedade democrática, tem a função de preparar os alunos para serem cidadãos democráticos. Nesse sentido, a sua organização interna deverá estar vinculada a um modelo de actuação democrático adaptado às suas características organizacionais, à especificidade própria dos seus membros e a especialização das suas tarefas. Por este motivo, ganha grande relevância a forma como se exerce a participação democrática, no seu seio” (Fonseca, 1998:32).

Já na perspectiva de R. Hall no que tange ao *poder* e *participação*, verifica-se que “a participação no processo decisório afeta o poder dos indivíduos que ocupam posições de poder” (Hall, 1984:98). É, neste âmbito, que se pode também afirmar que “por vezes a participação possa aumentar o poder daquele que o detém” (*ibidem:98*) pelo simples facto desta ser uma das formas mais correcta de democracia.

No que tange ao modo de tomada de decisão a nível organizacional, verifica-se como nos adverte o autor, que “uma das actividades mais críticas dos líderes é empenhar-se no processo decisório. As suas decisões são tomadas sobre as principais funções que se espera que a liderança exerça - estabelecimento de metas, decisão sobre os meios para atingir os fins, defesa da organização dos ataques provenientes do exterior e resolução do conflito interno” (Hall, 1984:126). Por outro lado, a percepção de que o decisor nas suas análises deve ser cada vez mais cautelosa é assim concebida pelo simples facto de as decisões em certos casos motivarem problemas de várias dimensões. Mas a

busca de soluções que possam ajudar para o desenvolvimento da organização é cada vez maior. Julga-se que um fator bastante crítico em tomadas de decisões é a *informação*, como nos adverte o autor. Eis a razão de sustentar a ideia de que “o volume e tipo de informação determinam a certeza no processo decisório. A implicação é que quanto mais seguro o conhecimento, mais fácil e melhor é a tomada de decisão” (*ibidem:127*). Mas também o autor lamenta o facto das informações no interior das organizações não fluírem automaticamente (*ibidem*).

Noutra perspetiva alega o autor, que “quanto mais importante é uma decisão para a organização, maior é o número de factores que contribuem para a situação da organização no momento em que a decisão deve ser tomada e maior é o alcance das consequências da decisão” (*ibidem:129*). Embora seja preciso que os responsáveis em tomar as decisões a nível organizacional percebam o que se passa realmente no interior das organizações, as quais estão destinados a trabalhar.

### **1.5.1. Democracia Participativa e Participação**

Relativamente ao pensamento de L. Lima, faz uma clara menção destes conceitos e o modo como cada um atua. Eis a razão da sua afirmação ao referir que “o debate em torno da democracia é debate antigo, mas sempre renovado, no qual a participação assume diferentes graus de importância e diferentes contornos” (Lima, 1992:81). O autor é claro também em esclarecer que as suas abordagens em torno da democracia como participação, foram baseadas em ideias como a de Jean-Jacques Rousseau e de John Stuart Mill que defendiam consideravelmente que os termos em causas faziam referência ao “poder do povo, pressupondo o interesse pela participação enquanto factor de mudança” (*ibidem:82*). O ditado de que a “voz do povo é a voz de Deus” parte, por se dar maior importância ao que o povo pudesse dizer, principalmente pela “*fé democrática, credo democrático*” (*ibidem:83*) como fortes elementos de crenças religiosas, dando maior oportunidade do povo recusar ou aceitar as pessoas que as pudessem governar. Estes aspetos vêm a tornar a democracia instrumentalizada, apenas como meio, como método de escolher quem decide, e não *como* ou o *que* decide (*ibidem:83*).

Um outro aspecto a salientar, é que não se deve conceber a democracia, sem que se dê uma organização. É, nesta perspetiva, que R. Michels afirma que “só a organização pode dar consistência às massas” (Michels, 2001:53). Assim, continua com a ideia de que

“uma classe coloca maior exigência ao desenvolvimento da sociedade e que procura transportar para a realidade um conjunto complexo de ideologias e «ideais» nascidos



diretamente das funções económicas que ela desempenha, uma tal classe, quer no plano económico, quer no plano político, necessita de organização, enquanto único meio capaz de gerar uma vontade coletiva” (*ibidem*).

O autor quando se refere à organização, faz sempre referência às *oligarquias*, é assim que afirma “quem diz organização diz *tendência para a oligarquia*” (*ibidem:54*) por esta possuir um profundo traço artístico, isto é, tendo em consideração à sua natureza e também que “a mecânica da organização, ao criar uma estrutura sólida, produz também importantes alterações. Inverte a relação entre o chefe e a massa” (*ibidem*).

Ainda para Michels “a democracia só pode surgir num estágio mais tardio, mais elevado da vida social. As liberdades, os direitos consagrados, a participação começam por estar ao alcance de apenas alguns” (Michels, 2001:54). Já a modernidade é caracterizada justamente por apresentar as exigências como a liberdade, os direitos e a participação ascendendo gradualmente cada vez mais. De acordo o que se tem observado na vida partidária segundo o autor, “a democracia, a partir de um certo momento da sua evolução vai fazendo um movimento de retrocesso. *A democracia entra em fase de declínio* à medida que *aumenta o nível de organização*” (*ibidem:55*). Nesta vertente, o autor desenvolve a ideia de que “pode-se formular-se uma regra: o poder dos chefes cresce na proporção direta do crescimento da organização” (*ibidem*). Mas *não* é correto procurar ascender ao poder simplesmente por querer usufruir das oportunidades que o mesmo oferece, como “aqueles que originariamente chegaram como idealistas, com o andar dos anos, passam a estar dependentes dos prazeres do exercício de poder” bem como outros que assim servem-se das massas para lhes garantir suportes para alcançarem o que pretendem ou mesmo seus objetivos pessoais e as regalias do poder (*ibidem:248*). O contrário seria que “quem chega a uma posição de poder, por regra, passa aplicar a sua energia no desenvolvimento e no esforço do poder que detém, rodeando constantemente o lugar que ocupa com novos dispositivos de defesa e tratando de escapar ao controlo e à jurisdição das bases” (*ibidem*). É assim que surge a ideia de que por mais liberal que se possa ser, mais poder vem a tirar esta particularidade tão importante, tornando o indivíduo cada vez mais tirano modificando desde já, “os traços essenciais do carácter daquele que o exerce” (*ibidem:248*) e que *a maioria dos dirigentes tem a tendência de* “achar que essa sua modificação é um fluxo das modificações sofridas pelo contexto que o envolve. Acha que os tempos são diferentes e que exigem uma nova tática e uma nova teoria” (*ibidem:249*).

Uma outra abordagem que o autor faz referência em relação ao *combate entre os dirigentes pelo poder*, é o facto de fazer uma real caracterização da democracia, nesta vertente afirma que “um dos traços característicos da democracia consiste no facto de cada um dos seus súbditos ter em cada momento um direito inalienável a pretender ocupar qualquer posto que esteja disponível” (Michels, 2001:223). É importante reter, que as massas não têm esta possibilidade de exercer o poder, mas a possibilidade de um dos integrantes erguer-se de entre a multidão e passar a fazer parte dos dirigentes desde que tenha qualificações. Mas também é preciso ser dotado de verdadeira força para conseguir desafiar as tempestades, já que todo poder nunca é puro sem contextualizações, devendo mesmo algumas vezes ser atacado, ou mesmo destruído. “O dirigente fraco ou cobarde curva-se, mente, simula. Mas logo que a tempestade tiver passado eis que se volta a levantar” (*ibidem*:225) para prosseguir com seus ideais.

A incessante luta para a criação de uma escola onde a democracia e a participação consciente de todos seja real e que a condição de oprimidos se desfaça nos dias atuais, remete-os a rebuscar os textos de P. Freire quando se referia aos oprimidos, afirmando que não significa necessariamente que “os oprimidos não tenham consciência de que são espezinhados. Mas o estar imerso na realidade opressiva impede-os de ter uma percepção clara de si próprios enquanto oprimidos” (Freire, 1977:70). A subordinação vem a ser uma das características marcantes dos oprimidos e em muitos casos, “não vêem o «homem novo» como aquele que deve nascer da contradição uma vez resolvida quando, a opressão dê lugar à libertação. Para eles, o homem novo são eles próprios convertidos em opressores” (*ibidem*), esta visão nem sempre é coletiva, porque cada um a vê dependentemente com a forma como cada opressor se identifica. A noção de si próprios enquanto pessoas e enquanto membros de uma comunidade oprimida, é cada vez mais inexistente: “O opressor não se solidariza com os oprimidos senão quando os deixa de olhar como uma categoria abstrata, e os vê como pessoas injustamente tratadas, privadas da sua palavra” (*ibidem*:71). Em muitos dos casos julga-se que, para que haja verdadeira libertação é necessário que os oprimidos apercebam-se de que assim estão, dando a possibilidade de fazer perceber a seus opressores para que estes libertem-se a si próprios. É, nesta vertente, que P. Freire, afirma que “apenas os oprimidos podem libertar seus opressores, libertando-se a si próprios” (Freire, 1977:71). Porque sendo classe opressora, não poderão libertar-se, nem libertar os que deles dependem. A constante luta na defesa de uma visão de um homem que não seja nem opressor e nem oprimido, mas um homem livre capaz de ser considerado plenamente humano é uma prioridade visto que a dependência faz com que ele se torne silencioso e que a sua voz, mesmo que seja autêntica se torne simplesmente em um eco. A construção de uma educação onde o homem

tenha a capacidade de criticar e de perspetivar seu futuro deve estar na base de todo um *desenvolvimento revolucionário*. É, neste âmbito, que Freire alega que “os homens são seres que se superam, que vão para adiante e olham para o futuro, seres para os quais a imobilidade representa uma ameaça fatal, para os quais olhar o passado não deve ser senão um meio de compreender mais claramente quem são e o que são, para poder construir o futuro com mais sabedoria” (Freire, 2000:97). A importância que o homem tem de ver a educação de uma forma crítica, fez com que o autor fizesse uma descrição que compreenderia as características que as distinguíssem como tal. É assim, que a educação crítica é identificada “com o movimento que compromete os homens como seres conscientes da sua imitação, movimentos históricos que encontra o seu ponto de partida e os seus temas a partir dos seus objectivos” (*ibidem*) fosse alcançada.

Relativamente ao contexto educacional, especificamente à questão que muito desafiou, a *pedagogia do oprimido* e que muito se aflorou pelo elevado índice de desumanização a que foram submetidos os indivíduos durante décadas, importa-nos salientar que “a desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do *ser mais*” (Freire, 2003:30). Mas verdadeiramente, se “admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de tal desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como ‘seres para si’, não teria significação” (*ibidem*:30). Esta luta só é possível “porque a desumanização, mesmo que um facto concreto da história, não é, porém, *destino dado*, mas resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores e esta o *ser menos*” (*ibidem*).

Com a situação dos opressores terem sempre maior privilégio e serem considerados como os melhores em relação aos oprimidos, P. Freire, apresenta uma *contradição* entre *opressores- oprimidos*, bem como a sua *superação*. Nesta ótica aponta que

“a violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, buscarem recuperar a sua humanidade, é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos” (Freire, 2003:30).

É, desta, que o autor enaltece com maior relevância “a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores” (*ibidem*:30). É, assim, que acreditamos que uma das

possíveis características que distinguem os opressores dos oprimidos é o facto de que os mesmos “oprimem, exploram e violentam, em razão do seu poder, não podem ter, neste poder a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos” (*ibidem:30*).

Não é fácil viver e encarar a opressão numa sociedade. Apenas só os que a vivem melhor do que ninguém nos podem descrever o quão terrível é sentir os efeitos da opressão e pensar em encontrar mecanismos para a sua libertação. Mesmo sabendo que é uma tarefa difícil e que para isso “não chegarão por acaso, mas pela praxis da sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” (*ibidem:31*).

Face à questão em causa, a *pedagogia do oprimido* a que Freire salienta, vimos que a mesma tem de “ser forjada *com* ele e não *para* ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação da sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de quê resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (*ibidem*). Uma questão preponderante faz Freire relativamente aos opressores e que tem encarado como problemática para os oprimidos. Assim, afirma que “o grande problema está em como poderão os oprimidos, que ‘hospedam’ o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos da pedagogia da sua libertação. Somente na medida em que se descubram ‘hospedeiros’ do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora” (*ibidem:32*). Ainda põe a descoberto, a “pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestação da desumanização” (*ibidem:32*). É, neste âmbito, que se vem abordando em torno da *pedagogia libertadora*, que tem como ideal “ser homens, mas, para eles ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhe está clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade” (*ibidem:32*).

Em parágrafos anteriores, mencionamos algumas das características que distinguem o oprimido, do opressor, mas de momento importa-nos frisar, que uma outra característica a que o opressor pode possuir é a imposição, por esta razão P. Freire afirma que “um dos elementos básicos na mediação opressores- oprimidos é a *prescrição*. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra [...]. Por isto, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores” (Freire, 2003:34). Assim, o autor faz este reparo pelo facto dos “oprimidos, que introjetam a ‘sombra’ dos opressores e seguem suas

pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que ‘preenchessem’ o ‘vazio’ deixado pela expulsão com outro ‘conteúdo’- o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres” (*ibidem:34*), liberdade esta que deve ser encarada como uma *conquista* e não como uma *doação*. Outro aspeto a ressaltar é o que o autor faz menção “ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem” (*ibidem*). Mesmo depois da forte tensão que o homem oprimido sempre possuiu para poder libertar-se, achando que não podia caminhar só sem a estrutura dominadora, e temendo a sua própria liberdade, podemos assim afirmar, que “este é o trágico dilema dos oprimidos, que a sua pedagogia tem de enfrentar” dando-lhes a possibilidade de libertar-se, libertação esta que é tida como um “parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos” (*ibidem:34*). Continua o autor alegando que “a superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se (*ibidem:35*). Mas é necessário que ao propor-se para implementação da superação, seja verdadeiramente um facto e não simplesmente meras ideias.

Numa vertente mais geral, quando P. Freire se referia à educação tendo em consideração a opressão que se foi sentindo, esclarece que devemos pautar por

“uma educação que possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição do seu próprio ‘eu’, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse a constantes revisões. A análise crítica dos seus ‘achados’” (Freire, s/d:89-90).

Por esta razão, P. Freire vai mais além sustentando que

“cada vez mais nos convencíamos ontem e estamos convencidos hoje de que, para tal, teria o homem [...] de ganhar responsabilidade social e *política*, *existindo* essa responsabilidade. Participando. Ganhando cada vez maior ingerência nos destinos da escola do seu filho. Nos destinos do seu sindicato [...]. Ganhando ingerência na vida de seu bairro, Igreja. Na vida da sua comunidade rural, pela participação atuante em associações, em clubes, em sociedade beneficentes” (*ibidem:92*).

Com o exposto enaltece o autor, que assim seria possível ajudar o indivíduo a “aprender democracia, com a própria existência desta” (*ibidem:92*), por ser o homem o único possuidor capaz de *incorporar*, tanto *experimentalmente* como *existencialmente* este *saber democrático*. Por outra, nunca

a participação de um povo junto ao poder deve ser encarada como “imoral” ou “absurda”, afirma Freire, daí que

“a necessidade de uma educação corajosa, que enfrentasse à discussão com o homem comum, de seu direito à àquela participação. De uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da intimidade com eles. A da pesquisa ao invés da mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida” (Freire, s/d:92).

É de salientar, que “não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação, que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação” mas contudo, “vale dizer, uma educação que longe de se identificar com o novo clima para ajudar o esforço de democratização, intensifique a nossa experiência democrática alimentando-a” (*ibidem:93*). Portanto, a educação a que nos referimos, não deve somente ser abordada em aspetos teóricos, mas deve sim ser vivenciada na sua prática, isto é, moldando o homem, dando-lhe a capacidade de intervir, debatendo e de modo mais específico participador da mesma. Assim “a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude. De criação de disposições democráticas através da qual se substituíssem [...] antigos e culturoológicos hábitos de passividade, por novos hábitos de participação e ingerência, de acordo com o novo clima da fase de transição” (*ibidem:93*). Em Angola, se tivermos em consideração a estes aspetos a que a educação deve submeter-se, muita coisa precisa mudar. Se formos mais a fundo poderemos salientar que a *criticidade* vem a ser o aspeto fundamental a que a democracia deve submeter-se pelo facto de nos possibilitar resolver e discutir os assuntos. Por esta razão, se formos somente a nos posicionar tendo em consideração uma cultura em que a palavra vem a ser a base fundamental, verificaremos que esta “corresponde a nossa inexperiência do diálogo, da investigação, da pesquisa, que por sua vez, estão intimamente ligados à criticidade, nota fundamental da mentalidade democrática” (Freire, s/d:96). À medida que o tempo vai passando, criam-se novas mentalidades e a capacidade de raciocínio também vai mudando, dando a possibilidade de transitarmos tendo em consideração a realidade vivenciada, “daí a nossa insistência no aproveitamento desse clima. E, a partir dele, tentarmos o esvaziamento de nossa educação de suas manifestações ostensivamente palavrescas. A superação de posições reveladoras de descrença do educando. Descrença no seu poder de fazer, trabalhar, de discutir” (*ibidem:96*). Vejamos, “ora, a democracia e a educação democrática se fundam ambas, precisamente, na crença no homem. Na crença em que ele não só pode, mas deve discutir os seus problemas” (*ibidem:96*). Problemas estes que podem ser de

âmbito mais geral, como os que estão relacionados ao *mundo*, como problemas mais específicos como os do seu *Continente, País, trabalho e mesmo da própria democracia*. Só assim poderemos definir a educação como “um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (*ibidem*). Revela o autor, sobre *como aprender a discutir e a debater com uma educação que se impõe*. Se

“ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos *sobre* o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção” (Freire, s/d:96).

Com esta espécie de educação, não seria possível formarmos homens que se *integrassem nesse impulso de democratização*. Desta feita, é concebido, porque se assim fosse, “esta educação contradizia este impulso e enfatizava nossa experiência democrática” (*ibidem:97*). É necessário que o homem desperte e tome consciência de quando a sua situação não corresponda a que está vivenciando. Por isso, “a compreensão resultante da captação será tão mais crítica quanto seja feita a apreensão da causalidade autêntica” (*ibidem:105*). Porque “toda a compreensão de algo, corresponde, cedo ou tarde, uma ação” (*ibidem:106*). Assim, esta situação levaria-o a raciocinar mais e a elaborar hipóteses de suas respostas, dando-lhe assim a possibilidade de agir. Por esta razão é que ao desenvolver a temática *ensinar exige criticidade*, parte do pressuposto de que

“não há para mim, na diferença e na ‘distância’ entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos, uma ruptura, mas uma superação. Superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica” (Freire, 2012:44).

É, nesta vertente, que o autor continua afirmando que “ao criticizar-se, tornando-se então, permito-me repetir, curiosidade epistemológica, metodicamente ‘rigorizando-se’ na sua aproximação ao objeto, conota seus achados de maior exatidão” (*ibidem*). Por outra, quando Freire se referia à questão de que *ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando*, sustenta a ideia de que, “outro saber necessário à prática educativa, e que se funda na mesma raiz que acabo de discutir – a da inconclusão do ser que se sabe inconcluso -, é o que fala do respeito devido à autonomia do ser do educando. Do educando criança, jovem ou adulto” (*ibidem:63*). Para tal, o educador deve sempre estar atento e advertido com relação a este respeito que implica igualmente o que se deve ter pessoalmente. Mas,

“o respeito à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros. Precisamente éticos podemos desrespeitar a rigurosidade da ética e resvalar para a sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de *transgressão* (*ibidem:63*).

Numa perspectiva mais específica, podemos afirmar que

“o professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza que manda que ‘ele se ponha no seu lugar’ ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgredir os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. É neste sentido que o professor autoritário, que por isso mesmo afoga a liberdade do educando, amesquinhando o seu direito de estar sendo curioso e inquieto, tanto quanto o professor licenciado, rompe com a radicalidade do ser humano – a de sua inconclusão assumida em que se enraíza a eticidade” (Freire, 2012:63).

Por outro lado, podemos constatar que o diálogo vem a ser a ferramenta fundamental para o desenvolvimento e crescimento de qualquer organização. Neste sentido, ao nos referirmos à escola, observaremos que depois do que foi escrito relativamente à posição do professor face ao aluno, cabe-nos salientar como nos revela P. Freire que “é neste sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam racionalmente éticos” (Freire, 2012:64). Contudo, é fundamentalmente salientar que cada professor, deve sempre “saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber” (*ibidem:64*).

Relativamente ao *bom-senso*, dentro do processo docente educativo, o autor é de opinião que *ensinar exige bom-senso*, isto relativamente a importância que auferir ao sistema avaliativo, razão pela qual,

“antes, por exemplo, de qualquer reflexão mais detida e rigorosa é o meu bom-senso que me diz ser tão negativo, do ponto de vista de minha tarefa docente, o formalismo insensível que me faz recusar o trabalho de um aluno por perda de prazo, apesar das explicações convincentes do aluno, quanto o desrespeito pleno pelos princípios reguladores de entrega dos trabalhos” (*ibidem:64*).



Mas acima de tudo, o respeito deve ser a base fundamental para a resolução de todo o problema, razão pela qual,

“não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos ‘conhecimentos de experiência feitos’ com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para à escola” (*ibidem:66*).

É, deste modo, que vamos afirmar que independentemente do que o professor for, deixa sempre sua marca aos alunos, por isso a sua responsabilidade deve ser cada vez maior.

Outra temática importante para o estudo da democracia muito muito defendida por Freire, mais especificamente a que se referia à escola, foi o *desmascarar a democracia imposta*, desenvolvida também por D. Macedo, que ao se pronunciar relativamente ao assunto sustentou que

“em vez de uma noção castradora de democracia, em que as escolas são entendidas como «instituições para a doutrinação dos jovens», onde os cidadãos são anestesiados e alienados [...] deveríamos abraçar uma democracia radical na qual a democratização da educação é a condição *sine qua non* para uma democratização cívica e estrutural” (Macedo, 2011:15).

A problemática em torno da *democracia, e desenvolvimento económico*, são aspetos que “não podem tornar-se realidade sem uma cidadania educada e comprometida cujas capacidades e actuação são de valor primordial na construção da nação e na sua edificação” (*ibidem:15*). Por esta razão, é impossível executar a democracia sem que haja desenvolvimento económico para todos, isto por ser a forma mais ideal para garantir o *desenvolvimento contínuo* em todas as áreas de modo específico nas áreas da *educação, saúde e habitação*. Isto faz com que “a incapacidade para adoptar práticas democráticas radicais conduzirá apenas a um sistema de coerção em que os professores não podem afastar-se do currículo oficial numa tentativa para se libertarem a eles próprios e aos seus alunos” (*ibidem:16*).

Numa vertente mais generalizada, podemos observar que no interior de uma

“organização que vê uma verdadeira democracia participativa como «crise de democracia», as escolas têm um papel muito importante na «fabricação do consentimento» através da imposição da pedagogia da mentira que torna tanto professores como administradores incapazes de ver o óbvio quando concebem o seu trabalho de modo a obterem «um plano de consentimento» para o consumo dos estudantes” (Macedo, 2011:16).

Por outro lado, a existência de vários pontos de vista em relação à escola, percebe-se que “a afirmação de que as escolas estão conscientemente comprometidas com a pedagogia da mentira ao serviço dos interesses da elite dominante e muito mais óbvia numa área de guerras preemptivas, de violação crónica das leis internacionais e num sistema de coerção e mentiras” (*ibidem*). Tendo em consideração uma realidade vivenciada por Freire para a implementação da alfabetização em África surge a seguinte afirmação:

Numa entrevista que Macedo concebeu a P. Freire, relativamente aos projetos de alfabetização, Freire faz uma descrição de como se envolveu com os projetos africanos especificamente com Angola, e afirmava ter um convite inesperado por Lara que era figura política importante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e esclareceu o seguinte:

“Lara cumprimentou-me dizendo: ‘camarada Paulo Freire, se você conhecesse o meu país tanto quanto eu conheço a sua obra, você conheceria Angola extremamente bem’ Conversamos a maior parte da tarde sobre a guerra em andamento (àquela altura, a luta pela libertação em Angola sofria alguns revezes) e, importante do que isso, discutimos longamente sobre o papel do trabalho de alfabetização na luta pela libertação” (*ibidem:54*) [. . .].

Continuou Freire com sua entrevista e esclareceu:

“Além das preocupações políticas e militares do momento, Lara e eu analisamos a natureza do novo processo educativo que ocorria durante a luta, particularmente nas áreas que iam sendo libertadas. Discutimos a própria luta como uma prática pedagógica. À noite, após o jantar, os membros do MPLA mostraram-me documentários sobre a luta de libertação e sobre a experiência pedagógica ocorrida durante a luta” (*ibidem:54*).

É, desta forma, que Freire contribuiu para alfabetização em África e em Angola concretamente. Por outro lado, faremos a seguir menção aos diferentes tipos de participação

## **1.6. Tipologias de Participação**

Antes de detalharmos as tipologias de participação definidas por L. Lima faremos uma descrição da *participação e não participação* também estudadas pelo mesmo autor. Assim, o autor faz uma breve introdução alegando que “participação é uma das palavras-chave da política educativa depois de 25 de Abril de 1974 (e de certa forma já o era antes, enquanto reivindicação), omnipresente nos discursos políticos, normativos e pedagógicos” (Lima, 1992:176). Seguidamente, já após o 25 de Abril,

“a participação foi sendo, posteriormente organizada: numa primeira fase ainda pelos actores envolvidos e por organizações políticas e sociais com capacidade de penetração no universo escolar; logo a seguir pelas primeiras tentativas de consagração legal e regulamentação formal, ainda incipientes e pouco estruturadas; posteriormente sobretudo a partir da constitucionalização do novo regime, nos moldes regionais, isto é, por consagração jurídica e por regulamentação formal, detalhada, de aplicação universal e já sem carácter experimental” (*ibidem:176*).

A participação a que nos referimos e que o autor faz referência antes mesmo de 1974, era exercida sem nenhum cunho organizacional, simplesmente era executada de forma *espontânea*. Atualmente, movemo-nos por uma participação mais estruturada, isto é, *organizada*. Desta feita, pode-se afirmar que “a participação na educação e na escola passou a construir um princípio democrático consagrado politicamente ao mais alto nível normativo- da Constituição da República de 1976 à Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 -, consubstanciando o que designaremos por *participação consagrada*” (*ibidem:176*).

Para que se efetive uma “participação organizada”, vários fatores concorrem para que esta possa surtir êxitos e primar por uma democraticidade a qual todos se sintam envolvidos nas atividades a implementar. É, nesta senda, que a necessidade da criação de estruturas, bem como dos seus órgãos de ação seria evidente. Atendendo à organização a que se pretende com a *participação organizada* desenvolvida em Portugal constatada após o período de *25 de Abril de 1974*, a presença de uma escola onde se possam observar tais modificações é necessária,

“sobretudo a participação de professores e de alunos na organização e na administração dos estabelecimentos de ensino arrasta consigo uma tradição de luta e de oposição ao regime anterior, vindo a conhecer um contexto propício com a Revolução, sendo então reclamada em novos termos, praticada mesmo antes de consagrada e de decretada e, neste sentido, *conquistada*” (*ibidem:177*).

O autor encara o estudo da participação “como afirmação de interesses e de vontades, enquanto elementos limitativos e mesmo inibidor da afirmação de certos poderes, como elemento de intervenção nas esferas de decisão política e organizacional, factor quer de conflitos, quer de consensos negociados” (Lima, 1992:177). Nesta ótica, alega também o autor que é nesta linha de ideias que *a concepção imanentista de participação*, “admitindo-se a não participação, e se orienta o seu estudo na perspectiva de um fenómeno social e político que, enquanto tal, e dadas as suas repercussões em termos de poder, não é um pressuposto, ou um dado mais ou menos omnipresente” (*ibidem:177*).

É, de mera importância também termos presente que, o estudo efetuado em outras organizações que não sejam escolares que possuem um cunho não obrigatório e que a sua voluntariedade é um facto, diferem uma das outras e são diferentes das participações exigidas às instituições escolares. De tal modo que o autor ao fazer referência ao *mínimo de participação exigidos a quem pertence a uma organização*, afirma que “professores e alunos participam na escola pelo simples facto de serem membros da organização e de aí desenvolverem actividades como ensinar e aprender, leccionar aulas e frequentar aulas, avaliar e ser avaliado, etc” (*ibidem:177*). Assim, a participação mais formal exige princípios e normas de uma boa conduta. Nesse âmbito, “considera-se como direito, como garantia e, até, como dever cívico, a participação constitui um princípio expresso no plano das orientações para a acção organizacional, sujeita a regulamentação formal-legal” (*ibidem:178*). Por outro lado, L. Lima, ao fazer abordagem em torno da participação, refere ao *plano das orientações para a acção organizacional*, pelo facto desta fazer parte da que normalmente se é observada nas escolas isto é, “pelo estudo da *participação praticada* ou efectivamente actualizada” (Lima, 1992:178). É, nesta senda, que esta *participação praticada* é classificada de acordo com quatro critérios seleccionados, como nos revela o autor a seguir:

“1- Democraticidade; 2- Regulamentação; 3- Envolvimento; 4- Orientação” e é na base desses que se desenvolve *vários tipos de graus de participação* (Lima, 1992:178) que clarificamos seguidamente.

### **1.6.1. Democraticidade**

Esta é, uma temática já abordada por Bobbio e que também Lima faz referência como sendo parte das tipologias de *participação praticada*, por isso, esclarece que “enquanto instrumento privilegiado de realização da democracia, a participação representa uma forma de limitar certos tipos de poder e de superar certas formas de governo, garantindo a expressão de diferentes interesses e projectos com expressão na organização e a sua concorrência democrática em termos de influência no processo de tomada de decisão” (*ibidem:179*). Entre outros aspetos que possam contribuir direta ou indiretamente para que se efetive uma democracia participativa e que o autor salienta é o “tipo de intervenção previsto para os actores participantes, consoante o seu acesso e a sua capacidade de influenciar a decisão, e de decidir, assumir formas de intervenção directa ou indirecta” (*ibidem*).

Esta intervenção ou *participação directa* a que o autor faz referência “relewa da concepção mais antiga de democracia, facultando a cada individuo, dentro de critérios estabelecidos, a sua

intervenção directa no processo de tomada de decisões, realizada tradicionalmente pelo exercício do direito de voto (*um homem/uma mulher, um voto*) (*ibidem:179*). Esta medida fez com que a “dispensa a mediação e a representação de interesses, podendo ser actualizada em diversos níveis organizacionais – desde o nível político- institucional, através de assembleias deliberativas, até níveis mais elementares (uma parte da organização, um departamento ou unidade, etc.) dentro de certas áreas de autonomia reconhecida” (*ibidem:179*).

Outra característica a que a democraticidade engloba é designada de *participação indirecta* em que a participação é realizado por intermédio de representações, isto é, a eleição de representantes designados para participar e representar a maioria, é a principal característica que a distingue. L. Lima faz uma descrição abordando o modo pelo qual é feita essa participação, por isso esclarece que “é uma forma de participação mediatizada, realizada por intermédio de representantes designados para o efeito” (Lima,1992:179). Desta feita, continua o autor afirmando, que para que assim se proceda, julga-se que é pelo facto de muitas das vezes se encontrarem “dificuldades e, por vezes inconvenientes, em fazer participar directamente todos os interessados no processo de tomada de decisões, a participação indirecta é levada a cabo através de representantes, os quais podem ser designados por diferentes formas e com base em diferentes critérios” (*ibidem:180*). Ainda assim, pode-se observar que essa representação nem sempre é executada de modo voluntário, muitas vezes é concebida de maneira imperativa.

### **1.6.2. Regulamentação**

Este é outro critério selecionado por L. Lima, que engloba a *participação formal, a participação não formal e a participação informal*. Para o autor,

“nas organizações formais a participação é, geralmente, uma participação organizada que carece de regulamentação. A existência de regras de participação constitui, de resto, não só um requisito organizacional, justificável em termos operativos, mas também em base de legitimação importante, um recurso e uma salvaguarda de que os actores, particularmente os subordinados, podem lançar mãos para reivindicar, ou para simplesmente para assumir determinadas formas de intervenção” (*ibidem:180*).

Com base nos critérios já selecionados anteriormente, detalhadamente faremos a abordagem de cada um desses critérios para uma melhor percepção. Deste modo, destacaremos a *participação formal*, que para o autor “é uma forma de participação decretada, no sentido em que está sujeita a um corpo de regras formais- legais relativamente estável, explicitado e organizado, estruturado de forma

sistemática e consubstanciado num documento (estatuto, regulamento, etc.) com força legal” (*ibidem:180*). Assim, verifica-se que a formalização neste modelo de participação é fundamental por abranger um conjunto de normativos estruturados e que tendem a ajudar o desempenho a nível funcional. Por isso, a ideia de que “a participação formal é aquela que é praticada por referência exclusiva ou predominantemente às regras formais que, por regulamentarem a participação a um nível normativo, tendem a assumir um carácter muito preciso e a impor orientações e limitações que devem ser observadas em conformidade” (*ibidem:180*) é bastante real. Mas “uma vez consagrado o direito de participar, as regras formais regulamentam o exercício desse direito, organizam e estruturam a participação, legitimam certas formas de intervenção e impedem formalmente outras” (*ibidem:181*). Este tipo de participação a qual nos referimos é mais visível em organizações cuja centralização em termos administrativos é tida como a principal característica.

Outra forma de participação que L. Lima descreve como sendo característica da regulamentação é a *participação não formal* que normalmente é caracterizada por “um conjunto de regras menos estruturadas formalmente, geralmente constantes de documentos produzidos no âmbito da organização e em que, portanto, a intervenção dos actores na própria produção de regras organizacionais para a participação pode ser maior” (Lima, 1992:181). Com este modelo de participação dá-se maior desenvolvimento do ponto de vista operacional. Outrossim, “a participação praticada por referência a regras não formais representará sempre uma interpretação organizacionalmente localizada das regras formais, podendo de diversas formas constituindo-se como adaptação, ou mesmo como alternativa” (*ibidem:181*).

Ainda outra característica da regulamentação que o autor referencia em suas análises é a *participação informal* como reflete o termo, a ausência de regulamentos formalmente aceites, bem como de estruturas, são as principais características marcantes deste modelo de participação. Assim, “relewa as regras que podem não ser percebidas enquanto tal, mas que constituem orientações informais actualizadas, por vezes com uma certa regularidade, eventualmente à margem de estatutos e de regulamentos” (*ibidem:181*). Também “trata-se de uma participação que, pelo menos, acrescenta sempre algo à participação formal e a participação não formal, podendo ser orientada em sentidos diversos aos apontados por aquelas” (*ibidem*). Este tipo de participação é caracterizada por diversos interesses específicos por ele envolvidos, embora estes não estejam definidos formalmente. Mas por outro lado, “orienta-se, em certos casos, por oposição a certas regras estabelecidas, ou em complementaridade a essas regras perspectivadas como insuficientes, desajustadas ou, simplesmente

indesejáveis” (*ibidem:181*), por possuírem bastante estrutura e formalidade. Em seguida destacaremos outro critério que também o autor descreve com suas devidas características.

### **1.6.3. Envolvimento**

O termo em si, é claro, por referenciar os diferentes modos de atuação ou enquadramento de atores na participação ou resolução de determinada ação, por isso o autor clarifica ainda mais, afirmando que “as atitudes e o empenhamento variável dos actores face às suas possibilidades de participação na organização, em termos de mobilização de recursos e de vontades convocados/empenhados na tentativa de defender certos interesses e de impor certas soluções, pode ser designado em termos gerais, por envolvimento” (*ibidem:182*). De qualquer forma, o facto de participarmos em determinadas ações, até certo ponto acabamos por nos envolver tanto positiva ou negativamente. É, deste modo, que o autor continua afirmando que “é possível classificar o modo como um autor ou um grupo/categoria de actores participa na organização por referência a um *continuum* que agrupa e organiza elementos que, em última análise, são de carácter avaliativo” (*ibidem:182*).

Este envolvimento ao qual nos referimos é caracterizado por três aspetos fundamentais como *a participação ativa, a participação reservada e a participação passiva*.

### **1.6.4. Participação ativa**

Esta é caracterizada por um índice maior de presença e participação dos elementos envolvidos num determinado assunto, em que cada qual, procura manifestar todas as suas emoções, contribuindo para o desenvolvimento do que se pretende. Pode também caracterizar

“atitudes e comportamentos de elevado envolvimento na organização, individual ou colectivo. Traduz capacidade de mobilização para a ação, conhecimentos aprofundados de direitos, deveres e possibilidades de participação, atenção e vigilância em relação a todos os aspectos considerados pertinentes, afirmação, defesa e alargamento das margens de autonomia dos actores da sua capacidade de influenciar as decisões” (*ibidem:182*).

Para este tipo de participação, *as garantias formais oferecidas* são tidas em consideração “procurando mesmo desenvolvê-las e conquistar outras, e utiliza uma variada gama de recursos que podem ir da eleição de representantes, da participação nas reuniões, divulgação da informação,

produção de propostas, elaboração de requisitos, petições, etc., até formas de contestação e de oposição, com recurso a lutas sindicais, greves, etc.” (*ibidem:182*).

Outro modo de envolvimento dos atores, que podemos destacar é a *participação reservada*, que como nos esclarece o autor, “situa-se, teoricamente, num ponto intermédio entre a participação activa e a participação passiva. Não rejeitando a *priori* a possibilidade de intervenção e o recurso à participação activa, orienta-se contudo em diferente sentido táctico, podendo evoluir, até por arrastamento, para formas de participação activa ou passiva” (*ibidem:183*). Por outro lado, para este tipo de participação, a possibilidade de voluntariedade é quase inexistente, mas com a possibilidade de criar expectativas no que se pretende alcançar. O *desinteresse* ou *alheamento acentuados* não são características distintas deste modelo de participação, pelo facto de ser capaz de tomar algumas decisões quando necessário for.

A *participação passiva* é também característico do critério de envolvimento pelo facto de caracterizar “atitudes e comportamentos de desinteresse e de alheamento, de falta de informação imputável as próprios actores, de alienação de certas responsabilidades ou de desempenho de certos papéis, de não aproveitamento de possibilidades menos formais de participação”. A *apatia* vem a ser outra característica que tem distinguido este tipo de participação, embora esta não seja agressiva até chegar ao ponto de não intervir ativamente. Mas para o autor, “o absentismo em geral e a falta de comparência a certas reuniões, as dificuldades de eleição de representantes, a resistência oferecida à aceitação de certos cargos e funções, a falta de informação e o desconhecimento da regulamentação em vigor na organização, especialmente a relativa à participação, são alguns dos elementos mais comuns que a caracterizam” (*ibidem:183*). Nesta participação, dá-se um mínimo envolvimento ou mesmo não envolvimento na participação de certas ações. É, assim que L. Lima vai mais além e afirma que “não sendo indiferentes aos cursos da acção e ao tipo de políticas e de decisões tomadas, os actores parecem descrer das possibilidades de influenciar as decisões ou recusam o preço que para tal poderiam ser forçados a pagar, preferindo remeter o papel de luta e de reivindicação para certas minorias activistas, para uma vanguarda que ora valorizam e admiram, ora desvalorizam e criticam” (Lima, 1992:183). Desde já, passaremos para outro critério a que o autor faz referência, designando-o por *Orientação* que abrange a *participação convergente* e a *participação divergente*.



### 1.6.5. Orientação

A orientação vem a ser a peça fundamental para que os objetivos de uma determinada organização sejam alcançados, isto é, por intermédio de regulamentos e normas estabelecidas, bem como o cumprimento das orientações emanadas superiormente.

“Assim, a participação dos actores (superiores ou subordinados) poderá ser orientada de acordo com diferentes objectivos com expressão na organização, podendo-se a propósito falar de objectivos da organização ou de objectivos fixados pela organização, dado que mesmo os seus objectivos oficiais, formais, são sempre seleccionados por alguém para vigorarem na organização e para serem tomados como referência pelos elementos humanos da organização” (*ibidem:184*).

Também o autor salienta outro aspeto bastante pertinente alegando que “não obstante considerarmos agora a participação praticada segundo a orientação adoptada face aos objectivos oficiais, em relação aos quais, de um ponto de vista formal, se estruturam e organizam os elementos humanos e materiais e se avaliam os resultados obtidos” (*ibidem:184*).

A *participação convergente* é um dos aspetos que caracteriza a orientação, como já nos referimos anteriormente. É assim designada, pelo facto de ser “orientada no sentido de realizar os objectivos formais em vigor na organização, reconhecidos e tomados como referência normativa pelos actores participantes” (*ibidem:184*). Cabe ainda salientar que a formalidade não vem a ser a principal fonte para que se possam ser utilizados os recursos ou as formas de participação utilizadas para se alcançar determinados fins. Mas

“a consecução dos objectivos formais pode vir a justificar e a legitimar formas alternativas de intervenção. É, em todo o caso, uma participação orientada para o consenso, no que toca aos objectivos, podendo assumir formas de grande empenhamento e de militância, ou até mesmo de emulação, ou, pelo contrário, ceder lugar à ritualização e ao formalismo, operando como obstáculo à inovação e à mudança” (*ibidem:184*).

Outro aspeto também característico da orientação é a *participação divergente* pelo facto de em muitos casos estar situada quer seja

“num estágio intermédio, em busca de orientação (convergente/divergente), quer seja, sobretudo, orientando-se em sentidos diversos, ou contrários, dos apontados pelos objectivos formais, a participação divergente opera uma certa ruptura, ainda que transitória como pode eventualmente acontecer no primeiro caso, com as orientações oficialmente estabelecidas” (*ibidem:184*).

Este modo de operação executado neste modelo de participação, é visto como *boicote* ou como *forma de contestação*, impossibilitando um maior desenvolvimento e conseqüentemente uma mudança a nível organizacional.

Vários outros autores se destacaram no estudo relativamente às tipologias de participação a nível organizacional, assim destacaremos A. Etzioni que em suas abordagens fez uma análise profunda em torno de três tipos de participações: *Participação, Engajamento e Alienação*.

Atendendo a estes três tipos de participação a que Etzioni faz referência e tendo em conta uma dimensão comparativa, destaca a “participação alienativa, a participação calculista e a participação moral”. Mais adiante, o autor parte do pressuposto de que “seria inútil enumerar três zonas do *continuum* de participação, como segue: *alienativa*, para a área de alienação; *moral*, para a zona de completo engajamento; e *calculista*, para as duas zonas menos acentuadas. Essa classificação de participação pode ser aplicada à orientação dos indivíduos em todas unidades sociais e a todos os tipos de objetivos” (Etzioni, 1974:38). Também o autor esclarece que as definições mencionadas a seguir não simplesmente estão voltadas para às organizações, mas são abrangentes e aplicáveis às orientações em geral.

#### **1.6.6. Participação Alienativa**

Para o autor, esta participação “designa uma orientação intensamente negativa; é predominantemente entre estranhos hostis” (*ibidem*:38). Por outro lado, constatamos também que, há necessidade de fazermos uma abordagem relativamente a *participação calculista*, por fazer abordagem a dois aspetos de uma só vez, diferentemente da *participação alienativa*, como a seguir constatamos:

#### **1.6.7. Participação Calculista**

Este tipo de participação “designa tanto uma orientação positiva como uma orientação negativa, de baixa intensidade” (*ibidem*:39). Normalmente, esta participação verifica-se nas relações empreendidas entre comerciantes pelo facto de manterem constantes contactos de negócios. E, por fim, temos a participação Moral, que é caracterizada por uma “orientação positiva de elevada intensidade” (*ibidem*:39). Este modelo de participação engloba outros modelos e pode ser classificado em duas

vertentes: puro e o social, que na opinião do autor, “diferem da mesma forma que o poder normativo puro difere do poder social” (*ibidem*:39). O modelo de participação pura desenvolve-se de forma vertical exemplo concreto as relações existentes entre professor e aluno, bem como líderes e seguidores. Já a participação social, caracteriza-se pela horizontalidade, os seus relacionamentos verificam-se em vários tipos de grupos primários.

Outras observações foram efetuadas relativamente ao modo de participação. Um dos autores que se destacou no estudo da participação dos pais/ encarregados de educação na escola pública foi V. Sá (2004) que tendo em consideração a não participação imposta, originária e induzida, mas concretamente na independência dos pais, afirma que “a categoria dos pais independentes compreende os encarregados de educação que mantêm um contacto mínimo com a escola dos seus educandos. Este grupo é normalmente caracterizado pelos professores como ‘os pais que não se interessam’ e cobre uma parte significativa dos encarregados de educação” (Sá, 2004:169), embora se possa com isto perceber que há três modelos de participação de pais e encarregados de educação nas escolas, os que não se interessam, os que não participam e os que participam. Em muitos casos pode se verificar a existência de pais com vontade de participar, mas impedidos por um ou outro motivo, mas também pode acontecer que a não participação pode se dar, pela falta de interesse ou motivação por parte destes. O facto de muitos pais possuírem a vontade de participar e manter um envolvimento mais ativo na escola, mas não o fazerem por diversas razões, são assim encarados por Sá como o grupo dos “não participantes passivos” (*ibidem*:160). Em muitos casos tais factos acontecem por se dar o caso dos pais viverem distantes da escola e não possuírem meios de transporte, a falta de valores monetários, o excesso de trabalho, entre outros aspetos, fazendo-os várias vezes se sentirem culpabilizados por tais ocorrências. Para o autor, outro grupo que “engloba os pais que por razões muito diversas, frequentemente associadas a experiências de participação anteriores pouco gratificantes, desenvolveram uma ‘lógica de oposição e de desafeição’ em relação à escola” (*ibidem*:161). É, nesta senda, que classifica estes pais como “não participantes activos” (*ibidem*) por muitas das vezes absterem-se em participar, ou mesmo “recusam as ofertas participativas que lhes são apresentadas, denunciando-as como instrumentais ou desprovidas de conteúdos relevante ou, então, associando-as a meras formas de legitimação de decisões que não reflectem os seus interesses” (Sá, 2004:161). Também nos adverte o autor ao classificar os pais “isolados”, que “apesar da pertinência da distinção entre ‘não participantes activos’ e ‘não participantes passivos’ subtipos subsumidos na categoria dos pais independentes, parece-nos que aquela segmentação não dá conta de um subconjunto significativo de pais que, não participando, escapam às duas subcategorias

consideradas” (*ibidem:163*) e que assim o fazem por “capricho”, isto é, por não sentirem vontade de participar. Por outro lado, mantêm esta ideia, pelo facto de pensarem que a escola deve cumprir seu papel sozinha sem interferir na vida dos pais e encarregados de educação, por estes já assumirem seus papéis de pais em casa. É assim que V. Sá afirma que

“para esta fracção da população, um motivo supremo de orgulho consiste em nunca ter tido necessidade de ir à escola durante toda a escolarização dos filhos. Esta demarcação de territórios, de intervenção reservada e exclusiva, parece corresponder à máxima ‘aos pais cabe dar o pão e a educação, à escola a instrução’, ‘ditado’ de ampla difusão, sobretudo junto de amplos sectores dos meios populares” (Sá, 2004:164).

Desta feita, o autor desenvolve esta ideia ao fazer referência a este tipo de atitude, quando esclarece que

“associar este comportamento de não comparência na escola a desinteresse pela educação dos filhos representa também aqui uma visão muito simplista e redutora da complexidade que envolve o relacionamento dos pais com esta organização educativa, além de reflectir, frequentemente, um enviesamento sócio-cultural: toma-se como indicador de interesse aquilo que não é senão a forma de determinados grupos sócio-económicos manifestarem interesse” (*ibidem:165*).

Com o exposto é de salientar que por mais ausentes e desinteressados que sejam os pais e encarregados de educação, mas débil tornarão a interação e aproximação entre a escola e a comunidade, de maneira a não proporcionar o ensino cada vez mais atraente na melhoria dos aspetos que, por ventura, não estiverem de acordo com o que se prevê. Mas também existem pais e encarregados de educação que muito fazem para melhorar as atividades que a escola planifica, bem como o acompanhamento de seus filhos, contribuindo, deste modo, para que a escola como organização democrática se desenvolva. O autor vai mais além e faz referência a algumas das tipologias defendidas por Lima, e alega que relativamente ao *envolvimento* a que a participação está exposta, “admite-se também três possibilidades: *participação activa; participação reservada; participação passiva*, consoante as atitudes e o empenhamento expressos pelos participantes” (*ibidem:169*), embora tenhamos outro critério como a *orientação* que “compreende duas alternativas: *participação convergente e participação divergente* distinguíveis com base na consonância ou discordância em relação aos objectivos formais-legais” (*ibidem:169*) como podemos observar no quadro a seguir.

Quadro 1 - Proposta de um modelo integrado da articulação entre *papeis e critérios* para a análise das práticas de participação dos pais\encarregados de educação

Papeis	Critérios Classificatórios						
	Casualidade	Regulamentação	Envolvimento	Orientação	Instanciação	Proporcionalidade	Politicidade
Pais(aluno) Colaborador \ aprendiz	Directa Indirecta	Formal Não formal Informal	Activa Reservada Passiva	<u>Convergente</u> Divergente	Consultiva Deliberativa <u>Executiva</u>	Minoritária Paritária <u>Maioritária</u>	<u>Atomizada</u> Estruturada
Pai consumidor	Directa Indirecta	Formal Não formal Informal	Activa Reservada <u>Passiva</u>	<u>Convergente</u> Divergente	Consultiva Deliberativa <u>Executiva</u>	Minoritária Paritária Maioritária	<u>Atomizada</u> Estruturada
Pai participante	<u>Directa</u> Indirecta	Formal Não formal Informal	Activa Reservada Passiva	<u>Convergente</u> Divergente	Consultiva Deliberativa <u>Executiva</u>	<u>Minoritária</u> Paritária <u>Maioritária</u>	Atomizada <u>Estruturada</u>

**Fonte:** Sá, ( 2004:171)

Embora existam outros critérios, apenas referenciamos estes dois, não significando que outros não tenham utilidade ou não sejam relevantes, como nos adverte V. Sá enfatizando que “apesar de todos os critérios poderem ser relevantes, na caracterização de um dado papel, cada um dos *status* que os pais podem assumir nesta tipologia, apresenta uma associação mais estreita com um dos critérios considerados, e mais em particular, com uma das dimensões desse critério” (Sá, 2004:172). Por esta razão, o envolvimento dos pais naquilo que tem a ver com a formação e educação de seus educandos deve ser cada vez maior. Para o autor, no que tange especificamente à não participação, como mais abaixo descreverá de forma sintética num quadro, “o critério da *democraticidade* não foi considerado por não se afigurar relevante contemplar a dimensão da intermediação desta situação. Em contrapartida, incluímos o critério da *casualidade*, o que nos permite valorar o motivo da não participação” (*ibidem*:173).

Quadro 2 - Proposta de um modelo integrado da articulação entre *papéis e critérios* para a análise das práticas de *não participação* dos pais/encarregados de educação.

Tipos	Critérios Classificatórios						
	Casualidade	Regulamentação	Envolvimento	Orientação	Instanciação	Proporcionalidade	Politicidade
Pai Independente	Originária Imposta Induzida	Formal <u>Não</u> formal Informal	Activa <u>Reservada</u> Passiva	Convergente e <u>Divergente</u>	Consultiva <u>Deliberativa</u> Executiva	<u>Minoritária</u> Paritária Maioritária	<u>Atomizada</u> Estruturada
Pai “isolado”	<u>Originária</u> Imposta induzida	Formal <u>Não</u> <u>formal</u> Informal	Activa Reservada <u>Passiva</u>	Convergente e Divergente	<u>Consultiva</u> <u>Deliberativa</u> Executiva	<u>Minoritária</u> <u>Paritária</u> Maioritária	<u>Atomizada</u> estruturada

**Fonte:** Sá (2004:173)

Nesta ótica, salienta o autor, que estes dois tipos de pais (independente e “isolado”) “reproduzem a conceptualização de Lima. A não participação *originária* pretende ter um alcance mais específico do que o termo *voluntária* sugere” (*ibidem:173*).

Vários são os motivos que envolvem os pais e encarregados de educação e que em muitos casos podem os levar à *não participação* no que diz respeito à vida dos filhos na escola. Alguns destes motivos já referenciamos anteriormente mas, no entanto, faremos menção de um outro que também tem servido de alavanca para o afastamento dos pais e encarregados de educação. É, desta que o autor afirma que “em alguns casos, os efeitos nefastos da incursão em áreas que os professores definem como territórios de acesso exclusivo aos profissionais, pode levar os pais à *não participação*, noutros, esse mesmo receio não tendo efeitos tão drásticos, reflete-se contudo na *orientação* da participação adoptada” (*ibidem:175*). Por outro lado,

“nos casos em que os encarregados de educação não se intimidam e\ou acreditam na integridade profissional docente e contestam perante o órgão de gestão da escola, ou junto do director de turma decisões que julgam também merecedoras da reprovação de outros

pais, não raras vezes são confrontados com um categórico ‘nunca ninguém colocou esse problema’” (*ibidem:176*).

Esta questão faz com que “a ‘excentricidade’ desses encarregados de educação coloca-os perante a desconfortável situação de se sentirem isolados e desapoiados num contexto em que ser o único a levantar um problema pode ser interpretado como sinónimo de conduta desadequada” (Sá, 2004:176). Nesta ótica, “a *não participação induzida*, além de inibir o desenvolvimento de uma *participação activa divergente*, tem como consequência colateral a desvalorização e deslegitimação das poucas posturas críticas que não foram retidas no primeiro filtro” (*ibidem*). O autor faz uma descrição metafórica em volta de como pode ocorrer o processo de participação no interior escolar e não só e parte do seguinte pressuposto

“se os contextos organizacionais, enquanto campos estruturados onde se confrontam racionalidades distintas, condicionam, embora não determinem, os resultados do jogo que aí decorre, então a análise dessas arenas políticas pode revelar-se essencial na compreensão das opções mais ou menos deliberadas daqueles que decidiram não jogar o jogo, seja por falta de comparência, seja pela decisão de o abandonar já depois do seu início” (*ibidem:176*).

Mas é importante também enfatizar que

“quando as regras do jogo impõem condições de participação claramente assimétricas, de tal modo que uma das *equipas* pode determinar o seu resultado sem necessidade de negociação com os outros participantes, o valor de troca da participação do(s) grupo(s) em desvantagem sai claramente desvalorizado, senão mesmo todo irrelevante. Nestas circunstâncias, o grupo beneficiado pode ter todo o interesse em *comprar* a participação do grupo em desvantagem, pois, por um lado, o *preço a pagar* é quase negligenciável e, por outro lado, os ganhos políticos podem ser significativos, sobretudo num contexto em que boa parte dos discursos e das políticas no domínio da educação (e não só) se encontram fortemente impregnado pela retórica participativa” (*ibidem:176*).

Por nada ser perfeito, podemos constatar e tendo em consideração o exemplo mencionado, notaremos que a “estratégia de cooptação não está isenta de riscos, obrigando a mobilizar recursos que permitam policiar fronteiras e demarcar territórios evitando assim intromissões abusivas no campo alheio” (*ibidem:177*). No que tange à participação na escola podemos constatar que esta pode ser feita em duas vertentes principais (individual ou em grupo) embora a participação individual saia em desvantagem em relação a participação em grupo ou coletiva, por se tratar da que estiver em maior vantagem, receber subsídios e o empenhamento de todos em detrimento da que estiver em pouca percentagem.

Quanto à participação dos alunos defendidas por L. Lima, nas escolas secundárias portuguesas, o autor faz uma descrição história o qual o termo participação vem a desempenhar. Desta feita, afirma que “a palavra *participação* parece estar na *ordem do dia*, sendo muito utilizada, em muitos e *diferentes* contextos, com objectivos diversos a que correspondem práticas diversas” (Lima, 1988:20). Esta participação a qual se faz referência está diretamente relacionada a “*democracia*, com a *co-gestão* e a *autogestão*, com a *descentralização*” (*ibidem*:20) entre outras e que “pode variar em formas e graus, em perspectivas e pontos de vista” (*ibidem*). Afirma-se ser abrangente a palavra participação, por estar presente em vários setores de vida social, como em contextos sociais, culturais, históricos etc.

Como já referimos anteriormente, participação e democracia são dois conceitos que caminham simultaneamente, pelo facto de um estar associado ao outro. É, nesta perspectiva, que o autor afirma que “a ideia de participação está sobretudo associada à teoria de democracia como participação, que representa uma das modernas teorias da democracia” (*ibidem*:22). Por outro lado, Lima ao fazer a distinção entre os conceitos *participar* e *autogerir*, afirma ser pertinente, embora não possamos a subscrever as afirmações que o pretendem justificar. Assim, “em primeiro lugar a afirmação de que *participar é apenas ser admitido a tomar parte...relewa da não distinção conceptual entre participar e tomar parte ou ser parte*” (*ibidem*:28). Já em outras abordagens, o autor afirma que

“embora em diferentes graus e diferentes modalidades, a participação é o mecanismo mais vulgarizado para conseguir a realização do princípio democrático, entendido este como um processo de democratização global que deve ser extensivo aos diversos aspectos da vida social, cultural, económica, etc., tomando assim as mais diversas formas- participação na administração regional e local, participação dos trabalhadores, gestão democráticas das escolas e de outras instituições, etc.” (Lima, 1988:30).

Desta feita, partiremos para uma participação a qual também tem sido fundamental em contexto escolar, possibilitando uma maior abertura no que tange ao seu envolvimento relativamente aos assuntos referentes aos poderes, decisões bem como as lógicas de ação vivenciadas a nível institucional, esta participação que é designada de *participação discente* que posteriormente descreveremos com mais detalhes.

### **1.6.8. A Participação Discente**

Não é possível fazer uma abordagem em torno da participação discente a nível escolar sem antes rebuscar o que foi vivenciado na chamada *escola tradicional*, que apresentava como característica



principal o *magistrocentrismo* como nos revela o termo e que L. Lima vem esclarecer partindo do pressuposto de que “a participação não constitui paradigma de relevo no contexto da escola tradicional, em que o método de instrução é fortemente autoritário e centrado no professor (*magistrocentrismo*)” (Lima, 1988:58). As constantes mudanças foram se efetuando no interior da escola, até se alcançar ao que hoje designamos de *escola nova*, predominada pelo (*pedocentrismo*) em que o centro das atenções deixa de ser o professor e passa a ser o aluno, deixando de ser mero *objeto*, passando a ser *sujeito* da sua própria aprendizagem fez com que os alunos até aos dias atuais passassem a ser tidos como atores e participantes da sua própria aprendizagem, manifestando os seus interesses e envolvendo-se nos interesses inerentes à escola. É, desta maneira, que a escola democrática manifesta-se, por isso, o autor esclarece que “a escola democrática pretende assumir-se acima dos interesses particulares de classes de grupos sociais, empenhando-se ao serviço do indivíduo” (*ibidem*:58). Por outro lado, a escola democrática nos apresenta algumas características que a possam distinguir de uma escola enraizada no autoritarismo como às da escola tradicional, isto é, caracterizam-se por possuírem *igualdade de oportunidades de acesso e sucesso à educação*.

O facto de se estar perante uma escola democrática em que o fator participação seja preponderante, resta-nos afirmar que esta participação a que nos referimos a nível discente, deve “a aplicação dos princípios democráticos à administração escolar traduziu-se na admissão dos alunos a diversos níveis de gestão, desde a consulta, passando pela participação na decisão e em matérias como a estruturação de *currriculum*, a selecção dos métodos de instrução, a acção disciplinar, etc.)” (*ibidem*:63). Permitir que os alunos participem do governo da escola, faz com que os mesmos se tornem cada vez mais sociáveis, adquiram melhores atitudes em relação à escola e aos professores, desenvolvendo atitudes de *autogoverno* e de disciplina e tornando-se cada vez mais participantes na educação *para e pela* democracia. Mas também esta participação discente pode acarretar algumas *limitações* como “a falta de cooperação dos professores; a tentativa de manipulação dos alunos; desmotivação dos alunos; incapacidade da escola oferecer aos alunos oportunidade de participação; a falta de oportunidade de certos líderes estudantis quer por incompetência, quer, por falta de compreensão da importância da participação” (*ibidem*:64). Diante da realidade Portuguesa, L. Lima relata numa perspectiva diacrónica, a participação dos alunos nos processos de tomada de decisão das escolas. Numa primeira fase, o autor descreve o período da não participação e alega que o primeiro período em que a não participação se fez sentir foi o “anterior a 25 de Abril de 1974” (Lima, 1988:78) pelo facto desta participação (discente e docente) apresentarem-se como “incongruentes em relação ao contexto político e ao quadro jurídico-constitucional vigentes até 1974” (*ibidem*:78). Esta

participação a que o autor referencia, não foi guiada a base de normas como normalmente se tem verificado em outras com *direitos elementares*. Mas também afirma que “as formas de participação discente que é possível registrar surgem associadas principalmente a períodos de crise estudantil, e social, manifestando-se quase sempre ao nível do ensino superior” (*ibidem:78*). Outro período importante na história de participação dos estudantes em Portugal foi já após o 25 de Abril de 1974 e também no ensino superior “teria partido mais ou menos de uma espécie de *grau zero*, o que se justificaria até pela inexistência de estruturas legais organizadas que permitissem tal participação” (*ibidem:80*). Numa outra perspetiva, o autor fazendo a análise em torno da participação, não no ensino superior como o fez anteriormente, mas no ensino secundário esclarece que “reconhecemos que a situação é diferente, e é-o muito mais ao nível da participação discente na gestão dos estabelecimentos de ensino em que, aí sim, o 25 de abril de 1974 abre caminhos inteiramente novos e até aí inexplorados” (*ibidem:80*). Mas também é importante saber e distinguir em que momento se está perante a participação discente para que se possam evitar atropelos. Apesar da participação a nível de gestão antes de 1974 ser deficiente ou mesmo inexistente, para o autor “existiam contudo outras formas de participação, compulsivas ou não, sobretudo ao nível das actividades circum-escolares, das actividades desportivas e recreativas, e mesmo das actividades da Mocidade Portuguesa” (*ibidem:80*). Mesmo com um cunho limitativo, por parte dos educativos e administrativos, estas atividades terão “porventura possibilitado algumas oportunidades de participação e conduziram por vezes a iniciativas estudantis ousadas e relativamente autónomas” (*ibidem:81*). A participação estudantil pode ser observada de diversos modos, positivos ou não. Nesta perspetiva, argumenta Lima que “os encontros e convívios juvenis não poderiam deixar de produzir algumas vezes, efeitos *perversos* e dificilmente controláveis” (Lima, 1988:86). Em muitos casos, verifica-se a presença de “actos de rebeldia e de violência, assaltos a estabelecimentos de ensino com o fim de espalhar propaganda contra o regime, a pintura de paredes dos estabelecimentos de ensino com frases subversivas as comemorações do 1º de Dezembro com os cortejos académicos e os saraus onde eram frequentes os problemas com a censura” (*ibidem:86*). Muito se lutou e muitos mesmo até perderam suas vidas para que o direito à participação dos alunos nas escolas fossem um facto. O autor esclarece que “ora não cremos que fosse possível, ou que continue a se, realizar objectivos de participação e de educação para a participação, sem a criação de estruturas de participação, de áreas e de um conteúdo concreto para essa participação” (*ibidem:89*). Na visão de J. Barroso, relativamente à participação dos alunos na gestão participativa da escola, verificaremos que já há bastante tempo que não são suficientemente valorizados o papel desempenhado por eles, pelo facto de serem vistos até então como “produto do

trabalho dos professores e da actividade da escola (Barroso, 1998:19), conceito, bastante remoto que se ajusta às escolas tradicionais. Mas como nos adverte o autor, “para que se possa defender a participação dos alunos na gestão das escolas, há que encará-los como se fossem «trabalhadores»” (*ibidem*:20), visto que os mesmos deixam de ser vistos como *objetos* e passam a ser *sujeitos* da sua formação.

## **II Parte - Legislação sobre a Educação no novo milénio em Angola (2000-2020)**

Antes de fazermos uma abordagem sobre a legislação da educação atualmente em Angola e não só, debruçar-nos-emos em torno da mesma depois da independência para obtermos dados reais do que pretendemos estudar. Assim, ao referimo-nos em torno da educação em Angola significa também voltar ao passado, isto é, retratar a educação colonial por ser o marco de referência no surgimento do ensino no País. Visto que educação desenvolvida pelos angolanos, e não só antes da presença colonial, baseava-se num quadro não formal adquirida pelos pais, através do exemplo e do comportamento dos membros mais velhos da sociedade, julga-se que “o ensino escolar teve início em Angola nos séculos XVI e XVII, portanto muito antes do actual território constituir uma unidade”. Conclui-se que “no decorrer da sua presença no Reino do Kongo, os padres católicos presentes na corte de M’Banza Kongo empenharam-se em divulgar não apenas o cristianismo, mas também a língua portuguesa e a correspondente escrita, bem como rudimentos de matemática”<sup>6</sup>. Assim,

“Depois da fundação das Praças Fortes de Luanda e de Benguela, estabeleceram-se lá algumas escolas de nível básico, inicialmente apenas para filhos dos colonos brancos, inclusive alguns que tiveram com mulheres africanas, depois também para um pequeno número de crianças africanas. Nesta fase, as escolas não constituíam um sistema de ensino e nem sequer tinham estruturas muito definidas”.<sup>7</sup>

Mas cabe-nos salientar que, no que tange à organização do sistema educacional angolano nos anos de 1976, refere A. Nguluve, “partiu da necessidade de mudança do sistema de educação que Angola herdara do colonialismo português, classificado como ineficiente, limitado, e em termos culturais, mais voltado ao domínio cultural de Portugal. O sistema educativo português exaltava seus valores em detrimento dos valores nativos de Angola” (Nguluve, 2006: 55). Por outro lado, afirma o autor que,

---

<sup>6</sup> <https://balgidoquiage.wordpress.com/2014/09/17/educacao-em-angola-antes-durante-e-depois-da-independencia/> acessado aos 20.05.2018

<sup>7</sup> *Ibidem*

“a educação colonial não privilegiou o nativo angolano, ou seja, não existia uma educação para negros escravos. Com o alcance da Independência a 11 Novembro de 1975, o novo governo, teve como desafio definir a partir de 1976, políticas concretas que pudessem permitir a correcção dos altos índices de analfabetismo apresentado pelo país, resultante da fraca infra-estrutura, bem como dos materiais de apoio ao ensino, herdado do colonialismo português” (*ibidem*:55).

É, nesta senda de ideias, que o mesmo autor vai mais além em suas análises e apegando-se nos ideais de Francisca do Espírito Santo, sustenta a ideia de que “o sistema educacional desenvolvido na primeira reforma (1976), baseou-se fundamentalmente pelo aumento de oportunidades educativas, gratuidade do ensino de base (da 1ª à 4ª classe), obrigatoriedade de frequentar o primeiro nível e o aperfeiçoamento pedagógico do seu corpo” (Nguluve 2006: 66). Contudo, conclui-se que é desta forma que constituíam-se os subsistemas que se fizeram sentir até a segunda reforma efetuada no País.

A educação pós-independência foi estudada por L. Vieira, que em muito se destacou ao anunciar a importante missão que o Partido MPLA empreendeu na luta para a independência, razão pela qual alega que “com a proclamação da Independência de Angola pelo MPLA, os objectivos imediatos do novo regime consistiam na ‘destruição’ dos marcos do regime colonial e na construção imediata de um novo país, social, político, e economicamente diferente de forma a servir os milhares de angolanos que tinham sido excluídos, discriminados e explorados pelo regime colonial” (Vieira , 2007:91). Tendo em consideração o que se vivenciou e se herdou na era colonial, concretamente no ramo educacional, verificou-se um elevado número de indivíduos analfabetos, por essa razão, após à independência esta, foi a primeira preocupação. É, também nesta vertente, que A. Cazalma afirma que

“após a independência, Angola defrontou-se com a existência de um sistema educativo totalmente semelhante ao modelo português, com infraestruturas escolares genericamente localizadas nos centros urbanos, com fraca acessibilidade e equidade relativamente às populações autóctones, de que resultavam taxas de escolarização muito reduzidas e um elevado índice de analfabetismo que rondava aos 85% da população” (Cazalma, 2015:58).

É, nesta base de ideias, que muito se afirma que muito poucos possuíam qualquer qualificação e só uma maioria, não significativa, possuía uma qualificação profissional. Daí que vem se dando uma enorme importância à escola. Embora ainda na perspectiva de F. Zau, a

“educação e a formação de crianças, jovens e adultos, será mais eficiente quando mais estreitos forem os laços entre escola/ família /comunidade. O desenvolvimento, ao implicar na interiorização de um amplo conceito de educação, tem como fins: o exercício da cidadania, a actividade laboral, afirmação da identidade cultural e o respeito pelas demais, a prática da solidariedade social e internacional” (Zau, s/d.:5).

É, desta feita, que partiremos para situações mais específicas das *políticas do ensino em Angola*.

### **1.7. Políticas do Ensino em Angola**

Tendo em conta a política de ensino em Angola, M. Tavares sustenta a ideia de que “desde a conquista da soberania nacional, em 1975, e depois de um período bastante controverso, Angola encontrou alguma estabilidade política, económica social nos últimos anos” (Tavares, 2015:9). É, desta feita, que a autora continua afirmando que “a partir daí começaram a ser feitos novos investimentos em várias áreas, em especial no domínio educativo, sendo este setor considerado de grande importância para a reconstrução, desenvolvimento e progresso da Nação Angolana” (*ibidem*:9). Por esta razão, continua a autora afirmando que “sendo a educação entendida como um elemento de base para o desenvolvimento de qualquer nação, desde cedo Angola procurou investir na formação dos seus quadros, apostar na formação do pessoal docente e tentar reverter o vazio deixado pela descolonização, os níveis de iliteracia existente e as altas taxas de insucesso e abandono escolares que assolavam o país” (*ibidem*). Julga-se que estes aspetos, foram essenciais para que “em 1976” se desencadeasse a “primeira Reforma Educativa” (*ibidem*:9). Como se precisava edificar um Novo País, a reforma educativa foi fundamental por apresentar um desafio novo no qual “se pretendia edificar uma cultura de paz e liberdade” (*ibidem*) onde a partilha de “um modelo de educação implementado à luz de valores culturais, económico e sociais perseguidos na maior parte dos países do Mundo, sem no entanto deixar de desenvolver um conjunto de práticas culturais e perseguir um conjunto de valores que conferissem um cunho específico à sociedade angolana” (Tavares, 2015:9). Por isso mesmo, afirma-se também que “em 1977, Angola adoptou o seu próprio sistema de Educação, implementado em 1978 e caracterizado essencialmente por uma maior oportunidade de acesso à Educação e a continuação dos estudos, do alargamento da sua gratuidade e ao aperfeiçoamento permanente do pessoal docente” (Cazalma, 2015:58).

No que tange a formação, é de salientar que a mesma era débil pelo simples facto de haver um reduzido número de profissionais sem qualificação que asseguravam o processo, mas que “o maior impacto do novo sistema de educação foi a explosão escolar que se traduziu na grande afluência da população às escolas pois, em 1974, estudavam cerca de meio milhão de angolanos, em 1980 esse número era já superior a 1,8 milhões” (*ibidem* 2015:58). O fator guerra contribuiu bastante para que estes indicadores permanecessem por muito tempo.

Deu-se um período de bastante empenho em alfabetizar adultos, usando diversas metodologias e estratégias que os pudessem ajudar na construção de uma identidade própria (Angolana).

O *novo sistema de Educação e Ensino* foi determinante na história do povo angolano, pois foi caracterizado por diversas alterações tendo em consideração ao que se viveu na era colonial, concretamente no que tange ao governo da República Popular de Angola, compreendendo a importância do setor no desenvolvimento do país, bem como da sua população, ocupou-se de um novo sistema de *Educação e do Ensino* que não englobasse nos seus objetivos e princípios os signos da política educacional colonial, visto que a total vontade em desfazer-se de vestígios coloniais era evidente. Outro fator preponderante que viria a ser imprescindível e que F. Zau descreve é o facto de podermos “aprender a adaptar-se à mudança”(Zau, s/d.:12), fruto do que descreve “face ao choque cultural causado pelo ritmo acelerado do processo de mudança a que assistimos nos dias de hoje, todas pessoas (independentemente da sua idade) têm necessidade de aprender estratégias adaptativas” (*ibidem:12*). É, neste quadro, que foi promulgada a Lei nº 4/75 de 09 de Dezembro de 1975, um mês à seguir a Independência, que consagrava a nacionalização do ensino. Por esta razão “crianças, jovens e adultos, são cada vez mais impulsionados a adaptarem aos novos ritmos da vida, já que a compreensão do tempo acelera o metabolismo social e torna os processos de decisão cada vez mais rápidos” (*ibidem:12*). Deste modo, foram se dando paulatinamente várias reformas e criação de várias leis e reformas que pudessem guiar e orientar o ensino angolano até aos dias de hoje, e que sintetizamos no seguinte quadro:

Quadro 3 - Legislação do Sistema Educativo Angolano

Lei nº13/01 de 31 de Dezembro	Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino	Visa responder as novas exigências da formação de recursos humanos, necessários ao progresso sócio- económico da sociedade angolana
Lei nº 17/16 de 7 de Outubro	Lei de Bases do Sistema de Educação e ensino	Estabelece os princípios e as bases gerais do Sistema de educação e ensino

A *Lei nº 17/16 – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino*, estabelece os princípios e as bases gerais do Sistema de educação e ensino e revoga a *Lei nº13/01 de 31 de Dezembro* e toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei.

De acordo a *Lei nº17/16 de 7 de Outubro*, a implementação da *Lei nº13/01 de 31 de Dezembro*, que aprovou as bases do Sistema de Educação, permitiu o crescimento de todos os subsistemas de ensino e contribuiu para o desenvolvimento de diferentes setores da vida nacional. Assim, podemos afirmar que Angola como República viveu uma etapa de transição do Sistema de educação em extinção, (aprovado em 1977 e em vigor desde 1978, publicado pelo Decreto N° 40/80 de 14 de Maio), para um novo Sistema de Educação, que foi aprovado pela *Lei 13/01 de 31 de Dezembro*, que iniciou a sua implementação em 2004 (com o início da experimentação e com a sua avaliação no geral, prevista então para ter início em 2012).

Já o sistema de Educação atual permitiu a aprovação de uma nova *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino* que vai permitir a criação de condições mais adequadas para a aplicação das políticas públicas e dos programas nacionais, com o objetivo de continuar a assegurar, a incrementar e a redinamizar o crescimento e o desenvolvimento económico e social do País, bem como a adoção, o aperfeiçoamento ou a modificação de distintos instrumentos de governação.

Assim, o Sistema de Educação e Ensino Angolano deve “reafirmar, entre os seus objetivos, a promoção do desenvolvimento humano, com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida para todos os indivíduos, que permita assegurar o aumento dos níveis de qualidade de ensino”. Deve igualmente, “contribuir de forma mais efectiva, para excelência no processo de ensino e aprendizagem, para o empreendedorismo e para o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico de todos os setores da vida nacional”. (*Lei nº17/16 de 7 de Outubro*)

O sistema de educação e ensino deve ainda “garantir a reafirmação da formação assente nos valores patrióticos, cívicos morais, éticos e estéticos e a crescente dinamização do emprego e da actividade económica a consolidação da justiça social do humanismo e da democracia pluralista” (*Preâmbulo doLei nº17/16 de 7 de Outubro*).

A presente Lei possibilita a implementação de medidas que visam melhorar cada vez mais a organização e funcionalidade e o desempenho do Sistema de Educação e Ensino, bem como fortalecer a articulação entre os diferentes Subsistemas de Ensino.

Assim, a Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea c) do nº2 do artigo 166º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte: *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino*.

## 1.8. A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino

No seu **Capítulo I** que aborda as Disposições legais, verifica-se que no seu **Artigo 1º**, a presente Lei estabelece os princípios e as bases gerais do Sistema de Educação e Ensino.

Ainda no seu **Artigo 2º** do mesmo capítulo, que apresenta a Educação e Sistema de Educação e Ensino, a mesma é tida “como um processo planificado e sistematizado de ensino e aprendizagem, que visa preparar de forma integral o indivíduo para as exigências da vida individual e coletiva”. Mas sustenta que,

“nos termos do previsto do número anterior, o indivíduo desenvolve-se na convivência humana, a fim de ser capaz de enfrentar os principais desafios da sociedade, especialmente na consolidação da paz, unidade nacional, na promoção e proteção dos direitos da pessoa humana, do ambiente, bem como no processo de desenvolvimento científico, técnico, tecnológico, económico, social e cultural do país”.

Também, define *O sistema de Educação e Ensino* como “o conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino, por meio das quais se realiza o processo educativo tendente a formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática de direito, de paz e progresso social”.

Ao abrigo do **Artigo 4º** do primeiro capítulo da lei do Sistema de Educação e Ensino, o sistema de Educação e Ensino tem os seguintes fins:

- a) “Desenvolver harmoniosamente as capacidades, intelectuais, laborais, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas, bem como o sentimento patriótico dos cidadãos especialmente dos jovens da maioria contínua e sistemática e elevar o seu nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do País;
- b) Assegurar a aquisição de conhecimentos e competências necessárias a uma adequada e eficaz participação na vida individual e coletiva;
- c) Formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica, construtiva e inovadora para a sua participação activa na sociedade, à luz dos princípios democráticos;
- d) Promover o desenvolvimento da consciência individual, em particular o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, a tolerância e cultura de paz, a unidade nacional, a preservação do meio ambiente e a contínua melhoria da qualidade de vida;
- e) Fomentar o respeito mútuo e os superiores interesses da nação angolana na promoção do direito e respeito à vida e dignidade humana, à liberdade e à integridade pessoal e coletiva;
- f) Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em atitude de respeito pela diferença, permitindo uma saudável integração regional e internacional”.



O seu **Capítulo II** faz referência aos princípios gerais que regem o sistema de Educação e Ensino e destaca os seguintes:

“- Da legalidade, da integridade, da laicidade, da universalidade, da democraticidade, da gratuidade, da obrigatoriedade, da intervenção do Estado, da qualidade de serviços, da educação e promoção dos valores morais, cívicos e patrióticos”.

**O Capítulo III** faz referência a Organização do Sistema de Educação e ensino, na qual em sua **secção I** aflora a estrutura do Sistema de Educação e Ensino[...]. Assim, no seu **Artigo 17º** relativamente à Estrutura clarifica que:

1. “O Sistema de Educação e Ensino é unificado e está constituído por seis subsistemas de ensino e quatro níveis de ensino.
2. Os Subsistemas de Ensino são os seguintes:
  - a) Subsistema de Educação pré-escolar;
  - b) Subsistema de Ensino Geral;
  - c) Subsistema de Ensino Técnico-Profissional;
  - d) Subsistema de Formação de Professores
  - e) Subsistema de Educação de Adultos;
  - f) Subsistema de Ensino Superior”;
3. Os Níveis de Ensino são os seguintes:
  - a) “Educação Pré-Escolar;
  - b) Ensino Primário;
  - c) Ensino Secundário;
  - d) Ensino Superior”.

No que tange à articulação entre os Subsistemas de Ensino, o seu **Artigo 19º**, aponta os seguintes itens:

1. “A articulação entre os conhecimentos e competências garantidos entre os diferentes os subsistemas de ensino e o Sistema Nacional de Qualificações é objecto de regulamentação em diploma próprio.
2. Na articulação entre subsistema de ensino, às áreas transversais tais como o ensino das línguas, o ensino artístico e cultural, a educação física e desportos, a educação moral e cívica, a educação política e patriótica e outras, têm estratégias específicas de desenvolvimento, tendo em conta as particularidades de cada subsistema, nos termos de regulamentarem diploma próprio”.

No que concerne às idades mínimas de referências no Sistema de Educação e Ensino, no seu **Artigo 20º** aflora o seguinte:

1. “As idades mínimas de referência para o acesso e frequência de cada nível de ensino são as estabelecidas para cada subsistema de ensino e constam no Organograma do Sistema de

Educação e Ensino, estruturado sob forma vertical e horizontal, constantes dos Anexos 1 e 2 da presente Lei e que dela são partes integrantes.

2. A frequência dos diferentes níveis de ensino, observando as idades mínimas de referência estipuladas, como tolerância até 2(dois) anos de atraso, considera-se Ensino Regular.
3. A frequência dos diferentes níveis de ensino com mais de 2(dois) anos em relação as idades mínimas de referência, considera-se Ensino de Adultos, devendo existir condições técnico-pedagógicas diferenciadas”.

**A secção II do 21º Artigo** do mesmo **capítulo III** que reflete o Subsistema de Educação Pré-Escolar, nos informa que,

“O Subsistema de Educação Pré-Escolar é a base da educação, que cuida da primeira infância, numa fase de vida em que se devem realizar as acções de condicionamento e de desenvolvimento psico-motor”.

**O Artigo 22º** aflora os Objetivos Gerais do Subsistema de Educação Pré-escolar, que nos apresenta os seguintes itens:

- a) “Estimular o desenvolvimento intelectual, físico, moral, estético e afetivo da criança, garantindo-lhe um ambiente sadio, de forma a facilitar a sua entrada no Subsistema de Ensino Geral;
- b) Permitir uma melhor integração e participação da criança através da observação e compreensão do meio natural, social e cultural que a rodeia;
- c) Desenvolver as capacidades de expressão, de comunicação, de integração criadora e estimular a curiosidade e a atividade lúdica da criança”.

**O Artigo 23º** faz referência à Estrutura do Subsistema de Educação Pré-Escolar, abordando deste modo os seguintes aspectos:

1. “A Educação pré-escolar estrutura-se em 3 (três) etapas:
  - a) Creche: dos 3(três) meses aos 3(três) anos de idade;
  - b) Jardim de infância: dos 3(três) aos 5 (cinco) anos de idade;
  - c) Jardim de infância: dos 3 (três) aos 6 (seis) anos compreendendo a Classe de Iniciação, dos 5 (cinco) aos 6 (seis) anos.
2. A Classe da Iniciação pode ser ministrada nas escolas do Ensino Primário”.

A Estrutura do Subsistema do Ensino Geral também faz referência aos Objetivos Gerais. Nesta ótica, de acordo com o **Artigo 24º do III capítulo** que clarifica o Subsistema do Ensino Geral, “O Subsistema do Ensino Geral, é o fundamento do Sistema de Educação e Ensino que visa assegurar uma formação integral, harmoniosa e sólida necessária para uma boa inserção no mercado de trabalho e na sociedade, bem como para o acesso aos níveis de ensino subsequentes”. Assim o

**Artigo 25º** ao referenciar os Objetivos gerais do subsistema do Ensino Geral, sustenta que os mesmos são caracterizados por:

- a) “Assegurar uma formação harmoniosa e integral de qualidade, que permita o desenvolvimento das capacidades intelectuais, laborais, artísticas, cívicas e morais, éticas, estéticas e físicas;
- b) Assegurar o conhecimento técnico-científico e tecnológicos que favoreçam um saber- fazer eficaz e eficiente que se adapte as exigências de desenvolvimento económico e social;
- c) Educar as crianças, jovens e cidadãos adultos para adquirirem hábitos, habilidades, capacidades e atitudes necessárias ao seu desenvolvimento;
- d) Promover na juventude e outras camadas sociais o amor ao trabalho e potenciá-los para uma aprendizagem de uma atividade laboral socialmente útil e capaz de melhorar as suas condições de vida;
- e) Assegurar à nova geração uma orientação vocacional e profissional sólida e útil à sua inserção na vida ativa”.

De acordo à Estrutura do Subsistema do Ensino Geral, o **Artigo 26º** esclarece que o mesmo estrutura-se em:

- a) “Ensino Primário;
- b) Ensino Secundário”.

Ambos apresentam seus objetivos específicos. Assim, no que tange ao Ensino Primário, no seu **Artigo 27º**,

1. “O Ensino Primário é o fundamento do ensino geral, constituindo a sua conclusão com sucesso, condição indispensável para a frequência do ensino secundário.
2. O Ensino Primário tem a duração de 6 (seis) anos e têm acesso ao mesmo as crianças que completem 6 (seis) anos de idade até 31 de Maio do ano de matrícula”.

Relativamente à sua organização, o seu **Artigo 28º** salienta que:

1. “O Ensino Primário integra três ciclos de aprendizagem, compreendendo 2(duas) classes para cada ciclo e organiza-se da seguinte forma:
  - a) 1ª e 2ª classes, sendo a avaliação final dos objetivos pedagógicos do ciclo efetuada na 2ª classe;
  - b) 3ª e 4ª classes, sendo a avaliação final dos objetivos pedagógicos do ciclo efetuada na 4ª classe;
  - c) 5ª e 6ª classes, sendo a avaliação final dos objetivos pedagógicos efetuadas na 6ª classe”.

No entanto,

2. “As crianças com idades compreendidas entre os 12 (doze) e 14 (catorze) anos que não tenham concluído o ensino primário, beneficiam de programas específicos de apoio

pedagógico para permitir a sua conclusão e os que ultrapassam essa idade devem ser enquadrados no ensino de adultos”.

O **Artigo 29º** que reflete os objetivos específicos do Ensino Primário, clarifica que os mesmos apresentam-se pela seguinte ordem:

- a) “Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- b) Desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão oral e escrita;
- c) Aperfeiçoar hábitos, habilidades, capacidades e atitudes tendentes a socialização;
- d) Proporcionar conhecimentos e oportunidades para o desenvolvimento das faculdades mentais;
- e) Estimular o desenvolvimento de capacidades, habilidades e valores patrióticos, laborais, artísticos, cívicos, culturais, morais, éticos, estéticos e físicos;
- f) Garantir a prática sistemática de expressão motora e de atividades desportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotoras”.

Assim, quanto aos Objetivos Específicos do Ensino Secundário Geral, como reflete o **Artigo 30º** que especifica de concreto o (Ensino Secundário Geral), esclarece que “é o nível que sucede o Ensino Primário e prepara os alunos para o ingresso no Ensino Superior ou no mercado de trabalho imediatamente ou após formação profissional complementar”.

O **Artigo 31º** aborda o modo de Organização do Ensino Secundário Geral, nesta ótica é de salientar que:

1- “O Ensino Secundário Geral compreende dois ciclos de 3 (três) classes cada e organiza-se da seguinte forma:

- a) O Primeiro Ciclo do Ensino Secundário Geral, compreende as 7ª, 8ª, e 9ª classes e é frequentado por alunos dos 12 (doze) aos 14 (catorze) anos de idade;
- b) O II Ciclo do Ensino Secundário Geral compreende as 10ª, 11ª e 12ª classe e é frequentado por alunos do 15 (quinze) aos 17 (dezassete) anos de idade”. Por esta razão,

2- “As crianças e os jovens com idades compreendidas entre os 14 (catorze) e 17 (dezassete) anos, que não tenham concluído o I ciclo do Ensino Secundário, beneficiam de programas específicos de apoio pedagógico para permitir a sua conclusão e os que ultrapassam essa idade devem ser enquadrados no Ensino de Adultos”.

Neste âmbito, voltando aos objetivos específicos, o **Artigo 32º** enumera os Objetivos Específicos do I ciclo do Ensino Secundário Geral que são:

- a) “Consolidar, aprofundar e ampliar os conhecimentos e reforçar as capacidades, os hábitos as atitudes e as habilidades adquiridas no Ensino Primário.
- b) Permitir a aquisição dos fundamentos das ciências e de conhecimentos necessários ao prosseguimento dos estudos em níveis de ensino e áreas subsequentes;
- c) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica;
- d) Aprofundar os fundamentos de uma cultura humanística, baseada nos valores morais, éticos e cívicos e patrióticos;
- e) Aprofundar a formação técnica, cultural e artística que constitui suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos ou para a inserção na vida activa;
- f) Criar hábitos de trabalho individual e em grupo e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica e de adaptação à mudança;
- g) Promover o empreendedorismo, desenvolvendo hábitos, habilidades, capacidades e atitudes para a vida activa e o espírito de iniciativa, criatividade e autonomia”.

No que tange ao **Artigo 33º**, referente aos Objectivos Específicos do II Ciclo do Ensino Secundário Geral, temos a sublinhar o seguinte:

- a) “Assegurar uma formação sólida e aprofundada numa determinada área de conhecimento;
- b) Preparar o aluno para ingressar no Subsistema de Ensino superior ou para atividades de formação profissional e inserção na vida activa;
- c) Desenvolver uma visão do mundo assente no pensamento filosófico, lógico e abstrato e a capacidade de avaliar a aplicação de modelos científicos na resolução de problemas da vida prática;
- d) Fomentar a aquisição e a aplicação de um saber cada vez mais aprofundado, assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- e) Consolidar os valores patrióticos, morais e cívicos, desenvolvendo o espírito de participação e envolvimento na vida social;
- f) Desenvolver experiências práticas, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola e a comunidade, dinamizado a função inovadora e interventora da escola;
- g) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo de trabalho”.

O **Artigo 34º** especifica o Subsistema de Ensino Técnico-Profissional, que é o fundamento do Sistema de Educação e Ensino que assegura uma preparação técnica e profissional dos indivíduos, necessária para a conclusão de cada um dos seus ciclos, para a sua inserção no mercado de trabalho, sem prejuízo da possibilidade de continuação de estudos no Subsistema de Ensino Superior.

Já o **Artigo 35º** que aborda os Objectivos Gerais do Subsistema de Ensino Secundário Técnico-Profissional, faz referência aos seguintes aspetos:

Os objectivos gerais do Subsistema de Ensino Secundário Técnico-Profissional são os seguintes:

- a) “Assegurar o ensino e a formação técnica e profissional dos indivíduos em idade escolar, dos candidatos a emprego e dos trabalhadores;

- b) Capacitar para o exercício de uma atividade profissional ou especializada;
- c) Dar respostas às necessidades do País em mão-de-obra qualificada e especializada, ajustada à evolução técnica e tecnológica;
- d) Desenvolver a valorização do trabalho, potenciando a aprendizagem de uma actividade laboral socialmente útil e a melhoria das condições de vida;
- e) Promover hábitos e atitudes necessárias ao desenvolvimento da consciência nacional;
- f) Assegurar uma base científica que permita a continuação dos estudos e uma formação integral, assente em valores morais, cívicos e patrióticos;
- g) Consolidar a vocação profissional e a preparação para a vida activa e para o aumento dos níveis de produtividade”.

O Titular do Poder Executivo promove a articulação entre o Subsistema de Ensino Técnico-Profissional e o sistema de formação profissional, visando assegurar a formação de mão-de-obra qualificada e especializada ajustada à evolução técnica e tecnológica.

A articulação prevista no número anterior, não implica a articulação de graus académicos no Sistema de Formação Profissional.

Quanto a Estrutura do Subsistema do Ensino Secundário Técnico-Profissional, o **Artigo 36º** esclarece que o mesmo estrutura-se da seguinte forma:

- a) “Formação Profissional Básica;
- b) Ensino Secundário Técnico- profissional”.

Já a **subsecção I** faz referência a Formação Profissional, bem como o **Artigo 37º** que espelha a Formação Profissional Básica, partem da ideia de que “A Formação Profissional Básica é o processo através do qual se adquirem e desenvolvem conhecimentos gerais e técnicos, atitudes e práticas relacionadas diretamente com o exercício de uma profissão”.

Quanto à sua organização, o **Artigo 38º** vem a revelar os seguintes itens:

1. “A Formação Profissional Básica corresponde ao I ciclo do Ensino Secundário e realiza-se nas Escolas Secundárias Técnicas, após a conclusão do Ensino Primário.
2. A Formação Profissional Básica corresponde as 7ª, 8ª e 9ª classes e é frequentada por alunos dos 12 (doze) aos 14(catorze) anos de idade, podendo ingressar indivíduos até aos 17(dezassete) anos de idade”.

Em quase tudo o que realizamos há que destacar os objetivos a que nos propusemos para o estudo, é assim que o **Artigo 39º** vem nos elucidar os *Objetivos Específicos da Formação Profissional Básica*, que destacaremos em seguida.

- a) “Consolidar, aprofundar e ampliar os conhecimentos e reforçar as capacidades, os hábitos, atitudes e habilidades adquiridas no Ensino Primário;
- b) Complementar a Formação escolar no quadro da educação permanente;
- c) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio lógico da reflexão e da curiosidade técnica e tecnológica;
- d) Permitir a aquisição de conhecimentos necessários ao prosseguimento dos estatutos em níveis de ensino e áreas subsequentes ou a entrada no mercado de trabalho.
- e) Promover o desenvolvimento das habilidades para o trabalho e para a vida activa, associadas ao empreendedorismo, ao espírito de iniciativa, à criatividade a inovação e a autonomia”.

No que tange a **subsecção II** que reflete em torno do *Ensino Secundário Técnico*, no seu **Artigo 40º** faz referência ao *Ensino Secundário Técnico Profissional*, que é tido como “o processo através do qual se adquirem e desenvolvem conhecimentos gerais, técnicos e tecnológicos para os diferentes ramos de actividades económica e social do País, permitindo-lhes a inserção na vida laboral e o exercício de uma actividade profissional e, mediante critérios o acesso ao ensino superior”.

Relativamente à Organização do Ensino Secundário Técnico-Profissional, o **Artigo 41º** vem elucidar os seguintes itens:

1. “O Ensino Secundário Técnico-Profissional realiza-se após a conclusão da 9ª classe, com a duração de quatro anos, em escolas técnicas do Ensino Secundário.
2. Após a 9ª classe e a 12ª classe do ensino Secundário Geral, são organizadas formas intermédias de formação técnico-profissional, com a duração variável de 6(seis) meses a dois 2(dois) anos, de acordo com a especialidade.
3. Os indivíduos a partir dos 15 (quinze) anos de idade, têm acesso ao Ensino Secundário Técnico-Profissional”.

Quanto aos Objetivos Específicos a que se predispõe, o **Artigo 42º** clarifica que os *Objetivos específicos do Ensino Secundário Técnico-Profissional* são os seguintes:

- a) “Ampliar, aprofundar e consolidar os conhecimentos, as capacidades, os hábitos, as atitudes e habilidades adquiridas no I Ciclo do Ensino Secundário;
- b) Capacitar os indivíduos para o exercício de uma atividade profissional ou especializada;
- c) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio lógico, da reflexão e da curiosidade técnica, tecnológica e científica;
- d) Permitir a aquisição de conhecimentos, hábitos e habilidades necessárias para a inserção no mercado de trabalho ou o prosseguimento dos estudos no Subsistema do Ensino Superior;
- e) Promover o desenvolvimento das habilidades para o trabalho e para a vida activa, associadas ao empreendedorismo, ao espírito de iniciativa, à criatividade, a inovação e a autonomia”.

A **Secção V** vem fazer referência aos Objetivos e Estrutura do Subsistema de Formação de Professores que muito nos interessa por ser o aspeto fundamental para o nosso estudo, neste caso, a secção a qual realizamos a nossa investigação. No seu **Artigo 43º** que sublinha o Subsistema de Formação de professores, sustenta que este é “o conjunto integrado e diversificado de órgãos,

instituições, disposições e recursos vocacionados à preparação e habilitação de professores e demais agentes de educação para todos os subsistemas de ensino”.

Já no se seu **Artigo 44º** Os Objetivos Gerais do Subsistemas de Formação de Professores são especificados da seguinte maneira:

- a) “Formar professores e demais agentes de educação com o perfil necessário à materialização integral dos objetivos gerais da educação nos diferentes subsistemas de ensino;
- b) Formar professores e demais agentes de educação com sólidos conhecimentos científicos, pedagógicos, metodológicos, técnicos e práticos;
- c) Promover hábitos, habilidades, capacidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento da consciência nacional;
- d) Promover a integridade e idoneidade patriótica, moral e cívica, de modo que os professores e agentes de educação assumam com responsabilidade a tarefa de educar;
- e) Desenvolver ações de atualização e aperfeiçoamento permanente dos professores e agentes da educação;
- f) Promover ações de agregação pedagógica destinada a indivíduos com formação em diversas áreas de conhecimento para o exercício do serviço docente”.

Quanto a Estrutura do Subsistema de Formação de Professores, o **Artigo 45º** vem a nos elucidar que o mesmo está dividido em duas formas fundamentais que logo a seguir mencionaremos:

- a) “Ensino Secundário Pedagógico;
- c) Ensino Superior Pedagógico”.

A **Subsecção I** no seu **Artigo 46º**, vem esclarecer cada um destes itens mencionados. Desta feita, alega que o *Ensino Secundário Pedagógico* “é o processo através do qual os indivíduos adquirem e desenvolvem conhecimentos, hábitos, habilidades, capacidades e atitudes que os capacite para o exercício da profissão docente na Educação Pré-Escolar, no Ensino Primário e no Primeiro ciclo do ensino Secundário Regular, de Adultos e na Educação Especial e mediante critérios, o acesso ao Ensino Superior Pedagógico”.

O **Artigo 47º** ao fazer referência em torno da organização do ensino Secundário Pedagógico, sustenta que,

- 1- “O Ensino Secundário Pedagógico realiza-se após a conclusão da 9ª classe, com duração de quatro anos, em Escolas de Magistérios.
- 2- As Escolas de Magistério podem realizar cursos de profissionalização ou de agregação pedagógica, com a duração de um a dois anos, de acordo com a especialidade, destinados a indivíduos que tenham concluído o II Ciclo do Ensino Secundário.
- 3- A Formação contínua de professores, é assegurada predominantemente pelos Centros de Formação de Professores ou por outras instituições de ensino, autorizadas para o efeito”.



No seu **Artigo 48º** os objectivos específicos do Ensino Secundário Pedagógico são um facto, assim, destacam-se os seguintes:

- a) “Ampliar, aprofundar e consolidar os conhecimentos as capacidades, os hábitos, as atitudes as habilidades adquiridas no I Ciclo do Ensino Secundário;
- b) Capacitar os indivíduos para o exercício das actividades docente- educativa na Educação Pré-Escolar; Ensino Primário e no I ciclo do Ensino Secundário;
- c) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da actividade técnico-pedagógica e científica;
- d) Permitir a aquisição de conhecimentos, hábitos e habilidades necessárias para a inserção na actividade docente-educativa ou para o prosseguimento dos estudos no Subsistema de Ensino Superior;
- e) Fomentar o empreendedorismo para o desenvolvimento de habilidades de trabalho para a vida activa, associada ao espírito de iniciativa e de autonomia”.

No que tange a **Subsecção II**, verificaremos que a mesma vem fazer referência ao Ensino Superior Pedagógico já frisado anteriormente. A mesma no seu **Artigo 49º** afirma que “o ensino Superior Pedagógico é um conjunto de processos, desenvolvidos em Instituições de Ensino Superior, vocacionadas à Formação de Professores e demais agentes de educação, habilitando-os para o exercício da actividade docente e do apoio à docência em todos os níveis e subsistemas de ensino”.

Como todo qualquer processo organizado, o Ensino Superior Pedagógico, está organizado da seguinte maneira, como nos mostra o **Artigo 50º**:

1. “O Ensino Superior Pedagógico realiza-se após a conclusão do II Ciclo do Ensino Secundário ou equivalente, com duração variável em função das particularidades do curso.
2. O Ensino Superior Pedagógico pode ser de graduação, outorgando os graus académicos de bacharelato e de licenciatura.
3. O Ensino superior pedagógico pode ser de pós-graduação académica, segundo os graus académicos de mestrado e doutoramento.
4. O Ensino Superior Pedagógico pode ser de pós-graduação profissional sob a forma de agregação pedagógica, outorgando o diploma de especialização.
5. A profissionalização para a docência pode ser assegurada ao longo da formação superior, por intermédio de acções específicas de agregação pedagógica.
6. A formação contínua de professores e agentes de educação é assegurada preferencialmente pelas instituições de ensino vocacionadas para o Ensino Superior Pedagógico ou por instituições autorizadas para o feito”.

Como outros artigos, o que vem a seguir é o **51º** que espelha os objectivos específicos do Ensino Superior Pedagógico que apresenta como aspetos fundamentais as seguintes funções:

- a) “Assegurar a formação de indivíduos habilitando-os para o exercício do serviço docente e de apoio à docência, ao nível de graduação e pós-graduação académica de bacharel,

licenciado, mestre e doutor” [...] bem como o ensino superior pedagógico ao nível da pós-graduação profissional.

### 1.8.1. Caracterização do sistema Educativo Angolano

Quadro 4 -Lei nº13/01 de 31 de Dezembro Lei de Bases do Sistema de Educação

<b>1ª Estrutura do Sistema de Educação</b>	Compreende 6 Subsistemas de ensino e 3 níveis.					
<b>2ª Subsistemas de Ensino</b>	Subsistema de educação pré-escolar	Subsistema de ensino geral	Subsistema de ensino técnico-profissional	Subsistema de formação de professores	Subsistema de formação de adultos	Subsistema de Ensino Superior
	Estrutura-se em 2 ciclos: a)- creche  b)- jardim infantil	Estrutura-se em: a)- ensino primário: 6 anos de duração, abarcando as primeiras 6 classes da Educação regular e a Alfabetização  b)- ensino secundário: Compreende 2 ciclos de 3 classes. 1º ciclo: 7ª, 8ª e 9ª classes. 2º ciclo: 10ª, 11ª e 12ª classes.	Compreende: a)- formação profissional básica: realiza-se após a 6ª classe nos centros de formação profissional públicos e privados.  b)- realiza-se após a 9ª classe com a duração de 4 anos em escolas técnicas. Após a 12ª classe do ensino geral, pode-se organizar formas intermédias de formação técnico-	Realiza-se após a 9ª classe, com a duração de 4 anos em escolas normais e após este em escolas e instituto superiores de ciências de educação.  Estrutura-se em: a)- formação média normal, realizadas em escolas normais  b)-Ensino superior pedagógico realizado nos institutos e escolas	Visa a recuperação do atraso escolar mediante processos e métodos educativos intensivos e não intensivos.  Estrutura-se em: a)- ensino primário que compreende a alfabetização e a pós- alfabetização.  b)- ensino secundário que compreende os 1º e o 2º ciclos.	Visa a formação de quadros de alto nível para os diferentes ramos de atividades económicas e sociais do País.  Estrutura-se em: a)- graduação: bacharelato e licenciatura.  b)- pós-graduação: - pós-graduação académica :mestrado com 2-3 anos de duração e doutoramento com

			profissional, com a duração de 2 anos de acordo com a especialidade	superiores de ciências de educação.		a duração de 4-5 anos.  - pós-graduação profissional compreende a especialização.
<b>3º Níveis</b>	Primário	Secundário	Superior			

**Fonte:** Elaboração própria a partir da legislação nº13/01 de 31 de Dezembro

### 1.8.2. Organização do Sistema de Educação e Ensino

Quadro 5 -Lei nº17/16 de 7 de Outubro Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino Angolano

<b>1ª Estrutura do Sistema de Educação e Ensino</b>	Compreende 6 Subsistemas de ensino e 4 níveis de ensino					
<b>2ª Subsistemas de Ensino</b>	Subsistema de Educação Pré-Escolar	Subsistema de Ensino Geral	Subsistema de Ensino Técnico-Profissional	Subsistema de Formação de Professores	Subsistema de Educação de Adultos	Subsistema do Ensino Superior
	Compreende 3 etapas: Creche dos 3 meses aos 3 anos de idade.	Estrutura-se em: a)- Ensino Primário e b)-Ensino Secundário.  - Ensino Primário:	Este está estruturado de duas formas: a) Formação Profissional Básica	Estrutura: a) Ensino Secundário Pedagógico realiza-se após a	Estrutura: 1.Ensino Primário: dois ciclos: a) Alfabetização que corresponde às 1ª e	Compreende o Ensino Superior: têm acesso os indivíduos que tenham concluído o

	<p>- Jardim de infância: 3-5 anos de idade.</p> <p>- Jardim de Infância: 3-6 anos compreendendo a classe da iniciação aos 6 anos.</p> <p>A classe da iniciação pode ser ministrada nas escolas do ensino Primário</p>	<p>Tem a duração de 6 anos integrando 3 ciclos de aprendizagem compreendendo duas classes para ciclo e organiza-se da seguinte forma:</p> <p>-1ª e 2ª classes, sendo a avaliação no final dos objetivos pedagógicos do ciclo efetuadas na 2ª classe.</p> <p>- 3ª e 4ª classes, sendo a avaliação final dos objetivos pedagógicos do ciclo efetuada na 4ª classe.</p> <p>5ª e 6ª Classes, sendo a avaliação final dos objetivos pedagógicos efetuadas na 6ª classe.</p> <p>- Ensino Secundário Geral, sucede o Ensino Primário. Compreende dois</p>	<p>que corresponde ao I Ciclo do Ensino Secundário e realiza-se nas escolas Secundárias Técnicas após a conclusão do Ensino Primário.</p> <p>Compreende as classes da 7ª, 8ª, e 9ª e é frequentada por alunos dos 12 aos 14 anos de idade podendo abranger indivíduos até aos 17 anos de idade.</p> <p>b) Ensino Secundário Técnico Profissional: realiza-se após a 9ª classe com a duração de 4 anos nas Escolas Técnicas do Ensino Secundário.</p>	<p>conclusão da 9ª classe, com a duração de 4 anos em escolas do Magistério, possibilita a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, hábitos, habilidades, capacidades e atitudes no exercício da profissão docente.</p> <p>b) Ensino Superior Pedagógico, realiza-se após a conclusão do II Ciclo do Ensino Secundário ou equivalente. É o conjunto de processos, desenvolvidos em Instituições do Ensino Superior, vocacionado à formação de professores e</p>	<p>a 2ª classes com idade a partir dos 15 anos.</p> <p>b) Pós- alfabetização: alunos da 3ª, 4ª, 5ª e 6ª classes com idades a partir dos 17 anos</p> <p>2.Ensino Secundário de Adultos organiza-se em:</p> <p>a) O I ciclo do Ensino Geral: 7ª, 8ª e 9ª classes</p> <p>b) O II ciclo do Ensino Secundário Geral: 10ª, 11ª e 12ª, classes.</p> <p>c) A Formação Profissional Básica: 7ª, 8ª, e 9ª classes</p> <p>d) O Ensino Secundário Técnico: 10ª, 11ª, 12ª e 13ª classes.</p>	<p>II Ciclo do Ensino Secundário ou equivalente e que tenham aprovado no exame de acesso organizado para o efeito.</p> <p>Estrutura:</p> <p>a) Graduação: Bacharelato e Licenciatura</p> <p>b) Pós-graduação compreende as categorias académicas e profissionais.</p> <p>- Pós-graduação académica: Mestrado e o Doutoramento.</p> <p>Mestrado: 2 – 3 anos.</p> <p>Doutoramento: 4-5 anos de duração.</p>
--	---	--	--	--	---	---

		<p>ciclos de 3 classes.</p> <p>a)- I Ciclo do Ensino Secundário Geral: 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> classes. Alunos dos 12- 14 anos.</p> <p>b)- II Ciclo do Ensino Secundário Geral: 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> classes. Alunos dos 15 aos 17 anos de idade.</p>		demais agentes da educação, habilitando-os para o exercício da atividade docente e de apoio à docência em todos os níveis e subsistemas de ensino.		
<b>3º Níveis de Ensino</b>	Educação Pré-Escolar	Ensino Primário	Ensino Secundário	Ensino Superior		

**Fonte:** Elaboração própria a partir da legislação nº17/16 de 7 de Outubro

O Doutoramento no quadro do que são as políticas implementadas para o Sistema de Educação e Ensino em Angola, enquadra-se no Subsistema do Ensino Superior, que compreende a Pós-graduação académica, pois, esta pós-graduação, compreende por sua vez o Mestrado e o Doutoramento. É de salientar, que encontram-se em funcionamento em Angola na Universidade Agostinho Neto, Mestrados e 10 cursos de Doutoramentos e mais 2 no Instituto Privado Lusíadas.

Relativamente à criação das Associações, em Angola, o Código Civil Angolano rema para esta questão, como apresenta o seguinte quadro:

### 1.8.3. Lei das Associações Angolanas

Quadro 6 - Lei nº 14/91 de 11 de Maio- Código Civil Angolano

Disposições Gerais		Artigos	
	Objecto	Artigo 1º	Regular o exercício das Associações
	Definição	Artigo 2º	União Voluntária de Cidadãos nacionais ou estrangeiros
	Âmbito das Associações	Artigo 3º	Nacional, regional ou local
	Representações	Artigo 4º	Associações regionais- Representação dentro da sua área de atividade ou fora do território nacional
	Direito aplicável	Artigo 5º	Lei nº 14/91, de 11 de Maio e as demais Leis aplicáveis às normas do Código Civil
	Regimes Específicos	Artigo 6º	Sindicatos, cooperativas, organizações religiosas, associações desportivas, partidos políticos – Legislação própria.
Princípios fundamentais			
	Liberdade de Associação.	Artigo 7º	Todos os cidadãos maiores de 18 anos em pleno gozo dos seus direitos civis, ou com idade inferior a 18 anos, mas não podendo fazer parte da respetiva direção cidadãos com idade inferior aos 16 anos. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação ou nela permanecer.
	Fins das Associações	Artigo 8º	Profissionais, científicos e técnicos, culturais ou recreativos, educativos, solidariedade social, convívio e promoção social, proteção do meio ambiente, promoção e desenvolvimento comunitário, políticos, solidariedade internacional.
	Autonomia das Associações	Artigo 9º	A associações prosseguem livres e autonomamente os fins, gozando para o efeito autonomia jurídica. As associações não podem ser extintas...
	Democracia Interna	Artigo 10º	Princípios: “Igualdade entre os sócios, Elegibilidade e livre



			revogabilidade dos órgãos eleitos pela Assembleia geral, Direcção colegial, Prestação de contas pelos órgãos eleitos à Assembleia Geral “
	Associações Proibidas	Artigo 11º	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Que tenham por finalidade promover a violência, ódio entre os indivíduos.</li> <li>- É nula a constituição da associação, cujo fim seja física ou legalmente impossível, indeterminável, contrário à lei.</li> <li>- A declaração de nulidade deve ser promovida pelo Ministério Público</li> </ul>
Constituição e Reconhecimento			
	Associados	Artigo 12º	Constituição: número mínimo 15 ou 7 membros- nacional, regional ou local.
	Aquisição de Personalidade Jurídica	Artigo 13º	<p>Adquire-se pelo depósito contra um exemplar da escritura pública de constituição, no Ministério da Justiça, ou no comissariado provincial da respectiva sede.</p> <p>A escritura pública, bem como as respetivas alterações, só produzirão efeito em relação à terceiros a partir da sua publicação no <i>Diário da República</i></p>
	Estatutos	Artigo 14º	<p>Apresentam os elementos constantes nos estatutos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A denominação social, a duração, o fim social, a sede, o âmbito territorial, o modo de representação perante terceiros, os direitos e deveres dos associados, bem como as condições da sua admissão e exclusão, os órgãos sociais da associação, suas atribuições e competências, termos de extinção e consequente destino do património.</li> <li>- A publicação no Diário da República só é obrigatória para alguns elementos já mencionados.</li> </ul>
	Registo	Artigo 15º	Registo das associações pelo Ministério da Justiça ou pelo Comissariado Provincial.
Associações internacionais e			

estrangeiras			
	Autorização	Artigo 16º	Carecem de autorização prévia do Ministério da Justiça: a)- A Constituição de Angola de associações internacionais, b)- Actividade em território angolano de associações internacionais constituídas no estrangeiro. c)- A constituição de associações integradas só por estrangeiro. d)- A actividade em Angola de associações legalmente constituídas no estrangeiro.
	Recusa de Autorização	Artigo 17º	- Pode ocorrer com fundamentos de violação dos requisitos legais a que serão sujeitas as associações. - Do deferimento do pedido de autorização
	Tramitação do Pedido	Artigo 18º	- Devidamente Reconhecido por Notário e entregue ao Ministério da Justiça. Para além do requerimento, uma cópia dos respetivos Estatutos. - Pronunciamento do Ministério da Justiça depois de 60 dias.

**Fonte:** elaboração própria a partir da legislação.

## 1.9. Lei das associações Agolanas

No que tange a Lei nº14/91, de 11 de Maio, presentes no Diário da República nº 20, I Série, que aflora aspetos relativos a Leis das Associações, no seu I Capítulo, Artigo 1º, que espelha as disposições gerais, podemos constatar, que quanto ao seu objeto, “A presente lei tem por objecto regular o exercício do direito da associação previsto no Artigo 24º da Lei Constitucional.” No seu Artigo 2º a definição de associação é um facto por isso, para efeitos do disposto na presente Lei, entende-se por associação “toda a união voluntária de cidadãos angolanos ou estrangeiros, com carácter duradouro que visa a prossecução de um fim comum e sem intuito lucrativo”. Para tal, o Artigo 3º que confere o âmbito a que as associações estão expostas, esclarece que:

- “1. As associações podem ser de âmbito nacional, regional ou local.
2. São de âmbito local as associações cuja actividade se circunscreve a uma província, município, comuna ou bairro.
3. São de âmbito regional as associações cuja actividade se circunscreve a uma região socioeconómica, abrangendo o território de mais de uma província.
4. As associações de âmbito nacional são aquelas cuja actividade se estende a todo o território nacional”.

O Artigo 4º faz referência às *Representações*, as quais estão dispostas as associações, para tal, pontualiza os seguintes aspectos:

- “1. As associações de âmbito regional ou local podem criar representações dentro da respectiva área de actividades.
2. Sempre que o seu desenvolvimento o justifique, as associações de âmbito nacional podem criar no território nacional representações fora da área da respectiva sede”.

O Artigo 5º confere de modo particular a quem esse Direito é aplicável. Neste caso nos apresenta a seguinte argumentação: “As associações regem-se pela presente lei e demais legislação em vigor que lhes seja aplicável, nomeadamente as normas do direito civil”. Já o **Artigo 6º** que aflora os regimes específicos assente a estas associações, esclarece o seguinte:

- “1. Os sindicatos, as cooperativas, as organizações religiosas, as associações desportivas e os partidos políticos ficam sujeitos a legislação própria.
2. As ordens profissionais e outras associações de direito público são constituídas mediante aprovação dos respectivos estatutos por decreto do Conselho de Ministros, sem prejuízo da iniciativa dos interessados e da respectiva autonomia”.

Relativamente ao **Capítulo II** da presente Lei que faz referência aos Princípios Fundamentais, concretamente a Liberdade das Associações, presentes no seu **Artigo 7º**, temos a esclarecer que

- “1. Todos os cidadãos maiores de 18 anos no pleno gozo dos seus direitos civis, podem livremente e nos limites da lei, constituir associações.[...]
3. Sempre que a natureza da associação o justifique, podem nela afiliar-se, de acordo com os respectivos estatutos, cidadãos com idade inferior a 18 anos, não podendo contudo fazer parte da respectiva direcção, cidadãos com idade inferior a 16 anos.
4. O exercício do direito de associação é livre. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação ou nela permanecer”.

Quanto aos Fins a que as Associações estão sujeitas, o **Artigo 8º**, vem a nos elucidar que,

1. Nos termos da presente lei *podem constituir-se associações* para prosseguirem entre outros, os seguintes fins:

- a) “profissionais;
- b) científicos e técnicos;
- c) culturais e recreativos;
- d) educativos;
- e) solidariedade social;
- f) convívio e promoção social;
- g) protecção do meio ambiente;
- h) promoção e desenvolvimento comunitário;
- l) políticos;
- j) solidariedade internacional”.

2. As associações que visem a prossecução de fins políticos são vedadas a:

- a) “participar na actividade dos órgãos do Estado;
- b) contribuir para a determinação da política nacional, designadamente através da participação em eleições ou de outros meios democráticos;
- c) contribuir para o exercício dos direitos políticos dos cidadãos;
- d) definir programas de governo e de administração;
- e) influenciar a política nacional no Parlamento na respectiva sede, conforme se tratar de associação de âmbito nacional ou regional e de âmbito local respectivamente”.

Por outro lado, salienta-se que,

3. “No prazo de 15 dias a contar da data do depósito, o depositário remeterá cópia do exemplar do *Diário da República* que publicar a escritura de constituição, ao Procurador-Geral da República ou Procurador Provincial conforme o âmbito da associação, para que este no caso de os estatutos ou o fim da associação não estar conforme à lei, à ordem pública ou à moral social, promova a declaração judicial de extinção.
4. A escritura pública, bem como as respectivas alterações, só produzirão efeito em relação a terceiros a partir da sua publicação no *Diário da República*.
5. Sempre que assim o entenda, poderão as associações criar comissões instaladoras para a dinamização dos procedimentos previstos no número anterior”.

No que tange a *Autonomia das Associações*, o Artigo 9º, vem elucidar alguns dos aspetos os quais podem ser seguidos para o exercício das suas funções, neste âmbito, nos informa que “As

associações prosseguem livre e autonomamente os fins, gozando para o efeito de autonomia jurídica, administrativa e financeira. As associações não podem ser extintas, nem verem suspensas as suas actividades senão nos termos da lei”. Esta é a razão pela qual tem se afirmado que a democracia é fundamental, para o exercício de qualquer atividade, pelo facto de dar abertura a todos os envolvidos. É, nesta perspectiva, que o Artigo 10º vem a frisar a *Democracia Interna* a que as associações devem envolver-se, que a seguir faremos menção.

1. Os *princípios democráticos* que regem o funcionamento das associações são os seguintes:

- “a) igualdade entre os sócios;
- b) elegibilidade e livre revogabilidade dos órgãos eleitos pela Assembleia Geral.
- c) direcção colegial;
- d) prestação de contas pelos órgãos eleitos à Assembleia Geral”.

Constata-se que nem todas as associações são guiadas por princípios dignos que possibilitem o envolvimento de qualquer que seja. É, nesta ótica, que o Artigo 11º vem fazer referência as Associações proibidas, argumentando que:

- “1. São proibidas as associações que tenham por finalidade promover a violência, o ódio entre os indivíduos ou grupos de indivíduos ou o derrube das instituições da República, bem como aquelas cujo os fins sejam contrários à independência e unidade da Nação, integridade territorial ou aos princípios e objectivos consagrados na Lei Constitucional.
- 2. É nula a constituição de associação, cujo fim seja física ou legalmente impossível, indeterminável, contrário à lei, à ordem pública ou à moral social.
- 3. A declaração de nulidade deve ser promovida pelo Ministério Público e pode ser invocada por qualquer interessado nos termos gerais do direito”.

As leis são necessárias em todas as sociedades, bem como em organizações para fazer cumprir determinadas normas e regulamentos impostos a nível social, é nesta perspectiva que o III Capítulo também da presente Lei, vem a enfatizar no seu Artigo 12º *A Constituição e Reconhecimento dos Associados*. Nesta senda de ideias, este artigo nos esclarece que:

“1. Para a constituição de uma associação é necessário um número mínimo de 15 ou 7 membros, conforme se trate de uma a associação de âmbito nacional ou regional e local respetivamente.

2. Podem filiar-se em associações angolanas os cidadãos estrangeiros residentes”[...]

Quanto ao Artigo 14º que espelha os Estatutos os quais devem guiar as associações, no exercício das suas funções, tem-se a esclarecer o seguinte:

“1. Para a sua constituição e funcionamento as associações devem adoptar um estatuto.

2. Dos estatutos constarão necessariamente os seguintes elementos:
  - a) a denominação social;
  - b) a duração;
  - c) o fim social;
  - d) a sede;
  - e) o âmbito territorial;
  - f) o modo de representação perante terceiros;
  - g) os direitos e deveres dos associados, bem como as condições da sua admissão e exclusão;
  - h) os órgãos sociais da associação, suas atribuições e competências;
  - i) termos de extinção e conseqüente destino do património.
3. A publicação no *Diário da República* só é obrigatória para os elementos constantes das alíneas a), b), c), d) e e).

No que tange à autorização presente no **Artigo 16º** referimos que:

“1. Carecem de autorização prévia do Ministério da Justiça [...]

4.O Ministério da Justiça dará conhecimento ao Ministério das Relações Exteriores do registo das associações referidas no presente artigo”.

Ainda, relativamente à “recusa de autorização” presente no Artigo 17º temos a referir que:

1. “O período de autorização para o exercício de atividades relativas à associações previstas nas alíneas b) e c) do artigo 16º e 17º deve ser formulado em requerimento, devidamente reconhecido por notário e entregue no ministério da Justiça.
2. Do deferimento do pedido de autorização apenas cabe recurso par o Tribunal Popular Supremo”.

A reflexão final que fizemos em torno da Associação de Estudantes no geral e de modo específico e que motivou nossa investigação pauta-se no seguinte:

As Associações de Estudantes não devem exercer suas funções na base de imaginações nem improvisos, mas sim gozar de um estatuto o qual deverá regular o seu funcionamento. Por esta razão, a necessidade de participação na vida da escola deve ser um facto, isto é, devem possuir o direito de acompanhar as atividades dos órgãos de gestão da escola, bem como intervir das atividades extraescolares entre outras atividades. Nesta ótica, para que haja melhoramento em termos organizacionais a nível escolar, é imprescindível que exista uma articulação entre os Órgãos de Gestão da Escola e a Associação de estudantes como nos advertem (Estêvão, & Afonso, 1998:97) que “já que é este o campo por onde passam muitas das tensões e conflitos”, tensões estas que são ilustradas por exemplo “pelas dúvidas levantadas a propósito dos poderes de interferência dos conselhos diretivos na vida associativa dos estudantes”. Por outro lado, precisamos também perceber que, apesar desta articulação a que nos referimos, as Associações de Estudantes dentro das escolas devem ser neutras,

isto, é, não devendo sofrer interferência de nenhum dos elementos constituintes dos órgãos diretivos da escola para não interferir nas atividades programadas, bem como as suas decisões.

## **CAPÍTULO II. Modelos de Análise Organizacional**

Os estudos relacionados com a sociologia das organizações partem sempre da análise do pressuposto acerca das diferentes formas dos comportamentos do ser humano dentro de uma organização ou grupo. É, notório que onde há a presença do ser humano, situações imprevisíveis podem acontecer. Por isso, há necessidade de se conhecer a fundo as razões destes comportamentos dentro das organizações.

O estudo dos modelos nesta investigação é importante, na medida em que estes nos fornecerão instrumentos para a consistência do nosso trabalho. Desta feita, seleccionamos os modelos políticos, os modelos burocráticos e os modelos da ambiguidade. Desta pode-se também partir do pressuposto de que, a burocracia é um aspeto essencial no estudo das organizações, visto que ela está presente de forma ampla em quase todas as organizações modernas. Max Weber foi um autor que atribuiu grandes subsídios relativamente ao estudo da mesma e que muitos autores se basearam para prosseguirem com as suas investigações. O estudo dos modelos políticos também são essenciais para a análise de determinados fenómenos sociais, de entre eles salientamos o *conflito*, o *interesse*, o *poder*, a *mudança*, as *estratégias* e as *táticas* dos atores organizacionais. O modelo da ambiguidade é caracterizado por apresentar uma organização com muita vulnerabilidade a situações vindas do exterior e onde os atores vivem uma *participação fluida* em que as incertezas, dúvidas e até mesmo imprevisibilidades vividas nas organizações são os principais aspetos que distingue este modelo de outros modelos.

Portanto, pode-se concluir que o ser humano como o único possuidor das capacidades inatas de raciocinar e de se realizar, deve agir segundo as lógicas de ação com as quais melhor se identificar, e que também tenha noção das consequências vindas de seus atos.

### **2.1. A sociologia das organizações**

Tendo em consideração a perspetiva das relações sociais, pode-se afirmar que “envolvem, em primeiro lugar, padrões de interação social: a frequência e duração dos contactos entre as pessoas, a tendência para iniciar esses contactos, a direcção da influência entre as pessoas, o grau de cooperação, e assim por diante” (Blau & Scott, 1977:15-16). Os autores acrescentam que “em segundo lugar, as relações sociais transmitem os sentimentos das pessoas com relação às outras, tais como atração, respeito ou honestidade” (*ibidem*:16). Pode-se também considerar que o cerne da organização social de



uma coletividade, pode ter como bases “as redes de relações sociais entre indivíduos e grupos e a estrutura de posições” (*ibidem:16*). Nessa vertente, essencial é perceber que existe outra principal dimensão da organização social que “é um sistema de crenças e orientações compartilhadas, que servem como standards para a conduta humana” (*ibidem*). Atendendo às situações da interação social a que o ser humano está exposto, é importante perceber noções de como as pessoas deviam agir e interagir e quais os objetivos dignos de alcançar. Na senda desta ideia, sustentam os autores que

“primeiramente os valores se cristalizam, valores que governam as finalidades pelas quais os homens lutam- seus ideais e suas ideias do que seja desejável- tais como a nossa fé na democracia, ou a importância que tenha, a nosso ver, o sucesso financeiro. Em segundo lugar, desenvolvem-se normas sociais- isto é, expectativas comuns a respeito do modo de comportamento das pessoas- e sanções sociais são usadas para desencorajar a violação dessas normas” (*ibidem:16*).

Do ponto de vista organizacional, toda a sociedade tem uma estrutura social e cada comunidade dentro de uma sociedade, pode ser caracterizada por esta dimensão de organização social, assim como pode cada grupo dentro de uma comunidade. Nesta linhagem de ideias, percebe-se que os homens dentro da sociedade são guiados por uma conduta que regula seus direitos e deveres sendo o Estado o principal agente regulador. É, nesta vertente, que os autores afirmam que

“os standards sociais que prevalecem e a estrutura das relações sociais servem para organizar a conduta humana dentro da coletividade. Na medida em que as pessoas preenchem mais ou menos, com sucesso as expectativas de seu próximo, na medida em que o grau desse sucesso, por sua vez, influencia suas relações com os outros e suas condições também afetam suas inclinações para aderir a normas sociais e suas chances de atingir objetivos valiosos, seus padrões de comportamentos se tornam socialmente organizados” (*ibidem:17*).

Assim, as organizações sociais, aparecem “sempre que os seres humanos vivem juntos” (*ibidem:17*). Desta feita, a diversidade é um fator preponderante nas organizações, pelo facto de fazerem referência clara à identidade. É, nesta vertente, que S. Nkomo & T. Jr. afirmam que “as definições mais amplas indicam que o termo diversidade, refere-se a *todas* as diferenças individuais entre as pessoas - isto é, todos são diferentes” (Nkomo & Jr., 1999:335). Para tal, é de salientar que o estudo da sociologia desempenha um papel preponderante a nível social. E dentro do processo educativo argumenta S. Stoer, (1992:58) “baseia-se na perspectiva de que a sociologia da educação está inextricavelmente ligada com a sociologia *tout court* e que aquela só pode e deve ser entendida como parte da sociologia. De onde a sociologia da educação significa, para todos os efeitos, sociologia aplicada à educação”. Deste modo, afirma o autor que “a única maneira útil de abordar a sociologia da educação é através da própria

sociologia” (*ibidem*:58). Nesta linha de ideias A. Afonso (2005:131) também se fez presente contribuindo com as suas ideias relativamente à história da sociologia da educação em Portugal nos seus tempos e descontinuidades, argumentando que

“a longa travessia do *Estado Novo* português como regime *autoritário* (1926-1974)- a qual foi extremamente desfavorável à generalidade das ciências sociais e humanas, sobretudo as que assumiam um caráter mais problematizador e crítico- impediu pelas mesmas razões, o desenvolvimento da sociologia (e portanto, também da sociologia da educação e de outras sociologias especializadas) até, pelo menos, ao momento que começaram a notar-se os primeiros e frágeis sinais de abertura política já em finais da década de 1960, início da década de 1970”.

No período democrático iniciado em 1974 em Portugal onde se dá a independência de Angola, é que ocorre o grande desenvolvimento da sociologia da educação e da sociologia das organizações em Portugal.

Por outro lado, ideia de que a Administração Educacional é uma área sempre com novos objetivos de investigação, permite verificar que o estudo desta ciência não é novo e já vários investigadores se dedicaram em estudar. Nesta perspetiva, G. Silva, (2007) afirmou que “as informações que evidenciam as tendências que se têm vindo a manifestar nos últimos vinte anos, no campo da formação em Administração Educacional, não só porque isto é adequado para se conhecer a situação presente, mas também para nos dar indicações concretas no respeitante à evolução futura da formação nesta área de conhecimento” (Silva, 2007:221).

Não obstante o conhecimento que cada indivíduo é portador, o estudo das diferentes fases de evolução a que este está exposto, bem como a sua formação em Administração Educacional, é essencial. G. Silva faz referência a diferentes Eras nas quais as novas tendências estão sujeitas a passar. Nesta perspetiva, o autor considera que “as novas tendências no campo da formação’ são de facto as manifestações da Era Dialética, que na periodização da formação em Administração Educacional, elaborado por Joseph Murphy (1998) a Era Dialética designa o período actual de formação” (*ibidem*:222). Passa-se em seguida para a *Era Ideológica (1820-1899)* em que a formação baseava-se principalmente em fundamentos *morais, filosóficos e pedagógicos*. Seguidamente, dando origem a *Era Prescritiva (1900-1946)* que tinha como fonte da sua formação as “orientações concretas, quer oriundas dos bons exemplos da prática, com base na experiência, quer com origem no poder nascente da teoria da administração de empresas nomeadamente da sua componente mais metodológica e tecnicista” e, por fim, a *Era Científica (1947-1985)* em que a ciência a nível da Administração Educacional aprofundou-se, como nos revela o autor, é nesta fase “onde se procurou construir uma base de

conhecimento, próprias para a Administração Educacional com o contributo das Ciências Sociais e Humanas, num movimento de revalorização da Administração Educacional que se desenvolveu nos EUA desde 1947, conhecido como o *New Movement*” (Silva, 2007:222). O autor parte do pressuposto de que pelo facto desta teoria ter seu impacto em realidades Americanas (EUA), também é possível ser aplicada em realidades portuguesas bem como em outras realidades. G. Silva também faz referência à *formação informal*, alegando que a mesma é “o único meio de formação disponível quando não existem cursos; historicamente devemos aceitar que ela precedeu a formação formal ocupando todo o tempo anterior ao aparecimento dos primeiros cursos e que por vezes de modo pouco exato, é entendido como período de inexistência de formação” (*ibidem*:225). No entanto, esta formação informal aqui referenciada, também apresenta suas desvantagens. É, nesta ótica, que o autor afirma que “os problemas do modelo de formação que se fundamentam no tipo informal podem estar no seu carácter autodidático, no conformismo, no excessivo pragmatismo e no conservadorismo, uma vez que a formação de raiz essencialmente (ou exclusivamente) prática tende a tornar-se acrítica e produtiva, não problematizadora” (*ibidem*). Em outras perspetivas, o autor faz referência a “atual, tendência para a (re) valorização da componente experiencial, ocorre depois de inicialmente a Administração Escolar se ter baseado nessa componente, entre outras, ao que se seguiu a fase aqui caracterizada como de *New Movement*, que valorizou essencialmente a componente teórica” (*ibidem*: 225-226).

Abordaremos a sociologia das organizações afirmando que, é necessário que dentro das organizações todos se empenhem para que haja desenvolvimento; se assim não acontecer, cai-se na ideia defendida por P. Bernoux, (s/d.:19) em que “toda a ‘preguiça’ é de facto relativa às normas de comportamento do grupo. É preciso por isso explicar não a travagem individual, mas a norma de travagem estabelecida pelo grupo”. Assim sendo, seria injusto na perspetiva do autor, classificar um indivíduo por preguiçoso ou “caranguejo” por não executar devidamente as suas tarefas, porque possivelmente ele não tenha feito esta com exatidão, mas se dedicado em outra tarefa. É, nesta senda de ideias, que P. Bernoux, (s/d:17) sustenta “a explicação pelo temperamento individual, que é a mais frequente dada para compreender um fenómeno como a travagem, apenas tem por tanto um valor extremamente limitado”. Importante também seria salientar que dentro das organizações o fenómeno “travagem” é bastante notório por parte dos que não trabalham retroceder única e simplesmente o trabalho para trás desanimando outros que se dedicam ao trabalho da organização, como refere o autor,

“Em qualquer organização, e em particular na empresa, os comportamentos só se compreendem dentro dum ajustamento permanente entre o indivíduo, o seu temperamento, as suas necessidades, os seus desejos, e o grupo. Este emite normas, mais ou menos latas

ou latentes, às quais os indivíduos devem submeter-se, sem que eles se excluam do grupo”  
(*ibidem:19*).

Dentro dos grupos, cada indivíduo apresenta-se diferente em termos comportamentais, razão pela qual é imprescindível estudar as relações entre os indivíduos e os comportamentos do grupo ou normas. Para tal, é de salientar que ao implementarmos o comportamento de certos indivíduos dentro da organização, é importante também saber que existe não somente o fator determinante, porque podem existir outros como a idade, o sexo, a etnia e outros, assim como as razões de tais comportamentos,

“O sociólogo reconhecerá o interesse do termo ‘motivação’, mas fará o reparo de que ele poderá assumir duas significações. Segundo a primeira a motivação é o que leva os indivíduos a agir independentemente do contexto, isto é, em função das suas necessidades. Pela segunda, acção está em função do papel atribuído pela sociedade ou a empresa. Limita-se ao primeiro significado é definir o indivíduo ou o grupo fora do contexto social, o que de novo, é inaceitável” (*ibidem:23*).

A passagem a seguir esclarece ainda mais esta questão ao afirmar que,

“numa palavra, o valor explicativo deste conceito é fraco, porque a ação do indivíduo não pode ser pensada fora do seu contexto social. Se se trata do segundo sentido, em que as motivações estão em função do papel atribuído ao indivíduo e da sua relação no contexto social, é interessante conhecer as suas motivações porque a organização pode agir sobre elas enquanto se transforma ela mesma” (*ibidem:23*).

A compreensão da motivação como elemento fundamental para o bom desempenho e alcance dos objetivos na organização, é determinante para o evoluir da mesma.

É imprescindível que se adotem novas formas de gestão e liderança das escolas, em que sejam os atores nos locais a determinar, tendo em consideração o seu próprio contexto, os objetivos, os valores, os meios, os métodos, as técnicas para a sua aprendizagem e o bom êxito da docência, sem desfazer como é óbvio os padrões existentes, numa sociedade cada vez mais individualista, G. Lipovetsky, vai um pouco mais além ao esclarecer que,

“sem dúvida, o direito do indivíduo ser absolutamente ele próprio, de fruir ao máximo a vida, é inseparável de uma sociedade que erigiu o indivíduo livre em valor principal e não passa de uma última manifestação da ideologia individualista; mais foi a transformação dos estilos de vida associada à revolução do consumo que permitiu esse desenvolvimento dos direitos e desejos do indivíduo” (Lipovetsky, 1983:9).

Para este autor, “viver livre e sem coação, escolher sem restrições o seu modo de existência: não há outro facto social e cultural mais significativo quanto ao nosso tempo; não há aspiração nem desejo mais legítimos aos olhos dos nossos contemporâneos” (*ibidem:10*). No tocante a sociedade pós-industrial, o autor sustenta a ideia de que “longe de circunscrever às relações interpessoais, a sedução tornou-se o processo geral que tende a regular o consumo, as organizações, a informação, a educação, os costumes” (*ibidem:17*). Continuando, afirma que “toda a vida das sociedades contemporâneas é doravante governada por uma nova estratégia que destrona o primado das relações de produção em provimento de uma apoteose das relações de sedução” (*ibidem:17*). Deste modo, cabe-nos refletir sobre os modelos organizacionais que jogam um papel importantíssimo na vida individual, coletiva, e social.

### **2.1.1. Conceito de Organização**

Se partirmos da ideia de que “o homem moderno é um homem dentro de organizações” (Blau & Scott, 1977:11) e se compararmos a nossa era com a contemporânea, notaremos que distingue-se pelo facto de, a vida contemporânea ser “dominada por organizações grandes, complexas e formais. A nossa habilidade em organizar milhares, e mesmo milhões, de homens para conseguirmos levar a cabo tarefas em grande escala- quer sejam económicas, políticas ou militares- é uma das grandes forças” (Blau & Scott, 1977:11). Debruçando-nos relativamente ao propósito a que as organizações foram surgindo, cabe-nos esclarecer e diferenciar umas das outras, visto que também são classificadas de várias formas, desde a sua complexidade, tamanho e características. Neste âmbito, os autores alegam que “o que elas todas têm de comum é que um número de homens se organizou em uma unidade social- uma organização-estabelecida com o propósito explícito de chegar a certas finalidades” (*ibidem:13*). Mais adiante argumentam que “se a feitura requer mais do que requer mais do que um punhado de homens trabalhando juntos, eles não podem agir deixando cada um fazer aquilo que julgar que deve ser feito; antes é preciso que eles se organizem” (*ibidem:13*). Deste modo, estabelecem organizações, as quais poderão designar os nomes que lhes convém, formulando regras que irão governar as relações entre indivíduos, as ações, bem como valores os quais poderão orientar a organização. Uma vez criada e estabelecida com firmeza,

“uma organização tende a assumir identidade própria, que a torna independente daqueles que a fundaram ou que constitui seu quadro social. Desse modo as organizações podem persistir durante várias gerações, não sem nenhuma mudança, mas sem perder sua identidade fundamental de unidade distinta, mesmo que o quadro social chegue a ser completamente diverso daquele que a fundou” (*ibidem:13*).

Tomando como base as formas organizacionais, percebe-se também que mesmo quando “homens que vivem juntos não planejam, instituem deliberadamente uma organização formal, uma organização social se desenvolve entre eles, isto é, seu modo de agir e de pensar e, em particular, de agir entre si, vem assumir regularidades distintas” (*ibidem:13*). Os autores exemplificam, deste modo, os “bairros, famílias, grupos de trabalho e de recreação mostram essa organização da vida social da mesma maneira que a sociedade em geral” (*ibidem:13-14*). Imprescindível é, antes de se especificar o conceito de organização formal, esclarecer o conceito mais geral de organização social. Nesta perspectiva, Blau, & Scott (1977:14) ao definirem “organização social” referem-se “às maneiras nas quais a conduta humana se organiza socialmente, isto é, às regularidades observadas no comportamento de pessoas, regularidades essas mais devidas às condições sociais, nas quais essas pessoas se encontram, do que às suas características fisiológicas ou psicológicas como indivíduo”. A sociedade, em muitos casos, contribui com situações de âmbito social que influenciam as condutas das pessoas e que podem ser divididas em dois tipos principais, os quais se constituem nos dois aspectos básicos das organizações sociais, como alegam os autores: “1) a estrutura das relações sociais em um grupo ou coletividade maior de pessoas; 2) as crenças e orientações compartilhadas que unem os membros da coletividade e guiam sua conduta” (*ibidem:15*).

No que tange à concepção de organização e dos estudos organizacionais defendidos por Clegg & Hardy (1999), verifica-se que os mesmos partem da ideia de que a mudança torna-se um elemento fulcral para o desenvolvimento de qualquer organização. Apegando-se nas questões que de qualquer modo se devia efetuar em relação ao mundo, como: “qual a aparência do mundo, hoje? Como ele tem mudado? Qual o seu significado para o estudo das organizações?”, os autores efetuaram várias análises que foram surgindo para tentar responder. Deste modo, os autores clarificam que as mudanças foram acontecendo, provocando, neste caso, situações como “a implosão do consumismo, a explosão do neoconservadorismo, a erradicação do *apartheid*, o avanço do feminismo, a erosão da dominação comercial dos Estados Unidos e ascensão do poder económico do Leste Asiático” (Clegg, & Hardy, 1999:28), situação esta que anteriormente seria impossível pelo facto de que

“a maioria das organizações ainda dependia das instruções e vigilância da comunicação pessoal, escrita ou verbal, e confiava na descrição profissional para monitorar as áreas da vida organizacional com menos condições de ser rotinizadas. As hierarquias eram a norma, os microcomputadores ainda não tinham sido inventados e o único modo de comunicação instantânea era o telefone” (*ibidem*).

Nesta época, as novas tecnologias em organizações era impossível. Tendo em consideração estas abordagens, verifica-se que o conceito de organização foi ganhando espaço. Os autores, ao conceituar os estudos organizacionais, fazem referência a algumas ideias prévias a que ajudariam a construção de conceitos organizacionais, entretanto, algumas questões em torno das conversações foram surgindo, como “o que tratam, e porque elas existem”. Assim, os autores vão mais além e “refletem, reproduzem e refutam as tradições do discurso que têm moldado e as práticas pelas quais os membros das organizações se engajam. Referem-se às *organizações* como objectos empíricos, à *organização* como discurso teórico e ao organizar como processo social e às interações e hiatos entre elas e em seu interior” (*ibidem:30*). Continuando, os autores partem da premissa de que “*organizações* são objectos empíricos. Queremos dizer que vemos algo quando vemos uma organização, mas cada um de nós pode ver algo diferente” (*ibidem*). As organizações não são vistas por todos da mesma maneira, exemplificam os autores, “alguns vêem as organizações como caracterizadas por dimensões como formalização, padronização e rotinização; outros as vêem como exibindo variação, seleção, retenção e competição; ou incorrendo a custos de transações; ou distinguidas por culturas institucionalizadas ou por qualquer outra explicação” (*ibidem:31*). Os autores enfatizam ainda as organizações, alegando que “aquelas organizações que atingem representação em termos específicos resultam sempre do privilégio teórico proporcionado por certos termos do discurso e do estágio das conversações” (*ibidem:31*).

Tendo em consideração o título do texto “Da Burocracia à fluidez: novas formas organizacionais” definir organização, significaria imediatamente definir mudança. É, nesta ótica, que os autores afirmam que “não podemos imaginar qualquer teoria ou capítulo sobre organizações que *não* envolva mudança” (Clegg, & Hardy, 1999:43). As organizações são abordadas em vários ângulos, mas, neste caso, segundo as análises efetuadas pelos mesmos “a teoria da contingência é uma das abordagens mais amplamente apropriadas para os estudos organizacionais” (*ibidem*). Nesta vertente, continuam afirmando que “essa teoria, na origem, é uma analogia orgânica: o desenvolvimento da organização depende das características de sua forma orgânica e do ambiente que sustenta essas características” (*ibidem:43*).

Voltando à ideia do conceito organização, nota-se que vários são os autores que se destacaram para fornecer ideias mais claras em torno da mesma. Nesta ótica M. Teixeira (1995) faz referência a vários autores como Etzioni, Hobbs, Mitchell, Mélése, Hutmacher, Hall, March & Simon, entre outros que contribuíram com subsídios para a construção deste conceito. Com o exposto, pode-se perceber que as organizações no mundo atual lideram todas as áreas da vida social, até parece mesmo o mundo ser

de organizações. Analisar a escola como organização é importante, por isso, a autora chama-nos atenção que

“de entre as organizações que estruturam a nossa sociedade, a organização escola, é uma das mais relevantes, já que de alguma maneira, irá ter influência sobre todas outras. Com efeito, do médico que nos atende quando estamos doentes, ao condutor do autocarro em que nos deslocamos para o emprego, aos gestores das empresas que influenciam o desenvolvimento da economia nacional, aos membros do governo que dirige o nosso país, todos são, em alguma medida, o fruto da organização escola que, ao menos em parte lhes modelou o pensamento” (*ibidem:5*).

Na perspetiva de Hobbs, alega a autora, entende a organização como “um número qualquer de homens reunidos, pelo encargo de um negócio que lhe é comum”, (*ibidem:5*) considera-se esta uma definição de organização mais moderna. Para Mitchell, a organização é o conjunto “de pessoas que trabalham juntas para atingir um fim comum”. Ainda Hall alega que as organizações “são entidades complexas que contêm uma série de elementos e são afetadas por muitos fatores diversificados”, (*ibidem:5*) e define organização como “uma coletividade com uma fronteira relativamente identificável, uma ordem normativa, escalas de autoridade, sistemas de comunicações e coordenação de afiliação; essa coletividade existe numa base relativamente contínua num ambiente e compromete-se em atividades que estão relacionadas, usualmente, com um conjunto de objetivos” (*ibidem:5*). Todas estas definições têm em comum indivíduos envolvidos para alcançar um único objetivo.

Qualquer que seja a organização, tem uma finalidade, ou um objetivo principal a atingir. Nesta vertente, surge E. Friedberg, (1993:343) que contribuiu com subsídios relativamente ao conceito organização, argumentando que “a expressão ‘organização’, remete, por um lado, para um objeto social, por outro lado, por um processo social que está no cerne da ação humana”. Continua ainda afirmando que “as administrações públicas, as empresas industriais, comerciais e de serviço, assim como os partidos políticos ou as associações de todo o tipo que somos, simultaneamente empregados, membros, militantes e/ou clientes, são todas elas organização” (*ibidem*). Apresenta ainda uma definição mais simples, definindo a organização como “conjuntos humanos formalizados e hierarquizados com vista a assegurar a cooperação e a coordenação dos seus membros no cumprimento de determinados fins” (*ibidem:343*). Desenvolvendo mais as suas ideias, a autora foi mais a fundo, ao afirmar que o conceito organização sofreu uma explosão em termos de definições até ao estado atual; e prossegue sustentando que no modelo clássico, a organização “é vista como um todo unificado e coerente, totalmente estruturado por fins pré-determinados e fixados a títulos definitivos, ao serviço dos quais ele se encontra e em relação aos quais é de algum modo inteiramente transparente” (*ibidem:57*). Para a autora,



atualmente o conceito de organização é tido “como um conjunto no qual se opõe e se confronta uma multiplicidade de racionalidades, cuja convergência não tem nada de espontâneo, mas é o resultado da construção de uma ordem” (*ibidem*). Não estiveram de fora L. Carvalho *et al* (2015:36) que consideram a organização como “uma entidade com capacidade de produzir, melhor que outras entidades, bens ou serviços necessários à comunidade”. Acrescentam também que “é constituída por um grupo social, com uma determinada estrutura, que visa cumprir uma missão e atingir objetivos” (*ibidem:36*). Este conceito é destinado a todo tipo de organização, portanto, é mais geral. Os autores acrescentam também que se pode considerar uma organização, “como um sistema composto por diversas partes que funcionam de forma integrada para alcançarem um objetivo comum” (*ibidem*). Ou ainda, neste sentido, “as organizações podem ser entendidas como sistemas abertos que interagem com o ambiente externo num processo contínuo que transforma recursos (*inputs*) em produção de produtos ou serviços (*outputs*)” (*ibidem:36*). As organizações culturais como os sindicatos, ao contrário das empresas, têm como missão principal a satisfação do seu pessoal (associados), enquanto as empresas, primam pela eficiência. L. Carvalho *et al*. (2015:37) afirmam que tendo em conta a natureza da organização a mesma “utiliza uma variedade de medidas para aferirem o seu desempenho”. Portanto, cabe-nos também referenciar que há diversidade de opiniões relativamente ao conceito de organização, mas todas elas têm como referência o homem bem como o seu posicionamento a nível social.

### **2.1.2. Especificidades das organizações**

No tocante às especificidades, é imprescindível a percepção de maneira clara, de que sempre que se abordam aspetos relacionados com as organizações formais, de uma forma ou de outra acabamos por referenciar situações ligadas às organizações informais. É, nesta perspetiva, que os autores esclarecem “o facto de uma organização ter sido formalmente estabelecida não significa que todas as atividades e interações de seus membros sejam estritamente conformes com os esquemas oficiais” (Blau, & Scott, 1977:18). Ao referenciarem um estudo relativamente a uma escola, concluíram que “apesar do tempo e esforço devotados pela diretoria ao planeamento de um plano nacional de organização e à elaboração de manuais de regras, esse plano nunca pode determinar completamente a conduta e as relações sociais dos membros da organização” (*ibidem:18*). Neste âmbito, afirmam os autores que “dentro de toda organização formal, aparecem organizações informais. Os grupos constituintes da organização como todos os grupos, desenvolvem seus próprios hábitos, valores, normas e relações sociais conforme seus membros vão vivendo e trabalhando juntos” (*ibidem:18*).

Atendendo à ideia de que toda organização está marcada tanto por aspetos formais e informais, permite-nos perceber que “as raízes desses sistemas informais estão cravadas na própria organização formal e se nutrem da própria formalidade de seus arranjos” (*ibidem:18*). Considerando que as organizações são estabelecidas por regras, de certo modo, “as regras oficiais devem ter alcance suficiente para poderem cobrir a multidão de situações que possam aparecer. Mas a aplicação dessas regras gerais a casos particulares muitas vezes traz problemas, e hábitos informais tendem a aparecer, os quais fornecem soluções para esses problemas” (*ibidem:18*). Continuando esclarecem também que, estas decisões anteriormente frisadas quando não antecipadas pelas regras oficiais, “têm de ser frequentemente tomadas, particularmente em épocas de mudanças- e aqui, novamente as práticas extraoficiais servirão para guiar as decisões, muito antes das regras formais terem sido adaptadas às circunstâncias em mudanças. Além disso, podem aparecer normas extra oficiais para regular o funcionamento e a produtividade” (*ibidem:18*). Uma análise deve ser feita em torno da designação dos conceitos de organização formal e informal tendo como base as afirmações alegadas pelos autores no estudo das mesmas. Nesta vertente,

“quando falamos de organizações formais, [...] não queremos inferir que estamos nos confinando a padrões formalmente instituídos; muito pelo contrário. É impossível compreender a natureza de uma organização formal sem investigar as redes de relações informais e as normas extraoficiais, assim como a hierarquia formal de autoridade e as regras oficiais, pois os padrões formalmente instituídos e aqueles que aparecem informalmente se entrelaçam inextricavelmente. A distinção entre os aspetos formais e informais da vida organizacional é somente analítica e, na verdade, existe tão-somente uma organização” (Blau & Scott, 1977:19).

Também, ao abordarmos aspetos relacionados às organizações, é importante referenciar que nem todos abarcam um caráter informal, neste caso podemos exemplificar as famílias ou as comunidades que pela sua constituição, estão isentas de informalidades, porque pela sua especificidade são as características as quais as identificam. Neste âmbito, afirmam os autores que “o termo ‘organização informal’ não se refere a todos os tipos de padrões emergentes da vida social, mas somente àqueles que se desenvolvem dentro do quadro de uma organização formalmente estabelecida” (*ibidem:19*). Justifica-se, desta forma, porque os autores alegam que “as organizações formais são muitas vezes muito grandes e muito complexas” e em suas próprias ideias sustentam que deve-se evitar esses termos “grandes e complexas” por muitas das vezes serem enganosos em dois aspetos como: “as organizações variam em tamanho e complexidade e o uso desses termos para defini-las traria expressões estranhas, tais como ‘uma pequena organização de grande escala’ ou ‘uma organização complexa, muito complexa’”. Passa também para uma segunda análise onde conclui que “apesar do

facto de organizações formais muitas vezes se tornarem muito grandes e complexas, seu tamanho e complexidade não rivalizam com os de uma organização social dentro de uma sociedade moderna, que inclui tais organizações e suas relações entre si, além de outros padrões não organizacionais” (*ibidem:19-20*). Neste âmbito, A. Etzioni fornece também subsídios em torno das organizações, desenvolvendo uma tipologia organizacional: *organização coerciva, organização utilitária e a organização normativa*. Nas organizações coercivas, o autor afirma que “o principal meio de controle sobre os participantes dos níveis inferiores e a elevada alienação concretiza a orientação da maioria deles em relação à instituição” (Etzioni, 1974:57). Como exemplos destaca os campos de concentração, campos de prisioneiros de guerra, os hospitais de doenças mentais com internamento, porque para estes casos, “a força é o principal meio de controle aplicado nessas organizações para assegurar a consecução da principal tarefa organizacional” (*ibidem:58*).

Ao diferenciar as organizações, neste caso, para além da que já foi referida, destaca também as organizações *utilitárias* e as organizações *normativas*, em que as primeiras “são aquelas que a recompensa é o principal meio de controle sobre os membros dos níveis inferiores, e a participação calculista caracteriza a orientação da grande maioria desses participantes” (*ibidem:62*). Para esses casos exemplifica as indústrias e o pessoal de escritório. As organizações *normativas* “são entidades nas quais o poder normativo é a principal fonte de controle sobre a maioria dos participantes dos níveis inferiores, cuja orientação para com a organização é caracterizada pelo alto engajamento” (*ibidem:72*). Para o autor, o consentimento nas organizações normativas apoia-se principalmente na internalização das diretrizes aceites como legítimas. Deste modo, destaca “a liderança, rituais manipulação de símbolos de prestígio e símbolos sociais e a ressocialização estão entre as técnicas mais importantes de controle que são empregadas” (*ibidem:72*). Como exemplos para este tipo de organização, temos as organizações religiosas, políticas, hospitais gerais, universidades e associações de voluntários. Nas escolas, as normas e o prestígio são importantes, como refere P. Perrenoud, (1995:31) relativamente à vivência dentro de uma organização escolar, afirma que,

“não sei se é a fazer que aprendemos a fazer, mas é verdade que é a viver num tipo de estrutura social que se aprende a viver em outras da mesma natureza, ou seja, a agir, a escolher, a refletir, a entrar em relação com os outros de um modo apropriado. Neste sentido, através de uma prática que se estende por dez a vinte anos, a escola é certamente um lugar de aprendizagem essencial”.

Na perspectiva de S. Clegg, (1998) no que refere relativamente às organizações modernas, verifica-se que ele faz uma abordagem afirmando que “as organizações constituem uma das grandes

conquistas da modernidade. Com efeito, as organizações são o palco onde os processos de diferenciação ocorrem” (Clegg, 1998:11). No entender do autor, a modernidade vem a ser uma forte linha para o desenvolvimento das organizações. É, nesta senda de ideias, que afirma que “a relevância dos debates em torno da modernidade para os estudos organizacionais pode ser exposta de forma muito clara: a teoria organizacional é uma criação da modernidade, sobretudo na dívida que tem para com Max Weber” (*ibidem*). Tendo por base a uma corrente de pensamento modernista preponderante, verifica-se que “não podemos deixar de referir que o facto de as organizações serem a forma característica da nossa condição moderna é, não raras vezes encarado como algo repressivo e constrangedor e não como um fenómeno vantajoso ou benéfico” (*ibidem:3*). Mais adiante a autora aprofunda suas abordagens alegando que “não existe uma única perspectiva quanto ao modernismo e a sua influência no campo da acção, pois na verdade, as organizações foram representadas nos mais diversos termos modernistas” (*ibidem*). A liberdade vem a ser uma ferramenta essencial para o desenrolar de qualquer que seja a organização, no entender de Clegg “a liberdade da modernidade, experimentada na emancipação perante o significado recebido, não é algo exclusivamente unidimensional e totalmente positivo. Esta liberdade é simultaneamente experimentada como algo de negativo enquanto perda de liberdade a favor dos constrangimentos organizacional e racional” (Clegg, 1998:39). Já M. Weber foi um autor social que muito se destacou no estudo do fenómeno burocrático, por isso, seria inaceitável descrever sobre a burocracia sem fazer referência aos seus ideais. É, nesta linhagem de ideias, que Clegg ao abordar em torno das tendências variáveis da burocracia, faz menção a Weber, alegando que “a burocracia constituía um modo de organização” por esta “acolher entidades tão importantes como o Estado, o partido político a igreja ou seita e a empresa” (*ibidem:39*), que são os setores que mais se destacam a nível social e por serem representadas normalmente por corpo administrativo que apresenta como função específica a gerência da instituição. O autor faz referência ao corpo administrativo como uma variável que “apresenta sempre uma relação dual com a ordem da organização, independentemente dos alicerces desta” mas também afirma que por um lado, “o comportamento do corpo administrativo é regulado por normas” (*ibidem*). Por outro lado, no que tange a *cooptação*: um mecanismo para a estabilidade organizacional defendido por P. Selznick, temos a referir que o autor faz uma análise profunda para desvendar o seu modo de funcionamento a nível organizacional. Nesta perspectiva, afirma que “o sistema de referência aqui adotado inclui a análise do comportamento organizacional em termos de resposta da organização às suas necessidades. Uma de tais necessidades é específica como ‘segurança da organização como um todo frente às forças sociais do seu meio’” (Selznick, 1971:93). Ao conceituar o termo *cooptação*, o autor, parte da análise de que este é tido como “o processo de

absorção de novos elementos na liderança ou estrutura de decisões políticas de uma organização, como meio de evitar ameaças à sua estabilidade ou existência mas também sustenta que a mesma é apresentada de duas formas diferentes, neste caso” (*ibidem*), temos a “cooptação formal, quando há necessidade de estabelecer a legitimidade da autoridade ou de tornar a administração acessível ao público a que se dirige; e cooptação informal quando há necessidade de ajustamento às pressões de centros específicos de poder na sociedade” (*ibidem*). Verifica-se que em termos administrativos, a *cooptação* apresenta-se como “o processo pelo qual o poder ou os encargos do poder – ou ambos – são compartilhados”, justifica-se pelo facto de por um lado, afirma Selznick

“o centro real de autoridade e decisão pode ser deslocado ou feito mais inclusivo com ou sem qualquer reconhecimento público da mudança; por outro lado, a participação no exercício da autoridade e a responsabilidade pública por esta participação podem ser compartilhadas com novos elementos, com ou sem a real distribuição do poder em si” (Selznick, 1971:94).

Exemplificando de forma clara o modo de *cooptação formal*, o autor aponta o seguinte: “um partido de oposição pode ser formalmente cooptado numa administração política por meio de um recurso como a nomeação de seus líderes para postos ministeriais. Este recurso pode ser utilizado quando é visada uma distribuição do poder; contudo é especialmente útil quando seu objetivo é a criação de solidariedade pública, a legitimação de responsabilidade do governo” (*ibidem:95*) mas também avança o autor que para estes casos, estes líderes da oposição “podem tornar-se prisioneiros do governo, trocando a esperança de um poder futuro (obtendo o crédito público por se manterem no governo numa época de crise) pela função atual de compartilhar as responsabilidades pelos atos de administração” (*ibidem*). Não se pode encarar a *cooptação formal* como uma fonte de desintegração organizacional, mas procurar as suas reais motivações, seria a melhor saída para a perceção da mesma. É, nesta vertente de ideias, que o autor afirma que a *cooptação formal*, “torna-se necessária a fim de assegurar que os elementos cooptados não escapem ao controle, não tirem vantagem de sua posição formal para se apropriarem da área real de decisão” (*ibidem:96*).

Assim, para além destas abordagens, outros estudos foram efetuados em torno da organização. Outro autor que também se destacou no estudo das mesmas foi P. Bernoux (s/d:116) que em suas investigações caracterizou classicamente as organizações, atribuindo-lhes os seguintes traços:

“Divisão de tarefas, distribuição de papéis, sistema de autoridade, sistema de comunicações, sistema de contribuição-retribuição.” Estes traços organizacionais são estrategicamente utilizados da seguinte forma:

1° “Divisão das tarefas: este caracteriza-se por possuir seus princípios, de organização e de estruturação, situação esta que é totalmente inversa ao que não possui como é o caso da multidão. No interior da organização, é necessário que a divisão das tarefas seja feita com precisão, duração e possuir requisitos como a formalização por escrito ou não, deve ser repartido entre os indivíduos numa maneira suficientemente clara que um não tropece no outro” (*ibidem:117*).

2° Distribuição de papéis: esta distribuição para o autor é comparada a uma peça de teatro, onde cada elemento tem o seu papel a cumprir. P. Bernoux (s/d:117) afirma que “cada membro da organização vê atribuída uma tarefa. Mas acrescentar também que se tratar de papel significa que cada um pode executar esta tarefa numa forma particular. A palavra ‘papel’ que remete para a de ator”. O autor continua argumentando que “qualquer membro numa organização comporta-se como um ator, capaz - e muitas das vezes mesmo encarregados - de interpretar de uma forma nova um papel idêntico” (*ibidem:117*). Primeiro por Bernoux só depois é preciso perceber que com a divisão de tarefas não significa que cada um deve trabalhar isoladamente sem o espírito de equipa.

3° Sistema de autoridade: este sistema também é indispensável dentro das organizações para manter a ordem dos seus membros. Tendo em conta esta perspectiva, P. Bernoux (s/d:119) vai um pouco mais adiante quando argumenta que neste sistema, “o seu fim é zelar pela adequação do comportamento dos indivíduos aos objetivos que os organizadores fixam para a organização”. Nesta linha o autor argumenta que “em conformidade com o que acaba de ser dito sobre o ator e seu papel, os defensores da análise estratégica recusarão falar sobre os fins da organização” (*ibidem:119*). Nas organizações, os objetivos dos dirigentes sempre são colocados em primeiro lugar, em detrimento dos fins comuns. Deste modo, “a consequência disso é uma *dessacralização da autoridade*, cuja diretivas são entendidas como escolhas feitas por atores e não impostas por uma necessidade” (*ibidem:119*).

4° O sistema de comunicação: este tem a ver com o relacionamento dos indivíduos dentro da organização.

“Não haveria mais nada a dizer se este sistema não fosse concebido quase exclusivamente de maneira a fazer passar as ordens da autoridade sem ter em conta as comunicações horizontais entre os membros, nem mesmo as que volta a subir à autoridade. É um limite grave” (Bernoux s/d:119).

A comunicação dentro da organização ou grupo, é essencial para que se estabeleça diálogo em todos os sentidos e posteriormente na resolução de conflitos. Quando a comunicação é feita de maneira aberta as informações são passadas umas às outras sem grandes dificuldades. É assim que o autor ao

se referir à constituição de um exército, afirma que o mesmo “criou um sistema de comunicações muito mais aberto, em que a subida das informações constitui em particular o ponto central” (*ibidem:119*). A comunicação como função principal de toda atividade, é uma variável importante para que o trabalho em equipa considerado eficiente comece e termine com êxitos.

5º-Um sistema de contribuição -retribuição: o autor afirma que esta justifica-se pelo facto dos elementos constituintes da organização participarem ativamente, isto é, devem dar e receber. Exemplificando, o trabalhador deve trabalhar e posteriormente receber o seu salário. Aponta também P. Bernoux (s/d: 120) que “o direito ao trabalho prevê que o assalariado se coloque sob a autoridade daquele que o emprega”. Sendo assim cabe-nos perceber que as organizações apontem para um lugar de privilégio a nível social, cultural, religioso, hospitalar.

Qualquer organização deve possuir uma estrutura que possa ser o esqueleto para o bom funcionamento da mesma. Para P. Bernoux (s/d:123) “não se deve esconder a originalidade da estrutura que corresponde a uma forma de exercício de poder”.

É, neste âmbito, que R. Lança (2012:2) afirma que “o trabalho em equipa tem sido apontado como uma das melhores vias para superar as dificuldades que todo tipo de organização está a sentir” (*ibidem:2*). Quando assim acontece, a organização atinge resultados excelentes até mesmo várias questões podem surgir a nível social, como “quem as lidera, como surgem, como se formam, por quem são constituídas, e acima de tudo, como funcionam, e até mesmo porquê existem” (*ibidem:2*).

Pode-se também afirmar que todas as equipas que normalmente apresentam competências nos setores chaves, para a organização, “o líder dessa mesma equipa tem de conhecer e compreender muito bem todos os elementos que compõem, bem como o papel que cada um possui e qual o *peso* que tem nos processos de grupo” (*ibidem:3*).

Para tal, seria indispensável salientar que dentro das organizações, todos os elementos pertencentes a um determinado projeto, que se pretende executar, devem ter consciência e conhecimento, “do que cada colega está a fazer e quando o irá executar, para saber quando entrará em ação e até quando terá de realizar sua tarefa para não prejudicar o que depende disso” (Lança 2012:10). Prosseguindo com suas investigações, o autor afirma que “o sistema comunicativo considerado excelente, a nível organizacional, deve permitir aos membros que a constituem um rápido contacto” (Lança, 2012:121). Exemplificando argumenta que, “se um coordenador de projeto tem uma hipótese de concretizar um negócio aparentemente fantástico, deve no prazo possível recolher a

informação que comprova que o projeto não é apenas aparentemente fantástico mas explicitamente bom para a organização” (*ibidem*). Um pouco mais a baixo, discorre o autor a ideia de que,

“o tempo é talvez o recurso mais importante e que pode limitar uma boa recolha de informação, a forma como se recolhe informação coletivamente ou a predisposição para recolher informação é um dado de extrema importância, em caso de existir um limite temporário para a tomada de decisão recolha de dados, deve-se saber potenciar o tempo se não existir nenhum impacto positivo no caso de se decidir antecipadamente” (*ibidem:121*).

É, nesta perspetiva, que em muitos casos chega-se até a afirmar que o tempo vem a ser o “remédio” para a resolução de muitos problemas.

No entanto, o conceito de organização pode variar consoante o enfoque teórico que podemos adaptar. É, neste âmbito, que G. Morgan (2006) faz referência as oito imagens a nível organizacional como: “As organizações vistas como máquinas, as organizações vistas como organismos, as organizações vistas como cérebros, as organizações vistas como culturas, as organizações vistas como sistemas políticos, as organizações vistas como prisões psíquicas, as organizações vistas como fluxo de transformação e as organizações vistas como instrumento de dominação”. Todavia, no nosso estudo não iremos mobilizar todas as imagens. A imagem do funcionamento da organização do cérebro que também foi instrumento de pesquisa que durante vários anos e que outros investigadores dedicaram-se ao seu estudo pelo facto de ser a fonte de todos os pensamentos, realizações e as mais profundas emoções. Afirma o autor que “muitas destas imagens estão centradas na ideia de que o cérebro é um sistema de processamento de informações” (Morgan, 2006:83). Exemplificando, parte da ideia de que

“o cérebro tem sido concebido como um sistema de controle semelhante a um computador complexo ou aparelho de telefone, que transmite informações através de impulsos eletrônicos; como um tipo de sistema de televisão com a capacidade de reagrupar padrões coerentes e imagens de milhões de pedaços de dados separados; como uma sofisticada biblioteca ou banco de memória para estocagem ou recuperação de dados; como um sistema complexo de reações químicas que transmitem mensagens e disparam ações; como uma ‘caixa preta’ que liga estímulos e comportamentos; como um sistema linguístico que opera através de um código neural que traduz informações em pensamentos, ideias e ações através de mudanças químicas e elétricas, da mesma forma como um código representado num alfabeto pode ser convertido em prosa via palavra e sentença” (Morgan, 2006:84).

Ainda mais recentemente, enfatiza o autor que surge uma outra classificação a que o cérebro tem sido comparado. “o sistema holográfico, uma das maravilhas da ciência do *laser*” (*ibidem*). É, assim, que designada *holografia* por “registrar informações de maneira a armazenar o todo em todas as partes” (*ibidem:84*). A holografia apresenta suas vantagens na medida em que “se ele se quebrar



qualquer das partes separadas pode ser usada para reconstruir a imagem total” (*ibidem*). Deste modo, “a holografia demonstra, de forma muito concreta, que é possível criar processos nos quais o todo pode ser contido em todas as partes, de tal forma que cada uma das partes representam o todo” (*ibidem:84*). Para o autor, a ideia do cérebro, de uma forma metafórica permite compreender a organização, duas sessões principais far-se-ão menção para melhor percepção. A primeira, “serão exploradas as implicações da ideia de que as organizações são sistemas de processamento de informações capazes de aprender a aprender. Segundo, será explorada a ideia de que as organizações podem ser concebidas para refletir os princípios holográficos” (Morgan, 2006:84).

De acordo com as *organizações como cérebros processadores de informações*, afirma o autor, “cada funcionamento organizacional depende do processamento de informações, seja de um tipo ou do outro. Os burocratas tomam decisões processando informações com referência as regras predeterminadas” (*ibidem*) e que “administradores estratégicos tomam decisões através de processos formalizados ou temporários, produzindo políticas e planos que, então, oferecem um ponto de referência ou uma estruturação para o processamento de decisões por outros” (*ibidem:85*), podendo deste modo chegar a criação de alguns conceitos os quais se poderiam identificar com as organizações. Nesta vertente, pode-se considerar que as *organizações* “são sistemas de informações. São sistemas de comunicação, sendo também sistema de tomada de decisão” (*ibidem:85*), embora possa existir uma *rotinização* em torno das organizações *mecanicistas*.

## **2.2. Modelos de análise organizacional**

No presente trabalho seleccionamos três modelos de análise organizacional: o modelo burocrático, o modelo político e o modelo de ambiguidade que seguidamente iremos desenvolver.

### **2.2.1. O modelo burocrático Webariano**

#### **2.2.1.1. Tipos de autoridades de Max Weber**

Relativamente à temática em questão, temos a destacar os tipos de autoridades a que Weber faz menção. Nas suas análises foram privilegiados os *órgãos administrativos* existentes em *organizações privadas* de grande envergadura. Teve como exemplo o *exército, o Estado, o partido e as igrejas*. Mas também ressalva a ideia de que “nem todo órgão administrativo é privado de poder coercivo”(Weber, 1971:17). Por esta razão destacaremos simplesmente os tipos de autoridades.. É de ressaltar que “A organização dos cargos obedece ao princípio da hierarquia;

- 1- As normas que regulam o exercício de um cargo podem ser regras técnicas ou normas;
- 2- No tipo racional é questão de princípio que os membros do quadro administrativos devam estar completamente separados da propriedade dos meios de produção e administração;
- 3- No tipo racional há também completa ausência de apreciação do cargo pelo ocupante;
- 4- Actos administrativos, decisões, normas são formulados e registrados em documentos, mesmo nos casos em que a discussão oral é a regra ou mesmo prescrita;
- 5- A autoridade legal” (Weber, 1971:19).

Também no que tange às ideias a que M. Weber se destacou para se referir às organizações formais, afirmam P. Blau, & W. Scott (1977:42) ao analisar as organizações formais como parte da sua teoria de estruturas de autoridade ou de sistema de controle social legítimo. Para estes autores, Weber é da opinião de que “outras formas de controle social, muitas das vezes se transformam em autoridade”. Nesta perspectiva, Weber sustenta que “uma característica fundamental da autoridade é de que a boa vontade dos subordinados em suspender, antecipadamente seu próprio julgamento e seguir as diretivas do superior, resulta em grande parte, das repressões sociais exercidas pela coletividade de subordinados e não, primariamente, das influências que o superior por si, possa exercer sobre eles” (*ibidem:42*). Outra análise efetuada em torno da autoridade, é a de que as mesmas só existem quando há “uma orientação de valores comuns em uma coletividade legítima o exercício do controle social como sendo coisa apropriada e decente” (*ibidem:43*).

Para os autores, M. Weber em suas abordagens, fez referência a três tipos de autoridades para apoiar o exercício do controle. Deste modo, destaca que dentro da autoridade “tradicional”,

“presente ordem social é vista como sagrada, eterna e inviolável. A pessoa ou grupos mandatários, geralmente definidos por hereditariedade, são acreditados como tendo sido ordenados por poderes sobrenaturais para reinar sobre os outros. Os súbditos estão ligados a seu chefe por sentimentos tradicionais de lealdade pessoal e outras culturais a respeito da ordem social que reforçam sua posição, assim como o direito divino dos reis” ( Blau & Scott, 1977:44).

Para tal, as monarquias absolutas exemplificam a autoridade tradicional, assim como o fazem a família patriarcal ou uma loja sob a autoridade de um patrão paternalístico. Neste sistema de autoridade dá-se uma tamanha importância ao poder daquele que governa (governador).

O autor também é da opinião de que existem valores que legitimam a autoridade “carismática”, que é caracterizado como sendo o segundo tipo de autoridade visto que estas encaram “o líder e sua missão como sendo inspirados por poderes divinos ou sobrenaturais. O líder, na verdade, encabeça um novo movimento social e os seus seguidores ou discípulos são os convertidos a uma nova causa” (*ibidem:44*). Para este tipo de autoridade o líder é tido como aquele que é “escolhido” de

anunciar situações que ocorreram e que poderão ocorrer embora este ao evangelizar o faz num “sentido de rejeitar o passado e anunciar o futuro como foi simbolizado nas palavras de Cristo: ‘Está escrito...mas Eu lhes digo....’”. Uma outra característica que distinguiu o líder carismático no princípio foi que estes movimentos tinham a tendência de ser “anarquistas e a evitar até a organização interna” (*ibidem:44*).

Em seguida, surge o terceiro tipo de autoridade que Weber caracteriza como “legal” por ser “legitimado por uma crença na supremacia da lei. Este tipo assume a forma de um corpo de normas sociais, formalmente estabelecido, destinado a organizar a conduta na busca racional de finalidades específicas” (*ibidem:45*). O autor vai mais além ao afirmar que “em tal sistema, a obediência é devida não a uma pessoa – quer seja um chefe tradicional ou um líder carismático- mas a uma série de princípios impessoais. Estes princípios incluem o dever de seguir as diretivas vindas de um superior, seja quem for que ocupe esse posto” (*ibidem:45*). Tem-se como exemplos para este tipo de autoridade “todas as organizações formais: um governo, fábricas, exércitos, e órgãos de bem-estar social” (*ibidem*).

Também relativamente à autoridade, embora não sendo de Weber, apresentamos outro autor precursor de Weber que contribuiu para o desenvolvimento do estudo da mesma. É, nesta perspetiva, que T. Hopkins ao pronunciar-se em torno do conceito do sistema de autoridade, afirma que este pode ser descrito em “quatro etapas”, antes sustenta a ideia de que “o exercício da autoridade – Consiste na emissão de uma ordem por uma pessoa e no seu consentimento por uma segunda, constituindo, assim, uma forma de interação”, usa como exemplo para este tipo de sistema de autoridade, “declarar uma nova política ou dar um único conselho são ambos, ‘ordens’ e as respostas adequadas são, igualmente, consentimento” (Hopkins, 1971:75). Já as etapas são descritas pelas *relações autoritárias de papéis* como afirma o autor “uma relação entre papéis é autoritária no grau em que mostra uma distribuição estável de ações de comando para um papel e, para o outro, as recíprocas ações de consentimento”, mas também diferencia as relações pelo facto de umas serem mais simples e outras mais complexas e exemplifica alegando que nas relações simples, a existência de terceiros não se fazem sentir já nas relações complexas, as ordens transitam, isto é, cada um pode passar a ordem orientada pelo seu superior a um outro que também esteja implicado (Hopkins, 1971:76).

*“As Estruturas complexas de autoridade”* - o seu sistema de autoridade, passam por um conjunto ordenado de relações complexas (*ibidem*). *“Já o Sistema burocrático de autoridade”* - não é exercido de forma arbitrária por qualquer grupo, mas “ocorre no contexto de grupos que possuem

certo tipo de sistema de valores e certo tipo de organização e que sejam, eles próprios, por outro lado, caracterizados por certos traços estruturais distintivos” (*ibidem:78*) e, por fim, temos as *estruturas burocráticas de autoridade* - que especificam que “o próprio sistema de autoridade é um produto dessa alocação racional de trabalho. As ações que o compõem estão entre aquelas atribuídas formalmente às unidades e, dentro das unidades, aos papéis” (*ibidem:79*).

Desta feita, cabe-nos também perceber que quanto ao fenômeno burocrático, julga-se que há muito tempo que pensar em fenômeno burocrático, é pensar em Weber, pelo facto de ser o investigador pioneiro nesta área que muito influenciou outros autores a interessarem-se no seu estudo, criticando e até mesmo prosseguindo com suas ideias. É, nesta ótica, que destacaremos em primeiro lugar Weber e posteriormente outros.

No que tange à caracterização da burocracia, Weber (1971) identificou-as esclarecendo que no processo burocrático,

- a organização dos cargos obedece ao princípio da hierarquia: cada cargo inferior está sob o controle e supervisão do superior;
- As normas que regulam o exercício de um cargo podem ser regras técnicas ou normas. Em ambos os casos, se sua aplicação pretende ser plenamente racional, torna-se imprescindível a especialização;
- No tipo racional é questão de princípio que os membros do quadro administrativo devam estar completamente separados da propriedade dos meios de produção e administração. Funcionários, empregados, trabalhadores vinculados ao quadro administrativos não fazem seus os meios materiais de produção e administração;
- No tipo racional, há também completa ausência de apreciação do cargo pelo ocupante. Onde existem “direitos” ao cargo – como no caso dos juizes e, atualmente no de uma crescente proporção de funcionários e mesmo trabalhadores.
- Atos administrativos, decisões, normas, são formulados e registrados em documentos, mesmo nos casos em que a discussão oral é a regra ou mesmo prescrita.
- A autoridade legal pode ser exercida dentro de uma ampla variedade de formas diferentes” (Weber, 1971:17).

Especificando claramente o tipo de autoridade legal, Weber vai mais além e faz referência ao mesmo como sendo “o tipo mais puro de exercício que emprega um quadro administrativo burocrático”. Para este tipo de autoridade, “somente o chefe supremo da organização ocupa sua posição de autoridade em virtude da apropriação, eleito ou designação para a sucessão. Mas mesmo assim sua autoridade consiste num âmbito de competência legal” (*ibidem*). É, nesta vertente, que o autor faz referência alegando que o conjunto do quadro administrativo subordinado à autoridade suprema é formado, no tipo mais puro, de funcionários nomeados que atuam conforme os seguintes critérios:

- São individualmente livres e sujeitos à autoridade apenas no que diz respeito a suas obrigações oficiais;
- Estão organizados numa hierarquia de cargos claramente definida;
- Cada cargo possui uma esfera de competência, no sentido legal, claramente determinada;
- O cargo é preenchido mediante uma livre relação contratual. Assim, em princípio, há livre seleção;
- Os candidatos são selecionados na base de qualificações técnicas;
- São remunerados com salários fixos em dinheiro, na maioria das vezes com direitos a pensões. Somente em determinadas circunstâncias a autoridade empregadora, especialmente nas organizações privadas tem direito de rescindir o contrato. Mas o funcionário é sempre livre para demitir-se. A escala salarial é inicialmente graduada de acordo com o nível hierárquico; além deste critério, a responsabilidade do cargo e as exigências do *status* social do ocupante podem ser levadas em conta;
- O cargo é considerado como a única ou, pelo menos principal ocupação do funcionário;
- O cargo estabelece os fundamentos de uma categoria. Existe um sistema de “promoção” baseado na antiguidade, no merecimento ou em ambos. A promoção depende do julgamento dos superiores;
- O funcionário trabalha inteiramente desligado da propriedade dos meios de administração e não se apropria do cargo;
- Está sujeito a uma rigorosa e sistemática disciplina e controle no desempenho do cargo (Weber, 1971:19).

Este modelo apresenta suas atividades como se fossem superior à pessoa humana, pelo facto de pôr em destaque em primeiro lugar as funções e como cada um deve desempenhar. É de salientar também que este tipo de administração, enquadra-se naquelas organizações que têm como meta a aquisição de lucros (Weber, 1971:19). Existem algumas organizações como a Igreja Católica onde a burocracia desempenha facilmente o seu papel. É, nesta base, que Weber salienta a ideia de que “o facto é bem ilustrado pela função administrativa do clero na Igreja moderna que desapropriou quase todos os benefícios da igreja antiga que estavam, então, em larga escala sujeitos à apropriação privada” (*ibidem*: 21). Dando sequência, Weber exemplifica a forma como o episcopado e o papado são concebidos, para tal afirma que “é a concepção do episcopado universal como competência formal, universal e legal em assuntos religiosos”, assim cai-se novamente na ideia de que quanto maior for a organização, “tanto mais importante o papel daqueles” (*ibidem*).

O princípio de nomeação é o que na perspectiva de Weber apresenta uma forma sincera de autoridade burocrática, porque faz uma comparação e chega à conclusão de que visto que “uma hierarquia de funcionários eleitos não tem o mesmo sentido de uma hierarquia de funcionários nomeados” (*ibidem*:22), pelo facto de que quando os funcionários são eleitos, o rigor e a disciplina, não se apresentarem como a base e o elemento competição passa a ser um facto o “funcionário subordinado, competir por posições letivas nas mesmas condições que o seu superior” (*ibidem*). A burocracia moderna é caracterizada pela “nomeação por livre contrato, que possibilita a livre seleção”

(*ibidem:22*) que é uma ferramenta essencial à mesma, mas também referencia o autor que “o papel das qualificações técnicas em organizações burocráticas é continuamente incrementado” (*ibidem*).

Relativamente ao “cargo”, Weber afirma que “o funcionário ‘burocrático’ típico, ocupa o cargo como sua principal ocupação” (*ibidem:23*). Mais adiante ao referir o tipo monocrático de administração burocrática, o autor salienta que esta, em termos de perspectiva técnica, adquiriu um alto grau de eficiência, pelo que em termos mais formais “é o meio de exercer dominação sobre os seres humanos” (*ibidem:24*). Diferencia-se de outros e também torna-se superior, pelo facto de existir mais “precisão, estabilidade, rigor, disciplina e confiança”. Neste caso, a superioridade também é verificada na eficiência, bem como em operações administrativas que na sua aplicabilidade notam-se alguns aspetos formais. É, nesta ótica, que o autor vai mais além ao afirmar que a fonte principal da superioridade da administração burocrática, “reside no papel do conhecimento técnico que, métodos económicos na produção de bens, tornou-se totalmente indispensável” (*ibidem:25*).

Na perspectiva de Weber relativamente ao sistema capitalista, faz uma análise profunda ao afirmar que este não foi o único elemento em destaque para o desenvolvimento burocrático. Mas a burocracia, acaba por ser um fator essencial para o sistema capitalista, como nos refere o autor que “na verdade, sem ela a produção capitalista não poderia persistir, e todo tipo racional de socialismo teria simplesmente de adoptá-la e incrementar sua importância. Seu desenvolvimento, sob auspícios do capitalismo, criou a necessidade de uma administração estável, rigorosa, intensiva e incalculável” (*ibidem:26*). Deste modo, dá-se relevância ao papel da burocracia em nossas sociedades, por se “tratar como um elemento fundamental em qualquer tipo de administração de massas” (*ibidem*). Na perspectiva do autor, o capitalismo vem a apresentar duas faces para o desenvolvimento da burocracia, no “seu estágio atual tende a fomentar de maneira acentuada o desenvolvimento da burocracia”. Assim sendo, “o capitalismo constitui a base económica mais racional para a administração burocrática e lhe possibilita o desenvolvimento sob a forma mais racional porque, do ponto de vista fiscal, fornece-lhe os recursos monetários requeridos” (*ibidem:26*). A administração burocrática, por outro lado,

“significa, fundamentalmente, o exercício da dominação baseado no saber. Consiste de um lado em conhecimento técnico que, por si só, é suficiente para garantir uma posição de extraordinário poder para a burocracia. Por outro lado, deve-se considerar que as organizações burocráticas, ou os detentores do poder que dela se serve, tendem a tornar-se mais poderosos ainda pelo conhecimento proveniente da prática que adquirem no serviço. Através da atividade no cargo ganham um conhecimento especial dos fatos e dispõem de uma bagagem de material documentário, exclusiva deles” (Weber, 1971:27).

Na perspectiva de Weber, a burocracia passa a ser um fenômeno que se distingue em todas as sociedades modernas, concretamente nas organizações de uma forma acentuada; é, nesta ótica, que E. Campos acentua a ideia de que “embora indispensável nas condições atuais de funcionamento da vida moderna a organização burocrática, por suas dimensões e expansão, criou graves problemas e situações novas para a vida em sociedade” (Campos, 1971:7).

Relativamente às organizações S. Udy, ao fazer a distinção entre organizações formais e informais alega que a primeira, “é definida como qualquer grupo social empenhado na consecução de objetivos explícitos e declarados através de esforços manifestamente coordenados (Udy, 1971:52) e que a segunda “tem sido utilizado para designar desvios com relação aos padrões descritos por um tipo ideal construído à maneira de Weber” (*ibidem:55*) e que por informal pode-se afirmar que o conceito de “informal” ainda na perspectiva de Weber, “tem sido empregado também num sentido normativo para indicar a condução de atividades não-prescritas pelas normas oficiais da organização” (*ibidem*).

No que tange também às organizações, P. Blau faz uma análise em torno da teoria organizacional e afirma que “seja qual for a sua natureza específica, e independentemente do grau de indefinição dos processos organizacionais que ela considera, tem como objetivo central estabelecer as constelações de características que se desenvolvem em organizações de vários tipos” (Blau, 1971:143), neste caso, considera a existência de estudos comparativos de várias organizações como sendo necessárias, “não só para testar as hipóteses contidas em tal teoria, mas também para fornecer uma base para a exploração inicial e para o refinamento da teoria, na medida em que indicam as condições em que as relações, inicialmente tidas como universais são contingentes” (*ibidem:174*).

Ainda A. Gouldner ao fazer referência à “burocracia”, afirma que a mesma “só tem ‘fins’ num sentido metafórico”. Pelo que “esses fins podem variar, não são necessariamente idênticos ou importantes para todo o pessoal e podem mesmo ser contraditórios” (Gouldner, 1971:60).

Outro autor que também se destacou no estudo das *disfunções da burocracia* e que também faz referência às investigações de outros autores, é Robert Merton que faz uma crítica à burocracia defendida por Weber. Neste âmbito, alega que a estrutura burocrática que “em tal organização está integrada uma série de cargos e *status* hierarquizados aos quais é inerente certo número de obrigações e direitos, estabelecidos com muita precisão por normas específicas” (Merton, 1971:107) e esclarece também que

“a autoridade, ou seja, o poder de controle que tenha origem em um *status* reconhecido, é inerente ao cargo e não a pessoa que o desempenha. A conduta administrativa, de modo geral, realiza-se dentro do limite de normas preestabelecidas pela organização. O sistema relação entre os distintos cargos implica um alto grau de formalidade e uma distância social claramente definida entre os ocupantes dessas posições”.

Essa formalidade a qual se faz referência, segundo o autor, “está relacionada com a distribuição da autoridade dentro do sistema, serve para aumentar o atrito reduzindo os contatos oficiais e substituindo-os por fórmulas que foram estabelecidas pelas normas da organização” (*ibidem:108*). Essa formalidade também é tida como ferramenta de paz a possíveis confrontos entre os funcionários pelo facto da mesma possibilitar uma aproximação entre os mesmos dentro da organização.

Tendo em consideração a estrutura burocrática a que R. Merton fez referência anteriormente, o autor clarifica também que “o tipo ideal dessa organização formal é a burocracia” e que Weber foi um grande impulsionador no estudo da mesma, neste caso, ao fazer uma análise profunda dos ideais de Weber. Afirma que Weber que para “burocracia implica uma clara divisão de atividades integradas que são consideradas como deveres inerentes aos cargos. Nos regulamentos se formula um sistema de diversos controles e sanções” (*ibidem:108*) e que a qualificação vem a ser um fator determinante para a atribuição de funções, bem como a formalidade, a imparcialidade e exames, entre outras (*ibidem*). Assim, tendo em atenção ao facto de que dentro da estrutura de ordenamento hierárquico da autoridade,

“as atividades dos técnicos estão regidas por normas gerais abstratas e claramente definidas que tornam desnecessárias as formulações de instruções específicas para cada caso determinado. A generalidade das normas, faz uma categorização, mediante a qual os problemas e casos são clarificados segundo um dado critério, de acordo com o qual são resolvidos. O tipo puro de funcionário burocrático é designado para o desempenho de seu cargo ou por seu superior ou por uma prova ou exame imparcial. Não é eleito” (*ibidem:109*).

A burocracia a nível organizacional mesmo sendo rígida, também apresenta uma flexibilidade na eleição dos funcionários superiores, para o alcance dos objetivos da organização, embora o modo operacional para o alcance desses objetivos é de mera competência burocrática afirma Merton (1971:109). A burocracia também é identificada pelo apego aos cargos como se fossem vitalícios, sempre que não hajam fatores que os possam perturbar e que estando num determinado cargo seria a garantia perfeita para estar-se seguro a nível profissional. É que “o principal método da burocracia está na sua eficiência técnica devido à ênfase que dá à precisão, rapidez, controle técnico, continuidade,



descrição e por suas ótimas quotas de produção. A estrutura está concebida para eliminar por completo as relações do tipo pessoal e as condições emocionais (hostilidade, ansiedades, vínculos efetivos, etc.)” (*ibidem:110*). O autor faz também referência às consequências de uma burocratização crescente, alegando que “torna-se claro que o homem é em alto grau, controlado por suas relações sociais com os meios de produção” (*ibidem*) e que tudo o que antes era obscuro é aclarado pela burocratização. A burocracia tem se tornado tão forte cada vez mais que se pode chegar a conclusão que para se ter um emprego condigno tanto em empresas privadas, como estatais, tem que se estar sujeito a um regime de burocratização, por estas possuírem meios e instrumentos como afirma Merton. Partindo concretamente das disfunções a que a burocracia possa apresentar, o autor considera que nesta descrição “se enfatizam os resultados positivos e as funções desempenhadas pela burocracia, quase sem considerar as pressões internas que afetam sua estrutura” (*ibidem:111*). Considera-se também que “a sociedade, em grande parte contudo, realça as imperfeições da burocracia, como se deduz do fato de que a palavra ‘burocracia’ se converteu em um insulto” (Merton, 1971:111). Para todos os efeitos, importa-nos referir que “a passagem para o estudo dos aspetos negativos da burocracia nos é dada pela aplicação do conceito de Veblen de ‘incapacidade treinada’, da noção de Dewey de ‘psicose ocupacional’ e da de Warnotte de ‘formação profissional’” (*ibidem*)<sup>8</sup>.

Apresenta ainda outro indicador da estrutura burocrática e afirma que a mesma “exerce sobre o funcionário uma constante pressão para torná-lo ‘metódico, prudente, disciplinado’”, mas também sustenta a ideia de que “se a burocracia deve funcionar satisfatoriamente, necessita de um alto grau de confiança na conduta dos funcionários, ou seja, um grau excepcional de conformidade com as responsabilidades atribuídas” (*ibidem:113*). Mas, também a disciplina a que se faz menção em aspetos totalmente burocráticos, a sua efetivação pode absorver um caráter relativista, isto é, “se os padrões ideais são sustentados por fortes sentimentos que assegurem dedicação aos próprios deveres, uma aguda percepção dos limites da própria autoridade e competência e a realização metodizada das atividades de rotina” (*ibidem*). Para além das já mencionadas, outras características que as estruturas burocráticas possam apresentar, fundamentam-se no facto de que as mesmas tendem a “um resultado semelhante. Os funcionários sentem que têm um destino comum com todos aqueles que trabalham juntos. Compartilham os mesmos interesses, o que se deve à pouca competição, já que as

---

<sup>8</sup> Precisa-se ter atenção e se nos apegarmos no exemplo da incapacidade treinada referida por Veblen que reflete o galinheiro e o reflexo condicionado dos patinhos relativamente ao som da campainha como sinónimo de alimento, notaremos que em muitos casos em organizações burocráticas as conclusões obtidas na resolução de determinados problemas não as mais desejáveis e que podem conduzir à adoção de procedimentos não agradáveis. A rigidez observada na burocracia, faz com que os indivíduos envolvidos burocraticamente se tonem rotineiros e criem antipatia entre eles, isto nos é explicado no exemplo da psicose ocupacional a que o autor referencia Dewey (*ibidem:112*). O autor vai mais além ao referir que Weber em seu estudo “se ocupa quase exclusivamente do que se consegue mediante a estrutura burocrática: precisão, confiança eficiência” bem como a ambivalência (*ibidem:112*).

promoções se fazem por antiguidade” (*ibidem:116*). Com estes aspetos mencionados, refere o autor, o fator *agressividade* dentro dos grupos é posto fora de questão, apresentando-se como fator favorável à burocracia. Outra característica da estrutura burocrática, reside na

“ênfase no caráter impessoal das relações, também contribui para a incapacidade treinada do burocrata. O modelo de personalidade do burocrata forma-se em torno da norma de impessoalidade que, ao lado da tendência a categorizar, resultante do predomínio das normas gerais e abstratas, tende a produzir conflitos nos contactos do burocrata com o público ou com a clientela” (*ibidem:119*).

Na perspetiva do autor, os conflitos com o público não surgem por mero acaso, mas têm sua origem “na estrutura burocrática. O burocrata independentemente da parte de sua posição na hierarquia, atua como representante do poder e do prestígio de toda a estrutura” (*ibidem:119-120*). O seu cargo dá-lhe a possibilidade de estar investido de uma autoridade definitiva. O tratamento formal e impessoal a nível burocrático pode chegar a ser uma ferramenta essencial para que surjam conflitos no atendimento entre o público e os funcionários, pelo que “o que o público deseja é uma atenção especial e individualizada. O conflito pode ser considerado, então, como resultado de adoção de atitudes e relações inadequadas”. Desta feita, conclui-se que o “conflito dentro de uma estrutura burocrática surge da situação contrária, isto é, quando as relações pessoais substituem as relações que por razões estruturais deveriam ser mais impessoais” (*ibidem:121*). Por outro lado, pode-se afirmar que são várias as características que podem identificar a burocracia. Merton, vai mais longe e afirma que “a burocracia como temos visto, está organizada como um grupo formal e secundário. As relações normais dentro dessa rede organizada de expectativas sociais apoiam-se nas atitudes efetivas dos membros do grupo” (*ibidem:121*). Em outras análises, a burocracia é tida como “uma estrutura do grupo secundário destinada a realizar certas atividades que não podem ser desempenhadas satisfatoriamente com base num critério de grupo primário” (*ibidem:122*).

Cabe-nos salientar e também como nos adverte S. Eisenstadt, que nas suas investigações admite que,

“as organizações podem auxiliar na luta contra alguns dos problemas que surgem de tal diferenciação e desempenham funções importantes na organização de serviços apropriados, na coordenação de atividades em grande escala, na consecução de diversos objetivos, na provisão de recursos a diferentes grupos e no controle dos conflitos e das várias relações intergrupais” (Eisenstadt, 1971:83).

É, neste âmbito, que também afirma que “essas organizações burocráticas são normalmente criadas por certas elites (governantes, empresários etc.) para tratar com os problemas já sumariados e

para assegurar-lhe tanto a provisão de serviços como as posições estratégicas de poder na sociedade” (*ibidem:83*). E que em “muitas sociedades modernas as organizações burocráticas quando os detentores do poder político ou econômico se defrontam com problemas resultantes de processos externos - guerra etc.- ou internos – desenvolvimento econômico, exigências políticas etc. Para a solução desses problemas têm de mobilizar recursos apropriados provenientes de diferentes grupos e esfera de vida” (*ibidem*).

No que tange à *burocratização e desburocratização*, S. Eisenstadt parte da ideia de que “é através da interação contínua com o seu meio ambiente que uma organização burocrática consegue manter aquelas características que a distinguem de outros grupos sociais” (Eisenstadt, 1971:83). É, nesta ótica, que destacaremos cada uma das características pelo facto das mesmas, como nos adverte o autor, possuírem “características estruturais não se desenvolvem, contudo num vazio social, mas estão intimamente relacionadas às funções e atividades da organização burocrática em seu meio” (*ibidem:84*), razão pela qual continua o autor alegando que “o grau de sua persistência e desenvolvimento em qualquer organização burocrática depende do tipo de equilíbrio dinâmico que a organização desenvolve em relação ao meio” (*ibidem:84*). Por isso, percebe-se que as “três principais resultantes de tal interação - ou tipos de equilíbrios dinâmico - podem ser distinguidas ainda que cada uma delas possa ser subdividida e alguma coincidência ocorra entre elas” (*ibidem:84*). Desta feita, destacaremos as três primeiras características em que,

“o primeiro tipo de equilíbrio dinâmico é aquele em que qualquer organização burocrática dada mantém sua autonomia e caráter próprios.

A segunda principal possibilidade é a da burocratização. Significa isto a expansão das esferas de atividade e poder da burocracia, seja em seu próprio interesse ou no de alguma de suas elites. A burocratização tende a uma crescente arregimentação de diferentes áreas de vida social e a certo grau de deslocamento de seus objetivos assistenciais a favor de vários interesses de poder e orientação. São exemplos as organizações militares que tendem a impor seu controle à esfera civil ou os partidos políticos que exercem pressões sobre seus aderentes num esforço para monopolizar-lhe a vida privada e ocupacional a fim de fazê-los inteiramente dependentes do partido.

A terceira resultante é a desburocratização. Aqui há uma subversão dos objetivos e atividades da burocratização no interesse de diferentes grupos, com os quais está em íntima interação (clientes, partes interessadas)” (*ibidem:85*).

Alguns factos importantes nos podem chamar atenção relativamente ao estudo da desburocratização, justamente porque “na desburocratização os caracteres específicos da burocracia - tanto em termos de sua autonomia, como de suas normas e objetivos específicos – são

minimizados até o ponto em que suas próprias funções e atividades são assumidas por outros grupos ou organizações” (*ibidem:85*). Tem-se como exemplo os casos em que algumas associações (como associações de pais, grupo religioso ou político) tentam desviar as normas e o funcionamento de uma organização burocrática como é o caso de (escolas, agências económicas etc.) tendo por finalidade satisfazer os seus próprios interesses e alcançar seus objetivos. É, nesta senda, que se tem verificado que “essas associações reclamam dos membros das organizações burocráticas o desempenho de tarefas que estão obviamente além da específica competência dessas organizações...” (*ibidem:85*).

Deste modo, constatamos que a burocracia apresenta-se como fator essencial para o desenvolvimento organizacional.

Em seguida, passaremos para os aspetos relacionados à escola como organização burocrática .

### **2.3. A escola como organização burocrática**

Obviamente o estudo da escola como organização burocrática parece ser uma dimensão central no estudo das organizações, no entanto, não é suficiente para a compreensão da realidade organizacional. Esclarece L. Lima (1992:154) ainda,

“partindo em busca de uma organização burocrática, existiam basicamente dois tipos de soluções: grande parte da realidade organizacional estudada parecia explicável pelo modelo teórico adotado e não colocava dificuldades de vulto dado que aparentemente, tudo se passava conforme estava previsto” (*ibidem:154*).

Continua afirmando que,

“as incongruências e as dificuldades detetadas seriam remetidas para o quadro da *organização formal*, tradicionalmente considerada pela teoria, configurando uma área relativamente importante, mas longe de ser central, que com alguma facilidade se integraria no domínio das *disfunções* do sistema organizatório” (*ibidem:154*).

É de salientar, também, que a excessiva facilidade com que era conduzida a análise, foi o que chamou atenção a L. Lima dentro do quadro teórico- explicativo. Em suas investigações afirma que,

“focalizada normativamente, elegendo como referência primeira as estruturas formais e normativas, a escola surgia como um terreno privilegiado para o encontro da *política* com a *organização*, mediado operatoricamente por uma administração burocrática centralmente localizada e local ou institucionalmente reproduzida” (*ibidem:155*).

Várias foram as dúvidas e hesitações admitidas por L. Lima ao estudar a escola como organização (exclusivamente) burocrática, visto que a mesma se demonstrava mais problemática.

“Compreendia-se que a burocracia centralizada no Ministério nem sempre se constituía em poder organizacionalmente realizado e que, enquanto forma de dominação racional – legal, legítima (autoridade), ela era confrontada com outros tipos de racionalidade e com outras conceções de legitimidade” (Lima, 1992:155).

Deste modo, argumenta o autor tendo em consideração os modelos teóricos que,

“em termos de modelos teóricos de análise, a solução consubstanciada, encaminhou-se, desta forma, para um compromisso entre a perspetiva burocrática (a consideração das determinações formais e dos respetivos constrangimentos impostos) e uma perspetiva que pudesse contemplar a organização e os atores, a ação organizacional, [...]” (*ibidem*:155).

Tendo em conta a ordem burocrática da conexão e a ordem anárquica da desconexão, como aponta L. Lima, configurarão, desta forma, um modo de funcionamento que poderá ser simultaneamente *conjuntivo e disjuntivo*. Assim sendo, salienta o autor, “a escola não será, exclusivamente, *burocrática* ou *anárquica*. Mais não sendo exclusivamente uma coisa ou a outra poderá ser simultaneamente as duas” (*ibidem*:157). A este fenómeno afirma o autor que se poderá chamar de “*modo de funcionamento díptico da escola como organização*” (*ibidem*:157).

O funcionamento díptico pode ser entendido, na perspetiva do autor como,

“um ponto teórico, a possibilidade de coexistência de modos de funcionamento organizacional aparentemente antagónicos, a análise organizacional da escola será conduzida por forma encontrar evidências empíricas que suportem eventualmente tal conclusão, procurando interpretá-las nos casos em que forem encontradas e explorar os significados das suas ausências quando for o caso. Este procedimento exigirá uma especial atenção aos dois planos organizacionais analíticos já anteriormente mencionados: *o plano das orientações para a ação organizacional e o plano da acção organizacional*” (*ibidem*:159).

Na perspetiva de J. Costa (1996:39) ao se referir da escola como burocracia defende que “o quadro conceptual e teórico desenvolvido pelo modelo burocrático de organização terá sido, certamente, um dos mais utilizados (e, eventualmente, também dos mais criticados) na caracterização quer dos sistemas educativos, quer das escolas”. Deste modo, o autor aponta como indicadores mais significativos que norteiam a imagem significativa da escola, a

“a centralização das decisões nos órgãos de cúpula nos ministérios da educação, traduzida na ausência da autonomia das escolas e no desenvolvimento de cadeias administrativas hierárquicas; a previsibilidade de funcionamento com base numa planificação minuciosa da

organização; a formalização, hierarquização e centralização da estrutura organizacional dos estabelecimentos de ensino (modelo piramidal); a concepção burocrática da função docente, entre outras” (*ibidem:39*).

Estes são sinais evidentes que espelham a imagem a que uma escola está sujeita a seguir.

Em outra perspectiva, a burocracia tem vindo a ser o tipo mais puro de uma determinada forma de dominação, como nos adverte Weber. Mas L. Lima afirma que “em todo caso, questões como os objectivos organizacionais, a racionalidade e os processos de tomadas de decisões concentram sobre si a atenção de todos e pode afirmar-se que, mesmo do quadro multifacetado que caracteriza o modelo burocrático, é possível extrair as grandes linhas de orientação que são marcas daqueles elementos” (Lima, 2003:23). Mais adiante ainda, chama-nos atenção o autor esclarecendo a ideia de que “o modelo burocrático é, portanto, o modelo de racionalidade típico do *homem económico*, que acentua o consenso, a certeza e a estabilidade, em suma, a racionalidade objectiva, *a priori*” (*ibidem:24*). Advertindo deste modo que “o *homem económico* é tendencialmente omnisciente, pois não só conhece todos os possíveis cursos da acção, mas também é capaz de antecipar as consequências de cada alternativa” (*ibidem:24*). Por isso, com a temática, em questão faremos menção e de modo específico caracterizar a relação entre a Associação de Estudantes e o Órgão Diretivo da Escola. É de salientar que esta caracterização, à qual nos referimos, é simplesmente para verificar se nessa relação resultam características organizacionais passíveis de interpretação a nível dos diferentes modelos. E, para caracterizar a Associação de Estudantes através dos modelos de análise organizacional. Embora não nos debruçaremos em torno de todos os modelos existentes, optaremos em focar simplesmente três que mais se identificam com o estudo a qual nos propusemos efetuar. É, nesta vertente, que L. Lima ao fazer referência ao modelo burocrático e tendo em conta a ideia de que a *escola é burocratizada*, afirma que “o estudo da escola como organização burocrática, tende, assim, a transferir para a escola dimensões características das organizações burocráticas” (Lima,1998:76). Mas, no entender de M. Martins o “exercício de interpretação acerca da burocracia, uma primeira consideração prende-se com o seu surgimento” (Martins, 2003:90). Continua e afirma que “a burocracia é um fenómeno social, produto de uma construção social, relacionada com fatores económicos e sociais” (*ibidem:90*). Assim, tendo em consideração os modelos de análise organizacional e de maneira mais específica a organização social, atendendo as ideias defendidas por P. Blau & W. Scott (1977:17) verifica-se que os mesmos alegam que “se a conquista de um objetivo requer um esforço coletivo, funda-se uma organização destinada a coordenar as atividades de muita gente e a fornecer incentivo para que os outros se juntem a eles para esse mesmo fim”. Neste sentido, os autores exemplificam as

fábricas que são estabelecidas para produzir e obter mercadorias para a obtenção de lucros e que a organização dos funcionários é feita por meio de sindicatos, unindo-se cada vez mais e aumentando seu poder em termos de ganhos. Afirmam os autores que

“nesses casos as finalidades a serem atingidas, as regras a que os membros da organização devem obedecer e a estrutura de posição que definem as relações entre eles (esquema organizacional) não surgiram espontaneamente durante o curso da interação social, mas foram designadas conscientemente, *a priori*, para antecipar e guiar as interações e as atividades. Como a característica distinta dessas organizações é a de que foram formalmente estabelecidas com o propósito explícito de conseguir certas finalidades, usa-se o termo ‘organizações formais’ para designá-las” (*ibidem:17*).

Vários autores debruçaram-se sobre o estudo da escola como organização. Um desses autores de referência na área é, L. Lima (1992).

No tocante às tipologias de ação estudadas por L. Lima, cabe-nos frisar que o autor ao se referir a estas tipologias, deu maior realce aos modelos teóricos “que constituem referências potenciais, alternativas implícitas ou explícitas nos processos de construção dos modelos organizacionais da escola enquanto configurações e modos de ação” (Lima, 2011:107). Deste modo, o autor argumenta que,

“a sua influência pode ocorrer ou não, pode encontrar-se expressa, ou mesmo ser assumida abertamente como forma de classificação ou de limitação de modelos de escola em termos de orientação e ação, ou pode encontrar-se apenas implícita ou oculta, podendo ser desocultada e reconhecida através da análise” (*ibidem:107*).

No que concerne concretamente às tipologias de ação defendidas por L. Lima, é de salientar que o seu estudo em termos organizacionais particularmente na escola, abarca principalmente a seleção de uma perspectiva teórica dando realce aos aspetos mais específicos, visto que se há de optar entre diferentes tipos de situações teóricas para o seu estudo “sendo certo que as teorias organizacionais permitem refletir sobre as realidades organizacionais, não é menos certo que elas contribuem também para *produzir* tais realidades” (Lima, 1992:148).

O autor foi um pouco mais a fundo quando em suas análises sustenta a ideia de que “o estudo da participação na escola não pode ser dissociado de uma conceção da escola enquanto organização e esta é afetada por uma vasta gama de problemas político, ideológico e cultural” (*ibidem:148*).

Por outro lado, L. Lima adverte que o *modelo teórico burocrático* é um dos aspetos dominantes nos estudos da escola como organização. Para o autor,

“a imagem da burocracia como *imperium in império*, por oposição ao poder político, é confrontada com a imagem inversa que destaca o seu conceito instrumental (funcional), ao serviço de uma dada orientação política designadamente de uma política antidemocrática” (*ibidem:150*).

Ainda no tocante à burocracia na escola como organização, o autor sustenta que,

“quer seja perspectivada enquanto poder (ou contra-poder), quer seja enquanto instrumento organizacional de ligação entre a estrutura política e o funcionamento da organização, ou ainda como sinónimo de disfuncionalidade (*disburocracia*), a burocracia representa um tópico a que dificilmente se pode escapar na análise da administração do sistema de ensino” (*ibidem:150*).

Tendo em consideração as diferentes situações nas escolas como já nos referimos anteriormente, de um ponto de vista jurídico – normativo, o autor refere que:

“é inegável que o desenho organizacional da escola, os arranjos organizacionais e as suas estruturas formais, estão predeterminados. Sujeito a um controlo burocrático, a escola, designadamente a escola secundária, está formalmente organizada e estruturada de acordo com um modelo imposto uniformemente para todo o país” (*ibidem:153*).

É, exatamente isto que L. Lima, (1992:153) descreve no trecho mais abaixo ao se referir às dificuldades de análise em termos organizacionais detetadas nas escolas;

“As dificuldades de análise organizacional da escola não residirão portanto, na identificação das orientações normativas que a conformam a um dado modelo (embora o seu elevadíssimo número e as suas congruências possam constituir uma dificuldade), mais sim no problema de saber se tais orientações são, ou não, e em que medida, efetivamente atualizadas no plano de acção organizacional”.

O autor, ao referir em torno da perspectiva jurídica, refere que o normativo e o legalismo, tão característico de muitas abordagens organizacionais relativamente à escola, em boa parte produzidas pela própria administração central, não podem deixar de ser confrontadas com as práticas dos atores, com as estratégias levadas a cabo por grupos e subgrupos nas organizações, com o mundo não oficial da organização que, apesar de ser qualificado como ilegal (daqueles pontos de vista), pode existir e existirá certamente em muitas áreas do seu funcionamento quotidiano, real. Ainda para o autor, “trata-se de procurar considerar dois planos distintos, de um ponto de vista analítico- aquilo que passaremos a designar por *plano das orientações para a acção organizacional* (e mesmo este não será por nós



perspetivado como um todo integrado e coerente), e por *plano de acção organizacional*" (*ibidem:154*).

No mesmo sentido, discorre o autor apresentando em detalhes tal reflexão,

“só uma perspectiva de análise exclusivamente centrada no primeiro plano, e mesmo neste caso sendo ele reduzido a uma única orientação (a formal- legal), só poderá permitir classificar, a *priori*, a escola como organização burocrática. Neste sentido, a análise organizacional da escola, seria caracterizada predominantemente, como uma procura de regularidades determinadas de formas centralizada e uniforme por uma instância supra-organizacional” (*ibidem:154*).

Continuando com a mesma reflexão, sustenta também o autor que “determinando o sentido unilateral da procura, tais regularidades seriam certamente identificadas, desprezando-se eventuais *regularidades* que não seriam encontradas talvez porque, simplesmente, não teriam sido procuradas” (*ibidem:154*).

Ainda no tocante à burocracia na escola como organização, o autor sustenta que,

“quer seja perspectivada enquanto poder (ou contra-poder), quer seja enquanto instrumento organizacional de ligação entre a estrutura política e o funcionamento da organização, ou ainda como sinónimo de disfuncionalidade (*disburocracia*), a burocracia representa um tópico a que dificilmente se pode escapar na análise da administração do sistema de ensino” (*ibidem:150*).

Desta feita, afirmamos que é, isto que L. Lima quis enfatizar quando se referia aos aspetos que justificarão provavelmente uma fixação no plano das orientações e a redução deste à dimensão jurídica e formal, como a

“carência de estudos organizacionais e sociológicos da escola como organização, a falta de conhecimento dos modelos de organização não exclusivamente formal e a própria tradição centralista - burocrática transformada em convicção e em teoria explicativa sem exame teórico e empírico” (*ibidem:154*).

Em seguida, passaremos para a temática referente às potencialidades e limitações do modelo burocrático.

### 2.3.2 Potencialidades e limitações do modelo burocrático

Na perspectiva de R. Hall ao fazer um estudo minucioso relativamente à burocracia, apresenta-a não numa vertente unilateral, mas com uma série de dimensões em que cada qual forma um contínuo, contrariando de certa medida as ideias de vários estudiosos. É, nesta senda, que o autor afirma que: “sugere-se que o conceito de burocracia é empiricamente mais válido quando abordado dessa maneira e não presumindo-se são ou totalmente burocráticas ou não burocráticas” (Hall, 1971:29). Também acentua que muitos estudiosos inclusive Weber, “têm utilizado o modelo burocrático como base para a conceituação de sistemas de inter-relações em organizações” (*ibidem*:29). Várias são as características a que Weber faz menção para identificar as organizações burocráticas. É, nesta perspectiva, que Hall ao referenciar Weber, afirma que o mesmo destaca “a divisão do trabalho, hierarquia de autoridade, normas extensivas, separação entre administração e propriedade, salário e promoção, baseado na competência técnica” como essenciais para o sustento da estrutura burocrática. (*ibidem*:30).

Mas este modelo burocrático é tão importante quanto outros, por isso, na perspectiva de M. Martins, (2003:89), abordar este modelo “permite-nos romper com ideias pré-concebidas acerca do termo burocracia”. Como Max Weber foi o precursor que mais se destacou ao estudo do modelo da burocracia, P. Blau & W. Scott são da opinião de que o autor ao definir burocracia referiu-se “a maneira mais eficiente de organização administrativa, porque especialistas com grande experiência estão melhor qualificados para tomar decisões tecnicamente corretas, e porque uma atuação disciplinada governada por regras abstratas e coordenada pela hierarquia de autoridade, promove uma busca racional e consistente de objetivos organizacionais” (*ibidem*:47). Também apresentam outra definição de burocracia baseando-se em algumas características. Neste caso afirma que burocracias “são aquelas organizações que exibem a combinação de características” (*ibidem*:47). O fenómeno burocrático, desde sempre esteve presente no seio das organizações para dirigir, orientar e regular qualquer que seja a organização. Neste âmbito, P. Blau & W. Scott (1977:20) ao se referirem do termo “organização burocrática” que também é muito usado “chama a atenção para o facto de que as organizações geralmente possuem alguma espécie de máquina administrativa”. Afirmam também que tendo por base a formalidade a que está exposta, “existe geralmente uma diretoria administrativa especializada, que é responsável pela manutenção da organização como um todo atuante e pela coordenação da atividade de seus membros” (*ibidem*:20). Um dos aspetos que muita atenção chama os autores é o facto da burocracia ser caracterizada principalmente por “regras e regulamentos detalhados” (*ibidem*) a que os membros envolvidos na organização devem seguir fielmente. Desta feita, referem os autores

que “as minúcias de procedimentos oficiais extensos impedem, muitas vezes, a eficiência das operações. Coloquialmente, o termo ‘burocracia’ significa essa ineficiência causada por regras” (*ibidem:20*). Apegando-se nesta perspectiva em que a sociologia se propõe estudar, pode-se verificar que o termo burocracia é usado

“neutralmente se refere aos aspetos administrativos das organizações. Se a burocratização é definida como a quantidade de esforço despendido na manutenção da organização ao invés de diretamente na consecução de seus objetivos, todas as organizações formais têm pelo menos um mínimo de burocracia- mesmo que essa burocracia se resuma em um secretário-tesoureiro que recolha as mensalidades” (*ibidem:20*).

Na perspectiva das análises efetuadas em torno das organizações formais, podemos verificar, que uma das características que as distinguem, é o facto delas possuírem sempre um cunho burocrático marcado de modo específico pela interdependência dos seus elementos. Deste modo, será impossível a existência de organizações, sem que haja comunidade ou sociedade.

No entender de P. Blau & W. Scott, o estudo das organizações em nossos dias, tem um grande significado prático, concretamente nas sociedades democráticas, embora as mesmas já tenham surgido há milhares de anos. Só neste século, elas se expandiram e passaram a fazer parte de toda a vida social. Embora as organizações formalizadas se tornaram a forma dominante de instituição na sociedade moderna, o seu conhecimento profundo é essencial para a compreensão da vida social contemporânea. A centralização do poder nas mãos de uma gerência, coisa que os gigantes organizacionais tornam possível, além do mais, propõe um desafio às democracias (Blau & Scott, 1977:27-28). O poder e a autoridade sempre caminharam lado a lado, em quase todas as sociedades estes fenómenos nunca estiveram ausentes, embora fossem situações diferentes, nunca alguma vez perderam seu carácter. Mesmo que M. Weber tenha dado um grande avanço em torno da definição do poder, os autores afirmam, que tal definição é baseada em aspeto de carácter bastante amplo e geral, por este se basear em situações em que atores exerçam sua própria vontade dentro da ação social, não obstante haja resistência a ela. Exemplificando o poder a qual Weber se refere, os autores são de opinião que sendo este poder mais amplo e geral, “inclui controle através do uso da ameaça de coação física (no caso de um assaltante ou de um raptor) e inclui o controle de alguém que possa manipular as condições de tal maneira que outros sejam forçados a lhe defender os interesses, ao invés de seus próprios (como no caso de um monopólio ou de uma cidade com uma só fábrica)” (*ibidem:41*). Deste modo, afirmam que “o assaltante e o monopolista exercem poder, mais não autoridade, visto que a essência desta última é de que as diretivas dadas pela pessoa em controle são obedecidas

voluntariamente” (*ibidem*). Um pouco mais adiante ao distinguirem o poder da autoridade, os autores partem do princípio das ideias defendidas por M. Weber e afirmam que

“a fonte de autoridade pode ser uma pessoa ou uma instituição impessoal, tal como um sistema de leis. O fato de um indivíduo, voluntariamente, permitir um outro indivíduo influencie sua conduta, não é necessariamente indicativo de uma relação de autoridade. Existem também outros tipos de influência pessoal, tal como a persuasão. Na persuasão, uma pessoa deixa que os argumentos de uma outra influenciem em suas decisões ou ações. A persuasão se distingue da autoridade, pelo fato de que esta última envolve uma suspensão a priori do julgamento da primeira pessoa, abolindo a necessidade da persuasão” (*ibidem:41*).

Como tudo, a teoria de Weber relativamente à burocracia, não foi tida como perfeita e sofreu também críticas de outros autores, pelo facto destas apresentarem certas características como: a conceção idealizada de burocracia, suas afirmações parecem impor um esquema funcional implícito e que também põe de parte os aspetos relativamente as relações informais e padrões não oficiais que se desenvolvem nas organizações formais e simplesmente destacar os aspetos formalmente instituídos das burocracias.

Também no tocante à burocracia, pode-se concluir que o modelo racional/burocrático tem sido mais teórico, como aponta (L. Lima, 2011:23) “acentua o consenso e a clareza dos objetivos organizacionais (que não constituem matéria relevante para discussão) e pressupõe a existência de processos e de tecnologias claros e transparente”. O autor reconhece que “embora o modelo racional não seja exclusivo da burocracia, prefiro designá-lo por modelo burocrático – um modelo que estuda as organizações como organizações burocráticas” (*ibidem:24*).

M. Weber deu grandes contributos em torno do conceito burocracia e que muitos outros autores basearam-se para aprofundar tais conceitos como é o caso de L. Lima que estuda a burocracia dentro da organização. Um pouco mais adiante afirma que, “a consideração do modelo burocrático ou da organização burocrática como tipo mais puro do modelo racional tem ainda a vantagem de possibilitar a concentração da nossa atenção num modelo teórico e não tanto em modelos normativos em que idênticas aceções da racionalidade estão presentes” (Lima, 2011:24).

Seria imprescindível perceber que a palavra burocracia é convocada em diferentes contextos, dependentemente da análise de cada autor. É, nesta vertente, que vários autores deram o seu contributo para uma melhor perceção do mesmo. No que tange ao modelo burocrático, L. Lima (2003:21) contribuiu, sustentando a ideia de que “o modelo racional acentua o consenso e a clareza

dos objetivos organizacionais (que não constituem matéria relevante para a discussão) e pressupõe a existência de processos e tecnologias claros e transparentes”. Continuando, o autor ainda discorre sobre esse assunto ao esclarecer um pouco mais abaixo que,

“As organizações são vistas como formas de realização dos objetivos e de preferências, numa visão instrumental centrada na orientação para a tarefa e na importância das estruturas organizacionais. Deste modo, a ação organizacional é entendida como sendo o produto de uma determinada decisão claramente identificada ou de uma escolha deliberada, em suma racional” (*ibidem:21*).

O autor salienta que embora o modelo racional não seja exclusivo da burocracia, prefere designá-lo por modelo burocrático “um modelo que estuda as organizações como organizações burocráticas” (*ibidem:21*). Para tal, argumenta ainda a consideração do modelo burocrático ou da organização burocrática “como tipo mais puro do modelo racional tem ainda a vantagem de possibilitar a concentração da nossa atenção num modelo teórico e não tanto em modelos normativos em que idênticas aceções de racionalidades estão presentes (o Taylorismo e a escola clássica, em geral)” (*ibidem:21*). No tocante ao *modo de funcionamento díptico da escola como organização*, confere o autor que

“compreendia-se que a burocracia centralizada do ministério, nem sempre se constituía em poder organizacionalmente realizado e que, enquanto forma de dominação racional- legal, legítima (autoridade), ela era confrontada com outros tipos de racionalidade e com outras conceções de legitimidade” (*ibidem:45*).

Abaixo esclarece o autor apresentando em detalhes tal reflexão.

“Em termos de modelos teóricos de análise, a solução consubstanciada encaminhou-se, desta forma, para um compromisso entre a perspectiva burocrática (a consideração das determinações formais e dos respetivos constrangimentos impostos) e uma perspectiva que pudesse contemplar a organização e os atores, a ação organizacional, outro tipo de estruturas e de regras, em suma, uma esfera de autonomia relativa ao nível da organização” (*ibidem:45*).

E. Silva (2004:219), ao estudar o ensino superior angolano, convoca o modelo burocrático e chega a conclusão de que,

“uma ideia - chave que prevalecerá é a de que estes dois sistemas (burocrático e o político) constituem ‘almas gémeas’ uma vez que são exercidos pelos mesmos atores organizacionais, a nível das várias estruturas, com os mesmos instrumentos, sistemas e lógicas de poder, embora geralmente com objetivos opostos no que se refere a regulação da dinâmica organizacional”.

No que concerne ao modelo em análise, Bernoux, (s.d.:123) também contribuiu com subsídios relativamente ao aprofundamento de variadíssimas ideias que até hoje servem de suporte para investigações a nível científico e não só. Deste modo, o autor questiona-se:

“em que é que a burocracia, no sentido weberiano, permitiu o desenvolvimento da sociedade industrial? Porque ela coloca no centro da organização um modelo de comando de tipo racional e impessoal necessário ao funcionamento dos grupos quando atingem o tamanho e a complexidade das grandes sociedades” (*ibidem:123*).

É necessário perceber que, para este modelo, é importante que o líder ao exercer a autoridade, “não o faça sob influência de seus antepassados ou parentes mais próximos, mas sim o faça por mérito e por competência” (*ibidem*). Segudamente, apresentamos o modelo político de análise organizacional

#### **2.4. O modelo político de análise Organizacional**

O modelo político apresenta um enquadramento teórico bem diferente do modelo burocrático, como aponta E. Silva (2004:232) ao referir acerca do modelo político, “embora reconhecendo a existência de uma estrutura, de autoridade, considera que esta é apenas uma das bases de poder dentro da organização, e não necessariamente a mais importante”. Deste modo, ao contrário da abordagem democrática que tem como foco principal a cooperação, “o modelo político põe em realce o carácter endémico do conflito e considera como que o líder pode retirar o seu prestígio da defesa de interesses particulares e por se concentrar na totalidade do sistema” (*ibidem:232*). A estrutura organizacional apoiando-se na teoria política, salienta que a mesma, “não se apresenta como estável nem está concebida para satisfazer os critérios de eficácia organizacional, refletindo antes em cada momento, os interesses dominantes” (*ibidem:232*).

Já na perspetiva de J. Costa, (1996:73) ao abordar em prol dos modelos políticos de organização, sustenta que os mesmos “afirmam-se a partir de um conjunto de indicadores que os defensores deste modelo organizacional apontam como caracterizadores da organização escolar”. Deste modo, destaca

“a escola como um sistema político em miniatura, cujo funcionamento é análogo ao das situações políticas existentes nos contextos macro-sociais; os estabelecimentos de ensino são compostos por uma pluralidade e heterogeneidade de indivíduos e de grupos que dispõem de objetivos próprios, poderes e influências diversas e posicionamentos hierárquicos

diferenciados; a vida escolar desenrola-se com base na conflitualidade de interesses e na conseqüente luta pelo poder; Os interesses (de origem individual ou grupal) situam-se quer no interior da própria escola, quer no seu exterior e influenciam toda a atividade organizacional; as decisões escolares, tendo na base a capacidade de poder e de influência dos diversos indivíduos e grupos desenrolam-se e obtêm-se, basicamente, a partir de processo de negociação; Interesses, conflito, poder e negociação são palavras - chave no discurso utilizado por esta abordagem organizacional" (*ibidem:73*).

Nesta ótica, foram efetuadas várias análises para melhor compreensão dos modelos políticos. Para tal, é importante perceber que dentro do modelo político, existe uma grande relação de forma sistemática entre os conceitos de interesse, conflito, mudança, poder, estratégia e táticas, que passaremos a decifrar de seguida.

#### **2.4.1 Interesses**

Ao aflorarmos este conceito, é importante percebermos que já vários estudos foram efetuados em torno do mesmo. Neste âmbito, G. Morgan (2006:153) nas suas investigações, afirma que "ao se falar a respeito de 'interesses', fala-se sobre um conjunto complexo de predisposições que envolvem objetivos, valores desejos, expetativas e outras orientações e inclinações que levam a pessoa a agir em uma e não em outra direção". O autor também adverte que "no quotidiano tende-se a refletir sobre os interesses de modo especial, ou seja, enquanto áreas de importância que se deseja preservar ou ampliar ou, então, enquanto posições que se deseja proteger ou atingir" (*ibidem:153*). Com o exposto, pode-se concluir que desde sempre os interesses fizeram parte das nossas vidas, por isso o autor foi mais a fundo ao sustentar que,

"vivemos no meio de nossos interesses, frequentemente percebendo os outros como 'intrusos', engajando-nos prontamente em ataques ou defesas destinados a sustentar ou melhorar nossa posição. O fluxo da ação política acha-se intimamente relacionado com esta maneira de posicionamento pessoal" (*ibidem:153*).

O autor ainda aponta três domínios interligados e relativos a tarefas, carreira e vida pessoal na organização como: *Interesses da tarefa* que se identificam pelo facto de estarem ligados com o trabalho que alguém deve desempenhar. *Interesses de carreira* que somente podem ser independentes do trabalho que está sendo desempenhado. Pondo em evidência "as suas personalidades, atitudes próprias, valores, preferências, crenças e conjunto de comprometimento com o mundo exterior, permitindo que estes *interesses extra- muro* configurem a forma de agir tanto em relação ao cargo, quanto à carreira" (*ibidem:153*). Estas relações defendidas por G. Morgan existentes entre os três

conjuntos de interesses, “são melhores percebidas se forem analisadas dentro de uma situação específica” (*ibidem:154*).

Precisa-se perceber que normalmente os interesses divergentes podem gerar conflitos, sendo que estes podem ser visíveis ou invisíveis no contexto organizacional.

### **2.4.2 Conflitos**

No que tange às filosofias sociais, desde os tempos remotos, até aos atuais, a questão do conflito ocupou sempre um lugar essencial. É, nesta base, que P. Birnbaum afirma que “desde logo, invoca as antinomias clássicas entre integração e rotura, consenso e dissenso, estabilidade e mudança, de tal forma a oposição entre conflito e ordem se inscreve no próprio fundamento do sistema social” (Birnbaum, 1995:225). O autor em suas reflexões vai mais além ao pronunciar-se que “pode-se pelo contrário, avançar a ideia segundo a qual não só o conflito pode assentar simplesmente na oposição objetiva de interesses antagônicos, como ainda os atores têm muitas vezes uma ‘falsa consciência’ dos seus interesses reais e, por consequência, do verdadeiro confronto em que se deveriam realmente empenhar” (*ibidem:238-239*). Situações do género são também refletidas por outros autores. Relativamente ao que se pensa a respeito do conflito, G. Morgan (2006:159) contribuiu com grandes subsídios para o progresso do termo. Neste caso, o autor argumenta que “o conflito aparece sempre que os interesses colidem. A reação natural ao conflito dentro do contexto organizacional é vê-lo comumente como uma força disfuncional que pode ser atribuída a um conjunto de circunstâncias ou causas lamentáveis”. Continua ainda dentro do conceito conflito dizendo que “é uma questão de personalidade. Existem rivais que estão sempre colidindo”. Desta feita, “o pessoal de produção e o pessoal de marketing não conseguem jamais conviver” bem como “os auditores e os contadores não detestados por todos”. O conflito é visto como um estado de infortúnio que em circunstâncias mais favoráveis desapareceriam (*ibidem:160*).

Na vida do ser humano, os conflitos, bem como as contradições, sempre estiveram presentes. Neste caso, as organizações nunca estiveram de fora, por serem compostas e geridas por homens. É, nesta base, que o autor argumenta que,

“o mesmo pode ser pessoal, interpessoal ou entre grupos rivais e colisões. Pode ser construído dentro das estruturas organizacionais, nos papéis, nas atitudes e nos estereótipos, ou surgir em função de recursos escassos. Pode estar explícito ou implícito. Qualquer que seja a razão e qualquer que seja a forma que assuma, a sua origem reside em algum tipo de divergência de interesses percebidos ou reais” (*ibidem:160*).



Com o exposto, é também imprescindível frisar o intercâmbio que possa existir nas organizações, pelo facto de em muitos casos as políticas a utilizar nas mesmas serem provenientes a partir de conflitos de poder históricos e sociais, tornando as organizações como o centro desses mesmos conflitos. Nesta ótica, atendendo ao paradigma do conflito defendido por C. Gomes, (1989.:34) em que afirma que “conforme o nome indica, enfatiza os processos dissociativos da sociedade”. Deste modo,

“exemplifica uma fábrica em que de um lado, as pessoas que nela trabalham participam de vários processos sócias que as mantêm unidas, trabalhando e aceitando a autoridade dentro de certos limites. De outro lado, este grupo apresenta competição entre as pessoas por um semi-número de posições, possui rivalidades pessoais, tensões entre empregados e patrões, disputas motivadas por salários, condições de trabalho, etc.” (*ibidem:34*).

Com o exposto, o autor mostra-nos que a ideia aqui apresentada, pauta-se na perspetiva de que ao exemplificar a fábrica dá-nos a imagem de como funciona, apresentando as diferentes componentes de trabalho, isto é, “trabalham em conjunto, o consenso, a interdependência e a cooperação” são determinantes, dando a possibilidade de “até certo ponto a teoria não esconder os conflitos existentes na organização mas encara como problemas que podem ser resolvidos através de processos interativos” (*ibidem:35*).

Outra ideia que aqui também é referenciada, relativamente ao conflito, é a que é defendida por J. Carvalho, (2006:29), que afirma que “uma potencial consequência da interdependência é o conflito pois apesar das partes trabalharem sobre o mesmo objetivo genérico, cada uma delas pode procurar atingir resultados individuais diferentes, por vezes antagónicos, baseado em ideias distintas e interesses divergentes”. Por isso, não basta trabalhar, é preciso também que se encontre mecanismos que possam servir de elo de ligação para possíveis situações que possam ocorrer das mesmas. Nesta vertente, o autor faz referência à negociação como fator fundamental para a solução de possíveis conflitos que surjam no intercâmbio entre os humanos. Assim, Carvalho (2006) afirma que “na verdade, a negociação não deixa de ser uma forma de gestão do conflito. Aproximando as partes dos resultados que, por simples aprofundamento de lados e perspetivas opostas, nunca chegariam a existir” (*ibidem*). Desta feita, faz referência ao fator interação como ferramenta essencial na relação de interdependência entre indivíduos e entidades e que pode influenciar decisivamente na forma como se chegam aos resultados. Para Carvalho, os conflitos são identificados de diferentes formas, bem como cada um apresenta a sua função específica. Sendo assim destaca cinco modalidades em que o conflito

pode se apresentar: “Conflitos intra-pessoais e intra-psíquicos, conflitos inter-pessoais, conflitos intra-grupos e os conflitos inter-grupos” (*ibidem:30*).

Mas o conflito não pode ser unicamente pensando na vertente negativa, embora este na maior parte das vezes sobressai. É, nesta ótica, que o autor discorre da ideia de que “da gestão do conflito é usual reter apenas, e normalmente, os efeitos nocivos na medida em que implicam desperdícios de sinergias ou porque bloqueiam muitas vezes a descoberta de soluções” (*ibidem:31*), embora se possa também encarrar o conflito como catalisador na perseguição de metas na obtenção de resultados. Mas adiante continua o autor sustentando que

“se, por um lado, o conflito pode construir uma porta fechada ao entendimento entre indivíduos e grupos, por outro lado funciona como um ‘monitor’ do jogo de poder entre as partes, que medem forças reforçando a interação, desafiando-se na procura de soluções alternativas e estimulando a resolução de problemas pela descoberta de novas informações e de factos relevantes para a negociação” (Carvalho 2006:31).

Não obstante ao que aqui foi frisado, os conflitos podem ser geridos, de maneiras que se possa encontrar equilíbrio entre as partes envolvidas, satisfazendo seus interesses.

Assim, percebe-se que o conflito gera mudanças, estas podem ser positivas ou negativas, isto é, dependentemente dos resultados que apresentar.

Deste modo, relativamente à mudança, pode-se afirmar que esta problemática é antiga, desde os tempos remotos sempre provocou preocupações entre os atores envolvidos em determinadas situações. “Há oposição entre o permanente, o existente, aquilo de que se parte e que remanescerá forçosamente dos traços, mesmo quando uma mudança se realiza, e, por outro lado, o novo, as maneiras de fazer desconhecidas, mais para as quais nos encaminhamos” (Bernoux, s/.d.:211). Em seus estudos, o autor refere-se à mudança nas organizações e não diretamente da mudança social como fenómeno de sociedade. A mudança, as estratégias e o poder são conceitos que complementam-se, pelo facto de só haver mudança quando são utilizadas estratégias que a possam facilitar na sua execução. Surge o poder para manter e fazer cumprir as leis estabelecidas. É, nesta vertente, que P. Bernoux (s/d:214) afirma que “não se pode mostrar concretamente a introdução das mudanças sem pôr em jogos as estratégias dos atores e as suas apostas, sem mostrar os jogos de poder no interior dos sistemas que se apoiam sobre as incertezas, sem a insistência na autonomia do fenómeno organizacional”. O autor ainda discorre sobre este assunto ao afirmar que “a mudança no interior da organização é explicada como uma mudança das regras e das relações, provenientes ou não do

exterior e pressionado e constringendo os atores” (*ibidem:215*). Relativamente à definição de mudança, pode-se começar pelo conceito mais básico do termo. Neste caso, definir-se-ia o termo mudar como defende o autor “é entrar numa relação diferente com o outro. Esta nova relação é construída” (*ibidem:220*). Continuando, define a mudança “como uma aprendizagem de novas regras de relações” (*ibidem:232*). O autor foi sempre mais profundo em suas análises, neste caso volta a definir o termo mudança, afirmando que a mesma “consiste na criação de novas regras, que se constroem na ação, mas também em função do imaginário do grupo” (*ibidem:233*). É importante também perceber que a medida que os indivíduos vão procurando novas formas de se relacionar uns com os outros, vão mudando as suas estratégias de vida, ou mesmo de trabalho. No entender de P. Bernoux (s/d.:233)

“Não é verdade que, que em geral os indivíduos tenham medo da mudança. É verdade, pelo contrário, que todos os atores que não dominem pelo menos uma parte da mudança só se envolverão nela depois de uma análise estratégica em termos de poder e de alianças”.

De acordo com os ideais de P. Bernoux (s/d: 217) “numa análise da construção de uma mudança, o ponto de partida para a análise estratégica é incontornável”. Esta é a razão pela qual a necessidade de abordar a estratégia como aspeto essencial no processo organizacional é fundamental.

### **2.4.3 Estratégias**

Relativamente às estratégias, precisa-se entender que a utilização das mesmas, leva a inovações. Sendo assim a “conceptualização de estratégia de inovação depende logicamente, da perspectiva dominante de promoção de mudança educativa” (Bolívar, 2003:110). Ainda refere o autor que “as estratégias distinguem-se das inovações específicas de menor alcance, que seriam mais propriamente *táticas* (objetivo a curto prazo) a utilizar no contexto de uma estratégia que lhe dê sentido” (*ibidem:110*). Necessário é também perceber que as estratégias e as táticas caminham juntas, complementando-se uma a outra como sustenta o autor um pouco mais a baixo,

“as estratégias proporcionam um quadro de referência para resolver os problemas dentro de uma planificação do desenvolvimento; as táticas são um conjunto específico de atividades exigidas para levar a cabo as estratégias. As táticas, portanto, assemelham-se aos planos operativos, que funcionam em quadros de referência mais amplos (estratégias), com uma visão da forma como resolver os problemas” (*ibidem:110*).

Deste modo, as estratégias são usadas, sempre que se quer melhorar determinada situação. No que tange a melhoria das escolas, aponta (Bolívar, 2003:111) “qualquer esforço de melhoria da escola precisa, sempre, de algum tipo de estratégia que ajude a articular uma sequência de componentes em planos operativos de ação”. O autor atribui realce às estratégias, afirmando que “uma estratégia implica ter uma imagem, mais ou menos definida, do que se pretende que aconteça e, partindo de uma análise da situação à partida, irmo-nos progressivamente aproximando daquilo que consideramos ser o ‘melhor’” (*ibidem:111*). Para que se promovam estratégias, deve-se antes de mais planificar para que haja êxitos no que se deseja alcançar, “deve haver articulação entre o conjunto de atividades envolvidas, num determinado tempo e contexto” (*ibidem*). Como já foi referenciado anteriormente, as estratégias não caminham só, diz o autor que “uma estratégia não deve operar num universo vazio no que diz respeito à gestão, em que meios e fins se identifiquem” (*ibidem*). Quanto ao que se pretende mudar, há que se ter em conta dentro das estratégias a função de determinados fins e conteúdos. Quanto a sua tipologia refere A. Bolívar (2003:113) que existem diversas tentativas de classificar as estratégias de inovação. Atendendo-nos a uma que gozou de ampla aceitação, distingue-se as seguintes:

a) *Dirigidas as pessoas enquanto indivíduos, ou a escola na sua totalidade*: o dilema aqui é saber se a inovação e melhoria é, em primeiro lugar, uma tarefa individual dos professores ou se, para que esta se dê, terão de se verificar alterações enquanto organização.

Dá também maior realce às outras estratégias como a de investigação que funciona como alternativa a projetos centralizados de desenvolvimento curricular, que se orienta humanisticamente, para o professor enquanto indivíduo, enquanto ‘investigador’ na sala de aulas (*ibidem:113*).

b) *Coercivas, empírico – racionais e reeducativas*: estas têm como foco principal impor, a partir de instâncias do poder administrativo, a mudança educativa (*ibidem*). Continua afirmando que as estratégias “reeducativas” destinam-se a consecução do compromisso dos implicados com a melhoria, estimulando e gerando contextos que contribuam para a reorientação das atitudes e dos modos de agir (*ibidem*).

c) *Conforme se orientem para uma ou outra fase do processo de inovação (iniciação, desenvolvimento e institucionalização)*.

No tocante as estratégias surge outro conceito defendido por L. Carvalho, *et al* (2015:84) Em que a estratégia é tida “como a forma como a organização se vai posicionar no mercado onde atua,

para alcançar as suas metas e objetivos.” Os autores argumentam ainda que o conceito estratégia “teve origem no ambiente militar, tomando como referência um líder militar que tem de dispor as suas tropas e recursos num campo de batalha, face ao seu inimigo, de forma a ganhar a batalha” (*ibidem:84*). As estratégias podem ser apresentadas de diferentes formas, isto é, dependentemente do contexto. No entender de G. Berg, & P. Pietersma, (2015:35), o diálogo estratégico

“é um modelo genérico em oito passos para formular e executar estratégias. Trata a estratégia como processo necessário de formulação e execução. Centra-se no conteúdo e no processo: fazer as coisas certas e fazê-las de forma certa. É um processo interativo com uma abordagem que conduz a escolhas, ao mesmo tempo que mantém as opções em aberto”.

No que concerne às estratégias, bem como a micropolítica utilizada nas escolas pelos professores no decurso de suas carreiras, é preciso perceber que as estratégias são componentes que se fazem sentir em todas áreas da vida social, principalmente, quando o assunto é resolução de problemas e que a finalidade é encontrar soluções. Para S. Ball, (1987:172) as estratégias “são meios interessantes no que concerne a micropolítica da instituição, pois suas estratégias e táticas supõem um conhecimento de, uma intervenção na estrutura micropolítica”. O autor, ao se referir às estratégias, referia-se a exemplos defendidos por Lyons em que,

“afirma que um indício de motivação orientada as questões de carreira fornecem a conduta global da comunicação na escola. Os professores que não ocupam posições elevadas e que se destacam por sua comunicação com outros, provavelmente sejam também os que tenham maiores aspirações a longo prazo no que concerne as suas funções certificando-se de uma elevada visibilidade entre seus superiores tratam deliberadamente de fazer-se notar. Também devia dizer-se que estas estratégias competem com seus colegas por escassas oportunidades de promoção” (*ibidem:172*).

No que se refere à realidade Angolana, é de salientar que atualmente a preferência para a nomeação de diretores jovens nas escolas é um facto, e assim verifica-se por eles atraírem mais atenção e talvez por pensar-se que com estes haverá inovações e, também, por vezes por apresentar um currículo bastante interessante no exercício de suas funções. Embora nem sempre tudo o que referimos possa ser real e este ser um perigo para a instituição a dirigir. Neste caso, é importante que se desenvolvam estratégias para orientar os pressupostos que sirvam de orientação para as possíveis promoções em termos de carreiras. É, nesta perspectiva, que S. Ball alega que “parece claro que as estratégias individuais finalmente podem ser infrutífero sem o apoio ativo dos colegas de rank maior de dizer sim a um patrocinador. Quando se trata de mover-se entre escolas, de patrocínio pode ser de

maior importância, no caso de promoção interna tal apoio pode ser decisivo” (*ibidem:172*). Nesta base é importante que tanto os que apoiam e apoiados ganhem vantagens na decisão.

#### **2.4.4 O Poder**

Numa primeira parte do nosso trabalho, convocamos M. Weber (s/d.:113) que faz referência ao poder, definindo-o como “a possibilidade de impor a sua própria vontade, numa relação social, contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade”. O autor continua ainda afirmando que “o conceito de poder é sociologicamente neutro. Todas as qualidades possíveis de um homem e de toda a espécie de constelações de possibilidades podem colocar alguém em posição de impor a sua vontade em dada situação” (*ibidem:113*). Outras abordagens foram efetuadas em torno do conceito poder, como afirma, M. Weber (2004:175) ao se referir da ordem jurídica por sua configuração, sustenta que a mesma influencia a *distribuição do poder* dentro da comunidade em questão. Este poder pode ser económico ou não. Assim define "poder" genericamente, “como a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta”. Naturalmente, o poder “economicamente condicionado” não é idêntico ao “poder” em geral. O autor também discorre sobre esse assunto ao afirmar que,

“O surgimento do poder económico pode, antes pelo contrário, ser consequência de um poder já existente por outros motivos. E o poder, por sua vez, não é buscado exclusivamente para fins económicos (de enriquecimento), pois o poder, também o económico, pode ser apreciado ‘por si mesmo’, e, com muita frequência, o empenho por ele está também condicionado pela ‘honra’ social que traz consigo. Mas nem todo poder traz honra social” (*ibidem:176*).

É notório que nem sempre o prestígio foi a base de poder económico embora, em muitos casos, é confundido. “A ordem jurídica pode garantir, além do poder, também a honra” (*ibidem:176*). É perceptível com o exposto, que o poder desde os tempos remotos esteve sempre presente na vida do ser humano, para manter a ordem social. Deste modo, pode-se entender, que pensar em poder é ter a percepção de que tal conceito é abrangente e com vários campos de aplicação. Este é aplicado, tanto do ponto de vista da natureza, como o poder sobre os seres humanos, como nos faz referência F. Chazel, (1995) que “dentro deste segundo registo, podemos focar o nosso interesse tanto sobre o domínio de si mesmo, de que dá prova de um agente particular, como sobre o poder de que dispõe face aos outros atores”. Neste sentido, o autor esclarece que a noção de poder serve aqui a maioria das vezes,

“para designar a *capacidade*, por parte de um determinado actor, de conseguir os resultados visados e em particular, de realizar ações eficazes” (Chazel, 1995:121).

Para Hobbes, alega Chazel que “o poder de um homem (se tornarmos a palavra num sentido universal) consiste nos meios presentes de obtenção de um bem aparente no futuro”. O autor continua afirmando que “este tipo de definição apresenta, a nosso ver, um triplo interesse fundamental” (*ibidem*:121).

Também relativamente ao poder, temos outras interpretações nomeadamente L. Carvalho *et al* entendem como “a capacidade de influenciar os outros na organização e que está para além da autoridade formal. É sempre desejável que quem tem autoridade formal também detenha poder das outras pessoas da organização, como tal é reconhecido poder” (Carvalho, *et al* 2015:144).

Os autores sustentam ainda que, “o reconhecimento do poder é atribuído pelas outras pessoas – estes reconhecem qualidades próprias, como sejam, por exemplo a força física, capacidades técnicas, habilidades interpessoais, capacidade de persuasão” (*ibidem*:144).

## **2.5. Tipologias de Poderes**

Tendo como princípio as bases do poder nas relações sociais assimétricas A. Afonso ao referir de modo específico às tipologias de poder, afirma que

“o estudo do poder enquanto ação de imposição, subordinação ou capacidade de influência que implica relações assimétricas entre e dentro de unidades sociais diversificadas-podendo ir dos pequenos grupos informais ao Estado, passando pelos partidos políticos, instituições e organizações formais, têm interessado, ao nível macrossocial, sobretudo à Economia, ao Direito, à Ciência Política e à Sociologia Política e, ao nível microssocial, sobretudo, à Teoria Organizacional e à Psicologia e Sociologia das Organizações” (Afonso,1991:21).

Partindo de uma forma mais geral, pode-se perceber que as ciências sociais referidas anteriormente contribuíram bastante ao encarar o poder enquanto “fenómeno inerente e imprescindível à própria estrutura organizacional dos grandes centros de decisão, sejam eles o Estado-Nação, ou as diferentes instâncias internacionais e supranacionais” (*ibidem*:21). Importa também salientar que a sociedade como tal, é marcada por diferentes formas de poderes os quais outras ciências sociais se dedicam ao seu estudo. Resta-nos também perceber que os poderes que nos interessam aqui frisar, são os que estão diretamente relacionados com as organizações que apresentem objetivos específicos, deste modo podemos exemplificar as escolas, hospitais, entre outros. Nesta vertente, o autor salienta

que “outras ciências sociais preocupam-se, sobretudo com os poderes dispersos na sociedade” (*ibidem:21*). Desta feita, não teria sentido falar do poder sem referenciar Weber, pelo facto de ser um dos importantes percursos da sociologia e também pelo grande contributo que exerceu na análise das organizações. Se formos a uma análise superficial, podemos observar que a forma como os superiores controlam e influenciam os seus subordinados, pode ser considerado como poder. A. Afonso ao referenciar o poder, tendo em conta as análises efetuadas por A. Etzioni e por French & Raven, sustentam que

“o poder é a influência que um agente social O (ex.: um indivíduo, um grupo, uma norma, etc.) pode exercer sobre uma pessoa P numa dada situação a. Essa influência, que poderá ser medida em termos de mudança, constituir-se-á em *controlo positivo*, se ocorrer no sentido desejado por O, e em *controlo negativo* na hipótese inversa. Ou seja, a mudança decorrente da influência de O/P não vai, necessariamente, no sentido do controlo ou da ordem social como parece estar subjacente em Etzioni, uma vez que para este autor o poder corresponde, em princípio, somente ao poder que se traduz em *controlo positivo*” (*ibidem:24*).

Relativamente no que se refere às tipologias aplicadas ao contexto escolar e baseando-se concretamente ao poder exercido pelo professor, A. Afonso parte da ideia de que “alguns autores têm procurado esclarecer sociologicamente as relações sociais que se processam no interior da escola como organização, criando tipologias de poder específicas ou recriando e adaptando a esse contexto educativo algumas tipologias gerais” (*ibidem:26*). São vários os tipos de poderes referenciados, dentre eles podemos destacar os que mais são utilizados nas escolas como o poder *normativo* como o próprio nome já o faz referência, visa estabelecer normas que possam regular e orientar os trabalhos e atividades efetuadas tanto para professores como para alunos e funcionários em geral. Na opinião do autor a aplicação de normas aos alunos, pode aproximar-se a um modelo de organização coerciva, principalmente se os interesses forem divergentes e o eventual desacordo entre meios e fins se traduzir, por parte dos alunos, numa clara recusa de aceitação às normas. Neste caso, quando os alunos partilham os valores da escola, e aceitam as normas ali implementadas, está-se perante o *poder normativo*, e também quando reconhecendo aos professores a capacidade de utilizar e promover estímulos e prémios simbólicos que aqueles valorizam, alega o autor. Em muitos casos, a utilização do poder normativo principalmente no ensino deixa de ser eficaz pelo facto de reduzir a autoridade do professor e os alunos simplesmente apegarem-se às normas estabelecidas pela instituição. Para o autor, “considera-se que o uso do *poder normativo* é mais adequado em classes ou escolas de crianças, pois pressupõe um controlo mais parecido com aquele que é utilizado na família, fundamentando-se numa grande necessidade de segurança e afeto por parte das crianças, para quem



os pais ou os professores são, frequentemente *outros significativos*" (Afonso, 1991:26). O *poder normativo-social* parece resultar nas escolas onde a existência de adolescentes é um facto, pelo simples facto dos mesmos perceberem e darem maior importância ao professor. Desta feita, enfatiza o autor ao afirmar que "todas as escolas asseguram a submissão ao combinar o poder normativo e o poder coercitivo, variando apenas a ênfase em um outro tipo de poder, consoante a faixa etária, já que os alunos da escola básica tendem a aceitar os valores da escola e do professor com mais facilidade do que os da escola secundária" (*ibidem*:27). Apegando-se às diferentes formas às quais o poder tem a sua aplicação, A. Afonso, sustenta que

"enquanto que o *poder do cargo* (legítimo ou institucional) é o que permite que o professor determine, por exemplo, os métodos de estudo, as regras de trabalho e de comportamento do aluno na sala de aula e também fora dela, o *poder de coerção* é o que possibilita que o professor utilize punições ou restrinja a liberdade dos alunos. Por outro lado, o *poder de recompensa*, que se baseia na utilização de estímulos positivos, e o *poder referente*, que decorre da eventual identificação do aluno com o professor, implicam ambos a possibilidade do aluno retirar satisfação da relação pedagógica e são uma fonte de poder extremamente importante, sobretudo em faixas etárias mais baixas. Por último temos o *poder de especialista* baseia-se no reconhecimento e valorização, por parte do aluno, do fato de o professor saber mais e ter um conhecimento aprofundado num determinado domínio" (Afonso, 1991:27).

Para o autor, "poderíamos dizer que o poder do professor será tanto maior quanto mais diversificadas forem as bases em que ele se sustenta e quanto maior for a congruência entre as bases de poder do professor e as finalidades do nível do sistema educativo em que exerça a sua atividade" (*ibidem*:31). Referentemente ao que já foi exposto anteriormente, é de salientar que o conceito de poder não se apresenta de uma maneira uniforme, mas com várias faces como nos mostra M. Reed ao afirmar que "poder continua a ser um conceito que embora usado em excessos, é um dos menos compreendidos da análise organizacional. Ele fornece as bases ideológicas e epistemológicas para uma teoria de organizações que contrasta, profundamente, com as narrativas analíticas e modelos interpretativos previamente discutidos" (Reed, 1999:74). Em outras análises, o autor vai mais além ao abordar a ideia de que "a perspectiva do poder também questiona os pressupostos unitaristas que são inerentes aos modelos racionalista, orgânico e de mercado, pois conceitua a organização como uma arena de interesses e valores conflitantes, constituída pela luta de poder" (*ibidem*). As diversas facetas a que o poder se apresenta, fizeram com que muitos autores se pronunciassem em relação à questão.

### **2.5.1. O Poder do Professor na organização escolar**

Atendendo ao facto das ciências sociais terem como foco principal o estudo dos fenómenos sociais, cabe-nos também referir que um dos seus conceitos mais usados é o *poder*. Nesta ótica, refere J. Formosinho que “os fenómenos sociais podem ser interpretados como ações de poder” (Formosinho, 1980:300). É de perceber que este poder também tem salvaguardado o seu lugar no sistema social da educação.

No que tange à definição de poder, é importante salientar qual os termos autoridade e poder apresentam uma estreita relação. É, por isso, que o autor afirma que “as distinções entre poder e autoridade são tantas como as definições desses conceitos e autores há que por causa desta confusão terminológica, renunciam a qualquer distinção” (*ibidem:303*). Mas se pusermos em destaque o nível organizacional, essa distinção se justifica. O autor vai mais além ao justificar que “o poder exercido pelos chefes tem algo de específico. Aliás a autoridade põe com mais acuidade o problema da sua legitimidade que o poder”. Nesta vertente, “não opomos autoridade a poder; preferimos encarar aquela como uma das formas possíveis deste” (*ibidem:303*). É, nesta ótica, que é proposto o conceito amplo de poder no qual cabe a autoridade. Enfatiza ainda o autor que o *poder* pode ser definido como “o potencial que A tem de levar B a fazer aquilo que A quer e *autoridade* como o poder baseado em posições oficiais de chefia ou comando” (*ibidem*). É, importante também sabermos quais são as bases ou fontes de poder, isto é, “aquilo em que A se baseia para obter a adesão de B ao seu projeto” (*ibidem:303*).

### **2.5.2. Tipologias das Bases de Poderes do professor**

Para este caso, pode-se afirmar que são várias as classificações das bases do poder e também podemos argumentar que são vários os autores que se dedicaram ao estudo da mesma, mas J. Formosinho (1980:304) propôs uma classificação baseada em seis tipos de poderes, como: *o poder físico, o poder material ou remunerativo, o poder pessoal, o poder cognoscitivo, o poder normativo e o poder autoritativo ou autoridade*, que passaremos a descrever. Estes poderes aqui mencionados, são os que seleccionamos, pelo facto de “tratar-se de tipos puros, pois os atos de poder utilizam componentes de mais de um tipo”. O autor se torna mais concreto, quando vai mais além ao afirmar que,

“se olharmos para o total do poder disponível num grupo ou num indivíduo, constatamos que ele é uma combinação dos vários tipos ou dito doutro modo, que ele se apoia em várias bases (física, normativa, etc.). Esta classificação pode assim ser usada tanto para caraterizar

*tipos de poder, como para identificar as bases do poder de um grupo organizacional ou de um indivíduo” (Formosinho 1980:304).*

Deste modo, passaremos a seguir aos diferentes tipos de poder.

### **2.5.3. Poder Físico**

Como o próprio nome nos faz referência, podemos entender como poder físico, “aquele que se baseia na superioridade física”. Também constata-se, que num contexto organizacional ele é pouco utilizado, normalmente é usado por alguém que possui uma superioridade e que está em posição de autoridade, “ele é físico- autoritativo” (*ibidem:304*). Temos como exemplo deste tipo de autoridade, os castigos físicos usados nas escolas (ex: palmadas). Para o autor, “não se trata somente de casos típicos de poder físico, mas de ações em que a componente autoritativa é tão ou mais importante que a componente física” (*ibidem:304*). A pedagogia moderna tem discutido cada vez mais em torno da legalidade do uso do poder físico-autoritativo nas escolas. E em Portugal, parece haver um certo consenso acerca da proibição do uso do castigo corporal. Já nas escolas do mundo ocidental, “é evidente o decréscimo do uso do poder físico autoritativo” (*ibidem:305*). Em Angola, os castigos corporais têm vindo a diminuir consideravelmente, embora ainda haja casos em minoria como refletem os dados declarados por F. Zau (2009) que argumenta que “não raras vezes, os encarregados de educação de crianças matriculadas em escolas públicas e privadas do ensino primário do nosso País, manifestam a sua indignação pelo facto de haver professores, que, sistematicamente, recorrem ao uso de castigos corporais para punir os alunos”. Mas também esclarece que “as razões que estão por detrás do uso de castigos corporais, não deixam, evidentemente, de estar ligadas ao modo como na sociedade, se vem processando a relação entre as gerações mais adultas e as mais jovens, sem perdermos de vista que os professores, independentemente do seu papel como interventores sociais de excelência, são parte integrante do meio social em que estão inseridos” (Zau, 2009) e que toda a sua conduta deve ser exemplar de modo que possa despertar interesse aos alunos para posteriormente seguir a profissão e não só.

### **2.5.4. Poder material ou remunerativo**

Neste tipo de poder, os bens materiais são os que prevalecem como essenciais, neste caso o autor define este poder como “aquele que se baseia em recompensas materiais, geralmente monetárias”. Afirma-se também que este “existe em todas as organizações (excepto nas associações

voluntárias) e é a base do contrato que liga o indivíduo na hierarquia organizacional” (*ibidem:305*).

Tendo em consideração a realidade portuguesa, o autor argumenta que,

“mas talvez uma pequena nota se justifique sobre o modo como o poder remunerativo é exercido sobre os professores portugueses- temos em mente sobretudo os professores do ensino preparatório e secundário. Eles são funcionários públicos, pagos pelo governo central, e não são funcionários da escola (como nos colégios particulares), nem da comunidade local (como os professores primários em alguns países), nem das autoridades regionais educacionais (como em Inglaterra, por exemplo). Em Portugal, nem a sua colocação nem a sua promoção dependem da escola, a não ser em certas situações excepcionais” (Formisinho, 1980:306).

Outra característica que também concorre para esta tipologia de poder é o poder normativo.

### **2.5.5. Poder Normativo**

Este caracteriza-se como o próprio nome faz referência, “é aquele tipo de poder que A faz apelo a normas e valores para obter de B o que ele (A) quer”. Este apelo pode se apresentar de diferentes formas, neste caso pode ser, a normas morais, religiosas, jurídicas, profissionais, estéticas, de convivência social, cívicas, de cortesia, etc. Este tipo de poder “também podem ser apelos da espera do normativo relacionadas com valores e com ideologias. Daí que se possa distinguir, para efeito da nossa análise, *entre poder normativo moral e normativo ideológico*” (*ibidem:307*). A importância do poder normativo advém porque “ele é o contexto de legitimação dos vários tipos de poder sobretudo do autoritativo” (*ibidem:307*). É notório que, neste tipo de poder normativo, a autoridade se faz presente de forma muito profunda. O autor vai mais além ao sustentar a ideia de que

“a escola ao transmitir uma certa referência normativa, transmite com ela a ética do próprio uso do poder. Dada toda esta envolvimento com a esfera do normativo e a ligação da educação com os valores, é natural que a escola seja palco das confrontações ideológicas da sociedade e até um campo privilegiado para o confronto dos diferentes grupos políticos-partidários (por exemplo, as eleições para os Conselhos Diretivos ou para as associações de estudantes)” (*ibidem:308*).

Aparentemente o poder normativo parece fácil de utilizar, mas o autor nos vem esclarecer que “uma das suas principais dificuldades é que para ser operante é necessário que A e B partilhem o mesmo código”. É, nesta que “dada essa dificuldade, não é de estranhar que o professor actual possa tender-se a ver-se como o instrutor (transmissor de conhecimentos) mais do que como o formador e socializador (transmissor de normas e valores)” (*ibidem:308*).

### **2.5.6. Poder Cognoscitivo**

O termo cognoscitivo nos vem alertar que este é um poder que tem a ver com conhecimentos. É nesta vertente que J. Formosinho afirma que é este tipo de poder que se baseia nos conhecimentos técnicos e que a sua base são os conhecimentos adquiridos através de estudo, treino e experiência por isso lhe chamamos «cognoscitivo» (Formosinho, 1980:308-309). Nas organizações, este tipo de poder tem crescido e também tem se dado maior importância, devido a crescente e complexas tarefas produtivas as quais implicam uma divisão do trabalho que cada vez se torna maior e que a obtenção de resultados efetivos só é efetuado com a correspondente especialização técnica. Desta feita, passou-se a valorizar mais os técnicos na organização. O autor afirma que “este tipo de poder é o fundamento das profissões liberais e que no centro da definição sociológica da profissão está sobretudo, o poder cognoscitivo e quanto mais reforçarmos esta base do poder dos professores, mais encaminhamos esta actividade de profissionalização” (*ibidem:309*). Continua afirmando que “esta base será tanto mais reforçada quanto mais conhecimentos forem considerados necessários para o exercício das tarefas docentes normais” (*ibidem:309*).

### **2.5.7. Poder Pessoal**

Se partirmos do pressuposto de que “cada pessoa é única”, podemos afirmar que o poder pessoal “é aquele que se baseia nas características afectivas, temperamentais e de personalidades próprias de cada individuo. Características que têm a ver com o que ele *é* e não com o que ele *tem* (força, riqueza, conhecimentos) ou onde *está* (cargos, estatutos). Características que estão para além das suas crenças e valores” (*ibidem:310*). O autor também nos vem alertar que,

“a atual ênfase nos aspectos de ajuda e interação da relação pedagógica vem pôr em relevo claramente a base pessoal do poder do professor. A evolução da pedagogia no sentido de ter em conta os interesses dos alunos, de respeitar a sua personalidade e valorizar o aspecto bilateral do processo ensino-aprendizagem tem contribuído para chamar a atenção para a base pessoal do poder pessoal do professor” (*ibidem:310*).

Podemos também concluir que em certos períodos tem se verificado “a massificação do ensino, o que pode mostrar que no sistema educativo actuam eficazmente pressões internas, para além das externas” (*ibidem:310-311*).

### **2.5.8. Poder de autoridade**

Relativamente a este poder, J. Formosinho (1980) é da ideia de que este “baseia-se na posição oficial de superioridade formal de A em relação a B. É sentido intuitivamente que o poder exercido por pessoas em posição de chefia tem algo de específico” (*ibidem:312*). No que tange à organização, o autor é da ideia de que “qualquer organização tem um padrão da distribuição da autoridade que contrasta com o do poder por ser visível, formal, claro e constante. Daí ser mais fácil estudar a distribuição da autoridade numa organização que a distribuição da totalidade do poder disponível” (*ibidem:312*). Analisando, podemos concluir que existe uma relação entre o poder normativo e o autoritativo

### **2.5.9. O Poder por Influência**

Do ponto de vista da atividade micropolítica, S. Ball (1987:41) afirma que “a tomada de decisão não é um processo racional abstrato que pode ser exposto em um gráfico organizativo; é um processo político”. Relativamente ao que se considera dados na exploração da escola como organização,

“são as ideias, experiências, significados e interpretações dos atores sociais envolvidos. Neste caso, esses atores são quase exclusivamente professores. Concordo que isto significa deixar de lado a maioria dos que participam dos dramas sociais da educação- os alunos- e omite o papel dos secretários, porteiros, auxiliares e outros. Também admito que os alunos e outros que trabalham na escola desempenham um papel de micropolítica da vida escolar. A fim de alcançar uma profundidade que aparece necessária em esta esfera, só pode haver justiça aos que estão óbvia e diretamente implicados nos aspectos organizativos da escola: os professores” (*ibidem:42*).

Já no tocante as tipologias de poder no geral, G. Morgan (2006:163) deu seu parecer relativamente ao mesmo, definindo, o poder como “o meio através do qual conflitos de interesses são afinal, resolvidos. O poder influencia quem consegue o quê, quando e como”. Dentro das organizações é importante reconhecer a importância que o poder influencia para abordar e explicar assuntos. Afirma o autor que “enquanto algumas pessoas vêem o poder como um recurso, por exemplo, como alguma coisa que alguém possui, outras o vêem como uma relação social caracterizada por algum tipo de dependência por exemplo, como um tipo de influência *sobre* coisa ou alguém” (*ibidem:163*).

G. Morgan destaca algumas fontes de poder dentro das organizações que dão aos membros da mesma uma variedade de meios para aplicar os seus interesses, resolvendo ou perpetuando os conflitos organizacionais, tais como:

“a autoridade formal, controle sobre recursos escassos, uso da estrutura organizacional, regras e regulamentos, controle do processo de tomada de decisão, controle do conhecimento e da informação, controle dos limites, habilidade de lidar com incerteza, controle da tecnologia, alianças interpessoais, redes e controle da ‘organização informal’, controle das contra – organizações, simbolismo e administração do significado, sexo e administração das relações entre os sexos, fatores estruturais que definem o estágio da ação o poder que já se tem” (*ibidem:165*).

Conclui o autor que “um burocrata pode exercer o poder como resultado da posição formal que mantém” (*ibidem:165*). Nesta perspectiva surgem também L. Carvalho, *et al* (2015:144) discorrendo sobre este assunto ao identificarem tipologias de poder como:

- Legítimo: é o poder do gestor baseado na estrutura hierárquica formal.
- Coercivo: poder baseado no medo, que pode ser exercido através da capacidade de demitir, restringir movimentos, ou acesso a recursos, atribuir trabalho indesejável.
- Recompensa: é o poder baseado na capacidade de distribuir recompensas sobre qualquer forma e que é valorizada pelos outros.
- Especialista: poder baseado no reconhecimento de capacidades únicas ou conhecimentos ou habilidades.
- Referência: poder baseado na identificação de que determinada pessoa detém recursos desejáveis ou características pessoais.
- Informação: poder baseado na retenção total ou transmissão parcial de informação em situações em que os outros não têm acesso.

Outro autor que contribuiu também bastante para o desenvolvimento da temática foi M. Carvalho (2014:19) que com suas ideias chegou a conclusão de que,

“uma definição de poder que dê conta de que o comportamento do subordinado se define em consequência do modo de reclamação, permite-nos cair na conta de que outra forma o poder poderia ser ampliado indefinidamente. O recurso ao contrapoder tem por função limitar a própria eficácia do poder, tornado - o mais restrito, como se qualquer manifestação de poder provocasse uma manifestação oposta”.

A passagem a seguir esclarece mais ainda a questão do poder, visto que, o mesmo tem como foco principal estabelecer a ordem dentro de uma organização, as decisões ali tomadas não entrarão

em vigor por si mesmas, imprescindível seria que os superiores hierárquicos o fizessem de maneiras a manter a ordem.

Para M. Carvalho (2014:20) “o poder pode ser representado como *relação conflitual* quando os sujeitos que a integram, tomados individualmente, adquirem um duplo estatuto de forma simultânea, e são um obstáculo e uma necessidade incontornável.” Ainda acrescenta afirmando que “esta forma de poder evidencia a presença de incompatibilidades, mesmo que parciais, que os interesses, orientações e motivações diferenciadas traduzem” (*ibidem:20*).

O poder, na perspetiva de, L. Lima (2011:118), remete-nos para os conceitos de politicidade e poder e aborda a assessoria como a forma que remete

“por um lado, uma subalternidade de funções (apoio, auxílio ou assistência a alguém) e por outro lado, para o poder do conhecimento, para a competência assessorial legitimada em termos periciais, isto é, para o estatuto do especialista que estuda, traça cenários, planeia, prepara a decisão, aconselha os decisores políticos legítimos e os superiores hierárquicos nas organizações formais”

Continua também com o raciocínio de que,

“à primeira vista, a assessoria deteria o saber, mas não poder, ou seja, teria uma legitimidade cognoscitiva sobretudo centrada na seleção dos meios ou recursos mais eficazes e eficientes com vista a alcançar um determinado fim ou objetivo, mas faltar-lhe-ia a legitimidade política para tomar a decisão final e para escolher entre fins ou objetivos alternativos” (*ibidem:118*).

Já em outro estudo, L. Lima também oferece seus subsídios relativamente à temática *poder e* por esta razão, afirmamos que Lima foi um dos autores que se dedicou no estudo do poder e politicidade que ao se pronunciar em torno da assessoria em educação que é um dos aspetos que caracteriza estes conceitos, apresenta-o como um tema pouco atual e ignorado por muitos em termos de estudos. Mais também clarifica que a “Assessoria” tendo em conta a mitologia grega,

“correspondia a uma divindade, embora subalterna. Com efeito, a assessoria remete por um lado, para uma certa subalternidade de funções (de apoio, auxílio ou assistência a alguém) e por outro lado, para o poder do conhecimento, para a competência assessorial legitimada em termos periciais, isto é, para o estudo do especialista que estuda, traça cenários, planeia, prepara a decisão, aconselha os decisores políticos legítimos e os superiores hierárquicos nas organizações formais” (Lima, 2011:118).

Neste caso vai mais adiante e afirma que “a primeira vista a assessoria deteria o saber, mais não o poder, ou seja, teria uma legitimidade cognoscitiva sobretudo centrada nos meios ou recursos



mais eficazes e eficientes com vista a alcançar um determinado fim ou objetivo, mas faltar-lhe-ia a legitimidade política para tomar a decisão final e para escolher entre fins ou objetivos alternativos” (*ibidem:118*). A tomada de decisão na revolução de um determinado assunto não é realizada de forma arbitrária, existem regras e procedimentos a cumprir. É, nesta vertente, que o autor ao se referir ao que já foi exposto “a legitimidade política para tomar a decisão final” afirma que

“a menos, eventualmente, que o regime da tomada de decisões assumisse claramente uma feição tecnocrática, tendendo o poder de decisão tomado como legítimo a coincidir com a busca da solução técnico-científica considerada óptima em termos genéricos (*the one best way*). Em tal caso, porém, o processo de despolitização da decisão, ou a política do não político, afastaria os decisores legítimos e, em última instância, inviabilizaria a deliberação democrática, o que não significa que esta não exija, crescentemente, a ponderação crítica das conclusões científicas e técnicas” (*ibidem:118*).

Portanto, se pode concluir que o poder sempre esteve presente implícita ou explicitamente em todas as esferas da vida social.

#### **2.5.10. O Poder *informal* dos alunos nas organizações escolares**

Relativamente ao poder centrado nos alunos, é de salientar que para além deste, precisa-se também perceber que o poder como tal, encontra-se presente em quase todas as organizações e nas organizações escolares é um facto, visto que é indispensável e quase sempre é utilizado por todos, mesmo por pouco que seja. É, nesta perspetiva, que A. Afonso, (1991:33) afirma que “os professores não são destituídos de poder, também não são donos de um poder absoluto”. Embora sejam eles a dirigir o processo do ensino, os alunos apresentam-se como sendo os atores mais importantes dentro do processo educativo pelo facto de se apresentarem em maior número que os professores e também porque sem a sua presença não é possível o processo de ensino, o que lhes permite obter uma maior fonte de poder em relação aos professores (*ibidem:33*). Vai mais além ao pôr em destaque os diferentes estudos sociológicos, alegando que “têm posto em evidência o *poder informal* dos alunos que se concretiza, por exemplo, na capacidade que têm de, em certas circunstâncias, manipular os professores e interferir ou condicionar os estilos e métodos de ensino, bem como chegar a impor a sua própria vontade” (*ibidem:33*).

É necessário percebermos que tudo isto não se dá de forma brusca, mas existem passos a seguir para entender tais comportamentos que dizem respeito a esses grupos juvenis. No que tange ao poder do grupo, afirma A. Afonso, que

“a principal fonte do poder do poder dos alunos é o grupo. A constatação da existência e importância dos grupos de pré-adolescentes e adolescentes, parece ser consensual, embora

nem todos os estudos, como é evidente, lhes atribuem as mesmas funções e características, ou interpretem da mesma maneira a natureza das relações sociais que se processam no seu interior ou entre os seus membros e a sociedade adulta” (Afonso, 1991:34).

O autor, tendo por base os dois conceitos, o de *conjunto de interação* e o de *subcultura* analisadas por Viv Furlong, sustenta que estes dois conceitos “não são incompatíveis e devem ser vistos, sociologicamente como importante forma e fonte de poder dos alunos, respetivamente” (*ibidem:35*). Na mesma linha de ideias afirma que

“assim, o poder de um aluno na sala de aula pode avaliar-se pela sua capacidade de mobilizar *conjuntos de interações*, mas esta capacidade pode estar associada a outros fatores, entre os quais o fato desse mesmo aluno pertencer, eventualmente, a subculturas em certos estudos como *sub-culturas anti-escolares*, e que, sendo temida pelos outros alunos e até pelos professores, podem impor algumas condições na definição da *situação* ao invés da sala de aulas. Neste caso estaríamos indiretamente, em presença do *poder de grupo*” (*ibidem:35-36*).

Baseando-se nas relações sociais que os alunos desejam estabelecer entre si dentro da sala de aulas, uma série de análises devem ser efetuadas, como nos faz referência o autor, justificando que o poder de mobilização de conjuntos de interação, pode ser entendido “como uma forma de atualização de outros tipos de poder dos alunos: o poder de grupo (exterior à sala de aula) ou o poder físico e o poder pessoal (como fatores que não podem dissociar-se do contexto da sala de aula)” (*ibidem:36*). Mais adiante, o autor esclarece também a ideia de que,

“de qualquer forma, só a observação do contexto da interação pode esclarecer o poder ou poderes que são exercidos pelos alunos numa situação dada, uma vez que, independentemente de uma certa possibilidade de previsão ou antecipação dos comportamentos, cada sala de aula é *sui generis* no seu funcionamento e não costuma ser fácil, sob o ponto de vista metodológico, ter acesso à trama de representação e significados que nela se desenvolvem” (*ibidem:36*).

Analisando, pode-se verificar que a resistência à mudança é um dos aspetos que tem vindo a marcar as organizações de uma forma geral, e as escolas não estariam de fora pelo facto das mesmas estarem representadas tanto por professores, como por alunos e outros componentes que completam o seu organograma. Neste caso, pode-se verificar a resistência dos alunos na sala de aula, quando os mesmos “resolvem ‘resistir’ a ação pedagógica de um determinado professor” (*ibidem:37*). Este é um dos exemplos que mais se aproxima à realidade de resistência.

Precisamos também perceber que os poderes dentro da sala de aulas não se apresentam de uma forma uniforme, mais apresentam desequilíbrios, assim como algumas características. Neste caso, ao comparar a sala de aula a uma colmeia, A. Afonso, (1991:39) faz um breve comentário afirmando que,

“todavia, ao contrário das interações dos elementos de uma colmeia que frequentemente agem e desenvolvem seus papéis pré-determinados de forma natural e no sentido de um interesse comunitário, a sala de aula, não raras vezes, oculta relações interpessoais conflitivas, devido às formas de imposição e exercícios do(s) poder(es) dos atores, e às próprias características do contexto ‘sumamente normativo’ em que se desenvolvem”.

Algumas das características próprias deste contexto destacaremos um pouco mais abaixo, afirma o autor:

- *A desigualdade como condição de relação pedagógica*: aqui, é preciso perceber que para que haja aulas dentro da escola(turma) é necessário que se ponha em destaque a presença tanto do professor e dos alunos. Desta feita, cabe-nos também referenciar a ideia de que “a desigualdade de poder entre professor e alunos é, sem dúvidas, o traço mais expressivo da estrutura social da sala de aula” (*ibidem*:39). Sendo assim,

“não é suficiente afirmar que a natureza das relações sociais na sala de aula é (ou deve ser) essencialmente assimétrica. É preciso, também, que certas características sociológicas dessas relações o demonstrem suficientemente e, depois retirar daí as necessárias inferências sob o ponto de vista pedagógico” (*ibidem*:40).

- *O caráter coactivo da interação*: O autor parte da ideia de que atendendo as interações que ocorrem na escola entre os intervenientes do processo docente educativo (professor e aluno), “estão submetidos alguns constrangimentos que em parte, podem condicionar (e também explicar) muitos acontecimentos que ocorrem ou se repercutem nas salas de aula”. O autor vai um pouco mais além ao fazer uma análise a qual o aluno é constrangido face à interação. Nesta perspectiva esclarece que “o aluno é constrangido à interação e ao contrário do que acontece noutras situações, não pode livremente iniciá-la ou interrompê-la sem que incorra em algum tipo de sanção” (*ibidem*:40).

- *Uma rotulagem moral e académica dos alunos*: Este item é caracterizado pelo simples facto de apresentar “um importante indicador que permite concluir pela natureza assimétrica das relações sociais numa dada situação educativa é a presença de processos (por vezes extremamente subtis) que conduzem a uma categorização ou estigmatização de certos alunos” (*ibidem*:41).

- *A estratégia da distância social*: No que tange a esta característica, é de tamanha importância salientar que atendendo aos diferentes métodos e técnicas utilizados para a recolha de dados referentes às salas de aula, “têm permitido comprovar a existência de significativas variações na qualidade e quantidades de interações sociais entre professores e alunos” (*ibidem*:42).

- *As sanções disciplinares*: Para este caso, podemos afirmar que os professores para fazer valer a sua autoridade dentro da sala de aula, usam a sua autoridade como docente, em muitos casos usam o castigo físico, ameaça aos alunos, a punição.

Relativamente ao poder, podemos considerar que este tanto pode ser tomado de forma individual, como coletiva, tal como o processo de tomada de decisões. Atendendo a realidade escolar, S. Bacharach & B. Mundell são da opinião de que “até recentemente, os estudos das escolas, a partir duma perspectiva organizacional era dominado por orientações sociológicas e psicológicas que enfatizavam, respetivamente as estruturas organizacionais e os microprocessos dentro das escolas” (Bacharach & Mundell, 1999:123). É de salientar, que dentro das organizações ocorrem várias políticas as quais orientam os elementos envolvidos. São também postos em análise as micropolíticas que se têm ocupado do estudo da escola como organização política.

No que tange à definição de políticas, os autores afirmam ser

“os comportamentos ancorados em valores que orientam e dirigem ações específicas. Quer se manifestem como ideologias no sentido lato quer o façam enquanto políticas específicas, estes sistemas de valores (lógicas de ação) controlam implicitamente as decisões quer sobre os objetivos quer sobre os meios, ligando-os assim indiretamente” (*ibidem*:128).

Atendendo às perspectivas micro e macropolíticas da organização, S. Bacharach & B. Mundell (1999) são da opinião de que no contexto da sociologia, podemos definir *micropolíticas* “como a confluência de lógicas de acção diferentes dentro da organização. Por outras palavras, *as análises micropolíticas explicam como estas lógicas de acção são negociadas entre grupos de interesse dentro das organizações*” (Bacharach & Mundell 1999:133). Do mesmo modo, os autores fazem referência a perspectiva *macropolítica*, dentro do contexto da sociologia Weberiana definindo como

“a forma através da qual os grupos de interesse do exterior conseguem impor as suas lógicas de ação no interior da organização. *A análise macropolítica explica como as lógicas de ação que são geradas por grupos de interesse externos penetram nas organizações*. Assim, as subtradições das micro e macro podem ser ligadas conceptualmente pelo conceito de lógica de ação” (Bacharach & Mundell, 1999:133).

Baseando-se na definição exposta anteriormente e tendo em consideração a micropolítica, os autores fazem-na referência exemplificando-a dentro do contexto escolar. Nesta vertente esclarecem que

“numa área educativa em que os professores se vêem enquanto profissionais que dirigem as escolas, como se fossem instituições de ensino superior (a lógica da autonomia profissional), e em que os diretores vêem os professores como simples burocratas de segunda que executam ordens (a lógica da responsabilidade burocrática), a micropolítica será a arena onde este confronto será negociado entre estes grupos” (*ibidem*:133).

Na perspetiva de Hoyle, (1986:256-257) defendem os autores, que Hoyle fez outras análises, conceituando, deste modo, a micropolítica como a temática que *“engloba as estratégias pelas quais os indivíduos e os grupos, nos contextos organizacionais, procuram usar seus recursos de poder e influência para levar mais longe os seus interesses. Os elementos principais da micropolítica são: interesses, conjunto de interesses, poder e estratégias”*. Uma outra análise fazem os autores, tendo também em conta a temática da micropolítica argumentando que

“a micropolítica refere-se ao uso do poder formal e informal por parte dos indivíduos e grupos, com vista a alcançar os seus objetivos nas organizações. Em grande parte as ações políticas resultam de diferenças empreendidas entre indivíduos e grupos, aliadas à motivação de usar o poder com o objetivo de influenciar e/ou proteger”( Bacharach, & Mundell, 1999:134).

No que tange ao poder micropolítico: autoridade e influência defendidas por Bacharach e Mundell, fazem referência aos diferentes grupos de interesses que podem defender diferentes lógicas de ação. Nesta ótica, defendem os autores que

“os diferentes grupos podem encarar as ideologias as políticas, meios, os objetivos de forma radicalmente diferentes. No melhor dos mundos, a lógica de ação dominante dentro da organização seria selecionada por um processo de decisão racional. Porém um mundo de racionalidade restringida e interesses estranhos, na maior parte das vezes, a lógica de ação organizacional emergente será o resultado de uma luta de poder entre grupos de interesse. Uma análise micropolítica tem, por isso, de delimitar as dimensões desta luta de poder”(Bacharach & Mundell, 1999:135).

Os estudos efetuados nos anos de 1980 por B. Bacharach & Lawler e que defendem S. Bacharach & B. Mundell em 1999, fazem referência ao poder e especificam que “o poder de tomar decisões nas organizações, tem sido muitas vezes analisado a dois níveis: autoridade e influência. A autoridade é o direito de tomar a decisão final; a influência consiste em tentar persuadir os que detêm

esta autoridade a tomar essa decisão, seguindo uma determinada via” (Bacharach & Mundell, 1999:135). Os autores vão mais além e clarificam que

“a autoridade baseia-se na posição que se ocupa na hierarquia formal, enquanto que a influência é mais informal e pode basear-se na perícia de cada um ou na posse de informação valiosa ou de outros recursos que podem ser trocados com os que detêm o poder de decisão. A determinação de quem tem autoridade para tomar a decisão final é um assunto estrutural e normativo, e é determinado pelo contexto institucional e organizacional. Contudo, a autoridade não cobre todas as contingências” (*ibidem*:135).

Voltando ao que se refere ao poder, pode-se perceber que o mesmo é caracterizado por várias dinâmicas, as quais os autores fazem referência quando sustentam que

“as dinâmicas do poder ocorrem quando os grupos de interesse com autoridade tentam impor as suas lógicas de ação a grupos de interesse com influência (uma maneira) e quando os que dispõem da influência tentam desviar-se daqueles que possuem autoridade (outra maneira). Uma dinâmica do poder pode ocorrer também entre dois grupos com autoridade (uma terceira maneira) ou entre dois grupos com influência (uma quarta maneira). Neste contexto as dinâmicas numa luta micropolítica entre dois grupos nas organizações têm de ser entendidas como a interação entre os tipos de poder usados por cada grupo” (*ibidem*:136).

De forma a concluir, podemos afirmar que o processo da micropolítica apresenta subjetividade, por não identificar seus protagonistas, enquanto para macropolítica deviam também clarificar mais, bem como o seu grupo de interesse. É, nesta base, que os autores afirmam que “as análises macropolíticas estão incompletas se não estiverem associadas às análises micropolíticas, a micropolítica não existe num vácuo, privada da macropolítica que a rodeia” (*ibidem*:149). Portanto, seria inútil frisar da micropolítica sem fazer referência a macropolítica, porque ambas complementam-se.

Também relativamente às autoridades a nível escolar, V. Paro (2000), é da opinião de que nas escolas, apesar da distribuição de papéis a que cada membro está inserido, não significa que tudo se faça e se compreenda de forma excelente, como nos revela mais adiante “isto não significa, obviamente, que o exercício da autoridade nos diferentes níveis se dê sem atritos em todas as relações entre as pessoas e grupos que interagem na escola” (Paro, 2000:77). Os conflitos, como sempre, se fazem presentes. O autor nas suas investigações fez bastante referências à autoridade e ao poder, baseando-se em estudos de Weber que definiu a autoridade como “a probabilidade de um comando ou ordem específica seja obedecido”, já o “poder significa a probabilidade de impor a própria vontade,

dentro de uma relação social, mesmo contra toda resistência e qualquer seja o fundamento dessa probabilidade” (*ibidem:77*). Paro é da opinião que

“na medida, então, em que o poder consiste numa potencialidade em influir no comportamento alheio, pode-se dizer que ter poder implica, mesmo que potencialmente, dispor de certa autoridade. A recíproca, entretanto, não é necessariamente verdadeira: o facto de alguém ser investido de autoridade, ou seja, probabilidade de ter cumpridas determinadas ordens, não significa que essas ordens representem a sua vontade” (*ibidem:77-78*).

Em muitos casos, a autoridade a qual alguém possa exercer, pode-se dar o caso de que a mesma não surja simplesmente deste, mas de alguns elementos exteriores a ele que o possam influenciar. Quando assim acontece, esta autoridade somente é exercida única e simplesmente para impor a vontade de quem realmente ostenta o poder, embora este apresente relativa autonomia como gerente.

No que tange às críticas desenvolvidas por C. Estêvão relativamente ao modelo político, notamos que o autor parte da ideia de que,

“o facto de haver em qualquer organização uma diversidade de interesses que os actores perseguem por vias frequentemente diferenciadas, este modelo considera que a actividade política é uma dimensão essencial das organizações, a par do reconhecimento de que a autoridade formal é apenas uma das fontes de poder e de que os conflitos são *normais* e se constituem em factores significantes da promoção de mudanças. Por outro lado, reconhece-se que a participação dos actores pode ser intensa mas simultaneamente inconstante e que as metas organizacionais são ambíguas e sujeitas a interpretações políticas nem sempre coincidentes, emergindo fundamentalmente de processos de negociação, pactos e lutas, sendo concretizadas ainda por condutas diferentes” (Estêvão, 1998:184).

A este processo de negociação ao qual também serve para caraterizar este modelo, em muitos casos é executado quando a possibilidade de tomada de decisão é evidente, razão pela qual a imposição deixa de exercer seu papel e o processo de negociação, principalmente por base a determinados interesses, passa a ser a via fundamental para a resolução de certos problemas, embora nem sempre o fator transparência vem a ser a peça fundamental por se procurar estabilidade, por intermédio de discursos. Por isso, o autor salienta que “aplicado às organizações educativas, o modelo político realça-as como construções sociais, como arenas de luta de liberdade” (*ibidem:186*). Mas também,

“apesar da relutância que é pressentida em algumas abordagens na aplicação deste modelo, à análise destas organizações educativas privadas, estas não podem deixar também de revelar, em maior ou menor grau, a poliformia e policentricidade do poder organizacional e a

sua difusividade, a autoridade limitada, as micropolíticas, as interdependências estratégicas, os processos e dinâmicas pelos quais as políticas e os interesses são estabelecidos por negociação entre blocos de poder a alocação política preferencial da decisão em determinados grupos ou pessoas, a possibilidade de ocorrência em conflitos em decisões críticas a importância dos grupos de interesse externos” (*ibidem:188*).

Outra visão que também vem ser imprescindível para as críticas deste modelo, é a ideia de que “as políticas organizacionais se restrinjam a programas de planificação e interacção entre quadros e membros da organização; e a que o problema do poder passa a ser descrito sobretudo como uma questão de deslocamento do poder legítimo quando há falhas noutros subsistemas ou quando as expectativas dos detentores e influência não encontram resposta no interior destes mesmos sistemas” (*ibidem:188*).

No que concerne ao estudo da articulação e tensões entre o burocrático e o político, verifica-se que ambos têm duas realidades da mesma situação dando origem a conclusões a que o modelo da ambiguidade aflora com mais profundidade E. Silva, (2004:234) esclarece ao afirmar que:

“Devido ao carácter conformizador e de subordinação a burocracia pode ser vista aqui como agindo ‘centriamente’, isto é, capaz de lidar com um elevado número de casos de uma maneira uniforme, através da categorização. Além disso, através da gestão e da supervisão, transforma os objetivos normativos em objetivos operativos facilitando a sua compreensão e execução”.

A passagem a seguir esclarece mais ainda a ideia de que “as forças centrífugas são as que baseando-se na desarticulação, no dissenso e no conflito, promovem a autonomia dos indivíduos e, concomitantemente a expressão dos seus interesses divergentes que podem mesmo ter origem na ambiguidade e na não consensualidade dos objetivos” (*ibidem:234*). É de salientar, que o autor sustenta em suas ideias que estas forças aqui estudadas “são tanto mais fortes quanto menos as pessoas dependem umas das outras para cumprir as suas tarefas, ou quanto maior for a sua autonomia, como acontece nas burocracias profissionais” (*ibidem:235*).

Dentro de qualquer organização, várias lógicas podem aparecer que de qualquer maneira entram em choque uma das outras para um melhor controlo a nível organizacional. No entender de E. Silva “o confronto gera divisões até ao momento em que se resolve o conflito. Neste sentido, os dois sistemas o (burocrático e o político) funcionam como formas organizacionais com ação de sentido contrário” (E. Silva, 2004:235) É, exatamente isso que o autor descreve um pouco mais abaixo:



“Pode-se assim admitir em primeira mão uma ação conjugada destes dois sistemas, de que resulta uma potenciação dos efeitos desejados, isto é, de um lado o sistema burocrático confere formas legais a medidas e decisões produzidas na esfera essencialmente política, institucionalizando as políticas e, do outro, o sistema político dá cobertura a decisões administrativas ou técnicas tornando-as congruentes com o quadro político - ideológico vigente, promovendo o enquadramento destas decisões” (*ibidem:235*).

Resta-nos apenas salientarmos que, apesar de tais fragilidades apresentadas por Estêvão, julga-se também importante este modelo, na medida em que nos apresenta uma visão *sistemática da realidade*.

## **2.6. Modelo da Ambiguidade**

Na esteira de Torrinha (1998:68) a ambiguidade, é “a qualidade ou estado do que é ambíguo, ou seja, aquilo que pode ter mais do que um sentido ou significado”.

No entender de T. Bush, (2003:134 tradução nossa) “os modelos ambíguos incluem todos os pontos de vista que enfatizam incertezas, imprevisibilidades e dúvidas nas organizações, no entanto, não constituem ainda um conjunto coerente de conceitos na análise organizacional”. Os seus pressupostos básicos difundiram-se sobretudo a partir de algumas metáforas bem conhecidas: a) *garbage cans*; b) *organized anarchies*; c) *loosely coupled systems*. A partir destas metáforas é possível identificar os elementos centrais desta perspectiva que agrega as abordagens que realçam a incerteza e imprevisibilidade nas organizações. A ênfase está na instabilidade e complexidade da vida institucional. Estas teorias, segundo Bush (2003), afirmam que “os objetivos organizativos são problemáticos e que as instituições experimentam dificuldades em ordenar as suas prioridades. A ambiguidade é uma característica que prevalece nas organizações complexas, tais como as escolas e as universidades” (Bush, 2003:134 , tradução nossa).

Para o autor, os modelos ambíguos apresentam suas particularidades, assumem que a turbulência e a imprevisibilidade são características dominantes das organizações: “Não há clareza sobre os objetivos das instituições e seus processos não são propriamente compreendidos. A participação em volta do ambiente político é um fluxo de membros que optam pelas decisões e oportunidades” (*ibidem 134, tradução nossa*).

Assim, mais adiante o autor afirma que os modelos ambíguos apresentam as seguintes características: em 1º lugar “carência na clareza relativa aos objetivos da organização. Muitas instituições são criadas, mas têm objetivos inconsistentes e pouco esclarecedores” (*ibidem, tradução*

*nossa*); também, mais adiante destaca em 2º lugar que, os modelos ambíguos “assumem que as organizações apresentam uma tecnologia problemática, pelo que, os seus processos não são compreendidos adequadamente”. E, nesta base, percebe-se que “as instituições não são claras na forma como as expectativas emergem das suas atividades, isto é, nem sempre é certo, por parte das organizações de serviços, qual a necessária tecnologia fornecida aos clientes onde a tecnologia de modo a que as suas necessidades sejam satisfeitas” (Bush, 2003:134 tradução nossa). Assim, tal acontece com a organização escolar, quando a educação não é clara na forma como os estudantes adquirem os conhecimentos e habilidades no processo de ensino, concentrando-se dúvidas e incertezas. O modelo de ambiguidade na escola, na perspectiva do autor referenciando Bell (1980:188) que em suas investigações afirma que a ambiguidade se difunde nas funções centrais da escola:

“Os professores não têm certeza acerca da maneira que eles querem que os estudantes aprendam, acerca de que coisa têm de aprender e como, porque sobre todas as coisas a aprendizagem toma lugar. O processo de ensino é compreendido inadequadamente e, portanto, os alunos não podem aprender de maneira efetiva com as tecnologias básicas disponíveis nas escolas, isto é, nem sempre é compreendido devido a que seus propósitos são somente pouco reconhecidos (...) desde a tecnologia utilizada o processo de ensino aprendizagem é inseguro e se enfoca em ambiguidade” (Bush, 2003:136, tradução nossa).

Em 3º lugar, os teóricos ambíguos dizem que as organizações caracterizam-se pela “carência de fragmentação”. Neste caso, normalmente as instituições estão divididas em grupo que têm coerência interna, assente em valores comuns e objetivos. Os nexos entre os grupos são mais tênues e imprevisíveis (*ibidem*, tradução nossa).

Em 4º lugar, com a ambiguidade, “os modelos de estruturas organizativas consideram-se problemáticos”. Existe uma incerteza sobre o poder relativo das diferentes partes da instituição. As organizações, e outros corpos legais, têm direitos e responsabilidades que sobre passam a cada um deles, com autoridade designada aos diretivos individuais. Na educação, a validade da estrutura formal, como uma representação da distribuição do poder, depende do tamanho e complexidade da instituição.

Em 5º lugar, os modelos ambíguos “podem ser apropriados para as organizações profissionais de serviços a clientes. Na educação, os estudantes exigem as entradas dentro do processo de tomada de decisão, especialmente, donde esta tem uma influência direta na experiência profissional”. Neste âmbito, os mestres esperam ser responsáveis pelas necessidades dos seus alunos (*ibidem*:138, tradução nossa).

Em 6º lugar, as teorias ambíguas “enfazam a prevalência de decisões não planejadas. A carência de metas acordadas significa que as decisões não têm um enfoque claro. Os problemas, as soluções e os participantes interatuam e as eleições de certa maneira surgem da confusão”. Nesta senda, os modelos de ambiguidade enfatizam o progresso e descentralização. “Pela complexidade das organizações crê-se que muitas decisões devem ser devolvidas às subunidades de indivíduos. Os departamentos são relativamente coerentes e podem estar aptos para adotar rapidamente mudanças circunstanciais” (*ibidem:138, tradução nossa*). Com o exposto, verifica-se que a tomada de decisões descentralizadas permite insegurança nos níveis da instituição.

Vários autores têm se dedicado no estudo das organizações em diversas perspectivas, é o caso de Cohen, March & Olsen que definem as organizações à luz da metáfora da “anarquia organizada” como organizações ou situações de decisão caracterizada por três propriedades em geral (Cohen; March and Olsen, 1972:1),

“Consider organized anarchies. These are organizations or decision situations characterized by three general properties. The first is problematic preferences. In the organization it is difficult to impute a set of preferences to the decision situation that satisfies the standard consistency requirements for a theory of choice.

The second property is nuclear technology. Although the organization manages to survive and even produce, its own processes are not understood by its members. It operates on the basis of simple trial-and-error learning from the accidents of past experience, and pragmatic inventions of necessity.

The third property is fluid participation. Participants vary in the amount of time and effort they devote to different domains, involvement varies from one time to another. As a result, the boundaries of the organization are uncertain and changing, the audiences and decision makers for any particular kind of choice change capriciously”.

Ao fazer referência aos elementos articulados K. Weick faz menção a dois aspectos fundamentais que “frequentemente discutidos são acoplamentos técnicos (entre tecnologia, tarefa, função) que são acoplados a tarefas e autoridade (posições, escritórios, recompensas, sanções” que de alguma forma mantêm a organização unida” (Weick, 1976:4).

Dentro da instituição escolar a articulação é notória, como nos alerta o autor “é claro que muitos acoplamentos podem ser considerados nas escolas (professores-materiais, eleitores-escola, processo-resultado, professor-professor, etc). Qualquer modelo para explicar estes acoplamentos também teria que reconhecer a temporalidade e a variabilidade nesses acoplamentos, o que realmente complica as coisas” (*ibidem*).

Algumas funções ou mesmo (vantagens) de um sistema debilmente articulado, foram designadas pelo autor. Desta feita, acredita que os “sistemas debilmente articulados, apesar de confusos, têm funções válidas dentro das organizações”:

Pode permitir que partes da organização persistam (apesar das mudanças no ambiente). Por exemplo, os mandatos permitem que as pessoas continuem a governar, mesmo quando a população é contra ações específicas. (*ibidem*).

Em outra perspectiva, Weick (1976:5) entende a organização como uma articulação flexível de atores, recompensas e tecnologia que ajudam a explicar melhor como as organizações se adaptam a seus ambientes e sobrevivem em meio de incertezas. Assim, o autor, aponta algumas características acerca do que ele denomina de “loosely coupled systems” nas organizações educacionais, tais como:

1. “Slack times-times when there is an excessive amount of resources relative to demands;
2. Occasions when any one of several means will produce the same end;
3. Richly connected networks in which influence is slow to spread and/or is weak while spreading;
4. A relative lack of coordination, slow coordination or coordination that is dampened as it moves through a system;
5. A relative absence of regulations;
6. Planned unresponsiveness;
7. Actual causal Independence;
8. Poor observational capabilities on the part of a viewer;
9. Infrequent inspetion of activities within the system;
10. Decentralization;
11. Delegation of discretion;
12. The absence of linkages that should be present based on some theory\_ for exemple, in educational organizations the expected feedback linkage from outocome back to inputs is often nonexistent;
13. The observation that na organization’s structure is not coterminous with its activity;
14. Those occasions when no matter what you do things always come out the same\_ for instance, despite all kids of changes in curriculum, materials, groupings, and so forth the outcomes in na educational situation remain the same;
15. Curricula or courses in educational organizations for which there are few prerequisites\_ the longer the string of prerequisties, the tighter the coupling”.

No que tange ao aspeto educacional, “fracamente acoplado” como nos mostrou o autor, a possibilidade de haver dentro da organização a inexistência de coordenação no exercício de determinadas funções é inevitável, bem com as coincidências, pelo facto de não existirem regulamentos que possam servir de vetor orientador na realização das atividades a realizar e a espontaneidade em executar tarefas sem que haja contradição, pode ser também um facto por existir respostas não planificadas. O fator influência, dentro destas organizações, propaga-se muito

rapidamente por aparentar existir uma “desordem”, embora não seja o que se trate realmente. Pode-se também perceber que para este tipo de organizações, o que interessa são os fins e não tanto as formas como se produzirão estes fins.

Ainda na senda do sistema de acoplamento das organizações, o autor acredita que os sistemas fracamente acoplados, apesar de confusos, têm funções válidas dentro das organizações e fundamenta a sua posição apresentando as seguintes funções ou vantagens:

“Loose coupling allows some portions of organization to persist. Loose coupling lowers the probability that the organization will have to-or be able to-respond to each little change in the environment that occurs. The mechanism of voting, for example, allows elected officials to remain in office for a full term even though their constituency at any moment may disapprove of particular actions.

A second advantage of loose coupling is that it may provide a sensitive sensing mechanism. Thus sand is a better medium to display wind currents than are rocks, loosely coupled systems preserve many independent sensing elements and therefore ‘know’ their environments better than is true for more tightly coupled systems which have fewer externally constrained, independent elements.

A third function is that a loosely coupled system may be a good system for localized adaptation.

Fourth, in loosely coupled systems where the identity, uniqueness, and separateness of elements is preserved, the system potentially can retain a greater number of mutations and novel solutions than would be the case with a tightly coupled system.

Fifth, if there is a breakdown in one portion of a loosely coupled system then this breakdown is sealed off and does not affect other portions of the organization.

Sixth, since some of the most important elements in educational organizations are teachers, classrooms, principals, and so forth, it may be consequential that in a loosely coupled system there is more room available for self-determination by the actors” (Weick, 1976:6-8).

Ainda relativamente aos modelos de ambiguidade, o autor T. Bush (2003) faz referência à sua obra publicada em (1986) em que refere que “esta designação abrange todos aqueles modelos que enfatizam a incerteza, a imprevisibilidade, a instabilidade na complexa existência das organizações e que surgem, sobretudo, como uma reação aos modelos formais” (*ibidem:138*). Também enfatiza que neste mesmo ano, o autor elenca as principais características geradoras de ambiguidade na organização escolar:

“a falta de clareza relativamente aos objetivos da organização; a problemática da tecnologia e dos processos nas organizações educativas; a fragmentação das organizações em grupos com uma coerência, valores e objetivos comuns debilmente articulados; a estrutura é problemática e quanto mais complexa é a estrutura formal maior o grau de ambiguidade; a fluidez da participação nas decisões, o ambiente, o contexto como fonte de ambiguidade; a não planificação e a objetividade das decisões e a centralização que causa atrasos e incertezas nas decisões dentro da organização aprovando indiretamente a autonomia individual e grupal” (*ibidem*).

Para o mesmo autor, também a liderança nos modelos de ambiguidade não pode ser perspectivada segundo os modelos formais, “os líderes nos modelos de ambiguidade são facilitadores do processo de decisão, criando oportunidade de discussão dos problemas, de participação e de confronto de possíveis soluções - catalisadores ou mediadores num processo aberto” (Bush,1986:110).

Sendo assim, a escola como anarquia é caracterizada para J. Costa (1996:89) como uma realidade sócio- organizacional “complexa, heterogénea, problemática e ambígua”. Com efeito, é “constituída mais por uma sobreposição de diversos órgãos, estruturas, processos ou indivíduos frouxamente unidos e fragmentados do que por um todo. Vulnerável face ao seu meio externo, turbulento e incerto e funciona com base em: intenções e objetivos vagos, tecnologias pouco claras e participação fluida” (Costa 1996:89). Por outro lado, “a tomada de decisão não surge a partir de uma sequência lógica de planeamento, mas irrompe, de forma desordenada, imprevisível e improvisada, do amontoamento de problemas, soluções e estratégias” (*ibidem*). Continua o autor afirmando que, “diversos processos organizativos desenvolvidos pela escola (planificação, tomada de decisões, avaliação certificação), mais do que tecnologias decorrentes de pressupostos de eficiência ou de eficácia organizacionais, assumem um carácter essencialmente simbólico” (*ibidem*).

Ainda segundo o mesmo autor, assumindo formas tais como as de *anarquia organizada, sistema caótico e sistema debilmente articulado* e adaptando processos de tomada de decisão só claramente explicáveis à luz do modelo do *caixote do lixo*, o funcionamento da escola como anarquia revela-se particularmente *ambíguo, imprevisível e incerto*.

Assim, pelas razões acima referidas podemos afirmar que, tendo em consideração à J. Costa (1996), relativamente aos conceitos tradicionais da escola como organização, que esta opera uma rutura de segundo nível: há o reconhecimento do poder e do conflito, efetuado pela conceção política, que se acrescenta a da ambiguidade, da incerteza e da informal e ritual legitimação.

Podemos assim dizer que o modelo de ambiguidade requer muita atenção, pelo facto de estarem dentro dele diferentes *imagens e metáforas organizacionais*, como afirma Estêvão (1998:197)

“(…) os defensores deste modelo afirmam que os mecanismos estruturais formais nem sempre se apresentam muito conexos e que os sistemas de controlo se revelam com frequência mais débeis na ação do que é previsto nomeadamente no modelo burocrático racional”.

Ainda L. Lima (2003:46) ao se referir à *anarquia organizada*, esclarece de forma mais objetiva o conceito em detrimento de outros. Para ao autor, o termo “*anarquia* não significa má organização, ou mesmo desorganização, mas sobretudo outro tipo de organização (por contraste com a organização burocrática)”. Por outro lado, “também não significa uma ausência de chefe ou de direção, mas sim uma desconexão relativa entre elementos da organização”.

Já J. Costa (1996) desenvolve ideias relativamente a decisão organizacional vista como “caixote de lixo”, refere o autor que a mistura dos problemas e das soluções (lixo) num caixote depende, em parte, dos rótulos dos caixotes alternativos, do “lixo” produzidos no momento, na mistura de caixote é recolhido e retirado do local. J. Costa (1996:94) dá ainda maior realce a esta perspetiva sustentando que,

“a tomada de decisões não segue, portanto, os processos de sequencialidade lógica (do tipo da casualidade linear: *problema- objetivos- estratégias- negociação- decisão*) mas decorre no interior de um contexto situacional onde é manifesta a desarticulação entre os problemas e as soluções, entre os objetivos e as estratégias e onde confluem e se misturam desordenadamente problemas, participantes e oportunidades de escolha”.

O modelo da ambiguidade podemos assim dizer requer muita “atenção” em sua análise, pelo facto de estarem presentes dentro dele diferentes imagens e metáforas organizacionais diferentemente da imagem de muitos teóricos como nos revela C. Estêvão, que “em contraste com muitos dos teóricos dos sistemas racionais que atendem sobretudo à estrutura organizacional, os defensores deste modelo que os mecanismos estruturais formais, nem sempre se apresentam muito conexos e que os sistemas de controlo se revelam com frequência mais débeis na ação do que é previsto nomeadamente no modelo burocrático racional” (C. Estêvão, 1998:197). O autor ainda afirma que

“mas antes do modelo da ambiguidade anunciar seus princípios já outras abordagens tinham indicado esta menor consistência interna das organizações a começar desde logo pela distinção parsoniana dos três níveis de organização (institucional, de gestão e técnico) que, de algum modo, aponta para uma quebra qualitativa da linha de autoridade clássica uma vez que as funções realizadas em cada nível não coincidem” (*ibidem*:197).

Como se pode perceber, o modelo da ambiguidade é caracterizado, como nos revela o termo pela falta de clareza na resolução, bem como na tomada de decisões nos assuntos a resolver. Eis a razão de em muitos casos ser considerado de forma estranha de “caixote de lixo”, pelo facto de se considerar, pouco claro pela mistura dos “problemas e soluções, participantes e oportunidades de escolhas aparecem como fluxos relativamente independentes dentro e fora da área de decisão,

conjugando-se com o tempo e o ambiente externo” situação esta que fez com que C. Estêvão os abordasse em seus estudos, baseando-se na teoria do “caixote do lixo” (Estêvão, 1998:198). Para o autor,

“são de facto as características *anárquicas* relacionadas com ‘tecnologias pouco claras’, participação fluida’, ‘preferências insistentes e mal definidas’, ‘metas ambíguas’, que tornam as estruturas das organizações essencialmente problemática distinguindo-se os atores e as próprias organizações como entidades capazes de complementar a tecnologia da razão com a ‘tecnologia da insensatez” (*ibidem:198-199*).

É necessário também perceber que o facto do modelo da ambiguidade funcionar como “caixote de lixo”, não significa que não haja trabalho, nem entrega nos atores envolvidos, funciona sim a responsabilidade da gestão na organização, embora em certos casos os atores comportar-se-ão como catalisadores e negociadores, pelo simples facto de tomarem a negociação para a resolução dos problemas, apresentando deste modo uma planificação conturbada e lidar com os problemas a partir das soluções pré-existentes e em certos casos na tomada de decisões algumas serem mais valorizadas que a de outros. O autor, parte também da ideia de que

“a ambiguidade resultante, ora das metas e das incertezas do poder, ora da tecnologia utilizada e as dificuldades de aprender com as consequências das suas próprias ações, ora ainda da estrutura formal da organização e das incertezas do meio, ora, finalmente, das solicitações diferenciadas dos atores e da fluidez da sua participação, torna, na verdade, a estrutura organizacional altamente indefinida e complexa, pronunciando assim a sua radicalização posterior, tal como veio a acontecer em algumas propostas pós-modernas da ‘desconstrução” (*ibidem:200*).

Em forma de conclusão o autor não deixa de referir as vantagens e desvantagens de seguir este modelo para a gestão organizacional. Desta feita, conclui que:

“este modelo contempla um tipo de racionalidade que integra em grande medida, tal como o modelo político, a imprevisibilidade e o paradoxo de factos organizacionais, com algum menosprezo por vezes pelos processos rotineiros e pela estabilidade das estruturas, atribuindo a estas inclusive, outras funções que não as ligadas à mera eficiência. Além disso, o modelo da ambiguidade, tende a não considerar os processos organizacionais de modo tão claro, tão conflitual e tão interdependentes como o fazem, por exemplo, os teóricos do modelo político, o que vai dificultar, desde logo a sua aplicação quando o poder se assume como um fator crítico” (*ibidem:203*).

Relativamente ao que concerne a análise organizacional, é de mera importância salientar que uma organização “está necessariamente integrada, e atua, num ambiente dinâmico e complexo constituído por diversos fatores. Um ambiente dinâmico implica necessariamente adaptação e



mudança, e precisa de estar preparado para responder à mudanças” (Carvalho *et al*/ 2015:194). As mudanças são necessárias para dinamizar qualquer que seja a organização. O sistema de informação, as tecnologias, e a comunicação são os passos chaves os quais as organizações devem assentar em termos de mudanças.

A nível organizacional podem-se verificar várias mudanças. Distinguem-se as seguintes:

- “-Tecnologias, com alteração de processos de produção nos produtos;
- Produtos, com o desenvolvimento e/ou alteração dos produtos, de acordo com novas necessidades dos clientes, ou com a aposta no desenvolvimento dos produtos, de acordo com novas necessidades dos clientes, ou com a aposta no desenvolvimento de produtos diferentes, para conquistar novos mercados;
- Estruturas, com a alteração das características estruturais e dos procedimentos da organização;
- Pessoas e culturas, a alteração de formas de pensar e agir das pessoas e interiorização de novas normas e valores;
- Estratégia, com alteração de visão, metas e estratégias da organização” (*ibidem*: 195).

Como já nos referimos anteriormente, as mudanças são necessárias para todas as organizações. Deste modo, para que sejam efetivas,

“devem ser incorporadas na cultura da organização, para tal é importante que os sucessos da organização sejam associados à mudança e aos novos comportamentos, e devem ser desenvolvidos os meios e recursos necessários para assegurar o desenvolvimento da liderança” (*ibidem*:199).

Apesar de enormes esforços efetuados em algumas organizações, a resistência a mudança, sempre se fez sentir, pois, nunca se deve desistir em avançar com o projeto, perante situações do género, porque as consequências podem ser graves. Para L. Carvalho *et al* (2015:199), “a implementação de um processo de mudança irá sempre encontrar resistência dentro da organização, e quanto mais profunda for a mudança, mais forte será à mesma”. Continuando afirma o autor que a resistência à mudança pode ter diversas razões como:

- “- Características pessoais dos indivíduos, que os levam a: não querer romper com hábitos instituídos; preferência pela estabilidade e pelo conhecido; temer pela segurança do seu posto de trabalho; medo do desconhecido, da incerteza e de falhar; desconfiança e não compreensão da necessidade de mudança; e algum tipo de incompatibilidade com quem está a propor a mudança.
- Resistências organizacionais, nomeadamente: inércia estrutural; inércia do grupo; ameaça aos poderes instalados; e ameaça aos recursos estabelecidos” (*ibidem*:199).

Para lidar com a *resistência à mudança*, há que se utilizar diferentes estratégias que possam ajudar o desenvolvimento a nível organizacional. Neste âmbito, imprescindível seria que os elementos envolvidos tomassem conhecimento e consciência da importância da mudança para a organização, sensibilizá-los a envolverem-se mais, apoiando-os (estando mais próximo deles, esclarecendo suas dúvidas e respeitando suas opiniões) em alguns casos ser mais paciente e ceder aos seus desejos, dando lugares de destaque aos que lideram a resistência.

A passagem a seguir, esclarece mais ainda a estrutura organizacional, como afirmam L. Carvalho *et al* (2015:120) quando se referiam as grandes empresas, que apresentavam-se por diversos departamentos desenvolvendo funções específicas a nível empresarial. No trecho um pouco mais abaixo descreve que,

“a maioria das organizações têm departamentos de acordo com funções, por exemplo, vendas, recursos humanos, contabilidade, tecnologias da informação. A departamentalização de acordo com um critério específico é o processo de agrupamento de clientes, grupos especializados, atividades ou funções desenvolvidas dentro da organização, com o propósito de criar uma melhor coordenação”.

Tendo assim, a estrutura organizacional escolhida pela própria organização, “resulta de um processo de agrupar atividades, de agrupar recursos humanos (facilitando a cadeia de comando mas também a troca de informação e o controlo) e agrupar recursos físicos permitindo a sua partilha, sempre de forma a alcançar os objetivos da organização” (*ibidem:120*).

A nível organizacional, o trabalho por fragmentação dos departamentos é essencial para uma melhor coordenação e trabalho entre os membros que a compõem e se evitarem problemas que podem arruinar a organização. L. Carvalho *et al* (2015:121) afirmam que,

“quando nos referimos à estrutura organizacional visamos abordar a estrutura formal existente na maioria das organizações, ou seja, a estrutura onde estão claramente definidas a responsabilidade, a autoridade e a delegação. Em contrapartida, a estrutura informal é baseada em interesses comuns, crenças, tradições e valores sociais”.

No tocante a estrutura organizacional, precisa-se entender que a mesma não surge do nada, e não é estática, mas dinâmica, obedecendo deste modo alguns critérios, como no caso de criar “condições competitivas do meio ambiente onde a organização se insere, pelo seu crescimento organizacional, pelas novas tecnologias, pela missão, o seu propósito e estratégia” (*ibidem:142*).

Do mesmo modo, também os autores defendem que a estrutura organizacional “possibilita definir como as várias tarefas na organização são formalmente coordenadas, agrupadas ou distribuídas, ou seja, trata-se da representação formal da autoridade”. Embora esta (autoridade) tenha sido definida como “o poder legítimo que um superior hierárquico tem para dirigir os subordinados que lhe estão diretamente afetos” (*ibidem*:142).

É importante a compreensão de que cada líder a nível organizacional, tenha autoridade direta sobre seus subordinados, nesta linhagem de ideias, L. Carvalho *et al* (2015:143) defendem que, “para além da autoridade, também o poder contribui para fazer ‘as coisas’ acontecerem. Se a autoridade deriva da estrutura formal, as pessoas que detêm poder conseguem atingir os seus objetivos independentemente da estrutura formal”. No entender de E. Friedberg, (1993:354)

“mas por muito que as organizações se esforcem por ser anárquicas, incoerentes e libertas no seu seio, não deixam por isso de ser instrumentos de cooperação e ação coletiva, isto é, capaz de impor um mínimo de ordem, de previsibilidade e de regularidade ao fervilhar das estratégias de poder, individual e coletivos que se manifestam no seu interior”.

Moessinger (s/d.:170), abordando aspetos relacionados aos modelos organizacionais, afirma que “os modelos de organização servem antes de mais para pensar a organização. Refletem um certo estado dos conhecimentos. Ao interessarmo-nos por estes modelos e pela sua evolução, é também interessarmo-nos pela sua organização”.

Desta feita, o modelo da ambiguidade reflete-se pela falta de clareza distanciando-se do modelo da burocracia e do modelo político.

## **2.7. O Associativismo Estudantil no interior da Escola Secundária Portuguesa-conceções organizacionais<sup>9</sup>**

A participação dos estudantes na forma de associativismo, assumiu distintos rostos ao longo da sua história. A não participação discente nas escolas portuguesas do ensino secundário antes do 25

---

<sup>9</sup> Iremos recorrer à realidade Portuguesa por não existirem ainda estudos em Angola sobre o Associativismo Estudantil. Embora E. Silva, Secretário de Estado para o Ensino Superior em 2018 tenham se pronunciado junto ao Presidente da República em torno da importância do associativismo na valorização académica e na garantia do rigor da actividade estudantil. O responsável durante a cerimónia de abertura de um encontro de auscultação dos estudantes promovido pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação sob o lema “Reforçar a formação científica, patriótica e ética e cultivar a cidadania estudantil” declarou que “o trabalho do associativismo estudantil implica a mobilização, sensibilização cívica e patriótica, assim como o combate às más práticas académicas nomeadamente o plágio investigativo, a cábula, a indisciplina, o desrespeito as regras escolares, entre outras acções reprováveis” mas que também “as associações estudantis têm também o objectivo de desenvolver a consciência estudantil, tendo em conta as normas académicas, que se baseiam no rigor e são convívência entre os alunos” bem como “Reconheceu também a importância do docente no processo de ensino superior salientando que o professor é um profissional com responsabilidade de transmitir valores” in:

[https://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/educacao/2018/5/26/Realcada-importancia-associativismo-estudantil,568d9975-5e9f-47d8-8f49-c8a8c](https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2018/5/26/Realcada-importancia-associativismo-estudantil,568d9975-5e9f-47d8-8f49-c8a8c)  
acessado aos 25.06.2019.

de abril de 1974, foi alterada no período final do *Estado Novo* onde verificou que os fenómenos de participação tanto discente como docente,

“apresentavam-se como incongruente em relação ao contexto político e ao quadro jurídico-constitucional vigentes. Não considerada sob o ponto de vista normativo, de resto como os outros direitos elementares, como de expressão, de associação etc. (estes fortemente condicionados ), as formas de participação discente que é possível registar, surgem associadas principalmente a período de crise estudantil e social, manifestando-se quase sempre ao nível do ensino superior” (Lima, 1988:78).

Verifica-se que também em certas situações, pode-se dar o caso que em algumas escolas os movimentos estudantis sejam limitados e condicionados, bem como o processo democrático não se apresente como tal. Já após o 25 de Abril de 1974 dá-se reconhecimento à participação estudantil no ensino secundário, é deste modo que o autor faz referência, alegando que “a situação é diferente e é-o muito mais ao nível da participação discente na gestão dos estabelecimentos de ensino em que, aí sim, o 25 de Abril de 1974 abre caminhos inteiramente novos e até inexplorados” (*ibidem:80*). Também é da opinião de que “mas mesmo em relação ao ensino secundário haverá que estar atento e distinguir os diferentes conteúdos da participação discente”. No tocante à participação da gestão, afirma o autor que

“antes de 1974, era inexistente, contudo outras formas de participação compulsivas ou não, sobretudo ao nível das atividades cíclicas- escolares das atividades desportivas e recreativas, e mesmo das atividades da Mocidade Portuguesa. Estas, embora desenvolvidas dentro de estreitos limites e mais ou menos tutelares pelos responsáveis educativos e administrativos, terão por ventura possibilitado algumas oportunidades de participação e conduziram por vezes a iniciativas estudantis ousadas e relativamente autónomas” (*ibidem:80*).

Atendendo ao *Estado Novo* a que Lima faz referência, percebe-se que “pode-se compreender-se a total inexistência de estruturas mais ou menos abertas à participação discente, tanto mais que as práticas docentes e administrativas se afirmavam fortemente repressivas, exercendo um apertado controlo sobre a vivência escolar dos alunos aos mais diversos níveis” (*ibidem:82*). É, nesta vertente, que o autor faz referência aos textos de Natália Nunes, publicado em 1981 que fazia referência às Memórias da Escola Antiga. No que tange concretamente a disciplina, afirmava que:

“sofríamos advertências ou censuras se apoiássemos a cara nas mãos, se inclinássemos a cabeça demasiado sobre o ombro, se nos sentássemos de esguelha ou de tronco torcido, se cruzássemos um pé em cima do outro ou estendéssemos as pernas demasiado, se tamborilássemos com os dedos no tampo da carteira, se bocejássemos ou coçássemos um ouvido, se roêssemos as unhas ou arrancássemos fiapos das camisolas...” (*ibidem:82*).

Portanto, pode-se também perceber que mesmo com os aspetos referenciados deram-se outras formas de participação discente, embora não sendo as mais desejadas, também contribuíram de uma ou de outra forma para que se chegasse e se construísse mais e melhores ideias para a atualidade.

Este período de opressão a qual se viveu, não foi constante, porque mais tarde deu-se um novo período da participação direta em que o autor fazia referência “porventura um dos aspetos da vida escola e mais sensível às alterações de carácter sociopolítico introduzidas a partir de 25 de Abril de 1974, foi a gestão dos estabelecimentos do ensino secundário” (*ibidem:92*). Durante os anos de 1974 e 1975, viveu-se um período de *descompreensão* social e política, afirma o autor - o período Revolucionário – onde a participação estudantil conheceu um momento único da Escola em Portugal.

O Associativismo estudantil foi já objeto de estudo em várias investigações. Estudos realizados sobre o associativismo como “Entre Presenças Intermitentes e Estruturas Ausentes” de L. Lima, mostram a importância desta área de investigação, pelo facto de atribuir maior interesse ao estudo da participação dos estudantes nas escolas secundárias. A análise das concepções e práticas relativamente às associações em contexto escolar, não foram temas que desde tempos remotos foram estudados, mas “sua investigação é quase inexistente o que remete para o problema da própria construção e identificação de um objeto de estudo e da sua focalização do ponto de vista teórico e disciplinar” (Lima, 1998:11). O associativismo estudantil é uma temática que deve ser bastante estudada como argumenta o autor,

“seja do ponto de vista político ou mais marcadamente pedagógico, até a produção normativa, não deixam de reiterar a importância conferida à participação estudantil e à educação para a democracia e de reconhecer, e regulamentar, a intervenção das associações de estudantes na representação e defesa dos interesses dos alunos” (*ibidem:11*).

É de salientar, que os atores escolares que dirigirem as organizações, não somente devem basear-se em regulamentos e normas emanadas pelas instâncias superiores, mais também devem criar estratégias e, de outra forma, procurar “autonomia”, criando regras as quais poderão se organizar ou basear. Nesta perspetiva, o autor admite que “o estudo da organização escolar é realizado por referência a um *corpus* de regras de distinta proveniência e alcance variável, com traduções igualmente diversas no plano da ação, onde os atores atualizam regras *hétero e auto* produzidas” (*ibidem:12*). O autor também parte da ideia de que

“sem ignorar os constrangimentos e os limites impostos por certos tipos de estruturas e de regras (formais-legais e outras), o analista parte em busca de decisões e de ações não necessariamente, ou totalmente, subordinadas pela força de imposição normativa que revela

das primeiras, admitindo a identificação de estruturas e de regras *ocultas* ou *invisíveis* em termos formais ausentes dos regulamentos e dos organogramas” (*ibidem:12-13*).

Relativamente ao associativismo estudantil na escola secundária, o autor considera que, a associação, envolve “a consideração das dimensões organizacionais que caracterizam, por um lado, as estruturas e as práticas associativas e, por outro, a organização e a dimensão da escola secundária” (*ibidem:13*).

Desta feita, o autor considera importante o estudo das associações “por dentro” e atender os seus contextos imediatos. Para tal, coordenou uma equipa de investigadores que acompanhou durante dois anos, sistematicamente, o quotidiano associativo de duas AE em duas escolas secundárias, urbanas, do distrito de Braga que implicou “a presença de investigadores à observação direta das reuniões das direções associativas, de sessões de trabalho, de tomada de posse, de campanhas eleitorais, votação e escrutínios, e ainda a participação em realizações diversas” (*ibidem:14*). De igual modo, foi realizado um inquérito por questionário e entrevista aos alunos, tanto novos como antigos, dirigentes associativos, e a professores e pela análise de materiais diversos,

“acedeu-se, desta forma, a associação em ação, a presença e ausência, a incidentes e casos mais ou menos considerados críticos e a um universo de relações de obstáculos e impasses que marcaram indelevelmente as práticas associativas num contexto escolar regulado, internamente, pelos professores e pelos órgãos de gestão escolar e, externamente, por uma administração centralizada do sistema escolar, mas também orientações políticas e intervenções de outras instâncias relevantes (partidos políticos e organismos oficiais, entre outras)” (*ibidem:14-15*).

Do ponto de vista da perspetiva sob o “signo da independência e autonomia” ditadas por L. Lima (1998:15), cabe-nos também frisar que para que haja desenvolvimento, dedicação, empenho e “bons resultados” na investigação da associação de estudantes, é importante que sejam somente os alunos a efetuar e elaborar suas atividades, sem envolvimento de elementos externos, como no caso de professores, diretores, funcionários administrativos, partidos políticos, entre outros para que se possam evitar constrangimentos e controlos efetivos que de uma ou de outra forma possam impedir as práticas associativas, isto é, não deve significar que as associações podem e devem agir isoladamente à normas, calendários escolares e eleitorais. Desta feita, L. Lima esclarece que,

“a recente, e crescente, intervenção de certos organismos oficiais, com destaque para o Instituto da juventude, não deixa de enquadrar as práticas associativas, mesmo quando a sua acção é apresentada como fator, indispensável, de desenvolvimento e de apoio. Os programas concebidos e as regras estabelecidas, os requisitos formais e processuais, e até

alguma formação disponibilizada, não deixam de se constituir como elementos de socialização e de controlo, mesmo que indireto, ora fornecendo meios de afirmação para a uma atuação mais interveniente e participativa, ora banalizando essa intervenção através de determinadas conceções de associativismo e institucionalizando certas práticas associativas e não outras” (*ibidem:16*).

O autor continua com suas reflexões e parte da ideia de que

“é sobretudo quando se focaliza o contexto organizacional escolar que a independência e autonomia das associações de estudantes emerge como discurso fortemente retórico, incompatível com as práticas estudadas e mesmo com boa parte das formações discursivas dos atores escolares. Seja no plano normativo e no da participação- representação dos alunos, praticamente à margem dos principais órgãos e processos de decisão a nível escolar, seja no domínio das condições materiais (espaços-meios), seja finalmente em praticamente tudo o que é pensável e realizável enquanto atividade associativa e que invariavelmente carece de *autorização superior* das autoridades escolares” (*ibidem:17*).

Partindo do pressuposto de que tanto nas organizações (estatais, privadas e familiares), existem os “chefes” e os “subordinados”, as instituições escolares nunca estiveram além, pelo facto de existir os que lideram e os liderados. Nesta perspetiva, o autor é da opinião de que,

“com a categoria organizacional de ‘subordinados’(não obstante a distinta categorização pedagógica), os alunos dirigentes associativos encontram-se fortemente dependentes da ‘abertura’ e da ‘boa vontade’ dos órgãos e responsáveis escolares; enquanto ‘dirigentes’ e representantes legítimos dos alunos vêem a dimensão política da sua atuação subordinada à vertente *pedagógica* (e até disciplinar) e sempre que esta é invocada logo lhe pode ser conferida conotação *política*, facilmente tornada incompatível com os normativos e regulamentos em vigor e ainda com regras *pedagógicas* consideradas incontornáveis” (*ibidem:17*).

L. Lima põe também em evidência a situação de que quando tal realidade acontece, “acresce ainda o facto da função de representação dos alunos sair diminuída junto de vários órgãos escolares, onde realmente os alunos se fazem representar por elementos que não provêm dos órgãos associativos” (*ibidem:17*), o que coloca dúvida quanto à análise da participação dos estudantes.

Tendo em consideração o Associativismo Estudantil no ensino secundário e a repercussão política das Organizações Partidárias da Juventude, investigados por C. Gomes & L. Lima (1998), enfatizam que o período revolucionário após o 25 de abril de 1974 foi a época em que o associativismo estudantil foi marcado pelas Organizações Partidárias da juventude (OPJ). Tinha-se a ideia de que abordar o associativismo estudantil fosse o mesmo que tratar de organizações partidárias da Juventude, pelo facto dos mesmos estarem sempre presentes em atividades que somente dizem

respeito à escola e de modo específico à associação de estudantes. Para a obtenção de mais dados relativamente ao associativismo juvenil nas escolas e à atuação das OPJ em tempos atuais, os autores recorreram às técnicas de investigação de “entrevistas aos diferentes dirigentes nacionais e distritais” que compunham as diversas organizações juvenis (Gomes, & Lima, 1998:28). Atendendo às mudanças no associativismo estudantil, os autores continuam as suas análises argumentando que “é consensual entre os dirigentes entrevistados, a ideia de que a atual situação do associativismo estudantil nas escolas secundárias se caracteriza pela emergência de novos fatores que o diferenciam, profundamente, do modelo de associativismo reinante no pós -25 de Abril” (*ibidem:30*). Mais adiante acrescentam a ideia de que

“entre estes fatores destacam-se a emergência de uma juventude muito diferente em termos de valores, atitudes e práticas, a crise de identificação com a escola, o descrédito entre a juventude, da política dos políticos e das lógicas e práticas de partidarização da vida social, a generalização opção por um associativismo despolitizado centrado na prestação de serviços à comunidade estudantil e finalmente, em claro desafio, à hegemonia das OPJ, o aparecimento de novos modelos de identificação e representação juvenil no espaço associativo” (*ibidem:30*).

Várias imagens marcaram a juventude nesta época como o “individualismo, alienação, despolitização, mobilização por interesses e novos modelos de representação juvenil” (*ibidem:30*). Desta feita, verifica-se bastante o desinteresse dos jovens face ao associativismo juvenil, facto este que levou à conclusão de que “hoje a associação é mais uma associação para prestar serviços do que, propriamente, uma associação de intervenção social e estudantil” (*ibidem:35*).

Em muitos casos foram criadas ideias pelos dirigentes das OPJ de que as associações não sobrevivem sem a presença da OPJ como argumentam os autores em suas análises, alegando que tendo em consideração as ideias dos dirigentes, as “OPJ fornecem serviços indispensáveis ao associativismo estudantil, quer no plano da dinamização das atividades associativas, quer no plano da representação política dos jovens estudantes” (*ibidem:39*). O ideal seria que se criasse uma autonomia ao associativismo estudantil para desenvolver com precisão as suas próprias atividades. Portanto, os autores chegam às seguintes conclusões:

“- Existe um novo discurso das OPJ em relação ao associativismo estudantil. Com efeito, o discurso da despartidarização, usado para marcar uma rutura com o modelo de partidarização direta e total do associativismo estudantil, é proclamado por todas as OPJ. Os dirigentes afirmam que, atualmente, as OPJ não visam ao contrário do passado, o controlo político, ideológico e orgânico das associações dos estudantes. O discurso da despartidarização é reforçado pelo discurso do ideal de serviço que visa acentuar uma



reclamada *vertente filantrópica* que os dirigentes afirmam ter concretizado através da prestação de serviços desinteressados ao associativismo estudantil.

- Foram, de facto, introduzidas mudanças nas formas de intervenção das OPJ no meio associativo das escolas secundárias. No passado, as OPJ participavam diretamente nas eleições associativas, apresentando listas próprias. Atualmente, as OPJ limitam a sua intervenção material ao apoio logístico e financeiro a listas concorrentes.

- As OPJ mudaram o seu discurso e as suas formas de atuação porque pretendiam perpetuar um campo de investimento político com diferentes níveis e tipos de reprodutividade e não porque estivessem interessadas como pretenderam fazer crer os seus dirigentes, na prestação de serviços desinteressado ao associativismo estudantil” (*ibidem:64-65*).

As OPJ representam uma importância central no funcionamento das Associações dos Estudantes, tal como acontece no contexto angolano. Visto que em alguns casos o partido MPLA, junto ao seu representante da JMPLA, na pessoa de Luther Rescova como alega G. Bunga (2016) “Luther Rescova falava num encontro com os líderes das associações estudantis, na Mediateca de Luanda, no âmbito da realização da 14.<sup>a</sup> edição do Campo Nacional de Férias dos Estudantes Universitários (CANFEU-2016), que decorre de 22 a 26 de Fevereiro, na província do Namibe”. Ainda “pediu aos estudantes unidade na procura de soluções para o preço das propinas ser equilibrado. ‘Vamos lutar para que a propina não suba com muita intensidade’” (Bunga, 2016) afirmou Rescova. Mas também a JMPLA tem contribuído para a preparação dos estudantes para o seu ingresso ao Ensino Superior, embora este curso preparatório não garanta já o ingresso ao ensino superior, mas sim facilita a melhor preparação para o exame de acesso. Esta preparação é realizada no início de cada ano letivo, bem como os *sábados académicos* ou *concursos académicos* como também são designados, que decorrem em todo território angolano em que os vencedores provinciais disputarão a final na capital do país e o vencedor final arrecada um prémio. É de salientar, que esta atividade é realizada em todos os anos.

Partindo do pressuposto de que associar-se é uma forma de não sentir-se isolado, pelo facto de se fundirem interesses para um objetivo comum, é preciso perceber que para tal, deve-se ter presente alguns pressupostos importantes como a espontaneidade, voluntariedade, interesse comum, a liberdade, entre outros aspetos. Na perspetiva de C. Estêvão & A. Afonso (1998:79) relativamente às associações voluntárias, alegam os autores que as mesmas “têm merecido pouco tratamento analítico, quer nas teorias sociológicas produzidas pelos autores clássicos, quer nas teorias organizacionais”.

Atendendo à ideia das teorias organizacionais, verifica-se que as mesmas têm crescido em termos investigativos, pelo facto de não possuírem um cunho lucrativo, por isso eis a grande razão de “as poucas referências explícitas que localizamos em relação a este tipo de organização, tendem

fundamentalmente a circunscrever-se a exemplificação de modelos ou à construção de tipologias que visam classificá-las e compreendê-las” (*ibidem:79-80*).

Percebe-se também que nem todas as associações possuem o mesmo caráter, porque algumas possuem o caráter lucrativo, outras não-lucrativos e outras podem até ser mistas. Apegando-se nas ideias de vários autores (como Gurvitch,1979, A Etizioni, P. Blau e Scott 1979) C. Estêvão & A. Afonso (1998) realizaram uma síntese prévia exemplificando as várias classificações que têm como critério a propriedade, o tamanho, as finalidades específicas, os modos de recrutamento dos membros e as estratégias de decisão. Os autores “propõem e fundamentam uma tipologia das organizações baseada na identificação de quem são os respetivos ‘clientes’ ou ‘beneficiários’” (*ibidem:81*). Desta feita, defendem que

“em conformidade com este critério, distinguem as associações de ‘benefício mútuo’ (partidos políticos, sindicatos, associações profissionais) em que os sócios se constituem como os principais beneficiários e em que prevalece a manutenção dos processos democráticos; as ‘formas comerciais’ (bancos, indústrias) que beneficiam os proprietários, cuja o fim é a maximização da eficiência; as organizações de serviços (hospitais, escolas), que se destinam aos clientes e que oferecem serviços profissionais; e finalmente as ‘organizações de bem-estar público’(corporação de bombeiros, polícia) que atendem o grande público” (*ibidem:82*).

A AE como organização dentro da instituição escolar, no contexto português possui os seus princípios e interesses os quais o possam regular o seu funcionamento. É, nesta vertente, que os autores ainda afirmam que

“numa perspetiva liberal bastante ampla, a temática do associativismo pode ser relacionada com a capacidade de iniciativa da chamada *sociedade civil* tendo em vista representar e defender os interesses específicos e coletivos dos seus membros, em contraste até certo ponto, com a representação e defesa do *interesse geral* cometido ao Estado. Assim, segundo esta perspetiva, as associações constituem-se como entidades parcelares que representam a *vontade geral* dos seus próprios membros, mas que será sempre uma *vontade particular* face ao Estado” (*ibidem:75*).

No que tange às organizações no geral, verifica-se que em muitos casos, diferenciam-se pelo facto de umas serem voluntárias não lucrativas e outras lucrativas. Cada uma delas apresenta suas vantagens e desvantagens. Deste modo, verifica-se que as voluntárias não lucrativas apresentam características que de algum modo parecem ser as melhores, por serem mais compreensivas em termos de gestão, um compromisso com o trabalho a realizar e a democraticidade; embora como em todas as outras organizações possam existir alguns conflitos internos, pelo facto de estarem unidas

para a resolução da mesma causa. No entanto, mesmo com todas estas qualificações, precisa-se também perceber, que estes tipos ou modelos associativos, normalmente apresentam uma característica informal e não burocrática pelo facto de serem pouco formalizadas. Nesta vertente, enfatizam os autores comentando que

“quando estas associações estão inseridas em contextos organizacionais- como no caso da associação de estudantes\_, estamos perante uma situação que convoca necessariamente desenvolvimentos teóricos mais complexos não confináveis nem às tradições teóricas exclusivamente vocacionadas para o entendimento das organizações (mesmo que elas sejam as organizações voluntárias), nem aos contributos mobilizáveis para a compreensão das associações em geral. Esta situação poderá mais facilmente ser equacionada se pensarmos que se trata de duas organizações com processos de funcionamento autónomo, mas, ao mesmo tempo, em que uma está (geralmente) no espaço social da outra” (*Ibidem:86*).

São várias as questões levantadas para responder às situações a que a escola e a associação levam a cabo. Desta feita, os autores questionam-se.

“tomando por exemplo, o quadro das teorias sistémicas, poderíamos afirmar estar em presença de um sistema (a escola) contendo vários subsistemas, em que um deles seria precisamente uma associação? Ou então, numa visão mais metafórica, de cunho biologista, estaríamos perante um organismo hospedeiro que alimenta uma estrutura parasitaria dependente? Caberia ainda perguntar até que ponto é que estas ou outras analogias dão conta da alocação específica de uma associação de estudantes no contexto de uma escola secundária, sobretudo quando esta é, já por si, caracterizável como uma estrutura com grande ambiguidade e desarticulação interna” (*ibidem:86*).

No que tange à especificidade estrutural das associações em contexto organizacional, partindo da remissão de contextos estruturais diversificados, permite-nos também afirmar que “as associações podem ser interpretadas como formas organizacionais decorrentes de regras institucionais promotoras de determinados valores e comportamentos, enfatizando a racionalização da participação e da ação coletiva” (*ibidem:88*). Os autores vão mais além ao afirmar um pouco mais abaixo que,

“para além das regras mais ou menos expressas nos normativos, é inevitável a incorporação de outras exigências ligadas ao que poderíamos designar por moral associativa enquanto exigência de justiça e de progresso social. Assim, no contexto destas teorias que pressupõem definições não convencionais sobre o que deve entender-se por estrutura organizacionais, o associativismo poderia também ser compreendido como uma *instituição* que celebra os valores de progresso, justiça e participação” (*ibidem:88*).

Aperfeiçoando estas teorias apresentadas, os autores sustentam a ideia de que “não se deve desprezar o facto de, nestas teorias as associações tenderem a ser vistas, como tendo traços comuns

a outras formas organizacionais, decorrentes, nomeadamente, do facto de participarem ou estarem sujeitos aos mesmos impactos dos diferentes contextos institucionais” (*ibidem:88*). As associações nunca devem trabalhar sobre forma de pressão para que não se sintam ameaçadas e obrigadas a realizar atividades que não sejam do seu projeto e também para que não se rompa o cerne da criação da mesma.

Atendendo à perspetiva mais política das associações, os autores analisam e esclarecem que as mesmas “seriam fundamentalmente o resultado de alternativas face aos poderes e controlos instituídos, tendo em vista a defesa dos interesses de determinados elementos que se associam” e continuam com o mesmo espírito de análise sustentando a ideia de que

“neste aspeto, as associações revelariam o seu carácter mais político não tanto ao nível interno mas sobretudo o nível das relações com o exterior, designadamente com aqueles atores que tendem a intrometer-se no seu funcionamento, deslegitimando-a enquanto forma organizacional alternativa ou arena política. É o que pode acontecer por parte do estado quando este tende a optar por um *enquadramento quase tutelar das associações*” (*ibidem:89*).

É interessante perceber que a maior parte das vezes e em outras situações, “as associações – quer sejam ‘mediadoras’, quer sejam ‘militantes’ – ao aparecerem como organizações apaziguadoras de conflitos, instalam-se claramente no campo político, contribuindo a reprodução da estrutura social dominante” (Estêvão & Afonso, 1998:90).

Caracterizando a associação de estudantes no contexto organizacional escolar-verifica-se que numa análise direta em torno do associativismo juvenil (AJ) está em uma estrutura organizada de jovens que lutam para alcançarem objetivos comuns- constata-se que o AJ é mais abrangente em relação a AE, por este inserir no seu seio jovens de vários extratos sociais e de várias organizações, enquanto a AE simplesmente trabalha com jovens estudantes pertencentes à organização escolar. Nesta linha de ideias, os autores confirmam que não seria “possível esclarecer o papel das associações de estudantes na atual escola secundária de massas sem conhecer quais são e como se constituem os seus diferentes grupos de atores- estudantes e como se estabelecem relações intra e enter-grupos nesta organização” (*ibidem:92*).

Atendendo os aspetos sócio-organizacionais das escolas, C. Estêvão & A. Afonso, justificam o associativismo estudantil no ensino secundário como

“um fenómeno que é essencialmente intra-organizacional e que não se deixa captar facilmente pelas tipologias tradicionais em uso para entender outras organizações, isto é,

tratando-se de um tipo de associativismo que implica uma relação entre uma organização complexa como é a atual escola secundária e uma organização mais simples inscrita no espaço social daquela como é uma associação de estudantes, há que questionar a natureza desta relação de modo a dar sentido às singularidades deste objeto” (Estêvão, & Afonso, 1998:97).

É preciso perceber que a articulação em termos organizacionais das AE com os órgãos de gestão das escolas, é de tamanha importância, “já que é este o campo por onde passam muitas das tensões e conflitos”, tensões estas que são ilustradas por exemplo “pelas dúvidas levantadas a propósito dos poderes de interferência dos conselhos diretivos na vida associativa dos estudantes” (*ibidem:97*).

Julga-se que as AE nas escolas devem ser um órgão neutro que não sofra interferência de nenhum dos elementos constituintes dos órgãos diretivos da escola para não atrapalhar as atividades e decisões. É, nesta base de ideias, que os autores apegando-se a um parecer do Conselho consultivo da Procuradoria-Geral da República (Proc. 6/89) que é bastante elucidativo, na interpretação da Lei nº33/87 de 11 de Julho, reafirma que “os Conselhos Diretivos dos estabelecimentos escolares, não dispõem,[...] do poder de intervenção na vida interna das associações de estudantes” e que, mesmo quando os conselhos diretivos promovem contactos de cooperação com as associações de estudantes, tais contactos devem pressupor mesmo “uma dimensão lógica de relacionamento institucional, a independência e autonomia de organização, atuação e funcionamento”. Finalmente, o mesmo parecer salienta que não está nas competências dos conselhos diretivos “qualquer intervenção de controlo, fiscalização ou de tutela sobre a associação de estudantes, no âmbito da respetiva escola” (*ibidem:98*). Os autores chamam atenção ao facto de que

“a falta de um centro de poder coletivamente legitimado que seja particularmente aglutinador dos interesses dos estudantes parece aumentar a probabilidade de uma instrumentalização externa das associações. A intromissão de forças político-partidárias nas associações de estudantes transparece claramente nos períodos eleitorais, através de apoio vários e da utilização de elementos simbólicos que conduzem com facilidade à identificação da força partidária apoiante” (*ibidem:100*).

No que tange à relação da AE e a escola, é de salientar que existem regras às quais os estudantes devem se guiar para pertencer à associação. Especificam os autores, que para tal deve-se esclarecer que

“sendo relativamente consensual que a existência de uma associação implica um ato de adesão voluntária por parte dos futuros membros, tal não é condição necessária no caso de

associações que estudamos. Assim na ausência de requisitos formais explícitos para que um determinado aluno se torne membro, basta a matrícula normal para que este estatuto possa ser reconhecido" (*ibidem:101*).

Estes factos aqui mencionados para adesão à associação, muitas das vezes são tidos como se fossem de pouca importância pelos próprios alunos, razão pela qual em muitos dos casos

“desconhecem a possibilidade de seus pares e eles próprios poderem ser formalmente admitidos como sócios efetivos- traduz do ponto de vista organizacional, a existência de ‘fronteiras-prosas’ entre os espaços institucionais da associação e da escola, prejudicando a compreensão a natureza da associação e da sua relativa autonomia ainda que esta situação possa ser vantajosa em termos de representatividade” (*ibidem:101*).

Deste modo, é importante que a associação de estudantes crie um vínculo de aproximação tanto com os estudantes, bem como com as escolas, para que não haja “distanciamento, menosprezo ou desconhecimento” dos seus programas, líderes, bem como as suas funções, porque tal desconhecimento e relacionamento dos estudantes com a associação, faz com que muitas das vezes os estudantes se comportem de forma indiferente, tal como muitas vezes o fazem em relação à escola. Nesta perspetiva, salientam os autores que a associação de estudantes “tenderá assim a ser um espaço de utilização privada num contexto escolar público, eventualmente útil para alguns, segundo cálculos muito pessoais e segundo a lógica de uma sociabilidade que se desenvolve literalmente à escola” (*ibidem:102*).

Diversas foram as entrevistas efetuadas pelos autores da investigação em escolas portuguesas, em prol do relacionamento da associação de estudantes e as escolas. Numa entrevista foi entrevistado o Ex-presidente de um Conselho Diretivo de uma escola da época, que afirmava que

“os alunos vão lá [à escola] para estudar e pouco mais. A escola para eles hoje-em-dia, é o sítio [onde] vão para estudar e mais nada. Aliás, eu acho que há uma manifestação em que se vê isso muitas vezes. Ao lado da minha escola há um café e a minha escola tem um bar com coisas mais baratas do que no café. Toca [a campainha] e os meninos vão todos para o café. [...] o sítio de passar é pela escola. A escola só serve para estudar e nada mais” (Estêvão, & Afonso, 1998:102).

Já o professor vai mais além ao alegar que

“[...] não é por ser a associação de estudantes a organizar [as atividades]; o que os alunos não gostam é da escola; é um bocado isto; eu penso que é mais isto e fazem tudo para não estar na escola” (*ibidem:102*).

Na perspetiva dos alunos, fazem a questão da seguinte forma

“- a associação deveria pressionar o conselho diretivo?

- Mesmo a própria gestão da escola, porque a escola não é feita para os professores [...]. Deve ser gerida por professores e alunos” (*ibidem:103*).

Ainda outro aluno também é entrevistado e em suas declarações afirma que

“- Ainda não ouvi falar da participação dos estudantes na direção da escola.

- os estudantes hoje em dia não têm muita voz ativa na vida das escolas [...]” (*ibidem:103*).

Também na perspectiva dos autores relativamente às dificuldades encontradas pelos alunos na interação com a associação, afirmam que

“se considerarmos as dificuldades que os alunos têm em ser protagonistas na defesa dos seus próprios interesses, e se tivermos em consideração as especificidades da escola como organização ou, mais concretamente, das associações que nelas se inscrevem, dificilmente se poderá esperar que os alunos adiram a projeto de iniciativa dos adultos (que implicam formas de *participação suscitada*)” (*ibidem:103*).

Tendo por base a associação de estudantes em contexto escolar como a construção sociológica de uma singularidade organizacional, C. Estêvão & A. Afonso (1998:105) concluem que, “a dificuldade de captar com precisão a especificidade organizacional das associações de estudantes do ensino secundário”. Argumentam os autores que “a opção por defini-las como estruturas dissipativas resultou precisamente dessa dificuldade” (*ibidem*). Sendo assim, “definir a associação de estudantes como estrutura desse tipo pareceu-nos ser a forma organizacionalmente mais *rigorosa* (sem no entanto ser a forma mais *exata*) para acentuar dois vetores essenciais: trata-se de afirmar a existência de uma estrutura que é *sui generis* dada a sua fluidez, os graus de informalidades, irregularidades e complexidade, e o fato de não ser um *locus* permanente de poder ou de influência” (*ibidem*). Os autores vão mais adiante com suas conclusões relativamente às opiniões dos alunos e de outros atores envolvidos, alegando que “há uma grande desconexão entre as intenções e as ações, ou entre as expectativas dos atores e as estruturas organizacionais que as deveriam viabilizar- o que remete, mais uma vez, para uma interpretação que não pode deixar de considerar o *apports* nomeadamente dos *modelos de ambiguidade* e da *teoria institucional*” (*ibidem:105*). Continuando com as conclusões obtidas, os autores referenciam que tendo em conta algumas convicções adquiridas ao longo da investigação, “a associação nem emerge como pólo da experiência escolar, nem se configura como contexto de autonomia estudantil”. Nesta base de ideias, “os estudantes fora dos momentos eleitorais, a associação/direção tende a ser ignorada ou é percecionada como um grupo subalterno,

nomeadamente perante o conselho diretivo” (*ibidem:106*). Os órgãos de gestão a nível da organização escolar muitas vezes atribuem importância a associação, pelo facto de ser “um parceiro a convocar em certos momentos e em relação a determinados problemas, sobretudo se os seus elementos estiverem dispostos a ser cooptados ou a colaborar em situação de dependência” (*ibidem*). Prosseguindo com suas reflexões, os autores vão um pouco mais além ao afirmar que “para os líderes estudantis, a associação é (em termos mais discursivos e reivindicativos) uma instância de afirmação de direitos e de algum poder” (*ibidem*).

Partindo da análise da participação nos órgãos de gestão da escola efetuadas por I. Domingues *et al* no que concerne às estruturas formais de participação, os autores destacam a desconexão orgânica, em contraposição com a organização burocrática sobretudo nos ideias de Max Weber, argumentam que,

“toda a organização formal produz uma elevada conexão assente numa distribuição de competências e num quadro de orientações burocráticas para a ação traduzidas no organograma. Esta organização, de tipo *racional-legal*, assenta no *princípio escolar* segundo o qual os órgãos estão hierarquicamente organizados e os papéis são funcionalmente articulados, bem como no pressuposto de que os atores orientam a sua participação pela fidelidade às regras formais”.

I. Domingues *et al* (1998:113-114) alegam também que “a *racionalidade burocrática* assente no apertado quadro normativo composto de regras que dirigem a decisão e a ação para os fins legalmente prescritos procurando ajustar e submeter as oportunidades de escolha à uniformidade, impessoalidade, hierarquia administrativa” (*ibidem:114*). No contexto da associação de estudantes, é imprescindível também a percepção de que “nem sempre as regras formais prescrevem a articulação dos órgãos e a participação conjugada dos atores, preferindo e instituindo a desconexão” (*ibidem:114*).

Sendo a organização formal um sistema ligado diretamente ao modelo burocrático weberiano, precisamos perceber que a desconexão, se encontra nos antípodas deste modelo. Nesta perspetiva, os autores defendem que

“o organograma nem sempre prevê linhas de ligação funcional entre os órgãos com competências diferentes ou similares no mesmo domínio, e os textos legais, às vezes afetados de omissões, não proveem mecanismos de correção das desconexões emergentes. As desconexões formais não são necessariamente desvirtuantes do funcionamento da organização, pois nalguns casos, podem ser pouco necessárias ao seu funcionamento, mais é difícil conceber uma organização orientada por critérios de eficiência administrativa que não tenha definido meios e canais de comunicação e articulação eficientes entre as suas partes constituintes, de forma a manter uma convergência de participação dirigida para os fins explícitos daquela” (*ibidem:114*).



Em muitos casos o Ministério da Educação, como órgão central que delibera as leis a serem executadas nas escolas, desempenha um papel importantíssimo como nos revelam os autores que em alguns

“casos a *conexão organizacional* talvez possa não ser pelo nível estratégico do sistema – Ministério da Educação- o qual pode legislar de modo a fomentar a disjunções organizacionais. Por outro lado, as leis fundamentais, como a L. B.S.E., podem consagrar a *democracia participativa* como quadro normativo da participação discente, enquanto os decretos-leis podem ter subjacente uma *democracia elitista* ou mesmo criar condições que inviabilizem a participação dos alunos nos processos de tomada de decisões” (*ibidem:114*).

Relativamente à participação discente na gestão das escolas os autores esclarecem que normalmente “detetamos a *desconexão organizacional* assente na dessolidariedade entre os órgãos, concedendo à estrutura e administração escolar um carácter descoordenado, que designamos de *desconexão orgânica*” (*ibidem:114*). Continuando com mesma linhagem de ideias, estes argumentam também que esta desconexão orgânica é caracterizada

“pela desarticulação entre diferentes órgãos integrados na mesma área funcional ou em áreas funcionais diferentes. Esta desintegração resulta da conceção da estrutura administrativa e participativas formais, pois as continuidades e articulações das suas ações não foi prevista e não é formalmente possível, pelo que, no caso do enquadramento formal da AE, poderíamos afirmar que estamos em presença de uma espécie de integração desintegrativa” (*ibidem:114-115*)<sup>10</sup>.

Portanto, a representação dos alunos nos órgãos da escola, não emana da Associação de Estudantes, mas antes de uma definição dos representantes de cada turma, embora em Angola a realidade dita que é, simplesmente o presidente da associação que tem o privilégio de representar os colegas junto dos órgãos de gestão. Esta situação coloca uma série de interrogações sobre o papel e a função da AE na escola e acima de tudo nos processos de tomada de decisões destes órgãos de gestão da escola, uma vez que se encontra ausente desta estrutura. Assim sendo, estes representantes dos alunos nos órgãos podem não partilhar dos mesmos interesses, valores que os alunos eleitos para a AE, o que coloca entraves ao papel da AE enquanto associação representante dos alunos da escola. É preciso percebermos que o processo eleitoral dos alunos para a gestão das escolas, desempenha um

---

<sup>10</sup> Os autores fazem uma caracterização da escola como organização com suas subdivisões tendo em conta a legislação da época, nomeadamente, o Dec. Lei nº735-A/74 e Dec. Lei nº769-A/76 onde com clareza e pormenorizadamente são regulamentados a participação da gestão escolar a nível de vários Conselhos em que a Associação de Estudantes não deixa de ser parte integrante do mesmo. Nesta ótica esclarecem que a representação discente no Conselho Diretivo (CD) e no Conselho Pedagógico (CP) “é eleita por um colégio eleitoral composto pelos Delegados de Turma -, e a representação da turma no Conselho de Turma é efetuada pelo Delegado de Turma, eleito de entre e pelos alunos da mesma. Simultaneamente, não se prevê qualquer tipo de articulação entre a AE e os representantes eleitos dos alunos” (*ibidem:115*).

papel importantíssimo, visto que “constitui o mecanismo privilegiado de provimento dos representantes dos alunos nos órgãos de gestão escolar” (*ibidem:115*). Atribuindo enorme valorização a *eleição mediatizada* através do corpo dos delegados de turma, clareiam os autores “que esta perspectiva ou decisão afasta a AE do processo de designação dos representantes discentes, restringindo-lhes a sua área de intervenção e retirando-lhes poder nas decisões tomadas naqueles órgãos” (*ibidem*). Para os autores estas são as condições formais criadas que “permitem ou mesmo fomentam a desagregação, divergência e descontinuidade dos objetivos, formas e práticas de participação discente” (*ibidem*). Continuam com suas reflexões sustentando que “a desconexão existente entre a AE, enquanto órgão representativo dos alunos, e os representantes discentes nos principais órgãos de gestão, provoca ou cria condições próprias para que se verifique uma fragmentação participativa e a fraccionação dos interesses do corpo discente”. Os autores vão mais adiante ao esclarecerem algumas das atribuições funcionais desempenhadas pela AE no apoio aos órgãos de gestão escolar. Desta feita, afirmam que “os representantes dos alunos nos órgãos de gestão sem, o apoio do organismo corporativo, vêm-se obrigados a realizar uma gestão solitária da sua participação, pois não são enquadrados por nenhum órgão de caráter corporativo permanente ou temporário” (*ibidem:115-116*). Atendendo à participação discente, os autores sustentam que

“Para além de inscrita num quadro muito formalizado, é relegada para domínios meramente instrumentais, servindo de meio de comunicação entre o CD e, os alunos pretensamente reforçando a convergência com os objetivos oficiais dominantes. Para além disso, é servida por alunos que tenham obtido sucesso académico o que, a partida, poderá dar maiores garantias de estes adotem atitudes e comportamentos que não desvalorizem a função social da escola e o papel educativo dos professores” (*ibidem:116*).

Partindo da análise de que em certos casos existam escolas em que a Associação de Estudantes existente mais parece não exercer suas funções como devia, os autores esclarecem que “afastada dos órgãos dotados de competências deliberativas, apenas se prevendo algumas linhas de funcionalidade administrativas com o CD, sem articulação formal com os representantes dos alunos nesses órgãos a AE continua a operar uma gestão associativa mais ou menos desintegrada da estrutura orgânica escolar” (*ibidem:116*). Nesta ótica, verifica-se que “desprovida de assento em qualquer órgão de gestão, a AE mais se assemelha a um *apêndice orgânico*, uma espécie de órgão menor sem lugar no organograma, dotado de funções subsidiárias, de coadjuvação de gestão escolar na realização de atividades culturais e recreativas” (*ibidem:118*). Deste modo, verifica-se que quando o Conselho Diretivo é auxiliado por organismos que têm como missão principal animar os alunos, animam também a direção pedagógica da escola. Sendo assim,

“a centralização administrativa do sistema escolar acarretou perdas de poderes por parte dos professores face ao poder central. Neste quadro, a criação de condições organizacionais que facilitassem ou promovessem uma participação discente forte e coesa, que também disputaria, no interior da escola, o poder docente no domínio administrativo exercendo maior controlo sobre a docência e as tecnologias pedagógicas, agravaria a posição dos professores na escola, o que poderia agravar a resistência à centralização que paulatinamente se foi instalando” (*ibidem:118*).

Tendo em consideração a *conexão orgânica fundamentada-decretada*, os autores alegam que

“ao permitir a integração da participação discente na AE, confere aos seus representantes nos órgãos de governo da escola um novo poder de representação, assente numa estrutura corporativa, permanente e dotada de autonomia orgânica. Cria um novo contexto de participação onde a agregação, convergência e unidade da participação é permitida ou talvez mesmo desejada” (*ibidem:119*).

A participação discente em atividades de caráter educativo é de mera importância como referenciam os autores ao alegar que “a representação discente, agora submetida a uma direção comum, pode mais facilmente adquirir uma dimensão organizada e desenvolver capacidades organizativas e afirmar-se como posição ou contrapoder face aos outros grupos sociais presentes na escola” (*ibidem:119*). Com esta representação atribuída a AE nas escolas, verifica-se a possibilidade da mesma como argumentam os autores, gozarem “de mais condições organizacionais para que se possa assumir como um parceiro na gestão das escolas e como organismo dinamizador do associativismo estudantil, enquanto prática de participação social e política em questões escolares” (*ibidem:119*). Desta feita, como sabemos, qualquer mudança provoca alterações em qualquer organização, mesmo no nosso quotidiano. Assim, “o novo formato orgânico de participação poderá provocar uma transformação substancial das formas e conteúdos de participação discente, podendo apenas abrir a gestão da escola a uma elite representativa e desconectada com o grupo que representa” (*ibidem:119*).

Tendo em conta a composição da AE e do estudo de caso analisado, os autores consideram que os órgãos associativos são compostos de 13 indivíduos. Verifica-se ser comum acontecer que alguns meses depois, apenas alguns permaneçam nos seus lugares, normalmente três ou quatro elementos, havendo mesmo quem não possa ocupá-los. Afirmam também existir caso em que apenas um elemento fica a garantir o mínimo de exercício e a garantir a continuidade na Associação (Domingues *et al* 1998:137). Tendo em consideração os factos verificados na AE das escolas secundárias analisadas, nota-se que

“num dos casos, foi a própria presidente da lista eleita que, tendo formalmente assumido o cargo, nunca efetivamente o exerceu, sendo mais tarde formalmente substituída juntamente com outros elementos por aqueles que permaneceram a dirigir e a administrar a AE. Esta ‘mortandade’ dever-se-á ao facto de muitos elementos que compõem as listas concorrentes serem nelas integrados para comporem o número formalmente exigido ou para, em virtude do seu aspeto físico e imagem pública, atraírem votos” (*ibidem:137*).

Outra característica que também marca a escola secundária tendo como foco principal a AE, “é o abandono da escola por aqueles que entram na universidade. Porém, nalguns casos eles, continuam a prestar apoio e mesmo a dirigir os destinos da AE” (*ibidem:137*). Mesmo afastados da escola os estudantes com chefia cessante, “visitam com frequência a Associação e prestam apoio técnico na gestão contabilística ou definem mesmo objetivos e orientações políticas” (*ibidem*).

Desde os tempos remotos, a educação sempre esteve presente na vida do ser humano, pelo facto a ser o processo que começa desde o nascimento até a morte. É, nesta ótica, que os autores ao se referirem à educação especificamente à escolar, concluem que “a educação processada na escola, restringe-se fundamentalmente à instrução e aos espaços letivos, o que concede aos professores o controlo quase absoluto da tecnologia pedagógica, sendo a colaboração solicitada aos alunos, nomeadamente a AE, infrequente e pontual” (*ibidem:138*).

Sendo a AE um órgão pertencente a escola, elas apresentam uma estreita relação. Nesta perspetiva, os autores ao abordarem a escola com a AE mas sem associativismo, esclarecem que

“as escolas possuem a AE mas parece não existir associativismo. Ou, pelo menos as formas, intensidade e níveis de participação associativas não permitem suportar a tese de que existe associativismo estudantil, se tomarmos como referência padrões de participação caracterizados por um mínimo de *participação ativa* regular. Este não é traço visível da participação dos alunos e da sua AE na escola” (*ibidem:141*).

Por esta razão, julga-se também que o processo de *participação fluída* não se faz sentir por se “dar uma mudança constante na forma no tempo e na importância que os actores dedicam à participação nos diferentes contextos organizacionais fazendo com que os espaços de decisão vejam regularmente alterada a sua composição real” como afirmam (Cohen, March e Olsen 1972:1).

Continuando na mesma senda de relações da AE com os estudantes, várias foram as reflexões efetuadas para a perceção da mesma, nesta vertente, alegam os autores que “o pano de fundo da relação AE com os estudantes é a da desconexão, desconhecimento e continuidade. Da AE em relação aos representantes dos alunos nos órgãos de gestão da escola e em relação aos alunos em geral”.

Nesta senda de ideias, são também esclarecidas algumas ideias que sustentam que “gozando da legitimidade do sufrágio, assume-se como interlocutor privilegiado do CD, com quem define ações e implementa decisões a concretizar na escola. A AE aproxima-se mais, talvez por força das circunstâncias, de um órgão enquadrado numa democracia de elites do que numa democracia participativa” (Domingues *et al*/1998:143).

Anteriormente os autores sustentaram a ideia de que nas “escolas existe AE e não existe associativismo estudantil”. Nesta ótica vão mais adiante com a ideia de que

“este, nesta escola secundária e provavelmente nas demais, afigura-se num fenómeno que, em boa parte, é mais um construto ideológico, manipulado pelos indivíduos que utilizam um discurso político, ou um construto ideológico, formalizado pelos analistas sociais e organizacionais, do que uma realidade social assente na participação ativa e na atualização diária da escolaridade e da escola” (*ibidem*:143).

Em forma de conclusão, os autores alegam que “só podemos falar em associativismo estudantil se quisermos com esta designação rotular um fenómeno caracterizado por múltiplas desconexões, aqui e acolá animado por uma esporádica exposição, o torneio de futebol e o baile dos finalistas. Falta-lhe extensão institucional, articulação social e sistematicidade administrativa e organizacional” (*ibidem*:143).

Na perspetiva de J. Palhares no que concerne à participação dos estudantes nas eleições associativas sustenta que “a participação dos estudantes em eleições associativas na escola secundária, assume uma relevância muito particular na caracterização da dinâmica da associação de estudantes, dado tratar-se provavelmente, da principal manifestação mobilizadora a nível escolar e que, ciclicamente, reaviva existência junto dos alunos” (Palhares, 1998:147). Partindo das ideias que se tem em prol da decisão organizacional a nível institucional, pode-se verificar que estudos foram efetuados para melhor compreensão do assunto.

### **2.7.1. Conceções de Associativismo Estudantil**

Não obstante ao que já se estudou relativamente ao associativismo estudantil é, fundamental também fazermos referência às tipologias de associativismo estudantil aos quais C. Gomes & L. Lima (1992) fazem abordagem:

“Associativismo Sindical/Reivindicativo – O associativismo estudantil é visto como uma forma de organização sindical dos alunos. Nesta concepção, o papel atribuído a Associação de Estudantes é o da defesa dos interesses e pontos de vista dos alunos, quer dentro das escolas, quer face às medidas de política educativa.

Associativismo de Serviços – O associativismo estudantil é visto como um meio de organizar o apoio logístico à vida escolar dos alunos. Nesta concepção o papel atribuído às Associações de Estudantes é o de funcionarem como organismos de prestação de serviços como, por exemplo, livraria, fotocópias, reprografias, venda de material escolar, serviço de bar e refeições, etc.

Associativismo Cívico – O associativismo estudantil é visto como um meio de promoção do desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Nesta concepção, o papel atribuído às Associações de Estudantes é o da promoção cultural e moral dos alunos através da organização de actividades como debates, exposições, passeios de estudo, actividades desportivas, etc.

Associativismo Partidarizado – O associativismo estudantil é visto como uma arena de competição inter-partidária. Nesta concepção, o papel atribuído às Associações de Estudantes, partidariamente controladas, é o da politização da prática associativa em estreita ligação com as estratégias políticas das organizações partidárias.

Associativismo Hedonista – O associativismo estudantil é visto como um meio de animação lúdica da vida escolar. Nesta concepção, o papel atribuído às Associações de Estudantes é o de criarem espaços e situações de interacção juvenil (festas, bailes, espetáculos musicais etc) que funcionem como contraponto às situações ‘sérias’ da vida escolar” (Gomes & Lima, 1992:79).

Estas concepções de Associativismo Estudantil às quais os autores fazem referência, permitem-nos obter uma imagem clara de como deve funcionar uma associação estudantil, dando a possibilidade aos envolvidos identificarem-se com a tipologia que quiserem.

Por esta razão, a necessidade de interacção com cada uma das tipologias mencionadas é cada vez fundamental para que se possa encontrar a forma correta de agir diante de determinados assuntos.

Atendendo à temática em estudo, podemos afirmar que a mesma está dirigida aos jovens, visto que reflete concretamente aos alunos do II ciclo do Ensino Secundário com idades compreendidas dos 15 anos em diante. A necessidade de se fazer uma abordagem relativamente à juventude é fundamental, motivo este que nos leva a debruçarmo-nos em torno dos conceitos de juventude e valores , juventude e escola que a seguir destacamos.

### **2.7.2. Juventude e valores**

O tema em estudo é discutível no sentido de que se fomentem debates a esse respeito e se encontrem caminhos pelos quais se consiga atrair as crianças, adolescentes, jovens, e os mesmos identificarem seus valores em alguns casos, e em outros ensinando novos valores.

Na sociedade actual, a reflexão em torno dos valores é fundamental, pois assistimos a uma mudança de valores: a solidariedade tem vindo a ceder lugar ao individualismo. Um dos autores que tem

analisado o funcionalismo da sociedade sob o prisma axiológico é, Lipovetsky ( 1983), o qual tem denunciado o narcisismo e o individualismo presentes nas relações sociais, apelidando esta época de *era do vazio*. Em Angola, é necessário uma metodologia de ensino que seja de maneira preventiva, na educação de valores éticos e morais, na formação consciente do indivíduo que reflete ética e moralmente diante situações conflituosas, que exijam dele uma gama de princípios e valores que norteiem suas decisões. É, neste âmbito que J. Kundogende (2010:74) afirma que “As boas maneiras são um conjunto de valores que constituem um dos maiores atropelos que muitas vezes crescem com a criança até à fase adulta, e sem elas não conseguimos comportar-nos no meio social como deve ser”. Assim sendo, os gestos, atitudes e formas de agir que se seguem, são importantes para contribuírem para a educação em nossa casa e no meio circundante como: Obrigado, por favor, com licença, desculpe, saudação matinal, obediência, disciplina, fidelidade, lealdade, entre outras. Com o exposto, podemos concluir que os valores são princípios por meio dos quais nos conduzimos. Por isso, não adianta culparmos a televisão ou a internet se não procurarmos vias capazes de superar a mudança de valores que observamos em nossa sociedade. Não adianta olharmos para os jovens que à luz do dia abusam de bebidas alcoólicas e de estupefacientes, se não formos capazes de ensinar-lhes a consequência desses males à sua saúde e sobretudo à sociedade em si.

“Temos que formar jovens cidadãos à altura de saberem analisar os fenómenos e não aqueles que se limitam a seguir o que vêem ou ouvem. O novo cidadão que se pretende formar e educar é aquele que consegue por detrás das palavras, dos actos, das imagens tirar o positivo, o concreto, ou seja , que saiba discernir o bem do mal, o correcto do incorrecto”  
(*ibidem*:157).

A sociedade nasce e cresce com os valores. Se analisarmos, veremos que os valores são tão antigos quanto as sociedades, e estiveram sempre presentes na vida das escolas e não só. Toda e qualquer escola tem os seus valores, a sua filosofia de vida, a sua própria organização. A grande dificuldade reside, em muitos casos, em saber como extraí-los e afirmá-los. Para S. Tumbula (2012) “os valores servem de guias para as acções do quotidiano. São as principais referências para o diálogo e a tomada de decisões”. Este motivo leva-nos a afirmar que numa sociedade marcada por uma crescente alteração de valores, como é o caso da sociedade angolana, pretendemos refletir sobre o papel da escola na socialização dos jovens e identificar que valores e lógicas de ação de jovens estudantes mobilizam o contexto da associação de estudantes e da escola.

### **2.7.3. Juventude e Escola**

A escola é vista para muitos jovens como sendo a “segunda casa”. A mesma, deverá funcionar como elemento de integração e continuidade entre gerações. É nela onde são enfatizados os valores

comuns, a cooperação, os valores integrativos da educação (perspetivada como instância de socialização para valores, normas e saberes que conduzem à integração social). É, nesta base, que Costa (1996:80) afirma que “as escolas parecem dispor de características particulares para aplicação dos modelos de análise política”. Mas também podemos afirmar que o tema em estudo, incide nos processos participativos no âmbito do associativismo estudantil na Escola *Ondjuo Yeto*. Por este motivo, urge a necessidade de sustentar que “o conceito juventude é uma categoria social característica da segunda metade do século XX. É um conceito heterogéneo e mutável dependendo a sua definição da época das condições sociais, políticas, culturais existentes, entre outras”. (Faria, 2010:15). É de salientar também que a juventude é a franja mais vulnerável da sociedade moderna, por constituírem um grupo numa fase de vida, por se assumirem como integradores da vida social, são eles que reconstituem a própria sociedade, através de novos comportamentos, atitudes, expressões e ideias, são eles que também na maior parte das vezes tendem a ser mais humildes, dispostos ao sacrifício, a submissão e ao amor ao próximo, como Faria nos faz referência. Nesta senda de ideias, a autora continua afirmando que

“No caso concreto das instituições de poder e intervenção política, o enfraquecimento dos níveis de confiança entre a população mais jovem também se encontra correlacionado com o acentuado desinteresse que demonstram pelas matérias políticas, assim como a sua pouca predisposição para a participação social em formas organizativas do tipo convencional e/ou em actividades institucional associadas à defesa de interesses colectivos” (*ibidem*:36).

Muitos investigadores dedicaram-se em estudar as condições dos jovens, sua identidade, suas características, assim como as suas intimidades ligadas à experiência social de um determinado tempo da história e determinada formação social. Mas nós destacaremos sobretudo a participação estudantil (juvenil) diante da associação de estudantes no interior de uma escola Angolana. Já C. Estêvão (2005:12) apresentou o mundo dos jovens com as características que mais se identificam nos dias de hoje, assim como a complexidade de manipular conceitos que espelham a grupos sociais como o da juventude, estudantes e alunos. Na fase da juventude a confusão, o mundo real e o virtual, são realidades que estão em constante conexão, visto que permite aos jovens alcançar seus horizontes relativamente à realidade envolvente e com mais facilidades usando uma menor economia de tempo. Pode-se constar também que muitos jovens preferem prolongar uma idade sem grandes compromissos sociais ou exigências produtivas optando por viver sob custódia da família (em que várias vezes se comportam como parasitas) e das instituições educativas ou obedecendo aos requisitos do mercado pelo culto das aparências (*ibidem*).



Por outro lado, julga-se que diversas são as características que identificam a juventude atual, embora deva-se relativizar estas atitudes independentemente do seu alcance e aplicabilidade. É desta, que Estêvão (2005) faz referência afirmando que,

“Dá a sensação de que por vezes o mundo juvenil se regula sozinho e os jovens detêm uma espécie de ‘contabilidade mágica’ que os leva a participar nas decisões quando consideram que vale a pena, independentemente da importância atribuída a elas pelos adultos”.

Atendendo a estas características a que os jovens a nível escolar estão expostos, é de mera importância salientarmos que na escola cada um se adapta, dependentemente do movimento inconstante existente, cada um se protege, procurando adaptar-se às circunstâncias impostas pelo jogo social. A escola encontra-se perante vários desafios impostos pela juventude a qual está sujeita a suportar. Os mesmos jovens são tidos como atores educativos, sobretudo no que diz respeito aos seus níveis de participação, frequentemente considerados muito baixo pela instituição, não dando conta da existência de outros espaços, com mais juvenildade em que o envolvimento dos jovens tende a ser mais expressivos (*ibidem*). Assim, percebe-se logo que várias implicações relativamente à visão da escola para a juventude, alerta que esta visão particular e presencial do futuro dos jovens, “corre o perigo” pelo facto dos mesmos serem mais vulneráveis, expostos às ideologias existentes realçando a beleza como sendo o fundamental, assim como o seu estado juvenil. Mas é imprescindível que se caminhe com a ideia de que a escola é um lugar, se assim podemos chamar, de “sabedoria”. Na vida dos jovens ela ocupa um lugar especial pelo facto de ser inevitável lá estar e obrigatória para muitos Estados:

“A escola também é vista pelos jovens de uma forma complexa, porque para além de razões ligadas à dificuldades de assegurar a função democrática, da igualdade de oportunidades e de dar-se conta das identidades culturais deles, é incerta nos seus efeitos, uma vez que, no plano das expectativas de mobilidade e ascensão social, por exemplo, cada vez garante menos o emprego ou uma carreira profissional de sentido exaustivamente ascendente (Estêvão, 2005:14).

Normalmente, realidades estas mencionadas a que diferentes grupos de jovens têm com relação a instituição escolar, nem sempre são iguais e que esta por sua vez, não os trate da mesma maneira. Por outro lado, a escola apresenta-se como “uma organização complexa, cujo impacto na (des) estruturação de comportamentos, estratégias e interações individuais e grupais dos jovens não pode ser desprezado, a fim de entender melhor não só as suas práticas, não meramente escolares, mas também as suas ilusões e desilusões” (*ibidem*).

Nesta base de ideias, conclui-se que é, necessário dar aos jovens uma atenção redobrada para que possam singrar melhor no futuro.

Para J. Pais (1993: 37) existem duas correntes para caracterizar a juventude. A *corrente geracional* que “toma como ponto de partida a noção de juventude entendida no sentido de *fase de vida*, e enfatiza, por conseguinte, o aspecto unitário da juventude”. Sustenta também que “para esta corrente, em qualquer sociedade há várias culturas (dominantes e dominadas) que se desenvolvem no quadro de um sistema dominante de valores” (*ibidem:38*). Caracterizando a juventude, o autor é, da opinião de que “*as descontinuidades intergeracionais* estariam na base da formação da juventude como uma geração social” (*ibidem:38*).

Por outro lado, J. Pais (1993:39) continua a conceber uma posição relativamente à corrente geracional, afirmando que diante desta corrente “admite-se a existência de uma *cultura juvenil* que, de certa maneira, se apoiaria à cultura de outras gerações (das gerações «adultas», mais concretamente). De certo modo, há necessidade de se conceber a nova geração a possibilidade de participação na vida social, de maneiras a não influenciar os adultos a seguirem seus ritmos, mas criando mecanismos de aproximação para daí se construir uma sociedade cada vez mais firme e coesa. O autor afirma que “quando se fala de «socialização da juventude» é geralmente atribuído aos jovens um papel passivo de assimilação de normas e valores” (*ibidem:42*). Assim admite o *processo de socialização* como um “processo de influências sociais orientado para a integração dos jovens num sistema existente de normas e valores sociais” (*ibidem:42*) não discordando a possibilidade desta integração ser influenciada pelos comportamentos e atitudes dos jovens. Daí a afirmação de que a *corrente geracional* está virada

“aos sinais de continuidade e descontinuidade intergeracional que poderão manifesta-se de duas formas: por um lado, e na medida em que são alvos de processos de socialização através de instituições sociais específicas, como a família ou a escola, as gerações mais jovens interiorizariam e reproduziriam na sua vivência quotidiana toda uma série de crenças, normas valores e símbolos próprios das gerações adultas, isto é, todo um conjunto de sinais de continuidade intergeracional. Por outro lado, e na medida em que essa interiorização de sinais não é feita de uma forma nem indiscriminada, nem passiva, gerar-se-iam fraccionamentos culturais entre várias gerações” (Pais, 1993:42).

A *corrente classista* parte do pressuposto de que tanto a *corrente geracional*, como a *corrente classista* partilham algo em comum a que denomina de *reprodução social*, por se tratar de que na “corrente geracional a reprodução se restringe à análise das relações intergeracionais, isto é, à análise da conversação ou sedimentação (ou não) das formas e conteúdos das relações

sociais entre gerações, para a corrente classista a reprodução social é fundamentalmente vista em termos da reprodução das *classes sociais*”(Pais, 1993:44). Acrescenta o autor, “para esta corrente, a transição dos jovens para a vida adulta encontrar-se-ia sempre pautada por desigualdades sociais: quer a nível da divisão sexual do trabalho quer, principalmente, a nível da condução social” (*ibidem*:44).

Continuamos assim afirmando que, são vários os autores que se dedicaram em torno do estudo da juventude. Palhares, (1996:90) permitindo a caracterização de vários domínios do quotidiano dos jovens, assim como das suas representações em relação a várias esferas da vida social, vem dar sentido à preocupação dos estudos sobre a juventude, na medida em que o contexto escolar cada vez mais tende a repercutir as tensões que caracterizam a atual *condição da juventude*.

## **2.8. Lógicas de ação Organizacional**

O conceito de lógica de ação é, mobilizado por B. Bacharach & L. Mundell (1999:129) que afirmam que “usar o conceito de lógica de ação para definir as políticas organizacionais, ajuda-nos a compreender as semelhanças e as diferenças entre os protagonistas em termos de ideologias, políticas, objetivos e meios. Assim, as políticas organizacionais como o debate que ocorre entre várias lógicas de ação possíveis e as suas várias manifestações”. Nesta linhagem de ideias, pode-se também afirmar que, para que se construam lógicas de ação, é preciso em primeiro lugar, ter ações passadas ligadas às presentes. Os estudos efetuados tanto por economistas como sociólogos, como nos diz P. Bernoux (s/d:241) “centram-se nas novas tecnologias e na maneira pela qual as empresas se mostram capazes de observar essa mudança”. No entender do autor, relativamente ao que se refere às lógicas de ação, “os comportamentos de ajustamentos ou de não - ajustamento são apresentados como resultados de lógicas de ação implementadas pelos indivíduos e pelos grupos” (*ibidem*:243). Continua um pouco mais abaixo afirmando que,

“Uma lógica de ação nasce no sentido de que o indivíduo dá a ação que empreende, dependendo da situação de ação. Este sentido não é dependente apenas da situação, mas foi criado através das representações, as imagens ativas que os indivíduos forjaram antes de estarem nessa situação. Ele permite explicar o tipo de raciocínio que eles vão procurar antes de centrar uma relação estratégica ou de criar um compromisso” (*ibidem*:243).

Sendo assim, precisa-se entender que a construção de uma ação não surge do nada, só acontece se estivermos perante uma ação a executar. A forma de percepção e a experiência são elementos essenciais e determinantes.

Na construção das lógicas de ação, a história das atividades efetuadas pelos indivíduos devem sempre se fazer presentes (Bernoux s/d:243). No entanto, continua o autor afirmando que “os princípios de explicação exteriores às atividades do indivíduo na organização considerada em particular tudo o que possa relevar da sua cultura anterior, não são, pois primeiros, mesmo que sirvam para construir a sua identidade” (*ibidem*:243).

Ao se saber da história das atividades efetuadas pelos indivíduos ou organizações anteriores, haveria mais experiências em termos de trabalhos diferenciados e facilitariam assim a resolução dos problemas recentes. O autor afirma,

“se a atividade é indubitavelmente uma componente essencial da lógica de ação, ela é-o, como já se viu, por um tipo de orientação específica dada ao conhecimento dos objetos. Para este conhecimento, a formação inicial desempenha um papel particularmente importante, por proximidade em relação ao conhecimento teórico” (*ibidem*:245).

Joga uma enorme importância o conhecimento de que para que se atinja um elevado desempenho a nível organizacional, as lógicas às quais elas se baseiam, devem ser claras, objetivas e conhecidas por todos e não devem estar distantes da realidade a qual os indivíduos envolvidos vivem, embora as suas funções sejam determinantes para o desenvolvimento da mesma. Nesta perspetiva, afirma P. Bernoux que “o conceito de lógica de ação parece-nos ser também um instrumento para o homem de ação” (Bernoux s/d:254). Tendo em consideração a análise defendida por V. Sá, é ainda mais relevante referenciar a lógica da *política* e a lógica da *ação*, tendo em conta uma tentativa de conciliação. Neste âmbito argumenta o autor um pouco mais abaixo que,

“para a gestão das solicitações conflitantes a organização dispõe de uma estratégia básica: isolar a *ação* da *política*, o que pode ser feito através de quatro cursos de ação distintos: separação *cronológica*; separação por *assuntos*; separação por *ambiente*; e separação por *unidades organizacionais*” (Sá, 2004:234).

Assim sendo, a separação cronológica traduz-se em definir no tempo a resposta a cada uma das solicitações. Deste modo, em determinados períodos a organização responde preferencialmente às exigências do modelo *político*, exteriorizando e valorizando a diversidade de ideologias, de valores e de projetos entre os diferentes grupos que compõem a organização e cria espaços e momentos específicos onde esta conflitualidade se possa expressar. Assim, durante estes períodos a produção de

discursos, por vezes marcados pela sua racionalidade, e de decisões, caracterizadas pela sua generosidade, sobrepõem-se à produção de ação (*ibidem*: 234).

Por outro lado, C. Estêvão, (2005:14) vai mais além ao analisar o comportamento juvenil a nível escolar e afirma que “a escola apresenta-se como uma organização complexa, cujo impacto na (des) estruturação de comportamentos, estratégias e interações individuais e grupais dos jovens não pode ser desprezado, a fim de entender melhor não só as suas práticas, não meramente escolares, mas também as suas ilusões e desilusões”. É, nesta vertente, que analisando o sentido da escola, C. Estêvão, (2012:128) define-a como sendo “o espaço de vários referenciais de ação pública ou de definições diferenciadas de bem comum e de princípios de justiça”, vai mais além com a ideia de que para acentuar com mais adequação a natureza da sua estrutura, “como lugar de vários mundos”, mundos esses que são resumidos pela sua pertinência atual e pela sua capacidade explicativa das questões com que confrontam a educação e a escola, ao mundo doméstico, ao mundo industrial, ao mundo cívico, ao mundo mercantil e ao mundo mundial ou transnacional (este último, com desenvolvimentos ainda restritos a setores limitados) (Estêvão, 2012:128).

Atendendo à relação entre os diferentes mundos e imagens organizacionais, o autor argumenta que,

“como cada um dos mundos tende a estar no interior da escola em tensão nomeadamente com os princípios do mundo cívico, procurando cada um deles instaurar a diferença e, também as suas desigualdades, cabe então aos atores educativos construir a sua própria coerência e legitimidade. E aqui os atores educativos teriam várias possibilidades (P) de resolver os seus dissensos” (*ibidem*:131).

Deste modo, exemplifica várias possibilidades como:

“P1- Se a discórdia surgir no mesmo mundo, terão de:

- a) Procurar um princípio superior comum dentro do mesmo mundo (por exemplo, a dignidade do aluno);
- b) ou recorrer a um outro mundo (por exemplo, à grandeza doméstica que aponta para a proximidade e intimidade).

P2- Se o conflito emergir por referência a princípios de vários mundos a controvérsia resolver-se-á:

- a) pela clarificação a partir de um dos mundos em presença;
- b) por um acordo local a partir de uma solução que agrade às partes envolvidas (por exemplo, a aceitação da distribuição dos horários pelos professores, superando-se os obstáculos iniciais);
- c) com o compromisso com um bem comum que ultrapasse os mundos em contenda (por exemplo, pela inovação do projeto educativo que, embora contenha eventualmente princípios superiores dos diferentes mundos, irá ter uma lógica própria);
- d) ou pelo recurso a um outro mundo (em que, por exemplo, a definição de realidade social escolar comprometida com a supremacia do mundo cívico ou do interesse geral, proposta pelo diretor da escola, prevaleça)”.

O autor também discorre sobre este assunto ao afirmar que, o que se torna relevante sublinhar a este propósito é que apesar da eventual co - presença de vários mundos na escola num dado momento e numa determinada ação, agir “em vários mundos não significa pôr tudo no mesmo plano” ou que os princípios tenham a mesma pertinência para afrontar situações particulares da escola (*ibidem:132*). Deste modo, tendo em conta a acentuação,

“os desacordos são resultados não tanto de divergências de opiniões, mas sobretudo de argumentações que derivam de princípios diferentes; os atores têm de fazer opções, de operar eventualmente traduções (isto é, passar de um mundo a outro mantendo alguma estabilidade apesar de os sistemas de referência mudarem) e de desmontar a estruturação dos princípios argumentativos dos vários mundos, desocultando deste modo as lógicas de domesticação, de empresarialização, de igualização social, de mercantilização, de globalização” (Estêvão, 2012:132-133).

Continuando com a mesma linha de ideias, argumenta da seguinte forma:

“Assim, se a opção for preferencialmente pela lógica do mundo cívico e pelos seus princípios superiores, então o pólo do mundo de vida que tende a ajustar as funções sistémicas ao sentido criticamente partilhado pelos atores tenderá a sobressair na escola revitalizando-se o referencial crítico e democratizante” (*ibidem:133*). A passagem a seguir esclarece mais ainda que,

“se a organização escolar se ajustar, ao invés, aos ditames sobretudo do sistema e ao referencial neoliberal, a escola pode ser metaforizada como ‘escola S. A.’ ou como ‘McEscola’, em que os pressupostos e os princípios da razão instrumental do mundo comercial são privilegiados, o que levará, entre outros aspetos, a uma privatização da justiça educativa ou à sua integração numa engenharia a favor da desigualdade legítima ou meritocrática, colocando-se objetivamente ao serviço de políticas restritivas dos direitos dos cidadãos” (*ibidem:133*).

Também discorre sobre esse assunto ao afirmar que,

“se a ideia de multiplicidade de justiça no interior da escola até aqui expressa é correta, ela deve tomar particularmente visível, por exemplo, na construção do projeto educativo, dada a natureza essencialmente política deste documento. Também as decisões relativas à apreciação disciplinar dos comportamentos dos alunos à avaliação, às mudanças a introduzir na escola, às disposições dos regulamentos internos, à explicação do insucesso escolar... devem considerar-se momentos privilegiados destas dinâmicas plurais” (*ibidem:133*).

Apegando-nos na justiça e experiência ética nas organizações educativas a qual uma escola deve possuir, cabe-nos salientar que a forma como são analisados e resolvidos os problemas na escola, deve obedecer a alguns critérios como o caso da “Justiça que está intimamente ligada à base normativa da educação e ao posicionamento ético” (*ibidem:187*). Desta feita,

“qualquer debate sobre a escola como organização e sobre arranjos organizacionais mais apropriados não é meramente um debate organizacional; ele é também ético, porque o que

está em causa é a prática futura de educação, é a prática da justiça social expressa em normas e em padrões de direitos e obrigações que podem, como é sabido, seguir lógicas diversas e sentidos de moralidade também distintos” (*ibidem:187*).

Defende V. Sá, que “os apelos à conciliação e a construção de consensos constituem procedimentos comuns nos períodos pós-eleitorais. Entramos na fase da *ação* e, por isso, as regras e normas temporariamente suspensas são repostas e os desvios adequadamente punidos” (Sá, 2004:235). É imprescindível perceber que em muitos casos as escolas em suas atualizações relativamente à sua política organizacional, vêm a ser um dos maiores exemplos a seguir, pelo facto de que os maiores atos eleitorais se fazem sempre presentes.

Ainda no tocante às solicitações, o autor considera que “o segundo mecanismo de gestão das solicitações conflitantes consiste na separação por tópicos ou assuntos. Consoante os assuntos têm implicações mais ou menos diretas sobre a ação, assim serão geridos de acordo com a lógica da ação ou com a lógica da *política*” (Sá, 2004:236). Continua em suas abordagens afirmando que, “o terceiro mecanismo consiste em superar a *política* da *ação* com base no ambiente com o qual a organização se relaciona num determinado momento. Num contexto marcado pela necessidade de demonstrar unidade e coesão internas pode ser dramático para a organização expor a sua face *política*” (*ibidem:236*). Desta feita, o autor vai um pouco mais além ao discorrer da ideia de que atendendo ao último mecanismo,

“referimos a estratégia de desconexão entre a *política* e a *ação* que recorre à segmentação estrutural. Neste caso, a organização estrutura-se com base no princípio da especialização: certas unidades vocacionam-se para lidar com as exigências da face política, enquanto outras se organizam de acordo com os pré-requisitos para produzir trabalho de forma coordenada” (*ibidem:236*).

Contudo, remete-nos a percepção que dentro do contexto escolar a política e a ação distinguem-se de forma estrutural entre os órgãos de direção e de gestão que em muitos casos são interpretados como uma desconexão organizacional.

Por outro lado, apresentamos também M. Samento (2000:172) com pronunciamentos relativamente à lógica do serviço público, sustentando que a mesma,

“baseia-se nos pressupostos de que a escola realiza uma finalidade geral que transcende os seus actores concretos, que essa finalidade é definida pelo Estado e coincide globalmente com o interesse de toda sociedade e que o modo de concretização dessa finalidade supõe a uniformização dos processos organizacionais e pedagógicos, tornada possível pelo esforço normativo de administração centralizada da educação”.

Esta é, para o autor a lógica que “se constituiu historicamente como a mais persistente lógica de acção das escolas ao ponto de se ter tornado como a síntese das pautas de significação para a finalização da conduta pedagógica durante décadas” (*ibidem:172*).

O autor sustenta também que, a *lógica do serviço público* identifica-se “com a burocratização e a administração da acção educativa e das organizações escolares” (*ibidem:173*). Acrescenta, “a existência de regras e normas uniformes é suposto ser necessária para garantir que nenhum factor arbitrário perturbe a realização das condições de igualdade: a mesma provisão de instrução e os mesmos critérios e processos de selecção são considerados como inerentes ao princípio de igualdade de oportunidades” (*ibidem:173*).

Já D. Silva (2004:128) relativamente a *lógica cívica – cidadã* é, da opinião de que esta lógica, “centraliza também o papel do Estado como provedor da concretização do direito à educação, acentuando também o papel do cidadão”.

Mas para J. Alves (1999:30) diante da *lógica da mudança*, esclarece que esta vem a ser “uma lógica de mudança burocrática caracterizada pela irradiação centro – periferia. Segundo esta perspectiva, é o referencial normativo produzido pelo centro político e administrativo que institui a acção educativa e organizacional e regulamenta a mudança”. De acordo com algumas observações a que o autor faz referência, esclarece que “muitos actores parecem agir em função do que é legislado e prescrito” (*ibidem:30*). Razão pela qual o autor afirma que, em muitos casos “esta fidelidade à lei é uma fidelidade estratégica, isto é, os actores invocam a lei sempre que isso protege os seus interesses e os securiza num contexto arriscado. Mas, simultaneamente, ignoram-na ou são-lhe infiéis quando isso serve os seus propósitos pessoais e profissionais” (*ibidem:30*). Mas em outra abordagem, o autor faz referência a outro paradigma de mudança que designa de *instituinte* afirmando que para este caso “é a periferia (a organização, ou alguns líderes da organização) que quer criar e instituir as próprias normas, constituindo-se como centro e dinâmica central da acção” (Alves 1999:31). Exemplifica para este tipo de atuação, as decisões que são tomadas ao contrário da lei.

Ainda Alves (1999), ao abordar em torno da lógica de poder é, da opinião que a disputa pelo poder é outra dinâmica que precisa ser explorada para melhor dar sentido ao que se pretende obter relativamente à lógicas de ação. Desta feita esclarece que “o poder assume uma natureza instrumental (usa-se o poder para atingir um objectivo) e relacional (o poder é uma relação assimétrica) e estrutura-se e exerce-se a partir de uma diversidade de bases, o que origina diversos tipos de poder” (*ibidem:32*). É, nesta base de ideias que sustenta que “todos os actores da comunidade escolar



dispõem de poderes, alicerçados em bases diferentes e todos dele se servem para atingir objetivos frequentemente antagónicos, o que pode gerar situações de conflito” (*ibidem:32*). Estas lógicas mencionadas, junto a temática em estudo, apresentam-se fundamentais para melhor perceção da mesma.

### **2.8.1.A ação social-dimensão conceptual**

No tocante a ação social defendida por M. Weber, seria importante salientar que em seus estudos, abordou o tema incluindo a tolerância e a omissão, afirmando que as ações de outras pessoas podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras. Weber admite ainda que “nem todo o tipo de ação, é social”, exemplifica assim a conduta íntima, a conduta religiosa, a atividade económica de (um indivíduo) (*ibidem:73*).

O ser humano é um ser sociável que está em contacto permanente com outros seres, contudo, precisa-se também entender que “nem toda a espécie de contacto entre os homens tem carácter social, só o tem uma ação com sentido próprio dirigida à ação dos outros” (*ibidem:73*).

M. Weber orienta exemplos claros para a perceção quando se pode considerar uma ação social ou não. Exemplificando esclarece: “um choque de dois ciclistas é um sucedâneo de natureza igual ao fenómeno natural. Pelo contrário, apareceria sim uma ação social na intenção de evitar o choque ou então na richa, ou em considerações amigáveis posteriores ao acidente” (*ibidem:73*).

A ação social é diferente, como aponta M. Weber (s/d:74) da ação homogénea de muitos; a ação de alguém influenciado pelas condutas de outros. Para M. Weber (s/d:74)

“O desenvolvimento de uma ação semelhante, de determinada ou codeterminada pelo simples facto de uma situação de massa, mas sem que exista relativamente a ela uma relação significativa, que não se pode considerar como social com o significado que temos exposto”.

Em outras abordagens, o autor refere-se ao facto da imitação de uma conduta alheia quando é puramente relativa e não dá uma orientação com sentido de uma ação própria a uma alheia, não se pode considerar como uma ‘ação social’ (Weber, s/d:74).

Em muitos casos, pessoas há que tendem a imitar comportamentos que não lhes dizem respeito, só porque são normalmente os que muitos usam e consideram ‘moda’, ou mesmo, porque faz parte de uma elite, ou mesmo por algum motivo semelhante, esclarece o autor, que quando nos

encontramos diante de situações do género, está-se perante a “relação de sentido, em relação a pessoa imitada, a terceiro ou a ambos” (*Ibidem:75*).

Continuando, ao que concerne a ação social, M. Weber (s/d:75) refere que como toda a ação pode ser:

- 1- “Racional no que respeita os fins: determinadas por expectativas de comportamento tanto de objetos do mundo exterior como de outros homens e utilizando estas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para a realização de fins próprios racionalmente medidos e perseguidos.
- 2- Racional no que respeita aos valores determinada pela crença consciente no valor ético, estético, religioso ou de qualquer outra forma como seja interpretado - próprio e absoluto de uma determinada conduta, sem determinada conduta sem relação alguma com o resultado, ou seja, pelo simples mérito desse valor.
- 3- Afetiva, especialmente emotiva, determinadas por afetos ou estados sentimentais atuais.
- 4- Tradicional: determinada por um costume entranhado”.

A ação social de Max Weber é abordada em diferentes vertentes, neste caso abordou a “ordem social” dentro da comunidade, definindo-a

“como a forma em que a ‘honra’ social numa comunidade se distribui entre os grupos típicos dos seus participantes. Sua relação com a ‘ordem jurídica’ é naturalmente semelhante à da ordem económica com esta. Não é idêntica à ordem económica, pois esta é para nós simplesmente o modo como são distribuídos e empregados bens e serviços económicos. Mas, naturalmente, está condicionada, em alto grau, por ela e nela repercurte” (Weber, 2004:176).

O poder dentro das comunidades foi sempre algo que mereceu destaque. É nesta base que, em muitos casos, o fenómeno da distribuição do mesmo dentro de uma comunidade são, então, as “classes”, os “estamentos” e os “partidos” (*ibidem:176*). Weber, analisa que as “classes” não são comunidades no sentido aqui adotado, mas representam apenas fundamentos possíveis (e frequentes) de uma ação social.

“Trata-se de uma ‘classe’ quando 1) uma pluralidade de pessoas têm em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que 2) este componente está representado, exclusivamente, por interesses económicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto 3) em condições determinadas pelo *mercado* de bens ou de trabalho (‘situação de classe’). É o fato económico mais elementar que o modo como está distribuído o poder de disposição sobre a propriedade material, dentro de uma pluralidade de pessoas que se encontram e competem no mercado visando à troca, cria já por si mesmo oportunidades de vida específicas” (*ibidem:176*).

Pode-se perceber e tendo em conta o que antes foi referenciado, M. Weber deu grandes contributos para o estudo da sociologia e que muitos dos seus subsídios ainda hoje servem-nos de base para fundamentar certas ideias.

Também, no tocante às tipologias de ação estudadas por L. Lima, cabe-nos frisar que o autor ao se referir a estas tipologias, deu maior realce aos modelos teóricos “que constituem referências potenciais, alternativas implícitas ou explícitas nos processos de construção dos modelos organizacionais da escola enquanto configurações e modos de ação” (L. Lima, 2011:107). Deste modo, ainda assume um pouco mais abaixo que,

“a sua influência pode ocorrer ou não, pode encontrar-se expressa, ou mesmo ser assumida abertamente como forma de classificação ou de limitação de modelos de escola em termos de orientação e ação, ou pode encontrar-se apenas implícita ou oculta, podendo ser desocultada e reconhecida através da análise” (*ibidem:107*).

Atendendo às construções teóricas, o autor distinguiu dois tipos de modelos organizacionais: os modelos analíticos ou interpretativos e os modelos interpretativos/pragmáticos. Descrevendo, cada um deles argumenta que,

“No primeiro caso, os distintos modos de focalizar e interpretar os fenómenos organizacionais e, em suma, as diferentes perspectivas em torno do estudo da escola como organização, resultam da adoção de modelos teóricos de análise, radicados em tradições disciplinares e escolas de pensamento ou até resultantes de esforço de articulação” (*ibidem:107*).

Concernente ao segundo caso (os modelos interpretativos/pragmáticos) que sustentam os fenómenos organizacionais com várias visões específicas, não apenas marcam o seu estudo, mas podem também abrir horizontes e fundamentar escolhas em termos de orientações e ações concretas (*ibidem:108*). Neste caso, argumentando a ação organizacional, o autor fundamenta que,

“pode, por esta via, ser influenciada por aquelas perspectivas; uma informação teórica, uma capacidade analítica sustentada, um modo particular de ver e interpretar, por parte dos atores, com possíveis impactos nas decisões políticas e nas ações estratégicas ou na limitação *a priori*, ou ainda na sua justificação retrospectiva” (*ibidem:108*).

Contudo, importa salientar que o estudo destes modelos é fundamental para as organizações, de modo mais específico para as escolas, ajudando-as nas suas atividades práticas e reflexivas.

No que concerne concretamente às tipologias de ação defendidas por L. Lima, é de salientar que o seu estudo em termos organizacionais particularmente na escola, abarca principalmente a seleção de uma perspetiva teórica dando realce aos aspetos mais específicos, visto que se há-de optar entre diferentes tipos de situações teóricas para o seu estudo, “sendo certo que as teorias organizacionais permitem refletir sobre as realidades organizacionais, não é menos certo que elas contribuem também para *produzir* tais realidades” (Lima 1992:148).

O autor foi um pouco mais a fundo quando em suas análises sustenta que “o estudo da participação na escola não pode ser dissociado de uma conceção da escola enquanto organização e esta é afetada por uma vasta gama de problemas políticos, ideológico e cultural” (*ibidem*:148).

Por outro lado, afirmamos que são várias as tipologias de modelos que podem ser estudadas dependentemente do seu contexto e da abordagem em questão. É, nesta perspetiva, que surge J. Fernandes (2003:47) argumentando “a forma como os indivíduos se posicionam face à hierarquia, os interesses e as estratégias que desenvolvem, os conflitos e o(s) poder(s) que detêm, formal ou informalmente, remete-nos para a análise dos fenómenos micro(políticos) que ocorrem no seio da organização”. Ao abordarmos estes fenómenos, precisamos entender que normalmente em muitos casos, pessoas há que para conseguirem o que pretendem, são capazes de adotar vários comportamentos: ou a reprodução ou a produção de comportamentos alternativos. Isto acontece principalmente com pessoas que são detentoras de poder. Assim o usam, para influenciar outras e proteger-se a si próprias. Para o autor,

“a teoria micro- política centra-se, assim na capacidade de influenciar, disseminada pela organização com um caráter menos formal e que deriva de vários aspetos: a personalidade (carisma), a capacidade técnica e o acesso a informação ou recursos (materiais e/ou simbólicos)” (*ibidem*:51).

No contexto escolar, professores e alunos têm diferentes formas de ação tanto no *plano de orientação para a ação como para a ação*.

Por esta razão, L. Lima, desenvolve um quadro analítico que espelha de forma clara e evidente a proposta teórico – conceptual para a análise organizacional da escola, como apresenta no seguinte quadro:

Quadro 7 - Proposta teórico- conceptual para a análise organizacional da escola de L. Lima

Planos organizacionais analíticos	Estruturas Organizacionais	Regras Organizacionais	Níveis Organizacionais	Tipos de focalização analítica
Planos das orientações para a acção Organizacional	Latentes	Formais	Superficial	Normativa
	Ocultas (cripto- estruturas)	Não- formais	Intermédio	Interpretativa ( <i>stricto sensu</i> )
		Informais	Profundo	
Plano da acção organizacional	Manifestas	Efectivamente actualizadas	Manifesto	Descritiva

**Fonte:** Lima (2003:57).

Tendo em consideração ao quadro da proposta teórico- conceptual para análise organizacional da escola a que L. Lima se propôs a estudar, podemos constatar que essas análises não serão efetuadas e “conduzidas por forma a encontrar evidências empíricas que suportem tais conclusões” (Lima, 2003:50). Por esta razão, nos apegando ao que podemos designar de “estrutura formal e estrutura informal”, descreve Lima afirmando que

“as estruturas formais são veiculadas pelas (e veiculadoras das) das orientações normativas produzidas pela administração central. De um ponto de vista oficial, só elas existem, e de igual modo, em todas as escolas. Consubstanciadas em regulamentos e em organogramas, elas representam a face oficial da organização, mas não é a sua única face, ou necessariamente, a face real” (*ibidem:50*).

Por outro lado, “do ponto de vista da sua acessibilidade ao investigador, elas podem ser consideradas estruturas *latentes* – sempre existem no plano das orientações, mas nem sempre serão convocadas, podendo mesmo não se manifestar, em casos específicos e parcialmente no plano da acção organizacional” (*ibidem:50*). Em análise, pode-se constatar que

“a existência de *níveis* organizacionais, eventualmente estratificados, poderá afirmar-se que estas estruturas se localizam a um *nível superficial*, já que o seu estudo está dependente do acesso a fontes normativas escritas e publicadas, ou divulgadas (leis, regulamentos, estatutos, circulares, ordens de serviço, etc). São portanto, reguladas por formais- legais (normas) com carácter impositivo, estruturas e codificadas, geralmente em linguagem jurídica (ou nela inspirada), e estão escritas em suportes oficiais” (*ibidem:51*).

Percebe-se também que estas

“são regras sempre em vigor, até serem substituídas por processos formais semelhantes aos atualizados no momento em que pela primeira vez foram instituídas, e são obrigatoriamente do conhecimento dos actores (enquanto presunção. Constituem um quadro construído e fixado em torno dos objetivos oficiais *da* organização (*para* a organização), são atribuidoras de significado normativo à acção organizacional, instituem uma hierarquia formal e distribuem atribuições e competências” (Lima, 2003:51).

As regras formais as quais nos referimos “obrigam a um *desempenho* em conformidade, tendo como bases predominantes de legitimação a normatividade, o cumprimento da lei e dos regulamentos, passíveis de controlo e de fiscalização” (*ibidem:51*). As excessivas normas e controlos a que as escolas junto às estruturas formais estão sujeitas a passar, apresenta uma enorme burocratização naquilo que tem a ver com o desenrolar de suas atividades.

No que concerne “ao plano da acção organizacional e, no que ao plano das orientações diz respeito” (*ibidem:52*) nos apresenta sobretudo “outro tipo de estruturas e de regras menos visíveis” a que há muito foi sempre designada por *estruturas informais* a que o autor também a tem designado por “*ocultas* (ou cripto-estrutura)” pelo facto de afirmar-se “que o seu estudo está dependente de um tipo de *focalização interpretativa (stricto sensu)*” (Lima, 2003:52). Estas estruturas são tidas por “ocultas no sentido em que não são públicas nem oficiais, nem sempre se encontram descritas em documentos e são, por isso, de mais difícil acesso para os não- membros. Do ponto de vista do seu estudo, julgam-se ser estruturas localizadas a um *nível intermédio* e a um *nível profundo*” (*ibidem:52*).

Designa-se de *nível intermédio* por não se fazer presente o conjunto de normas, regras, ou mesmo por apresentar uma característica “*não-formal* e a um nível profundo pela existência de regras informais” (*ibidem:52*). Estes dois tipos de regras apresentadas, distinguem-se das regras formais por não apresentarem formalidade, isto é, são de carácter não-oficial. São menos exigentes, nem apresentam *regras uniformes de aplicação obrigatória*. Apenas são conhecidas por indivíduos do grupo ou subgrupo por “tomarem por referência objetivos diversos dos oficiais, interesses comuns e interesses antagónicos ou em conflito na organização, o poder e não tanto a autoridade, a hierarquia

socio- organizacional e não tanto a hierarquia formal representada no organograma, o actor social e menos o actor racional” (*ibidem:53*).

Após termos analisado as regras formais, não formais e informais, concluímos que as

“*regras não-formais e as regras informais* obedece principalmente a um critério de estruturação (maior ou menor). Como vimos, as regras formais são totalmente estruturadas e fixadas em documentos. Já as não formais apresentam uma estruturação de tipo diferente, dado o seu carácter não- oficial, a sua circulação geralmente mais restrita e o seu alcance mais limitado. Produzidas no seio da organização, são regras estruturadas ou semi-estruturada, que podem tomar forma escrita e que tanto se podem orientar para a formulação de procedimentos operativos das regras formais, como para área de intervenção não formalmente regulamentadas ou legalmente consideradas” (*ibidem:53*).

Neste âmbito, podem ser consideradas de

“regras interpretativas das regras formais ou simplesmente regras alternativas, embora raramente estejam feridas de ilegalidade, dado que o seu relativo grau de estruturação e a sua circulação (por vezes sob formas de documentos de trabalho ou de planos de acção) as tornarão mais facilmente visíveis, até perante os serviços de inspecção” (*ibidem:54*).

Outro aspeto não menos importante que devemos também referir são as regras informais, por serem

“regras não-estruturadas, são geralmente ainda mais circunstancias e podem não ser generalizadas a toda ou a largos setores da organização. Têm um alcance mais limitado, podendo ser mesmo produzidas de forma *ad hoc* para a resolução de um problema específico. A existência raramente será detetada através de documentos escritos, podendo, quanto muito, inferir-se através de actos e decisões” (Lima, 2003:54).

Por não apresentarem um carácter raramente aberto, estas regras no interior da organização, são de carácter restrito e de pouca circulação ou mesmo até chegarem a vir ser secretas.

Por outro lado, é de salientar que o estudo das *estruturas manifestas*, das *regras actualizadas* e do desempenho dos actores, dentro da análise organizacional da escola, “completa-se pela consideração do plano da acção organizacional efectiva” (*ibidem:54*). Estas estruturas transitam-se “das orientações, do domínio do que deve ser, qualquer que seja a sua referência e o tipo de regras que toma como base, para o domínio daquilo que é, ou seja, para o domínio das *regras efetivamente actualizadas*” (*ibidem:55*).

Desta feita, terminamos por afirmar que o estudo destas regras no interior da escola é cada vez fundamental, para que se perceba melhor o funcionamento da escola.

## **2.9. Proposta para o quadro teórico conceptual da AE**

Quanto às lógicas de ação, verifica-se que não seria correto falar das mesmas sem ter em conta as regras sociais, visto que através delas são regulados os comportamentos dos indivíduos na sociedade. Neste âmbito, apegando-nos nas ideias de T. Burns, & H. Flam, (2000:14) “as regras e os sistemas de regras manifestam-se nas atividades sociais observáveis na vida quotidiana, interações estas que oferecem aos envolvidos a oportunidade de alterarem ou transformarem as regras”. Normalmente, as regras são reguladoras das ações, ao contrário da maioria dos constrangimentos físicos ou biológicos, podem ser transgredidas ou modificadas. (*ibidem:14*). Precisa-se também entender como apontam os autores que “nem toda a ação que é ‘escolhida’ – por oposição a ‘provocada ou definida externamente’ – é essencialmente orientada ou conduzida por regras”. Continuam argumentando que “os atos podem ser pessoais, impulsivos, motivados fisicamente ou de caráter *ad hoc* (mesmo quando motivados por razões estratégicas). Estas ações não são, em sentido restrito, reguladas por regras sociais” (*ibidem:15*). Não parando por ali, os autores foram um pouco mais a fundo sustentando que “ações reguladas por regras não implicam ações determinadas por regras. Nem todas as regularidades ou padrões da vida social são determinadas por regras” (*ibidem:15*). Os constrangimentos do meio envolvente como o ambiente físico e da ecologia social são determinantes para que as ações sejam possíveis, ou não, afirmam os autores. Não obstante ao que já foi referenciado em torno das regras e lógicas sociais, são várias as análises efetuadas em prol de tais conceitos. Neste âmbito T. Burns, & H. Flam (2000:311) sustentam um pouco mais abaixo que,

“Mantendo-se iguais outros fatores, os participantes vivem situações como sendo ambíguas, confusas e geradoras de conflitos, a menos que desenvolvam metaregras entre eles partilhadas que indiquem qual a lógica preponderante ou formulem uma nova lógica sintética, transformando assim a situação numa lógica de ação unitária”.

Como aponta A. Giddens (1997:32) ao fazer referência às lógicas de ação,

“os sistemas sociais são formados por ações e relações humanas – o que lhes confere características padronizadas é a sua *repetição* ao longo de períodos de tempo e de distâncias no espaço. Por isso as ideias de reprodução e de estrutura estão estreitamente relacionadas na análise sociológica”.



Continua afirmando que

“devemos entender as sociedades humanas como se fossem edifícios que estão constantemente a ser reconstruídos pelos próprios tijolos de que são feitos. As nossas ações são influenciadas pelas características estruturais das sociedades em que somos criados e em que vivemos, características essas que ao mesmo tempo recriamos (até certo ponto alteramos) com as nossas próprias ações” (*ibidem*:32).

O interesse pelo estudo das lógicas de ação despertaram sempre interesse para alguns investigadores. Neste caso, D. Silva não ficou de fora, dando seus pareceres. Desta feita, a autora argumenta que “a identificação e compreensão das lógicas de ação ou dos ‘mundos’ que norteiam a ação, emerge um registo mais atual que reafirma a pertinência do modelo analítico no estudo das organizações educativas, em geral e na escola em particular” (Silva, 2007).

Contudo, cabe-nos argumentar que as lógicas de ação, dependem exclusivamente das atividades efetuadas ou a efetuar (Gomes & Lima, 1998). A necessidade da conceção de lógicas de ação para o desenrolar da nossa investigação, torna-se fundamental, razão pela qual fazemos menção a três lógicas (burocrática, política e da ambiguidade) que seguidamente mencionaremos.

## **2.10. Narrativa das Lógicas Burocrática, Política e da Ambiguidade**

### **2.10.1. Lógica Burocrática**

Atendendo as características a que as lógicas burocráticas estão expostas, realçando os aspetos a que o modelo burocrático refere, temos a salientar o seguinte:

Para este modelo, a implementação e o uso das normas, leis e regras são um facto para a regulamentação das atividades, visto que tudo é movido por ordens hierárquicas, nada é feito por acaso, e todo o processo é executado por escrituras previamente definidas. Para este modelo, a questão “desordem” não se faz sentir porque o processo da impessoalidade nas relações é o que reina no exercício das funções, há uma grande tomada de consciência por parte do pessoal envolvido em distinguir dois grandes fenómenos que em muitos casos são confundidos e que levam ao fracasso a maior parte das organizações, “propriedade e a administração” porque tudo é executado burocraticamente. Assim, a seleção do pessoal é feita por meio de concursos ou mesmo por habilitações, e cada um deve cumprir com o que lhe é incumbido (deveres). Com o exposto, não significa que este modelo seja o ideal ou mais importante que os outros, mas possui seus aspetos positivos que devem ser aproveitados e os negativos que devem ser analisados, ou mesmo extinguidos.

O que mais nos chama atenção neste modelo, é o facto de haver rigidez no que se faz. Deste modo, estarão presentes infalivelmente a rigorosidade, disciplina, eficácia, controlo e até mesmo a confiança, pelo facto de se dar a normatização das ações. Apesar de tudo o que foi dito, também este modelo não considera o fator mudança e a inovação, que são chaves para o progresso de qualquer organização. Ora, o facto de se estar dependente das normas, regulamentos e leis, o fator rotina é predominante por se ter já presentes os passos a seguir para o cumprimento de determinada ação. Em muitos casos, o facto de se apegar a regras demasiadamente rígidas, a incapacidade de dar respostas a situações imprevisíveis é visível. A impessoalidade que é observada na burocracia, em muitos casos pode ser conflituosa, pelo facto das pessoas não se identificarem com elas. Normalmente, as organizações que se identificam com esta lógica (burocrática) são conservadoras, por se preocuparem demasiadamente com a segurança de seus funcionários. Esta é uma lógica que não desperta interesse em termos competitivos por utilizar um único modelo de promoção muito “ultrapassado”, podemos assim dizer, pelo facto de promover os indivíduos por antiguidade e não por competência.

Precisa-se perceber que ao se tratar desta lógica, pensa-se logo em Max Weber, por ser um dos autores que mais se destacou em estudar, embora haja outros que também se dedicaram com seus subsídios. Nesta lógica, os conceitos poder e autoridade são determinantes.

Deste modo, ao situarmos esta lógica no quadro nº8, chegaremos à conclusão de que o agente regulador ao qual fazemos referência, são os adultos qualificados, professores, que apresentam como função primordial regular o processo laboral por meio de critérios estabelecidos por normas e leis. Desta feita, cabe-nos também frisar que estes atores são transmissores adultos, com a missão principal de regular por meio de padrões morais e culturais da sociedade e do Estado, por meio de formalidades que é característico desta lógica burocrática, como já nos referimos anteriormente, que a mesma apresenta essa característica fundamental por nada ser decidido de maneira informal porque tudo o que se implementa ou se está para implementar é movido por leis. Visto nesse âmbito, é de salientar que a avaliação é também um fator importante neste modelo, mas não no sentido promocional, mas porque tal fator é determinante para a observação do cumprimento de cada função. Assim, quem detém o poder nesta lógica, possui a capacidade de avaliar e resolver situações formais no exercício de cada atividade.

O Estado tem uma função primordial ao estabelecer leis, normas e regulamentos, centralizar as suas atividades, bem como se comprometer com o que foi determinado por lei e intervir quando necessário for. Perante o País, o Estado apresenta um papel preponderante no regulamento e criação

de leis e normas que possam facilitar a convivência social, concretamente na educação. O estabelecimento destas leis nem sempre é do agrado de todos, mas como é uma atividade que só a ele cabe, eis a razão de tal procedimento, nesta vertente, muitas vezes as atividades são centralizadas, sem dar espaço a opiniões secundárias (boas ou não), mas que podem contribuir para o enriquecimento do que se pretende alcançar. A ausência destas opiniões, em muitos casos, levam ao fracasso das decisões tomadas pelo Estado, porque as realidades vividas em cada região ou escola, apresentam as suas particularidades que nem sempre são do domínio central. Exemplificando o processo docente educativo, em muitos casos os programas elaborados para assegurar o processo da docência, são feitos tendo por bases a realidade local (central) que muitas vezes não é compatível com a realidade das zonas um pouco mais no interior e que vem distorcer o que se conhece, por isso mesmo, para esta lógica, o Estado deve adequar o ritmo de todo o processo educativo, para que tudo corra de maneira uniforme em todo território e que todos se enquadrem no que se estabelece. A determinação das ações também é um fator importante para que se adquiram êxitos no que se estabelece por lei, e estas não devem somente ser engavetadas em gabinetes, mas sim afixadas para o conhecimento de todos. Para isso, não basta somente centralizar, determinar ações, mas também o Estado deve se comprometer diante de tais factos, supervisionado e avaliando periodicamente para analisar se o que se estipulou está surtir efeitos positivos ou não. E, caso contrário, deve intervir, elaborando leis que possam beneficiar tanto os que as elaboram, como os que as cumprem. Os pais são agentes determinantes para o estudo desta lógica, pelo facto de tudo o que se estabelecer por lei recair sobre eles. Desta feita, a comunidade educativa apresenta como missão principal o cumprimento das normas estabelecidas pelo Estado, porque só se pode desenvolver quando os participantes no processo se empenham e se sintem parte dela como verdadeiros atores e não como meros telespectadores. A comunidade educativa é tida como empresa, por estar sempre a fornecer à Escola os seus descendentes com uma educação básica, embora esta seja a primordial e o seu desenrolar seja infinito. A escola não deve trabalhar de forma isolada, eis a razão da existência da presença dos representantes de pais e encarregados de educação nos organogramas feitos nas escolas. Deste modo, as relações devem ser amigáveis, para obter um desenvolvimento e melhoramento tanto da escola como dos alunos e da sociedade no geral. Em muitos casos, quando se dá pela ausência dos pais na participação e gestão da escola, nota-se fracasso em termos de gestão e não só, porque os alunos são oriundos das comunidades e é importante que a escola tenha conhecimentos relativamente à comunidade para poder agir. Mesmo sendo integrante do organograma da escola, os pais, em muitos casos (atendendo a realidade Angolana), só se fazem presentes à

escola, se forem convocados ou se no final do ano letivo o seu filho tiver reprovado e nunca para se atualizar do desempenho do seu filho nas aulas, bem como o seu comportamento. Por outro lado, escolas há que nem mesmo se importam pela opinião dos pais e encarregados de educação para tomarem suas decisões, simplesmente estabelecem leis sem que haja a participação dos pais e encarregados de educação, correndo o risco, deste modo, de existirem opiniões diferentes na tomada de certa decisão. Por outro lado, os pais mesmo ausentes do que acontece na escola, estão sempre preocupados com o que se espera de seus filhos como atores da sociedade. Assim, como a comunidade educativa (pais) joga o seu papel na educação de seus filhos, a escola é outra componente essencial que deve ajudar a sociedade na implementação do que foi traçado por lei e não só. A escola tem sido o espaço onde se dedica a maior parte do tempo, ela é obrigatória até um certo nível de escolaridade, para se evitar o analfabetismo, que é uma variável que deve preocupar bastante a sociedade como fator que não contribua em nada para a mesma. A escola torna-se comunitária, porque é um espaço que está ao serviço de todos sem distinção de cor, raça, ideologias políticas, crenças religiosas.... mas que todos se sintam parte integrante, contribuindo para um ambiente salutar e bom para se estar e aprender. Se esta é tida como um lugar obrigatório, também deve estar ao serviço de todos, não só para os que a frequentam, mas também para os que desejam os seus serviços, sendo ela uma organização formal. Desta feita, torna-se uma organização educativa porque, para além de ensinar, desempenha funções como educar, englobando deste modo vários setores como a Associações de Estudantes e encarregados de educação, o Conselho Diretivo, pedagógico, administrativos, entre outros. Passa a ser um lugar de ordem porque a formalidade é um facto em que tudo deve ser executado em detrimento das normas estabelecidas tanto pelos órgãos centrais, e que o fator (centralização) é determinante. A seriedade é uma variável indispensável no exercício de cada função, e sendo a escola a fonte de distribuição e de saberes para todos outros setores, a seriedade deve ser essencial para que a mesma não forneça à sociedade “produtos” não desejáveis. Para tal, em alguns casos, a rigidez é necessária para fazer funcionar o que está mal e melhorar o que está bem.

Como já nos referimos anteriormente, a escola, para além de ensinar, também educa, e não só as suas ações são mais extensas, na medida em que ela desempenha um papel social, participando em atividades de cunho social, como campanhas de solidariedade, palestras mobilizadoras que incentivem a todos a frequentar a escola e mais, mantendo relações saudáveis com todos os integrantes ou não.

A escola deve exercer as funções, as quais lhe foram incumbidas pelo Estado. Como se tem dito, as áreas pedagógica e administrativas, são centrais para o êxito de uma instituição escolar. Assim, os indivíduos selecionados para exercer tais funções, devem exercê-las com “poder e determinação”, para que as atividades neles incumbidas não sejam fracassadas. Ora, não basta somente ser chefe e mandar, fazendo o que apetece, mas também a prestação de contas aos órgãos centrais é uma componente essencial para se poder avaliar a qualidade de serviços prestados. Se partimos do pressuposto de que só há escola porque existem alunos, dá-nos logo a percepção que os mesmos desempenham um papel importantíssimo para que o processo de ensino e aprendizagem seja um facto.

Mas para este caso, o aluno é dependente no cumprimento das atividades planificadas pelos órgãos centrais e locais subordinando-se tanto aos seus diretores, como aos professores, bem como de todos os funcionários e seus encarregados de educação. A Associação de Estudantes é outro fator importante que não deve faltar num organograma escolar, visto que a mesma é a representante dos alunos nos órgãos de gestão da escola, defendendo o estudante, mas também deve contribuir para o melhoramento e desenvolvimento escolar. A Associação de Estudantes deve agir tendo presente as formalidades a que o processo decisório tem de cumprir para manter a ordem e controlar melhor suas atividades.

### **2.10.2. Lógica Política**

Relativamente a esta lógica, tem de se esclarecer que o fator poder e autoridade não se fazem escapar, mas não são tão determinantes como nos apresenta a lógica burocrática, assim como nos aponta E. Silva (2004:232) ao referir em torno do modelo político, “embora reconhecendo a existência de uma estrutura, de autoridade, considera que esta é apenas uma das bases de poder dentro da organização, e não necessariamente a mais importante”. Nesta perspetiva, salientamos que este modelo tanto quanto os outros, também apresentam os seus pontos positivos e negativos.

São aspectos determinantes para esta lógica, os seguintes conceitos: interesses, conflitos, mudanças, estratégias e poderes. É, nesta base, que se analisarmos a sua lógica, observaremos que cada um gera o outro porque para aquisição do poder, que é o determinante nesta lógica, há que passar pelos interesses, conflitos, mudanças e estratégias. Deste modo, para o indivíduo interessar-se por algo, é porque tem seus motivos, objetivos, valores, expectativas que o fazem agir de determinada maneira e não de outra. Nesta linha de ideias, julgar não é a melhor opção, mas entender as causas

de tal comportamento é o ideal para se poder perceber o porquê de um comportamento e não o outro. O conceito interesse está presente em todas as esferas da vida e utilizámo-lo no nosso dia-dia para o alcance dos nossos objetivos. É, nesta base, que pessoas para conseguirem o que desejam desenvolvem estratégias para fazer valer sua posição, gerando deste modo conflitos opondo-se aos interesses causando choques. Onde existem homens, lá estarão presentes os conflitos por cada um ter sua maneira de pensar e idealizar suas aspirações. Estes conflitos não são simplesmente executados de uma única maneira, mas em diferentes modalidades, como alguns podem ser pessoais, por grupos, isto dependentemente das circunstâncias e também podem ser visíveis ou invisíveis. Com o exposto, e se nos apegamos às condições que o caracterizam, podemos concluir que quando assim acontecem situações conflituosas, mudanças não de se efetivar, embora estas possam ser tanto negativas, quanto positivas.

Como o nome nos revela, só se muda o que incomoda, nesta ótica se fizermos referência aos ideais de P. Bernoux (s/d:214) que esclarece de forma aplausível o conceito mudar, observaremos que, no seu entender, mudar “é entrar numa relação diferente com o outro. Esta nova relação é construída”. Embora este fenômeno nem sempre seja visível, por alguns apegarem-se à “resistência” à mudança. Esta mudança a que nos referimos, não é feita de forma brusca sem se pôr em causa as modalidades de sua alteração. Nesta perspectiva, há que se traçar estratégias que possam facilitar a execução da mesma. Deste modo, é de mera importância fazermos referência aos aspetos que caracterizam as estratégias como fenômeno que são postos em causa no desenrolar de qualquer que seja a atividade para que haja inovações. Desta feita, para que se responda ao que se pretende alcançar, é importante que se tracem táticas que possam dar efetividade às estratégias implementadas para a execução do que se deseja. É, nesta ótica, que A. Bolívar, (2003:110) afirma que ambas caminham juntas, esclarecendo da seguinte maneira:

“as estratégias proporcionam um quadro de referência para resolver os problemas dentro de uma planificação do desenvolvimento; as táticas são um conjunto específico de atividades exigidas para levar a cabo as estratégias. As táticas, portanto, assemelham-se aos planos operativos, que funcionam em quadros de referência mais amplos (estratégias), com uma visão da forma como resolver os problemas”.

Sempre que se pretende mudar algo, há que se utilizar estratégias para determinar que passos e normas a traçar para a efetivação do mesmo. Outro conceito também é apresentado por L. Carvalho *et al* (2015:84) para definir estratégias “como a forma como a organização se vai posicionar no mercado onde atua, para alcançar as suas metas e objetivos”.

O poder como nos referimos anteriormente, é uma componente que está sempre presente em todos os setores da vida social, embora a sua execução não seja linear para todos. Assim, quando queremos impor a nossa vontade em detrimento da vontade de outros, estamos perante o poder. Existem variadíssimas formas de poder, como o económico, jurídico e outros. Em organizações, existem sempre elementos que têm a capacidade de influenciar os outros, não de uma forma legal, mas usando suas estratégias e conseguindo alcançar seus objetivos, a estas formas utilizadas podemos designá-las de poder. Quando falamos de poder, pensa-se logo em subordinação, imposição e influência que alguns podem ter em detrimento de outrem. Na vertente do modelo político, o agente regulador que é o professor, tem a missão de ser um ator em busca do progresso escolar e social, mantendo sua posição de educador e transformador social. O professor, depois dos pais, é o que mais contacto tem com os estudantes, por isso, a sua missão não simplesmente deve basear-se em ensinar, mas também educar, passando valores e regras de boa convivência salutar, tanto na escola, como fora dela.

O progresso escolar passa em primeira instância pelo professor e posteriormente aos órgãos diretivos e centrais. Visto isto, dá-nos logo a perceção do quanto o professor é importante para a escola e a sociedade. Sendo ele a fonte de progresso social, as suas ações devem ser exemplares para suscitar interesses aos que o seguem e o admiram e prosseguir com a profissão, criando, deste modo, uma comunidade de estudantes com objetivos e metas determinadas, suscitando uma pluralidade de valores na sociedade no geral. O professor não deve apresentar dupla personalidade como muitos se referem “professor é na escola”. Ser professor é um bem tanto para a sociedade como pessoal porque apesar de ser cidadão, não deixa de exercer suas funções como professor, à medida que vai ensinando e os anos vão passando, vai gerindo vários alunos com capacidades e comportamentos diferentes e o professor deve ter a capacidade de atender e lidar com a diferença. Por isso, um bom professor deve ser um bom gestor, não somente na vertente material, como na vertente de recursos humanos. Como já referimos, o professor deve ser o modelo a seguir, agora nos vamos referir a ele como integrador, que tem a capacidade de reunir, dinamizar e congregar os estudantes em sua volta. Para tal, deve possuir algumas qualidades que sirvam de atração para os demais colegas e alunos, bem como a própria direção que o acompanha. O bom professor não deve excluir ninguém por ser de um partido, religião, raça e cor diferentes da sua, mas sim deve saber viver e conviver na diferença, integrando de modo sincero todos os que se encontram ao seu redor, visto que é tido como regulador. As aparências não devem fazer parte do seu vocabulário e nem da sua vivência, embora em muitos casos é o que se vive. O Estado também tem o seu papel como órgão decisório, mas que descentraliza as decisões para

os atores locais. Neste caso, deve exercer o papel que lhe cabe e não viver entre o “ser e não ser”. Dentro do processo educativo, o que se espera do Estado é adequar o ritmo dos processos educativos, para que não haja disparidade em termos de conhecimentos em diferentes regiões de um mesmo país. A determinação em suas ações deve ser um fator primordial para que se cumpra com o que se comprometeu. Assim, não basta afixar normas, leis e regras, mas também supervisionar e obter uma ideia real do que se vive concretamente, porque nem sempre o que “parece ser, é”. Por isso, essa supervisão deve ser realizada, quantas vezes for necessária e não quando forem solicitados. Caso se encontre anomalias no que se avalia, deve-se intervir, para mudar a ação para o melhor e manter a qualidade desejada. Essa intervenção não deve ser no sentido de punição, mas para corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. O Estado não deve elaborar suas leis sem ter presente a ideia de que elabora as mesmas para a sociedade e nelas estão presentes as famílias que são parte integrante. Deste modo, o cumprimento das normas estabelecidas pelo grupo é imprescindível para fazer funcionar de forma clara e evidente o que se planejou viver como comunidade. Por isso, a criação e o incentivo de iniciativas próprias é importante para que haja mais ideias, desenvolvimento e conseqüentemente o crescimento das comunidades.

As sociedades cada vez mais estão marcadas pela crescente mudança de valores morais que dia a pós dia vão preocupando as autoridades e não só. É por esta razão, que muitos alegam que a base educacional deve começar na família, que é a fonte onde parte cada ser humano, por isso a urgência na mobilização de valores educacionais é um facto para fazer funcionar o que não está bem. A família não deve fingir ao educar porque se assim o fizer, ela mesma colherá as conseqüências, bem como a sociedade no seu todo. Os valores educacionais não apresentam uma fase específica a qual deve ser transmitido, mas sim desde o nascimento, estes devem ser passados para não desaparecer. A integração social é outra tarefa para a qual as famílias estão convidadas a desempenhar, pelo facto de ser o foco das atenções na implementação e cultivo de valores educacionais e não só. Cada ser humano provém de uma família, por isso, cada uma destas famílias, deve preparar o seu educando para poder enquadrá-lo na sociedade com princípios, valores, dialogando com os valores da sociedade, caso contrário, estaria a se formar uma sociedade manchada e com um elevado nível de gente sem a capacidade de transformar a mesma, criando pessoas solidárias e respeitosas. Neste âmbito, se as famílias empenharem-se em cooperar para a integração social, suscitarão também em seus educandos o desejo pela aprendizagem e, conseqüentemente, estes transformarão a sociedade com seus os saberes e procurarão sempre mais aprender e conquistarão a cultura de diálogo, que é a base para a resolução de problemas. O negociar também é um fator a ter em conta para a resolução de



determinadas situações, como já nos referimos anteriormente que só com o diálogo é possível a resolução de problemas, assim também negociando há mais liberdade no que se pensa ou se está a fazer porque há trocas de ideias e todos saem a ganhar. Por isso, com os filhos, a família não deve impor, mas dialogar, negociar, discutir e corrigir situações que se apresentem pouco claras. Já a escola, é considerada como a segunda casa na qual os indivíduos passam a maior parte de seu tempo, é um espaço de desafios (saberes) porque cada um procura dar o seu melhor empenhando-se cada vez mais no diálogo com as famílias. Assim, cada um deve conservá-la. Passa a ser uma organização complexa porque apesar de existirem desafios em termos competitivos, também é um espaço composto por todos e com diferentes hábitos e costumes. É nesta base que muitas das vezes é designada de “lugar de vários mundos”, por existirem várias racionalidades e argumentações. Mas também é preciso salientar que nem sempre tudo o que se pensa e se argumenta é o certo, mas é preciso perceber que existem várias racionalidades e isto faz a diferença. Neste processo, o aluno tem um papel preponderante, não somente na aprendizagem, mas também na criação de um sentido cultural múltiplo, bem como na construção do seu projeto identitário. Sendo um elemento dependente dentro da instituição escolar, a subjetividade em suas ações é um facto, por submeter-se no cumprimento de suas atividades, por não possuir um projeto próprio o qual se baseia para agir em qualquer momento. Isto não significa que deve ser um agente passivo, mas antes pelo contrário um agente crítico no que verdadeiramente se deseja construir. Deve cultivar a ideia de um sentido cultural múltiplo, percebendo que existe variedade de opiniões, pluralidade de focalizações teóricas e estas juntas constroem o saber e, conseqüentemente, a ciência. O aluno não deve tornar-se um mero assistente, mas alguém que participa na construção de seu projeto identitário, mostrando o que é capaz de fazer com seus conhecimentos, deve ser um elemento ativo e não passivo, que participa, busca, interage e não somente aquele que espera e cumpre. A Associação de Estudantes, também é um outro grupo de estudantes que não possui uma tarefa fácil. Visto que ela tem os seus objetivos a alcançar a centralização na mobilização dos diferentes interesses da comunidade educativa deve ser é um facto, por isso a mesma tem que encarregar-se em mobilizar os estudantes para uma tamanha adesão em seus projetos. Para tal, deve mostrar trabalho e estar ao serviço dos próprios estudantes. Não deve ser um grupo motivado por interesses que não sejam dos estudantes e com fins lucrativos, mas um grupo de trabalhadores motivados ao trabalho e sem nenhuma dependência. Quando está presente a autonomia e a motivação, o que se planifica, cumpre-se porque não há interferência e somente saem a ganhar os estudantes a qual dependem. Caso contrário, “o que parece ser, nem sempre é” pelo facto de se estar a cumprir não o que realmente motivou a existência da mesma, mas

interesses exteriores que possam perigar e comprometer a Associação. A asseguaração da função democrática da igualdade e de oportunidades deve ser também uma das tarefas da qual a associação de estudantes se deve encarregar de cumprir. Deste modo, a liberdade de expressão deve prevalecer para que haja democracia. A Associação deve dinamizar o setor estudantil, com atividades em que todos se sintam parte integrante, mantendo uma relação de proximidade entre os órgãos de gestão da escola e a associação, para se fazer chegar as preocupações que os estudantes apresentam e se encontrar possíveis soluções.

### **2.10.3. Lógica da Ambiguidade**

No que tange a lógica da ambiguidade, o professor é um elemento sem uma definição própria, como também nos revela a própria lógica, pois um dos aspetos que a caracteriza é a falta de clareza em seus projetos onde os problemas e soluções encontram-se misturados como num “caixote de lixo”, como nos revela (Estêvão, 1998:198). Nesta ótica, nada existe que possa regular a sua atividade como docente, mas do mesmo jeito ele trabalha, a sua capacidade de decisão nem sempre é clara, pelo facto de não possuir normas, leis e programas que o auxilie no exercício de suas funções. Outro fator que podemos considerar caracterizador desta lógica, é a imprecisão e a incerteza, pois julgamos que o Estado também apresenta uma indefinição na tomada de suas decisões pelo facto do que se deseja implementar não estar claro, mostrando subjetividade, mas do mesmo jeito, funcionar sem estatutos, nem programas devidamente elaborados. Desta feita, afirmamos que, relativamente à comunidade educativa, temos a salientar que a fluidez da sua participação é uma das principais características que a distingue, por se tratar de uma participação coletiva e eficiente na vida de seus educandos, não regulamentada por leis ou normas que as possam guiar, mas o interesse os quais os move para a resolução de possíveis situações com as quais possam encontrar.

Para esta lógica, o papel da escola é bastante relevante, embora a mesma funcione como *anarquia organizada*, pelo facto de tudo funcionar sem certeza e com bastante ambiguidade por falta de regulamentos, normas, leis que as possam guiar, ela desempenha a sua função como escola.

Se nos apegarmos logo na análise dos termos anarquia organizada, dá-nos logo a sensação que os serviços não funcionam corretamente, mas a ideia que queremos aqui passar, é que esta anarquia não é um sinónimo de desorganização, desordem, mas é uma outra forma de trabalho com a qual muitos se identificam. Deste modo, pode-se salientar que a escola deve estar sempre virada ao serviço da comunidade, beneficiando deste modo a sociedade e os estudantes que a frequentam. Para

esta lógica, e tendo em consideração ao que foi exposto, dá -nos de imediato a ideia de que o aluno é um elemento passivo e instável, por não possuir qualquer documento que o possa orientar e regular nas suas atividades como estudante, tudo o que se estabelece deve ser cumprido sem questionar, não apresenta uma função o qual aparece como participante em tomadas de decisões, simplesmente deve ser guiado pela frase seguinte “o seu dever como aluno é cumprir o que se estabelece”, não tem oportunidades para reclamação, tudo funciona a base de informalidade.

Relativamente à associação de estudantes, temos a referir que o processo de formalidade na execução ou resolução e tomada de decisões nos problemas e situações a resolver, é quase inexistente, por se tratar de uma lógica que não põe em destaque as normas, leis e documentos, nos quais os envolvidos possam se basear para trabalhar. Tudo é executado de modo informal sem nenhum estatuto ou programa, mas do mesmo jeito a funcionar e todos os indivíduos sentem-se envolvidos nas tarefas a executar, relacionando-se uns com os outros. Como a informalidade é o fator determinante nesta lógica, torna-se difícil responsabilizar alguém por determinados atos.

Tendo em consideração o quadro teórico apresentado, propomos um quadro-conceptual que visa contribuir para a compreensão do nosso do nosso objeto de estudo. Pois concebemos algumas categorias à luz das considerações teóricas desenvolvidas nos três modelos: o burocrático, político e o da ambiguidade.

Quadro 8 – Proposta teórico- conceptual

	<b>Agente Regulador</b>	<b>Papel do Estado</b>	<b>Papel da Comunidade educativa</b>	<b>Papel da Escola</b>	<b>Papel do aluno</b>	<b>Papel da Associação dos Estudantes</b>
Lógica Burocrática	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atores reguladores adultos;</li> <li>- Transmissores dos padrões morais e culturais da sociedade Estado;</li> <li>- Formalidades;</li> <li>- Avaliadores;</li> <li>- Detentor de poder.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer leis;</li> <li>- Compromisso obrigatório;</li> <li>- Centralização</li> <li>- Adequar o ritmo dos processos educativos ;</li> <li>- Determinar ações</li> <li>- Supervisionar;</li> <li>- Afixar normas, leis;</li> <li>- Avaliar periodicamente;</li> <li>- Intervir caso for necessário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cumprimento das normas estabelecidas pelo grupo;</li> <li>- Empresa educativa;</li> <li>- Criar e Incentivar iniciativas próprias e coletivas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaço de adaptação individual;</li> <li>- Local obrigatório e comunitário;</li> <li>- Serviço público;</li> <li>- Organização educativa;</li> <li>- Local de ordem, seriedade e rigidez;</li> <li>- Produção de ações e relações.</li> <li>- Exercer Poderes pedagógicos e administrativos;</li> <li>- Prestar contas às autoridades administrativas locais...</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dependência e subordinação diante do mundo adulto;</li> <li>- Construir o seu projeto identitário;</li> <li>- Incapacidade de auto-direção ou autocontrole</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Representantes dos Estudantes.</li> <li>- Intervir passivamente no processo.</li> <li>- Formalidade do processo decisório</li> </ul>
Lógica Política	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunidade dos estudantes</li> <li>- Pluralidade de valores</li> <li>- Gestor de valores;</li> <li>- Integrador;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descentralização</li> <li>- Assegurar o processo.</li> <li>- Implementar políticas públicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobilização de diferentes valores educacionais;</li> <li>- Integração social;</li> <li>- Suscitar o desejo pela aprendizagem;</li> <li>- Dialogar;</li> <li>- “Negociar”</li> <li>- Discutir e corrigir</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaço de desafios(saberes)</li> <li>- Organização complexa</li> <li>- “Lugar de vários mundos”, várias racionalidades e argumentações;</li> <li>- Transformação do indivíduo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Subjetividade</li> <li>- Sentido cultural múltiplo;</li> <li>- ator crítico;</li> <li>- Construir o seu projeto identitário;</li> <li>- Participar ativamente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobilização dos diferentes interesses da comunidade educativa</li> <li>- Trabalhador motivado e autónomo.</li> <li>- Assegurar a função democrática da igualdade e de</li> </ul>

			situações pouco claras	-		oportunidades; - Dinamizar o Setor estudantil
Lógica da ambiguidade	Indefinido Decisor pouco claro	- indefinido	<i>Participação fluída</i> dos estudantes	- <i>Anarquia organizada</i>	- Instável Passivo	- Informalidade em suas decisões ou ausência. -Relaciona-se com os indivíduos envolvidos.

**Fonte:** Elaboração Própria

### **CAPÍTULO III. Metodologia de Investigação**

Para este capítulo, em primeira instância, procuraremos descrever alguns conceitos os quais nos ajudarão a perceber o termo metodologia e a retratar o *design* metodológico que suporta o desenrolar da nossa investigação. Assim sendo, no entender de P. Demo, metodologia significa, na origem do termo, estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. Mas que, “etimologicamente, metodologia contém a ideia de caminho a ser seguido, aparecendo o metodólogo à luz de uma tonalidade moralizante, à medida que se oferece como delimitador profissional de terras: as científicas e as não científicas, de acordo com o maior ou menor seguimento de regras de ação” (Demo, 1995:66).

Ainda na opinião do mesmo autor, a metodologia é uma disciplina instrumental ao serviço da pesquisa, ao mesmo tempo que visa conhecer os caminhos do processo científico, também problematiza criticamente, no sentido de indagar os limites da ciência, seja com referência à capacidade de intervir na realidade (*ibidem*).

Assim, observa-se que o problema central da metodologia é a demarcação científica entre o que é e o que não é ciência. Na perspetiva de Demo, (1995) não há nada mais controverso em ciências do que a sua definição.

Para Torres & Palhares “a metodologia, por mais sofisticada que seja, não pode ser tomada separadamente dos restantes procedimentos científicos e do processo global de construção da pesquisa” (Torres & Palhares 2014:66). Tendo em conta que não se faz trabalho de investigação sem metodologia, o investigador tem de estar munido dela para compreender com bastante detalhe o objeto em estudo e melhor desenvolver suas pesquisas.

Por outro lado, para Amado & Ferreira (2014), o investigador pode recorrer a técnicas quantitativas em complemento das técnicas qualitativas. Mas precisamos perceber que embora estes métodos juntos, muitas das vezes podem apresentar algumas implicações de natureza teórica.

De acordo com o que acabamos de referir, apresentamos algumas definições relativas ao conceito investigar. Para o Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora a palavra “investigar” (do latim *investigare*), refere-se à ação de seguir os vestígios de algo ou alguém. Também faz referência à realização de atividades intelectuais e experimentais de modo sistemático (pesquisar), com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre uma determinada matéria.

Já para Coutinho, a investigação vem a ser,

“uma atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objetivo de indagação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais. É através da investigação que se reflete e problematizam os problemas nascidos na prática, que se suscita o debate e se edificam as ideias inovadoras” (Coutinho, 2011:7).

Nessa lógica, pode-se afirmar que uma investigação é a procura de conhecimentos ou de soluções para certos problemas. Deste modo, cabe-nos salientar que uma investigação, mais concretamente a que refere a área científica, é todo um processo sistemático onde são recolhidos dados a partir de um plano previamente estabelecido que, uma vez interpretados, modificarão ou acrescentarão conhecimentos aos já existentes. Já na perspetiva de B. Tuckman a investigação vem a ser “uma tentativa sistemática de atribuição de respostas às questões” (Tuckman, 2012:47).

Assim, podemos constatar que a investigação em geral caracteriza-se por utilizar conceitos, teorias, linguagem, técnicas e instrumentos com a finalidade de dar resposta aos problemas e interrogações que se levantam nos diversos âmbitos do trabalho.

E, no entanto, tendo em consideração o problema que selecionamos para o nosso tema, os objetivos orientadores da investigação, e em conformidade com os pressupostos de análise de dados próprios da ferramenta de investigação, encaminhamos o estudo para uma investigação do tipo qualitativa, especificamente na vertente de estudo de caso, por se tratar da análise do funcionamento de uma organização, concretamente da escola e da associação dos estudantes (AE) em estudo.

E para a recolha da informação, foram utilizadas as seguintes técnicas: a entrevista e análise documental, sendo que nos pontos seguintes, apresentamos as formas como utilizamos os referidos instrumentos.

Nesta investigação, a metodologia que privilegiamos é a qualitativa. Outrossim, os estudos de caso, geralmente considerados estudos qualitativos, para muitos autores, como Bell (2004:95) “podem combinar uma grande variedade de métodos, incluindo técnicas quantitativas”. Por outro lado, partiremos a seguir para a distinção da metodologia qualitativa e quantitativa.

### **3.1. Metodologia Qualitativa e Quantitativa**

Para melhor perceção do tema em questão, partiremos da definição do termo metodologia, afirmando que este vem a ser na perspetiva de Almeida, & Pinto (1990:84) “a organização crítica das práticas de investigação”.

Todo um processo investigativo está sujeito a incorporar os métodos, bem como as suas técnicas, as quais poderão guiar o processo, assim como a obtenção dos resultados. Para tal, a tamanha necessidade de perceber a sua conceção e utilidade é fundamental. Mais afirmamos,

também, que as metodologias foram fundamentais para o nosso estudo. É, nesta ótica, que J. Bell, atendendo à questão concernente às metodologias quantitativas e qualitativas, afirma que na investigação quantitativa os investigadores “recolhem os factos e estudam a relação entre eles. Realizam medições com a ajuda de técnicas científicas que conduzam a conclusões quantificadas e, se possível generalizáveis”. Por outro lado, os investigadores qualitativos “estão mais interessados em compreender as percepções individuais do mundo. Procuram compreensão, em vez de análise estatística” (Bell, 1997:20) que são características que distinguem um método de outro.

Para C. Coutinho “na investigação qualitativa/ interpretativa quer os instrumentos, quer a conduta do investigador são difíceis de formalizar num conjunto de normas universalmente aplicáveis a todas as situações de pesquisa” (Coutinho, 2018:327). Mas na investigação qualitativa “o problema começa a ser uma descrição do objetivo da pesquisa. Esse propósito vai-se refinando como resultado da revisão de literatura e da recolha de dados. Por vezes pode incluir também uma referência à metodologia” (*ibidem*:329).

Na perspetiva de M. Lessard-Hébert, *et al* “a expressão «metodologia qualitativa» abarca um conjunto de *abordagens* as quais, consoante os investigadores, tomam diferentes denominações”(Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 2005:31).

Por outro lado, podemos afirmar que várias são as características que distinguem a investigação qualitativa da quantitativa. R. Bogdan & S. Bliklen quando se referem às características da *investigação qualitativa*, afirmam que esta investigação possui *cinco características*, mas também referem que “nem todos os estudos que consideramos qualitativos pateteiam estas características com igual eloquência. Alguns deles são, inclusivamente, totalmente desprovidos de uma ou mais características” (Bogdan, & Biklen, 1994:47), que seguidamente mencionamos:

*“1. na investigação qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal”* por este estar no local a todo o tempo, tentando observar para elucidar questões relativas à sua investigação, que para o nosso caso foram questões relacionadas a Associação de Estudantes e da escola em causa, através de instrumentos adequados à nossa investigação como o caso da utilização de áudio, blocos de apontamentos e lápis. É, neste âmbito, que se pode afirmar que

“os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as acções podem ser melhores compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem” (*ibidem*:48).



“2. *A investigação qualitativa é descritiva*”, assim é designada porque “os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagem e não de números. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação” (Bogdan, & Biklen, 1994:48) dados estes que incluem “transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, moradores e outros registos oficiais”. É de salientar, que o investigador qualitativo, ao analisar os dados, não os pode reduzir a números, mas sim analisá-los respeitosamente tanto no que diz respeito ao seu registo, bem como a sua transcrição minuciosa.

“3. *Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos*”, por esta razão pode se dar o caso de algumas questões mais frequentes,

“como é que as pessoas negociam os significados? Como é que se começam a utilizar certos termos e rótulos? Como e que determinadas noções começaram a fazer parte daquilo que consideramos ser o ‘senso comum’? qual a história natural da actividade ou acontecimento que pretendemos estudar?” (*ibidem:49*).

“4. *Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva*”, isto é, “não recolhem dados ou provas com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente; ao invés disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando” (Bogdan & Biklen, 1994:50), mas que se por ventura um investigador qualitativo pretenda “elaborar uma teoria sobre seu objecto de estudo, a direcção desta só se começa a estabelecer após a recolha dos dados e o passar de tempo com os sujeitos” (*ibidem:50*). Esta característica vem a nos elucidar que “o processo de análise dos dados, é como um funil: as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão-se tornando mais fechadas e específicas no externo” (*ibidem:50*), por isso a importância em saber quais as questões mais importantes para o seu estudo é fundamental.

“5. *O significado é de importância vital na abordagem qualitativa*” é, por este facto, que “os investigadores que fazem o uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas” (*ibidem:50*). Por este motivo “ao apreender as perspectivas dos participantes, a investigação qualitativa faz luz sobre a dinâmica interna das situações, dinâmica esta que é frequentemente invisível para o observador externo” (*ibidem: 51*). Uma outra situação que podemos reter, é que “os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes

permitam tomar em consideração as experiências do ponto de vista do informador” (*ibidem*:51). Por fim, constatamos que “o processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respetivos sujeitos, dados estes não serem abordados por aqueles de uma forma neutra” (Bogdan & Biklen, 1994:51). É deste modo, que nos sentimos ainda mais motivados em primar por uma investigação qualitativa porque finalmente levou-nos a compreender os entrevistados com base nos seus pontos de vista.

Cabe-nos salientar que a investigação qualitativa vai-se firmando no campo das Ciências Sociais e da Psicologia. Dispõe hoje de uma grande variedade de métodos, cada um dos quais parte de premissas diferentes e prossegue diferentes objetivos (Flick, 2005). Para o autor, cada um deles tem por base uma ideia específica do seu objeto.

Por outro lado, verifica-se que os métodos qualitativos não podem ser encarados como independentes do processo de investigação e da questão a estudar. Estão diretamente enraizados no processo de investigação, pelo que serão melhor descritos e compreendidos na ótica desse processo. Continua ainda o autor afirmado que a “investigação qualitativa é particularmente importante para o estudo das relações sociais, dado a pluralidade dos universos de vida” (Flick, 2005:2).

Ainda na mesma perspetiva de Bogdan & Biklen, já referenciados mais acima, utilizam a expressão “investigação qualitativa” como um termo genérico que agrupa várias estratégias de investigação que entre si partilham determinadas características. Para estes autores, os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que “significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas e de complexo tratamento estatístico” (Bogdan & Biklen, 1994:16). Por fim, salientamos que o nosso estudo, enquadra-se no âmbito de um estudo de caso na escola *Ondjuo Yeto* e na sua Associação de Estudantes em Angola.

O método pode ser qualitativo ou quantitativo. Relativamente aos métodos qualitativos a qual recai a nossa investigação, temos a salientar, que desde sempre se deu a existência diferencial entre a posição no estudo de diferentes métodos. Em relação aos métodos de investigação, salientamos que vários são os debates em torno da diferenciação entre os métodos qualitativos e quantitativos, mas T. Cook, & Reichardt, vêm a defini-los como “a las técnicas experimentales aleatorias, cuase-experimentales, tests ‘objetivos’ de lápiz y papel, análisis estadísticos multivariados, estudios de muestras etc” (Cook, & Reichardt, 1986:25).

Os autores fazem uma análise em torno do método qualitativo e definem como características para este método *o estudo de caso, as entrevistas em profundidade e a observação participativa*. Tanto

o método qualitativo, como o método quantitativo “tiene un grupo de partidarios quienes afirman que sus métodos preferidos son los mejor adecuados para la evaluación” (*ibidem*:25).

Portanto, a situação que diferencia um método de outro, é questão que a muito e até aos dias de hoje, vem provocando vários debates entre *comentaristas, críticos e defensores* que dentre os quais destacaremos (*Guba, 1978; Parlett y Hamilton, 1976; Patton, 1975, 1978*) entre outros, afirmam os autores, “consideram el debate no sólo como un desacuerdo respecto a las ventajas y desventajas relativas dos los métodos cualitativos y cuantitativos, sino también como un choque básico entre paradigmas metodológicos” (*ibidem*:27). Para esta conceção, “cada tipo de método se halla ligado a una perspectiva paradigmática distinta y única e son estas dos perspectivas las que se encuentran en conflicto” (*ibidem*:27). Embora já tenhamos salientado algumas das características que reflete o método qualitativo, importa-nos afirmar que torna-nos também necessário referenciar as que caracterizam o método quantitativo junto ao qualitativo. Por este motivo, os autores afirmam que o “paradigma cuantitativo, se dice que posee una concepción global positivista, hipotético-deductiva, particularista, objetiva, orientada a los resultados y propia de las ciencias naturales” Em contrapartida e “en contraste, del paradigma cualitativo se afirma que postula una concepción global fenomenológica, inductiva, estructuralista, subjetiva, orientada al proceso y propia de la antropología social” (Cook, & Reichardt, 1986:28). Para melhor compreensão em torno do que foi espelhado tendo em consideração os dois métodos (qualitativos e quantitativos), eis a tabela a seguir.

Quadro 9 - Atributos de los paradigmas cualitativo y cuantitativos

<b>Paradigma cualitativo</b>	<b>Paradigma cuantitativo</b>
<i>Aboga por el empleo de los métodos cualitativos.</i>	Aboga por el empleo de los métodos cuantitativos.
Fenomenologismo y <i>verstehen</i> (comprensión) “interesado en <i>comprender</i> la conducta humana desde el propio marco de referencia de quien actúa”.*	Positivismo lógico; “busca los <i>hechos</i> o <i>causas</i> de los fenómenos sociales, prestando escasa atención a los estados subjetivos de los individuos”.*
Observación naturalista y sin control.	Medición penetrante y controlada
Subjetivo.	Objetivo.
Próximo a los datos; perspectiva “desde dentro”.	Al margen de los datos; perspectiva “desde fuera”.

Fundamentando en la realidad, orientada a los descubrimientos, exploratorio, expansionista, descriptivo e inductivo.	No fundamentado en la realidad, orientado à comprobación, confirmatorio, reducionista, inferencial e hipotético dedutivo.
Orientado al processo.	Orientado al resultado.
Válido: datos “reales”, “ricos” y profundos.	Fiabile: datos “sólidos” y repetibles.
Não generalizable: estudios de casos aislados.	Generalizable: estudios de casos múltiples.
Holista.	Particularista.
Asume una realidad dinâmica.	Asume una realidad estable.

**Fonte:** Cook & Reichardt (1986:29).

Este quadro comparativo das metodologias qualitativas e quantitativas, faz uma abordagem sintética mostrando que cada uma delas pode ser útil para um determinado estudo. De acordo com o que observamos, em cada uma das metodologías, podemos assim considerar que ambas são importantes, por se tratar de diferentes posições e abordagens para alcançar um determinado objetivo. É, desta que, para o nosso estudo, optamos pela metodologia qualitativa. Assim, de acordo a conceção dos autores afirmamos que ambos paradigmas (qualitativo e quantitativo), apresentam-se de forma rígida, por isso mesmo, “tratar como incompatibles a los dois tipos de métodos estimula obviamente a los investigadores a implear sólo un otro cuando do la contribuición de los dos sería más adecuada para las necesidades de la investigación” (*ibidem*:30).

Passaremos em seguida ao estudo do método de investigação- o estudo de caso.

### **3.2. Método de Investigação - O Estudo de caso**

De forma mais geral, podemos definir método como “a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou resultado desejado” (Cervo, & Bervian, 1983:23). Já para Carvalho,

“o método é o caminho e os passos para se atingir um determinado objetivo. A técnica é a parte material (os instrumentos) que fornecem operacionalidade ao método. Assim: o método caracteriza-se por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado dos fenómenos observados; as técnicas ou procedimentos operacionais correspondem a operações com finalidade mais restrita em termos explicativos e geralmente limitados a um domínio particular” (Carvalho 1999:83).

Na perspectiva de M. Marconi & E. Lakatos o método “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros auxiliando as decisões do cientista” (Marconi & Lakatos 2009:83).

Cervo & Bervian continuam a afirmar, já de forma mais específica, esclarecendo que, quando se está a referir à ciência, entende-se por método “o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade” (Cervo, & Bervian, 1983:23). Mas precisamos perceber que o método, independentemente de qual for, não deve ser inventado, mas antes este deve obedecer ao objeto da pesquisa o qual está direcionado. Numa outra vertente, os autores clarificam como “apenas um conjunto ordenado de procedimentos que se mostram eficientes, ao longo da História, na busca do saber. O método científico é, pois, um instrumento de trabalho. O resultado depende do seu usuário” (*ibidem*:24). Por esta razão, os autores alegam a existência de outros autores que “identificam a ciência com o método, entendido como um modo sistemático de explicar um grande número de ocorrências semelhantes” (*ibidem*). Por outro lado, “o método científico quer descobrir a realidade dos factos, e estes, ao serem descobertos, devem, por sua vez, guiar o uso do método [...]. O método científico segue o caminho da dúvida sistemática, metodológica, que não confunde com a dúvida universal dos cétricos, que é universal” (*ibidem*:25). Ainda pode-se afirmar que “o método científico, mesmo aplicado no campo das ciências sociais, deve ser aplicado de modo positivo, e não de um modo normativo, isto é, a pesquisa positiva deve preocupar-se com o que é e não com o que se pensa que deve ser” (*ibidem*:25).

Por outro lado, os métodos, “ao incidir sobre operações de pesquisa, uma relação de interioridade com as práticas de investigação: eles são as próprias práticas críticas de investigação. Representam um certo nível de *controlo* interno e formal sobre as pesquisas à medida que estes se desenrolam” (Almeida & Pinto, 1990:85).

Muito já se escreveu sobre o método, mas nunca é demais frisar novamente o aspeto de sua identificação que consta em sua definição. Assim, podemos afirmar que os métodos “são caminhos críticos percorridos por uma formação científica através de múltiplas investigações que foram desembocando em conhecimentos estruturados de sua matriz teórica” (*ibidem*:85). Desta feita, salienta-se que “a metodologia alimentar-se-a assim dos métodos, dos percursos já feitos, retirando deles a novidade produtiva” (*ibidem*:85). Por isso mesmo nos advertem os autores que uma das

principais tarefas da metodologia é *tentar uma classificação dos métodos* que permite à metodologia “cumprir a sua função de clarificar os seus campos de incidência, detectar os principais problemas que neles se levantam, codificar as soluções provisórias exploradas nas investigações através da articulação dos respectivos percursos” (*ibidem:85*).

### **3.2.1. Estudo de Caso**

O método que selecionamos para a nossa investigação é, o estudo de caso, por ser particular, abrangendo a escola *Ondjuo Yeto* e a sua Associação de Estudantes. Embora R. Stake nos vem afirmando que “o caso é um entre outros” e que “em qualquer estudo concentrar-nos-emos neste um” (Stake, 2009:17), assim o selecionamos por “proporcionar uma oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada de um determinado aspecto de um problema em pouco tempo” (Bell, 1997:23) embora haja casos que possam levar mais tempo. Assim, é concebido porque este estudo “é muito mais do que uma história ou descrição de um acontecimento ou circunstância. Tal como em qualquer outra investigação, os dados são recolhidos sistematicamente, a relação entre as variáveis é estudada e o estudo é planeado metodicamente” (*ibidem:23*). É nesta perspetiva, que o autor afirma que “um estudo de caso interessa-se sobretudo pela interacção de factores e acontecimentos” (*ibidem*) que, neste caso, para nós, permitiu-nos recolher informações por intermédio da observação não participante e as entrevistas.

Este método favoreceu-nos bastante, porque permitiu-nos estar concentrados no que verdadeiramente levou-nos à investigação. Por isso, mesmo ao destacarmos a sua **vantagem** nos basearemos no que J. Bell afirma de que

“a grande vantagem, deste método, consiste no facto de permitir ao investigador a possibilidade de se concentrar num caso específico ou situação e identificar, ou tentar identificar, os diversos processos interactivos em curso. Estes processos podem permanecer ocultos num estudo de maior dimensão, mas poderão ser cruciais para o êxito ou fracasso de sistema ou organização” (Bell, 1997:23).

Uma outra razão para a escolha do método, reside no facto de este estudo poder “ser levado com o intuito de observar e consubstanciar uma investigação” (*ibidem*) dando-nos a possibilidade de identificar um “*caso*” a estudar, permitindo-nos, deste modo, observar, questionar e, por fim, estudar que é nossa missão como investigadores. Por outro lado, partindo da abordagem a que vários autores efetuaram com relação a metodologia que privilegiamos, verificaremos que para o estudo de caso, a necessidade de apresentação de vários pontos de vista é fundamental. É, nesta ótica, que R. Yin

(1989, 2005) aponta que “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes, e no qual são utilizadas múltiplas fontes de evidência” (Yin, 2005:20).

Para Amado & Ferreira (2014), embora a abordagem qualitativa e interpretativa seja fulcral neste tipo de investigação, o contraste não se faz entre o qualitativo e o quantitativo, mas, sim entre amostras e casos. Ainda para Morse, “os métodos qualitativos ‘aplainam’ essas contradições e são em si mesmos uma combinação misteriosa de estratégias para colecionar imagens da realidade (Morse, 2007:12). Continua afirmando que o

“o laboratório do investigador qualitativo é a vida do dia-a-dia e não pode ser metido num tubo de ensaio, ligado, parado, manipulado ou enviado pelo esgoto. As variáveis não são controláveis e até os investigadores qualitativos chegarem perto do fim do estudo, podem nem sequer ser capaz de determinar quais são essas variáveis. Portanto, o desenvolvimento, descrição e operacionalização da teoria são, frequentemente, resultados. Eles são os produtos do processo de investigação, em vez dos meios, e os instrumentos usados enquanto se conduz a investigação” (Morse, 2007:12).

E, por sua vez, R. Yin, (2005) na sua conceção, usar os estudos de caso para fins de pesquisa permanece sendo um dos mais desafiantes de todos os esforços das ciências sociais. Segundo este autor, como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenómenos relacionados.

Importa salientar que em todas essas situações, a clara necessidade pelos estudos surge o desejo de se compreender fenómenos sociais complexos. Como nos adverte R. Yin,

“o estudo de caso permite uma investigação para preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real- tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a de sectores económicos” (Yin, 2005:20).

Por sua vez, Morgado, indica o conhecimento que gera o estudo de caso, como o mais concreto e mais contextualizado. Assim, sustenta que,

“o conhecimento que gera é, por isso, mais concreto e mais contextualizado, isto é, um conhecimento que resulta do estudo de uma situação/fenómeno específico em que se privilegia a profundidade de análise em detrimento da sua abrangência” (Morgado, 2018: 57).

O autor destaca a multiplicidade de questões que podem ser objeto de um estudo deste género e também do contributo do estudo de caso para a autoavaliação das escolas. Daí afirmar que

“Um grupo de alunos, um grupo de professores que estudam uma situação escolar específica, o impacto de uma inovação numa escola, uma experiência realizada por uma equipa para o desenvolvimento do currículo, entre outros. Daí o consideramos que se trata de uma modalidade de investigação que pode contribuir para a autoavaliação que as escolas, hoje em dia, se veem compelidas a fazer, bem como propiciar elementos importantes para se alterarem e melhorarem as práticas pedagógicas que se desenvolvem no seu interior” (Morgado 2018: 57).

O mesmo autor já em outras abordagens, vem a nos elucidar que “o estudo de caso como uma estratégia de investigação muito útil no processo de avaliação das escolas, uma vez que permite produzir informação pertinente quer para compreender o funcionamento da escola, quer para fundamentar decisões que concorram para melhorar a sua prestação educativa” (Morgado, 2012:57). É de mera importância percebermos que “o conhecimento que gera é, por isso mais concreto e mais contextualizado, isto é, um conhecimento que resulta do estudo de uma situação/fenómeno específico em que se privilegia a profundidade de análise em detrimento da sua abrangência” (*ibidem*:57). Neste contexto, podemos assim afirmar que em *ciências sociais*, o estudo de caso, partindo de um único tema empírico, pode ser aplicado em várias situações. Por outro lado, o estudo de caso, por se desenvolver com mais frequência em trabalhos de vertente qualitativa, afirma o autor,

“tal situação resulta, [...] do facto de o estudo de caso não se destinar especificamente à procura de explicações causais para os factos/situações observados no contexto investigado, mas se direccionar sobretudo para a sua interpretação e compreensão e para deslindar os sentidos que os autores consignam às ações que daí desenvolvem. Daí ser usualmente identificado como um método de investigação que se estrutura numa vertente interpretativa” (*ibidem*:62).

Outro aspeto a ter em consideração neste tipo de estudo é que a *descrição, a exploração e a interpretação* que são características fundamentais que o distinguem. O facto de descrever os distintos aspetos o qual se desenrola a investigação, torna-o descritivo, razão pela qual é fundamental a familiarização com o fenómeno a ser estudado possibilitando-o maior abertura na descoberta de novas ideias. Torna-se interpretativo porque o investigador procura interpretar e compreender os fenómenos observados. É, nesta base de ideias, e em jeito de conclusão que em muito se vem afirmando que

“o estudo de caso é um processo de investigação empírica que permite estudar fenómenos no seu contexto real e no qual o investigador, não tendo o controlo dos eventos que aí ocorrem, nem das variáveis que os conformam, procura apreender a situação na sua totalidade e, de forma reflexiva, criativa e inovadora, descrever, compreender e interpretar a complexidade do (s) caso(s) em estudo, lançando luz sobre a problemática em que se enquadra(m) e, inclusive, produzindo novo conhecimento sobre o(s) mesmo (s)” (Morgado, 2012:63).

Nesta linhagem de ideias, julga-se cada vez mais importante “a necessidade de qualquer estudo de caso se fundar no conhecimento já produzido sobre fenómenos/problemas epistemológica e



estruturalmente similares ao (o) que se pretende (m) estudar” (*ibidem:64*) é fundamental. Assim, precisamos perceber que, o estudo de caso não se *isenta* do princípio de que para se investigar, há necessidade da *identificação*, bem como a *definição* de um problema que servem de suporte para a implementação de outros passos posteriores. Por isso, o problema a estudar nunca deve ser algo já estudado, mais *inovador* e *pertinente* o que implica dizer que “o processo de investigação se desenvolva em torno de perspectivas que não tinham sido abordadas em estudos similares. O imediatismo assume aqui um papel importante” (*ibidem:68*). Por outro lado, o cuidado a ter ao seleccionar um caso a estudar é fundamental, porque *nem tudo* pode ser considerado como *um caso*, visto que o caso “é uma coisa específica, uma coisa complexa e em funcionamento” (Stake, 2009:18) que em muitos casos é tido como *limitado*. Como já nos referimos anteriormente, o nosso estudo é fundamentalmente baseado na vertente qualitativa, mas o autor ao elucidar- nos que

“seja em cada estudo qualitativo a enumeração e o reconhecimento das diferenças quantitativas têm lugares proeminentes. E em cada inquérito estatístico ou experiência controlada (ou seja em cada estudo quantitativo) a descrição em linguagem natural e a interpretação do investigador são importantes” (*ibidem:52*).

Passaremos então ao que designamos de técnicas de investigação, que é outro fator de carácter importante para o prosseguimento do nosso estudo.

### **3.3. Técnicas de Investigação**

Ao iniciarmos o nosso estudo, antes de mais interessou-nos, em primeira instância, saber o que precisávamos saber para o tema seleccionado e o porquê, bem como pessoas que nos podiam servir como fonte de dados. Só assim procuramos identificar a melhor forma de recolha de dados e o que fazer com os dados recolhidos, organizamos e distribuímos o nosso tempo, e, entrevistando, aprofundamos os aspetos que nos interessavam. É, nesta ótica, que J. Bell vem afirmando que “há que se seleccionar métodos, porque são estes que fornecem a informação de que necessita para fazer uma pesquisa integral. Há que decidir quais os métodos que melhor servem determinados fins e, depois, conceber os instrumentos de recolha de informação mais apropriados para o fazer” (Bell, 1997:85). Um outro aspeto a reter relativamente à fiabilidade e validade e que a autora refere é que “seja qual for o procedimento de recolha de dados que adoptar, deverá sempre examiná-lo criticamente e ver até que ponto ele será fiável e válido” (*ibidem:87*). Por outro lado, relativamente às *técnicas e instrumentos de recolha de dados* utilizados, verificamos que

“são elementos essenciais uma vez que deles dependem em grande parte, a qualidade e o êxito da investigação. Devem por isso ser elaborados e utilizados de modo a captar, da forma

mais completa possível, todas as informações inerentes ao(s) fenómeno(s) em estudo, não podendo, por isso, deixar de ter em conta os objetivos visados e o contexto em que se realiza o estudo” (Morgado, 2012:71).

Na perspetiva apresentada por J. Almeida & J. Pinto, relativamente aos métodos e as técnicas, afirmam os autores que ambas consistem “em tentar mostrar como o conjunto dos meios de trabalho funcionam num processo de investigação, através, em primeiro lugar, da descrição em abstrato desse processo para recorrer, posteriormente a ilustrações que permitam compreender melhor o esquema apresentado” (Almeida, & Pinto, 1990:78). Sendo assim, apresentam-nos a definição do que vem a ser a *técnica de investigação*, salientando que “são conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na *recolha e tratamento* da informação requerida pela actividade de pesquisa” (*ibidem*:78). Identificam as *entrevistas, o inquérito por meio de questionário*, bem como o *teste* e as *escalas de atitudes, a regressão simples*, como técnicas utilizadas para a recolha de dados em ciências sociais (*ibidem*). Isto não queira dizer que as outras técnicas não tenham utilidade em ciências sociais, podemos exemplificar as *técnicas estatísticas* que em muitos casos vêm integrando várias cadeiras em vários currículos. Os autores chamam-nos atenção quando nos esclarecem que “o campo de incidência dos métodos [é] constituído pelas operações técnicas de investigação”. Nesta ótica “para cada pesquisa, caberia ao método selecionar as técnicas adequadas, controlar a sua utilização, integrar os resultados parciais obtidos. A metodologia será, assim, a organização crítica das práticas de investigação” (Almeida, & Pinto, 1990:84).

Para a nossa investigação foram aplicadas várias técnicas, embora estas sejam suscetíveis de estudo, como já nos referimos anteriormente, por isso, “a aplicação-adaptação de conjuntos estandardizados de procedimentos a uma pesquisa concreta, é, então uma tarefa que o método desempenha por referência à teoria informadora do processo considerado” (*ibidem*:84).

No âmbito do nosso doutoramento, utilizamos a seguintes técnicas de investigação:

### **3.3.1. Análise Documental**

Por estarmos no Departamento de Ciências Sociais da Educação e por conseguinte nos formarmos especificamente em Organização e Administração Escolar, a análise documental é indispensável, isto para nos ajudar a reforçar as informações obtidas por intermédio de outros métodos. Assim, também refere B. Duffy ao afirmar que “a maioria dos projectos de ciências da educação exigem a análise documental. Nalguns casos, servirá para complementar a informação

obtida por outros métodos; noutros, constituirá o método de pesquisa central ou mesmo exclusivo” (Duffy, 2004 :101). Um aspeto importante a reter quando se analisam estes documentos é saber se “a busca de dados documentais será útil que classifique exactamente que tipo de documentos está a utilizar” (*ibidem:103*). São considerados documentos de pesquisa, segundo o que defende autora, a análise de “filmes, vídeos slides ou outro tipo de fontes não escritas”, mas chama-nos atenção, que “os tipos mais comuns de documentos numa pesquisa em ciências de educação são as fontes impressas (*ibidem:103*). Ainda achamos importante o facto de serem divididos os documentos a analisar, por isso mesmo é que B. Duffy nos adverte que

“os documentos podem dividir-se em fontes primárias e secundárias. As *fontes primárias* são aquelas que surgem durante o período de investigação (isto é, as actas das reuniões do conselho directivo da escola). As *fontes secundárias* são as interpretações dos acontecimentos desse período baseadas nas fontes primárias (por exemplo, a história da escola comprovadas pelas actas do conselho directivo)” (Duffy, 2004:104).

Não existe um limite de material documental a consultar, apenas depende do tempo disponível para a etapa de cada investigação. Na opinião de J. Almeida & J. Pinto (1990)

“a observação de documentos envolve procedimentos muito diversificados, desde logo porque são muito diversos os documentos reveladores de fenómenos sociais. É impossível recensear exaustivamente aquilo que pode constituir *documento* no sentido de objecto de observação capaz de fornecer elementos informativos indirectos à pesquisa em ciências sociais” (*ibidem:95*).

Podemos classificar os documentos a investigar em *duas* vertentes: os escritos e não escritos. No que tange aos *documentos escritos* podemos descrever,

“os arquivos públicos e documentos oficiais (sob a forma de estatísticas ou não), centrais ou locais de origem governamental ou administrativa; imprensa, publicidade, obras literárias; arquivos privados (de organizações ou individuais) e sobretudo os *documentos não escritos*: cinema, televisão, gravações, fotografia; iconografia (pintura, desenhos, esculturas etc)” (*ibidem:95*).

Com o exposto podemos salientar que as *técnicas de observação documental*, são indispensáveis para *todas as ciências sociais*. Embora a *história* apresente alguma restrição, as técnicas não documentais envolvem a *observação participante*, a *experimentação* e a *observação não participante*. Mas a que nos suscita maior interesse é a *observação não participante* por ser um dos focos da nossa investigação.

No seguinte quadro, apresentamos alguns documentos que analisamos:

Quadro 10 - Documentos Observados

<b>Data</b>	<b>Documento</b>	<b>Assunto</b>
20.07.2015	Diversos documentos da escola: Programas de atividades da AE (2015) e o organograma da escola.	Observamos alguns documentos como programas de atividades, alguns relatórios o organograma da Escola.
12.04.2016	Regulamento Interno da escola.	Documento regulador da composição e das atividades a realizar, contendo todos os pormenores a que a escola necessita para a sua organização, como direitos e deveres dos professores, competências que cada um deve exercer no exercício da sua função, competência do Diretor e subdiretores, bem como o regulamento interno dos alunos
15.08. 2018	Fotografias sobre a conjuntura existente entre as atividades da AE e a direção das atividades extraescolares.	Documentos que refletem a conjuntura existente entre professores e alunos da AE
10.05.2019	Estatuto do Subsistema de Formação de Professores (Decreto Presidencial 109/11 de Maio).	Documento aplicado à formação de Docentes e Agentes de Educação na estrutura da formação média normal. É nele que constam as normais gerais da Formação de professores para a educação pré-escolar, para o ensino primário e secundário.

29.05. 2019	Proposta de Estatuto da AE.	Documento em fase terminal pertencente à Associação dos Estudantes do <i>Ondjuo Yeto</i> , constando os princípios gerais e fundamentais que regem a Associação, seus objetivos, direitos e deveres, competências de cada órgão constitutivo e a composição da sua direção, entre outros itens.
23.05.2019	Estatuto da carreira dos Agentes de Educação (Decreto Presidencial nº 160/18) de 03 de Julho)	Diploma que regula a Carreira do Agente de Educação que integra os grupos de Educador de Infância, do Auxiliar da Ação Educativa, do Professor do Ensino Primário e Secundário, Técnico Pedagógico e Especialista da Administração da Educação.

**Fonte:** elaboração própria

Em suma, estes documentos foram importantes para a compreensão das estruturas latentes do funcionamento das organizações no *plano das orientações para a ação* (Lima, 1998).

Em seguida, apresentamos outra técnica de investigação, que serviu-nos de instrumento para a recolha dos dados os quais permitiram o prosseguimento da nossa investigação.

### **3.3.2. A Entrevista**

Relativamente às entrevistas, destacaremos em primeira instância que, para o nosso estudo, foram realizadas entrevistas individuais e em grupo que nos possibilitaram explorar determinadas ideias, bem como testar respostas, investigando motivos e sentimentos, os quais se nos pautássemos por realizar inquéritos não seria possível. Nos foi viável esta técnica, porque podemos observar o modo como foram dadas as respostas, isto é, a forma de estar dos entrevistados, como o tom de voz, a expressão facial, a hesitação, que nos possibilitaram ainda mais obter informações, situação que se fosse nos fornecida por escrito seria totalmente diferente. É, neste âmbito, que Bell aponta que “a grande vantagem da entrevista é a sua adaptabilidade” (Bell, 1997:118). Mas, com o exposto, não significa que esta é uma técnica perfeita, nomeadamente: “É claro que há problemas” por consumirem bastante tempo “é uma técnica altamente subjectiva, havendo por isso sempre o perigo de ser parcial. A análise de respostas pode levantar problemas e a formulação das questões é sempre tão exigente” (*ibidem:118*), embora também se possa verificar essa exigência em questionários. Como os questionários, as entrevistas também possuem critérios para a formulação das mesmas, isto é, “os tópicos têm de ser seleccionados, as questões elaboradas, os métodos de análise considerados e preparado e testado um plano” (*ibidem:119*) embora esta não deixe de ser também um questionário que apenas diferencia-se do comum por este ser única e exclusivamente seguido pelo entrevistador. Nos adverte ainda a autora que “embora a formulação das questões seja importante, pode não ser tão importante precisar o uso de certos termos como nos questionários, embora, é claro, a linguagem tenha de ser compreensível para todos os entrevistados” (*ibidem:119*). A entrevista diferencia-se de conversas interessantes por possuir um carácter mais estruturado. Embora muitas das conversas interessantes podem-nos fazer perceber melhor um problema. É, imprescindível que o entrevistado sinta-se à vontade, por isso, ao entrevistarmos,

“é importante dar liberdade ao entrevistado para falar o que é de importância central para ele, em vez de falar sobre o que é importante para o entrevistador, mas o emprego de uma estrutura flexível, que garanta que todos os tópicos considerados cruciais serão abordados,

eliminará alguns problemas das entrevistas sem qualquer estrutura. A entrevista guiada ou focalizada preenche estes requisitos” (Bell, 1997:122).

Em outra perspectiva, ao selecionarmos as entrevistas, não devemos única e simplesmente elaborar, por gosto, mas porque será a via que nos ajudará a encontrar os resultados que alvejamos em função dos objetivos da investigação. Assim, constata-se que as entrevistas vêm a ser o grande grupo de *observações não participantes*, por isso os autores salientam que “o primeiro grande grupo de observações deste tipo é constituído pelas entrevistas, entendidas como procedimento de recolha de informação que utilizam a forma da comunicação verbal” (Almeida, & Pinto, 1990:100). Alguns requisitos são considerados importantes para que as mesmas se tornem eficientes como já nos referimos anteriormente. Por esta razão, verificamos que

“quanto maior for a liberdade e a iniciativa deixada aos intervenientes na entrevista, quanto maior for a duração da entrevista, quanto mais vezes ela se repetir, mais profunda e mais rica será a informação recolhida, mas tratar-se-á duma informação centrada na *pessoa* do entrevistado e dificilmente generalizável em termos de explicação de um *problema* global teoricamente definido” (*ibidem*:100).

Um outro aspeto a salientar é que existem diversos tipos de entrevistas, e o que diferencia uma entrevista de outra é o facto de que as entrevistas de *tipo intensivo* “contrapõem-se as entrevistas extensivas, mais estruturadas, mais curtas, geralmente não repetidas, dando origem a informações mais superficiais, mas com um objecto de análise muito superior e extensão” (*ibidem*:100). Outros autores como R. Bogdan & S. Biklen também destacaram-se bastante no estudo da investigação qualitativa e em suas análises afirmavam que “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (Bogdan & Biklen, 1994:134). Acrescentam “as boas entrevistas produzem uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as perspectivas dos respondentes. As transcrições estão repletas de detalhes e de exemplos” (*ibidem*:136). Nas entrevistas, nem sempre obtemos os pormenores e detalhes particulares tão facilmente, precisamos de ser mais profundos e pautarmo-nos por questões que exigem exploração. Por outro lado, não existem regras como nos revelam os autores “que se possam aplicar constantemente a todas as situações de entrevista, embora possam ser feitas algumas afirmações gerais. O que se revela mais importante é a necessidade de ouvir cuidadosamente” (*ibidem*:137). A necessidade de tornar flexível as entrevistas é, fundamental, isto é, *responder às situações imediatas*,

não para modificar os pontos de vista dos entrevistados mas para os compreender melhor. Mas a paciência deve ser também outro aspeto a ter em consideração nas entrevistas, isto é, “se não souber porque é que os sujeitos respondem de uma determinada maneira, terá de esperar para encontrar a explicação total” (*ibidem:139*). É nesta perspetiva que R. Quivy & L. Campenhoudt, ao pronunciarem-se relativamente à entrevista, são da ideia de que “os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana” (Quivy & Campenhoudt,1992:193), mas que “ao contrário do inquérito por questionário, os métodos de entrevista caracterizam-se por um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca directividade por parte daquele” (*ibidem:193*). Cabe salientar que, na perspetiva dos autores “se a entrevista é, antes de mais, primeiro um método de recolha de informações, no sentido mais rico da expressão, o espírito teórico do investigador deve, no entanto, permanecer continuamente atento, de modo que as suas próprias intervenções tragam elementos de análises tão fecundos quanto possível” (*ibidem:193*).

Por outro lado, relativamente ao que os autores designaram de *entrevista semidirectiva, ou dirigida*, afirmamos que esta “é certamente a mais utilizada em investigação social. É semidirectiva no sentido em que não é nem inteiramente aberta, nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas” (Quivy & Campenhoudt,1992:194). Para estes casos,

“geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. Mas não colocará necessariamente todas as perguntas na ordem em que as anotou e sob a formulação prevista. Tanto quanto possível, «deixará andar» o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e na ordem que lhe convier” (*ibidem:194*).

Desta feita, “o investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objectivos, cada vez que o entrevistado deles se afastar, e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio, no momento, mais apropriado e de forma tão natural quanto possível” (Quivy & Campenhoudt, 1992:194).

Em outra perspetiva, a que os autores designam de *entrevista centrada* também conhecida fluentemente pela sua denominação inglesa *focused interview*, “tem por objectivo analisar um impacte de um acontecimento ou de uma experiência precisa sobre aqueles que a eles assistiram ou que neles participaram; daí o nome” (*ibidem:194*). Para estes casos,



“o entrevistador não dispõe de perguntas pré-estabelecidas, como no inquérito por questionário, mas sim de uma lista de tópicos precisos, relativos ao tema em estudo. Ao longo da entrevista abordará necessariamente estes tópicos, mas de modo livremente escolhido no momento de acordo com o desenrolar da conversa. Nesse quadro relativamente flexível não deixará de colocar numerosas perguntas ao seu interlocutor” (*ibidem:194*).

Este método de entrevista é fundamental para as pesquisas, por apresentar as suas vantagens “no grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos. A flexibilidade e a fraca directividade do dispositivo que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os seus próprios quadros de referência – a sua linguagem e as suas categorias mentais” (*ibidem:195*).

Por outro lado, apresenta também os seus limites e problemas como nos revelam os autores, “a própria flexibilidade do método pode intimidar aqueles que não consigam trabalhar com serenidade sem directivas técnicas precisas. Inversamente, outros podem pensar que esta relativa flexibilidade os autoriza a conversar de qualquer maneira com os seus interlocutores” (Quivy & Campenhoudt, 1992:195).

Na perspectiva de M. Marconi & E. Lakatos relativamente aos tipos de entrevista, argumentam que “há diferentes tipos de entrevistas que variam de acordo com o propósito do entrevistador” e que podem ser classificadas por “padronizadas ou estruturada” que vem a ser “aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Essa se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas seleccionadas de acordo com um plano” (Marconi & Lakatos: 2009:199).

Para este tipo de entrevista, “o pesquisador não é livre para adoptar suas perguntas a determinada situação, de alterar a ordem dos tópicos ou de fazer outras perguntas” (*ibidem:199*).

Outro tipo de entrevista a que as autoras fazem referência é a “despadronizada ou não estruturada” em que “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direcção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal” (*ibidem:199*).

C. Coutinho também faz referência a outro tipo de entrevista a que designou de “entrevista em profundidade” que é tida como “outra técnica muito utilizada na investigação qualitativa é a entrevista com elementos informativos chave. O grau de estruturação da entrevista depende dos objetivos do estudo. Se o objetivo é conhecer a perspectiva dos participantes sobre determinado problema, a

entrevista pode ser não estruturada” (Coutinho, 2018:332). Deste modo, a *entrevista semi-estruturada* utiliza-se quando importa obter dados comparáveis de diferentes participantes. A *entrevista estruturada* não se costuma utilizar em estudos qualitativos” (*ibidem*:332). Por fim, concebe a ideia de que “as entrevistas servem para obter informações que não foi possível obter pela observação ou para verificar (triangulação) observações” (*ibidem*:332).

Para o nosso trabalho, concretamente, nas entrevistas que efetuamos, criamos um sentimento de expectativas em relação aos nossos entrevistados, esperávamos que fossem sujeitos dispostos a dar informações desejadas. Encontramos também estudantes expectantes, criando oportunidade para falar e serem ouvidos. É, nesta base de ideias que, Szymanski *et al* clarificam que as expectativas do entrevistado, “também pode ser interpretada de inúmeras maneiras: uma oportunidade para falar e ser ouvido, uma avaliação, uma deferência à sua pessoa, uma ameaça, um aborrecimento, uma invasão” (Szymanski, *et al* 2008:16). As nossas entrevistas frequentemente foram tocando a aspetos importantes relacionados ao modo de vida dos entrevistados, relativamente a aspetos relacionados à Associação de Estudantes e aos Órgãos de gestão da Escola *Onjwo Yeto*, provocando neles muitas vezes um “*exame de consciência*”, obrigando-os a fazer um *balanço geral* do funcionamento da AE. Os autores fazem uma descrição de como conduzir as entrevistas, mais concretamente, as entrevistas em grupo que mais usamos para a nossa investigação. Neste caso, alegam que os vários momentos da entrevista são:

“contacto inicial e a condução da entrevista propriamente dita, que pode incluir atividades de aquecimento (especialmente no caso das entrevistas coletivas), seguidas da apresentação da questão geradora, planejada com antecedência, e das expressões de compreensão do pesquisador, das sínteses, das questões de esclarecimento, focalizadoras, de aprofundamento e finalmente, a devolução” (*ibidem*:19).

Normalmente, as entrevistas realizadas, foram semi – diretivas e por se observar em alguns momentos algumas interrupções, clima emocional, imprevistos, bem como a introdução de novos elementos durante a ação. Por isso, os autores chamam-nos a atenção de que, “a entrevista em contextos sociais está sujeita a várias intercorrências, não é asséptica, não está sob controle total do entrevistador” (*ibidem*:73). Por esta razão, “é importante manter o foco nos objetivos do seu trabalho para aproveitar os imprevistos, sem deixar que elas o tirem do eixo de seu problema de pesquisa” (*ibidem*:73). Já a transcrição das entrevistas, vem a desempenhar um papel fundamental, porque à medida que vamos descrevendo os factos, revivemos o cenário tal como aconteceu. Por esta razão, aceita-se que “cada encontro com a fala do entrevistado é um novo momento de reviver e refletir”

(*ibidem*:74) que nos poderão ajudar melhor na compreensão do que pretendemos. Por outro lado, é fundamental categorizar os dados obtidos, por este concretizar “a imersão do pesquisador nos dados e a sua forma particular de agrupá-los segundo a sua compreensão. Podemos chamar este momento de explicitação de significados” (Szymanski, *et al* 2008:75).

Nas nossas entrevistas, abordamos os seguintes atores: professores (quadro nº11) e alunos (quadros nº12 e 13), e utilizamos a guiões de entrevista (apêndice nº1).

Quadro 11 - Entrevistas individuais aos professores

Número (Código)	Data	Entrevistados	Caraterização dos entrevistados	
			Género	Anos de serviço na escola
<b>P1</b>	12. 03. 2018	Professor	Masculino	10 anos
<b>P2</b>	13. 03. 2018	Professor	Masculino	5 anos
<b>P3</b>	14. 03. 2018	Professora	Feminino	9 anos
<b>P4</b>	14. 03. 2018	Professora	Feminino	10 anos
<b>P5</b>	15.03.2018	Professora	Feminino	Mais de 7 anos
<b>P6</b>	15.03.2018	Professora	Feminino	9 anos
<b>P7</b>	16. 03. 2018	Professora	Feminino	Mais de 10 anos
<b>P8</b>	16. 03. 2018	Professor	Masculino	Mais de 10 anos
<b>P9</b>	16. 03. 2018	Professor	Masculino	9 anos
<b>P10</b>	18. 03. 2018	Professora	Feminino	11 anos
<b>P11</b>	18. 03. 2018	Professora	Feminino	5 anos
<b>P12</b>	18. 03. 2018	Professora	Feminino	10 anos
<b>P13</b>	19.03. 2018	Professora	Feminino	Mais de 7 anos
<b>P14</b>	19.03.2018	Professor	Masculino	6 anos
<b>P15</b>	14.03. 2019	Professor	Masculino	Mais de 12 anos
<b>D16</b>	10.05. 2019	Diretor	Masculino	10 anos

**Fonte:** Elaboração própria

A letra P significa professor, a letra D significa Diretor e cada número vem apontando a quantidade de professores entrevistados, seguem-se as datas em que ocorreram as entrevistas, o gênero que corresponde a cada professor(a), sendo que entrevistamos 9 professoras e 6 professores e o Diretor da escola bem como os anos de serviço a que cada um exerce a profissão na escola, sendo que a maioria já se encontra a trabalhar há mais de 8 anos.

Quadro 12 - Entrevistas individuais a alunos

	<b>Data</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Caraterização dos entrevistados</b>
<b>A1</b>	14.11.2018	Aluno	24 anos	Masculino	Concorrente à presidência da Associação de Estudantes do ano de 2017 no meado do mandato anterior.
<b>A2</b>	16.11.2018	Aluno	23 anos	Masculino	Concorrente à presidência da Associação de Estudantes do ano de 2017 no meado do mandato anterior
<b>A3</b>	20.11.2018	Aluno	24 anos	Masculino	Concorrente à presidência da Associação de estudantes do ano de 2017 no meado do mandato anterior e atual presidente da AE.

**Fonte:** Elaboração própria

A letra (A) refere-se aos alunos e a numeração nos vem elucidar a quantidade de alunos entrevistados, a data, a idade, o grau e por fim a caracterização da ocorrência. A Associação de Estudantes está designada pelas letras (AE). Os entrevistados todos, são alunos do sexo masculinos pertencentes à escola *Óndjuo Yeto* com idades compreendidas dos 23 aos 24 anos, frequentando a 12ª classe e da AE do ano de 2017.

Em seguida, passaremos para o quadro das entrevistas em grupos, composto por 9 grupos, sem um número exato de participantes por grupo, pois um grupo está composto por 4 elementos, outro grupo com 7 elementos, quatro grupos com 5 elementos e três grupos 6 elementos.

Quadro 13 -Entrevistas em grupo aos alunos

<b>Grupo</b>	<b>Data</b>	<b>Idades</b>	<b>Sexo</b>	<b>Nº de Alunos</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>Caraterização dos Entrevistados</b>
G1 (1,2,3,4,5,)	24.05.2018	20-23 anos	Masculino e Feminino	5	Alunos/alunas	É um grupo de jovens estudantes no período noturno da 12ª classe da especialidade de XX.
G2 (6,7,8,9)	10.05.2018	22-36 anos	Masculino e Feminino	4	Alunos/alunas	São alunos do período noturno, na especialidade de AZ frequentando a 12ª classe, na sua maioria adultos.
G3 (10, 11, 12, 13, 14, 15, 16)	06.06.2018	21-50 anos	Masculino e Feminino	6	Alunos	É um grupo de jovens frequentando a 13ª Classe no período matinal, na especialidade de XX.
G4 (17, 18, 19, 20, 21, 22)	8.05.2018	21-25 anos	Masculinos e Femininos	6	Alunos	São todos jovens, estudando no período matinal, na especialidade de XX 13º classe
G5 (23, 24, 25, 26, 27)	12.06.2018	21-30 anos	Masculino e Feminino	5	Alunos	Grupo de jovens, estudando no período matinal, na especialidade de XX 13ª classe
G6 (28, 29, 30, 31, 32, 33)	12.09.2018	21-30 anos	Masculino e Feminino	6	Alunos/alunas	É um grupo maioritariamente jovem composto por alunos finalistas da 13ª MN.
G7 (34, 35, 36, 37, 38)	08.10.2018	22-35 anos	Masculino e Feminino	5	Alunos/alunas	Grupo de alunos maioritariamente adultos pertencentes à especialidade do CV 13ª classe, período matinal.
G8 (39, 40, 41, 42, 43.)	16.06.2018	21-27 anos	Todos do sexo Masculino	5	Alunos/alunas	É um grupo de jovens estudantes da 11ª MN, frequentando o período da tarde.

G9 (44, 45, 46, 47, 48, 49.	20.08.2018.	21-50 anos	Masculino e Feminino	<b>6</b>	Alunos/alunas	São maioritariamente jovens com alguns adultos pertencentes à especialidades de XX 13ª Classe, período matinal
-----------------------------	-------------	------------	----------------------	----------	---------------	--

**Fonte:** Elaboração própria

A letra G neste quadro vem a designar o grupo. Os números nos indicam a quantidade de alunos que participaram e formaram cada grupo. Isto significa que cada número representa um estudante. Temos a data a qual ocorreu a entrevista, a idade dos alunos, determinação por sexo e a caracterização, onde descrevemos cada grupo. MN refere-se à especialidade de MN e X refere-se à especialidade de XX. Para além dos alunos da especialidade de MN e XX, apresentamos também alunos de outras especialidades como CV e AZ. (As letras soltas, referem-se às diferentes especialidades)

### **3.3.3. Observação**

O nosso estudo também usou como técnica a observação, por esta nos permitir recolher um conjunto de matérias para a aquisição de dados e, posteriormente, estes nos servirem como fundamento para o processo de análise. Mas salientamos que este não é um estudo fácil por ser uma atividade com teor altamente qualificada pela necessidade da compreensão profunda e a capacidade de resolver *raciocínios originais* e criar habilidades para *identificar acontecimentos significativos*, razão pela qual, J. Bell afirma que

“o planeamento e a condução cuidadosa deste tipo de estudo são essenciais e é necessária alguma prática para tirar o máximo partido desta técnica. Uma vez dominada, porém, é uma técnica que pode muitas vezes revelar característica de grupos ou indivíduos impossíveis de descobrir por outros meios” (Bell, 1997:140).

É importante observarmos diretamente o que pretendemos investigar, porque os dados fornecidos serão “mais fiáveis do que o que as pessoas dizem em muitos casos. Pode ser particularmente útil descobrir se as pessoas fazem o que dizem fazer ou se se comportam da forma como afirmam comporta-se” (*ibidem:141*). Face ao que acabamos de afirmar, referimos que “há dois tipos principais de observação – *participante e não participante*” (*ibidem:141*).

O processo de observação, como já nos referimos anteriormente, é complexo e difícil porque pode se dar o caso de ser vários observadores a observar uma mesma realidade e recolherem diferentes dados, por isso, a necessidade de seguir uma estrutura de análise é fundamental, para que não se possam efetuar hipóteses, possibilitando um atraso na conclusão do que se pretende. Por outro lado, a observação que privilegamos foi a não participante, pelo facto dos observadores participantes como nos revela o autor



“estão bem cientes dos riscos de serem parciais. Ser-lhes- há difícil de manter as suas opiniões e adoptar um papel de observador objectivo se conhecer todos os membros do grupo ou organização. Se realiza uma investigação na sua própria organização, conhecerá as personalidades, os pontos fortes e fracos dos colegas. Esta familiaridade poderá levá-lo a descuidar determinados aspectos comportamentais que seriam imediatamente óbvios para um observador não participante a quem se deparasse pela primeira vez essa situação” (*ibidem*:142).

Para que se possam evitar ideias preconcebidas e preconceituosas, há necessidade para este tipo de observação *não participante* poder contar com a ajuda de quem não esteja diretamente envolvido com a situação, para que posteriormente se possam comparar os dados fornecidos por ele e as ideias preconcebidas do investigador participante e se necessário *contraverificar*.

Já J. Almeida & J. Pinto, ao se pronunciarem relativamente a observação não-participante, alegam também que “a característica comum às várias técnicas de observação não participante reside na não intervenção do observador nos grupos, nas situações, nos processos sociais em análise” (Almeida, & Pinto, 1990:100) para não influenciar as possíveis respostas.

No que tange à observação participante, podemos constatar que neste tipo de observação, “é o próprio investigador o instrumento principal de observação” isto vem a significar que “de acordo com os postulados epistemológicos do paradigma interpretativo ou compreensivo [...] o investigador *pode compreender* o mundo social do *interior*, pois partilha a condição humana dos indivíduos que observa” (Lessard-Hébert, *et al* 2005:155). Por outro lado, devemos perceber que o observador é um *ator social* e que “o seu espírito pode aceder às perspectivas de outros seres humanos, ao viver as «mesmas» situações e os «mesmos» problemas que eles” (*ibidem*:155) mas que “a participação, ou seja, a interacção observador-observado está ao serviço da observação; ela tem por objectivo recolher os dados (sobre acções, opiniões ou perspectivas) aos quais um observador externo não teria acesso” (*ibidem*). É, neste âmbito, que se vem afirmando que “a observação participante é, portanto, uma técnica de investigação qualitativa adequada ao investigador que deseja compreender um meio social que, *à partida, lhe é estranho ou exterior* que lhe vai permitir integrar-se progressivamente nas actividades das pessoas que nele vivem” (*ibidem*:155). Ainda no que tange às investigações qualitativas, é de mera importância salientar que grande número destas entrevistas “recorrem a diversas técnicas de recolha de dados que se complementam”. É de referir que “também a observação participante é muitas vezes associada à técnica da *entrevista* (modo de inquérito oral) normalmente com o fito de triangular os dados, em particular no que diz respeito às opiniões ou crenças que os inqueridos têm sobre acontecimentos que os tocam” (Lessard-Hébert, *et al* 2005:158).

Quanto à temática em questão, precisamos perceber que, assim como nos adverte J. Bell (1997) “antes de selecionar um método há que decidir o que se observar, o que é mais difícil do que parece à primeira vista”. Porém é importante reter que “é impossível registrar tudo; por isso tem de saber claramente se está interessado no *conteúdo* ou no *processo* [...] na *interacção* entre indivíduos, na *natureza das contribuições* ou num *aspecto específico*” (Bell, 1997:143). Portanto, “uma vez decidido o que se quer saber, e se achar que precisa dessa informação para a conclusão da sua pesquisa, estará então em condições de refletir sobre os métodos de registos de dados que melhor se adequam aos seus objetivos” (*ibidem*:143). Neste caso, para o nosso estudo, registamos tudo à base do sistema áudio-visual e não só, que nos possibilitou não só recolher informações do que desejávamos, mas o estado os quais os entrevistados abordavam as questões apresentadas. Um aspeto importante a reter, se por ventura o observador tiver a oportunidade de observar uma só vez, é necessário que vá com os objetivos da observação definidos e a razão de tal observação para, deste modo, poder vir a descobrir que durante a sua observação poderão surgir *informações imprevistas e interessantes*. Porém, “o tipo de dados que recolher no final dependerá principalmente da decisão tomada antes de começar o período” (*ibidem*:150) de investigação. Registamos os dados obtidos pela observação no diário de bordo que construímos e sintetizamos no quadro nº 14.

Descrevendo o quadro afirmamos que, temos as datas em que foram realizados os eventos, os próprios eventos, bem como os seus registos. A Palavra *Ondjuo Yeto* refere-se ao nome fictício atribuído à escola em estudo. *Mbembwa*, nome fictício atribuído ao local visitado que na língua nacional Nhaneka significa paz. Ondjila, nome fictício atribuído ao local também visitado que na língua nacional Nhaneka significa caminho. O “Alfa” nome fictício atribuído ao professor coordenador das atividades extraescolares. (AE) significa Associação de Estudantes.

Quadro 14 - Quadro da Observação

<b>Data</b>	<b>Evento</b>	<b>Registos</b>
12.03.2015	Visita dos alunos ao Mbembwa.	Foi uma atividade programada pela Associação de estudantes (AE) e encabeçada pelo professor “Alfa” “conselheiro” da AE e Coordenador das atividades extraescolares. Foi passada a notícia por intermédio dos membros dirigentes da AE de sala em sala e pelo Professor “Alfa” “conselheiro” coordenador das atividades extraescolares, junto às paradas. Fez-se uma contribuição para o pagamento do transporte e conseqüentemente seguiu-se para o local.
15.03.2016	Recolha de donativos para acudir os sinistrados das cheias em Caconda.	Foi uma atividade programada pela Associação de Estudantes, junto ao coordenador das atividades extraescolares com o acompanhamento dos órgãos de gestão da escola (Diretor e Subdiretores). Os membros da AE passavam de sala em sala a comunicar a necessidade de ajudar os sinistrados que muito necessitavam. O comunicado era reforçado pelo professor coordenador das atividades extraescolares no pátio e algumas vezes pelo diretor.
10.09.2016	Visita dos alunos ao Ondjila	As atividades não diferem da visita anterior ao Mbembwa apesar de ficarem mais dias nesta por ser mais distante do que a atividade anterior, mas os procedimentos foram os mesmos. Foi uma Atividade programada pela associação de estudantes com a participação do professor “Alfa”- “conselheiro” embora este não tenha se deslocado até ao local da atividade. Verifica-se bastante esta mistura por haver poucos documentos escritos na AE, o que impossibilita em muitos casos perceber de quem pertence a atividade.
11.03.2016	Recolha de donativos para	Atividade programada pela associação de estudantes com a participação do professor “Alfa”-

	acudir as crianças internadas no hospital geral local.	“conselheiro” -Coordenador das atividades extraescolares. Fez-se a recolha de donativos por intermédio de avisos prévios aos alunos pelos membros diretivos da AE e posteriormente fez-se chegar, com a participação do Professor “Alfa”
08.12.2017	Encerramento do ano letivo 2017	Atividade programada pela associação de estudantes com a participação do professor “Alfa” “conselheiro”- coordenador das atividades extraescolares. Todos passavam de sala em sala comunicando. Organizaram o evento, houve entrega de certificados aos finalistas e posteriormente a festa.
19.04.2017	Eleição à presidência para a Associação de Estudantes (AE) no meado do mandato de 2017	Atividade encabeçada por três professores, dentre eles o professor “Alfa”- “conselheiro”- coordenador das atividades extraescolares. Participaram 4 candidatos, cada um com sua proposta de trabalho e apenas votaram os delegados e subdelegados. Foi feita a porta fechada, sem a participação de outros alunos. Os votos foram conferidos na presença dos participantes em que saiu vencedor um dos candidatos que hoje é presidente da Associação. O presidente cessante não se fez presente, razão pela qual não se cumpriu toda programação prevista.
10.08.2017	Preparação para as festividades do dia do Fundador da Escola	Atividade encabeçada pelos órgãos de gestão da escola com a participação da associação de estudantes (AE). É uma atividade feita em todos os anos no dia 17 de Setembro dia do fundador da escola. Esta atividade envolve professores e alunos e os membros da Associação têm dedicado bastante esforço para a sua realização.
12.09.2018	Preparação para o encerramento do ano letivo 2018	Atividade programada pela Associação de Estudantes (AE) junto ao coordenador das atividades extraescolares professor “Alfa” “conselheiro”. Como sempre, os avisos são passados de sala em sala aos alunos de como será realizado o evento. Fez-se a entrega de certificados pelos Membros da Direção da escola( Diretores e subdiretores) e os professores.

14.08.2016	Elaboração do plano de atividades da AE pelo coordenador das atividades extraescolares	A AE possui um gabinete, mas muitos dos seus documentos estão em posse do professor “Alfa” Coordenador das atividades extraescolares. Durante a nossa pesquisa deparamo-nos com esta situação quando solicitamos o plano de atividades da AE que se encontrava em posse do professor.
20.04.2017	O espaço de funcionamento da AE	É bastante limitado por ser pequeno demais, sem identificação e com poucos instrumentos de trabalho.
15. 03. 2019	Visita da ministra da Educação à Escola <i>Ondjuo Yeto</i> .	Foi uma atividade programada pelos órgãos de gestão da escola com a participação massiva da AE.
07.03.2019	Preparação para o batismo dos caloiros	- Constatou-se que esta atividade deixa de ser exclusiva da associação de estudantes como foi desde sempre e passa a ser da responsabilidade da escola, razão pela qual o diretor nomeou os professores integrantes na comissão da atividade para o batismo.
05.04.2019	Batismo dos caloiros	Atividade coordenada pela associação de estudantes com a participação dos órgãos de gestão da escola, junto à presença dos professores e convidados associativos de outras escolas. Foi presidida por dois membros da Associação e posteriormente houve a intervenção do Diretor e subdiretor pedagógico respetivamente. Teve início às 9 horas e terminou formalmente às 13 horas.

**Fonte:** Elaboração própria

### **3.3.4. Conversas informais**

Durante a realização da pesquisa, também desenvolvemos conversas informais com vários atores organizacionais. O seguinte quadro sintetiza as informações inscritas no diário de bordo sobre conversas informais.

Quadro 15 - Síntese Conversas Informais

<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>
11.08. 2016	Estudante	Funcionamento da Associação de Estudante. O estudante mostrava-se alegre por um lado e por outro triste pelo funcionamento da AE, afirmando que em certos casos os membros da AE têm desempenhado o seu papel, ajudando os alunos com dificuldades de reclamar os seus direitos diante dos professores e dos órgão de gestão, e por outro lado tristes por muitas vezes não haver transparência no que diz respeito as cobranças de valores monetários efetuadas.
14.05. 2017	Vice-presidente da AE	Constituição da AE, dificuldades enfrentadas como “a falta de apoio por parte da escola (apoio moral, monetário para suprir algumas necessidades no que tange a organização de algumas atividades).  - Dificuldades de passar uma determinada informação nas turmas por parte dos professores”
16. 03. 2017	Estudante coordenador da área académica da AE	Quanto a sua participação nas atividades da AE, o estudante mostrou-se parcialmente indisponível por situações de carácter religioso.
16. 07. 2017	Coordenador das atividades extra-escolares Professor “Alfa” “conselheiro” da AE	Surgimento da Associação “a AE da Escola <i>Ondjuo Yeto</i> , antes designada de <i>Yeto</i> surge no dia 17 de setembro de 2010 com um grupo de alunos encabeçado por AX1 (presidente), AX2 (vice-presidente) e AX3 (secretária)”. Quanto ao funcionamento da AE, afirmava o professor, “tenho a dizer que a Direção da Escola indicou um supervisor que supervisiona todas as atividades da AE; esta nomeação foi feita em Conselho de Direção”. É pelo facto de eu ser o coordenador das atividades extra- escolares, que em 80% trabalho com os estudantes e porque também sou o presidente da mesa de assembleia da AE que convoco as eleições para a renovação de mandatos.” tenho jogado sim uma influência na tomada de decisões na AE porque há atividades programadas que devem passar por mim e também junto ao consultor da AE professor Ómega. Algumas atividades da AE não são realizadas se eu verificar algumas irregularidades. Eu sou o porta-voz da escola, que por intermédio de mim a escola toma conhecimento das atividades da AE.”

12.05.2018	Estudante	Satisfação em pertencer à AE. A satisfação que o estudante apresenta não é de alegria, alegando que “se não fosse por obrigação a participação nas suas atividades, nunca participaria” porque a atual direção da AE não superou as suas expectativas e mais, não participou na eleição dos mesmos, alegando que só a representação dos delegados e subdelegados não mostrou transparência no processo.
26. 03. 2019	Estudante-presidente da AE	<p>- “Por defender os meus colegas junto à algumas irregularidades com alguns professores, fui prejudicado, até ao ponto de reprovar”. Comenta o presidente. Também “não me querem dar tudo, mas também não me recebem tudo”. Por outro lado, “O Estatuto elaborado deu-se entrada no gabinete do Diretor para possíveis correções e só agora nos é devolvido. E ainda está sob correção. Neste caso passou pelo Diretor, subdiretor, coordenadores de cursos e posteriormente passará pelas mãos de um jurista para depois ser reconhecido”. Ainda “sinto-me injustiçado por tomar conta da informação de dois alunos suspensos nas aulas por alegada indisciplina e a Direção da Escola não me deu a conhecer como presidente da AE e apenas encontro nas vitrinas tudo feito e só mais tarde me deram a documentação para me informar. Isso dá-me a entender que a minha missão é só receber documentos e concordar”. Quanto ao batismo dos caloiros</p> <p>“agora passa a ser atividade da escola. O Diretor criou uma comissão onde eu apareço como convidado”</p> <p>“Paramos as nossas atividades como associação, já há dois meses que não fazemos absolutamente nada porque nos sentimos ultrapassados e vedados em muitas situações. A maior parte das nossas atividades são vedadas e isto já nos está a desmoralizar. Estamos sem vontade de fazer nada e até mesmo como presidente penso entregar tudo já no final do ano, porque afinal tudo o que fazemos é para o benefício da escola, não temos um salário e se as coisas acontecem deste jeito, preferimos estar de fora”</p>

**Fonte:** Elaboração própria



Concluindo, podemos afirmar que os autores envolvidos, para este estudo foram, os alunos, professores e diretores da escola em questão.

## **CAPÍTULO IV. Apresentação e Análise dos Dados**

Neste capítulo, em primeira instância, apresentamos os diferentes pontos o qual percorrerá o nosso trabalho. Desta feita, afirmamos que o capítulo em estudo, possui três partes:

a) A Escola *Ondjuo Yeto* e sua caracterização: nela apresentamos aspetos que nos ajudarão para a compreensão da mesma como a sua caracterização e o historial da associação de estudantes que a mesma possui;

b) A Associação de estudantes *Ondjuo Yeto* de Angola – uma organização *p'ra valer*.

Neste ponto, optamos por apresentar aspetos relacionados à génese da associação no seu todo, a génese da associação sob o ponto de vista dos alunos e a génese da associação sob o ponto de vista dos professores, a estrutura e organização da associação; o papel da AE sob o ponto de vista dos alunos e o papel da AE sob o ponto de vista dos professores e a participação estudantil

c) Por fim, apresentamos o terceiro ponto: a relação AE/Órgãos de Gestão.

### **4.1. A Escola *Ondjuo Yeto* e sua caracterização**

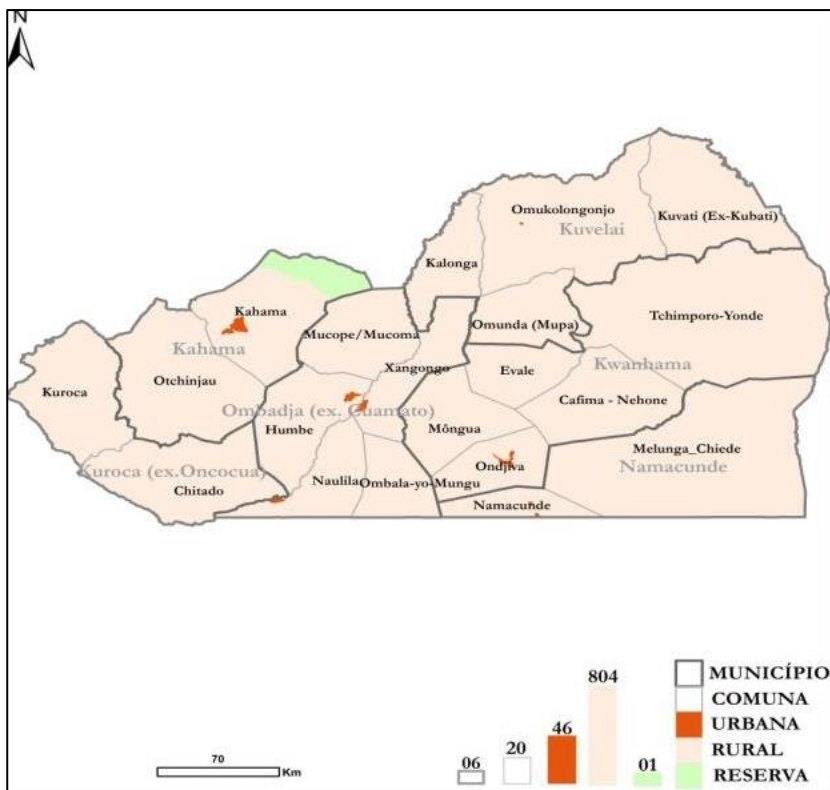
A Escola *Ondjuo Yeto* é uma escola pública, criada nos anos 90, e localiza-se na Província do Cunene, Município do Okwanhama, comuna de Ondjiva. O Cunene é uma província situada a sul de Angola, que faz fronteira com a província da Huíla, ao norte, com a República da Namíbia, ao sul, com a província do Cuando-Cubango, ao leste, e com a província do Namibe, ao oeste, como visualizamos no mapa de Angola que reproduzimos abaixo:

Figura 1- Mapa de Angola



Fonte: INEA (2014)

Figura 2- Cartograma- Municípios, Comunas e localidades do Cunene, 2014



**Fonte:** INEA (2014)

O Cunene, é uma província caracterizada por uma população que tem como principal atividade a pastorícia e a agricultura de subsistência, é disso que depende a sua economia. Tendo por base o resultado do Inquérito de Cobertura do Censo 2014 efetuado no país, neste caso, concretamente na província do Cunene, chegou-se a conclusão de que:

“Os resultados definitivos do Censo 2014, mostram que em 16 de maio de 2014, a população residente do Cunene era de 990 087 habitantes, dos quais 462 056 do sexo masculino (47% da população total residente) e 528 031 do sexo feminino (53% da população total residente)”.

Desta feita, verificou-se que, o índice de masculinidade (rácio homens/mulheres) é cerca de 88, o que significa que existem 88 homens para cada 100 mulheres. Os municípios de Ombadja e do Cuvelai, apresentam o índice de masculinidade mais baixo, onde existem 86 homens por cada 100 mulheres e no extremo oposto encontra-se o município de Namacunde com cerca de 94 homens por cada 100 mulheres. Segundo os dados do Censo de 2014. “O município mais habitado é o Cuanhama, com 374 529 de residentes. Enquanto que o menos habitado é o do Curoca com 41 087

peessoas. No que tange a proporção da população com 0-14 anos é de 48% e a de idosos (65 ou mais anos) é de 4%. A idade média da população é de 21 anos”. Constatou-se que entre a população com “18-24 anos, 4% completou o II ciclo do ensino secundário e cerca de 1% entre a população com 24 ou mais anos, concluiu o ensino superior”, o que são percentagens que merecem uma reflexão por parte dos governantes angolanos e do povo angolano. Em termos da garantia dos direitos à saúde e à educação ainda há um longo caminho a percorrer para que o povo angolano possa usufruir destes direitos. Relativamente ao mercado de trabalho, concluiu-se que “apenas concentra 30% da população com 15 ou mais anos, sendo que as atividades do sector primário (Agricultura e Pesca) concentram 64%, as do sector secundário (Indústria, Construção e Energia) concentram 4% e as do sector terciário (Serviços) 18%. Entretanto 15% não declarou a sua atividade económica”(Censo:2014) .

De acordo o estudo realizado, observou-se que o número médio de pessoas por agregado familiar “é de 5,3. A maioria dos agregados familiares são chefiados por homens (50,1%), enquanto que as mulheres chefiam 49,5% dos agregados familiares e que o número de unidades habitacionais é de 187 352. Cerca de 93% das habitações estão ocupadas pelos proprietários e 4,2% são arrendadas” (*ibidem:2014*). É, nesta perspetiva, que o acesso à água apropriada para beber “abrange, apenas 23% dos agregados familiares, enquanto o acesso ao sanitário apropriado abrange 12% dos mesmos. A grande maioria dos agregados familiares (84%), despeja os resíduos sólidos, ou lixo, ao ar livre”. (*ibidem:2014*).

No que tange ao processo de ensino, verifica-se que a nível provincial de acordo com os resultados obtidos também do Inquérito de cobertura do Censo 2014,

“36% da população com 5-18 anos de idade, encontrava-se fora do sistema de ensino. E que a proporção da população com 24 ou mais anos com formação superior representava menos de 1%. Os homens detêm a liderança com 0,8%, contra os 0,4% das mulheres. O município do Cuanhama apresenta a maior proporção da população com ensino superior concluído com 1%. Os restantes municípios proporções inferiores a 0,5%” (*ibidem:2014*).

Esta baixa percentagem é preocupante.

Seguidamente, julgamos ser imprescindível caracterizar também na escola a qual decorreu a nossa investigação.

## **4.2. Caracterização da Escola *Ondjuo Yeto***

A Escola estudada foi construída de raiz com 16 salas de aulas; 3 laboratórios (1 de Física, 1 de Biologia e 1 de Química); 1 sala de Informática; 7 gabinetes, 10 WC (2 para professores, 5 para alunos e 3 para funcionários administrativos); 1 cantina. Esta instituição não possui biblioteca, pavilhão, anfiteatro, nem gabinete psicopedagógico, assim como campo desportivo para a prática de educação física.

De acordo com dados da observação não participante, o estado de conservação das infraestruturas é regular, necessitando de algumas intervenções, conforme dados da observação, para a eliminação das fissuras nas paredes, reparação da canalização, energia, teto falso e pinturas.

O recrutamento e seleção de estudantes para a escola é feito através de procedimentos diferenciados consoante o contingente dos estudantes: um procedimento para os professores sem agregação pedagógica que consiste numa análise documental dos documentos dos estudantes (identificação, certificados anteriores, etc.) outro para estudantes ordinários que realizam um teste escrito, nas disciplinas de opção e Língua Portuguesa.

A área de abrangência territorial a escola estende-se a partir de Ondjiva, capital da província do Cunene, para dois municípios (X e Y)<sup>11</sup>, onde funcionam os núcleos de, D-L, M-N e T. O seu objeto social e educacional radica atualmente na Formação de Professores para o 1º Ciclo do Ensino Secundário.

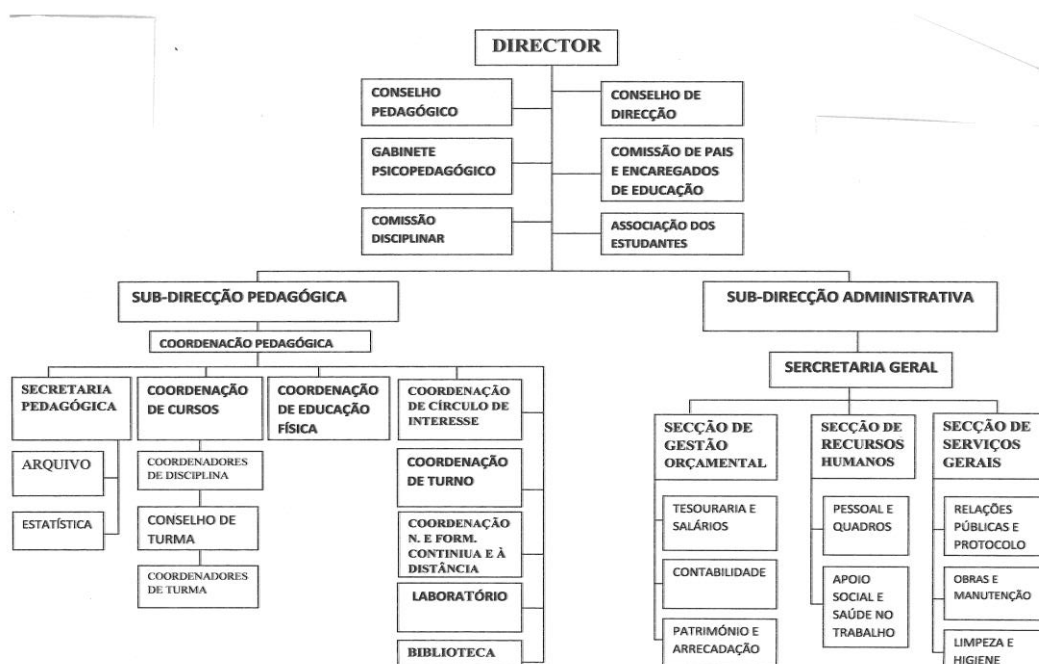
No ano letivo de 2019, e de acordo com a análise documental fornecida pela Secção Pedagógica, a escola possuiu uma Direção composta por um Diretor Geral, dois Subdiretores, sendo Administrativo e Pedagógico respetivamente seis Coordenadores de Cursos, dois Chefes de Secretária, Pedagógica e Administrativa e Finanças respetivamente. O mesmo documento refere que estes prestam serviços a um universo de (126) cento e vinte e seis professores e (2000) dois mil alunos, dos quais (1.113) mil cento e treze, são do género feminino, distribuídos pelas seguintes classes: 10ª com (280), 11ª com (648), 12ª com (584) e 13ª com (488), onde a sede comporta (1568) mil quinhentos e sessenta e oito, D-L (127) cento e vinte sete, M-N (77) setenta e sete, O- (228) duzentos e vinte oito e idades compreendidas entre os 15 aos 17 anos para alunos regulares. Sendo uma escola pública, recebe alunos de todos os contextos sociais, é assim que nela encontramos alunos de contextos favorecidos, médios e desfavorecidos. A escola organiza o seu funcionamento em dois turnos: diurno e noturno.

---

<sup>11</sup> Para garantir o anonimato da escola não identificamos os municípios.

Outro aspecto também a salientar pelos dados da observação não participante é o gabinete da AE que é, pequeno com aproximadamente dois metros ao quadrado que impossibilita que todos os membros da direcção da AE se reunam lá dentro. Na porta não está identificado, o que não permite o acesso rápido por parte dos que procuram o gabinete pela primeira vez.

Para reforçar a gestão da escola, a Direcção conta com os seguintes órgãos de apoio: Conselho de Direcção, Conselho Pedagógico, Secção Pedagógica, Conselho de Disciplina, Comissão Cultural e Desportiva.



Seguidamente, apresentamos a descrição do organograma da escola

Figura 3 - Organograma da escola *Ondjuo Yeto*

**Fonte:** Regulamento Interno da Escola (1996:30).

A escola *Ondjuo Yeto* está encabeçada por um Diretor Geral que ocupa o topo, como nos apresenta o organograma, e logo abaixo está o Conselho de Direcção, Conselho Pedagógico, Gabinete Psicopedagógico, Comissão de Pais e encarregados de Educação, Comissão disciplinar e por fim a Associação de Estudantes. É uma escola com uma direcção unipessoal. O Director mantém contacto

direto com a Subdireção Pedagógica e a Subdireção Administrativa. Do mesmo modo, a Subdireção Pedagógica mantém contacto direto com a Coordenação Pedagógica que por sua vez apresenta contacto direto com a Secretaria Pedagógica, a Coordenação de Cursos, a Coordenação de Educação Física e a Coordenação do círculo de interesse.

Cada uma destas coordenações mencionadas apresenta os seus órgãos de atuação, como a seguir destacamos:

- a Secretaria Pedagógica: é responsável por arquivar e fazer a estatística dos dados de cada ano que a escola possa apresentar relativamente ao processo docente educativo.
- a Coordenação de Cursos, responsabiliza-se por orientar os coordenadores de disciplinas, o conselho de turma e os coordenadores de turmas.

A Coordenação de Educação Física não nos apresenta nenhuma função específica como observamos no organograma. E, por fim temos a Coordenação de círculo de interesse que trabalha diretamente com a coordenação de turnos, a Coordenação do núcleo e formação contínua e à distância e laboratório e a biblioteca. Esta Biblioteca nunca existiu na escola em estudo. Esta coordenação de círculo de interesse, segundo o organograma, não nos apresenta nenhuma ligação com a associação de estudantes, mas no exercício de suas funções e de acordo a nossa observação e os dados das entrevistas, constatamos que trabalha constantemente uma com a outra como se estivessem diretamente ligadas. Já a Coordenação do núcleo e formação contínua e à distância, é a área que atende a nível das escolas *Ondjuo Yeto* a superação de professores com o nível básico para o ensino médio. Estes professores em funções não precisam se deslocar das suas áreas de jurisdição, mas sim, os professores da instituição é que se deslocam ou como alternativa a superação ocorre em tempos de pausa pedagógicas.

Por outro lado, temos a Subdireção Administrativa que mantém contacto direto com a Secretaria Geral e esta, por sua vez, com a secção de gestão orçamental que por sua vez engloba a tesouraria e salários, contabilidade, património e arrecadação. Segue a secção de recursos humanos, que engloba o pessoal e quadros e o apoio social e saúde no trabalho. Por fim, temos a Secção de Serviços Gerais que engloba as relações públicas e protocolo, compras e manutenção, limpeza e higiene. No organograma, a AE ocupa um lugar no topo da organização escolar estudada ao mesmo nível que a comissão disciplinar. Do ponto de vista do *plano das orientações para para a ação*, esta associação parece numa primeira leitura ser uma estrutura com poder formal.

Seguidamente apresentamos o estudo desta associação.



#### **4.2. 1. Historial da Associação de Estudantes da Escola *Ondjuo Yeto***

A atual escola *Ondjuo Yeto*, anteriormente designada por *Yeto*, possui uma associação de estudantes que faz parte da constituição dos órgãos que compõem a Direção da Escola. De acordo com as conversas informais tecidas com o Professor Alfa, a mesma, nos anos de 2010, foi composta por um *corpo* diretivo constituído por um presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, representante das atividades desportivas e coordenador para a área académica. Segundo os dados da observação, é uma associação bastante jovem que prima por um ambiente estudantil saudável e com aspirações de crescimento, tanto a nível académico como a nível social, visto que suas atividades não só estão viradas para a escola, mas também em atividades sociais que de algum modo promovam o crescimento regional e nacional. Constatamos também pela observação, que é uma associação que durante muitos anos trabalhou na base de informalidades, sem que tivesse documentos arquivados que regulasse o exercício de suas funções, bem como atualmente ainda está fortemente marcada por esta situação. A maior parte dos avisos passados aos alunos são de carácter oral, criando a possibilidade de especulações entre os mesmos.

É uma associação que também pauta por uma perspetiva de autonomia, primando por “ganhar” espaço no que diz respeito ao seu espaço, criando a possibilidade de interação, partilha e “intromissão” nos órgãos de gestão da escola a qual está inserida. Perante uma situação que ocorreu na escola, onde um presidente da associação de estudante teve de deixar a associação e a escola, a situação foi retratada do seguinte modo: Diante da situação vivenciada na AE afirmou-se que por motivos alegados *face ao cumprimento tardio de certas atividades realizadas dentro e fora da instituição de ensino pelo ex-presidente da AE AX22<sup>12</sup> e porque também foi mostrando algumas debilidades*, afirmou o professor Alfa,

“todas as atividades eram centralizadas nele, não distribuía tarefas, não prestava contas na gestão dos meios financeiros, a falta de atitude na organização de algumas atividades, como exemplo o batismo dos caloiros e outras. É, neste âmbito que, por orientação superior foi necessário encontrar outro representante. A direção da escola, decidiu cessar com o mandato do supracitado e proceder uma nova candidatura” (excerto das conversas informais professor Alfa).

Segundo conversas informais, esta candidatura a qual mencionamos, ocorreu no ano de 2017 em que concorreram 4 elementos: (AX1) o que anteriormente foi o coordenador da área desportiva da

---

<sup>12</sup> Para garantir o anonimato dos estudantes, atribuímos o código AX de 1- 79.

AE e que atualmente é o presidente eleito e mais três candidatos, estudantes da instituição. Foi uma eleição extraordinária no meio do mandato anterior, em que somente votaram os delegados e subdelegados que compõem as turmas da instituição.

As eleições de 2017, foram orientadas pelos professores Alfa e *Ômega*, que acompanham e aconselham a AE, conforme observamos.

As mesmas obedeceram aos seguintes critérios contidos no Regulamento Interno das eleições:

- “Só devem participar na assembleia delegados reconhecidos pelas turmas;
- Os candidatos à presidência da AE- *Ondjuo Yeto* devem ter a 11ª classe, tendo assim um ano de mandato não renovável.
- Os delegados à assembleia deverão exercer um voto fechado ao candidato de sua preferência;
- O candidato vencedor deverá apresentar suas metas de ação tais como: programas de atividades, como os membros que puderam constituir a comissão diretiva da *AE-Ondjuo Yeto*, seguindo a constituição dos órgãos da *AE- Ondjuo Yeto*
- Os participantes deverão estar bem apresentados;
- No final do acto, o presidente cessante deverá fazer a apresentação do relatório financeiro e um informe onde conste todos os bens e serviços da AE” (excerto do regulamento interno das eleições criado no momento)”.

Contudo, é fundamental a importância de analisarmos o historial da AE no que diz respeito à sua vivência e não só, pois é o motivo que nos faz afirmar que, relativamente ao modo de viver a associação de estudantes e da escola *Ondjuo Yeto* têm nos apresentado, isto é, no que tange ao seu relacionamento, atitude e atuação, temos a referir que a mesma associação, junto à escola, tem se mostrado estar perante um *organismo hospedeiro*, como nos advertem C. Estêvão & A. Afonso (1998:86). Esta metáfora justifica-se por se verificar a falta de autonomia da AE, junto dos órgãos de gestão, embora aparentemente mostrarem uma forte união e colaboração naquilo que tem sido as suas atividades da AE.

De uma forma geral, podemos sustentar que não se tem considerado os dirigentes associativos como gente “madura” (notas de campo) capaz de resolver e tomar suas próprias decisões, mas sim, vistos, segundo a nossa observação, unicamente capacitados para resolver situações mais orientadas para a realização de entretenimentos e ações sociais que de alguma forma não apresente “perigo” algum para a instituição. É, deste modo, que consideramos ser limitada a atuação dos dirigentes associativos diante da escola. Esta *desvalorização das competências* dos dirigentes associativos,

permite a ausência de *cooperação*, por receio do fracasso das suas ações, razão pelo qual é usada para justificar as poucas vezes que têm autonomia na realização de suas atividades.

É fundamental que se crie a possibilidade de “lutar” para que cada vez mais se alcance esta autonomia a que a associação deverá estar virada, uma vez que os órgãos de gestão consideram serem indispensáveis o seu parecer no plano da dinamização das atividades associativas.

Por outro lado, ainda relativamente ao tema em questão e tendo em consideração as investigações efetuadas e o discurso obtido pelos entrevistados durante o nosso estudo, concluiu-se que as opiniões recolhidas partem do pressuposto de que, a atual situação da Associação de Estudantes na escola *Ondjuo Yeto* se caracteriza pela emergência da presença de novos fatores que o diferenciam, profundamente, do modelo de associativismo estudantil, pelo facto de se observar bastante ambiguidade dentro da Associação. É, neste âmbito, que observamos algumas respostas dos alunos concernente à seguinte questão: *Desde que foi criada a Associação de Estudantes, o que mais destaca na sua ação desde a sua criação?* As respostas foram: “O que a gente diria, a criação da associação dos estudantes, não temos nenhum domínio, noção de que ano foi criado e de quem teve essa ideia, dentro de uma instituição escolar” (excerto da entrevista A31). Outro ainda afirma “Segundo a minha pequena pesquisa, a iniciativa de criar a associação dos estudantes, foi pelo professor Alfa. Ele tomou essa iniciativa para que os estudantes estejam mais organizados e que possam expor os seus problemas na associação” (excerto da entrevista A6).

O processo de decisão nesta AE centra-se, sobretudo, nos professores que agem como “conselheiros”, pondo em maior realce a presença de professores como “conselheiros” em que toda e qualquer decisão a tomar pelos membros da Associação, devem ser aprovadas por estes, pondo em segundo lugar o papel do presidente, bem como de toda equipa, tornando-os dependentes. É, nesta base, que voltamos aos dizeres de L. Lima, quando afirma que as práticas associativas nas escolas, nem sempre são executadas com rigor pelos “múltiplos e profundos constrangimentos e controlos efectivos” (Lima, 1998:16). Seria indispensável que existisse uma maior autonomia na associação de estudantes para a execução das suas atividades.

Pelo que se observou e pelo que foi recolhido por intermédio de entrevistas, percebe-se logo que há uma influência forte por parte daqueles que detêm o poder na AE. É, neste âmbito, que voltamos as ideias de Lima afirmando que

“Os programas concebidos e as regras estabelecidas, os requisitos formais e processuais, e até alguma formação disponibilizada, não deixam de se constituir como elementos de

socialização e de controlo, mesmo que indirecto, ora fornecendo meios de afirmação para uma actuação mais interveniente e participativa, ora banalizando esta intervenção através de determinadas concepções de associativismo e institucionalizando certas práticas associativas” (Lima, 1998:16).

Uma outra característica que *marca* os dirigentes da associação da escola em questão, e que foi bastante referenciada pelos entrevistados, vai ao encontro do que Lima veio a referir em suas abordagens ao estudar o associativismo estudantil na escola secundária em Portugal

“Os alunos dirigentes associativos, encontram-se fortemente dependentes da ‘abertura’ e da ‘boa vontade’ dos órgãos e responsáveis escolares; enquanto ‘dirigentes’ e representantes legítimos dos alunos, vêem a dimensão política da sua actuação subordinada à vertente pedagógica (e até disciplinar) e sempre que esta é invocada logo lhe pode ser conferida conotação *política*, facilmente tornada possível com regras *pedagógicas* consideradas incontornáveis” (Lima, 1998:17).

É, desta feita, que podemos salientar que quando há total dependência das hierarquias escolares, os planos de acção da associação de estudantes não são concretizados pelo facto de se ver reduzida a capacidade de iniciativa e de mobilização diminuídas e quase vigiadas. É preciso também ter-se presente que o associativismo escolar dever ser dinâmico e trazer cada vez mais inovações para que os envolvidos interessem-se mais por ele.

#### **4.3.A Associação de estudantes *Ondjuo Yeto* de Angola – uma organização *p’ra Valer***

A Associação de Estudantes, é assim que a designamos por se tratar de uma associação que precisa de muito empenho e dedicação para que se efetive como tal. Por nos apresentar uma certa ambiguidade naquilo que é o exercício das suas funções por um lado e, por outro lado, por apresentar bastantes *disfunções*, burocracias naquilo que é o seu funcionamento. Tendo em consideração os modelos organizacionais que estudamos, verificamos que os três tipos de modelos: o burocrático, político e o da ambiguidade, se fazem presentes nesta associação, embora o modelo político apareça com menos predominância.

Apesar de possuir um *corpo* diretivo como estrutura, a associação não é autónoma dos órgãos de gestão da escola, possui uma forte ligação, ao ponto de nada ocorrer no interior da mesma sem que os órgãos de gestão da escola se aperceba e dê seu parecer relativamente ao que se pensa realizar. É,

neste âmbito, que se tem sempre a presença do professor “conselheiro”, como é designado, servindo de intermediário entre a associação e os órgãos diretivos da escola conforme dados da observação.

A associação estudada é maioritariamente jovem, como já referimos anteriormente, faz parte do organograma da escola e está composta por um presidente, vice-presidente, secretário(a), tesoureiro, coordenador de atividades e porta-voz. São filiados na AE todos os alunos pertencentes à instituição, independentemente de estarem de acordo ou não. Segundo dados das entrevistas, as atividades programadas, na sua maioria são de caráter obrigatório, obrigando, deste modo, os estudantes a participar mesmo sem o seu consentimento, temendo por faltas posteriores que os poderiam levar a uma reprovação.

É, uma organização *p’ra valer*, porque para além de precisar de bastante trabalho para a sua melhoria, o seu estudo servirá de modelo para outras investigações, visto que no País pouco ou quase nada mesmo se estudou relativamente ao associativismo estudantil. Por esta razão, precisa-se de mais divulgação do que é a sua finalidade, e o modo de atuação nas escolas, para que se deixe de confundir as funções e torná-la em algo mais atraente, despertando interesse na participação da mesma. Como regula o Código Civil Angolano, a autonomia é consagrada embora não esteja a tratar certamente da associação de estudantes, mas das associações no geral, no seu Artigo 9º do II capítulo “as associações prosseguem livre e autonomamente os fins, gozando para o efeito de autonomia jurídica, administrativa e financeira” e “as associações não podem ser extintas, nem verem suspensas as suas atividades senão nos termos da lei”. Esta autonomia é a que se deverá lutar para alcançá-la a nível das escolas e de modo específico a que nos propusemos estudar. Para tal, é fundamental que os órgãos de gestão da escola adotem uma lógica e prática de serviço desinteressado ao Associativismo estudantil, se afastem do controlo direto da associação dos estudantes, das suas práticas de atuação e crie um absoluto respeito pela autonomia das mesmas através da redução da sua intervenção.

Ao nos referirmos em torno do afastamento dos órgãos de gestão da escola, não afirmamos categoricamente que os mesmos devem estar distantes,mas antes ser exemplo de um serviço de mobilização para a participação nas atividades, visto que os estudantes, em muitos casos, não encontram motivos para participar.

Seguidamente, debruçaremos em torno da sua génese, estrutura, caracterização/papel, participação estudantil e a relação da AE com os órgãos de gestão da escola.

Nada existe sem ter um começo, tudo tem um princípio. Nesta perspetiva, podemos assim aferir que o mesmo se deu com a AE. Para o surgimento desta, algumas motivações suscitaram a sua criação.

Por não possuir documentos que descrevam o surgimento da associação de estudantes, temos a referir que a mesma durante muito tempo, e até a atualidade, trabalhou num pragmatismo sem que apresentava seus estatutos, regulamentos, organograma, simplesmente atrelava-se aos documentos que a escola apresentasse, como é o caso de regulamentos, embora o Código Civil Angolano no seu Artigo 14º do III Capítulo dite que “para a sua constituição e funcionamento as associações devem adoptar um estatuto”.

É uma associação que simplesmente apresenta um historial verbal quanto ao seu surgimento, situação esta que permite muitas vezes que os planos de atividades, bem como as ordens a serem executadas, não sejam elaboradas por quem fosse apresentado como “central” na associação, o seu coletivo de estudantes, mas única e simplesmente pode embelezar a estrutura e muitas vezes assumiram-se *passivos* no que diz respeito à sua função. Desta feita, cabe-nos referir que há uma total conjuntura entre a associação de estudantes e o setor de atividades extraescolares, situação esta que os faz confundir até chegar ao ponto de não se distinguir cada função na associação a desempenhar, bem como as atividades, chegando várias vezes afirmarem que ambas são a mesma coisa.

É fundamental que se tenha conhecimento da génese da associação, porque o seu desconhecimento pode permitir que se chegue a conclusões erradas, como por exemplo pensar-se que a associação é propriedade da escola e que a sujeição a ela é um dever de todo estudante, bem como as suas ordens nunca poderem emanar da direção associativa.

#### **4.3.1. A génese da associação do ponto de vista dos alunos**

Como já nos referimos anteriormente, há um desconhecimento da génese da associação, o que faz com que mesmo quem esteja no topo como o presidente esteja alheio às situações, desconhecendo até mesmo se já existiu ou não estatutos na associação, fazendo com que o mesmo pudesse trabalhar no abstrato sem nenhuma documentação que justificasse a razão da sua atuação. Eis o motivo de sua justificação

“Atualmente, não. Mas estamos a trabalhar no sentido de fazermos. Estamos a fazer o estatuto, pouco a pouco estamos a fazer o estatuto, não terminamos. Mas, anteriormente, o estatuto da associação existia, não sei como foi. De certeza que um dos presidentes cessantes levou por descuido e até hoje não devolveu. E estamos a trabalhar para um novo e

outro estatuto porque até ao atual momento, está-se a rever o regulamento interno da escola e só vai nos ajudar ainda mais a tratar o mesmo” (excerto da entrevista do AX1).

Estes desajustes fazem com que a associação trabalhe de modo informal, onde a presença de professores não é tida como incómodo, mas sim como uma mais valia para o exercício das funções o que comprova uma certa ambiguidade no seu funcionamento. O facto da elaboração do novo estatuto não ser realizado simplesmente pelos próprios estudantes, mas antes pelas opiniões dos professores e dos órgãos de gestão da escola que se fazem presentes, mostra uma insegurança naquilo que realmente é o desejo que os alunos almejam junto à associação. A afirmação de que o “chefe da associação” é que desempenha a função máxima na associação é bastante subjetiva, porque se para tomarem decisões não as fazem sem que seja pelos órgãos superiores da escola, ou mesmo o facto de serem os órgãos de gestão a convocarem as eleições, então infere-se que dentro desta associação há um enorme controlo, como refere o presidente quanto à questão de *quem convoca as eleições*:

“É convocada pela direção da escola. A direção da escola cria uma comissão que fica incumbida...” (excerto da entrevista do AX1).

Esta situação torna-os *passivos* como membros que ocupam as posições centrais na estrutura estipulada. É nesta perspetiva que afirmamos que o facto dos membros da associação se tornarem *passivos* sem que eles percebam, é a razão do seguinte pronunciamento quanto à direção das eleições na associação:

“É o que eu já disse. Quem dirige é a comissão que a direção da escola organiza para estar à frente da mesma e os colegas só vão participando. Agora, no meu caso, quando eu tiver de sair, eu, como presidente cessante, vou estar lá para apoiar a direção da escola, para trabalharmos no sentido de pôr outro presidente” (excerto da entrevista do AX1).

O discurso é, bastante comprometedor por se tratar de “pôr outro presidente junto à direção”.

Ao analisarmos as entrevistas efetuadas pelos estudantes, relativamente à génese da associação dos estudantes, ficamos com a perceção, que há um total desconhecimento por parte dos estudantes por não possuírem informações claras e precisas sobre a sua criação, iniciativa, adesão, situação esta que torna-os alheios ao historial da associação a qual muitos deles se encontram filiados. Em seus discursos, apresentavam-se alheios às questões apresentadas, um ou outro tentava descrever, mesmo de maneira incerta, mas arriscavam.

Este desconhecimento constatado, permite que muito se faça no interior da associação. É por esta razão, que nos apegamos ao Código Civil Angolano no seu Artigo 2º do I capítulo que define a

associação como “toda a união voluntária de cidadãos angolanos ou estrangeiros, com caráter duradouro que visa a prossecução de um fim comum e sem intuito lucrativo” e, deste modo, permitiria assim perceber se a criação desta associação foi voluntária ou não, se houve adesão por parte dos estudantes ou não e se foi por iniciativa de quem.

#### **4.3.2. A génese do ponto de vista dos professores**

Relativamente à perceção que os professores apresentam em torno do que é a associação dos estudantes, e de modo específico o professor que muito se destaca em todas as atividades, o tal “conselheiro” professor Alfa, temos a referir que as respostas não diferem das que os alunos apresentaram. Os professores têm domínio da existência da mesma associação e nada mais embora o professor Alfa tenha apresentado mais detalhes referente ao tema em questão. Por esta razão, afirmamos que para o mesmo professor, no que respeita à génese da associação tem maior domínio, visto que é tido como “peça” fundamental para a associação de estudantes. Verificamos também que os professores pouco se preocupavam com a existência da associação, no entanto, as nossas entrevistas sem querer despertaram interesse aos mesmos em conhecer e a interessa-se mais em torno das atividades que dizem respeito a esta organização.

##### **4.3.2.1. A Importância da Associação de Estudantes**

Ao se pronunciar relativamente à importância que é atribuída à associação de estudantes, esta é tida como parte integrante da direção da escola. Eis, o motivo do seu pronunciamento:

“Sim, acho muito importante porque acredito com o surgimento ou com a existência desta associação, alguns problemas internos da nossa instituição, tanto de organização de pátio, atividades sociais... Como se sabe, a nossa instituição é uma escola virada para a sociedade. Algumas vezes, organizamos atividades fora da instituição e esta associação tem-nos ajudado bastante, tanto na mobilização e organização das atividades” (excerto da entrevista PA).

Esta é a razão pelo qual se pensa que de modo instrumental, a associação não tem “pés” para caminhar sozinha, como apresentamos a seguir:

“Sim. Anteriormente, esta associação tinha um supervisor, que é o coordenador das atividades escolares da escola, ele é que acompanhava os trabalhos da associação como representante da direção da escola, dentro a associação dos estudantes, para ajudar na organização dos seus projetos e de maneira a evitar que eles andem fora. Porque, independentemente de ser uma associação de estudantes, mas está dentro de uma escola. Então, a escola tem o seu regulamento interno e com base nesse regulamento; vamos supor que a associação venha a realizar uma atividade que tenha problemas fora da instituição,



então, como é uma associação dentro da escola, a direção tem esta autonomia de indicar alguém para acompanhar as atividades da associação dos estudantes” (excerto da entrevista PA).

O discurso faz referência ao passado porque como já foi referido anteriormente que está em curso o novo estatuto, por isso afirma-se a seguir que,

“Eu dizia que tinha porque no novo estatuto já não faz referência à existência de um supervisor. Está em estudo. Acredito que, a qualquer altura, será inserido ou não, ou já não voltará a ter um supervisor” (excerto da entrevista PA).

O facto de estar em curso a existência de um supervisor na associação ou não, remete-nos à ideia de que a associação precisa de auxílio dos professores para funcionar, como afirma o professor.

“A supervisão tem muito mais a ver com a questão de projetos sociais, ajudar em ideias e fazer uma revisão daquilo que eles pretendem fazer. E mais ou menos um elo, um elo de ligação entre a direção da escola e a associação dos estudantes. Quer dizer que esta pessoa é que vai intermediando na realização dessas mesmas atividades programadas pela associação de estudantes” (excerto da entrevista PA).

É difícil perceber que nada é feito sem supervisão dentro da associação, porque torna cada vez mais os alunos dependentes da *boa vontade* dos órgãos de gestão para realizarem ou não certas atividades pelos sucessivos controlos a que está sujeita. Embora assim aconteça, a consciência de que tal facto não deve ocorrer é do conhecimento de quem a executa como nos adverte o professor:

“Acho importante, mas desde que não venham a interferir tanto porque existem aquelas atividades e aqueles projetos que têm que são do âmbito estudantil, são do âmbito associativos que a direção da escola não deve criar, por exemplo, impasse porque eles além de serem uma associação que está para discutir, para ajudar a instituição, também reivindicam alguns direitos como estudantes. Então, se a direção pôr muito às mãos, podemos ver esses regulamentos que vêm para reivindicar a serem excluídos do seu regulamento ou estatutos, então, é importante, mas que a direção não pegue, não deve pegar a 100% as atividades da associação dos estudantes” (excerto da entrevista PA).

Esse acompanhamento a que a associação tem presenciado, por parte da direção da escola, pode vir a tirar o foco daquilo que é geralmente a sua génese. Em momento algum, nos discursos do professor, este referiu a associação como algo autónomo à direção da escola, mas refere como se fosse algo ligado diretamente e que a sua presença como professor fosse fundamental.

Por outro lado, também salientamos que o desconhecimento da génese da associação não é simplesmente observado por parte dos professores e alunos, mas também pelos órgãos de gestão da escola junto a pessoa do Diretor. E quanto ao porquê do surgimento, eis a resposta:

“Bem, como qualquer outra instituição de ensino, há sempre nela uma associação de estudantes. A associação dos estudantes tem esses fins de defender os estudantes e também faz parte das próprias políticas de gestão das instituições. Podemos dizer que ela faz parte do conselho de direção de uma direção de escola” (excerto da entrevista D).

Junta-se também a ideia de que foi a própria associação que tomou a iniciativa para a sua criação porque

“Os estudantes tomaram a iniciativa de associarem-se para verem os seus problemas discutidos junto da direção da escola” (excerto da entrevista D)

Seguidamente, apresentamos no seguinte quadro as respostas dadas pelos atores entrevistados, relativamente à génese da AE.

Quadro 16 - Síntese da génese da associação de estudantes

<b>Génese</b>	<b>Alunos</b>	<b>Professor</b>	<b>Diretor</b>
<b>Quando foi criada?</b>	<p>“Informação desconhecida” (excerto da entrevista A1).</p> <p>“Não domino” (excerto da entrevista A7).</p> <p>“A associação de estudantes, não temos conhecimento de quando foi criada - Quando foi criada a associação dos estudantes, não sei de concreto...não sei...” (excerto da entrevista A11).</p> <p>“O que a gente diria, a criação da associação dos estudantes, não temos nenhum domínio, noção de que ano foi criado e de quem teve essa ideia, dentro de uma instituição escolar” (A31).</p> <p>“Não temos domínio” (excerto da entrevista A44).</p> <p>“Não temos a certeza absoluta porque quando entramos nessa instituição, encontramos o grupo da associação dos estudantes já formado. Então, não sabemos completamente quem foi o incentivador ou principiante desta associação” (excerto da entrevista A45).</p>	<p>Já sim, sim, já ouvi. Sinceramente não sei quando foi criada mas sei que existe. - Obviamente já ouvi. apesar de estar aqui nesta instituição há poucos anos mas sei claramente que existe uma associação de estudantes” (excerto da entrevista P1).</p> <p>“A associação dos estudantes surgiu no ano de 2010” (excerto da entrevista P14).</p>	<p>“A minha estada cá, desde 2009, ela já existia. Não posso precisar de facto quando é que ela surgiu. Não temos como precisar, mas de facto já data de há muito tempo” (excerto da entrevista D).</p>

<p><b>Foi por iniciativa de quem?</b></p>	<p>“informação desconhecida” (excerto da entrevista A2).</p> <p>“Também não sabemos por iniciativa de quem”(excerto da entrevista A18).</p> <p>“Na verdade, desde o ano de 2015, que eu estou nesta instituição, nunca tive o privilégio de um encontro ou uma reunião relativamente à associação dos estudantes. Por vezes, há muitos alunos despercebidos da questão do ano, da data, de como começou e, por vezes, isso cria dificuldades”(excerto da entrevista A10).</p> <p>“Segundo a minha pequena pesquisa, a iniciativa de criar a associação dos estudantes, foi pelo professor Alfa. Ele tomou essa iniciativa para que os estudantes estejam mais organizados e que possam expor os seus problemas na associação” (excerto da entrevista A6).</p> <p>“Não sei dizer” (excerto da entrevista A9).</p>	<p>“Foi por iniciativa dos estudante Também não sei a adesão..</p> <p>- Praticamente não tenho nenhuma ideia de quando foi criada.</p> <p>- só podia ser por iniciativa dos próprios estudantes” (excerto da entrevista P1).</p> <p>“E surgiu sem ter, por exemplo, um estatuto. Eles, simplesmente, organizaram-se” (excerto da entrevista P14).</p> <p>“Quem são eles que tomaram a iniciativa era um grupo de alunos” (excerto da entrevista P14).</p>	<p>“Os estudantes. Os estudantes tomaram a iniciativa de associarem-se para verem os seus problemas discutidos junto da direção da escola” (excerto da entrevista D).</p>
<p><b>Como de correu</b></p>	<p>“Também não sabemos” (excerto da entrevista A22).</p>	<p>“Eu não posso detalhar concretamente” (excerto da entrevista P1)</p>	

<b>esse processo?</b>	<p>“Informação desconhecida” (excerto da entrevista A1).</p> <p>“Esta questão também, acho que não vamos poder responder. Assim como a fundação, a criação, por quem foi fundada, não vamos conseguir responder” (excerto da entrevista A34).</p>	<p>“Na mesma, não sei bem como foi que decorreu (excerto da entrevista P3).</p> <p>“Também não tenho conhecimento” (excerto da entrevista P5).</p>	
<b>Como foi adesão dos alunos na escola?</b>	<p>“A adesão dos alunos na escola foi boa, uma vez que a associação dos estudantes está para pautar pelo interesses dos alunos, então, houve muita aderência em relação a essa escolha” (excerto da entrevista A8).</p> <p>“Essas perguntas têm todas a ver com a criação? Então essa perguntas não vamos responder” (excerto da entrevista A36).</p>	<p>“Também não sei a adesão..</p> <p>- desde que esse estudante faça parte da instituição e frequente as aulas naquela instituição, logo é membro da associação. Obrigatoriamente tem que ser membro da associação” (excerto da entrevista P1).</p> <p>“Eu sei que os alunos aderiram, participam, aderiram” (excerto da entrevista P4).</p>	

**Fonte:** Elaboração própria

Portanto, temos a referir, que a respeito da génese, tanto os estudantes como os professores partilham da mesma ideia, isto é, desconhecem a data da sua criação, iniciativa, processo e adesão, embora alguns de forma isolada tenham domínio. Esta situação pode comprometer o que se pretende perceber em torno da associação em questão. O facto de tanto professores como alunos não procurarem compreender a respeito do assunto, mostra um certo desinteresse no que diz respeito a associação em causa por parte dos intervenientes diretos no processo.

Constatamos também que mesmo os que diretamente estão envolvidos com o processo como o presidente da associação, o Diretor da escola, desconhecem tais informações, apenas o professor Alfa que coordenou, desde 2010 tanto as atividades extraescolares como as da associação de estudantes dispõe de informações claras como nos confere às entrevistas proferidas.

“Quando foi criada a associação dos estudantes, não sei de concreto...não sei... De certeza que foi por iniciativa pelos membros estudantes que estudavam cá na instituição.

“Por eleições. Foram selecionadas pessoas que realmente queriam ser presidente da associação dos estudantes que, aliás, só têm de ser alunos da 11ª classe para ter 2 anos de mandato. Anteriormente, era só um ano de mandato, mas agora são dois anos de mandato” (excerto da entrevista AX1).

“ Foi, foi boa. Positiva. Claro que para trabalhar, tem de ter sempre alguém. Tem de ter sempre um dirigente que vai informando e recebendo algumas informações que é para levar à direção da escola” (excerto da entrevista AX1).

“Informação desconhecida” (excerto da entrevista A1).

Nesta investigação há uma ausência sobre a génese da AE e os discursos que os alunos continuam a proferir afirmam:

“Na verdade, desde o ano de 2015, que eu estou nesta instituição, nunca tive o privilégio de um encontro ou uma reunião relativamente à associação dos estudantes. Por vezes, há muitos alunos despercebidos da questão do ano, da data, de como começou e, por vezes, isso cria dificuldades” (excerto da entrevista A10).

“Não tenho noção” (excerto da entrevista A18).

“O que a gente diria, a criação da associação dos estudantes, não temos nenhum domínio, noção de que ano foi criado e de quem teve essa ideia, dentro de uma instituição escolar” (excerto da entrevista A31).

“Foi por iniciativa, acho que do diretor” (excerto da entrevista A14)

“Esta questão também, acho que não vamos poder responder. Assim como a fundação, a criação, por quem foi fundada, não vamos conseguir responder” (excerto da entrevista A34).

Verificamos que ainda se mostra um total desconhecimento relativamente às questões já mencionadas por parte de muitos estudantes. Parece-nos não se dar muita importância com relação a este assunto da génese da AE, pois tudo é dito com muita normalidade, como se fosse algo que de alguma forma não fizesse parte de suas vidas como estudantes:

“Segundo a minha pequena pesquisa, a iniciativa de criar a associação dos estudantes, foi pelo professor Alfa. Ele tomou essa iniciativa para que os estudantes estejam mais organizados e que possam expor os seus problemas na associação” (excerto da entrevista A6).

A maior parte dos professores e o Diretor da escola também não possuem mais esclarecimento em torno do assunto, pois só o professor Alfa (PA), por ser um dos mentores do surgimento da AE, estaria em condições de fornecer alguns esclarecimentos, atendendo que a escola não possui documentos escritos que reflitam tais questões. Por esta razão afirmam:

“Já sim, sim, já ouvi. Sinceramente não sei quando foi criada mas sei que existe. Foi por iniciativa dos estudantes. Também não sei a adesão...” (excerto da entrevista P1).

“Sim, já. Não conhece bem quando foi criada. Também não tenho essa resposta. Na mesma, não sei bem como foi que decorreu” (excerto da entrevista P3).

“A minha estada cá, desde 2009, ela já existia. Não posso precisar de facto quando é que ela surgiu. Não temos como precisar, mas de facto já data de há muito tempo.

Pelo que constatamos, estes três professores entrevistados não têm domínio de quase nada em torno da génese da AE, por falta mesmo de interesse. Mas já o professor Alfa e o Diretor da Escola, apresentam os seus discursos com mais conhecimento relativamente a outros professores:

“Bem, como qualquer outra instituição de ensino, há sempre nela uma associação de estudantes. A associação dos estudantes tem esses fins de defender os estudantes e também faz parte das próprias políticas de gestão das instituições. Podemos dizer que ela faz parte do conselho de direção de uma direção de escola. Os estudantes... os estudantes tomaram a iniciativa de associarem-se para verem os seus problemas discutidos junto da direção da escola” (excerto da entrevista D)

“A associação dos estudantes surgiu no ano de 2010. Para serem mais organizados e terem o direito de reivindicarem, por exemplo, os seus direitos como estudantes e serem um conjunto de alunos mais organizados para ajudar também a instituição a crescer em alguns itens em que eles acharem importantes. E surgiu sem ter, por exemplo, um estatuto. Eles, simplesmente, organizaram-se. Quem são eles que tomaram a iniciativa? Era um grupo de alunos” (excerto da entrevista PA).

O pouco envolvimento tanto dos próprios associados como dos professores e os demais, permite que se possa *executar tudo* no interior da associação. Nesta senda de ideias, é fundamental que o historial de qualquer organização seja do conhecimento de todos envolvidos, para que se possa

evitar desajustes no que realmente foram as aspirações dos que tomaram a iniciativa. Muitos casos assim sucedem, pelo simples facto de não existir nenhum documento que reflita tais informações, como estatutos que os possam ajudar a caminhar. Dessa forma, os associados podem até mesmo viver e encarar ideologias, políticas, meios e objetivos *radicalmente diferentes*. É, neste âmbito, que observamos que a autoridade no interior da associação, tem sido executada de forma hierárquica e que a possibilidade de *influência* pela direcção da escola na associação é cada vez maior, pautando por uma informalidade, baseando-se simplesmente na perícia que os órgãos de gestão apresentam. Não existe uma formalidade diante de quem venha a tomar a *autoridade na decisão final*, através de um assunto estrutural normativo, apenas o *contexto institucional e organizacional* determinam. É, nesta senda de ideias, que Bacharach & Mundell (1999:135) vêm afirmando que “a autoridade baseia-se na posição que se ocupa na hierarquia formal”. Desta feita, é fundamental que a AE crie mecanismos de modo a impor junto dos órgãos de gestão as suas lógicas de ação, de modo a salvaguardar os interesses dos associados. Diante dessas aspirações a que a AE deve encarar, os *atritos* como nos revela V. Paro (2000:77) junto dos que possuem autoridade, sempre se farão presentes por verem sua atuação diminuída.

A *autoridade e o poder* também são característicos neste modo de atuação a que muito se tem observado junto à associação de estudantes (AE). O facto dos alunos desconhecerem os seus direitos e deveres na associação, estes dois conceitos jamais desaparecerão, mesmo por se pensar ser normal, a atuação que a AE tem sofrido diante dos órgãos de gestão da escola.

Se pautarmos pela ideia de que “ter poder implica, mesmo que potencialmente, dispor de autoridade” (Paro, 2000:77-78) caímos na ideia de que nem sempre as ordens deliberadas da AE, sejam de sua vontade, mas de quem realmente possui *autoridade e poder* na Direcção da Escola.

#### **4.4. A Estrutura e organização da Associação**

##### **4.4.1. Documentos**

Para o estudo a que nos propusemos realizar observamos alguns documentos como os programas de atividades da AE, o organograma da escola, regulamento interno da escola, fotografias que mostram realmente a conjuntura existente entre a Associação de estudantes e os professores, Estatuto do Subsistema de Formação de Professores, Estatuto da AE em curso e o Estatuto da carreira dos Agentes de Educação. Como podemos observar, pouco ou quase nada se *trata* em torno da documentação da associação. O facto deste estatuto da associação estar em construção, o que



poderemos observar é que será algo estruturado, mas com dependência dos órgãos de gestão da escola pelo facto de estar em tutela do diretor, depois passar pelos professores coordenadores de cursos para possíveis correções e, posteriormente, aos alunos como afirma o presidente da AE. Isto significa que não se sabe quando será a data da aprovação definitiva para posteriormente entrar em funcionamento. Durante muito tempo e até então, os trabalhos da AE foram baseados numa informalidade, provocando demasiados atropelos naquilo que é realmente a missão de uma associação estudantil. Durante a nossa investigação também constatamos que muitos dos documentos que solicitamos aos membros da associação não se faziam presentes porque afirmavam estar sob tutela do professor Alfa coordenador das atividades extraescolares. Este fator remete-nos a analisar, como já nos referimos anteriormente, a total dependência e a conjuntura entre os membros associativos e os professores.

#### **4.4.2. Estrutura sob o ponto de vista dos alunos**

Sendo uma Associação criada há mais de dez anos, não seria normal que a mesma pudesse todo este tempo trabalhar sem um estatuto, o qual os ajudasse no exercício das suas funções. Assim aconteceu, pois os que dela faziam parte como os seus dirigentes não tinham conhecimento da importância que o mesmo representava no exercício das suas atividades. Por falta deste estatuto, verificou-se, de acordo os dados das entrevistas, que havia alguma confusão para distinguir verdadeiramente as funções que cada um desempenha dentro da associação, porque a associação não funcionava só. Era composta por todo elenco como presidente, o seu vice, secretário, chefe pelas comunicações, desportos, entre outros. Mas também aparece a presença do professor “Alfa”, coordenador das atividades extras escolares e “conselheiro”, como muitos afirmam, que encabeça as atividades, mesmo sem fazer parte da estrutura que constitui a associação, embora este não esteja formalizado legalmente, situação esta que vem a posicionar a associação a funcionar como próximo de uma “*anarquia organizada*” pois, independentemente de ela apresentar tais características, as atividades não cessam e os problemas apresentados são solucionados.

Eis os motivos de tais respostas apresentadas pelos alunos diante das questões: A AE têm um estatuto pelo qual se orientam para o desenvolvimento de suas atividades? Quem elaborou?

“Sim, a associação tem um estatuto” (excerto da entrevista A1),

“Acho que deve ter, mas nós não temos conhecimento” (excerto da entrevista A10).

“Sim, eles devem ter o estatuto porque é um pouquinho difícil, sem que tenha o documento” (excerto da entrevista A28).

“Eu creio que sim” (excerto da entrevista A35).

É, fundamental, que se aborde e se publique mais em torno de certos documentos considerados fundamentais para o exercício das funções na AE, como os estatutos, organograma para que nenhum dos alunos possa caminhar à luz de incertezas:

“Eles também nunca se chegaram a manifestar se há ou não esse documento. Razão pela qual estamos sem saber se existe ou não” (excerto da entrevista A11). Por fim o presidente da associação afirma como já referimos anteriormente que

“Atualmente, não. Mas estamos a trabalhar no sentido de fazermos. Estamos a fazer o estatuto, pouco a pouco estamos a fazer o estatuto, não terminamos. Mas, anteriormente, o estatuto da associação existia, não sei como foi. De certeza que um dos presidentes cessantes levou por descuido e até hoje não devolveu” (excerto da entrevista A41).

Estas respostas remetem-nos para a ideia de que existe bastante *incerteza* se realmente há ou não este documento porque mesmo durante a nossa investigação pedimos este documento e entre os membros da associação ninguém sabia da sua existência. Mas quanto à resposta de quem elaborou constatamos:

“O estatuto é elaborado pela mesma associação juntamente com o coordenador das atividades intra e extraescolares da mesma instituição, o professor Alfa” (excerto da entrevista A1).

“O estatuto da associação de estudantes foi elaborado pelo coordenador das atividades extraescolares, neste caso, o Alfa na presença do presidente da associação de estudantes” (excerto da entrevista A22).

“Acho que o coordenador das atividades escolares, professor “Alfa”, que é o coordenador que também faz parte da associação. Acho que deve ser ele, com a ajuda do diretor quem elaboram”. Para o presidente da associação” (excerto da entrevista A10).

O envolvimento na elaboração de qualquer que sejam os documentos da AE deve ser da exclusiva competência dos membros diretivos da AE. Mas quando há uma mistura naquilo que são as atribuições, de carácter associativo, julga-se estar perante uma “desordem”, onde ainda os papéis a que cada um deve desempenhar são confundidos:

“Acredito que esse estatuto, normalmente, é uma criação entre o responsável da associação dos estudantes e o diretor da mesma escola, incluindo os coordenadores de turma, são os elementos fundamentais (excerto da entrevista A32).

“O estatuto da associação, não sei quem elaborou. Nós, como membros da associação temos pedido algumas ideias aos professores, à direção da escola... estamos a fazer com que...conseguimos elaborar esse estatuto” (excerto da entrevista AX1).

Verificamos também que quanto a esta questão, existe bastante *incerteza* como já nos pronunciamos anteriormente, naquilo que é fundamentalmente o papel do presidente da associação e o professor Alfa, visto que muito se afirma nas entrevistas que a elaboração do estatuto é da competência do professor e não do presidente. Esta é a ideia que tem transparecido.

Torna-se fundamental afirmar, e pelos discursos aqui apresentados junto dos estudantes e não só, que raros são os documentos escritos e arquivados, pelos órgãos associativos. Durante a nossa investigação, como já referimos anteriormente ao solicitarmos alguns documentos, várias foram as “desculpas” apresentadas para justificar a ausência destes. A inexistência de arquivos na associação, permite a existência de alguma “desordem” relativamente à organização da mesma, dando a possibilidade da intromissão de práticas de gestão que desvalorizem os formalismos e podem vir a ignorar práticas eficientes na interação institucional, bem como ano pós anos refazerem os mesmos documentos (relatórios, actas, estatutos). Durante a nossa investigação, constatamos que foram melhorando em termos de organização, mostrando desde já interesse para a elaboração de um estatuto e saber mais sobre a génese da associação. Mas a informalidade continuou a constituir a tônica dominante das suas práticas em termos administrativos. A presença de atas vindas de suas reuniões também continuou a ser um assunto a merecer consideração. As informações entre os membros da direção da associação bem como de todos os associados também continuaram a ser transmitidas oralmente e de forma ocasional passando de sala em sala, como de costume, conforme os dados da observação.

Contudo, também afirmamos que, de acordo com o que foi exposto junto das resposta apresentadas, se possa considerar que a *articulação* em termos organizacionais da Associação de Estudantes (AE) com os órgãos de gestão das escolas é, fundamental como C. Estêvão & A. Afonso (1998: 97) afirmam por ser “o campo por onde passam muitas das tensões e conflitos”, verificamos que para este caso esta relação é bastante confusa por se observar a presença de elementos *estranhos* que neste caso são, o professor Alfa e o Diretor que têm interferido bastante naquilo que são as decisões a que a associação pretende realizar.

Por outro lado, tendo em conta a realidade portuguesa na Lei nº 33/87 de 11 de junho é referido que “os Conselhos Diretivos dos estabelecimentos escolares não dispõem, [...] de poder de intervenção na vida interna das associações de estudantes” (Estêvão & Afonso 1998: 98), afirmamos que esta situação devia equiparar-se com a realidade angolana, mas assim não acontece pelo simples

facto de as associações de estudantes angolanas não estarem neste momento legisladas, o que permite *informalidade* no que poderia ser a atuação das associações como tal. Estas associações ainda não são tidas como órgãos autónomos ou neutros que não sofram interferências dos órgãos de gestão da escola de modo a não atrapalhar as suas atividades e decisões. É, assim que podemos afirmar que não é da competência dos órgãos de gestão da escola “qualquer intervenção de controlo, fiscalização ou de tutela sobre a associação de estudantes, no âmbito da respetiva escola” como afirmam Estêvão & Afonso (1998: 98). Posicionamo-nos de acordo com esta afirmação, pois o que temos constatado junto as intervenções a que a associação tem sofrido, torna-os cada vez mais *passivos* como afirmou o presidente da associação junto a *conversa informal* que tivemos:

“Paramos as nossas atividades como associação, já há dois meses que não fazemos absolutamente nada porque nos sentimos ultrapassados e vedados em muitas situações. A maior parte das nossas atividades são vedadas e isto já nos está a desmoralizar. Estamos sem vontade de fazer nada e até mesmo como presidente penso entregar tudo já no final do ano, porque afinal tudo o que fazemos é para o benefício da escola, não temos um salário e se as coisas acontecem deste jeito, preferimos estar de fora” (excerto das conversas informais a AX1).

Se “não se pode participar sem decidir” como nos adverte M. Guerra (2002:10), é porque deve-se conceber esta importante tarefa aos estudantes da AE de modo a que haja fluidez em termos de informações para que de certa maneira se consiga alcançar os objetivos preconizados, visto que criando um clima em que a colaboração, a confiança, a comunicação e a motivação façam parte, e seja uma importante função no que se refere ao seu modo de atuação.

Esta afirmação a que o actor organizacional AX1 faz referência, mostra claramente o quanto os membros da associação de estudantes estão insatisfeitos com o que se tem vivido junto à escola na qual estão inseridos. É, nesta base de ideias, que se pode observar junto da associação de estudantes algumas “crises de identificação com a escola” (Gomes, C. & Lima, L. 1998:30). Nesta perspetiva, consideramos, haver necessidade de não encararmos a AE como “meros *departamentos escolares* especializados na prestação de serviços de apoio as actividades da escola”, como conferem os autores (*ibidem*:36).

Continuamos a afirmar que o facto de ser o coordenador das atividades extra- escolares um docente a elaborar o plano de atividades, mesmo estando em conexão com os membros da associação, mostra a falta de autonomia na associação, permitindo desta feita, como nos adverte Fonseca, (1998:30) que o *processo de tomada de decisões* seja “condicionado pela complexa rede de

canais de decisão e entrelaçamento da decisão, como resultado da fragmentação dos grupos profissionais e da sua influência”. É, nesta perspectiva, que S. Ball (1987:47) diante da *atividade micropolítica*, vem afirmando que a tomada de decisão é, um *processo político*, assim é, designado porque diante do que se tem observado na escola em questão, o uso da *politicidade* é frequente por transparecerem algo, mas que a fundo não é o que se tem vivenciado. Tudo isto nos leva a perceber que há uma *carência na clareza* relativamente aos objetivos da organização, como confere T. Bush, (2003:34) diante do estudo do *modelo da ambiguidade*. Outro aspeto a salientar diante do que a AE tem vivenciado é, a *incerteza, imprevisibilidade e dúvidas*. T. Bush, (2003:134) destaca a possibilidade da existência de uma *instabilidade e complexidade* na associação, situação que diariamente observamos junto da vivência dos mesmos estudantes associados, como também se têm vindo a manifestar diante das conversas informais que efetuamos. É fundamental que se possa compreender, dentro da organização, a função que cada um desempenha, para que não se possam confundir os papéis e se possa trabalhar de forma organizada, evitando a possibilidade da intromissão de elementos estranhos que possam de alguma forma alterar o funcionamento do que realmente é a essência da organização.

O uso do *poder de autoridade e de influência* por parte dos órgãos de gestão da escola, possibilita que cada vez mais os seus *interesses sejam resolvidos*, porque com este *poder*, cada vez mais dá-lhes a possibilidade de conseguirem *o quê, quando e como* quiserem os seus objetivos (Morgan, 2006:163). Mas também ressalta-se a ideia de que este poder que, em muitos casos tem se usado por parte das autoridades máximas da escola em questão, não é *legítimo*, por não estar legislado e estar presente diante de uma *estrutura hierárquica formal*. Para além disso consideram-se os professores *especialistas* pelo facto de estarem baseado no *reconhecimento de capacidades únicas* por parte dos órgãos de gestão, ou até mesmo acharem-se também possuidores de *conhecimentos ou habilidades* únicas, como conferem Carvalho *et al* (2015:144).

Por outro lado, se for dada a possibilidade dos alunos elaborarem as suas atividades de maneira autónoma, os mesmos poderão não só aprender a fazer, a agir, a escolher e a refletir, através das práticas executadas no dia-dia, mas também aprendem a serem cidadãos, com direitos e deveres

Afirmamos também que é de salientar que, a representação dos alunos em algumas atividades a que a escola ou mesmo a própria associação tem vivenciado, é outra situação que carece de análise, tendo em conta ao que podemos designar de *participação por representatividade*.

Na escola em questão, a representação dos alunos junto ao Conselho Diretivo da escola é visível pelo simples facto do presidente da associação de estudantes fazer parte do mesmo. Verificamos também que em termos de eleições, no que tange à votação, a representação é outro fator que precisa de ser analisado, por se constatar que diante das eleições ocorridas em meado do mandato do ano de 2017, nem todos os estudantes tiveram a oportunidade de votar, o que suscitou alguma “revolta” no seio dos mesmos e até mesmo porque nem todos tiveram conhecimento do sucedido conforme os dados das entrevistas.

A Associação de estudantes não tem um organograma formalizado e esta é uma razão do desconhecimento de muitos associados. Embora outros afirmam a existência do mesmo, outros comentam:

“O documento, não podemos dizer que existiu por nunca o vi” (excerto da entrevista A28).

“Não, não. Nunca tive esse privilégio de me deparar com esse documento onde vem o programa, com base esses elementos da associação dos estudantes. Simplesmente sempre só comunicam vocalmente [sic] :Não vimos” (excerto da entrevista A29).

Esta é uma situação que faz com que muitos não se interessem tanto pela associação, apenas participam em suas atividades por serem de caráter obrigatório como muitos afirmam.

Verificaram-se bastantes ambiguidades no tocante a existência do organograma, sua composição e elaboração como nos apresenta o entrevistado:

“responder a essas questões, professora, chega a ser um pouco difícil porque uma associação dos estudantes deve ter uma boa organização de como informar como são os procedimentos de uma determinada associação. Coisa que aqui na nossa escola não acontece. Por isso, não temos muita informação com relação as esses aspetos” (excerto da entrevista A7).

Se partirmos do pressuposto de que *nada vem do nada*, podemos chegar à ideia de que nada vem do abstrato, por isso mesmo o organograma a que nos referimos apresenta um autor, como nas entrevistas afirmam, os alunos:

“Foi elaborado pelo conjunto de alunos que fazem parte da associação juntamente, sempre...O coordenador das atividades extraescolares nunca, nunca está isento de todas as informações que constam ou que a informação...ou que a associação tem” (excerto da entrevista A1).

“A pretensão é, o Alfa fez a elaboração do...presidente da associação e os mesmos colegas da escola é que contribui para que o colega seja presidente da associação. Elaborado pela direção da escola, mas também...” (excerto da entrevista A30).

Conclui-se diante destes discursos que a associação de estudantes não é uma organização autónoma, mas uma organização que está ligada diretamente de modo muito forte aos órgãos de gestão da escola para o exercício de suas funções.

Quanto às funções da AE, verificamos que todos têm domínio de quem deve exercer a função máxima na associação de estudantes é o presidente da associação dos estudantes, mas em contrapartida, também sustentam que:

“Sim. Os alunos da associação não podem realizar atividades sem que o professor” “Não tem como a atividade não passar por ele” (excerto da entrevista A1).

“O documento passa também pelas mãos do senhor diretor. O senhor diretor é que decide se sim ou não” por um lado, mas por outro afirmam “ (excerto da entrevista A2).

Eu acho que é o presidente. O próprio presidente da associação dos estudantes, desempenha a função máxima” (excerto da entrevista A10).

“O presidente da associação de estudantes é quem desempenha a função máxima da mesma” (excerto da entrevista AX1).

Com o exposto, concluímos que a função que cada um deve desempenhar no interior da associação ainda são enigmáticas para os entrevistados.

Quanto aos órgãos da associação e para obtermos uma versão oficial dos fenómenos associativos, questionamos os actores quanto à identificação dos órgãos associativos. As respostas foram:

“Vamos tentar...Quer dizer, o presidente é o AX1, o vice presidente é o AX2 (não sei o sobrenome dele), o secretário é o AX3, a tesoureira é a AX4...o coordenador da área dos instrumentos ou da música é o AX5 os restantes colegas vão dizer qualquer coisa” (excerto da entrevista n° A13).

“Alguns...O presidente, AX1, o AX2..., são os que eu conheço” (excerto da entrevista n° A6).

“O AX1, por ser o presidente da própria associação, e o outro é AX2, como vice-presidente da associação...Tem mais outro elemento que é o AX3 não conheço o nome completo dele, mas é mais conhecido por AX3; acho que agora desempenha o papel de secretário da associação dos estudantes” (excerto da entrevista n° A7).

“Não conheço” (excerto da entrevista n° A8).

Nem todos têm domínio desta questão, apenas alguns têm conhecimento. Mas é importante que todos os estudantes conheçam os membros constituintes da associação de estudantes, porque é esta que os ajuda, defende e promove atividades dirigidas aos estudantes.

O processo eleitoral e as eleições são tidas como o momento mais alto em termos democráticos a que uma escola e não só devem exercer. Neste âmbito, na AE não tem sido o contrário, embora com exceção de alguns momentos. Desta feita, verifica-se que os momentos eleitorais na escola em estudo, são marcados com práticas que diferem do quotidiano, por se tratar de campanhas feitas em alguns dias específicos da semana, “perturbando” a atividade laboral de alguns professores, conforme as notas de campo.

A necessidade da composição das listas eleitorais, o perfil escolar dos candidatos à presidência da direção da AE, a campanha eleitoral, entre outros aspetos, são fatores determinantes para a ocorrência do processo eleitoral. É, nesta perspetiva, que a escola em questão, pautou por levantar uma série de critérios para os candidatos às eleições. Estes critérios como (só devem participar na assembleia delegados reconhecidos pelas turmas, os candidatos à presidência da AE- *Ondjuo Yeto* devem ter a 11<sup>a</sup> classe, o candidato vencedor deverá apresentar suas metas de ação tais como: programas de atividades, como os membros que puderam constituir a comissão diretiva da *AE-Ondjuo Yeto*, seguindo a constituição dos órgãos da AE- *Ondjuo Yeto*) fizeram com que as eleições pudessem acontecer.

Quanto às eleições, bem como à candidatura dos estudantes, temos a referir que há total discrepância em torno das respostas apresentadas, pelo facto de muitos alunos não participarem ativamente no processo e até se sentirem excluídos do mesmo. Muitos entrevistados alegam não se candidatarem por falta de tempo, outros, pela atividade exigir bastante responsabilidade, outros, por nunca serem solicitados e ainda outros por não se reverem na associação. Outro aspecto que também nos chama à atenção quanto a direção das eleições à presidência na associação é o facto de ser o professor coordenador das atividades extraescolares, o professor Alfa, o “conselheiro” a dirigir o processo como aqui afirmam os estudantes:

“O coordenador das atividades extraescolares professor Alfa” (excerto da entrevista A22).

O facto da presença do professor em tudo o que diz respeito à associação de estudantes, mesmo sem que faça parte de uma maneira formal e as decisões sobre as atividades não se efetivarem sem que o mesmo dê o seu parecer, mostra-nos claramente que a presença do **modelo**



**político** é bastante relevante por aparentar ser o presidente da associação, o líder máximo da associação como nos é passada a informação, mas assim não acontecer sem que o “conselheiro” como é designado o professor prove as atividades – *poder informal* dentro da AE.

Os entrevistados explicam o processo eleitoral:

“As elei... acredito eu que as eleições na associação de estudantes faz-se por uma espécie de candidatura” (excerto da entrevista nº A2).

“Cada candidato à presidência, isto é, o candidato vai passando de sala em sala, fazendo as suas propagandas, dizendo o que vai fazer durante a campanha, o que ele vai fazer depois de ser votado, faz as suas publicidades ‘Eu farei isso, isso, isso...com o objetivo de melhorar aquilo e aquilo...’ e assim vai indo...” (excerto da entrevista nº A10).

“O presidente atual, passa de turma em turma com os novos candidatos. Os novos candidatos, apresentam as suas propostas...dizem os seus nomes e ali, pedem para que cada aluno pegue num papel, escreva o nome do candidato da sua preferência, dobre e entregue o delegado de turma e o delegado de turma faz com que aquilo chegue à associação dos estudantes” (excerto da entrevista A49).

Há a necessidade de se fazer sentir a democracia e a autonomia no que concerne às eleições na AE, visto que só assim se mostraria total confiança e transparência naquilo que é, uma atividade só de caráter estudantil, motivo este que permite aos estudantes afirmarem que:

“não é qualquer um que pode se candidatar para ser um presidente da associação porque também precisa ter em conta algo bem importante. Alguns requisitos. E a primeira coisa, ele tem que, na sala de aula, ele tem que ser ou delegado ou subdelegado” (excerto da entrevista A4).

“Se bem me lembro, em 2015, quando entrámos nesta instituição, os membros da associação dos estudantes passaram aqui, em cada turma para eleger a pessoa que ia tomar a liderança da associação. Neste ano, o que é que eles fizeram? Apresentaram os homens...os candidatos para a liderança da mesma associação e que cada estudante votasse livremente na pessoa que ia liderar a associação dos estudantes” (excerto da entrevista A6).

“Sim, mas...O ano passado, fomos comunicados acerca da votação do presidente da associação dos estudantes. No princípio, disseram-nos que era necessário o nosso voto para que se pudesse escolher um presidente da associação dos estudantes, mas depois de algumas semanas, ou se calhar até um mês, espantamo-nos. Disseram que já tinha sido escolhido o presidente da associação dos estudantes, que os alunos não votaram, que apenas os professores votaram e quem foi o júri, ou melhor, quem foi o juiz desse acordo foi o professor Alfa e que o vencedor das eleições foi o AX1. Até onde eu saiba” (excerto da entrevista A39).

Ainda assim afirma o estudante,

“Acho que tem havido negligência por parte da associação dos estudantes. Porquê? Não sabemos como decorreu essa eleição, do atual presidente, mas sabe-se que passou de

turma em turma para avisar que ia se realizar novas eleições para novo presidente, então, no fim de tudo, só nos avisaram já existe presidente, não sabemos como decorreu a eleição...aceitamos, temos novo presidente” (excerto da entrevista A41).

A necessidade de se dar a todos estudantes a oportunidade para se candidatarem à presidência da AE, deve ser de caráter obrigatório para que ninguém se sinta excluído.

Mas também é importante a autonomia dos estudantes como já nos referimos anteriormente, para que os mesmos se sintam cada vez mais participativos e envolvidos no processo democrático que a eles confere. Já ao nos apresentarem estes discursos que a seguir destacaremos, mostram claramente que as eleições não têm sido momentos de total democracia pelos diversos percursos a que esta tem que tomar para que se efetive:

“Falando sinceramente, nós nunca tivemos a oportunidade” (excerto da entrevista A7).

“Creio que a direção da escola que dirige as eleições do presidente da associação dos estudantes. (excerto da entrevista A39).

“A direção escolar...ela vê o processo que foi pedido, o pedido que a direção deu...e ele segue sozinho, mas sem que a direção dar ordem para que...o direito haja presidente...o presidente é que tem de convocar as atividades dele... (excerto da entrevista A40).

“O que eu digo é que a direção da escola é quem elabora o documento a dizer: a associação dos estudantes vem, no caso, o presidente, o qual terá de entregar as pastas, dá entrada na direção da escola. O diretor da escola, ou o vice-diretor, avalia o documento, se está tudo conforme deve ser. Ele ordena que acha eleições e indica as pessoas necessárias para que possam acompanhar o processo de eleição o presidente da associação dos estudantes. Então, não pode ser o presidente cessante, nem os candidatos a escolher os dirigentes para as eleições da associação dos estudantes (excerto da entrevista A42).

O desconhecimento e a ausência de estatutos por parte dos alunos associados, prova claramente que eles caminham sem estarem conscientes pelo facto dos seus discursos mostrar em estrar a favor de uma “vigilância” por parte dos órgãos diretivos da escola como a seguir nos revelam:

“Tem que haver alguém para acompanhar e esse alguém tem de vir da direção” (excerto da entrevista A41).

“ Sim, no ano passado, professora. Elegeu o presidente da associação, um membro da direção, o professor Alfa” (excerto da entrevista A43).

Julga-se que, quanto a este aspeto, os alunos mostraram saber da necessidade da existência da democracia para a eleição de um presidente e que a imposição não é o melhor *caminho* para vencer. Mas também quanto à duração do mandato afirmam os alunos:

“O presidente da associação, ele cessa o seu mandato depois de terminar o curso” (excerto da entrevista A30).

“Não temos noção de quanto tempo dura porque esta candidatura do presidente da associação não começa logo na 11<sup>a</sup>, que é o primeiro ano dele” (excerto da entrevista A32).

“Eu acho que a duração é só de 1 ano” (excerto da entrevista A9).

“4 anos” (excerto da entrevista A6).

É fundamental que se parta sempre do princípio de que tudo o que começa deve ter um fim, eis o motivo, que mesmo de maneira descoordenada, os alunos tenham a noção de que deve existir rotatividade no mandato, razão pela qual cada um dos eleitos tem um tempo determinado para ali estar:

“Segundo, eu acho, não sei se está certo, vais de acordo com o tempo que o aluno, o presidente, está aqui na instituição” (excerto da entrevista A8).

“Mas tem um problema, senhora professora. O mandato é de 4 anos, mas caso o candidato não estiver a desempenhar bem as suas funções, há a necessidade de se fazer uma outra votação. Quer dizer, seleccionar outros candidatos que estiverem disponíveis para ocupar esse cargo” (excerto da entrevista A10).

Desta feita, constatamos que os discursos são contraditórios relativamente a este ponto, por não apresentarem certeza nas respostas, confirmando um certo alheamento dos alunos face a esta situação

Estas respostas apresentadas no seu todo, revelam total desconhecimento, da forma como realmente têm se realizado as eleições na AE, pautadas por alguma irregularidade. Este facto pode perigar os próprios estudantes associados pela diversidade de interesses que se tem vivenciado diante de quem as encaminha, vedando, deste modo, a participação de quem por direito devia exercer. Pondo em destaque o facto de vivermos num mundo completamente dominado por interesses muita das vezes “encaramos” os outros como “intrusos” aos nossos interesses, engajando-nos fortemente em “ataques ou defesas destinados a sustentar ou melhorar nossa posição” (Morgan, 2006:153).

Estes interesses que nos referimos é, que em muitos casos permite “desordem” no interior da associação.

Também podemos considerar que tem havido colisão diante do processo eleitoral entre professores e alunos porque se constatamos, por um lado, que o período eleitoral parece ser entendido, por alguns professores, por uma salutar iniciação às *práticas democráticas*, por se constituir

como um espaço de *aprendizagem da vida política* (Palhares 1998:161). Por outro lado, outros tendem a reprovar o comportamento dos alunos nesta altura, por se tratar de um acontecimento que provoca bastante “distúrbios” no normal funcionamento letivo, conforme as notas de campo.

Os critérios para a candidatura às eleições registam bastante disparidade no que são as respostas apresentadas pelos alunos, pois cada um apresenta diferente versão do que realmente tem ocorrido. Eis os pronunciamentos:

“Quer dizer, quem tem a maior possibilidade de se candidatar a ser presidente ou vice-presidente, são os alunos da 10ª e da 11ª e, por sua vez, eles passam pela turma e fazem o anúncio. Quem tiver, quem quiser se candidatar, pode-se candidatar. Isso não quer dizer que eles não façam uma proposta a certos alunos ou não dão oportunidade a certos alunos que é para poderem se candidatar como presidente ou vice-presidente da associação, mas sim eles vão à turma, fazem uma proposta. Quem é o aluno que estiver disposto ou estiver disponível a ser presidente e, por sua vez, vai fazer a inscrição na mesma associação” (excerto da entrevista A9).

Mas nem todos são unânimes em concordar com esta afirmação, outros afirmam que :

“não é qualquer um que pode se candidatar para ser um presidente da associação porque também precisa ter em conta algo bem importante. Alguns requisitos. E a primeira coisa, ele tem que, na sala de aula, ele tem que ser ou delegado ou subdelegado” (excerto da entrevista A4).

Por outro lado, passando para o que é a realização das eleições, afirmam os alunos:

“Quando começou-se a dar o anúncio do presidente, a reação foi votar a partir da nossa sala, participar no dia de receber a pasta de presidente” (excerto da entrevista A40).

“Acho que tem havido negligência por parte da associação dos estudantes. Porquê? Não sabemos como decorreu essa eleição, do atual presidente, mas sabe-se que passou de turma em turma para avisar que ia se realizar novas eleições para novo presidente, então, no fim de tudo, só nos avisaram já existe presidente, não sabemos como decorreu a eleição...aceitamos, temos novo presidente” (excerto da entrevista A41).

“Tem que haver alguém para acompanhar e esse alguém tem de vir da direção” (excerto da entrevista A42).

A realização das eleições na AE deve ser considerado um momento de “festa” em que cada associado poderá demonstrar as suas aspirações relativamente ao candidato que mais o convencer. Por esta razão é, fundamental que estes sintam-se à vontade, conscientes e esclarecidos e apreciem o processo de forma justa e transparente para que os resultados finais possam ser do consentimento de todos. A necessidade de serem eles mesmos a promoverem a atividade, torna-se cada vez mais

fundamental, mas diante das respostas apresentadas por intermédio das entrevistas, constata-se a presença de um elemento extra (professor) acompanhando sempre o processo, situação esta que remete-nos a refletir que o fator autonomia por parte dos alunos possa se tornar cada vez mais comprometido pelos sucessivos controlos aos quais estão sujeitos:

“Sim, a saída do presidente cessante da associação dos estudantes foi por motivo de desentendimentos entre as partes, quer dizer, o criador, o professor Alfa e o presidente da associação porque não havia, acredito eu que não havia uma coordenação entre os membros. Quer dizer, o presidente pensava uma outra coisa e o criador, por sua vez, também pensava uma outra coisa. Então, ali houve aquele desentendimento entre os dois” (excerto da entrevista A8).

“Sim, no ano passado, professora. Elegeu o presidente da associação, um membro da direção, o professor Alfa” (excerto da entrevista A43).

Acredita-se que algo não esteja a funcionar em condições como nos revelam alguns discursos. Os próprios alunos sentem a necessidade de também fazerem parte da eleição dos membros diretivos da associação que é um direito de todo estudante associado. Sendo eleições ordinárias ou extraordinárias, o essencial é que todos participem para que possam usufruir do resultado com bastante satisfação e sem contestação.

No ano de 2017, registaram-se eleições a meio do mandato. Quanto ao porquê de novas eleições no meio do mandato, verifica-se pelas respostas apresentadas que a associação não caminha só, mas sim sob alçada da direção da escola, facto este que fez com que o presidente cessasse as suas funções. Só o facto de ser o professor Alfa a convocar e dirigir as novas eleições dá-nos uma percepção de que ele é membro “pertencente” à mesma associação.

Por outro lado, muitos alunos não sabem de concreto o porquê de novas eleições no meio de um mandato. Simplesmente acreditam que alguma coisa não correu bem com o presidente cessante e convocaram-se outras eleições, mas razões concretas não se apresentam. Eis o que afirmam:

“Para ser sincero, motivos por ele ditos, acredito eu que não foi nenhuma...nenhuma...ele não disse nada, não sei. Apenas nos apercebemos que ele já não é mais o presidente da associação. Convocou-se eleições e houve dois, três candidatos, candidataram-se” (excerto da entrevista A2).

“Quando você não trabalha em democracia, você decide tudo, por si mesmos, as coisas não correm lá muito bem. E uma das coisas que fez o presidente da associação de estudantes saísse é porque ele gostava de trabalhar sozinho, não colaborava com os outros. Não colaborava com os outros” (excerto da entrevista A13).

Essa resposta é bastante subjetiva, porque esse “trabalhar sozinho” que o estudante se refere leva-nos a percepção de que o mesmo não colaborava com as ordens emanadas pelos que de forma direta ou indiretamente acompanham o processo de atividades na associação. Mas várias especulações ressaltam, por ninguém ter realmente o domínio da sua retirada como presidente e não se prosseguir com o que já estava planejado para aquele ano e simplesmente se convocarem novas eleições no meio do mandato. Eis os motivos de tais declarações:

“Ele não desistiu...Teve que sair porque ele não tinha as competências necessárias para dirigir uma associação dos estudantes” (excerto da entrevista A10).

“A coordenação das atividades extraescolares, achou melhor substituir o presidente pelas anomalias que ele tinha feito e não dava para continuar, mesmo sabendo das coisas que ele fazia. seria um pouquinho impossível ter uma associação sã, com um presidente não competente” (excerto da entrevista A22).

Julga-se ser forçada a saída do ex-presidente da AE. O facto dele não sair de livre e espontânea vontade e ser obrigado a retirar-se, remete-nos à ideia do controlo dos estudantes associados pelos órgãos de gestão da escola.

Mas diante do que se espera do novo mandato, verifica-se que os mesmos estudantes precisam de algo melhor, algo que os faça sentir cada vez mais a presença da associação, como eles próprios afirmam:

“Nesse novo mandato, nós esperamos um bom trabalho, competência e defesa dos direitos dos alunos na instituição” (excerto da entrevista A21).

“Esperamos que haja mais competência para que não se repitam os mesmos atos e mais responsabilidade” (excerto da entrevista A19).

“Bem, como todos os outros mandatos, esperamos que haja positividade, tanto dos membros da associação dos estudantes, quanto os alunos e professores. Neste mandato, eu espero que haja compreensão por parte dos alunos, haja cooperação por parte dos professores, haja cooperação por parte da mesma associação dos estudantes. Deviam pensar mais nesse caso e não agir como antigamente: o professor vem, o presidente da associação vem, impõe a ordem e os alunos não têm como reclamar, senão obedecer. Se não obedecer, será punidos ou não entram na instituição durante mais de uma semana, sei lá, ficam a perder aula...são expulsos dentro de uma prova ” (excerto da entrevista A19).

“Haja cooperação quer seja da parte da associação dos estudantes, quer seja da parte dos alunos” (excerto da entrevista A41).

Como observamos pelos discursos apresentados, as expectativas são enormes diante da associação a qual pertencem os estudantes. Por essa razão, há muito que se fazer para que a atuação dos novos membros seja a realidade a que os estudantes almejam.

Relativamente à justiça e transparência nas eleições, verificamos que nem sempre tem havido, porque pelo que constatamos, principalmente nas últimas eleições no meio do mandato e por aquilo que os próprios alunos afirmaram, leva-nos à percepção de que nem sempre a justiça se fez presente, por apenas elegerem os delegados e subdelegados e o restante dos estudantes estarem excluídos sendo que alguns nem mesmo tomarem conhecimento. Eis o que nos revela o estudante presidente:

“Têm sido justas e transparentes. Aliás, exceto aquelas extraordinárias que tivemos de encurtar por causa do tempo, para não ficar muito tempo sem alguém responsável na associação dos estudantes, reunimos de urgência só apenas os delegados, os membros da associação, os membros que vão permanecer, alguns professores, a comissão, que é para eleger um mandato de urgência” (excerto da entrevista AX1).

O facto de as eleições extraordinárias apresentarem tais características, mostra claramente que a justiça e a transparência ainda são incompletas. A democracia na associação é outro fator que precisa ser analisado, porque só o facto dos alunos não terem liberdade em pagar as quotas, mas serem obrigados a fazê-la, mostra uma total pressão naquilo que é a liberdade do estudante como tal, porque sendo estudante mesmo não fazendo parte da associação é obrigado a participar com esta quota. Por outro lado, continuam também os alunos apresentando o seu parecer concernente à justiça e transparência:

“Justas e transparentes, eu não diria. Eu não acho que tenham sido justas e transparentes porque, justas até podem ser, mas transparentes não. Eu lembro-me que quando se elegeu o antigo presidente, a contagem dos votos não foi feita perante os alunos. Eu acho que os alunos deveriam saber mesmo, presenciar. Então, eu não...ninguém avisou acerca da contagem dos votos, só se avisou que já se elegeu um novo presidente. O cessante. E também o AX1, eu, nós ouvimos apenas que aquele outro presidente foi substituído, entretanto veio outro. Não houve transparência. Eu acho que não houve” (excerto da entrevista A8).

“Eu não posso valer isso com firmeza, até porque, no momento das eleições, os delegados só entregam os votos. Nem o delegado fica presente no momento da cotação dos votos. Mas acho que têm sido justas e transparentes” (excerto da entrevista A22).

“Não, não temos visto muito da cotação[sic] dos votos” (excerto da entrevista A19).

“Não podemos afirmar, com clareza, que têm sido justas e transparentes” (excerto da entrevista A21).

Quanto mais clareza a eleição transparecer, melhor será o processo e aceitação pelos alunos do seu presidente. O facto de muitos associados sentirem-se distantes do processo, torna-os cada vez mais revoltados e em muitos casos posicionam-se como simples “telespectadores” diante das atividades programadas pela AE, não se revendo, de certo modo, com os candidatos eleitos.

Motivos de descontentamento por parte dos estudantes associados são, o que muitos manifestam, quando lhes é questionada a justiça e transparência nas eleições:

“Quanto à transparência, não se sabe. Muito menos se têm sido justas ou não. Sim, porque as primeiras eleições correram de uma forma que, até hoje, não sabemos explicar como foi...é difícil explicar. Muitas vezes, os alunos participam, os alunos votam, mas depois desse votos...passam 2 ou 3 dias, vêm nos informar que já há vencedor para a associação dos estudantes e o presidente é fulano de tal” (excerto da entrevista A39).

“Eu, no meu caso, não acho transparente porque creio, o ano passado, não sei se eu é que estava ausente, ou como é que aconteceu...Quando foi eleito o presidente atual, não foi por voto por parte do estudantes, foi simplesmente na direção. Só nos foi apresentado como presidente porque o presidente cessante cometeu a infração X e a infração Y. Então, entre os membros da associação, só acharam conveniente que o que devia suceder é o atual presidente, mas a eleições propriamente dita, eu, particularmente, não participei” (excerto da entrevista A45).

“Não, não têm sido justas e transparentes” (excerto da entrevista A44).

As afirmações aqui apresentadas mostram-nos claramente que os alunos sentem-se injustiçados por não fazerem parte daquilo que é seu dever como estudantes e membros da associação. E dentro da sua insatisfação eis o que afirmam:

“o coordenador das atividades extra e intra-escolares, o professor Alfa, é que teria mais explicações evidentes, porque é que uns votaram e outros não”. (excerto da entrevista A2).

Verificamos, deste modo, que a presença do professor em todo esse processo é fundamental, motivo suficiente para lhe concederem poder de saber tudo que se passa no interior da associação. Mesmo com tudo o que é ocorrido no interior da associação, os alunos ainda mostram-se expetantes naquilo que é o progresso da mesma. No entanto por outro lado, alunos alegam que

“Imaginemos que vocês estejam de acordo que o AX1 ganhe e eu esteja a favor de outra pessoa. Somos todos da mesma turma, como é que faríamos que você vá-me representar sendo que não estamos com as mesmas ideias?” (excerto da entrevista A4).

“Nenhum representa todos” (excerto da entrevista A2).

Isto, remete-nos claramente à questão da *participação por representatividade* que em muitos casos resulta a fracasso porque cada individuo é um ser que merece ser ouvido e respeitado nas suas opiniões e que as representações nem sempre são as mais convenientes para a resolução de determinados problemas.



Quanto ao financiamento das atividades na associação, todos alunos entrevistados são unânimes em dizer que são feitas por intermédio da contribuição dos mesmos estudantes. Não se apresentou a ideia de que são financiados por um partido ou ONG, pois a despartidarização do associativismo vem a ser uma *peça* fundamental para o seu progresso, já que “as associações de estudantes<sup>3</sup> têm o direito de fazerem o que quiserem” (Lima, 1998:43) que é um dos princípios considerados importantes relativamente a sua autonomia.

Já assim constatamos que os discursos apresentados revelam o seguinte:

“Eu acho que quem financia as atividades da associação dos estudantes, é mesmo a instituição, uma vez que os alunos pagam quota. São essas quotas, eu acho, não tenho bem domínio, que se usa quando há uma atividade” (excerto da entrevista A7).

“... Às vezes quando tem atividades na associação dos estudantes, eles recorrem a algumas parecerias como... eles podem a ajuda do diretor ou sub-diretor, mas, na maioria das vezes, essas ajudas não são, bem, bem correspondidas” (excerto da entrevista A20).

“Eles cobram uma quota, 300 kwanza, e acho que vai para o fundo a associação dos estudantes” (excerto da entrevista A32).

“As atividades da associação dos estudantes são financiadas pelos próprios alunos” (excerto da entrevista A35).

Um ou outro, afirma ter participação em algum partido, mas de forma geral concebem a ideia de que tudo funciona dependendo do que eles mesmo contribuem como quota obrigatória no início de cada ano letivo.

#### **4.5. Estrutura da AE sob o ponto de vista dos Professores**

Quanto a questão da existência do estatuto e não só, podemos observar que as respostas diferem muito das que os alunos apresentaram. Tal aconteceu porque em relação a este documento ninguém sabia da sua existência e nunca ninguém viu. Eis as respostas apresentadas:

“Não, não tenho conhecimento” (excerto da entrevista P1).

“Bom, não tenho na memória o seu regulamento mas posso aqui dizer que ela funciona como qualquer outra associação de estudantes em qualquer outra instituição similar” (excerto da entrevista P2).

“Não bem bem” (excerto da entrevista P3).

“Não, não tenho” (excerto da entrevista P4).

As respostas mostram um total desconhecimento da existência deste documento que é fundamental para o exercício de qualquer organização, como nos mostra o Artigo 14º do III capítulo do Código Civil Angolano que assim sucede “para a sua constituição e funcionamento” toda e qualquer associação deve “adoptar um estatuto”, porque é neste que constarão “a denominação social, a duração, o fim social, a sede, o âmbito territorial, o modo de representação perante parceiros, os direitos e deveres dos associados, bem como as condições da sua admissão e exclusão, os órgãos sociais da associação, suas atribuições e competências”. A ausência deste importante documento na associação em estudo permitiu que muito acontecesse no interior da mesma. O mesmo acontece com o organograma, onde registamos um total desconhecimento da sua existência por parte dos professores.

O seguinte quadro apresenta os diferentes atores organizacionais entrevistados:

Quadro 17 - Síntese da estrutura e organização da Associação

<b>Estrutura</b>	<b>Aluno (A)</b>	<b>Professor (P)</b>	<b>Diretor (D)</b>
<b>Estatuto.</b>	<p>“Sim, a associação tem um estatuto”( excerto da entrevista A1).</p> <p>“Eles também nunca se chegaram a manifestar se há ou não esse documento” (excerto da entrevista A41).</p> <p>“Acho que deve ter, mas nós não temos conhecimento” (excerto da entrevista A10).</p> <p>“Já tive a possibilidade de vê-las porque quando me candidatei, me convidaram para ser o porta-voz da associação dos estudantes. Mas com o andar do tempo, vi que as coisas não estavam bem estruturadas e, então, tive que abandonar” (excerto da entrevista AX50).</p> <p>“Sim, eles devem ter o estatuto porque é um pouquinho difícil, sem que tenha o documento” (excerto da entrevista A28).</p> <p>“Eu creio que sim” (excerto da entrevista A35).</p> <p>“foi elaborado pelo conjunto de alunos que fazem parte da associação juntamente,</p>	<p>“não” (excerto da entrevista P1)</p> <p>“não” (excerto da entrevista P3)</p> <p>“não” (excerto da entrevista P4)</p>	<p>“A minha estada cá, desde 2009, ela já existia. Não posso precisar de facto quando é que ela surgiu. Não temos como precisar, mas de facto já data de há muito tempo.</p> <p>- Bem, como qualquer outra instituição de ensino, há sempre nela uma associação de estudantes. A associação dos estudantes tem esses fins de defender os estudantes e também faz parte das próprias políticas de gestão das instituições. Podemos dizer que ela faz parte do conselho de direção de uma direção de escola” (excerto da entrevista D).</p>

<p><b>Quem elaborou</b></p>	<p>sempre...O coordenador das atividades extraescolares nunca, nunca está isento de todas as informações que constam ou que a informação ou que a associação tem” (excerto da entrevista A1).</p> <p>“O estatuto da associação de estudantes foi elaborado pelo coordenador das atividades extraescolares, neste caso, o Alfa na presença do presidente da associação de estudantes” (excerto da entrevista A22).</p> <p>“Foi o AX1 com a ajuda do professor Alfa” (excerto da entrevista AX50).</p> <p>“Esse mesmo guia, somos nós que elaboramos. Mas depois de nós elaborar, entregamos no corpo diretivo da instituição e dali ele aprova se convém e, na verdade, para ser implementado” (excerto da entrevista AX30).</p>		
<p><b>Organograma</b></p>	<p>“Sim, tem. Esse Organograma foi elaborado pelo conjunto de alunos que fazem parte da associação juntamente, sempre...O coordenador das atividades extraescolares nunca, nunca está isento de todas as informações que constam ou que a informação...ou que a associação tem” (excerto da entrevista A1)</p>	<p>“Também não”.(excerto da entrevista P1)</p> <p>“não” (excerto da entrevista P3)</p> <p>“não” (excerto da entrevista P4)</p>	

	<p>“Qualquer tipo de associação de estudantes, seja nacional ou internacional, eu digo que tem. Mas, infelizmente, aqui na nossa instituição, eu digo que não tem isso. E é complicado” (excerto da entrevista AX30).</p>		
<b>Função máxima</b>	<p>“Eu acho que é o presidente. O próprio presidente da associação dos estudantes, desempenha a função máxima”( excerto da entrevista A10)</p>		
<b>Eleições</b>	<p>“As elei... acredito eu que as eleições na associação de estudantes faz-se por uma espécie de candidatura” (excerto da entrevista A2).</p> <p>“Especificamente sobre isso, senhora doutora, a escola não tem uma lei específica de como são, de como se vai eleger o presidente da associação dos estudantes. Porque, bem me lembro, em 2015, os alunos é que elegeram. Cada turma elegeu mesmo...Vou escolher, fulano, fulano... ó que esta, em 2017, foi uma coisa meio desorganizada e muito rápido, muito rápido” (excerto da entrevista AX50).</p>		
<b>Quem convoca as eleições</b>	<p>“É o que eu já disse. Quem dirige é a comissão que a direção da escola organiza para estar à frente da mesma e os colegas só vão participando. Agora, no meu caso, quando eu</p>		

	<p>tiver de sair, eu, como presidente cessante, vou estar lá para apoiar a direção da escola, para trabalharmos no sentido de pôr outro presidente” (excerto da entrevista AX1).</p> <p>“Quem convoca... a áreas das atividades escolares da escola <i>Ondjuo Yeto</i>. Isto, no caso, o professor Alfa” (excerto da entrevista AX50).</p> <p>“São professores” (excerto da entrevista AX30).</p>		
<b>Quem as dirige</b>	<p>“Quem as dirige é...os membros, os membros em serviço da associação dos estudantes...o secretário...e outros membros que fazem parte da associação dos estudantes e também o próprio criado, o professor Alfa...” (excerto da entrevista A8).</p> <p>“O professor Alfa, juntamente com o professor Ômega” (excerto da entrevista AX50).</p> <p>“O professor Alfa e o seu colega, também” (excerto da entrevista AX30).</p>		
<b>Eleições no meado do mandato</b>	<p>“Para ser sincero, motivos por ele ditos, acredito eu que não foi nenhuma...nenhuma...ele não disse nada, não sei. Apenas nos apercebemos que ele já não é mais o presidente da associação. Convocou-se eleições e houve dois, três candidatos, candidataram-se” (excerto da entrevista A2).</p>		

	<p>“Ele saiu por intermédio da própria instituição ver que ele não está a conseguir bem” (excerto da entrevista AX30).</p>		
<b>Justiça/ transparência</b>	<p>“Justas e transparentes, eu não diria. Eu não acho que tenham sido justas e transparentes porque, justas até podem ser, mas transparentes não. Eu lembro-me que quando se elegeu o antigo presidente, a contagem dos votos não foi feita perante os alunos. Eu acho que os alunos deveriam saber mesmo, presenciar. Então, eu não...ninguém avisou acerca da contagem dos votos, só se avisou que já se elegeu um novo presidente. O cessante. E também o AX1, eu, nós ouvimos apenas que aquele outro presidente foi substituído, entretanto veio outro. Não houve transparência. Eu acho que não houve” (excerto da entrevista A8).</p> <p>“Quanto à transparência, não se sabe. Muito menos se têm sido justas ou não. Sim, porque as 1<sup>as</sup> eleições correram de uma forma que, até hoje, não sabemos explicar como foi...é difícil explicar. Muitas vezes, os alunos participam, os alunos votam, mas depois desse votos...passam 2 ou 3 dias, vêm nos informar que já há vencedor para a associação dos estudantes e o presidente é fulano de tal. Do</p>		

	<p>meu ponto de vista, tem que ser de que jeito...” (excerto da entrevista A39).</p> <p>“Raramente... Não sei...Mas estas não foram justas porque a maior parte das pessoas que estavam naquela sala, não eram delegados. Segundo a maior parte das pessoas que estavam naquela sala, foram membros da associação dos estudantes passada e o presidente atual também foi membro” (exerto da entrevista AX50)</p>		
<b>Financiamento</b>	<p>“Os mesmos estudantes porque eles pagam a quota” (excerto da entrevista A2)</p> <p>“Não. E nem sempre o dinheiro da quota...É suficiente. Às vezes a própria associação tem que fazer, tem que vir dar grandes esforços para realizar atividades” (excerto da entrevista A1)</p>		

**Fonte:** Elaboração própria



Quanto a questão apresentada, podemos concluir que, os professores e alunos divergem na afirmação se existe ou não um estatuto que orienta as suas atividades, bem como o organograma. Os alunos afirmam que existe, mesmo com alguma incerteza, já os professores desconhecem a sua existência. Quanto às outras questões apresentadas, Diretor e professores divergem no guião da entrevista por apresentarem questões diferenciadas, não aparecem espelhadas no quadro.

#### **4.5.1. O Papel da AE**

De acordo com o que foi abordado relativamente à associação de estudantes por parte dos alunos, os dados revelam-nos, em certos casos, algum desconhecimento referente à real importância do que esta representa na escola. Vários entrevistados defendem que a AE serve de elo de ligação entre os estudantes e os órgãos de gestão. Esse desconhecimento em certos casos provoca infrações no que é verdadeiramente a missão a que a associação está chamada a cumprir e, por outro lado, provoca um desinteresse por parte dos alunos nas atividades programadas pela falta de “seriedade” e de regulamentos como muitos afirmam.

#### **4.5.2. O papel da AE sob o ponto de vista dos alunos**

Relativamente a caracterização/papel da associação de estudantes, os alunos concebem e atribuem importância no que se refere à atividade estudantil, bem como no que os mesmos representam para a escola. Eis a razão das suas afirmações:

“A associação, conjunto de estudantes. A associação é muito importante para...numa...para uma determinada instituição. Porquê? É uma...é uma associação composta por estudantes, e trabalha para os estudantes. Esta mesma associação, ou seja, os mesmos estudantes, eles trabalham com os membros da direção da instituição e trabalham também como alunos da mesma instituição. A função primordial de uma associação dos estudantes é resolver os problemas dos estudantes” (excerto da entrevista A1).

“A associação atual de estudantes, eu acho que é uma associação que veio para ajudar não só a escola em si, mas também os estudantes” (excerto da entrevista A18).

“Para mim, a associação dos estudantes tem uma grande importância para a vida do próprio estudante porque existem problemas que o aluno, muitas vezes, não tem como chegar aos órgãos máximos da instituição. E então, a associação dos estudantes está ali como um elo de ligação entre o estudante e a direção da escola” (excerto da entrevista A35).

De uma ou de outra forma, achamos fundamental a necessidade de atribuição da importância à AE na escola pelo que mostra um profundo sentimento da existência desta na vida do estudante. É, deste modo, que continuando afirmam os alunos:

“A associação de estudantes é uma organização que zela pela necessidade dos alunos de uma instituição” (excerto da entrevista A23).

“Sim. A associação de estudantes era para facilitar o processo da área pedagógica, administrativa, para ajudar também nas situações em que os alunos ou os estudantes dessa instituição passam” (excerto da entrevista A24).

“Ok. Quanto a este... a este papel da associação dos estudantes, acredito que é muito importante e é necessário para qualquer instituição. Em primeira instância, estou a referir que a associação dos estudantes, desde que eu cheguei aqui nessa instituição, tem sido sempre aquela que os estudantes precisam, mas é que às vezes nem sempre tem sido o suficiente para resolver estes mesmos problemas. A associação dá o seu esforço, mas nem sempre tem-se dado soluções” (excerto da entrevista AX1).

Com o exposto, podemos concluir que a participação de cada um nas atividades programadas pela associação depende da importância que cada um atribui à mesma.

#### **4.5.3. O papel da AE sob o ponto de vista dos Professores**

Os professores não estão distantes daquilo que alguns alunos já afirmaram. Mostram também certo desconhecimento do que é realmente o papel da associação de estudantes na escola:

“Sei que ela tem estado a resolver alguns problemas que os estudantes têm estado a viver então ela serve de ligação entre os estudantes e a direção da escola. (excerto da entrevista P1).

“Esta associação tem compactuado para um crescimento porque... já agora, a direção escolar sente-se aliviada um pouco sobre alguns aspetos” (excerto da entrevista P7).

“Que é uma organização com o fim único de estar em estreita relação com os órgãos superiores da própria instituição”. (excerto da entrevista P8).

“Que é uma organização, na qual tem os seus fins de resolver os problemas dos estudantes, não só, apoiando também algumas dificuldades e levando as suas preocupações à direção da escola” (excerto da entrevista P9).

O facto de alguns professores conceberem a AE como elo de ligação entre os estudantes e os órgãos de gestão da escola, mostra claramente o desconhecimento de qual realmente é a missão a que a AE está chamada a desempenhar na instituição. Não obstante ao que foi apresentado em torno do desconhecimento da verdadeira missão da associação para alguns professores, outros também apresentam algum conhecimento relativo à missão a qual está incumbida, como a seguir constatamos nos discursos proferidos:

“Eu acho que a associação dos estudantes numa instituição, tem de haver sempre uma associação dos estudantes porque são problemas vários que os alunos encontram no decorrer do processo ensino-aprendizagem” (excerto da entrevista P4).

“A ideia que posso ter é que a associação está a tentar evoluir, está a tentar ser mais dinâmica naquilo que é a interação entre os estudantes” com as ideias apresentadas revê-nos uma visão otimista do que é a associação” (excerto da entrevista P1).

O quadro a seguir remete-nos a análise sintética de como os actores organizacionais caracterizam a AE.

Quadro 18 - Síntese da caracterização da AE

<b>Caraterização</b>	<b>Aluno</b>	<b>Professor</b>	<b>Diretor</b>
<p><b>O que achas da AE?</b></p>	<p>“A associação, conjunto de estudantes. A associação é muito importante para...numa...para uma determinada instituição. Porquê? É uma...é uma associação composta por estudantes, e trabalha para os estudantes. Esta mesma associação, ou seja, os mesmos estudantes, eles trabalham com os membros da direção da instituição e trabalham também como alunos da mesma instituição. A função primordial de uma associação dos estudantes é resolver os problemas dos estudantes” (excerto da entrevista A1)</p> <p>“A associação atual de estudantes, eu acho que é uma associação que veio para ajudar não só a escola em si, mas também os estudantes” (excerto da entrevista A18)</p> <p>“Que nela se encontram. A associação dos estudantes, tem como maior objetivo ajudar os estudantes em várias situações e...” (excerto da entrevista A21)</p> <p>“A associação dos estudantes auxilia na escola, a direção da escola, nos problemas que afligem sobretudo os alunos. Esses problemas, talvez, têm sido muitos e a própria associação não tem conseguido cumprir com todos” (excerto da</p>	<p>“Sim, acho muito importante porque acredito com o surgimento ou com a existência desta associação, alguns problemas internos da nossa instituição, tanto de organização de pátio, atividades sociais... Como se sabe, a nossa instituição é uma escola virada para a sociedade. Algumas vezes, organizamos atividades fora da instituição e esta associação tem-nos ajudado bastante, tano na mobilização e organização das atividades” (excerto da entrevista PA).</p> <p>“Sim, acho importante porque ela, as associações têm servido de um conselho para os estudantes e também participa em algumas atividades da escola e penso que a sua importância reverte sobretudo dessa parte” (excerto da entrevista P1).</p> <p>“Sim, acho importante a existência dessa associação. Como qualquer associação podíamos até equiparar com o sindicato. a existência dessa associação é fundamental no seio da camada estudantil” (excerto da entrevista P2).</p> <p>“Sim. Porque a direção da escola precisa de ajuda, do apoio dos estudantes e a associação</p>	<p>“Sim. Muito importante, sim. Porque ela nos faz ligar entre a direção da escola e os estudantes. Uma ponte, sim” (excerto da entrevista D).</p>

	<p>entrevista A41).</p> <p>“A associação de estudantes é uma organização que zela pela necessidade dos alunos de uma instituição” (excerto da entrevista A23).</p> <p>“Sim. A associação de estudantes era para facilitar o processo da área pedagógica, administrativa, para ajudar também nas situações em que os alunos ou os estudantes dessa instituição” (excerto da entrevista A24)</p>	<p>de estudantes tem que participar na ajuda da direção de educação, a organizar os alunos” (excerto da entrevista P3)</p> <p>“A ideia que posso ter é que a associação está a tentar evoluir, está a tentar ser mais dinâmica naquilo que é a interação entre os estudantes” (excerto da entrevista P2)</p> <p>Acho que sim, acho que é importante porque esta associação vai... Serve de quê? De elo de ligação entre os estudantes, os professores e acho que todos os agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem” (excerto da entrevista P12)</p>	
<b>Destaques importantes</b>	<p>“Para mim, tem sido o batismo dos caloiros e, de vez em quando, uma atividade futebolística” A42</p> <p>“As caminhadas, também” (excerto da entrevista A39).</p> <p>“Não houve muita coisa marcante mas não podemos dizer que não há nada que não marcou porque temos feito algumas caminhadas e essas caminhadas não são simplesmente para fazer piqueniques e brincadeiras” (excerto da entrevista A23).</p> <p>“Desde que foi criada a associação de estudantes, por mim, eu digo, o que mais me marcou, foi a primeira atividade realizada assim</p>	<p>“Sim, já. Já participei e lembro-me muito bem, no fim do ano letivo passado” (excerto da entrevista P2)</p> <p>“Já. - Senti-me mesmo bem” (excerto da entrevista P3).</p> <p>“Nunca” (excerto da entrevista P4).</p> <p>“Não, nunca. Não” (excerto da entrevista P5).</p> <p>“Não, nunca participei” (excerto da entrevista P6).</p>	<p>“Sim, é importante...eles devem ser sempre supervisionados...esta participação que devemos sempre informá-los...a orientá-los melhor” (excerto da entrevista D).</p>

	<p>que eu entrei nessa escola, neste caso, em 2014. A atividade extra que foi realizada...fomos...graças àquela atividade, eu conheci o túmulo do rei Mandume”(excerto da entrevista A22).</p> <p>“foi do 17 de setembro...foi também uma atividade que me marcou bastante” (excerto da entrevista A21).</p> <p>“O batismo dos caloiros. Isso é... para mim isso é algo muito marcante” (excerto da entrevista A1).</p> <p>“Eu diria talvez mesmo a própria recepção em si” (excerto da entrevista A2).</p>	<p>“Já por duas vezes participei. Tivemos que juntar esforços para a associação criar um elo de ligação aqui na escola e até mesmo uma atividade educativa aqui, recreativa” (excerto da entrevista P7).</p> <p>“Já. Muito bem. Foi muito bom ter participado” (excerto da entrevista P8)</p> <p>plantação de árvores e também servem de elo de ligação entre os estudantes e a direção da instituição” (excerto da entrevista P1).</p> <p>“Não posso ter a ideia maior de como ela funciona” (excerto da entrevista P2).</p> <p>“A associação de estudantes participa muito na realização de atividades extraescolares” (excerto da entrevista P3).</p> <p>“Não nunca participei em uma atividade da associação” (excerto da entrevista P4).</p> <p>“Nos anos em que eu vejo eles em movimento, são as atividades extraescolares. Eles, às vezes, organizam campeonatos de futebol. É mais isto que eu tenho observado” (excerto da entrevista P5).</p>	
<b>Papel da AE na</b>	Ok. Quanto a este... a este papel da associação dos estudantes, acredito que é muito importante	“Acho sim importante porque sem essa associação, não teriam um elo de ligação	O papel já disse que é de ligação, serve de ponte. Ela faz diferentes

<p><b>Escola</b></p>	<p>e é necessário para qualquer instituição. Em primeira instância, estou a referir que a associação dos estudantes, desde que eu cheguei aqui nessa instituição, tem sido sempre aquela que os estudantes precisam, mas é que às vezes nem sempre tem sido o suficiente para resolver estes mesmos problemas. A associação dá o seu esforço, mas nem sempre tem-se dado soluções” (excerto da entrevista A2).</p> <p>“Certo. A colega falou bonito. Como diz o próprio termo, a associação dos estudantes é um grupo de estudantes que estão ali para poder ajudar os mesmos...” (excerto da entrevista A5).</p> <p>“Para mim, a associação dos estudantes tem uma grande importância para a vida do próprio estudante porque existem problemas que o aluno, muitas vezes, não tem como chegar aos órgãos máximos da instituição. E então, a associação dos estudantes está ali como um elo de ligação entre o estudante e a direção da escola. Então, para mim, ele desempenha um papel muito importante, nesse sentido” (excerto da entrevista A35).</p> <p>“De vez em quando tem acontecido” (excerto da entrevista A46).</p> <p>“O papel da associação dos estudantes é de...ver pelo comportamento dos estudantes</p>	<p>aluno-professor, aluno-direção” (excerto da entrevista P5).</p> <p>“Acho sim importante a existência desta associação. Visto que, alguns alunos se encontram com problemas e eu acho que a associação está ali para dar... para resolver questões relacionadas com isso” (excerto da entrevista P6).</p> <p>“É, é. Acho muito importante, sim” (excerto da entrevista P10).</p> <p>“Sei que ela tem estado a resolver alguns problemas que os estudantes têm estado a viver então ela serve de ligação entre os estudantes e a direção da escola” (excerto da entrevista P1)</p> <p>“A ideia que posso ter é que a associação está a tentar evoluir, está a tentar ser mais dinâmica naquilo que é a interação entre os estudantes” (excerto da entrevista P2).</p> <p>“A ideia é que só que é, do meu ponto de vista, é uma necessidade mesmo para a escola de ter a associação de estudantes” (excerto da entrevista P3).</p>	<p>atividades, cá, internamente na instituição, com a direção, com os alunos. Às vezes é chamado a participar em algumas atividades do governo provincial, de algumas associações” (excerto da entrevista D)</p>
----------------------	---	--	--

	<p>mesmo aqui na escola, ajudar nos problemas dos estudantes aqui na escola” (excerto da entrevista A18).</p> <p>“Para mim, é resolver os problemas dos alunos” (excerto da entrevista A19).</p> <p>“Para mim, sim. Têm dado grandes esforços. Pese embora não de uma forma tão na regra, como os colegas... como nós queríamos que fosse, mas de uma forma... digamos que de uma forma não tão ativa, eles têm desempenhado” (excerto da entrevista A1).</p>		
<p><b>Contributos da AE no desenvolvimento estudantil e da Escola</b></p>	<p>“Em primeira instância, gostaria de começar a dizer que eles têm dado um grande empurrão para o nosso desenvolvimento apesar de que ultimamente as atividades têm saído assim... porque os colegas da associação dos estudantes, eles só podem nos ajudar no sentido de nos motivar. E também na medida em que vamos apresentando as nossas preocupações, por parte de alguns professores, eles como têm uma competência de ter com o coordenador de... de turn...das atividades extraescolares, extra e intra. A partir deles, quando reunir com o corpo docente, poderem debater estes problemas internos que os profe... que os estudantes apresentam” (excerto da entrevista A2).</p> <p>“Creio que eles têm dado o seu melhor para defender os nossos direitos” (excerto da</p>	<p>“Eu acho que a associação dos estudantes numa instituição, tem de haver sempre uma associação dos estudantes porque são problemas vários que os alunos encontram no decorrer do processo ensino-aprendizagem. Então, foi melhor essa criação para solucionar os problemas” (excerto da entrevista P4).</p> <p>“A ideia que tenho...Tenho notado que é uma organização organizada, estão constantemente, a interagir com os professores e os alunos nas turmas” (excerto da entrevista P5).</p> <p>“Acho que tem feito um bom trabalho apesar de algumas questões, eles deixarem que os alunos resolvam eles próprios” (excerto da entrevista P6).</p>	



	<p>entrevista A4).</p> <p>“Pelo menos, nunca tive o privilégio de os ver entrar na turma em que estou inserido” (excerto da entrevista A24).</p> <p>“Para nós, como alunos, a associação de estudantes tem-nos ajudado bastante o que cerne à resolução de alguns problemas que os estudantes passam” (excerto da entrevista A18).</p> <p>“A evolução das caminhadas que têm sido feitas, penso eu, que têm contribuído bastante, tanto ao nível académico como ao nível do desenvolvimento intelectual” (excerto da entrevista A25).</p>	<p>“Esta associação tem compactuado para um crescimento porque... já agora, a direção escolar sente-se aliviada um pouco sobre alguns aspetos” (excerto da entrevista P7).</p> <p>“Que é uma organização com o fim único de estar em estreita relação com os órgãos superiores da própria instituição e também com outro fim de resolver os problemas dos próprios estudantes” (excerto da entrevista P8).</p>	
--	---	--	--

**Fonte:** Elaboração própria

O quadro apresentado, vem refletir a posição que a associação de estudantes dispõe junto da escola. Várias foram as posições enumeradas tanto para os alunos, professores e conseqüentemente o Diretor. Todos são unânimes em atribuir importância à associação de estudantes, apesar das formas apresentadas serem diversificadas sobretudo porque muitos dos professores afirmam que a associação de estudantes vem a ser o elo de ligação, como conferimos anteriormente, entre a direção da escola e os próprios estudantes. Nesta linhagem de ideias, o Diretor também partilha da opinião de que a AE tem servido de elo de ligação. Já os estudantes são mais profundos, embora alguns também tenham afirmado que a AE e a Direção devam caminhar juntos, também apresentam a ideia de que ela tem por missão fundamental servir os alunos.

Relativamente aos destaques importantes da participação tanto os alunos quanto os professores, revelaram que em sua maioria quase todos tenham participado em algo que de alguma forma lhe tenha marcado, achando, desde já, como sendo algo interessante não só do ponto de vista da escola, mas também dos próprios alunos.

Por outro lado, os professores articulam a conjuntura entre a associação de estudantes e as atividades extraescolares.

Já no que concerne ao contributo a que a AE tem desempenhado para os alunos e a escola, tanto os professores, quanto os alunos e diretor atribuem diferentes contributos, principalmente no desenvolvimento tanto da escola como dos alunos. Divergem única e simplesmente porque para além do contributo que estes apresentam relativamente aos estudantes, também auxiliam a escola, na ótica dos professores.

## **4.6. A Participação Estudantil**

### **4.6.1. A Participação sob o ponto de vista dos alunos**

A participação estudantil é outro aspecto também a referenciar. Relativamente a este pormenor, conferimos que é importante a participação dos estudantes naquilo que se refere às atividades programadas para o êxito da AE. A necessidade de participação livre e espontânea na associação de estudantes, seria fundamental para os próprios estudantes, embora, muitos não a fazem por desconhecerem os reais motivos da existência da associação. Mas também existem elementos que apresentam maior domínio no que verdadeiramente reflete a importância da participação estudantil como a seguir apresentamos:

“A associação dos estudantes, tem uma importância enorme para mim. De princípio, é de manter sempre o intercâmbio, com os colegas, o relacionamento professor-aluno. Também afeta relacionamento colega-colega. Isso, par mim, é muito importante.” Por outro lado, “60% tem se relacionado bem. Os outros 40%, temos que ir a empurrão” (excerto da entrevista AX1).

É, deste modo, que sustentamos a ideia de que a ligação da AE com os órgãos de gestão da escola é, bastante forte, pela importância que os alunos atribuem aos mesmos.

Por outro lado, verificamos que outra forma de participação que se assemelha à participação vivenciada na AE, é a que M. Guerra (2002) designa de *participação com truques*, por tratar de uma participação enganadora, para mostrar que AE também tem autonomia nas decisões deliberadas do Conselho, mas não passa de truques, pois tudo a ser decidido já está traçado. Outra participação que também é próxima na AE é, a *participação fraudulenta* que M. Guerra também referencia, por não haver transparência no que são as tomadas de decisões na AE. Aparentemente, verifica-se que é o Presidente da AE, junto ao seu elenco, que toma as decisões, mas por detrás temos sempre a presença do professor Alfa, que convoca as eleições e as reuniões, permitindo assim o que o autor vem a designar de autêntica estratégia democrática.

#### **4.6.2. Plano de atividades**

O total desconhecimento de que a associação, como associação é um órgão independente à direção da escola, permite com que se trabalhe de forma arbitrária.

O plano de atividades é objeto fundamental para o progresso e funcionamento de toda organização. A ausência deste importante documento permite desvios e até mesmo *sabotagens* no que realmente é o objetivo da organização. Ao estudarmos a associação de estudantes da escola *Ondjuo Yeto* podemos constatar que a realização dos seus planos de atividades têm sido executados, mas os procedimentos os quais estão susceptíveis a *passar*, deixa algum desconforto por parte dos que dele dependem, eis alguns pronunciamentos por parte dos alunos:

“O plano de atividades da associação dos estudantes é elaborado pela associação dos estudantes. É realizado por mim, como presidente, e seus membros. Juntos, fizemos o plano de atividades, tal mensal, trimestral ou anual. Fizemos o plano de atividades, depois temos a obrigação de levar ao coordenador das atividades extraescolares da escola, para ver se tem alguma ideia para aumentar no nosso plano de atividades. Caso contrário, assinamos o documento e damos entrada na mesa do senhor diretor” (excerto da entrevista nº AX1).

“A própria associação. Sim. A associação pede opiniões e também há, há... o mesmo programa de atividades elaboradas, passam pelos órgãos superiores da instituição”. (excerto da entrevista n° A1).

“Não, não temos participado” (excerto da entrevista n° A22).

Na sua maioria, os alunos não têm participado na realização do plano de atividades. Isto mostra claramente o quão distantes os membros diretivos da AE estão diante dos alunos associados.

Esta *não participação* torna-os simplesmente cumpridores daquilo que a direção como associação planificar, deixando-os como meros “objetos”.

“Bem isso não. Não tenho participado” (excerto da entrevista n° A39).

“Neste contexto, eu penso que aí surge os maiores problemas. Acho que eles próprio, dentro da associação dos estudantes, é que planificamos que vão fazer. Não consultam os alunos, não consultam o pessoal que constitui a associação, os estudantes. Eles apenas entram em consenso: vamos fazer isso...não há democracia” (excerto da entrevista n° 45).

O facto de serem os membros da direção da associação a elaborar os planos com ou sem a aprovação dos órgãos de gestão da escola, a necessidade de dar oportunidade aos próprios estudantes para poderem exprimir as suas opiniões, seria uma mais valia para o desenvolvimento da associação. Mas, por outro lado, os mesmos alunos afirmam:

“Eles têm um presidente da mesma associação, em união com os coordenadores de turnos. Professores” (excerto da entrevista n° A33).

“Eles podem criar atividades. Eles podem criar o que possam fazer, mas têm de fazer chegar na direção da escola” (excerto da entrevista n° A31).

“Nalgumas das vezes, interfere sim. Porque às vezes, no final de semana, a associação dos estudantes quer ter um off com os alunos, já a direção da escola, por vezes, programa uma outra coisa. E a interferência é assim” (excerto da entrevista n° A21).

Essa forma que o processo percorre para a tomada de decisão e realização dos planos de atividades no interior da associação, reflete uma total hierarquização da autoridade relativamente ao funcionamento da associação. Mas, por outro lado, constatamos que com tudo isto, mostra-nos que há um enorme “controlo” naquilo que são as atividades efetuadas pela associação de estudantes (AE).

A participação dos estudantes é diversificada. Cada estudante possui uma atividade com a qual mais se identificou, embora nem todos possam dizer o mesmo, alguns por participarem em atividades

diferentes, outros é, por absterem-se e outros ainda é por não terem oportunidades. Eis alguns pronunciamentos:

“Só que há colegas que são muito passivos” (excerto da entrevista n° A1).

“É como se estivessem a perder tempo. Quando eles chegam e eles estão a sair é como” (excerto da entrevista n° A4).

“Nem sempre” (excerto da entrevista n° A19).

“Ser notificado, a nossa turma, para participar numa atividade que diz respeito á instituição, nunca tivemos esse privilégio” (excerto da entrevista n° A30).

Esta passividade a que alguns alunos se referem é, demonstrada pela falta de interesse na participação das atividades planificadas por não se reverem nelas. Mas, por outro lado, um ou outro mostra-se otimista e afirma:

“Sim, têm. Têm aderido” (excerto da entrevista n° A21).

Portanto, essa falta de oportunidade e desinteresse apresentadas pelos estudantes, apresentam a associação, como fundamento de preocupação de falta de democracia e de *abuso de poder* diante dos membros diretivos da AE pois em muitos casos têm vindo a afirmar diante do que são as suas atividades como nos apresentam a seguir:

“Quando formos a ver uma parte das atividades que nos são informadas por parte da associação dos estudantes, não tem sido de uma forma passiva, não tem sido de uma forma...como se diz...melhor dizendo, têm nos posto contra a parede, ele vêm, informam-nos e, se seguida, dizem logo ‘É obrigatório’. O aluno não têm como se defender ali, eles não querem saber se o aluno tem os seus afazeres em casa, se, por acaso, tem um grande trabalho por cumprir em casa ou não poderá aparecer nesse dia. Dizem: no dia X, do mês Y, haverá a atividade Z, é obrigatório, quem não aparecer já sabe. Muitas vezes, existe aqueles alunos que vivem no Ekuma, por exemplo, lá na Cachila 3 ou no aeroporto, ou por aí... e calha que a atividade é aqui no pavilhão. Nem todos têm a possibilidade de conseguir 200 ou 300 kuanzas para poder ir e voltar com táxi, então são obrigados a largar os trabalhos de casa, para poder chegar à escola e, muitas das vezes, as tais atividades não acontecem, os alunos ficam ali debaixo do sol, cheios de sede, fome atrás deles e pronto...põe só o nome na lista e voltam a casa todos cansados e ainda tem as atividades que eles tem como obrigação...Bem, acho que antes de chegarem de turma a turma, em informar de certas atividades, deviam pensar um pouco na possibilidade daqueles que não têm condições de chegar muito distante, vivem muito distante do local da atividade” (excerto da entrevista A39).

A necessidade de se criarem espaços para que cada um possa de certa forma *participar e debater* preservando a diferença de interesses entre os sujeitos, como nos adverte Hora, (2007:31) é, cada vez mais indispensável pois, a *não participação efetiva dos atores*, como refere Rocha, (s/d:29),

permite a possibilidade de alterações de maneira indevida das atividades por parte dos que a dirigem e descontentamentos por parte dos alunos associados.

Por outro lado, é de fundamental importância sustentar que, o fator responsabilidade no interior da associação de estudantes seja um dos aspectos essenciais a se ter em consideração para a realização das suas atividades. Pois, é imprescindível que as informações fluam e que sejam do conhecimento de todos os envolvidos, evitando com que as mesmas passem despercebidas aos alunos associados.

Para que surgisse a AE na escola em questão é, porque a ela foi atribuída alguma importância, tanto do o ponto de vista dos próprios alunos como do ponto de vista dos órgãos de gestão da escola e professores no geral. Apresentamos aqui alguns pronunciamentos relativo ao que os alunos concebem da associação de estudantes:

“Para mim a associação dos estudantes é importante porque ajuda os alunos, os membros da instituição, neste caso, os alunos, na troca de experiência, nos problemas que os alunos têm na escola e em outros assuntos” (excerto da entrevista n° A21).

“Sim, eu, por mim, acho que é muito importante porque faz com que os alunos criem mais amizades com os outros alunos” (excerto da entrevista n° A 22).

“Para mim, a associação dos estudantes é muito importante. Numa escola como essa, tinha de haver uma associação desse tipo, mas sendo ela uma associação dos estudantes, que venha ela resolver os problemas dos tais alunos. Não só associação dos estudantes para outras atividades, esquecendo o próprio aluno” (excerto da entrevista n° A31).

“A própria associação, o nome já diz: associação dos estudantes. Então, o que é que eles deveriam fazer? Trabalhar com os estudantes. Nos momentos difíceis que os aluno passam, eu nunca vi” (excerto da entrevista n° A28).

Das respostas concluímos o facto de todos conceberem, de algum modo, importância à associação de estudantes na escola.

#### **4.6.3. A importância da AE sob o ponto de vista dos professores**

Cada ser é um ser. Por esta razão cada um tem a sua forma de análise diante das situações que lhe forem apresentadas. Eis a razão que os professores demonstram a sua visão com relação a importância que atribuem a AE na escola em que lecionam:

“Sim, acho importante porque ela, as associações têm servido de um conselho para os estudantes e também participa em algumas atividades da escola e penso que a sua importância reverte sobretudo dessa parte” (Excerto da entrevista n° P1)

“Sim, acho importante a existência dessa associação. Como qualquer associação podíamos até equiparar com o sindicato. A existência dessa associação é fundamental no seio da camada estudantil” (Excerto da entrevista nº P2)

Todas as respostas juntam-se ao facto da associação mostrar realmente alguma importância, mas já quando nos afirmam que estas estão para ajudar a resolver os problemas da escola, mostram um enorme vazio no que realmente é o objetivo da AE na escola, como a seguir verificamos:

“Sim. Porque a direção da escola precisa de ajuda, do apoio dos estudantes e a associação de estudantes tem que participar na ajuda da direção de educação, a organizar os alunos” (excerto da entrevista nº P3).

“Sim, acho muito importante porque acredito com o surgimento ou com a existência desta associação, alguns problemas internos da nossa instituição, tanto de organização de pátio, atividades sociais... Como se sabe, a nossa instituição é uma escola virada para a sociedade. Algumas vezes, organizamos atividades fora da instituição e esta associação tem-nos ajudado bastante, tanto na mobilização e organização das atividades” (excerto da entrevista PA).

Contudo, afirmamos que a necessidade de se criarem estatutos e de se organizarem cada vez mais, torna-se num aspeto a ser ter em consideração para que se possa construir uma associação verdadeiramente de estudantes em que cada um se sinta parte, promovendo nela ações quer para o benefício dos alunos, quer para o benefício da própria instituição no geral.

No que tange à relação dos estudantes, com outros estudantes, constatou-se que têm sido boas como os mesmos alunos afirmam. É de salientar que, quanto à relação com os professores nem sempre tem sido salutar pois muitas vezes tem se verificado maus entendidos, situação esta que remete os alunos como indisciplinados, segundo os dados da entrevista.

O seguinte quadro refere a visão dos três actores organizacionais sobre a importância da AE.

Quadro 19 - Síntese da Participação Estudantil

<b>Participação Estudantil</b>	<b>Aluno</b>	<b>Professor</b>	<b>Diretor</b>
<b>Plano de atividades da AE</b>	<p>“Os colegas da associação dos estudantes” (excerto da entrevista A2.)</p> <p>“A própria associação. Sim. A associação pede opiniões e também há, há... o mesmo programa de atividades elaboradas, passam pelos órgãos superiores da instituição” (excerto da entrevista A1).</p> <p>“Quem realiza o plano de atividades da associação dos estudantes. Neste caso, é o presidente da associação dos estudantes, este ano, AX1 com os seu auxiliares” (excerto da entrevista A21).</p> <p>“Não, não temos participado” (excerto da entrevista A22).</p> <p>“O presidente e os seus membros” (excerto da entrevista A39).</p> <p>“Ser notificado, a nossa turma, para participar numa atividade que diz respeito á instituição, nunca tivemos esse privilégio” (excerto da entrevista A30).</p>	<p>“Não consigo dizer quem o realiza” (excerto da entrevista P1).</p> <p>“A própria associação. A própria associação deve realizar o seu plano de atividades” (excerto da entrevista P2)</p> <p>“É o plano de atividades é mesmo a associação, o presidente e os outros membros, o secretário incluindo também o coordenador das atividades extraescolares. O professor Alfa” (excerto da entrevista P3).</p> <p>“São os mesmos alunos” (excerto da entrevista P4).</p> <p>“Eu acho que são eles próprios, a própria associação” (excerto da entrevista P5).</p> <p>“Não tenho conhecimento disso” (excerto da entrevista P6).</p> <p>“Quem realiza é a associação de estudantes sim” (excerto da entrevista P7).</p>	<p>“A direção, a direção da associação.</p> <p>- Sim, temos participado. Porque antes de executar qualquer atividade, dão-nos a conhecer, dão-nos o ponto de vista, dão o nosso parecer...Assim se realiza a atividade...Sempre na indisponibilidade do diretor, há sempre um elemento da direção da escola que participa nestas atividades” (excerto da entrevista D).</p>



	<p>“Eles podem criar atividades. Eles podem criar o que possam fazer, mas têm de fazer chegar na direção da escola se aprova ou não” (excerto da entrevista A31).</p> <p>“Mas sendo o presidente da associação o cabeça máximo por parte dos estudantes teria sido ele a elaborar o programa, neste caso, afim de o levar à direção pedagógica e verem quais são as atividades previamente estabelecidas pelo presidente e quais são as reprováveis e não aceites pelo diretor da mesma instituição” (excerto da entrevista A26).</p> <p>“Neste contexto, eu penso que aí surge o maiores problemas. Acho que eles próprio, dentro da associação dos estudantes, é que planificamos que vão fazer. Não consultam os alunos, não consultam o pessoal que constitui a associação, os estudantes. Eles apenas entram em consenso: vamos fazer isso...não há democracia” (excerto da entrevista A45).</p> <p>“A elaboração dos planos, acho que, tendo em conta os estudantes, também não é possível consultar todos. Uma vez que existe um elenco. Então, eu acho que eles têm sempre uma reunião para discutir as atividades. Mas, às vezes, caem num erro,</p>	<p>“Eu creio que tudo parte do presidente da associação dos estudantes” (excerto da entrevista P8).</p> <p>“Os próprios estudantes, com a direção da associação dos estudantes. Alguns chefes de turma são convocados para traçar as suas atividades” (excerto da entrevista P9).</p> <p>“A própria associação” (excerto da entrevista P10).</p> <p>“É o gestor da associação dos estudantes” (excerto da entrevista P11).</p> <p>“O chefe das atividades extraescolares, acho que talvez eles é que elaboram mais ou menos esse plano das atividades da associação. Não tenho assim uma certeza” (excerto da entrevista P12).</p> <p>“Quem realiza o plano de atividades acho que é o responsável da própria associação” (excerto da entrevista P13).</p> <p>“Olha, acredito eu que é um plano que venha do alto, da direção da instituição, e depois se vão ajeitando, acrescentando uma ou outra atividade que consigam realizar”</p>	
--	---	--	--

	<p>uma vez que a questão seria selecionar cada turma, um delegado. ou, em cada turma, deveria ter um membro que faça parte do elenco da associação dos estudantes” (excerto da entrevista A46).</p> <p>“Alguns têm participado, principalmente os delegado. Eles tiram todos os delegados de todas as turmas e têm feito uma reunião. Os mesmos delegados, passam a informação à turma” (excerto da entrevista A44).</p> <p>“Por norma, tinha que ser. Eles podem elaborar o plano, o seu todo, mas depois é a própria direção da escola a fazer uma análise daquele programa, há coisas que se adiaram, não é para aquele momento, há coisas que não serve. A própria direção, por sua vez, vai dizer o que pode e o que não pode” (excerto da entrevista A28).</p> <p>“O plano de atividades da associação dos estudantes é elaborado pela associação dos estudantes. É realizado por mim, como presidente, e seus membros. Juntos, fizemos o plano de atividades, tal mensal, trimestral ou anual. Fizemos o plano de atividades, depois temos a obrigação de levar ao coordenador das atividades extraescolares da escola, para ver se tem</p>	<p>(excerto da entrevista P14).</p> <p>“A associação tem o seu plano de atividades, eles remetem uma via do plano de atividades o gabinete do diretor, não para ser corrigido, mas para a direção da escola tomar conhecimento das atividades que a associação, possivelmente, venha a realizar.</p> <p>- Quem? O supervisor? Sim...De alguma forma, direta ou indireta, nós participamos, ajudando com ideias, ideias no âmbito social, tanto interno como externo. Ajudamos a criar metas para a realização de algumas atividades” (excerto da entrevista PA).</p> <p>“A associação tem o seu plano de atividades, eles remetem uma via do plano de atividades o gabinete do diretor, não para ser corrigido, mas para a direção da escola tomar conhecimento das atividades que a associação, possivelmente, venha a realizar” (excerto da entrevista PA).</p>	
--	--	---	--

	<p>alguma ideia para aumentar no nosso plano de atividades. Caso contrário, assinados o documento e damos entrada na mesa do senhor diretor” (excerto da entrevista AX1).</p> <p>“É a associação dos estudantes, os membros da associação dos estudantes, juntamente com o professor Alfa” (excerto da entrevista AX50).</p>		
<p><b>Adesão nas atividades Programadas pela AE</b></p>	<p>“Só que há colegas que são muito passivos” (excerto da entrevista A1).</p> <p>“É como se estivessem a perder tempo. Quando eles chegam e eles estão a sair é como” (excerto da entrevista A4).</p> <p>“Acho eu que é preguiça dos colegas porque a associação dos estudantes não...cansa-se de passar as turmas. na maioria das vezes, não tem tido muita aderência”(excerto da entrevista A22).</p> <p>“Algumas diria por espontânea vontade, mas algumas, o colega já...como o caso de ir ao pavilhão, tem sido por obrigatoriedade. Às vezes, para não levar falta ou com medo</p>	<p>“Não, nunca participei” (excerto da entrevista P6).</p> <p>“Já por duas vezes participei. Tivemos que juntar esforços para a associação criar um elo de ligação aqui na escola e até mesmo uma atividade educativa aqui, recreativa” (excerto da entrevista P7).</p> <p>“Já. Muito bem. Foi muito bom ter participado” (excerto da entrevista P8).</p> <p>“Já, já participei. Senti-me lisonjeada porque eles pediram-me que desse um palestra aos estudantes e eu vi a adesão dos estudantes e senti que eles estão a ir num bom caminho” (excerto da entrevista P9).</p>	<p>“Muito” (excerto da entrevista D).</p>

	<p>de ser punido na segunda-feira” (excerto da entrevista A41).</p> <p>“Nesse caso, eles dizem que vão punir mas nunca chegaram ao fim, nunca chegaram mesmo ao objetivo de punir mesmo os estudantes que não participaram mesmo na campanha” (excerto da entrevista A43).</p> <p>“Só têm sido ameaças...” (excerto da entrevista A42).</p> <p>“Só quando é obrigatório, isto porquê? Algumas vezes acontece que aderimos às atividades programadas pela associação, só as obrigatórias porque os membros da associação sempre que vêm anunciar uma atividade dizem simplesmente, é obrigatório. Isto leva o estudante a ter um pequeno, a estar medinho. Fica assim, se eu não for o meu nome será escrito naquele sentido, terei um castigo naquele sentido, terei um castigo naquele. Com este pensamento negativo que às vezes levamos faz-nos não participar naquelas atividades não obrigatórias porque não dizem, é obrigatório, obviamente que nem todos irão participar nas mesmas atividades” (excerto da entrevista A26).</p> <p>“Bem, nem sempre porque desde o</p>	<p>“Já, já participei, sim. - Nessa altura quando os da associação, os alunos estão a realizar uma atividade, há aquela... há aquela vontade também de fazer parte, visto que a atividade é chamativa, convida” (excerto da entrevista P10).</p> <p>“Já, sim. Me senti bem” (excerto da entrevista P11).</p> <p>“Nunca. Também não porque nunca participei” (excerto da entrevista P12).</p> <p>“Acho eu que já. Tendo, tendo visto de que nos finais de ano, ou seja, na entrega dos certificados, eles é que organizam e de forma direita, eu já participei em 2016, 2015 se a memória não me falha. - Me senti bem porque a organização foi bonito” (excerto da entrevista P14).</p> <p>“Certo, porque são atividades da instituição. Estou muito bem lembrada do patrono da instituição no ano transato. Foram eles, como já o disse há pouco tempo, a organizar a preparação, a remoção, todo o tipo de atividades, claro que coadjuvados</p>	
--	---	--	--

	<p>mandato do atual presidente, só participou ativamente nesta atividade do aniversário da escola porque senão não temos participado ativamente porque as atividades são constante, são constante. Muitas vezes, as pessoas reclamam” (excerto da entrevista AX50).</p>	<p>com alguns professores, por alguns professores , mas poderem organizar. - Senti-me regozijada porque é bom ver os jovens tomarem iniciativas por si mesmos, serem ativos na instituição” (excerto da entrevista P14).</p>	
<b>Importância da AE</b>	<p>“Para mim a associação dos estudantes é importante porque ajuda os alunos, os membros da instituição, neste caso, os alunos, na troca de experiência, nos problemas que os alunos têm na escola e em outros assuntos” (excerto da entrevista A21).</p> <p>“Para mim, a associação dos estudantes é muito importante porque , para além de solucionar alguns problemas que eu tenho tido na instituição, ela faz com que eu me interajo com outros estudantes de outras instituições” (excerto da entrevista A18).</p> <p>“Sim, eu, por mim, acho que é muito importante porque faz com que os alunos criem mais amizades com os outros alunos”( excerto da entrevista A22).</p> <p>“A associação dos estudantes é muito</p>	<p>“Sim. Porque a direção da escola precisa de ajuda, do apoio dos estudantes e a associação de estudantes tem que participar na ajuda da direção de educação, a organizar os alunos” (excerto da entrevista P3).</p> <p>“Acho” (excerto da entrevista P4).</p> <p>“Acho sim importante porque sem essa associação, não teriam um elo de ligação aluno-professor, aluno-direção” (excerto da entrevista P5).</p> <p>“Acho sim importante a existência desta associação. Visto que, alguns alunos se encontram com problemas e eu acho que a associação está ali para dar... para resolver questões relacionadas com isso” (excerto da entrevista P6).</p>	

	<p>importante porque ela ajuda a dinamizar o membro diretivo de uma instituição e não só” (excerto da entrevista AX50)</p>	<p>“Muito importante” (excerto da entrevista P9).</p> <p>“É, é. Acho muito importante, sim” (excerto da entrevista P10).</p> <p>“Muito importante. Porque é através da associação dos estudantes que os alunos expõem as suas preocupações e ajudam naquilo que é o funcionamento da própria instituição” (excerto da entrevista P11).</p>	
<p><b>Relação entre os estudantes</b></p>	<p>“A relação entre os estudantes é boa porque a troca de experiência entre os estudantes, ajuda a interação na assimilação dos conhecimentos” (excerto da entrevista A18).</p> <p>“A relação entre os estudantes é boa. Uma vez que a escola é a nossa segunda casa, não tem como nós nos comportarmos de uma forma ruim com os outros. Temos de ter os colegas como irmãos” (excerto da entrevista A21).</p> <p>“A relação aqui tem sido boa, tendo em conta as diferenças: uns vem daqui, outros vem de lá” (excerto da entrevista A33).</p> <p>“Tem forma de vezes...” (excerto da</p>		

	<p>entrevista A49).</p> <p>“Sim” (excerto da entrevista A47).</p> <p>“No meu caso, é relativo. Cada estudante dá mais com colega de turma, não tem assim uma interação muito boa com os outros colegas, é mais com os colegas de turma” (excerto da entrevista A48).</p> <p>“Para ressaltar aquilo que a colega acabou de dizer, eu não considero uma relação tão positiva entre estudantes a entrar na instituição. Porque mesmo, nós estudantes de especialidade de XX, nunca houve uma troca de experiência por especialidade, nunca houve aquela troca de experiência. Acho eu que não considero uma boa relação” (excerto da entrevista A44).</p> <p>“O que os meus colegas disseram é que eles estão mesmo certos. A relação de amizade que temos aqui, vai mais pelos colegas de turma e se alguém tem uma relação de amizade com outro colega de outra turma, é porque já se conhecem fora da instituição” (excerto da entrevista A45).</p>		
--	---	--	--

**Fonte:** Elaboração própria

Para este quadro, podemos concluir que em relação ao plano de atividades da AE, tanto professores e alunos têm consciência de quem elabora ou quem deve elaborar os planos é a direção da associação de estudantes, mas também são unânimes em afirmar que estes devem ser sempre vistos e aprovados pelos órgãos de gestão da escola por estes serem a entidade a que a associação deverá prestar contas. Quanto à adesão às atividades, alunos e professores apresentaram-se de formas diferentes. Por parte dos alunos, alguns já participaram, outros apenas participaram por ser de caráter obrigatório e outros por medo de represálias. Por parte dos professores, constatou-se que quase todos já tenham participado de uma ou de outra forma em atividades programadas, embora com exceção de alguns que nunca participaram. Já ao contrário dos alunos, os professores sentiram-se lisonjeados ao participarem nas atividades.

Relativamente à importância atribuída à associação, cada um faz a sua apreciação, mas de certo modo, todos atribuem uma certa importância. Os professores comungam da ideia de que a associação está para ajudar a direção da escola, mas os alunos perspetivam a AE como sendo um órgão fundamental que existe para os ajudar.

No que tange a relação entre os estudantes constatamos que a relação é boa, embora muitos estudantes não se conheçam, mas o certo é que pelo menos com os estudantes das suas turmas tenham tido relações de amizade.

#### **4.7. Relação AE/Órgãos de Gestão**

O bom relacionamento no interior das organizações, desempenha o “cerne” de qualquer uma atividade. Assim, no interior da escola, concretamente entre a AE e os órgãos de gestão da escola, não deve ser diferente por existir num lado os alunos e no outro a Direção da Escola. O ideal seria que diante da AE os órgãos de gestão pautassem por uma relação baseada simplesmente em trabalho; deste modo defendendo os interesses da escola e dos associados, embora nem sempre na escola em questão, se tem verificado, por se mostrar uma aparente relação de trabalho, mas com fins muitas das vezes “desconhecidos”. Só o facto dos órgãos associativos não serem autónomos dos órgãos de gestão da escola, mostra claramente que esta relação tem algo a “esconder” e deste modo o fator *cooptação* vem a ser fundamental nesse relacionamento. É, nesta base de ideias, que os alunos têm afirmado que a relação na sua generalidade tem sido boa como a seguir revelam.



“Ele têm grande ligação quem é dono dos estudantes é a instituição. Então, eles integram aí para resolver os problemas dos estudantes, como um advogado. Devem ter sempre uma ligação muito importante. O problema que se passa com um aluno, não quer dizer que a própria associação dos estudantes resolvam sozinhos, têm de resolver junto da direção, que se ultrapassa esse problema” (excerto da entrevista A28).

Os estudantes mostram-se totalmente alheios às situações da AE. Voltando para o que são as suas respostas, remetem-nos na ideia de que o papel da AE não passa da advocacia e que a sua democracia é baseada no sistema “*sui generis* em que o povo é um enfermo, a quem se aplicam remédios” (Freire, s/d:55). Vejamos os discursos:

“Acho que é uma boa relação entre a associação de estudantes e órgãos da escola. Sempre que associação dos estudantes está para realizar uma atividade, tem havido um conselho entre a associação e os órgãos da instituição” (excerto da entrevista A 17).

“Acho que existe uma relação muito estreita, uma relação muito forte. Porque um presidente da associação dos estudantes, faz parte do conselho diretivo da escola. Então, eu acho que deve ter uma relação muito boa, nesse sentido” (excerto da entrevista A 35).

“Até onde eu saiba, pelo que eu tenho visto, eles têm uma boa relação. Não vejo nada de maus, nunca vi nenhum desentendimento. Nunca ouvi ninguém dizer que o fulano tal da associação dos estudantes, sei lá, tem uma desavença com o professor fulano ou o senhor Y” (excerto da entrevista A 43).

Não obstante ao que já se afirmou, outros ainda diante das situações que têm vivido, mostram-se descontentes e injustiçados, motivo que os faz afirmar que:

“Dificuldades de passar uma determinada informação nas turmas por parte dos professores” (excerto conversas informais AX2).

“Tem havido alguns choques com alguns coordenadores, mas de resto a relação é de harmonia” (excerto conversas informais AX2).

As respostas apresentadas e o que temos observado, mostram-nos claramente que a associação de estudantes tem servido de *parasita dependente* da escola em questão, o que muitas vezes faz com que ela não caminhe só, mas simplesmente “atrelada”, isto é, ao que podíamos designar de “boa vontade” dos órgãos de gestão da escola, como L. Lima nos vem advertindo junto dos estudos efetuados a uma escola portuguesa.

Apraz-nos salientar que a vivência, a que a associação de estudantes está sujeita, não é de proximidade, nem tão pouco saudável por se verificar a fraca democracia naquilo que devia ser a capacidade da associação viver e se expressar de acordo os seus ideais e iniciativas e quando assim

acontece pode-se dar o caso de alguma *conotação* por parte dos que a dirigem como os próprios estudantes afirmam ao justificarem que fazem parte da associação e, muitas vezes, participam das atividades por serem de caráter obrigatório e não o fazem por simples motivação e gosto.

Por outro lado, temos a salientar que em Angola poucos estudos relativamente à associação foram realizados, em detrimento de outras realidades onde se afirma e conferindo o direito de participar na definição da política educativa, isto é, “acompanhar as atividades dos órgãos de gestão, intervir na organização das atividades extraescolares e colaborar na gestão dos espaços de convívio e desporto” como conferem (Estêvão & Afonso 1998:97). Existe simplesmente o Código Civil Angolano que contempla as associações de modo geral, como já nos pronunciamos anteriormente, não especificando a associação de estudantes e suas reais funções. O que observamos nas associações de estudantes angolanas e de modo específico a que nos propusemos estudar é, o exercício sim das funções a que também foram detalhadas pelos autores, mas na base de um *empirismo*, sem apresentar um regulamento específico de caráter nacional que venha a servir de base orientadora para o exercício de suas funções.

Assim, ainda julgamos que, relativamente à relação entre ambas as partes, temos também a referir que tem sido saudável, como já afirmamos anteriormente, embora nem sempre se dá em todos os aspetos, pelos sucessivos controlos a que está sujeita, pela perceção a que muitos estudantes estão susceptíveis a adquirir por parte de alguns professores e não só. É, nesta base, que os estudantes afirmam que:

“Atualmente, a associação dos estudantes tem um peso muito reduzido nos órgãos da escola porque justificando isso, na qualidade de presidente da associação dos estudantes, também aluno, muitas das vezes temos que nos limitar a levar as questões ao conselho de direção. Muitas das vezes, temos que reduzir a falar com algum professor, mesmo estando errado, porque sabemos que, mais tarde ou depois, o professor possa estar chateado. Pode não dizer, mas vai contar muito, porque pode ter um desempenho muito negativo. Por isso, muitas vezes temos que limitar muita coisa e faz com que tenhamos um peso muito reduzido no conselho da direção” (excerto da entrevista AX1).

Esta situação faz com que a associação não se sinta livre em executar as suas atividades pelos sucessivos “controlos” a que está sujeita, eis o que nos apresentam os estudantes ,

“Interferem, interferem. Pedem para voltar, para ver uma outra data, alguns documentos que... até saem, mas pedem para ver se fizéssemos outros, que aqueles não vão ser aceites. Por isso é que muitas das nossas atividades têm que ser levadas lá para serem vistas porque nem todas as atividades, eles estão de acordo” (excerto da entrevista n° AX1).

“AX19 Ele têm grande ligação quem é dono dos estudantes é a instituição. Então, eles integram aí para resolver os problemas dos estudantes, como um advogado. Devem ter sempre uma ligação muito importante. O problema que se passa com um aluno, não quer dizer que a própria associação dos estudantes resolvam sozinhos, têm de resolver junto da direção, que se ultrapassa esse problema” (excerto da entrevista n° A 28).

“Sim, tem” (excerto da entrevista n° A30).

Os estudantes sentem-se como se não fosse dever deles estar à vontade na escola, pois julgam-se ser propriedade da mesma e que tudo que a escola decidir diante do que são as aspirações da associação é, de carácter obrigatório, razão pelo qual o motivo das suas interferências nos seus planos de atividades:

“Eu acho que a relação entre a associação dos estudantes e o órgão reitor da escola, a relação tem de ser boa, sim” (excerto da entrevista n° A 29).

Mas que em termos relacionais entre um e outro afirma o estudante ser salutar eis o discurso

“Relação? Quer dizer, não podemos dizer que é saudável ou não porque algumas vezes não temos visto o presidente da associação com o diretor da instituição em harmonia. Quer dizer, é possível que eles estejam em harmonia mas nunca avistamos isso” (excerto da entrevista n° A 24).

“Acho que relação boa existe, mas na sua totalidade não. Porque, se houvesse uma boa relação, não havia o problema de um ter um mandato de 3 anos e ser, no momento decorrente do seu mandato, substituído. Se houvesse uma boa relação, não haveria essa discrepância, este impasse durante o percurso do mandato” (excerto da entrevista n° A 44).

Verifica-se que diante das respostas apresentadas, existem diferentes formas de análise da questão por parte dos alunos, isto é, cada um a *encara* de maneira diferente, embora outros tenham sido da mesma opinião.

O facto de os órgãos de gestão da escola interferirem nas atividades, ou seja, no plano de atividades da associação, remete para o controlo e ausência de *espaço de manobra* para executar suas atividades em liberdade. Esta interferência pode ser encarada de diferentes formas.

Por um lado, pensa-se que interferindo está-se a ajudar a associação a caminhar dentro do que é o regulamento institucional, mas por outro lado, essa interferência pode servir de forma a manter os alunos refém de tudo o que é vontade de quem esteja à frente da direção ou comando a nível institucional. Alguns discursos apresentados pelos estudantes revelam-nos que nada é feito simplesmente pela associação sem que passe pelos membros de gestão. Eis as afirmações:

“Por norma, tinha que ser. Eles podem elaborar o plano, o seu todo, mas depois é a própria direção da escola a fazer uma análise daquele programa, há coisas que se adiaram, não é para aquele momento, há coisas que não serve. A própria direção, por sua vez, vai dizer o que pode e o que não pode” (excerto da entrevista n° A 28).

“Associação dos estudantes criar uma atividade, eles têm que solicitar ao órgão máximo da instituição para debater, com base essas atividades que vai ser realizado” (excerto da entrevista n° A30).

“A situação é a mesma. Não podemos apenas dizer aquilo que a gente acha que está certo. Tem aquele ditado ‘Quem vê cara, não vê coração’. Podemos pensar assim, mas...jogar...pode ser sim, pode ser não” (excerto da entrevista n° A 46).

Há necessidade de se conceber mais autonomia aos estudantes, para medir o seu nível de maturidade e de responsabilidade e para que se conceba maior *democraticidade* no interior da AE. De outro modo, cai-se no que os estudantes vêm afirmando:

“Sim, a gestão da escola interfere nos planos de atividades da associação dos estudantes. Na primeira semana de abril, estava para ser realizado o batismo dos estudantes de cada escola, mas a escola tinha uma outra atividade. Vinha a visita do partido em poder e aquela mesma visita escolheu a nossa instituição para dar uma pequena palestra com o professores e os estudantes. E isso atrapalhou a atividade já programada pela associação dos estudantes. Foi transferido o batismo dos caloiros para a segunda semana de abril” (excerto da entrevista n° A 19).

“Sim... Visto que a escola é a nossa segunda casa e numa casa o pai é sempre que manda. Então, antes se o filho tiver de fazer algo, tem de pedir sempre autorização no seu pai. Nesse caso, esse é o exemplo que eu dou entre a escola e a associação dos estudantes. Para poder fazer uma atividade, tem que mandar um documento para que a direção da escola aprove essa atividade, para ver se vai ser realizada ou não” (excerto da entrevista n° A 18).

Ainda outros afirmam que:

“Interferem, interferem. Pedem para voltar, para ver uma outra data, alguns documentos que... até saem, mas pedem para ver se fizéssemos outros, que aqueles não vão ser aceites. Por isso é que muitas das nossas atividades têm que ser levadas lá para serem vistas porque nem todas as atividades, eles estão de acordo (excerto da entrevista n° A X1).

“Nalgumas das vezes, interfere sim. Porque às vezes, no final de semana, a associação dos estudantes quer ter um off com os alunos, já a direção da escola, por vezes, programa uma outra coisa. E a interferência é assim” (excerto da entrevista n° A 21).

Estes discursos ora apresentados pelos alunos refletem a ideia de que muitos consideram que a interferência dos órgãos de gestão da escola, tem servido de “incómodo” para o progresso da associação, bem como existem também outros que não consideram o facto.

Como já vimos a referir sobre a interferência ou não da associação, resta-nos simplesmente aferir se os órgãos de gestão têm de aprovar ou não as atividades programadas.

De forma indireta em seus discursos tangentes à interferência na associação, já foram afirmando que sim. Mas outras ideias também nos podem apresentar como:

“Dependendo de que atividades vai se realizar. Às vezes, a direção nega, diretamente, pode dar conselhos” (excerto da entrevista n° A 28).

“Sim, tem de aprovar” (excerto da entrevista n° A 29).

“Além do que o colega acabou de dizer, por mais que você tenha orelhas grandes, nunca vão ultrapassar o tamanho da cabeça. Os membros da associação dos estudantes pensam e traçar algo, terão sempre de consultar os órgãos” (excerto da entrevista n° A 46).

A AE deve ser um organismo autónomo dos órgãos de gestão da escola, mesmo estando no interior da mesma escola. Pois, se assim não for, deixa de exercer o seu papel como devia e, passa a submeter-se aos reais interesses que a escola apresentar. Deste modo, deixaria de ser associação de estudantes (AE) e passaria por qualquer outra designação que de uma ou de outra forma impusesse os seus ideais para alcançar seus objetivos. Por estes motivos, eis ainda o pronunciamento de alguns estudantes:

“De princípio, tenho a certeza que sim porque nós estaríamos com os colegas. A sair com os colegas, estaríamos a sair em nome da escola. Se tivermos de sair com eles, temos de levar um documento da direção, dos órgãos. Esses órgãos têm de aceitar, senão não podemos sair” (excerto da entrevista n° AX1).

“Não, algumas só. As outras, só têm de ter o conhecimento. Algumas só é que tem de ser aprovadas, outras só que têm de ter o conhecimento” (excerto da entrevista n° AX1).

Estas declarações declaram um total desconhecimento do que realmente devem ou não traçar como associação.

#### **4.7.1. A Relação da AE com os professores**

A relação da associação de estudantes e professores, sob o ponto de vista dos professores, parte da percepção de que todos os professores entrevistados de uma ou de outra maneira, atribuem importância a este pormenor, embora nem todos a atribuem com total certeza. Como observamos a seguir:

“A relação é boa até porque a associação tem estado a ajudar na resolução de alguns problemas que os alunos se têm deparado com eles” (excerto da entrevista P1).

“Eu penso que é regular porque quando se fala de estudantes do outro lado está o professor e não podia ser diferente” (excerto da entrevista P2).

“Acho que a relação está ótima” (excerto da entrevista P3).

Mas se formos mais a fundo constatamos que:

“Eu acho que positiva...As relações entre os estudantes da associação dos estudantes e os professores têm sido boas relações porque esses estudantes que pertencem à associação dos estudantes é que levam as dificuldades para serem solucionadas. Tem sido boa” (excerto da entrevista P14).

“Tem sido boa. Tenho notado quando eles vão à sala para um anúncio, os estudantes correspondem bem” (excerto da entrevista P5).

“Eu acho que eles têm uma relação boa” (excerto da entrevista n° P6).

O objetivo do bom relacionamento no interior de qualquer que seja a organização é de manter maior proximidade e de trabalhar para o alcance das aspirações preconizadas, embora nem sempre se dê o caso para todas as organizações, visto que algumas aparentam relacionar-se bem:

“No passado tivemos umas pequenas... Alguns dirigentes da associação, às vezes não consultavam o conselho de direção da escola mas acharam que eles não são uma associação à parte, é um órgão controlador também da escola. Agora já não fazem coisas à parte” (excerto da entrevista P7).

“Têm uma boa relação, de participação” (excerto da entrevista P9).

“Para mim a relação é boa, porque, como eu já disse, tem alguns professores, independentemente de serem professores, eles também se embarcam na... se incorporam naquele leque dos membros da associação. A relação entre os estudantes também é boa” (excerto da entrevista P10).

As respostas apresentadas espelham claramente o modo de relacionamento da associação de estudantes com os professores e outros estudantes. Mas não deixa de espelhar a relação de cumplicidade, subordinação e amizade, pois como afirma um dos professores que colegas há que se “incorporam naquele leque dos membros da associação”. Analisando esta passagem, sustentamos que ainda existe uma “crise de identidade” por parte de alguns professores, por se acharem também pertencentes ao coletivo da AE.

Relativamente à relação AE/órgãos de gestão da escola, constatamos que cada professor teve a sua apreciação em relação à questão, mas todos apresentaram uma apreciação positiva no tocante ao assunto abordado, denunciando o que têm observado no seu quotidiano. Desta feita, apresentamos as suas declarações:

“É saudável porque os que estão nesta instituição não vêm nenhum problema entre a associação e a direção da escola” (excerto da entrevista P1).

“Eu penso que a relação é aquela que todos nós sabemos. Tem de haver cooperação, tem de haver interação, de um lado estão os estudantes e do outro lado está a instituição então a associação recebe orientações da instituição para transmitir aos estudantes para coordenar essa atividade juntos dos estudantes logo, não podia ser diferente, haver essa interação de camaradagem, de cooperação, de trabalho porque no fundo o objetivo é o mesmo que é a formação do homem” (excerto da entrevista P2).

“A relação é mesmo essa, o presidente da associação faz parte do conselho da direção de educação e às vezes ele também é convidado no conselho pedagógico para ele dar também o ponto de vista dele como a escola está a funcionar e também no caso da parte das finanças eles trabalham diretamente também com os recursos humanos para ajudar as atividades da associação” (excerto da entrevista P3).

Os pronunciamentos continuam:

“Boa, a relação. Porque os programas todos que acontecem na escola, são conhecidos pelos componentes da associação dos estudantes, esses, por sua vez, vão ter com os coordenadores de turno, que vão dar a conhecer à direção da escola. Tem boas relações” (excerto da entrevista P4).

“Acho que existe uma relação mútua. A associação dos estudantes tem que estar em coligação com a organização da escola, com a direção da escola, visto que esta associação está inclusa na instituição. Então, tem que ter um elo de ligação. Todas as atividades da associação, a direção da escola tem que ter conhecimento” (excerto da entrevista P5).

Verificamos que todos são unânimes em confirmar que as relações entre a AE e os Órgãos de gestão da escola, são boas como novamente continuam em seguida,

“Há boas relações porque a ação administrativa do conselho da igreja, da escola aliás então tem levado sempre informações da parte da associação e a associação também quando tem problemas recorre já logo à ação administrativa da escola” (excerto da entrevista P7).

“Creio que existe uma boa relação, uma vez que estão sempre interligados. Quando há uma atividade programada pelas instâncias superiores da instituição, estão sendo sempre chamados a própria associação e eles participam ativamente” (excerto da entrevista P8).

Os docentes continuam a afirmar:

“Tem uma boa relação porque as vezes que fazem uma atividade e todas as vezes que ele são orientados pela direção da escola, não discrepância entre eles. A relação existe, acho que é uma relação saudável” (excerto da entrevista P9).

“A nossa escola tem uma ligação muito, acredito, muito forte, se assim posso dizer. Porque nalgumas... quer dizer, o presidente da associação faz parte do corpo diretivo da escola. Isso que é muito bom” (excerto da entrevista P10).

“A relação, digamos que hoje já é super boa porque, anteriormente, também foi boa, mas era preciso estar a apertar quase sempre. Mas hoje, já tem uma relação muito séria, muito

boa. A direção já convoca a associação para trocarem impressões, para perguntar quais são os projetos que têm, quais são os projetos que precisam de ajuda da direção. Então, todo este apoio tem sido feito pela direção da escola. Então, a relação é mesmo boa” (excerto da entrevista PA).

As respostas fornecidas pelos professores apresentam-nos uma enorme conjuntura em termos do que tem sido o relacionamento entre os membros da associação de estudantes e os órgãos de gestão. O facto de afirmarem que em muitos casos as atividades que têm sido organizadas por eles e que são de inteira orientação dos órgãos de gestão da escola demonstra a falta de democracia naquilo que deve ser a liberdade que os estudantes devem possuir para a realização das suas atividades.

As interferências em termos de planificação da associação de estudantes por parte dos órgãos de gestão da escola, são caracterizadas pelos professores do seguinte modo:

“Sim. Anteriormente, esta associação tinha um supervisor, que é o coordenador das atividades escolares da escola, ele é que acompanhava os trabalhos da associação como representante da direção da escola, dentro a associação dos estudantes, para ajudar na organização dos seus projetos e de maneira a evitar que eles andem fora. Porque, independentemente de ser uma associação de estudantes, mas está dentro de uma escola. Então, a escola tem o seu regulamento interno e com base nesse regulamento; vamos supor que a associação venha a realizar uma atividade que tenha problemas fora da instituição, então, como é uma associação dentro da escola, a direção tem esta autonomia de indicar alguém para acompanhar as atividades da associação dos estudantes” (excerto da entrevista PA).

“Eu dizia que tinha porque no novo estatuto já não faz referência à existência de um supervisor. Está em estudo. Acredito que, a qualquer altura, será inserido ou não, ou já não voltará a ter um supervisor” (excerto da entrevista PA).

“A supervisão tem muito mais a ver com a questão de projetos sociais, ajudar em ideias e fazer uma revisão daquilo que eles pretende fazer. E mais ou menos um elo, um elo de ligação entre a direção da escola e a associação dos estudantes. Quer dizer que esta pessoa é que vai intermediando na realização dessas mesmas atividades programadas pela associação de estudantes” (excerto da entrevista PA).

“Sim, é importante...eles devem ser sempre supervisionados...esta participação que devemos sempre informá-los...a orientá-los melhor” (excerto da entrevista D).

O que podemos concluir com as respostas proferidas tanto para os professores como para o diretor é, que há um enorme controlo naquilo que são os planos que a associação de estudantes traça. Esta situação impede os alunos de serem autónomos e simplesmente fazer o que é de agrado da sua associação.

A aprovação ou reprovação das atividades programadas pela associação de estudantes, também vem a ser outro fator que possa inibir e até mesmo desmoralizar os atores diretos da



associação, pelo facto de sentirem suas atividades muitas vezes reprovadas por parte daqueles que julgam-se ser “conselheiros da associação”. Junto aos professores nas entrevistas efetuadas podemos constatar o seguinte:

“Sim, tendo em conta o nosso calendário escolar, tendo em conta as atividades da escola, por vezes, não encontramos um enquadramento para a atividade...A gente gosta sempre ajustar” (excerto da entrevista PA).

“Sim, têm de aprovar porque não se pode fazer nada sem o conhecimento dos órgãos de gestão até porque existem regras e regulamento, então todas as atividades que a associação realiza ou planifica têm que ser com o consentimento dos órgãos de gestão” (excerto da entrevista P1).

“Devem sim. Os órgãos de gestão da própria instituição também têm que aprovar sim, o diretor da escola (não percebi) da direção, vamos assim dizer, da instituição” (excerto da entrevista P2).

Constata-se que diante destas respostas, todos os professores são unânimes em afirmar que os órgãos de gestão têm de aprovar as atividades programadas pela associação de estudantes:

“Sim. É aprovado mesmo. Eles fazem os pedidos deles, de qualquer atividade que querem fazer e chega no subdiretor pedagógico e o subdiretor pedagógico envia ao diretor da escola e o diretor da escola orienta o que é que tem que ser feito” (excerto da entrevista P3).

“Eu tenho visto, tenho notado, que têm tido uma boa relação com a direção da escola, acho que eles têm de aprovar. Dependentemente do que eles planificaram” (excerto da entrevista P5).

“Têm aprovado sim. Isto tem criado um ambiente salutar na escola” (excerto da entrevista P7).

Esta aprovação que muito se referem os professores diante da AE, remete-nos a considerar a existência da falta de confiança nos membros diretivos da AE ou ainda, a possibilidade de torná-los dependentes, sem que se considere a autonomia como prioridade, para que deste modo se faça cumprir os objetivos que a escola pretende alcançar.

“Quando boas, sim. E eu acho que vão realizando atividades tanto benéficas para a própria instituição, como para os próprios estudantes” (excerto da entrevista P8).

“Sim, têm. Têm de aprovar” (excerto da entrevista P10).

“Claro que sim. Eles elaboram o programa de atividades e dão entrada aos órgãos de tutela, ou seja, ao gestor máximo da instituição para depois aprovar” (excerto da entrevista P11).

A consciência de que é dever dos órgãos de gestão aprovarem as atividades, é do consentimento de todos os professores entrevistados. Muitos assim afirmam com tanta certeza e confiança por acharem que esta é a forma ideal de controlar os estudantes.

O seguinte quadro faz referência de forma sintetizada a relação AE/Órgãos de Gestão.

Quadro 20 - Síntese da Relação AE/Órgãos de Gestão

Relação AE/Escola	Aluno	Professor	Diretor
<p><b>Relação Associação de estudantes/ órgãos de gestão da escola.</b></p>	<p>“M1. Ele têm grande ligação quem é dono dos estudantes é a instituição. Então, eles integram aí para resolver os problemas dos estudantes, como um advogado. Devem ter sempre uma ligação muito importante. O problema que e passa com um aluno, não quer dizer que a própria associação dos estudantes resolvam sozinhos, têm de resolver junto da direção, que se ultrapassa esse problema” (excerto da entrevista A28).</p> <p>“Sim, tem” (excerto da entrevista A30).</p> <p>“Eu acho que a relação entre a associação dos estudantes e o órgão reitor da escola, a relação tem de ser boa, sim” (excerto da entrevista A29).</p> <p>“Não, sim. É o que temos observado. Creio que até o mês antepassado, estávamos a falar da contribuição dos finalistas, estávamos reunidos, a própria direção da associação os estudantes, o sub-diretor. É da escola (excerto da entrevista A 32).</p> <p>“A relação em sido boa. Temos visto</p>	<p>“A relação é boa até porque a associação tem estado a ajudar na resolução de alguns problemas que os alunos se têm deparado com eles” (excerto da entrevista P1).</p> <p>“Acho que existe uma relação mútua. A associação dos estudantes tem que estar em coligação com a organização da escola, com a direção da escola, visto que esta associação está inclusa na instituição. Então, tem que ter um elo de ligação. Todas as atividades da associação, a direção da escola tem que ter conhecimento” (excerto da entrevista P5)</p> <p>“Boa, a relação. Porque os programas todos que acontecem na escola, são conhecidos pelos componentes da associação dos estudantes, esses, por sua vez, vão ter com os coordenadores de turno, que vão dar a conhecer à direção da escola. Tem boas relações” (excerto da entrevista P4).</p>	<p>“Relação de trabalho. É inevitável. Uma complementa a outra.</p> <p>Acho muito bom. É mais um instrumento para o funcionamento, para a gestão desta instituição” (excerto da entrevista D).</p>

	<p>sempre eles andarem junto, passarem turma por turma, a comunicarem uma certa atividade, estão sempre juntos” (excerto da entrevista A28).</p> <p>“Mais com os coordenadores dos turnos” (excerto da entrevista A33).</p> <p>“Até onde eu saiba, pelo que eu tenho visto, eles têm uma boa relação. Não vejo nada de maus, nunca vi nenhum desentendimento. Nunca ouvi ninguém dizer que o fulano tal da associação dos estudantes, sei lá, tem uma desavença com o professor fulano ou o senhor Y” (excerto da entrevista A43).</p> <p>“Sinceramente, essa relação é do meu total desconhecimento. Talvez eles, a direção da associação e a direção da escola tenham uma relação saudável. Só que isso ao nosso parecer, não está bem aclarado” (excerto da entrevista A45).</p> <p>“Acho que relação boa existe, mas na sua totalidade não. Porque, se houvesse uma boa relação, não havia o problema de um ter um mandato de 3 anos e ser, no momento decorrente do seu mandato, substituído. Se houvesse uma boa relação, não haveria essa discrepância, este</p>	<p>“Há boas relações porque a ação administrativa do conselho da igreja, da escola aliás então tem levado sempre informações da parte da associação e a associação também quando tem problemas recorre já logo à ação administrativa da escola” (excerto da entrevista P7).</p> <p>“Creio que existe uma boa relação, uma vez que estão sempre interligados. Quando há uma atividade programada pelas instâncias superiores da instituição, estão sendo sempre chamados a própria associação e eles participam ativamente” (excerto da entrevista P8).</p> <p>“Tem uma boa relação porque as vezes que fazem uma atividade e todas as vezes que ele são orientados pela direção da escola, não discrepância entre eles. A relação existe, acho que é uma relação saudável” (excerto da entrevista P9).</p> <p>“A nossa escola tem uma ligação muito, acredito, muito forte, se assim posso dizer. Porque nalgumas... quer dizer, o presidente da associação faz parte do corpo diretivo da escola. Isso que é</p>	
--	---	---	--

	<p>impasse durante o percurso do mandato” (excerto da entrevista A44).</p> <p>Acredito que possuem uma relação eficaz porque o AX1 tem andado a par e passo com o professor Alfa, que é o chefe da área das atividades extraescolares aqui desta instituição...acredito eu” (excerto da entrevista AX50).</p>	<p>muito bom” (excerto da entrevista P10).</p>	
<p><b>Relação, estudantes da associação de estudantes/professores</b></p>	<p>“Isso que a colega disse. Além de eles desempenharam as suas funções na associação dos estudantes, eles também são estudantes, tal como nós. Em salas de aulas, somos iguais. Penso que que a relação dos professores com os elementos da associação dos estudantes, não difere muito da nossa” (excerto da entrevista A45).</p> <p>“A relação em sido boa. Temos visto sempre eles andarem junto, passarem turma por turma, a comunicarem uma certa atividade, estão sempre juntos” (excerto da entrevista A28).</p>	<p>“Eu penso que é regular porque quando se fala de estudantes do outro lado está o professor e não podia ser diferente” (excerto da entrevista P2).</p> <p>“Acho que a relação está ótima” (excerto da entrevista P3).</p> <p>“Eu acho que positiva...As relações entre os estudantes da associação dos estudantes e os professores têm sido boas relações porque esses estudantes que pertencem à associação dos estudantes é que levam as dificuldades para serem solucionadas. - Tem sido boa” (excerto da entrevista P4).</p> <p>“Eu tenho visto, tenho notado, que têm tido uma boa relação.</p>	<p>“Acho importante porque a associação trabalha, fundamentalmente, com os estudantes e quem está com os estudantes, diretamente ligado, é o professor. Então, para que a associação necessite que os alunos vão a uma determinada atividade, deve-se também se ver o tempo do professor... É muito importante” (excerto da entrevista D).</p>

		<p>- Tem sido boa. Tenho notado quando eles vão à sala para um anúncio, os estudantes correspondem bem” (excerto da entrevista P5).</p> <p>“A associação e os professores sim. Têm uma boa relação.</p> <p>- Eu acho que eles têm uma relação boa” (excerto da entrevista P6)</p> <p>“No passado tivemos umas pequenas... Alguns dirigentes da associação, às vezes não consultavam o conselho de direção da escola mas acharam que eles não são uma associação à parte, é um órgão controlador também da escola. Agora já não fazem coisas à parte” (excerto da entrevista P7).</p> <p>“Para mim a relação é boa, porque, como eu já disse, tem alguns professores, independentemente de serem professores, eles também se embarcam na... se incorporam naquele leque dos membros da associação.</p> <p>- A relação entre os estudantes também é boa” (excerto da entrevista P10).</p>	
<p><b>Interferência no plano de atividades da AE</b></p>	<p>“Interfere quando não há uma programação clara e que também a direção achar conveniente, então há uma certa interferência. Visto que, quando há um</p>	<p>“A associação tem o seu plano de atividades, eles remetem uma via do plano de atividades o gabinete do diretor, não para ser corrigido, mas para a</p>	<p>“A direção, a direção da associação. Sim, temos participado. Porque antes de executar qualquer atividade, dão-nos a conhecer, dão-nos o ponto de</p>

	<p>programa da associação dos estudantes, passa sempre pela direção da escola, quando aprova-se, muito bem, quando não se aprova, interfere” (excerto da entrevista A44).</p> <p>“É como dizem...os mais velhos aprendem com a crianças e as crianças aprendem com os mais velhos, só que as crianças têm mais a aprender com os mais velhos. Então, na direção da escola, tem mais velhos que na direção da associação dos estudantes, são muito jovens” (excerto da entrevista A45).</p> <p>“Sim, a gestão da escola interfere nos planos de atividades da associação dos estudantes. Na primeira semana de abril, estava para ser realizado o batismo dos estudantes de cada escola, mas a escola tinha uma outra atividade. Vinha a visita do partido em poder e aquela mesma visita escolheu a nossa instituição para dar uma pequena palestra com o professores e os estudantes. E isso atrapalhou a atividade já programada pela associação dos estudantes. Foi transferido o batismo dos caloiros para a segunda semana de abril” (excerto da entrevista A19).</p>	<p>direção da escola tomar conhecimento das atividades que a associação, possivelmente, venha a realizar.</p> <p>- Quem? O supervisor? Sim...De alguma forma, direta ou indireta, nós participamos, ajudando com ideias, ideias no âmbito social, tanto interno como externo. Ajudamos a criar metas para a realização de algumas atividades” (excerto da entrevista PA).</p>	<p>vista, dão o nosso parecer....Assim se realiza a atividade...Sempre na disponibilidade do diretor, há sempre um elemento da direção da escola que participa nestas atividades” (excerto da entrevista D).</p>
--	--	---	--

<p><b>Aprovação das atividades</b></p>	<p>“Além do que o colega acabou de dizer, por mais que você tenha orelhas grandes, nunca vão ultrapassar o tamanho da cabeça. Os membros da associação dos estudantes pensam e traçar algo, terão sempre de consultar os órgãos maiores da instituição” (excerto da entrevista A46).</p> <p>“Sim... Visto que a escola é a nossa segunda casa e numa casa o pai é sempre que manda. Então. Antes se o filho tiver de fazer algo, tem de pedir sempre autorização no seu pai. Nesse caso, esse é o exemplo que eu dou entre a escola e a associação dos estudantes. Para poder fazer uma atividade, tem que mandar um documento para que a direção da escola aprove essa atividade, para ver se vai ser realizada ou não” (excerto da entrevista A18).</p> <p>“Dependendo de que atividades vai se realizar. Às vezes, a direção nega, diretamente, pode dar conselhos” (A28).</p> <p>“Sim, tem de aprovar (excerto da entrevista A29).</p> <p>“Por norma, tinha que ser. Eles podem elaborar o plano, o seu todo, mas depois é a própria direção da escola a fazer uma</p>	<p>“Sim, têm de aprovar porque não se pode fazer nada sem o conhecimento dos órgãos de gestão até porque existem regras e regulamento, então todas as atividades que a associação realiza ou planifica têm que ser com o consentimento dos órgãos de gestão” (excerto da entrevista P1).</p> <p>“Devem sim. Os órgãos de gestão da própria instituição também têm que aprovar. Sim, o diretor da escola (não percebi) da direção, vamos assim dizer, da instituição” (excerto da entrevista P2).</p> <p>“Sim. É aprovado mesmo. Eles fazem os pedidos deles, de qualquer atividade que querem fazer e chega no subdiretor pedagógico e o subdiretor pedagógico envia ao diretor da escola e o diretor da escola orienta o que é que tem que ser feito” (excerto da entrevista P3).</p> <p>“Eu tenho visto, tenho notado, que têm tido uma boa relação encontro da direção da escola, acho que eles tem de aprovar. Dependentemente do que eles planificaram” (excerto da entrevista P5).</p> <p>“Têm aprovado sim. Isto tem criado um</p>	<p>“Sim, tendo em conta o nosso calendário escolar, tendo em conta as atividades da escola, por vezes, não encontramos um enquadramento para a atividade...A gente gosta sempre ajustar” (excerto da entrevista D).</p>
--	--	---	---



	<p>análise daquele programa, há coisas que se adiaram, não é para aquele momento, há coisas que não serve. A própria direção, por sua vez, vai dizer o que pode e o que não pode” (excerto da entrevista A28).</p> <p>“Associação dos estudantes criar uma atividade, eles têm que solicitar ao órgão máximo da instituição para debater, com base essas atividades que vai ser realizado” (xcerto da entrevista A30).</p> <p>“Sim, têm de aprovar. Caso não sejam aprovadas, então, não serão cumpridas” (xcerto da entrevista AX50).</p>	<p>ambiente salutar na escola” (excerto da entrevista P7).</p> <p>“Quando boas, sim. E eu acho que vão realizando atividades tanto benéficas para a própria instituição, como para os próprios estudantes” (excerto da entrevista P8).</p> <p>“Claro que sim. Eles elaboram o programa de atividades e dão entrada aos órgãos de tutela, ou seja, ao gestor máximo da instituição para depois aprovar” (excerto da entrevista P11)</p> <p>“Sim, tendo em conta o nosso calendário escolar, tendo em conta as atividades da escola, por vezes, não encontramos um enquadramento para a atividade...A gente gosta sempre ajustar” (excerto da entrevista PA).</p>	
--	--	---	--

**Fonte:** Elaboração própria

Concluindo, verificamos que, tanto professores, alunos e o Diretor são da opinião de que a relação entre alunos e os órgãos de gestão da escola é de inteira comunhão, isto é, possuem uma relação saudável, de amizade, de companheirismo e cumplicidade. Mas um aspeto que ressalta tanto no discurso apresentado pelos professores como pelos alunos, é que essa relação “tem de ser” como se fosse uma obrigação ou dever e não algo exercido de mera e espontânea vontade, pelo facto de existir por um lado os órgãos de direção e por outro lado, os alunos.

Para o que acontece com os professores e alunos associados e não só, constatamos que alunos e professores são da ideia de que a relação entre ambos é boa, embora com um ou outro caso fora do normal, mas de uma forma geral é boa.

Quanto a interferência dos órgãos de gestão naquilo que são os planos da associação de estudantes, é visto tanto para os alunos, professores e até mesmo pelo diretor como um dever a que a escola tem para com a associação de estudantes, embora alguns dos alunos apresentem o discurso não com muita satisfação, mas são unânimes em afirmar que os órgãos de gestão interferem naquilo que são as atividades programadas pela associação. Verifica-se, deste modo, que esta situação é bastante constrangedora, por se tratar de uma associação de estudantes e os órgãos de gestão pertencentes à escola, em que cada um tem a sua missão específica a desempenhar.

Essa interferência a qual a associação está sujeita a enfrentar, pode servir de impedimento naquilo que a associação deseja efetivar, como órgão que apresenta como missão fundamental a defesa dos alunos e não só, diante do que são seus direitos e deveres como estudantes.

Relativamente à aprovação e reprovação das atividades programadas pela associação de estudantes (AE), pelos órgãos de gestão da escola, constatamos que tanto alunos, professores e o diretor, são da opinião que é um dever como já afirmaram anteriormente junto à questão da interferência.

O desconhecimento apresentado pelos alunos ao afirmarem que “a escola é a nossa segunda casa e numa casa o pai é sempre que manda” de acordo os dados da entrevista, verifica-se a falta de consciência no que deve ser a missão que a associação como órgão representante dos alunos está destinada a cumprir

#### **4.8. Tensões e Lógica Burocrática, Política e da Ambiguidade com a realidade empírica**

Constata-se que as lógicas burocrática, política e ambiguidade fazem um cruzamento direto com as entrevistas efetuadas, tanto para os alunos, professores e o Diretor da escola. Desta feita, começando pela lógica burocrática dentro do que diz respeito ao agente regulador, verifica-se que diante do que é a Associação de Estudantes (AE) e o que podemos observar, julga-se estar perante uma associação que possui uma linhagem de dependência em termos hierárquicos, pelos sucessivos processos a que a mesma está sujeita a submeter-se diante dos órgãos de gestão para almejar os objetivos preconizados.

Os dados da investigação aportam para a prevalência da lógica Burocrática, sendo o agente regulador, ator(res), adulto responsável, com a missão de transmitir normas, padrões morais e culturais da sociedade e do Estado, bem como avaliar e deter o poder, é fundamental que este, não só prime por manter em ordem tais aspectos, mas também, crie oportunidades de descentralização e autonomia de certos fatores considerados essenciais para o progresso social, fundamentalmente em determinadas áreas tidas como “chaves” a nível da sociedade, como é o caso da Educação.

O Agente Regulador nesta investigação centra-se no Estado e na escola ao ser considerado transmissor dos padrões morais e culturais da sociedade, deve primar principalmente em pautar pela justiça e transparência naquilo que são as suas atuações diante da sociedade. Pois, só deste modo se concretizarão os objetivos desejados por qualquer que seja a organização a nível social.

Consideramos urgente o estabelecimento de regulamentos e estatutos que possam conduzir as Associações de Estudantes em Angola, para que assim todas caminhem na base de um rumo da gestão democrática, permitindo deste modo que cada instituição ao elaborar seu estatuto tenha em consideração os regulamentos estabelecidos a nível Central. Estas formalidades a que as associações estão sujeitas, concebe-lhes a possibilidade de caminhar na base de um rumo para a identificação do que realmente são as AE angolanas.

Na nossa investigação, está presente a lógica burocrática, onde o papel do Estado é fundamental no que diz respeito ao estabelecimento de leis, mantendo um compromisso obrigatório com aqueles que deles dependem, adequar o ritmo dos processos educativos, determinar ações, supervisionar, afixar normas, leis, avaliar periodicamente e intervir caso for necessário. Neste sentido, cumpre ao Estado legislar e regulamentar as AE, especificando mais a parte legislativa sobre o associativismo estudantil. A Lei que enquadra as associações é a Lei nº14/91, de 11 de Maio que está presente no Código Civil Angolano

#### 4.8.1. Papel da Escola

O papel da escola também assenta na lógica burocrática, e é de extrema importância, atendendo que ela é considerada como um espaço de educação, local obrigatório e comunitário, de serviço público, organização educativa, local de produção de ações e relações, onde os poderes pedagógicos e administrativos são exercidos, bem como a prestação de contas às autoridades administrativas locais.

É, neste âmbito, que vemos regulamentos, estatutos, de modo a orientar os trabalhadores e alunos da escola. Mas é fundamental que diante desta vivência se descarte a imposição como fator determinante para o cumprimento do que está estabelecido, como nos faz referência L. Lima (2014:1069) diante da realidade Portuguesa:

“Em muitas escolas portuguesas, a imposição das práticas de gestão democrática por parte das periferias escolares perante os governos centrais – no contexto de uma administração do sistema escolar que nunca foi formalmente descentralizada, durante o período revolucionário e, ainda, perante a ausência de um projeto de transferência de certos poderes para as escolas, pois o ministério da educação a sua estrutura e ação centralistas -, constituíram práticas de autogoverno, definitivamente a margem da lei”.

Em Angola, o Ministério da Educação é marcado por uma estrutura de governo centralista, pautando em primeira instância em “determinar ordens” para o cumprimento de todas as instituições escolares que dela dependem. E a AE, fazendo parte da escola, não está isenta no cumprimento das ordens que dali surgirem. Mas é preciso que nas escolas se dê o direito à educação, bem como a democratização das suas estruturas, dos processos de decisão, das relações de poder e o direito do *exercício da cidadania democrática e participativa*, de modo a conceder-lhes mais autonomia, conduzindo-as ao *autogoverno* (Lima 2014:1070).

Também encontramos indicadores para a lógica da ambiguidade, o papel da AE é considerado de *anarquia organizada*, pois o seu modo de atuação não confere regras, nem segue os processos de sequência lógica “do tipo da casualidade linear: *problema-objetivos-estratégias-negociação-decisão*” a que J. Costa, (1996:94) faz referência diante do modo de tomada de decisão no modelo de ambiguidade.

A comunidade educativa na lógica burocrática, apresenta o seu papel diante do cumprimento das normas estabelecidas pelo grupo, criando e incentivando iniciativas próprias e coletivas,

características estas que são consideradas fundamentais a escola. No organograma da escola existe a associação de estudantes e a comissão de pais representando a comunidade.

Diante da lógica da ambiguidade, o papel da comunidade é, considerado de *participação fluída*, em que o seu modo de atuação permite a existência da congregação dos indivíduos. A participação nem sempre acontece de modo contínuo na escola.

A comunidade ao apresentar esta característica, mostra-se estar em condições de trabalhar para o benefício e crescimento da mesma. De outra forma, estaria a pôr em causa os seus reais objetivos. Mas afirmamos que o fundamental desta lógica na comunidade educativa é o primar por fazer transparecer as informações sem restrições e que sejam do conhecimento de todos, para que de certa forma participem de maneira ativa no processo, descartando a possibilidade da existência de hierarquias para a passagem de informações e atuação nos diferentes assuntos vividos.

Para a lógica burocrática, o papel do aluno é, simplesmente de dependência e subordinação diante do mundo adulto, isto é, esta situação é visível no contexto da associação, a qual está subordinada às decisões dos órgãos de gestão.

Atendendo a estas características, julgamos ser o papel do aluno diante desta lógica meramente passivo, o facto de ter total dependência, e subordinação face à direção da escola, pois tudo em sua vida escolar é traçado por quem o dirige, como verificamos na AE em estudo, diante das entrevistas efetuadas quando afirmam que *os órgãos de gestão da escola é que são donos da escola*. Este modo de atuação a que os alunos estão sujeitos faz com que venham a ser dominados por aqueles que de certa forma consideram-se como seus responsáveis na instituição escolar.

Estes aspectos aqui mencionados, remetem-nos na análise de como funciona o *modelo burocrático* no interior das escolas, visto que este apresenta a formalidade como sendo o fator determinante para a resolução dos problemas, passando por pautar pela ideia de que o cargo não seja propriedade de ninguém e que o funcionário deve única e simplesmente tê-lo como a principal ocupação. Weber assim concebe para que não se possam confundir as atividades diante do que se almeja.

O aluno, diante desta lógica que o situa cada vez mais distante do progresso, deve procurar mecanismos que de certa forma o encaminharão para um avanço em torno do que ele como pessoa, possa construir a sua própria identidade, sem que se submeta a tempo integral às aspirações dos que diretamente ele depende como aluno.

Diante do que são os dados das entrevistas, verificamos que o papel do aluno não lhe permite envolver-se nas características da lógica política, por se tratar de alunos obedientes às aspirações e desejos dos órgãos de gestão da escola em causa. Visto que é a mesma infere, altera, aprova e reprova os planos traçados pela AE. Todavia, também encontramos alunos que resistem às atividades da AE.

A necessidade de se construir alunos com capacidade crítica, construtor do seu projeto identitário e agente participativo ativo na AE, torna-se cada vez mais urgente, atendendo o tempo da sua existência como associação e o modo que ela vem funcionando até aos dias de hoje.

Atendendo à lógica burocrática, o papel da AE é, de representação dos estudantes, de intervenção passiva no processo e de formalidade do processo decisório.

Ao caracterizar-se como representante dos estudantes, a AE mostra-se estar no caminho certo no que diz respeito a sua atividade como órgão que está na instituição para defender os interesses dos estudantes como os mesmos estudantes afirmaram durante a nossa entrevista. Os estudantes ao participar e intervir passivamente os posiciona numa condição de “intimidados” diante do que por direito defenderiam com base em seus estatutos e regulamentos. Mas a ausência destes importantes documentos, permite que na AE “tudo possa acontecer” ao ponto de impossibilitar serem os mesmo alunos a tomar conta de todas as atividades que dizem respeito somente a AE.

Mas já quando se trata de formalidade no processo decisório, segundo a nossa observação e segundo os dados das entrevistas, afirmamos que esta é da competência dos órgãos de gestão da escola, por ser de sua responsabilidade a aprovação ou reprovação do plano de atividades à realizar na AE. Esta formalidade a qual nos referimos, permite em muitos casos a inibição dos membros associativos em se abrirem, como podemos observar diante dos dados das entrevistas que obtivemos por intermédio dos alunos da AE quando diante da questão se a escola tem um estatuto ou não, afirmavam que “tem um estatuto. Sim, a associação. O estatuto é elaborado pela mesma associação juntamente com o coordenador das atividades intra e extraescolares da mesma instituição, o professor Alfa”(excerto da entrevista A1). Diante destes aspetos é fundamental que se conceda maior autonomia aos estudantes, para que se façam cumprir os seus anseios.

Também encontramos a lógica da ambiguidade. O papel da AE nem sempre é claro no relacionamento com os indivíduos envolvidos.

Estas características marcam indelevelmente a associação de estudantes (AE), visto que em muitos casos, as decisões e o seu modo de atuação são, exercidas na base da ausência de estatutos. O facto de se destituir o presidente cessante do seu cargo por parte dos órgãos de gestão, sem que houvesse um documento prévio o qual se podiam basear para que assim o fizessem, é prova evidente de que tais ações decorram sem que exista *algo* formal para a sua atuação. Mas também ressalta um aspeto positivo por se primar por um bom relacionamento entre os indivíduos associados, pois só à base de um bom relacionamento é possível conquistar maior espaço e o envolvimento de todos no que diz respeito às suas atividades.

## Conclusão

Concluída a investigação, o percurso percorrido, afirmamos que chegou o momento de focar os principais conhecimentos adquiridos e as conclusões propostas relativamente aos objetivos previamente estabelecidos.

O facto de ser professora da escola *Ondjuo Yeto* há mais de dez anos e conviver diariamente com o coletivo de professores, alunos e funcionários no geral, fizeram com que nos motivássemos cada vez mais em aprofundar o nosso conhecimento pela área da educação, concretamente pelo associativismo estudantil em Angola e, deste modo, permitisse que a realização deste estudo contribuisse ainda mais para o desenvolvimento de nossas competências neste domínio.

Podemos assim considerar, que os conhecimentos adquiridos despertaram significativamente o nosso interesse pelo associativismo estudantil em Angola e fundamentalmente na escola em questão, proporcionando-nos uma visão fundamentada sobre esta matéria, permitindo uma evolução no âmbito pessoal, intelectual, social e também profissional.

Como tudo, existiram alguns momentos complexos ao longo do percurso, no que diz respeito ao tempo útil fundamentalmente para as entrevistas em grupos dos alunos, aquisição de bibliografias Angolanas que referissem em torno do tema em questão.

Ainda assim salientamos que sobre estes constrangimentos prevaleceu a riqueza da informação conseguida, principalmente pelas entrevistas realizadas, pela interação e troca de experiências com os entrevistados e pelo entusiasmo demonstrado por todos em participar.

A investigação realizada, a nível institucional serviu para clarificar a identidade da Associação de Estudantes que dirige, o modo de realização de suas atividades, seu modelo de gestão e atuação. Mas também afirmamos que estudando a associação de estudantes (AE) à luz dos modelos organizacionais (burocráticos, político e da ambiguidade) permitiu-nos construir e analisar o modo de funcionamento da AE da escola em estudo, dotou-nos de capacidades para a perceção de como deverá funcionar uma AE, atendendo o seu carácter autónomo ante os órgãos de gestão da escola.

Permitiu-nos conhecer a fundo o modo de funcionamento da AE da escola *Ondjuo Yeto*, os aspetos considerados inadequados para o exercício das suas atividades. Aproximou-nos mais dos estudantes e dos professores, de modo que diante das entrevistas, conseguimos verificar o seu desconhecimento diante de vários aspetos abordados, o seu estado de ânimo, as suas aspirações e anseios. Nesta perspetiva, somos da opinião de que este estudo será válido não só para a AE da escola em questão e a própria escola, mas para outras associações de estudantes angolanas, atendendo que, como já afirmamos anteriormente, pouco ou quase nada se estudou em torno do associativismo



estudantil em Angola. Por verificarmos durante o nosso estudo algumas práticas consideradas inadequadas para o funcionamento da AE, a nossa investigação ajudará a mesma a posicionar-se não como uma AE guiada somente na base de princípios burocráticos e ambíguos, mas como uma associação pautada em primar pela democracia e participação para que todos os intervenientes no processo sintam-se cada vez mais envolvidos nos seus trabalhos, conquistando autonomia e poderes em tomar suas próprias decisões, mas atuando não distante dos programas e regulamentos escolares. Todavia, devem encontrar autonomia em traçar seus próprios planos, construindo uma gestão democrática mesmo estando no interior da escola, pautando por encontrar mecanismos de como se relacionar com os órgãos de gestão da escola, de modo a não serem influenciados a “cumprir” somente o que já foi estabelecido, nem depender da *boa vontade* dos órgãos máximos da escola.

A necessidade de serem cada vez mais autônomos, os permitirá desfazer-se dos poderes *normativo e por autoridade* a que estão expostos. Mas é fundamental que se conceda à criação de mais interesses, de modo a permitir a existência de conflitos na escola, de maneira a suscitar mais desafios, preocupação, estratégias na resolução de certos assuntos.

Há necessidade de se destruir definitivamente a forma “rígida” a qual a associação de estudantes está voltada, para verem seus planos concretizados, pois a presença de um *poder invisível* acabará por corromper a democracia, permitindo a criação de estudantes submissos, com pouca capacidade de análise e contestação. Mas importa-nos até então, que a escola diante da AE defina um *regime democrático*, de modo a ajudá-los a construir regras que os possam facilitar na formação das suas decisões, de maneira a desenvolver uma *participação ativa* e abrangente. Pois, quanto mais autonomamente tomarem suas próprias decisões, estas servirão para o benefício comum dos estudantes.

A escola deve atribuir o direito à associação de estudantes de participar direta ou indiretamente na tomada de decisões.

Por outro lado, e de acordo às perguntas de partida propostas no início da nossa investigação, relativamente a questão, *de que modo a participação e o envolvimento dos alunos através da associação de estudantes promove a gestão democrática da escola Ondjuo Yeto?* afirmamos que, diante da nossa observação e segundo os dados fornecidos pelas entrevistas e tendo por base o que nos confere a *gestão democrática das escolas* a que, L. Lima (2014), faz referência, afirmamos que esta gestão a que nos referimos é pouco visível, por se tratar de uma escola que prima fundamentalmente pelo formalismo como forma de fazer cumprir suas funções. Assim, concebemos pelo facto dos alunos não serem “livres” por não existir uma comunhão de construção entre os

dirigentes e os dirigidos, mas o pouco poder de decisão naquilo que são as aspirações e decisões a que a associação de estudantes de uma ou de outra forma estão focados. A *participação informal* a que L. Lima (1992) referencia, torna-se num aspeto essencial para a análise desta atuação dos órgãos de gestão diante da AE, por se verificar a ausência de regulamentos formalmente aceites, bem como de estatutos que são característicos desta participação. Sendo assim, muitas vezes, as regras tendem a constituir orientações informais atualizadas, por vezes, com uma certa regularidade, eventualmente à margem de estatutos e de regulamentos como se deu no caso das eleições no meio do mandato.

A participação democrática dos alunos é quase invisível, como já mencionamos anteriormente, visto que as decisões são tomadas verticalmente, isto é, de cima para baixo, concretamente dos órgãos de gestão da escola para a Associação de Estudantes (AE).

O seu poder, as suas decisões e forma de participação, são assuntos que precisam ser revistos para o “crescimento” da escola e da AE de modo específico. É, nesta perspetiva, que partindo da *participação na decisão* a que L. Lima (2014) faz referência, julgamos ser invisível atendendo esta verticalidade as quais a AE se submete. Verifica-se uma participação pautada em ter acesso às informações, o direito de ser informado, de dar as propostas e sugestões, que não são suficientes para uma participação verdadeira, pois esta exige muito mais. A necessidade de serem eles a constituírem as suas próprias regras com a *coautoria* dos órgãos de gestão da escola mas não de forma a subordinarem-se às suas regras torna-se fundamental. Afirmamos também que o fator *colegialidade* que o autor refere, não se faz sentir na AE, pelo facto de não existir uma partilha no que são as aspirações da AE ante aos órgãos de gestão da escola. Já o fator *gestão democrática e eleição* ainda abordada por L. Lima (2014), consideramos ser outro aspecto que diante da AE que careça atenção, pois verifica-se bastante mistura e “confusão” de papéis para a realização das eleições na AE. O papel do professor Alfa continua a ser relevante para o efeito.

Afirmamos também que a justiça pouco se faz sentir por não ser visível diante de alguns factos que apresentamos, como exemplo a retirada do ex-presidente da AE, como apresentam os dados das entrevistas constantes no quadro número nº 17 do capítulo empírico. Desta feita, nota-se que o fator democrático está muito distante do que é a vivência na escola em questão e a *não participação* vem ganhando cada vez mais espaço no que diz respeito a atuação dos alunos diante da escola.

Já diante do fator transparência, temos a salientar, que este é outro assunto a que os alunos da AE da escola *Ondjuo Yeto* não vivem, onde destacamos as eleições no meado do mandato constantes também no quadro nº17 por se tratar de eleições com um número reduzido de alunos

(delegados e subdelegados) e, guiadas por professores com um esquema de orientações criadas no momento, sem a consulta de um estatuto, visto que este não existiu até ao momento do nosso estudo.

Para termos principalmente ideia se as eleições foram justas ou não e se há ou não democracia, é fundamental que sejam os próprios alunos, membros ativos e participativos de todo o processo que somente a eles diz respeito como é o caso das eleições e de outras atividades para que se possam evitar inconvenientes na direção do processo.

Com o exposto, não podemos afirmar que a gestão democrática esteja desenvolvida na escola por intermédio da *participação* e o *envolvimento* dos alunos através da associação de estudantes, pois essa participação de forma “presencial” pode existir por se tratar da participação do presidente da AE no Conselho de Direção da Escola, mas, por outro lado, se as suas propostas de atividades não são executadas, sem que sejam aprovadas ou reprovadas pelos mesmos órgãos de gestão, a participação assenta por se fazer presente. A razão de muitas vezes se dar a *participação passiva* por parte dos alunos, reside no facto de que nem sempre são convocados a fazerem parte de forma generalizada nos processos decisivos da AE, atendendo que a ideia de estar associado à associação. De igual modo, junta-se ao facto de esta ter como objetivo reunir os alunos em torno de interesses, projetos e objetivos comuns, a necessidade de encontrar correspondência para as práticas de suas ações por parte dos órgãos de gestão da escola. É notório este critério de envolvimento de *participação passiva* a que L. Lima (1992) faz referência, pois os alunos, diante da atuação da AE, apresentam atitudes de comportamentos de desinteresse e alheamento, mostrando perante as suas atuações de participação atitudes e empenhamento variáveis, como comprovamos no nosso estudo.

O *absentismo* também é característico deste tipo de participação na AE, com exceção das atividades de caráter obrigatório, como os dados das entrevistas conferem. Dá-se este *absentismo* por se tratar de modo geral da falta de comparência a certas atividades, como nos confere o quadro nº 19, a resistência em participar a alguns atos sociais, o desconhecimento da regulamentação em vigor na AE. Em termos gerais podemos assim conceber que neste modo de *participação passiva*, a que Lima (1992) sustenta, que o envolvimento em certas atividades é mínimo, ou mesmo, podemos considerar inexistente bem como a possibilidade de influenciar as decisões tomadas pelos órgãos de gestão da escola. Deste modo, associar este comportamento de não comparência nas atividades programadas pela AE a desinteresse pela escola, representa também aqui uma visão muito simplista que reduz a escola simplesmente a AE, enquanto esta é muito mais abrangente, por envolver uma complexidade de relacionamentos de indivíduos com esta organização educativa. É, nesta senda, que também podemos

interpretar estes dados como uma forma de “*capricho*”, a que V. Sá, (2004) faz referência como forma de posicionar alguns alunos que não sentem vontade de participar das atividades da AE. Mas também se dá o caso da *não participação* a que o autor faz referência, pela falta de interesse que já mencionamos anteriormente ou pela falta de motivação por parte dos alunos.

Mas também na escola, dá-se a *não participação passiva* (Sá, 2004) por existir alunos com vontade de participar e manter o envolvimento mais ativo nas atividades e se candidatarem à presidência da AE, mas não o fazem por várias razões alegadas como a falta de tempo, a exigência e responsabilidade, de cargo facto este que os torna distantes de tal participação.

A *não participação ativa* (Sá, 2004) é, outro tipo de participação que parece caracterizar os alunos na AE por se tratar de alunos que, em muitos casos, recusam ofertas de participação que lhes são apresentadas por acharem pouco relevantes e não refletirem os seus interesses.

Por outro lado, o fator autonomia está muito distante do que é realmente a participação democrática, já que esta prima fundamentalmente na participação das decisões. Consideramos que seria imprescindível que se concebesse na AE uma participação verdadeira que exigisse muito mais do que o acesso às informações, bem como o direito a ser informado, das propostas e sugestões. Atendendo que a gestão democrática não se limita somente ao cumprimento das regras estabelecidas, mas sim em conceber suas próprias regras, primando pela autonomia, podendo mesmo a concluir que as decisões da AE são definidas externamente visto que esta não tem o poder de conceber suas próprias regras.

Assim, concluímos que os alunos por não participarem verdadeiramente no poder de decisão, tornam-se vedados do poder de decidir democraticamente nos processos de tomadas de decisões, enfraquecendo uma gestão democrática na escola por intermédio da AE. Desta feita, concebe-se a ideia de que a AE assemelha-se a uma prática associativa virada para prestar serviços às atividades da escola e muito pouco para uma associação virada à intervenção estudantil.

Tendo em conta a questão, *Quais os poderes, estratégias e lógicas de ação, que são mobilizadas na relação entre a associação de estudantes(AE) e os órgãos de direção e gestão da Escola Ondjuo Yeto?*, constatamos que o professor Alfa é tido como “peça” fundamental na AE, que sem a sua intervenção tudo é estagnado na AE assim como os outros membros pertencentes aos órgãos de gestão da escola, fundamentalmente o Diretor, exercem poder de decisão na AE, pois têm também de dar o seu parecer diante da tomada de qualquer decisão na AE. É desta, que também

podemos considerar que diante desta questão, e de acordo os dados das entrevistas, podemos afirmar, que os poderes estão concentrados nos órgãos de gestão da escola, representados pelo professor Alfa, sendo representado pelos estudantes como o supervisor, o conselheiro da AE em que todas as atividades programadas ou a programar não são concebidas sem a sua presença, como podemos verificar no quadro nº19 quando se abordou o tema da elaboração de estatuto.

Contudo, referimos que o poder é centralizado no professor Alfa, pois sem ele, nada pode avançar. As suas ideias são determinantes por ser conselheiro, como é designado pelos estudantes. Mas os alunos não se apercebendo de que esta não é a forma de se trabalhar numa associação de estudantes, entendem esta situação como sendo normal. Mas quando as suas atividades são vedadas, como nos esclarece o presidente da associação, através das conversas informais, sentem-se desanimados, pois julgam também que apresentam iniciativas boas para o desenvolvimento da AE.

O *poder informal* a que A. Afonso (1991) faz referência, por se tratar dos professores não serem donos do poder absoluto e atribuir importância também ao aluno, permite entender a necessidade de conceber algum poder aos alunos na escola em questão por serem eles os mentores do processo na AE. A participação do professor Alfa nas atividades executadas pela AE, mesmo sem fazer parte da estrutura que compõe a mesma, é inadequada, no contexto do associativismo.

O *poder por influência* que G. Morgan (2006) destaca também, é característico da atuação do professor Alfa diante da AE, atendendo que este tem poder sobre os alunos que por ser professor e coordenador das atividades extraescolares, pode os influenciar e conseguir o *quê, quando e como*. A este tipo de influência a que os membros da AE estão expostos, possibilita ao professor a utilizar um poder como forma de *controlo*.

Na AE também reina o *poder normativo* (Formosinho, 1980) por se constatar que a posição do professor Alfa faz apelo constante aos valores, normas e ideais da escola, que se impõem aos da AE, e fazendo uso da existência de valores próprios por parte da AE. O *poder por autoridade* (Formosinho, 1980) do professor Alfa diante da instituição tem sido determinante para a sua efetivação junto da AE.

Por outro lado, destacamos que o grupo é determinante na afirmação do poder. Atendendo a individualidade do professor Alfa diante da AE, é perceptível que esta conceção de “peça” fundamental só é concebida pela falta de socialização de consciência crítica que os alunos estão virados.

É assim, que diante das estratégias a serem mobilizadas na relação entre a associação de estudantes e os órgãos de gestão da Escola *Ondjuo Yeto*, destacamos as constantes burocracias as

quais os documentos da AE passam para serem aprovados ou reprovados. Tudo é feito em circuito de rotatividade (Associação de estudantes- professor Alfa- Diretor- Associação de estudantes) como nos confere o quadro nº20 do capítulo empírico. Os planos de atividades ou qualquer outro documento são elaborados pelo coletivo dos dirigentes da AE e o professor Alfa, seguidamente vai para os órgãos de gestão da escola e depois volta novamente para a associação de estudantes e só assim é executado ou não, dependentemente da resposta obtida. Este circuito que a AE está submetida, remete-os cada vez mais para uma situação que depende da *boa vontade* dos órgãos de gestão em lhes conceber autorização ou não para a realização de suas atividades. A necessidade da autonomia nesta AE, torna-se num fator de carácter urgente, atendendo às constantes insatisfações apresentadas pelos mesmos estudantes ao sentirem em muitos casos a interferência dos órgãos máximos da escola.

É desta, que diante dos dados das entrevistas aos alunos, ao professor Alfa e ao Diretor da Escola afirmam existir interferência nas decisões tomadas pela AE como constatamos no quadro nº 20 do capítulo empírico. O facto do professor Alfa afirmar que “ajuda a criar metas para a realização de algumas atividades” e o Diretor afirmar que “antes de executarem qualquer atividade têm de dar a conhecer”, mostra um autêntico controlo e a falta de autonomia à qual a AE está sujeita a passar, por se fazer uma vigilância que ninguém “saia do controlo” daquilo que são os anseios dada organização .

Relativamente às lógicas de ação que são mobilizadas na relação entre a associação de estudantes e os órgãos de direção e gestão da Escola *Ondjuo Yeto*, constatamos a imposição como outro fator relevante a ter em consideração diante desta situação.

Querendo ou não, os alunos são “obrigados” a participar das atividades programadas pela escola por intermédio da AE, caso contrário são sancionados como nos apresenta no quadro nº19 em que os alunos afirmam participar apenas das atividades de carácter obrigatório e quem assim não o fizer terá como recompensa uma falta que contará como se fosse a falta de *não participação* às aulas.

A imposição também se verifica pelo facto de os alunos serem obrigados a levar o seu plano de atividades aos órgãos de gestão, como nos confere também o quadro nº19 do capítulo empírico.

Na investigação, registamos a necessidade de se conceber mais autonomia aos alunos, pois quanto mais livres os alunos forem, executarão com mais perfeição as suas atividades. A imposição apenas servirá única e simplesmente para intimidá-los, obrigando-os, em muitos casos, a não manifestarem o seu descontentamento com medo de represálias e assim não se formar alunos

guiados a uma aprendizagem democrática, mas alunos submissos às ordens vindas de qualquer um, quer sejam certas ou erradas.

Referimos também, que a necessidade de se conceber uma educação como *prática da liberdade* a que Paulo Freire (s/d) referencia, vem a ser um assunto a ter em consideração para que os estudantes não se sintam *oprimidos* diante de seus *opressores*, pois quanto mais livres forem, maior é a capacidade de reflexão e atuação.

Atendendo que as lógicas de ação primam fundamentalmente em depender das atividades a serem *efetuadas* ou a *efetuar* como conferem (C. Gomes, & L. Lima, 1998), julgamos que, para esta temática, faremos menção à lógica burocrática que é uma das categorias concebidas à luz das considerações teóricas desenvolvidas no modelo burocrático a que a AE se identifica. Desta feita, por esta lógica, referir aspetos como o agente regulador, o papel do Estado, o papel da comunidade educativa, o papel da Escola, o papel do aluno, e o papel da associação dos estudantes, também nos apresentam suas subcategorias que por intermédio das quais faremos uma análise de como estas funcionam na escola em questão. Deste modo, destacamos que o agente regulador na escola *Ondjuo Yeto* é tido como um ator regulador adulto, transmissor de padrões morais e culturais da sociedade e do Estado, alguém que cumpre formalidades, avalia, é detentor de poder e posiciona-se como um elemento indispensável para o progresso da escola e da AE.

O papel do Estado nesta lógica e o que temos constatado na escola, fundamenta-se em estabelecer leis, manter um compromisso obrigatório, de centralização, adequar o ritmo dos processos educativos, determinar ações, supervisionar, afixar normas, leis, avaliar periodicamente e intervir caso seja necessário. Pois este é encarado na escola como o órgão central, dos quais saem as normas estabelecidas e que estas devem ser cumpridas, pois são os detentores do *poder normativo*.

O papel da comunidade educativa na escola, centra-se principalmente no cumprimento das normas estabelecidas pelo grupo diretivo da escola, atendendo que esta comunidade é tida como não criadora de iniciativas próprias, coletivas e administrativas, por possuir uma participação *passiva* na tomada de decisões na escola.

O papel da Escola *Ondjuo Yeto* pauta-se, principalmente, por ser um espaço de adaptação individual, local obrigatório e comunitário, serviço público, organização educativa, local de ordem, seriedade e rigidez, local de produção de ações e relações de exercer poderes pedagógicos e

administrativos e de prestar contas às autoridades administrativas locais, isto é, o Gabinete de Educação.

O papel do aluno na escola em estudo é de dependência, subordinação, passividade diante do mundo adulto, de incapacidade de auto- direção ou autocontrole.

Já o papel da Associação de estudantes na mesma escola é de ser representante dos estudantes, de intervir passivamente no processo e de cumprir formalmente no processo decisório da atuação dos órgãos de gestão da escola.

Com o exposto, cabe-nos salientar que a lógica predominante na AE é a burocrática, mas com algumas pinceladas de *anarquia organizada* pelo facto de se observar a ausência de normas internas à AE, dar-se a *participação fluida*, pelo facto das atividades não apresentarem uma sequencialidade e continuidade única, levando assim ao reforço da hierarquização do poder e, por também se conceber uma estratégia de instrumentalização do presidente da AE, semelhante à *cooptação*, para a manutenção do poder.

Outra questão da investigação foi: *os processos de tomada de decisões dos estudantes da Associação dos estudantes (AE) resultam de alianças/negociações ou conflitos entre os diferentes atores decorrentes de uma heterogeneidade de lógicas de ação?*

Relativamente a esta questão, concluímos que, por se tratar de uma associação marcada fortemente pela socialização para a obediência, isto tem vindo a enfraquecer as suas capacidades reivindicativas e negociais face ao poder dos órgãos de gestão da escola, de modo a não resistirem para aquisição de mais autonomia, descentralização e transferência do poder. Por não se verificar diversidade de interesses, o que por sua vez evita os conflitos, afirmamos, que estes não existem na escola. Mas a necessidade de se ter gosto pelas práticas democráticas e participativas na escola deve ser um fator a ter em consideração na AE para o seu desenvolvimento. A contribuição para o reforço de uma lógica democrática é um assunto urgente, atendendo que de acordo com as conversas informais, relativamente à elaboração do estatuto que está em construção, afirmou o secretário da AE, “este está inacabado porque ainda terá de passar pelas mãos dos professores, Diretor e, conseqüentemente, pelas mãos do jurista, para poderem crescer ou retirar alguma coisa” facto que nos chamou atenção, pois de entre todos os elementos mencionados, em nenhum momento se fez referência aos estudantes.



Se são os estudantes que usufruem do estatuto, devem ser eles mesmos a concebê-lo e sem mais a intromissão de ninguém, de modo a se evitar alguma interferência positiva ou negativa. Quando assim não ocorre e os alunos de modo tranquilo conceberem a ideia como normal, como tem acontecido na AE, afirmamos que se está diante da *falta de conscientização*, no sentido de P. Freire. É nesta senda de ideias, que movemo-nos pela opinião de que se ainda a AE é caracterizada com estes aspetos, significa que não se deu uma aprendizagem democrática, por se tratar de a esta aprendizagem não estar associada a tomada de consciência da situação real vivida por eles.

Por outro lado, por se tratar de um professor com *carisma*, o professor Alfa é tido pelos alunos como um modelo a seguir, atendendo a *influência* que ele possui diante da AE como podemos observar no quadro nº 17. Este facto, permite que as suas opiniões na AE sejam tidas como relevantes e que a sua ausência deixaria um vazio profundo.

Outras perguntas que surgiram após a realização do nosso estudo, foram: *de que maneira os alunos são cooptados para servirem os interesses da instituição?*

Constatamos que a excessiva conjuntura observada entre o professor coordenador das atividades extraescolares e os membros dirigentes da AE, principalmente na pessoa do presidente da associação, mostra com evidência a existência de interesses, de modo que estes se aliem aos interesses da instituição, de maneira a não reivindicarem ou não mostrando resistência para a sua concretização. É nesta senda de ideias, que para os órgãos de gestão da escola, a AE é tida como já referimos anteriormente como um parceiro a ter em consideração diante da resolução de seus problemas. Mas precisamos sustentar que assim acontece quando os membros da associação mostram disposição para serem *cooptados*.

A AE, é tida como possuidora de mais deveres do que de poder. A necessidade da desarticulação e criação de uma AE firmada em seus próprios princípios, interesses e com mais autonomia é, urgente, pois, só assim se deixaria de viver ou existir como AE, e passaria a ser concebida como associativismo estudantil, atendo que este atribui mais abertura aos alunos e é mais construtiva, sem manipulação, pautada na participação ativa dos alunos.

A relação entre os órgãos de gestão da escola e a AE, é outra questão que carece de reflexão neste estudo. Atendendo ao que já afirmamos anteriormente, destacamos mais uma vez que a relação entre ambos é de cumplicidade, de amizade e de subordinação, motivos que possibilita maior partilha, e aceitação.

Observa-se na AE uma ausência e desorganização em termos de organização dos seus documentos escritos e arquivos, pois quando iniciamos a nossa investigação, procuramos entrar em contacto com as atas das suas reuniões, o estatuto da AE, o organograma, o plano de atividades e outros documentos e nada disso se fazia presente, ajustando uma justificação para cada documento.

Com a ausência destes documentos, os alunos várias vezes foram impedidos de decidir, nem mesmo tinham consciência de quais eram os seus direitos e deveres, nem como reivindicar diante de qualquer injustiça, pois em muitos casos não tomavam consciência que algum direito tinham, como foi o caso da expulsão do ex-presidente. Alguns documentos mantiveram-se em posse do coordenador das atividades extraescolares, professor Alfa, e os alunos achavam isto como algo normal.

O professor Alfa, mesmo não fazendo parte da AE, mantinha poder sobre ela: a) orientava as atividades, sendo que o seu parecer diante das aspirações dos estudantes era essencial. B) intitulava-se como *conselheiro* e *supervisor*, selecionado pelos órgãos de gestão da escola e que sem o seu parecer nada podia funcionar na AE, como já afirmamos anteriormente.

Atendendo à estrutura que nos foi anunciada de forma verbal e pelo que podemos observar, o presidente é considerado como a primeira pessoa na AE, mas as “ordens” partem dos órgãos de gestão representado pelo professor.

Concluimos que é urgente, em Angola, a necessidade das AE, fundamentalmente a que nos propusemos estudar, em criarem mais mecanismos de poder, de mais autonomia diante do que são os seus projetos de atuação e que a escola conceba mais espaço aos estudantes, de modo que possa formar jovens cidadãos democráticos, para saberem analisar as ocorrências e não aqueles que se limitam a seguir o que vêm, o que ouvem e o que se decide. Desta feita, a necessidade de nos currículos escolares se criar uma educação para a democracia e para a cidadania torna-se num fator essencial para o despertar, desde cedo, da consciência dos alunos.

## Referências Bibliográficas

- Afonso, A. J. (1991). *O Processo Disciplinar como Meio de Controlo Social na Sala de Aulas*. Braga: Universidade do Minho: Instituto de Educação
- Afonso, A. J. (2005). Sociologia da Educação em Portugal. Elementos para a configuração do «estado da arte». In A. Teodoro & C. A. Torres. *Educação Crítica e Utopia Perspetiva para o século XXI* (pp. 129–157). Porto: Biblioteca das Ciências Sociais.
- Almeida, P. A. & Pinto, J. M. (1990). *A investigação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Alves, J. M. (1999). *A Escola e as Lógicas de Acção. As dinâmicas políticas de uma inovação instituinte*. Lisboa: ASA Editores.
- Amado, J. & Freire, I. (2014). Estudo de caso na investigação em educação. In J. Amado (Ed.), *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (pp. 121–168). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Amado, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J. & Ferreira, S. (2014). A Entrevista na Investigação em Educação. In J. Amado (ed.) *Manual de Investigação Qualitativa e Educação* (pp.205-232). Coimbra:Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bacharach, S. B. & Mundel, B. L. (1999). Políticas organizacionais nas escolas: micro, macro e lógicas de ação. In M. J. Sarmiento. *Autonomia da escola: Políticas e Práticas* (pp. 123–156). Porto: Edições ASA.
- Ball, S. J. (1987). *La micropolítica de la escuela: Hacia una teoría de la organización escolar*. Barcelona: Temas de educación Paidós/ M.E.C.
- Barbalet, J. M. (1989). *A cidadania*. Lisboa: Editorial estampa.
- Barroso, J. (1998). *Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola*. (Cadernos de organização e gestão escolar; 1). Lisboa:Instituto de Inovação Educacional.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação.Um guia para a pesquisa em ciências sociais da educação*. Lisboa: Gradiva.

- Berg, G. V. D. & Pietersma, P. (2015). *Os Principais Modelos de Gestão: 77 Modelos que Todo Gestor Devia Conhecer*. Coimbra: Actual.
- Bernoux, P. (s/d.). *A sociologia das empresas*. Porto: Rés
- Bernoux, P. (s/d.). *A Sociologia das Organizações*. Porto: Editora RÉ.S.
- Blau, P. M. & Scott, W. R. (1977). *Organizações Formais: Uma Abordagem Comparativa*. São Paulo: Atlas.
- Blau, P. M. (1971). O Estudo Comparativo das Organizações\*. In E. Campos (Org.). *Sociologia da Burocracia* (pp. 125–153). Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Birnbaum, P. (1995). Conflitos. In R. Boudon. *Tratado de Sociologia*. (pp.225 - 257). Porto: A S A.
- Bobbio, N. (1988). *O Futuro da Democracia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Bobbio, N. (1992). *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Bolívar, A. (2003). *Como melhorar as escolas . Estratégias e dinâmicas da melhoria das práticas educativas . Potencialidades e limites das estratégias de desenvolvimento e mudança*. Porto: ASA.
- Boudon, R. (Dir.). (1995). *Tratado de sociologia*. Porto: Edições ASA.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Burns, T. & Flam, H. (s/d.). *Sistemas de aregras Sociais. teorias e aplicações*. Editora Celta.
- Bush, T. (1986). *Theories of Educational Management*. London: Harper and Row.
- Bush, T. (2003). *Theories of Educational Leadership and Management* . London: SAGE Publications.
- Campos, E. (1971). *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES.
- Carvalho, L. C., Bernardo, M. R. M.; Sousa, I. D.; Negas, M. C. (2015). *Gestão das Organizações: Uma abordagem integrada e prospetiva*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Carvalho, J. C. (2006). *Negociação*. Lisboa: Sílabos Edições.
- Carvalho M. J. (2014). *Os Poderes e a Escola*. Santo Tirso: Editores De Facto.
- Carvalho, J. E. (1999). *Metodologia do Trabalho Científico «Saber - Fazer» da investigação para dissertações e teses*. Lisboa: Escolar Editora.

- Cazalma, A. (2015). *Educação para a Cidadania Democrática em Angola Contributos para o Bem-Estar Social e Escolar*. Ramada: Edições Pedagogo, Lda.
- Chazel, F. (1995). O Conceito de Poder. In R. Boudon. *Tratado de Sociologia*. (pp.195-224). Porto: A S A.
- Cervo, A. L. & Bervian, P. A. (1983). *Metodologia científica: para o uso de estudantes universitários*. S. Paulo: McGraw- Hill
- Clegg, S. R. & Hardy, C. (1999). Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In S. R. Clegg, C. Hardy & W. R. Nord, *Handbook de Estudos Organizacionais. Modelos de Análises e Novas Questões em Estudos Organizacionais* (pp. 28–57). São Paulo. ATLAS S.A. :Editora
- Clegg, S. R. (1998). *Organizações Modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- Cohen, M. D.; March, J. G. and Olsen, J. P. (1972). A Garbage Can Model of Organizational Choice. *Administrative science quarterly*, Vol. 17,(1), pp.1-25.
- Costa, J. (1996). *Imagens Organizacionais da escola*. Lisboa: ASA.
- Costa, J. M. (2017). O Direito do Urbanismo e o Orçamento Participativo: reflexões em busca de uma solução de coesão social e de sustentabilidade financeira. In I. C. M. Fonseca (Coord.). *Democracia e Poder Local- Prémio Professor Doutor António Cândido de Oliveira* (pp. 29–52). Braga.
- Cook, T. D. & Reichardt, C. S. (1986). *Métodos Cualitativos y Cuantitativos en investigación evaluativa*. Madrid: Morata.
- Coutinho, C. P. (2018). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina
- Demo, P. (1995). *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas S.A.
- Dicionário da Língua Portuguesa. (2014). Edição revista e atualizada: departamento de dicionários. Porto editora
- Domingues, I., Torres, L., Sá, V. (1998). O Associativismo Estudantil Numa Escola Secundária: Estruturas, Práticas e Paradócos. In L. C. Lima (Dir.). *Por Favor Elejam a B O Associativismo Estudantil na escola Secundária* (pp. 113–142). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Duffy, B. (2004). Análise de dados documentais. In J. Bell. *Como realizar um projecto de investigação. Um guia para pesquisa em ciências da Educação*. (pp.101-116) Lisboa: Gradiva.
- Eisenstadt, S. N. (1971). Burocracia, Burocratização e Desburocratização\*. In E. Campos. (Org.) *Sociologia da Burocracia* (pp. 81–92). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Estêvão, C. V., Afonso, A. J. (1998). Associação de Estudantes em contexto escolar: A Construção sociológica de uma singularidade organizacional. In L. C. Lima (Dir.). *Por Favor Elejam a B. O Associativismo Estudantil na escola Secundária* (pp. 75–112). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Estêvão, C. V. (2012). *Políticas e Valores em educação: Repensar a educação e a escola pública como um direito*. Famalicão: Edições Húmus.
- Estêvão, C. A. V. (1998). *Redescobrir a escola privada portuguesa como organização na fronteira da sua complexidade organizacional*. Braga: Centro de estudos em Educação e Psicologia , Instituto de Educação e Psicologia Universidade do Minho.
- Estêvão, C. V. (2005). *Educação e Juventude: O lugar da escola nas representações juvenis*. Braga: Universidade do Minho.
- Estêvão, C. V. & Afonso, A. J. (1998). Associação de Estudantes em contexto escolar: A Construção sociológica de uma singularidade organizacional. In L. C. Lima (Dir.). *Por Favor Elejam a B. O Associativismo Estudantil na escola Secundária* (pp. 75–112). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Etzioni, A. (1974). *Análise Comparativa de Organizações Complexas: Sobre o Poder, o Engajamento e seus Correlatos*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Faria, S. (2010). *Juventude, Associativismo e participação: Um estudo das associações juvenis do Distrito do Porto*. Mestrado em estudos da criança, na área de Especialização em Associativismo e Animação sócio – cultural, Universidade do Minho, Instituto de Educação.
- Fernandes, J. (2003). *O Associativismo de Pais: No Linear da Virtualidade?* Lisboa: Ministério da Educação.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor- Projectos e Edições, Lda.

- Fonseca, A. J. D. (1998). *A Tomada de decisões na escola- A Área-Escola em Acção*. Lisboa: Texto Editora.
- Formosinho, J. (1980). *As Bases do Poder do Professor*. Coimbra: 1980
- Formosinho, J. (1986). A Regionalização do Sistema de Ensino. *Cadernos Municipais*, nº38-39, pp 63-68.
- Freire, P. (1977). A Mensagem de Paulo Freire- Teoria e Prática da Libertação. *Textos de Paulo Freire Seleccionados pelo INODEP*. Porto: Editora Nova Crítica.
- Freire, P. (s/.d.). *Educação como Prática da Liberdade*. Lisboa: Paz e Terra.
- Freire, P. (2003). *Pedagogia do Oprimido*. S. Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2012). *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. Serra da Amoreira: Edições Pedagogo
- Friedberg, E. (1993). *O poder e a Regra. Dinâmicas e acção Organizada*. Lisboa: Epistemologia e Sociedade.
- Friedberg, E. (1995). Organização. In R. Boudon (Dir.). *Tratado de Sociologia* (pp. 343- 378). Porto: ASA.
- Guerra, M. A. S. (2002). *Os Desafios da Participação. Desenvolver a Democracia na escola*. (M. P. C. Alves, Trans.). Porto: Porto Editora.
- Giddens, A. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, C. A. & Lima, L. C. (1998). Associativismo estudiantil no ensino secundário e reprodução política das organizações partidárias de juventude. In L. C. Lima (Dir.). *Por Favor Elejam a B O Associativismo Estudantil na escola Secundária* (pp. 27-71). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, C. A. (1989). *A Educação em Perspetiva Sociológica*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Gomes, C. A. & Lima, L. (1992) "As organizações Partidárias de Juventude e o Associativismo Estudantil: A Lógica da Partidarização no Quadro de um Novo Discurso e de uma Nova Estratégia", in *Revista Portuguesa de Educação*, Vol. 5 (3), pp. 49-80.

- Gouldner, A. W. (1971). Conflitos na Teoria de Weber. In E. Campos, *Sociologia da Burocracia* (pp. 59–68). Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Guterrez, G. Z. & Catani, A. M. (2001). Participação e Gestão escolar: Conceitos e Potencialidades. In N. S. C. Ferreira (org.), *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios* (pp. 59–76). S. Paulo: Cortez Editora.
- Hall, R. H. (1984). *Organizações: estruturas e processos*. (W. Ribeiro, Trans.). Rio de Janeiro: Prentice/Hall do Brasil.
- Hall, R. H. (1971). O Conceito de Burocracia. In E. Campos(Org.), *Sociologia da Burocracia* (pp. 29–47). Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Hopkins, T. K. (1971). O Conceito de Sistema de Autoridade. In E. Campos (Org.), *Sociologia da Burocracia* (2ª, pp. 75–80). Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Hora, D. L. (1994). *Gestão Democrática na Escola: Artes e Ofícios da Participação/ colectiva*. Campinas: PAPIRUS EDITORA.
- Hora, D. L. (2007). *Gestão Educacional Democrática*. S. Paulo: Editora Alínea.
- Jerónimo, P. & Vink, M (2013). Os múltiplos de cidadania e os seus direitos. In C. Lobo *Portugal e a Europa: novas cidadanias* (pp. 21–50). Lisboa: FUNDAÇÃO Francisco Manuel dos Santos.
- Kundongende, J. (2013) *Crise e Resgate dos valores Morais, Cívicos e Culturais na Sociedade Angolana. Um contributo para a inversão dos valores Éticos*. Huambo: Ministério da Educação.
- Lança, R. (2012). *Como formar equipas de elevado desempenho*. Lisboa: Editora Escolar.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2005). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lima, L. C. (1988). *Gestão das Escolas Secundárias - A Participação dos Alunos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lima, L. C. (1992). *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia.
- Lima, L. C. (1998). Introdução Entre presenças intermitentes e estruturas ausentes. In L. C. Lima (Dir.) *Por Favor Elejam a B O Associativismo Estudantil na escola Secundária* (pp. 11–71). Lisboa:



Fundação Calouste Gulbenkian.

Lima, L. C. (2000). *Organização Escolar e Democracia Radical. Paulo Freire e a Governação democrática da escola Pública*. S. Paulo: Cortez Editora.

Lima, L. C. (2002). A Democratização das organizações educativas e a participação como ingerência: Contribuições de Paulo Freire. *FORUM*, 81–94.

Lima, L. C. (2003). *A Escola como Organização Educativa. Uma abordagem sociológica*. S. Paulo: Editora Cortéz.

Lima, L. C. (2011). *Administração Escolar:Estudos*. Porto: Colecção Educação e Formação.

Lima, L. C. (2014). Gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestionária?. *Educação Sociedade*. Vol. 35, n°129, 1067–1085.

Lipovetsky, G. (1983). *A Era do Vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa.

Lobo, M. C. (2013). Uma cidadania política, mas pouco. In. M. Lobo(Coord). *Portugal e a Europa: novas cidadanias* (51-84). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Macedo, D. (2011). *A Democracia imposta. Diálogos com Noam Chomsky e Paulo Freire*. (G. Lami, Trans.). Mangualde: Pedago Editora

Marconi, M. & Lakatos, E. (2009). *Fundamentos de metodologia científica*. São paulo: Editora Atlas.

Martins, M. F. (2003). *Associação de Pais e encarregados de Educação na Escola Pública: Contributos para uma análise sociológica- organizacional* (1ª edição). Lisboa: Ministério da Educação.

Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES

Merton, R. K. (1971). Estrutura Burocrática e Personalidade. In E. Campos (Org.), *Sociologia da Burocracia* (pp. 106–124). Rio de Janeiro: Zahar editores.

Michels, R. (2001). *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*. Lisboa: Editora Antígona.

Moessinger, P. (s.d.). *Fundamentos elementares da organização*. Porto: Editora RÉ, L.da.

Morgan, G. (2006). *Imagens da Organização*. São Paulo: Atlas S.A.

Morgado, J. C. (2012). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação*. Santo Tirso: De Facto

Editores.

- Morgado, J. C. (2018). *O estudo de caso na investigação em educação*. Santo Tirso: De Facto Editores.
- Morse, J. M. (2007). *Aspectos Essências de Metodologia de Investigação Qualitativa*. Coimbra: FORMASAU- Formação e Saúde, Lda.
- Nkomo, S. M. & Jr., T. C. (1999). Diversidade e Identidade nas Organizações. In W. R. Clegg, S. R. Hardy, C & Nord (Ed.), *Handbook de Estudos Organizacionais. Modelos de Análise e Novas questões em Estudos Organizacionais* (pp. 334–360). S. Paulo: Atlas.
- Nguluve, A. K. (2006). *Política Educacional Angolana (1976- 2005): Organização, Desenvolvimento e Perspetivas*. São Paulo: Universidade de S. Paulo. Faculdade de Educação.
- Oliveira, A. C. (2017). *Democracia e Poder local*. Braga: Biblioteca de Direito Universidade do Minho.
- Pais, J. M. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Palhares, J. A. (1996). Educação e contextos significativos de Acção: Representações e experiências Juvenis. In actas do VI congresso Português de Sociologia. *Mundos sociais: saberes e práticas*. (pp. 40-89). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Palhares, J. (1998). A Participação Estudantil em Eleições Associativas no Ensino Secundário. In L. C. Lima (Dir.). *Por Favor Elejam a B O Associativismo Estudantil na escola Secundária* (pp. 147–187). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Paro, V. H. (2000). *Por dentro da Escola Pública*. S. Paulo: Xamã Editora.
- Paro, V. H. (1997). *Gestão democrática da escola pública*. S. Paulo: Editora Ática.
- Perrenoud, P. (1995). *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto: Porto Editora.
- Popkewitz, T., Greem, A., Weiler. H. N., Bacharach, S. B., Mundell, B. L., Bolívar, A., Dutercq, Y., Dunlap, D., Conley, D., Jr., W. G., Payet, J. P., Wohlstetter, P., Odden, A. (1999). *Autonomia da escola: políticas e práticas*. Porto: Edições ASA.
- Quivy, R. & Campenhoudet, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reed, M. (1999). Teorização Organizacional: Um Campo Historicamente Contestado. In W. R. Clegg, S. R., Hardy, C. & Nord (Ed.), *Handbook de Estudos Organizacionais. Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais* (pp. 61–133). S. Paulo: Atlas S.A.

- Rocha, C. (s/d.). Democracia e participação a feminização da Gestão escolar e a realização da escola democrática. *Departamento de Educação Da Faculdade de Ciências Da Universidade de Lisboa 28-40*.
- Rousseau, J. J. (1999). *O Contrato Social*. Mem Martins Publicações Europa- América, LDA.
- Sá, V. (2004). *A Participação dos Pais na escola Pública portuguesa. Uma abordagem sociológica organizacional*. Braga. Universidade do Minho: Instituto de Educação e Psicologia.
- Sarmiento, M. J. (2000). *Lógicas de Acção nas escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional
- Selznick, P. (1971). Cooptação: Um mecanismo para a Estabilidade Organizacional\*. In E. Campos (Org.) , *Sociologia da Burocracia* (pp. 93–100). Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Silva, D. (2004). *Lógicas de acção em Contexto de Autonomia. Estudo das Representações dos Docentes de um Agrupamento de Escola do Ensino Básico*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Minho, Braga Portugal.
- Silva, D. (2007). Escola e lógicas de ação organizacional: contributos teóricos para uma análise sociológica da organização educativa. *Revista Ensaio: aval. pol. públ.* vol.15 nº 54,103 -126.
- Silva, E. (2004). *O burocrático e o político na administração Universitária: Continuidades e ruturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto(Angola)*. Braga: Universidaded do Minho Instituto de Educação.
- Silva, G. (2007). Tendências atuais na formação em administração Educacional. In *Revista Portuguesa de Educação* (pp. 221–245). Braga: Instituto de Psicologia Universidade do Minho.
- Stake, R. E. (2009). *Arte da investigação em Estudo de Caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stoer, S. (1992). Sociologia da Educação e Formação de Professores. In A. J. Esteves & S. Stoer ( Orgs.) *A Sociologia na Escola-Professores, Educação e Desenvolvimento* (pp. 53–63). Porto: Editora Afrontamento.
- Szymanski, H. (org.), Almeida, L. R., Prandini, R. C. A. (2008). *A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva*. Brasília: Liber Livro.
- Tavares, M. A. (2015). Professor, Currículo e Mudança - a reforma educativa em Angola. Benguela. Ondjiri.

- Teixeira, M. (1995). *O Poder e a Escola: Perspetivas Organizacionais*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Torrinha, F. (1998). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editora Notícias.
- Torres, L. L. & Palhares J. A. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais da Educação*. Famalicão: Húmus.
- Tuckman, B. W. (2012). *Manual de investigação em Educação. Metodologia para conceber e realizar o processo de investigação científica*. Lisboa.
- Udy, S. H. (1971). “Burocracia” e “Racionalidade” na Teoria Weberiana da Organização: Um Estudo Empírico\*. In E. Campos (Org.), *Sociologia da Burocracia* (pp. 48–58). Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Vieira L. (2007). *Angola: A Dimensão Ideológica da Educação 1075-1992*. Luanda: Editora Nzila.
- Yin, R. . (2005). *Estudo de caso- Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade- Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. São Paulo: Universidade de Brasília.
- Weber, M. (1971a). Os fundamentos da Organização Burocrática: Uma Construção do Tipo Ideal. In E. Campos (Org.). *Sociologia da Burocracia* ( pp.15–28). Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Weber, M. (n.d.). *Fundamentos da Sociologia*. Porto: Rés.
- Weick, K. E. (1976) Educational Organizations as Loosely Coupled Systems. *Administrative Science Quarterly*, 21,1–19. Sage Publicacion, Inc. On Behalf of the Johnson Graduar Scool of Management, Cornell Univesity.
- Zau, F. (s/.d.). *Educação em Angola Novos trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Universitária Editora.
- Bunga, G. (2016). JMPLA Ausculta Estudantes Universitários. Disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/jmpla\\_ausculta\\_estudantes\\_universitarios](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/jmpla_ausculta_estudantes_universitarios) Acessado aos 15.09.2018
- GOUVEIA, V. I. F. (2004). *O modelo político e o modelo instrumental de gestão de pessoas: uma análise crítica das contradições discurso- prática na implementação de TI em duas organizações nacionais*. Brasília. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/2886>. Acessado aos 26/11/2016.

Zau F.\* (2009), Boletim Informativo da Direcção Provincial da Educação de Luanda, nº2] Disponível em  
:[http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/artigos/os\\_professores\\_e\\_os\\_castigos\\_corporais\\_nas\\_escolas](http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/artigos/os_professores_e_os_castigos_corporais_nas_escolas)  
Acessado aos 15.09.2018

## **Legislação**

Lei nº 33/87 de 11 de junho resultante do Conselho consultivo da Procuradoria – Geral da República Portuguesa

Lei nº 33/87 de 11 de junho - Conselho consultivo da Procuradoria – Geral da República Portuguesa

Lei nº 4/75 de 09 de Dezembro de 1975 – Lei que consagrava a nacionalização do ensino.

Lei nº13/01 de 31 de Dezembro Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino

Lei nº17/16 de 7 de Outubro Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino Angolano

Lei nº 14/91, de 11 de Maio- Lei das Associações Angolanas

Decretos –Lei:

Dec. Lei nº33/87 regula o exercício do direito de associação pelos estudantes

Dec. Lei nº769-A/76

Decreto nº 40/80 de 14 de Maio

Decreto Presidencial nº 160/18 de 03 de Julho

Decreto Presidencial 109/11 de Maio

Diário da República. *Órgão oficial da República de Angola*. III Série- Nº 77

## **Apêndices**

## **Apêndice 1**

### **Guião de entrevista aos Professores**

#### **Entrevista aos professores**

---

- 1- Caro professor, já ouviu falar da existência da AE nesta escola?
  - 2- Quando foi criada? Foi por iniciativa de quem? Como decorreu esse processo?  
Como foi adesão dos alunos na escola?
  - 3- Desde que foi criada a Associação de Estudantes, o que mais destaca na sua ação desde a sua criação?
  - 4- Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?
  - 5- Conhece o seu organograma?
  - 6- Que ideias tem sobre ela atualmente?
  - 7- Alguma vez já participou nas atividades programadas pela AE?
  - 8- Como se sentiu?
  - 9- Acha importante a existência da AE nesta Escola?
  - 10- Qual a relação que existe entre a Associação de estudantes e os órgãos de gestão desta escola?
  - 11- Como funciona a AE? Quem financia as atividades da AE? Acha que há algum tipo de influência do partido?
  - 12- Como caracteriza a relação entre os estudantes da associação de estudantes e os professores?
  - 13- Como caracteriza a relação entre os estudantes?
  - 14- Quem realiza o plano de atividades da AE?
  - 15- Os órgãos de gestão têm de aprovar essas atividades?
-



## **Apêndice 2**

### **Guião de entrevista ao Professor e Diretor**

#### **Entrevista para o professor Alfa e o Diretor**

1. Quando surgiu a AE? Porque é que surgiu? Quem tomou a iniciativa? Pode relatar esse processo?
2. Acha importante a existência da AE nesta escola? Porquê? Que estrutura tem a AE? Quem a definiu?
3. A direção da escola supervisiona o trabalho da AE? Acha necessário uma supervisão na AE? De que forma supervisiona? Porquê?
4. Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto? Quem o elaborou?
5. Acha importante a participação da Direção da Escola na elaboração dos programas de atividades da AE?
6. Tem havido eleições na AE? Como é feito esse processo? Há muitas listas concorrentes?
7. Quem orienta o processo eleitoral?
8. Houve eleições no meado do mandato, porquê?
9. Como funciona a AE? Quem financia as atividades? Qual o papel da AE aqui na escola?
10. Como é a relação da AE e os Órgãos de Gestão da Escola?
11. Quem define e decide as atividades (plano de atividades) da AE? Participa de alguma forma na elaboração das atividades? Tem havido necessidade dos órgãos de gestão aprovarem ou reprovarem as atividades programadas pela AE? Porquê?
12. Que relação existe entre AE e a Coordenação das atividades extraescolares?
13. O que Acha da AE nesta escola? Os estudantes aderem às atividades?
14. Acha importante a relação da AE com os professores? Porquê?

## **Apêndice 3**

### **Guião de entrevista em grupo aos Alunos**

#### **Entrevista em grupos**

##### **Temas**

##### 1. Génese da Associação

Quando foi criada? Foi por iniciativa de quem? Como de correu esse processo? Como foi adesão dos alunos na escola?

##### **2. Estrutura da AE**

Têm um estatuto o qual se orientam para o desenvolvimento das vossas atividades? Quem elaborou?

A AE possui um Organograma? Como está composto? Quem elaborou?

Quem desempenha a função máxima na AE?

Conhecem os órgãos da AE? Conseguem identificar os vossos colegas com a função que ocupam dentro da AE?

Como são realizadas as eleições na AE? Vocês já tentaram candidatar-se? Pensaram nisso? Se sim ou não, porquê? Alguma vez foram contactados

O mandato tem a duração de quanto tempo? Quem convoca as eleições? Qual o número de listas que concorrem às eleições? Tem havido rotatividade como eleições na AE?

Que critérios são utilizados para as eleições na AE?

Quem as dirige?

O último presidente da Associação saiu da Associação. Porquê? O porquê de novas eleições no meado de um mandato?

Que expectativas têm para este novo mandato?

Quando termina?

As eleições têm sido justas e transparentes?

Quem é que financia as atividades da AE? A AE tem alguma parceria particular que financia ou depende de si mesma? Como conseguem financiamento para as atividades?

### **3. Caracterização/papel da AE**

O que achas da AE?

Desde que foi criada a Associação de Estudantes, o que mais destaca na sua ação desde a sua criação?

Qual é o papel da AE aqui na Escola? Quanto às suas funções tem desempenhado o seu papel? Justifique.

Que contributos a AE tem desempenhado para o desenvolvimento estudantil e da Escola?

### **4. Participação estudantil**

Quem realiza o plano de atividades da AE? Participam na sua conceção? Os estudantes têm aderido as atividades programadas pela AE?

Que importância tem para si a AE?

Como caracteriza a relação entre os estudantes?

### **5. Relação AE/Órgãos de gestão da Escola**

Qual a relação que existe entre a Associação de estudantes e os órgãos de gestão desta escola?

Como caracteriza a relação entre os estudantes da associação de estudantes e os professores?

A gestão da escola interfere no plano de atividades da AE? De que forma?

Os órgãos de gestão têm de aprovar essas atividades?

## **Apêndice 4 - Transcrição**

### **Entrevistas aos professores**

#### **Entrevista ao professor nº 1**

Entrevistadora  
Professor (a)

**Entrevistadora:** Bom dia professor.

**Professor CA-** Bom dia.

**Entrevistadora:** Professor, estamos diante de uma entrevista que tem unicamente o fim de investigação e desde já gostaria que o professor se sentisse à vontade e [imperceptível] apresentasse.

**Professor CA:** O nome próprio do professor é CA, sou professor de D na disciplina da D

**Entrevistadora** Caro professor, já ouviu falar da existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professor CA:** Já sim, sim, já ouvi.

**Entrevistadora:** Quando foi criada?

**Professor CA :** Sinceramente não sei quando foi criada mas sei que existe.

**Entrevistadora:** Foi por iniciativa de quem?

**Professor CA:** Foi por iniciativa dos estudantes. Eles sentiram necessidade de estarem organizados então criaram esta associação.

**Entrevistadora:** E como decorreu esse processo?

**Professor CA:** Não como é que decorreu o processo porque na altura em que foi criada a associação não era professor desta instituição.

**Entrevistadora:** Então não tem a certeza de como foi a adesão dos alunos da escola?

**Professor CA:** Também não sei a adesão. Mas nessa altura eu tive conhecimento de que fazem parte da associação todos os estudantes desta instituição.

**Entrevistadora:** Desde que foi criada a associação de estudantes o que mais destaca na sua ação desde a sua criação?

**Professor CA:** Tenho verificado a participação de todos os estudantes nessa associação e também têm realizado algumas atividades sobretudo de plantação de árvores e também tem servido de elo sobretudo quando há problemas de estudantes. Servem de elo de ligação entre os estudantes e a direção da instituição.

**Entrevistadora:** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professor CA:** Não, não tenho conhecimento.

**Entrevistadora** Conhece o seu organograma?

**Professor CA:** Também não.

**Entrevistadora:** Que ideias tem sobre ela atualmente?

**Professor CA:** Sei que ela tem estado a resolver alguns problemas que os estudantes têm estado a viver então ela serve de ligação entre os estudantes e a direção da escola.

**Entrevistadora:** Alguma vez já participou nas atividades programadas pela associação de estudantes?

**Professor CA:** Não.

**Entrevistadora:** Então não tem [imperceptível] como se sentiu? Então não tem nenhuma informação. Acha importante a existência de uma associação de estudantes nesta escola?

**Professor CA:** Sim, acho importante porque ela, as associações têm servido de um conselho para os estudantes e também participa em algumas atividades da escola e penso que a sua importância reverte sobretudo dessa parte.

**Entrevistadora:** Qual a relação que existe entre a associação de estudantes e os órgãos de gestão desta escola?

**Professor CA:** Ela sabe que a associação de estudantes serve de... como os problemas dos estudantes não são resolvidos de forma isolada então a associação serve de elo, serve de ponte e vai resolver problemas com que os alunos se tenham deparado nesta instituição.

**Entrevistadora:** Mas essa relação como é que é? É amigável, saudável?

**Professor CA:** É saudável, sim senhora! É saudável porque os que estão nesta instituição não vêm nenhum problema entre a associação e a direção da escola.

**Entrevistadora:** Como funciona a associação de estudantes?

**Professor CA:** Eu sei que tem um presidente, um secretário e outros elementos que fazem parte desta associação.

**Entrevistadora:** Quem financia as atividades da associação de estudantes?

**Professor CA:** Eles têm um valor, uma quota, que é cobrada no princípio do ano letivo. Só não digo qual o valor mas têm uma quota que se cobra no princípio do ano letivo no momento de confirmação da matrícula.

**Entrevistadora:** Acha que há algum tipo de influência do partido?

**Professor CA:** Não, acho que não há porque a associação em si, o presidente [imperceptível] nunca reparei neles indumentária de partidos.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes da associação de estudantes e os professores?

**Professor CA:** A relação é boa até porque a associação tem estado a ajudar na resolução de alguns problemas que os alunos se têm deparado com eles. Até porque a sua criação tem como objetivo facilitar o processo de funcionamento da escola. Então os professores também têm que beneficiar desta ajuda.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes?

**Professor CA:** A relação é boa, não temos tido problemas de conflitos entre os estudantes por isso é que digo que é boa apesar de uma ou outra situação mas são situações normais que são ultrapassadas e que não interferem no mal funcionamento e na mal aprendizagem dos estudantes.

**Entrevistadora:** Quem realiza o plano de atividades da associação de estudantes?

**Professor CA:** Não consigo dizer quem o realiza mas eu sei que este é realizado [imperceptível] atividade, ou seja, quem realiza [imperceptível] para a associação. A associação realiza atividades e depois espera o momento de execução.

**Entrevistadora:** Os órgãos de gestão têm de aprovar essas atividades?

**Professor CA:** Sim, têm de aprovar porque não se pode fazer nada sem o conhecimento dos órgãos de gestão até porque existem regras e regulamentos, então todas as atividades que a associação realiza ou planifica têm que ser com o consentimento dos órgãos de gestão.

**Entrevistadora:** Muito obrigada professor pela disponibilidade.

**Professor CA:** Obrigado também.

## Entrevista ao professor nº 2

Legenda:

**Entrevistadora**

**Professor MA**

**Entrevistadora:** Estamos diante da entrevista número 2 e professor sinta-se à vontade. A nossa entrevista tem unicamente o fim investigativo. Caro professor, gostaria que se identificasse por favor.

**Professor MA:** Eu sou o professor MA formado em JC, concretamente em D e Ciências [imperceptível] na universidade [imperceptível].

**Entrevistadora:** Caro professor, já ouviu falar da existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professor MA:** Obviamente já ouvi apesar de estar aqui nesta instituição há poucos apesar de estar aqui nesta instituição há poucos anos mas sei claramente que existe uma associação de estudantes conforme existe noutras instituições de ensino.

**Entrevistadora:** Quando foi criada?

**Professor MA:** Praticamente não tenho nenhuma ideia de quando foi criada mas sei que foi criada no âmbito daquilo que é decorrente em toda a parte do mundo noutras instituições de ensino em que se foi vendo que havia necessidade de se criar uma associação, cujo objetivo é defender os interesses dos estudantes. Junto, servir de elo de ligação entre a direção da instituição e os estudantes. Lá é onde os estudantes podiam reclamar e expor as suas ideias, reclamar os seus direitos e outras situações decorrentes da prática diária na instituição.

**Entrevistadora:** Foi por iniciativa de quem?

**Professor MA:** Bom, a associação de estudantes, se não estou em erro, praticamente é uma associação e sendo uma associação só podia ser por iniciativa dos próprios estudantes. Como o interesse é defender os interesses dos estudantes então são os próprios estudantes que têm a iniciativa de criar essa associação dentro da instituição.

**Entrevistadora:** Como decorreu esse processo?

**Professor MA:** Eu não posso detalhar concretamente daquilo que foi a prática da criação dessa associação mas penso que tenha decorrido da mesma maneira que fazem [imperceptível]

**Entrevistadora:** Como foi a adesão dos alunos da escola?

**Professor MA:** Penso que a adesão, e aqui só para enfatizar, que todo o estudante a partir do momento que é estudante daquela instituição escolar então faz parte dessa associação. Aqui não importa se... que o tenha que existir... se existe um imperativo ou não, desde que esse estudante faça parte da instituição e frequente as aulas naquela instituição, logo é membro da associação. Obrigatoriamente tem que ser membro da associação.

**Entrevistadora:** Desde que foi criada a associação de estudantes o que mais se destaca na sua ação desde a sua criação?

**Professor MA:** Não posso ter a ideia maior de como ela funciona. Penso que ela funciona como as outras associações e tem o dever de coordenar todas as atividades orientadas pela direção da instituição junto dos estudantes.

**Entrevistadora:** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professor MA:** Bom, não tenho na memória o seu regulamento mas posso aqui dizer que ela funciona como qualquer outra associação de estudantes em qualquer outra instituição similar.

**Entrevistadora:** Conhece o seu organograma?

**Professor MA:** Sei que tem um presidente, tem secretário, tesoureiro, tem assembleia da associação, tem o conselho da assembleia da associação.

**Entrevistadora:** Que ideias tem sobre ela, atualmente?

**Professor MA:** A ideia que posso ter é que a associação está a tentar evoluir, está a tentar ser mais dinâmica naquilo que é a interação entre os estudantes e está a tentar promover talvez algumas atividades no seio dos estudantes mas ela precisa ser mais dinâmica, ela precisa estar mais próxima dos próprios estudantes e fazer com que os estudantes despertem e mostrem interesse naquilo que é a importância da associação.

**Entrevistadora:** Alguma vez já participou nas atividades programadas pela associação de estudantes?

**Professor MA:** Sim, já. Já participei e lembro-me muito bem, no fim do ano letivo passado, que a associação esteve integrada naquilo que é a organização do encerramento do ano letivo académico, daquilo que foi acompanhar os estudantes na preparação das indumentárias, na própria organização durante a receção dos diplomas. Em todo esse ato a associação esteve lá presente e deu o seu contributo.

**Entrevistadora:** E como se sentiu?

**Professor MA:** Bem, não podia ser de outra maneira.

**Entrevistadora:** Acha importante a existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professor MA:** Sim, acho importante a existência dessa associação. Como qualquer associação podíamos até equiparar com o sindicato. Nós vemos que nas instituições do estado os funcionários têm os seus sindicatos onde estão [imperceptível]. Esses sindicatos, qual o objetivo? É defender os interesses dos funcionários, dos trabalhadores. Então não podia passar despercebido nas escolas também existirem associações de estudantes para defenderem os interesses dos estudantes porque os estudantes não estão só na escola para aprender mas têm outros direitos que lhes são conferidos então tem que existir uma associação, uma associação que tem que defender esses direitos e também exigir aos próprios estudantes alguns deveres que eles têm que cumprir então a existência dessa associação é fundamental no seio da camada estudantil.



**Entrevistadora:** Qual é a relação que existe entre a associação de estudantes e os órgãos de gestão da escola?

**Professor MA:** Eu penso que a relação é aquela que todos nós sabemos. Tem de haver cooperação, tem de haver interação, de um lado estão os estudantes e do outro lado está a instituição então a associação recebe orientações da instituição para transmitir aos estudantes para coordenar essa atividade juntos dos estudantes logo, não podia ser diferente, haver essa interação de camaradagem, de cooperação, de trabalho porque no fundo o objetivo é o mesmo que é a formação do homem.

**Entrevistadora:** Como funciona a associação de estudantes?

**Professor MA:** Funciona como todas as outras. É monitorar, é coordenar, é transmitir junto dos estudantes tudo aquilo que são as orientações da instituição e não só mas também dinamizar aquilo que é a disciplina, o espírito de entrega, de vontade dos próprios estudantes naquilo que é a sua atividade como estudantes.

**Entrevistadora:** Quem financia as atividades da associação de estudantes?

**Professor MA:** Não poderia ser outra pessoa senão os próprios estudantes. Têm essa obrigação de financiar a própria associação por via de quota. Mas aqui, queria aqui aferir alguma coisa, é preciso que ... e quando falava que as associações têm que ser dinâmicas, as associações não devem só depender das quotas dos estudantes devem também partir para aquilo que nós chamamos de parcerias. As associações também têm que procurar parcerias com outras instituições porque dentro do leque daquilo que são os seus planos de atividades as associações de estudantes têm atividades que promovem então essas atividades precisam de financiamento e esse financiamento não deve só depender da quota mas sim devem criar algumas parcerias que possam ajudar em meios para apoio às suas atividades.

**Entrevistadora:** Acha que há algum tipo de influência de um partido?

**Professor MA:** Não posso acreditar bem nisto, não posso aceitar porque há um imperativo, se não me falha a memória, que as associações, a sociedade civil, possam ter alguma ligação talvez num outro âmbito mas não se deve transformar em... vou usar aqui uma expressão mais simples, filhos de partidos porque os partidos políticos têm as suas associações juvenis [imperceptível] agora quando se trata de uma associação de estudantes é diferente. A associação de estudantes abarca todos os estudantes então não faz distinção independentemente da filiação que o estudante tiver é membro dessa associação. Então podem cooperar porque os estudantes têm esse direito de saber aquilo que é política partidária que é do país, que é um movimento político partidário do seu país, o estudante tem esse direito de saber conhecer para as suas futuras investigações porque daqui também saem futuros políticos. Então não vejo nenhum problema em haver essa cooperação com os partidos mas não deve servir de instrumento dos partidos. As associações não devem servir de instrumentos dos partidos porque os partidos já têm as suas associações juvenis políticas. Por exemplo, conforme nós já sabemos é diferente de uma associação de estudantes. Esta aqui é para apenas servir os interesses dos estudantes da instituição e não para servirem de instrumentos dos partidos mas isso não diz que não deve haver uma interação, não deve haver uma cooperação, não vejo problema nisso.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação dos estudantes da associação de estudantes com os professores?

**Professor MA:** Eu penso que é regular porque quando se fala de estudantes do outro lado está o professor e não podia ser diferente. Haver essa cooperação entre o professor e a associação de estudantes porque todas as situações decorrentes da sala de aula na própria instituição em geral, tocam também à associação e há coisas que até acontecem na sala que têm que chegar ao conhecimento da associação então, tem que haver essa interação, essa relação entre a associação e os professores.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes?

**Professor MA:** Penso que é regular. Todos partilham o mesmo recinto, a mesma academia, digamos assim, os estudantes devem ter uma relação de camaradagem, uma relação de estudantes mesmo, uma relação de amigos, devem ser amigos porque partilham o mesmo espaço e partilham até o mesmo conhecimento então a relação deve ser aquela mais saudável e os estudantes não podem ser inimigos, não podem ser adversários porque estão perante a ciência, partilham a mesma ciência, partilham o mesmo espaço, partilham os mesmos professores aqueles que transmitem o conhecimento, então devem ter uma relação de amizade, de harmonia, de entre-ajuda, de troca de conhecimento, de discussão, de serem críticos, de serem mais investigativos, enfim, é isto que deve caracterizar os estudantes.

**Entrevistadora:** Quem realiza o plano de atividades da associação de estudantes?

**Professor MA:** A própria associação. A própria associação deve realizar o seu plano de atividades.

**Entrevistadora:** Os órgãos de gestão têm de aprovar essas atividades?

**Professor MA:** Devem sim. Os órgãos de gestão da própria instituição também têm que aprovar.

**Entrevistadora:** Neste caso, o diretor?

**Professor MA:** Sim, o diretor da escola [imperceptível] da direção, vamos assim dizer, da instituição.

**Entrevistadora:** Muito obrigada professor pela disponibilidade.

**Professor MA:** Obrigado eu por esta disponibilidade

### **Entrevista ao professor nº 3**

#### **Legenda:**

E- Entrevistadora

P- Professora

**Entrevistadora** - Bom dia professor.

**Professor** - Bom dia professora.

**Entrevistadora** - O professor podia identificar-se por favor?

**Professor** – LF professor de MN também sou chefe da secretária pedagógica do *Ondjuo Yeto* de Ondjiva.

**Entrevistadora** - Muito bem. Estamos diante da terceira entrevista dos professores e sendo assim eu vou começar com as questões. Caro professor, já ouviu falar da existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professor** - Sim, já.

**Entrevistadora** - Quando foi criada?

**Professor** - Não conhece [sic] bem quando foi criada.

**Entrevistadora** - Foi por iniciativa de quem?

**Professor** - Também não tenho essa resposta.

**Entrevistadora** - Como decorreu esse processo?

**Professor** - Na mesma, não sei bem como foi que decorreu.

**Entrevistadora** - Como foi a adesão dos alunos na escola?

**Professor** - Também não tenho resposta disso. Destas perguntas todas aí.

**Entrevistadora** - Desde que foi criada a associação de estudantes o que mais destaca na sua ação depois da sua criação? O que mais lhe marcou desde que foi criada até agora?

**Professor** - A associação de estudantes participa muito na realização de atividades extraescolares.

**Entrevistadora** - Pode exemplificar?

**Professor** - Sim, por exemplo, na limpeza da escola, organização das palestras nas escolas se tivermos aí visitas eles organizam as atividades aqui e também atividades de batismo de caloiros eles participam muito nessas atividades aí.

**Entrevistadora** - Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professor** - Não bem bem.

**Entrevistadora** - Mas não bem, bem, o que significa isso?

**Professor** - Sim, o regulamento não passei muito bem a ler aí para ver o estatuto da associação de estudantes.

**Entrevistadora** - Conhece o seu organograma?

**Professor** - Não

**Entrevistadora** - Que ideias tem sobre ela atualmente, a associação?

**Professor** - A ideia é que só que é, do meu ponto de vista, é uma necessidade mesmo para a escola de ter a associação de estudantes.

**Entrevistadora** - Então essa ideia é que ela participa nas atividades da escola?

**Professor** - Participam, também eles tem que saber o que está a acontecer na escola no caso também de defender os casos dos alunos. Eles têm que participar para ver qual o acontecimento, o programa da escola, o plano anual da escola. Eles têm que participar também ali.

**Entrevistadora** - Alguma vez já participou nas atividades programadas pela associação de estudantes?

**Professor** - Não.

**Entrevistadora** - Nunca participou?

**Professor** - Uma palestra deles mas normalmente atividades que eles organizam é mesmo, por exemplo, o batismo dos caloiros, esse é mesmo especificamente para eles é que organizam isso.

**Entrevistadora** - Mas já participou?

**Professor** - Já.

**Entrevistadora** - E como se sentiu?

**Professor** - Senti-me mesmo bem, as coisas também ficam bem organizadas especialmente as atividades de português e estão bem organizadas.

**Entrevistadora** - Acha importante a existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professor** - Sim

**Entrevistadora** - Porquê?

**Professor** - Porque a direção da escola precisa de ajuda, do apoio dos estudantes e a associação de estudantes tem que participar na ajuda da direção de educação, a organizar os alunos. Não devem ser os professores mas com a ajuda da organização da associação de estudantes acho que a escola pode funcionar melhor.

**Entrevistadora** - Qual a relação que existe entre a associação de estudantes e os órgãos de gestão desta escola?

**Professor** - A relação é mesmo essa, o presidente da associação faz parte do conselho da direção de educação e às vezes ele também é convidado no conselho pedagógico para ele dar também o ponto de vista dele como a escola esta a funcionar e também no caso da parte das finanças eles trabalham diretamente também com os recursos humanos para ajudar as atividades da associação.

**Entrevistadora** - Como funciona a associação de estudantes? Quem financia as atividades da associação de estudantes?

**Professor** - Normalmente a associação de estudantes, o ano passado as quotas dos estudantes estavam a ser depositadas na conta da escola mas esse ano as quotas dos estudantes estão na conta mesmo da associação de estudantes mas a conta é controlada pela escola. Quando eles precisam de um valor eles têm que contactar a direção dos recursos humanos para eles negociarem e organizarem o valor que eles querem.

**Entrevistadora** - E acha que têm tipo de influencia de um partido?

**Professor** - Não. É independente

**Entrevistadora** - Como caracteriza a relação entre os estudantes da associação de estudantes e os professores?

**Professor** - Os professores às vezes eles têm a atividade fora da instituição que faz parte do currículo e isso junto com associação de estudantes organizam alguns estudantes para irem fazer as atividades dos estudos fora da escola. Há outra coisa também que se temos os casos, por exemplo, os casos disciplinares que a comissão disciplinar também trabalha junto com a associação de estudantes a resolver qualquer problema dos estudantes que tem que ser tratado nesse nível.

**Entrevistadora** - Como caracteriza a relação entre os estudantes?

**Professor** - Da associação?

**Entrevistadora** - Os estudantes da escola, digamos assim.

**Professor** - Acho que a relação está ótima, os alunos estão a ser informados pela associação de estudantes próprio eles entendem mesmo bem eles seguem aquilo que está a ser dito pelos colegas deles, da associação, o presidente da associação e os outros membros da associação.

**Entrevistadora** - Quem realiza o plano de atividades da associação de estudantes?

**Professor** – É, o plano de atividades é mesmo a associação, o presidente e os outros membros, o secretário incluindo também o coordenador das atividades extra- escolares.

**Entrevistadora** - Neste caso quem?

**Professor** - O professor Alfa [imperceptível]

**Entrevistadora** - Os órgãos de gestão desta escola têm de aprovar essas atividades?

**Professor** - Sim. É, aprovado mesmo. Eles fazem os pedidos deles, de qualquer atividade que querem fazer e chega no subdiretor pedagógico e o subdiretor pedagógico envia ao diretor da escola e o diretor da escola orienta o que é que tem que ser feito.

**Entrevistadora** - Muito obrigada pela disponibilidade.

**Professor** - Nada por isso.

## **Entrevista ao professor nº4**

### **Legenda:**

Entrevistadora

Professora JP

**Entrevistadora:** Bom dia, professora.

**Professora JP:** Bom dia, professora.

**Entrevistadora:** Professora, estamos diante da entrevista nº4, entrevista dirigida aos professores. Esta entrevista tem como único objetivo a investigação. Sinta-se à vontade ao responder às suas questões. Desde já, gostaria que a professora se apresentasse.

**Professora JP:** Eu sou a professora JP .

**Entrevistadora:** Cara professora, já ouviu falar da existência da associação dos estudantes nesta escola?

**Professora JP:** Já sim

**Entrevistadora:** Quando foi criada?

**Professora JP:** Não me recordo, não sei.

**Entrevistadora:** Foi por iniciativa de quem?

**Professora JP:** Não sei.

**Entrevistadora:** Como decorreu esse processo?

**Professora JP:** Não sei.

**Entrevistadora:** Como foi a adesão dos alunos na escola?

**Professora JP:** Eu sei que os alunos aderiram, participam, aderiram.

**Entrevistadora:** Desde que foi criada a associação dos estudantes, o que mais destaca na sua ação, criação. Que mais a marcou? Problemas que os alunos se debatem durante

**Professora JP:** Eu acho que a criação da associação dos estudantes, é para dar soluções aos problemas dos alunos se deram durante as suas aulas.

**Entrevistadora:** Mas já alguma marcou, por exemplo, alguma atividade que eles fizeram... Alguma coisa que fizeram aqui...

**Professora JP:** Não, nunca participei em uma atividade da associação.

**Entrevistadora:** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professora JP:** Não, não tenho.

**Entrevistadora:** Conhece o seu organograma?

**Professora JP:** Não.

**Entrevistadora:** Que ideias tem sobre ela, atualmente. Sobre a associação.

**Professora JP:** Eu acho que a associação dos estudantes numa instituição, tem de haver sempre uma associação dos estudantes porque são problemas vários que os alunos encontram no decorrer do processo ensino-aprendizagem. Então, foi melhor essa criação para solucionar os problemas.

**Entrevistadora:** Mas tem solucionado mesmo?

**Professora JP:** Uns sim, outros não.

**Entrevistadora:** Alguma vez já participou nas atividades programadas pela associação dos estudantes?

**Professora JP:** Nunca.

**Entrevistadora:** Então, não sabe dizer como se sentiu....Acha importante a existência da associação nesta escola?

**Professora JP:** Acho.

**Entrevistadora:** Quer justificar?

**Professora JP:** Eu justifico porque...a associação dos estudantes, os componentes da associação dos estudantes...

**Entrevistadora:** Está bem...Passemos para outra questão. Qual a relação que existe entre a associação dos estudantes e os órgão de gestão desta escola, a direção. Qual é a relação que existe e com a associação os estudantes?

**Professora JP:** Boa, a relação. Porque os programas todos que acontecem na escola, são conhecidos pelos componentes da associação dos estudantes, esses, por sua vez, vão ter com os coordenadores de turno, que vão dar a conhecer à direção da escola. Tem boas relações.

**Entrevistadora:** Como funciona a associação dos estudantes?

**Professora JP:** Tem um presidente da associação, tem um secretário e vice-presidente.

**Entrevistadora :** Quem financia as suas atividades?

**Professora JP:** Os alunos contribuem, tem uma quota que se paga em 3 meses, ou mensalmente. Eu acho que sim. Que ajuda a associação dos estudantes a trabalhar.

**Entrevistadora:** Acha que há algum tipo de influência do partido, de um partido?

**Professora JP:** Não, não acho.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação dos estudantes da associação dos estudantes e os professores. Como é que tem sido a relação?

**Professora JP:** A relação dos estudantes com os professores...

**Entrevistadora:** Sim.

**Professora JP:** Eu acho que positiva...As relações entre os estudantes da associação dos estudantes e os professores têm sido boas relações porque esses estudantes que pertencem à associação dos estudantes é que levam as dificuldades para serem solucionadas.



**Entrevistadora:** Como caracteriza as relação entre os estudantes? Professora, tem algo a dizer? Como tem sido a relação entre os estudantes da escola...estudantes para estudantes aqui na escola. Tem sido boa, má?

**Professora JP:** A relação entre quê?

**Entrevistadora:** A relação entre os mesmos estudantes na escola. Tem sido boa?

**Professora JP:** Tem sido boa.

**Entrevistadora:** Nunca notei nenhum problema. Quem realiza o plano de atividades da associação dos estudantes?

**Professora JP:** São os mesmos alunos.

**Entrevistadora:** Os órgãos de gestão da escola, têm de aprovar essas atividades?

**Professora JP:** Têm, têm sim.

**Entrevistadora:** Muito obrigada, professora, pela sua disponibilidade.

**Professora JP:** De nada.

## **Entrevista professor nº 5**

Legenda:

**Entrevistadora**

**Professora NA**

**Entrevistadora:** Bom dia, professora.

**Professora NA:** Bom dia, professora.

**Entrevistadora:** Professora, estamos diante da entrevista nº ... Esta entrevista tem como único objetivo a investigação. Sinta-se à vontade ao responder às suas questões. Desde já, gostaria que a professora se apresentasse.

**Professora NA:** NA, professora do *Ondjuo Yeto*, professora de D, T, S, V e Z.

**Entrevistadora:** Cara professora, já ouviu falar da existência da associação dos estudantes nesta escola?

**Professora NA:** Sim, já ouvi.

**Entrevistadora:** Quando foi criada?

**Professora NA:** Não tenho conhecimento.

**Entrevistadora:** Foi por iniciativa de quem?

**Professora NA:** Também não tenho conhecimento.

**Entrevistadora:** Como decorreu esse processo?

**Professora NA:** Também não tenho conhecimento.

**Entrevistadora:** Como foi a adesão dos alunos na escola?

**Professora NA:** Também não tenho conhecimento.

**Entrevistadora:** Desde que foi criada a associação dos estudantes, o que mais destaca na sua ação e na sua criação?

**Professora NA:** O que mais se destaca, nos anos em que eu vejo eles em movimento, são as atividades extraescolares. Eles, às vezes, organizam campeonatos de futebol. É mais isto que eu tenho observado.

**Entrevistadora:** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professora NA:** Não, não tenho conhecimento.

**Entrevistadora:** Conhece o seu organograma?

**Professora NA:** Também não.

**Entrevistadora:** Que ideias tem sobre ela, atualmente?

**Professora NA:** A ideia que tenho...Tenho notado que é uma organização organizada,[sic] estão constantemente, a interagir com os professores e os alunos nas turmas. Quando eles têm uma atividade, estão sempre presente para anunciar, nunca deixam de parte a atividade, tanto com os professores como com o restante dos alunos.

**Entrevistadora:** Alguma vez já participou nas atividades programadas pela associação dos estudantes?

**Professora NA:** Não, nunca.

**Entrevistadora:** Então como se sentiu, não tem como o que dizer?

**Professora NA:** Não.

**Entrevistadora:** Acha importante a existência da associação dos estudantes nesta escola?

**Professora NA:** Acho sim importante porque sem essa associação, não teriam um elo de ligação aluno-professor, aluno-direção. Seria sim algo complicado porque o aluno tem os seus direitos de reclamações, seus direitos, seus deveres. Então, essa existência é muito importante.

**Entrevistadora:** Qual a relação que existe entre a associação dos estudantes e os órgãos de gestão desta escola?

**Professora NA:** Acho que existe uma relação mútua. A associação dos estudantes tem que estar em coligação com a organização da escola, com a direção da escola, visto que esta associação está inclusa na instituição. Então, tem que ter um elo de ligação. Todas as atividades da associação, a direção da escola tem que ter conhecimento, mesmo as atividades da direção da escola, a associação dos estudantes também tem de ter conhecimento.

**Entrevistadora:** Como funciona a associação dos estudantes?

**Professora NA:** Não tenho conhecimento como funciona.

**Entrevistadora:** Quem financia as atividades da associação dos estudantes?

**Professora NA:** Eu acho que são os próprios alunos.

**Entrevistadora:** Acha que há algum partido que influencia?

**Professora NA:** Acho que não.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação dos estudantes e os professores?

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes?

**Professora NA:** A relação dos estudantes da associação e dos estudantes?

**Entrevistadora:** Sim.

**Professora NA:** Tem sido boa. Tenho notado quando eles vão à sala para um anúncio, os estudantes correspondem bem.

**Entrevistadora:** Quem realiza o plano de atividades da associação dos estudantes?

**Professora NA:** Eu acho que são eles próprios, a própria associação.

**Entrevistadora :** Os órgãos de gestão têm de aprovar essas atividades?

**Professora NA:** Dependentemente, se vai ao. Eu tenho visto, tenho notado, que têm tido uma boa relação. Encontro da direção da escola, acho que eles têm de aprovar. Dependentemente do que eles planificaram.

**Entrevistadora:** Muito obrigada, professora, pela sua colaboração.

**Professora NA:** De nada, professora.

## **Entrevista ao professor nº 6**

### **Legenda**

Entrevistadora YNL

Professora XL

**Entrevistadora-** Boa tarde professora.

**Professora XL:** Boa tarde.

**Entrevistadora** - Nós estamos diante da entrevista aos professores, entrevista número seis. Estou diante da professora?

**Professora XL:** XL, é professora de?

**Professora XL:** De FE.

**Entrevistadora:** Muito bem professora, não se preocupe. Estamos diante desta entrevista, esta entrevista tem um único objetivo, investigativo. Sinta-se à vontade ao responder às questões.

**Professora XL:** Ok.

**Entrevistadora:** Sendo assim professora, já ouviu falar da existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professora XL:** Já sim.

**Entrevistadora:** Quando foi criada?

**Professora XL:** Não sei quando é que foi criada.

**Entrevistadora:** Foi por iniciativa de quem?

**Professora XL:** Também não sei.

**Entrevistadora:** Como decorreu esse processo? Também não domina?

**Professora XL:** Não domino.

**Entrevistadora:** E como foi a adesão dos alunos na escola?

**Professora XL:** Eu acho que os alunos têm aderido.

**Entrevistadora:** Desde que foi criada a associação de estudantes o que mais destaca na sua ação desde a sua criação? Que mais lhe marcou desde que foi criada a associação?

**Professora XL:** Bem, acho que a maneira de como eles tratam os problemas que alguns alunos vivem.

**Entrevistadora:** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professora XL:** Não.

**Entrevistadora:** Conhece o seu organograma?

**Professora XL:** Não.

**Entrevistadora:** Que ideias tem sobre ela atualmente? Será que é uma associação que trabalha bem, mal, funciona ou não funciona?

**Professora XL:** Acho que tem feito um bom trabalho apesar de algumas questões, eles deixarem que os alunos resolvam eles próprios. Eu acho que cabia aos membros da associação resolverem isso quando os alunos se encontram com alguns problemas.

**Entrevistadora:** E não o têm feito?

**Professora XL:** Por uma parte fazem mas por outra não.

**Entrevistadora:** Alguma vez já participou nas atividades programadas pela associação de estudantes?

**Professora XL:** Não.

**Entrevistadora:** Então não sabe como se sentiu. Nunca participou?

**Professora XL:** Não, nunca participei.

**Entrevistadora:** Acho importante a existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professora XL:** Acho sim importante a existência desta associação.

**Entrevistadora:** Mas porquê?

**Professora XL:** Porque é importante a existência da associação de estudantes numa escola visto que, alguns alunos se encontram com problemas e eu acho que a associação está ali para dar... para resolver questões relacionadas com isso.

**Entrevistadora:** Qual é a relação que existe entre a associação e os órgãos de gestão desta escola, isto é, a direção desta escola?

**Professora XL:** A relação?

**Entrevistadora:** Não tem nada a dizer?

**Professora XL:** Não, não tenho nada a dizer quanto a isso.

**Entrevistadora:** Como funciona a associação de estudantes? Tem conhecimento?

**Professora XL:** Não.

**Entrevistadora:** Quem financia as atividades da associação de estudantes?

**Professora XL:** Também não tenho conhecimento quanto a isso.

**Entrevistadora:** Acha que há algum tipo de influência de um partido?

**Professora XL:** Acho que sim.

**Entrevistadora:** Tem como justificar?

**Professora XL:** Não tenho como justificar mas acho que há influência de algum partido.

**Entrevistadora:** Alguma vez já viu aqui alguém, um partido?

**Professora XL:** Nunca vi.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes da associação de estudantes e os professores? Têm tido uma boa relação?

**Professora XL:** A associação e os professores sim. Têm uma boa relação.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes?

**Professora XL:** Eu acho que eles têm uma relação boa.

**Entrevistadora:** Quem realiza o plano de atividades da associação de estudantes?

**Professora XL:** Não tenho conhecimento disso.

**Entrevistadora:** Os órgãos de gestão têm se aprovar essas atividades?

**Professora XL:** Sim.

**Entrevistadora:** Muito obrigada professora pela participação.

## **Entrevista ao professor nº 7**

### **Legenda:**

E – Entrevistadora

P- Professora

**Entrevistadora** - Boa noite professor

**Professor**- Boa noite professora, Graças.

**Entrevistadora** - Estamos diante de uma entrevista, da entrevista número sete. Professor sinta-se à vontade em expor as suas opiniões porque o único fim é investigativo. Então neste caso, eu faço a seguinte questão. Caro professor já ouviu falar da existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professor** - Graças, eu tenho domínio desta associação de estudantes desta escola.

**Entrevistadora** - Mas desculpe, eu não lhe perguntei o nome. Gostaria que dissesse o seu nome.

**Professor** - Chamo-me [imperceptível] Hafeni [imperceptível]

**Entrevistadora** - Muito bem. Quando foi criado?

**Professor** - Provavelmente em dois mil esta associação foi criada em dois mil e treze, os princípios mesmo do alicerçamento desta associação.

**Entrevistadora** - Foi por iniciativa de quem?

**Professor** - foi por iniciativa da administração e gestão da escola mas incentivada com um número de professores... Estou recordado que o professor Cigano, Pedro Cigano, foi o protagonista desta ação. Foi ele que disse que seria melhor se houvesse associação para podermos organizar os pequenos para não virem arbitrariamente na escola como podem, a maneira... a postura deles e a forma como eles devem-se tratar como estudantes.

**Entrevistadora** - E como decorreu esse processo?

**Professor** - Este processo decorreu... o processo lento mas consecutivo até ao ponto de envolvermos alunos e professores porque deu azo a informar uma fonte boa de orientação escolar.

**Entrevistadora** - E como foi adesão dos alunos na escola?

**Professor** - No principio custou um pouco. Toda a atividade, no principio, custa mais e mais tarde criou a pontualidade, e apego e ao mesmo tempo a forma de trabalhar em comum coletivo, não isoladamente.



**Entrevistadora** - Desde que foi criada a associação de estudantes o que mais destaca na sua ação desde a sua criação?

**Professor** - A associação criou um fundamento muito lógico porque começamos a presenciar e a notar que os alunos tinham domínio sobre a matéria e também alguns alunos começavam a partilhar as ideias com os outros e inter-ajuda mesmo havendo doentes, mesmo em óbitos de familiares, havia aquele apego de sairmos ao encontro das casas enlutadas e ao mesmo tempo também apareceu um ato muito solidário entre os alunos e que aquilo favoreceu a existência ou manter o número de alunos quase sem desistências maiores.

**Entrevistadora** - O professor tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professor** - Tenho, tenho o regulamento, tenho conhecimento, embora não muito extensivo mas tenho o regulamento. Neste regulamento surgiu a criação de credenciais dos alunos e estas credenciais têm um centro de organização e então a criação também dos responsáveis dessa associação, o AX55.

**Entrevistadora** - Conhece o seu organograma?

**Professor** - O organograma esta organizado desta maneira, além do conselho organizativo da igreja, do conselho de professores escolares, aí eles têm elementos indicados para orientar os alunos mesmo, assim em turnos também.

**Entrevistadora** - Que ideias têm sobre ele atualmente, a associação?

**Professor** - Esta associação tem compactuado para um crescimento porque... já agora, a direção escolar sente-se aliviada um pouco sobre alguns aspetos de manter a ordem e a disciplina e que muitos assuntos que deviam ir diretamente à direção escolar portanto, eles tratam no gabinete desta associação fazendo com que alguns assuntos venham já minimamente resolvidos e assim é ajudado um pouco o conselho pedagógico.

**Entrevistadora** - Alguma vez já participou nas atividades programadas pela associação de estudantes?

**Professor** - Já por duas vezes participei. Participei porque tivemos um ato, uma celebração aqui, nós tivemos que sair para buscar material que ajudou a materialização da... não estou bem recordado deste evento mas tivemos que juntar esforços para a associação criar um elo de ligação aqui na escola e até mesmo uma atividade educativa aqui, recreativa.

**Entrevistadora** - E como se sentiu?

**Professor** - Muito agradecido por esta parte porque, esta parte quando nós sentimos os alunos tão organizados assim já nos alegra na qualidade de professor e pensamos que a nossa instrução, educação, está a cair bem nos corações desses pequenos para serem futuros professores.

**Entrevistadora** - Acha importante a existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professor** – É, muito importante. Ainda devemos envolver todo o quadro de professores para serem ajudados porque eles sairão daqui com capacidade de liderança muito boa e creio que manifestarão esta parte onde eles forem trabalhar.

**Entrevistadora** - Qual a relação que existe entre a associação de estudantes e os órgãos de gestão desta escola?

**Professor** - Há boas relações porque a ação administrativa do conselho da igreja,[sic] da escola aliás então tem levado sempre informações da parte da associação e a associação também quando tem problemas recorre já logo à ação administrativa da escola e assim pelo menos há uma simbiose muito boa, de tal maneira que alguns problemas que tínhamos no passado já agora são poucos os problemas que se verificam devido a este conselho.

**Entrevistadora** - E como funciona a associação de estudantes?

**Professor** - Ela funciona primeiro em buscar nos coordenadores das turmas e nos turnos, isto é, de manhã, à tarde e noite a concentração de todos os alunos primeiro para a pontualidade, número dois para a sequencia de aulas até ao fim, em terceiro lugar para que haja respeito mútuo entre professores e alunos e a conservação da instituição.

**Entrevistadora** - Quem financia as atividades da associação de estudantes?

**Professor** - Geralmente eles não têm financiamento.

**Entrevistadora** - Acha que há algum tipo de influência de partido?

**Professor** - Esta parte não. Não há nenhuma influência porque o que temos verificado é que algumas cotas que têm são pequeníssimas para puderem encontrar o que dá para custear, talvez, credenciais. Não há nenhum apoio comunitário visível. Mas eles contribuem para ajudar a documentação inerente a cada aluno. Isso significa que através da associação muitos alunos encontram credenciais e matéria suscetível para eles poderem estudar à vontade. É, o que tenho verificado.

**Entrevistadora** - Como caracteriza a relação entre os estudantes da associação de estudantes e os professores?

**Professor** - No passado tivemos umas pequenas... deve ser devido aos comportamentos, devem ser os primeiros passos. Alguns dirigentes da associação, às vezes não consultavam o conselho de direção da escola mas acharam que eles não são uma associação à parte, é um órgão controlador também da escola. Agora já não fazem coisas à parte. Eles consultam primeiro e só com os apoios da direção do conselho da escola é que eles executam e esta situação é muito boa, verifica-se um respeito mútuo e a busca de conselhos para manter o equilíbrio e o avançar da escola.

**Entrevistadora** - Como caracteriza a relação entre os estudantes aqui na escola?

**Professor** - Realmente os que são do primeiro ano às vezes vêm com aqueles comportamentos inadequados e já terminado o primeiro trimestre já todos estão [imperceptível] naquilo que são normas da instituição, do *Yeto* e assim já não verificamos desequilíbrios entre eles embora um ou outro venha

ainda com anomalias mais mesmo assim são desfeitas por causa das relações biunívocas entre os alunos e professores. Realmente há boas relações.

**Entrevistadora** - Quem realiza o plano de atividade da associação de estudantes?

**Professor** - Geralmente tem sido no princípio e eles também têm tido reuniões, podemos dizer reuniões ordinárias e extraordinárias no plano das atividades mas têm atividades sempre planejadas.

**Entrevistadora** - Quem realiza é a associação de estudantes?

**Professor** - Quem realiza é a associação de estudantes sim.

**Entrevistadora** - E, os órgãos de gestão têm de aprovar essas atividades?

**Professor** - Têm aprovado sim. Isto tem criado um ambiente salutar na escola.

**Entrevistadora** - Muito obrigada professor pela disponibilidade.

**Professor**- De nada.

## **Entrevista ao professor nº8**

### **Legenda:**

Entrevistadora

Professora KK

**Entrevistadora:** Bom dia, professora.

**Professora KK:** Bom dia sim, professora.

**Entrevistadora:** Estamos diante da entrevista nº 8. Professora, sinta-se à vontade, que esta entrevista tem como único fim investigativo. Sinta-se à vontade para responder às questões. Desde já, gostava que se apresentasse.

**Professora KK:** Ok. O meu nome é, KK, sou professora desta instituição. Professora de G.

**Entrevistadora:** Cara professora, já ouviu falar da existência da associação dos estudantes nesta escola?

**Professora KK:** Já ouvi sim.

**Entrevistadora:** Quando foi criada?

**Professora KK:** Desconheço a sua criação, data da sua criação.

**Entrevistadora:** Foi por iniciativa de quem?

**Professora KK:** Também desconheço, mas creio que por iniciativa dos estudantes.

**Entrevistadora:** Como decorreu esse processo?

**Professora KK:** Desconheço, também.

**Entrevistadora:** Como foi a adesão dos alunos na escola?

**Professora KK:** Creio que boa porque aquando da realização das matrículas e confirmações, temos visto mesmo uma grande adesão por parte dos alunos.

**Entrevistadora:** Desde que foi criada a associação dos estudantes, o que mais destaca na sua ação, na sua criação. O que mais a marcou.

**Professora KK:** Vejo a própria participação dos estudantes nas atividades intra e extra- escolares.

**Entrevistadora:** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professora KK:** Não.

**Entrevistadora:** Conhece o seu organograma?

**Professora KK:** Também não.

**Entrevistadora:** Que ideia tem sobre ela, atualmente.

**Professora KK:** Que é uma organização com o fim único de estar em estreita relação com os órgãos superiores da própria instituição e também com outro fim de resolver os problemas dos próprios estudantes.

**Entrevistadora:** Alguma vez já participou nas atividades programadas pela associação dos estudantes?

**Professora KK:** Já

**Entrevistadora:** Como se sentiu?

**Professora KK:** Muito bem. Foi muito bom ter participado.

**Entrevistadora:** Acha importante a existência dessa associação dos estudantes nesta escola?

**Professora KK:** Sim.

**Entrevistadora:** Qual a relação que existe entre a associação dos estudantes e os órgãos de gestão desta escola, a direção?

**Professora KK:** Creio que existe uma boa relação, uma vez que estão sempre interligados. Quando há uma atividade programada pelas instâncias superiores da instituição, estão sendo sempre chamados a própria associação e eles participam ativamente.

**Entrevistadora:** Nunca a associação teve a iniciativa?

**Professora KK:** Não sei, não sei.

**Entrevistadora:** Como funciona a associação dos estudantes? Quem financia as atividades da associação dos estudantes?

**Professora KK:** Creio que são os próprios estudantes. Há pouco frisei...quando das matrículas e confirmações, os estudantes dão uma quota para a própria associação. No entanto, creio que é através destas quotas que eles são financiados.

**Entrevistadora:** Acha que há algum partido que influencia? Acha que há alguma influência por parte de um partido?

**Professora KK:** Creio que não, uma vez que a instituição escolar é uma instituição apartidária, então, não há uma influência sobre a mesma.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação dos estudantes da associação dos estudantes e os professores?

**Professora KK:** Boa. Têm boas relações.

**Entrevistadora:** E como caracteriza a relação entre os estudantes?

**Professora KK:** Também vejo que têm boas relações.

**Entrevistadora:** Quem realiza o plano de atividades da associação dos estudantes?

**Professora KK:** Eu creio que tudo parte do presidente da associação dos estudantes.

**Entrevistadora:** Os órgãos de gestão, têm de aprovar essas atividades? A direção da escola tem de aprovar essas atividades?

**Professora KK:** Quando boas, sim. E eu acho que vão realizando atividades tanto benéficas para a própria instituição, como para os próprios estudantes.

**Entrevistadora:** Muito obrigada, professora, pela sua colaboração.

**Professora KK:** Muito obrigada, eu.

## **Entrevista ao professor nº 9**

### **Legenda:**

Entrevistadora

Professora

**Entrevistadora:** Bom dia, professora.

**Professora:** Bom dia, professora YNL

**Entrevistadora:** Professora, estamos diante da entrevista nº 9. Esta entrevista tem como único objetivo a investigação. Sinta-se à vontade ao responder às suas questões. Desde já, gostaria que a professora se apresentasse.

**Professora :** Eu sou a professora DM, sou professora de metalúrgica e de pedagogia

**Entrevistadora :** Professora, já ouviu falar da existência da associação dos estudantes nesta escola?

**Professora :** Já ouvi falar.

**Entrevistadora :** Quando foi criada?

**Professora:** Não sei quando foi criada porque quando comecei a dar aulas aqui já havia a associação dos estudantes.

**Entrevistadora:** Foi por iniciativa de quem?

**Professora:** Dificilmente consigo responder a essa pergunta porque já encontrei uma associação aqui.

**Entrevistadora:** Como decorreu esse processo?

**Professora:** Houve uma interação professores, também, estudantes e com a direção da escola.

**Entrevistadora:** E, como foi a adesão dos alunos na escola?

**Professora:** A adesão foi boa porque muitos dos alunos sabiam que com esse departamento, muitos dos seus problemas seriam resolvidos.

**Entrevistadora:** Desde que foi criada a associação dos estudantes, o que mais destaca na sua ação da uma criação.

**Professora:** O que mais destaque é que eles respondem a algumas inquietações dos estudantes, levam os problemas dos estudantes à direção da escola e participam também, ajudam, nas atividades extraescolares e escolares.

**Entrevistadora :** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professora :** Não, não tenho.

**Entrevistadora :** Conhece o seu organograma?

**Professora:** Também não. Não conheço o organograma.

**Entrevistadora :** Que ideias tem sobre ela, atualmente?

**Professora:** Que é uma organização, na qual tem os seus fins de resolver os problemas dos estudantes, não só, apoiando também algumas dificuldades e levando as suas preocupações à direção da escola.

**Entrevistadora:** Alguma vez já participou nas atividades programadas pela associação dos estudantes?

**Professora:** Já, já participei.

**Entrevistadora :** Como se sentiu?

**Professora:** Senti-me lisonjeada porque eles pediram-me que desse um palestra aos estudantes e eu vi a adesão dos estudantes e senti que eles estão a ir num bom caminho.

**Entrevistadora :** Acha importante a existência da associação dos estudantes nesta escola?

**Professora:** Muito importante.

**Entrevistadora :** Qual a relação que existe entre a associação dos estudantes e os órgãos de gestão desta escola?

**Professora :** Tem uma boa relação porque as vezes que fazem uma atividade e todas as vezes que ele são orientados pela direção da escola, não discrepância entre eles. A relação existe, acho que é uma relação saudável.

**Entrevistadora :** Como funciona a associação dos estudantes?

**Professora :** Normalmente, pelo que tenho observado, eles trabalham em regime de turno. O delegado desta associação, vai inspecionando todos os turnos. É uma comitiva que eles têm.

**Entrevistadora :** Quem financia as atividades da associação dos estudantes?

**Professora:** Os estudantes.

**Entrevistadora :** Acha que há algum partido que influencia?

**Professora:** Não. Definitivamente, não. Nenhum partido porque é uma associação apenas dos estudantes, mesmo.

**Entrevistadora :** Como caracteriza a relação dos estudantes da associação e os professores?

**Professora :** Têm uma boa relação, de comparticipação...E os professores vão dando também os seus contributos e algumas inquietações dos professores concernente os alunos, a associação tem participado ativamente.

**Entrevistadora :** Como caracteriza a relação entre os estudantes?

**Professora :** Têm uma relação boa.

**Entrevistadora :** Quem realiza o plano de atividades da associação dos estudantes?



**Professora** : Os próprios estudantes, com a direção da associação dos estudantes. Alguns chefes de turma são convocados para traçar as suas atividades.

**Entrevistadora** : Os órgãos de gestão têm de aprovar essas atividades?

**Professora**: Sim, é necessário.

**Entrevistadora** : Muito obrigada, professora DM, pela sua participação.

## **Entrevista ao professor nº 10**

### **Legenda:**

Entrevistadora

Professora CT

**Entrevistadora:** Bom dia, professora.

**Professora CT:** Bom dia.

**Entrevistadora:** Professora, estamos diante da entrevista aos professores, essa é a entrevista 10. Espero que a professora sinta -se à vontade a responder a essas questões porque tem único objetivo a investigação.

**Professora CT:** Ok.

**Entrevistadora:** Desde já, gostaria que a professora se apresentasse.

**Professora CT:** Eu sou a professora CT. Sou professora dessa instituição, na cadeira de WW e acho que por enquanto é tudo.

**Entrevistadora:** Já ouviu falar da existência da associação de estudantes?

**Professora CT:** Já, já, já ouvi e a nossa escola tem, tem mesmo essa associação já criada.

**Entrevistadora:** Quando foi criada?

**Professora CT:** Exatamente quando foi criada, não tenho as datas, mas sei que existe.

**Entrevistadora:** Foi por iniciativa de quem?

**Professora CT:** Também não sei, mas acredito que mesmo da própria escola.

**Entrevistadora:** Como decorreu esse processo?

**Professora CT:** Também não sei.

**Entrevistadora:** Como foi criada a adesão... como foi a adesão dos alunos na escola?

**Professora CT:** Na escola, propriamente na associação?

**Entrevistadora:** Sim. Quando foi criada, como foi a adesão?

**Professora CT:** Indo por essa questão, acredito que foi... foi... foi em massa, visto que a associação, o objetivo é de... de... de passar... ou seja, uma ligação entre os alunos com a própria direção da

escola, nalguns assuntos que relativamente à escola e aos próprios alunos, a termos aquela interligação ou ligação propriamente dita.

**Entrevistadora:** Desde que foi criada a associação dos estudantes, o que mais lhe destaca na sua ação desde a sua criação? O que mais lhe marcou desde que foi criada a associação?

**Professora CT:** Aquela... acredito que a unidade. A unidade entre a associação e a direção da escola e também as atividades que eles realizam.

**Entrevistadora:** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professora CT:** Não, não tenho.

**Entrevistadora:** Conhece o seu organograma?

**Professora CT:** Também não, não conheço.

**Entrevistadora:** Que ideias tem sobre ela atualmente?

**Professora CT:** Ideia...

**Entrevistadora:** Como é que ela está atualmente, funciona bem, não funciona?

**Professora CT:** Eles... eles têm... acredito que, como qualquer uma associação, tem sempre um programa de atividades e eles, naquilo que é a realização de atividades, têm realizado muitas atividades e acredito que está... está a ir no bom caminho. Então, há muitos alunos para além de... quer dizer, tem a direção da própria associação e alguns alunos também se engajam na participação das atividades que têm rea... que eles programam.

**Entrevistadora:** Alguma vez já participou nas atividades programadas pela associação dos estudantes?

**Professora CT:** Já, já participei, sim.

**Entrevistadora:** Como se sentiu?

**Professora CT:** Nessa altura quando os da associação, os alunos estão a realizar uma atividade, há aquela... há aquela vontade também de fazer parte, visto que a atividade é chamativa, convida. Então há aquela necessidade do professor se encarnar como aluno e fazer parte daquela atividade, não só como assistente, mas também como participante.

**Entrevistadora:** Acha importante a existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professora CT:** É, é. Acho muito importante, sim.

**Entrevistadora:** Qual a relação que existe entre a associação de estudantes e os órgãos de gestão desta escola?

**Professora CT:** [imperceptível] A nossa escola tem uma ligação muito, acredito, muito forte, se assim posso dizer. Porque nalgumas... quer dizer, o presidente da associação faz parte do corpo diretivo da escola. Isso que é muito bom, os assuntos que a escola está a viver, a associação diretamente fica a saber, na pessoa do presidente, dentro da reunião da direção da escola.

**Entrevistadora:** Como funciona a associação de estudantes?

**Professora CT:** [imperceptível]

**Entrevistadora:** Como é que eles fazem as suas atividades, exemplo, quem financia as atividades da associação dos estudantes? Acha que tem algum partido que influencia?

**Professora CT:** Ok. As atividades deles têm... como é que eu posso dizer? Quer dizer, eles próprios... acho que eles, eles têm uma quota. Como eles têm uma quota, por exemplo, uma comparticipação uma contribuição que os alunos têm... [imperceptível] que os alunos têm... quer dizer não chamo de bem contribuição, mas é uma quota que eles dão e também quando têm alguma necessidade, diz assim, que a escola tem que apoiar, lógico eles vão na... no... em conexão com a direção da escola e ajudam naquilo que a organização das atividades se é para custear e assim sucessivamente.

**Entrevistadora:** Isso será que funciona por si mesma?

**Professora CT:** Por si mesmo...

**Entrevistadora:** Como disse que eles participam com uma quota, será que ela funciona por si mesma? Não existe nenhum partido, nenhuma outra organização que influencia... [imperceptível]

**Professora CT:** Não, não. Não existe nenhum partido, nenhuma outra organização. Simplesmente com as quotas e com o apoio da direção da escola.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes da associação dos estudantes e os professores?

**Professora CT:** Para mim a relação é boa, porque, como eu já disse, tem alguns professores, independentemente de serem professores, eles também se embarcam na... se incorporam naquele leque dos membros da associação. Então, vão apoiando nalgumas atividades como me..., quer dizer, independentemente de ser professor, como eu já disse, eles também vivem mesmo aquele processo dos estudantes, neste caso.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes?

**Professora CT:** A relação entre os estudantes também é boa. Tem sido boa, sim.

**Entrevistadora:** Quem realiza o plano de atividade da associação de estudantes?

**Professora CT:** A própria associação.

**Entrevistadora:** Os órgãos de gestão da escola têm de aprovar essas atividades?

**Professora CT:** Acredito que eles, ao fazerem o... traçar as suas atividades, eles têm que apresentar na direção da escola para não haver aqueles atropelamentos de... de atividades.

**Entrevistadora:** E eles têm de aprovar ou não?

**Professora CT:** Sim, têm. Têm de aprovar.

**Entrevistadora:** Muito obrigada, professora, pela sua colaboração.

**Professora CT:** De nada. Obrigada.

## **Entrevista ao professor nº11**

### **Legenda:**

Entrevistadora

Professora

**Entrevistadora:** Bom dia, professora.

**Professora TJ:** Bom dia.

**Entrevistadora:** Estamos diante da entrevista número 11. Professora, essa entrevista tem único fim investigativo. Sinta-se à vontade a responder às tuas questões. Sendo assim, eu gostaria que a professora se apresentasse.

**Professora TJ:** Eu sou a professora TJ. Professora de X... Y de H e coordenadora do Curso de R e X.

**Entrevistadora:** Cara professora, já ouviu falar da existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professora TJ:** Já, sim.

**Entrevistadora:** Quando foi criada?

**Professora TJ:** Desconheço a data da criação.

**Entrevistadora:** Foi por iniciativa de quem?

**Professora TJ:** Também desconheço.

**Entrevistadora:** Como decorreu esse processo?

**Professora TJ:** Não sei informar.

**Entrevistadora:** Como foi a adesão dos alunos na escola?

**Professora TJ:** Também não sei informar.

**Entrevistadora:** Desde que foi criada a associação de estudantes, o que mais destaca na sua ação desde a sua criação? Que mais lhe marcou?

**Professora TJ:** A criatividade e a organização da própria associação dos estudantes em função da movimentação dos estudantes na participação das atividades da própria escola.

**Entrevistadora:** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professora TJ:** Não tenho.

**Entrevistadora:** Conhece o seu organograma?

**Professora TJ:** Não conheço.

**Entrevistadora:** Que ideias tem sobre ela atualmente?

**Professora TJ:** Que é um órgão que está a... a par do funcionamento da nossa instituição e que ajuda na organização dos alunos e atividades extraescolares da nossa instituição.

**Entrevistadora:** Alguma vez já participou nas atividades programadas pela associação dos estudantes?

**Professora TJ:** Já, sim.

**Entrevistadora:** Como se sentiu?

**Professora TJ:** Me senti bem.

**Entrevistadora:** Acha importante a existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professora TJ:** Muito importante.

**Entrevistadora:** Porquê, professora?

**Professora TJ:** Porque é através da associação dos estudantes que os alunos expõem as suas preocupações e ajudam naquilo que é o funcionamento da própria instituição. Participam de uma forma... participam nas atividades da própria instituição ajudando assim a direção da escola.

**Entrevistadora:** Qual a relação que existe entre a associação de estudantes e os órgãos de gestão desta escola? Quer dizer, a direção. Há uma relação entre a associação dos estudantes e a direção da escola?

**Professora TJ:** Existe uma relação, sim. Relação essa que podemos, digamos... naquilo que é o funcionamento da própria instituição, no que diz respeito... os direitos, digamos assim, dos alunos, a participação dos mesmos na vida ativa da instituição e na sociedade em geral. Então, a associação está aí para poder levar uma parceria com os órgãos de tutela.

**Entrevistadora:** Será que serve de ponte entre os alunos e a direção da escola?

**Professora TJ:** Com certeza.

**Entrevistadora:** Como funciona a associação de estudantes?

**Professora TJ:** A associação dos estudantes funciona como... como eu já havia dito, um órgão. Funciona com um chefe da associação, digamos assim, e tem um adjunto e os seus membros, em que todos os alunos que fazem parte da mesma instituição, fazem parte da mesma.

**Entrevistadora:** E quem financia as atividades da associação de estudantes? Acha que há algum tipo de influência por parte de um partido, enfim?

**Professora TJ:** Não existe uma influência por parte de um partido. Nós sabemos que uma instituição é apartidária, então daí que não existe nenhuma influência por parte de um partido político, digamos assim. Agora, na questão do financiamento, a associação tem uma quota na qual os alunos devem contribuir ou pagar essa quota no início e no final do ano. Então, é daí onde sai o financiamento e também algumas contribuições por parte da direção da escola.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes da associação de estudantes e os professores?

**Professora TJ:** Existe uma boa relação, do meu ponto de vista. Pelo que eu pude observar daquilo que é o funcionamento da associação, existe uma boa relação.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes? Entre os estudantes da associação e os estudantes da escola?

**Professora TJ:** Têm uma boa relação visto que, pelo que eu pude acompanhar, eles estão aí para resolver os problemas dos estudantes e, do pouco que eu pude acompanhar, eles fazem este acompanhamento.

**Entrevistadora:** Quem realiza o plano de atividade da associação de estudantes?

**Professora TJ:** É o gestor da associação dos estudantes.

**Entrevistadora:** Os órgãos de gestão têm de aprovar essas atividades? A direção da escola?

**Professora TJ:** Claro que sim. Eles elaboram o programa de atividades e dão entrada aos órgãos de tutela, ou seja, ao gestor máximo da instituição para depois aprovar.

**Entrevistadora:** Muito obrigada professora, pela sua colaboração.

**Professora TJ:** Obrigada.



## **Entrevista ao Professor nº 12**

### **Legenda:**

Entrevistadora

Professora

**Entrevistadora:** Bom dia, professora.

**Professora DB:** Bom dia, professora.

**Entrevistadora:** Professora, estamos diante da entrevista número 12. Professora, sinta-se à vontade nessa entrevista. Essa tem como objetivo único, investigação. Então, ao responder a suas questões, sinta-se à vontade.

**Professora DB:** Ok.

**Entrevistadora:** Então, desde já, gostaria que a professora se apresentasse.

**Professora DB:** Ok. Bom dia, eu chamo-me DB. Sou professora desta instituição, professora de CU.

**Entrevistadora:** Cara professora, já ouviu falar da existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professora DB:** Já, por acaso, já.

**Entrevistadora:** Quando foi criada?

**Professora DB:** Ao princípio, não sei.

**Entrevistadora:** Foi por iniciativa de quem?

**Professora DB:** Desconheço.

**Entrevistadora:** Como decorreu esse processo?

**Professora DB:** Infelizmente, também não sei.

**Entrevistadora:** E como foi a adesão dos alunos na escola?

**Professora DB:** A princípio diria que foi positiva.

**Entrevistadora:** Desde que foi criada a associação de estudantes, o que mais destaca na sua ação desde a sua criação? Que mais lhe marcou desde que foi criada?

**Professora DB:** A princípio talvez possa dizer, porque eu vejo mais eles a tratar a questão relacionada com os passes dos alunos; a questão de algumas atividades, talvez extraescolares, é só. Pelo menos é isso que eu posso dizer.

**Entrevistadora:** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professora DB:** Nunca tive contacto. Infelizmente, não sei.

**Entrevistadora:** Conhece o seu organograma?

**Professora DB:** Também não.

**Entrevistadora:** Que ideias tem sobre ela, atualmente?

**Professora DB:** Diria que não tenho nenhuma ideia porque nunca tive em contacto com o cronograma da associação. Se tivesse este contacto, acho que ali poderia mais ou menos dar uma opinião...[imperceptível]

**Entrevistadora:** Esta aqui: “Que ideias tem sobre ela, atualmente?” pode só explicar como vê a associação atualmente. Mais organizada, dinâmica ou nem por isso, funciona bem, não funciona. Que é que ideia... qual é a ideia que a professora tem?

**Professora DB:** A princípio diria que... porque eu vejo mais eles a... assim, aparecem vezes nas turmas que é para comunicar algumas atividades. Mas, agora em questão assim de... de atividades extraescolares ainda nunca presenciei. Há mesmo, acho que entre eu e a associação há uma distância, não tenho mesmo algo para dizer, assim que... [imperceptível]

**Entrevistadora:** Já alguma vez participou nas atividades programadas pela associação de estudantes?

**Professora DB:** Nunca.

**Entrevistadora:** Então, nem... como se sentiu...então também...[imperceptível]

**Professora DB:** Também não porque nunca participei.

**Entrevistadora:** Acha importante a existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professora DB:** Acho que sim, acho que é importante porque esta associação vai... Serve de quê? De elo de ligação entre os estudantes, os professores e acho que todos os agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Acho que é importante.

**Entrevistadora:** Qual é a relação que existe entre a associação de estudantes e os órgãos de gestão desta escola? A direção da escola. Qual é a relação?

**Professora DB:** Quer dizer, se não viesse o regulamento interno, mas talvez eu diria mais ou menos a relação seria mesmo esta de servir de elo entre os alunos e o... e os professores. Porque visto que, acho que um do... o presidente da associação acho que é também estudante ou aluno dessa mesma instituição e ele conhece melhor os problemas dos seus colegas, então acho que talvez seja esta... (imperceptível)

**Entrevistadora:** Como funciona a associação de estudantes? Quem financia as atividades da associação de estudantes? São duas questões.

**Professora DB:** Como funciona, felizmente não sei porque nunca tive esse contacto do regulamento interno, porque se tivesse, ali teria mais ou menos uma noção. Agora quem financia também não sei.

**Entrevistadora:** Acha que há algum tipo de influência de um partido?

**Professora DB:** Se disser que sim, estaria a mentir. Não sei.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes da associação de estudantes e os professores?

**Professora DB:** Hmm, diria que é uma relação amigável. Por acaso eu nunca tive assim, problemas com... com a associação. Então, diria que talvez é mesmo uma relação amigável, como todos fazemos parte da escola, então.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes? Entre eles, como é?

**Professora DB:** Com a associação?

**Entrevistadora:** Mm, mm.[sic].

**Professora DB:** Também posso dizer que é uma relação boa porque até aqui nunca assisti assim um... um descontentamento entre a associação e os estudantes.

**Entrevistadora:** Quem realiza o plano de atividades da associação de estudantes?

**Professora DB:** Quem realiza?

**Entrevistadora:** Sim.

**Professora DB:** Realiza quer dizer...

**Entrevistadora:** Sim, quem elabora.

**Professora DB:** Quem elabora.

**Entrevistadora:** Sim.

**Professora DB:** O plano da associação.

**Entrevistadora:** De atividades escolares.

**Professora DB:** De atividades.

**Entrevistadora:** Sim.

**Professora DB:** Acho que talvez a elaboração das atividades, se calhar é os própr... o próprio presidente da associação juntamente com o responsável das atividades extra-curriculares, talvez.

**Entrevistadora:** E quem é esse? O ajudante também é membro da associação?

**Professora DB:** Acho que como a associação faz parte da...da escola e a escola em si também tem outros... outros... outros órgãos que ajudam no funcionamento da escola, então acho que entre esse, o presidente da associação e o... o... [imperceptível]

**Entrevistadora:** O chefe das atividades.

**Professora DB:** O chefe das atividades extraescolares, acho que talvez eles é que elaboram mais ou menos esse plano das atividades da associação. Não tenho assim uma certeza.

**Entrevistadora:** Os órgãos de gestão têm de aprovar essas atividades, a direção da escola?

**Professora DB:** Acho que sim. Para um bom funcionamento, acho que a escola, os órgãos da gestão da escola têm que ter o conhecimento dessas atividades. Porque se eles é que estão a gerir a própria escola, então eles também devem ter o conhecimento de todas as atividades que a associação pretende realizar.

**Entrevistadora:** Muito obrigada, professora, pela sua colaboração.

**Professora DB:** [imperceptível]

## **Entrevista ao professor nº13**

### **Legenda:**

Entrevistadora

Professora

**Entrevistadora:** Bom dia, professora.

**Professora:** Bom dia.

**Entrevistadora:** Professora, estamos diante da entrevista aos professores. Essa é a entrevista número 13. Sinta-se à vontade porque a nossa entrevista tem único objetivo, investigação. Professora, gostava que se apresentasse, por favor.

**Professora:** Eu sou a professora BD. Professora de XY e CH e de MC. Tenho 47 anos de idade, trabalho nesta escola há mais de 7 anos como professora e sou coordenadora da disciplina de BT há mais de 4 anos. Obrigada pelo convite, agradeço bastante. Espero que o meu contributo sirva de alguma coisa para a sua investigação. Obrigada.

**Entrevistadora:** Cara professora, já ouviu falar da existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professora:** Já.

**Entrevistadora:** Quando foi criada?

**Professora:** Sinceramente, quando eu cheguei nessa escola em 2011, acredito eu que já encontrei essa associação, por isso não tenho em mente quando foi criada a associação dos estudantes nessa... nesta escola.

**Entrevistadora:** Foi por iniciativa de quem?

**Professora:** Acho eu que por iniciativa da direção da escola. Bem, para melhor organização dos estudantes na participação das atividades extraescolares.

**Entrevistadora:** Como decorreu esse processo?

**Professora:** Esse processo decorreu de forma organizativa dos estudantes, indicando os delegados de turma para uma reunião onde foram votados o presidente e o secretário, acho eu. Não tenho muito em mente, mas acho que por ali, onde, foi assim como ocorreu o processo de associação de estudantes para encontrar o presidente e o secretário e todos os anos ou depois, acho que de 4 em 4 anos têm renovado essa associação por... pelo facto dos outros alunos terminarem e não fazerem parte mais da escola então há necessidade de criar outro, outro corpo diretivo para a associação dos estudantes da escola.

**Entrevistadora:** Desde... como foi a adesão dos alunos na escola?

**Professora:** A adesão dos alunos foi participativa, foi... foi positiva porque a partir desse... dessa associação eles conseguem levar as suas ações, conseguem participar, conseguem fazer, organizar as suas atividades fora da sala de aulas.

**Entrevistadora:** Desde que foi criada a associação de estudantes, o que mais destaca na sua ação desde a sua criação? O que mais te marcou desde que foi criada, qual atividade?

**Professora:** O que mais me marcou, acho eu, se não estive em erro, é a forma como eles organizam, em cada fim do ano letivo, e da saída dos... dos outros colegas que terminam a 13ª classe porque na organização... (tosse) desculpem... na organização, o que é que tem acontecido? A associação, os responsáveis da associação dos estudantes são os que empenham-se melhor para organizar os finalistas. Então, isso me marca muito porque eles organizam de forma positiva.

**Entrevistadora:** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professora:** Não, não tenho, não tenho. Nunca tive acesso, por isso não sei qual... como é que funciona o seu regulamento e qual é o seu estatuto.

**Entrevistadora:** Conhece o seu organograma?

**Professora:** Também não porque nunca tive acesso.

**Entrevistadora:** Que ideias tem sobre ela atualmente? Sobre a associação?

**Professora:** Acho que, de uma forma geral ou de uma forma mais criativa, eles deveriam trabalhar... para além de serem associação dos estudantes, deveriam trabalhar também com alguns professores para melhor organização e também os professores terem, pelo menos, o acesso ao regulamento, estatuto, ao organograma para também eles darem seu contributo.

**Entrevistadora:** Alguma vez já participou nas atividades programadas pela associação de estudantes?

**Professora:** Acho eu que já. Tendo, tendo visto de que nos finais de ano, ou seja, na entrega dos certificados, eles é que organizam e de forma direita, eu já participei em 2016, 2015 se a memória não me falha.

**Entrevistadora:** E como se sentiu?

**Professora:** Me senti bem porque a organização foi bonito.

**Entrevistadora:** Acha importante a existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professora:** Sim, acho que sim.

**Entrevistadora:** Qual a relação que existe entre a associação dos estudantes e os órgãos de gestão desta escola? A direção, neste caso.

**Professora:** Acho que têm... têm... têm tido uma boa relação. Acredito eu que mesmo tendo... tendo criado ou tendo indic... nomeado uma nova direção para a escola, acho que o sistema vai continuar porque o corpo... a direção cessante, sempre tiveram boas relações. Acredito eu que também com essa nova direção, ela... ou novos membros que a escola recebeu como órgãos de gestão da escola, haverá boas relações. E acre... vamos esperar que sejam melhores, apesar de que sempre foi melhor, mas que tenha mais ênfase a relação, ou as outras associações que aqui nesta escola já passou.

**Entrevistadora:** Como funciona a associação de estudantes?

**Professora:** A associação dos estudantes aqui na escola funciona de forma, acho eu, que indicada. O presidente e o secretário, acho eu, o presidente ou o vice, uma coisa assim parecida, e junto desses indica..., desses eleme..., dessas pessoas indicadas, é que vão estar, quando há um encontro é que tiram a informação a partir da direção da escola, a partir dos professores, mesmo até eles é que levam, passam de sala em sala para levar a informação aos outros colegas.

**Entrevistadora:** Quem financia as atividades da associação de estudantes?

**Professora:** Sinceramente... [imperceptível]

**Entrevistadora:** Acha que tem algum partido que influencia?

**Professora:** Acredito que, numa primeira... numa... na primeira vista, acho que não tem nenhuma associação, ou seja, não tem nenhum partido ou nenhum elemento que financia a associação dos estudantes. Acho eu que tudo quanto eles conseguem, conseguem de forma contributória. Eles mesmos fazem a contribuição, eles mesmos é que trabalham da forma, de forma... acredito eu até que a escola nunca financiou. Então, acho que não existe nenhuma... nenhum, nenhum órgão, nenhum responsável a financiar a associação dos estudantes. Em correlação ao partido, acho que não existe nenhuma... nenhum partido a influenciar porque, sendo a escola centro de todos os indivíduos da sociedade, ali não pode funcionar partido, porque isto é uma associação de estudantes, não é... a associação dos estudantes faz parte de todos os alunos da escola, então acho que... acho eu que não existe nenhuma influência de nenhum partido.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes da associação de estudantes e os professores?

**Professora:** Olha, caracterizando como tal, não sei como caracterizar, mas de forma assim mais... [imperceptível]

**Entrevistadora:** Como é que é a relação entre os professores...[imperceptível]

**Professora:** Acho que tem havido uma boa relação, para que eles, quando ficam próximos da associação. Tem... existe mesmo uma boa relação.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes?

**Professora:** Entre eles, estudante/estudante, acho que também tem havido uma boa relação porque quando há atividade de qualquer situa... de qualquer ramo ou de qualquer curso, tem... sendo escola

estruturada pelos cursos, quando há atividades de cursos e se eles forem formados, também eles têm advertido uma participação ativa. Então há uma boa relação entre a associação e os estudantes.

**Entrevistadora:** Quem realiza o plano de atividades da associação de estudantes?

**Professora:** Quem realiza o plano de atividades acho que é o responsável da própria associação, que é o presidente, o vice-presidente, o secretário. Depois eles planificam e levam o plano das atividades aos demais e chegam a um consenso para poder realizar as mesmas atividades.

**Entrevistadora:** Os órgãos de gestão têm de aprovar essas atividades? A direção da escola.

**Professora:** Acho que sim, deveria ser assim. Acho que também funciona assim, eles têm que aprovar porque os estudantes não estão sós, eles estão dentro de uma instituição e a instituição tem responsáveis e tem que ser aprovado pelos responsáveis da escola para melhor acompanhamento.

**Entrevistadora:** Muito obrigada professora pela sua disponibilidade. Espero que esteja disponível em próximas oportunidades.

**Professora:** Eu é que agradeço, obrigada.



## **Entrevista ao professor nº 14**

### **Legenda:**

Entrevistadora

Professora

**Entrevistadora:** Boa tarde, TB.

**Professora TB:** Boa tarde, professora YNL.

**Entrevistadora:** Professora, sinta-se à vontade, esta é uma entrevista dirigida aos professores.

**Professora TB:** [Imperceptível]

**Entrevistadora:** Tem como único objetivo, investigação. Então, sinta-se à vontade ao responder a suas questões. Sendo assim, professora, gostava que se apresentasse, por favor.

**Professora TB:** Sou professora TB, leciono nesta instituição do *Ondjuo Yeto* há 11 anos. Sou docente de HA e LD

**Entrevistadora:** Caro professor, já ouviu falar da existência da associação de estudantes nesta escola?

**ProfessoraTB:** Certo que já ouvi falar e temos acompanhado a sua existência já há alguns anos.

**Entrevistadora:** Quando foi criada?

**Professora TB:** Foi criada, acessivelmente, não estou muito bem lembrada da data de fundação da associação, mas acessivelmente há 6 ou 7 anos.

**Entrevistadora:** Foi por iniciativa de quem?

**Professora TB:** Foi iniciativa mais ou menos de... de várias pessoas, digamos assim. Pelo facto de que os nossos estatutos prezam este aspeto no organograma da instituição, então a iniciativa de certo modo foi também da direção da instituição e também pelo facto de que outras escolas noutras paragens já têm esta organização e os próprios alunos também que sentiam a necessidade de serem representados e para poderem apresentar os seus... as suas inquietações junto à direção da instituição.

**Entrevistadora:** Como decorreu esse processo?

**Professora TB:** Com exatidão, não estou muito bem lembrada como tenha decorrido, mas eu creio eu os primeiros grupos, houve sempre e tenho visto para renovação dos mandatos, tem havido sempre candidaturas, tem havido eleições e que culminam com a escolha... obrigada... [imperceptível] obrigada ... culmina com a escolha do... do presidente da associação e de todo o seu elenco para

responder às várias necessidades, às várias tarefas que englobam a atividade juvenil, fundamentalmente, dos estudantes.

**Entrevistadora:** Como foi a adesão dos alunos na escola?

**Professora TB:** Eu creio que a adesão tem sido boa, tem sido ótima, mesmo na altura das candidaturas há alunos que prestam-se e pautou-se já há alguns anos de não primar-se pelos alunos finalistas porque eles terminam as aulas, terminam o curso e ausentam-se da instituição. Então, para poderem acompanhar e poderem desenvolver devidamente o seu programa, porque claro, toda a associação, toda a candidatura acarreta sempre um programa, poderem desempenhar as suas atividades com maior tempo, normalmente se tem escolhido estudantes do 2º ano, a partir da 11ª classe para então até que cheguem à 13ª consigam ainda fazer um percurso e poderem implementar todas as suas iniciativas.

**Entrevistadora:** Desde que foi criada a associação de estudantes, o que mais destaca na sua ação desde a sua criação?

**Professora TB:** Do que eu tenho observado, apesar de não acompanhar de par e passo a atividade, digamos assim, o desempenho desta associação, o que eu tenho observado, as atividades mais desempenhadas, fazem-se sentir, digamos assim, a associação dos estudantes sobretudo em atividades extraescolares, fundamentalmente. Quando há uma atividade em honra do patrono, da instituição então organizam com alguns professores que zelam por atividades extraescolares ou desportivas, organizam as atividades. Muitas vezes são eles os organizadores, são eles os... os prele... não os preletores, mas os apresentadores das atividades e por vezes também vejo que fazem de portavozes do... das orientações baixadas pela direção da instituição aos outros colegas, muitas vezes imperadas, eles têm tido as suas intervenções para dar aviso, para passarem orientações dimanadas da direção.

**Entrevistadora:** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professora TB:** Diretamente não, porque nunca acompanhei de mais perto esse regulamento. Sei que existe, todavia, mas como não acompanho diretamente a atividade, confesso que não, não tenho presente o regulamento da associação dos estudantes.

**Entrevistadora:** Conhece o seu organograma?

**Professora TB:** Pouco. Sei que existe o presidente da associação, existem várias áreas para comunicação, a área da secretaria, da tesouraria, por aí fora. Por vezes, em conselhos ou assembleias, têm sido apresentados pelo... pelo diretor da instituição, então tenho minimamente algumas ideias muito básicas, digamos assim, muito insipientes sobre a associação dos estudantes.

**Entrevistadora:** Que ideias tem sobre ela atualmente?

**Professora TB:** Atualmente vejo que, pelo menos, reúnem-se com certa frequência e começa a ter um certo impacto, um certo corpo, a tomar corpo como um aspeto de organograma fundamental da instituição porque... já têm até um espacinho cá na instituição reservado a eles, por minúsculo que seja. E vejo que muitas vezes estão lá reunidos, organizam e às vezes têm atividades para doação de sangue, atividades que acham realizáveis para... sobretudo para a juventude, que quase todos eles são

jovens, os responsáveis pela associação e tenho visto mais ou menos esse tipo de atividades, este tipo, este tipo, esta forma, digamos assim, de exteriorização do... da associação dos estudantes.

**Entrevistadora:** Alguma vez já participou nas atividades programadas pela associação de estudantes?

**Professora TB:** Certo, porque são atividades da instituição. Estou muito bem lembrada do patrono da instituição no ano transato. Foram eles, como já o disse há pouco tempo, a organizar a preparação, a remoção, todo o tipo de atividades, claro que coadjuvados com alguns professores, por alguns professores, mas poderem organizar. Estou também lembrada do encerramento do ano transato e a entrega dos diplomas, dos certificados aos finalistas. Foi, em grande parte, a associação dos estudantes que tomou a peito esta atividade.

**Entrevistadora:** Como se sentiu?

**Professora TB:** Bem, eu senti-me que, de certo modo, senti-me regozijada porque é bom ver os jovens tomarem iniciativas por si mesmos, serem ativos na instituição, sentirem-se parte, sentirem-se engajados, poderem fazer alguma coisa sem esperar que sejam os professores a fazerem tudo. E alguns deles são meus alunos e senti-me muito regozijada porque, de certo modo, vi que o Português está passando à locução, está passando à exteriorização e isso apraz-me muito porque é o funcionamento da língua em ação, digamos assim. Mas acho que também ainda precisa de se fazer bastante porque... por escassez de tempo, porque esses rapazes são estudantes, alguns deles são jovens que já constituí... que já começaram a constituir famílias, são trabalhadores por outro lado, então não têm o tempo suficiente para poderem ter mais atividades, organizar mais atividades e poderem-se, fazerem-se sentir melhor e poder fazer sentir também, a sua voz nos conselhos docentes ou no conselho de direção porque esta é a finalidade principal a colher da associação dos estudantes.

**Entrevistadora:** Acha importante a existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professora TB:** Lógico, lógico. Acho importantíssimo porque é bom que os jovens sejam protagonistas do próprio saber, não só com atividades extraescolares mas, eu gostaria que esta associação também criasse, tivesse iniciativas de expandir, de criar seminários, trabalhos em grupos para poderem cimentar um pouquinho mais, auxiliar os... alguns colegas que têm debilidades muito sérias nalgumas cadeiras, para poderem auxiliar-se a superar porque os professores podem fazer, mas por vezes se o aluno, entre eles ou individualmente, não consolidar a matéria aprendida, nunca apreendem.

**Entrevistadora:** Qual a relação que existe entre a associação de estudantes e os órgãos de gestão desta escola?

**Professora TB:** Creio que seja bastante positiva, digo bastante porque [imperceptível] subalternos. Então, para que possam apresentar críticas, possam apresentar situações que os outros colegas expõem e que talvez firam um docente ou a própria direção da instituição, aí, talvez ainda não tenham muito espaço. Mas, em linha de máxima, e de certo modo, creio que as relações sejam positivas.

**Entrevistadora:** Como funciona a associação de estudantes? Quem financia as suas atividades?

**Professora TB:** Não sei sinceramente se eles têm uma verba, se têm um financiamento a partir da instituição. Eu estou lembrada quando da festa do patrono, em companhia com um dos professores

que esteve a organizar, estavam em lamúrias pelo facto que não tinham verbas nem sequer para realizar devidamente e uma das consequências desta... deste facto foi o facto de terem retardado a cerimónia de quase 3 horas porque não havia verbas. De facto, houve uma cerimónia de apresentação, prontos, disse alguma coisa, mas nem houve sequer uma possibilidade de alunos, professores e representantes sentarem-se, tomarem um copo de água, isso não aconteceu. E alegou-se mesmo a falta de verbas. Então, se para uma festa que, diríamos, central para a instituição, não haviam verbas, tenho eu as minhas dúvidas que existam financiamentos para apoiar a associação dos estudantes. Talvez exista, mas estou a (imperceptível) isso.

**Entrevistadora:** Mas acha que há influência de algum partido?

**Professora TB:** Há, é logico. É, logico como tudo no país. O partido no poder manda e determina. Aliás, a própria associação acho que é impregnada de meninos pertencentes ao MPLA, ou à JMPLA. E muitas vezes também as atividades extraescolares têm a ver com isso e às vezes é muita coincidência, não é? A campanha de doação de sangue já não se sabe se é da instituição, da associação dos estudantes ou da JMPLA. Há muito essa miscelânea, sim. Não há ainda descentralização neste aspeto.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes da associação dos estudantes e os professores?

**Professora TB:** Creio que seja positiva. Eu tenho notado, até os... os meninos que não são meus alunos diretamente, têm aquele respeito, aquela amabilidade. Encontram a professora, saúdam e muitas vezes até abordam-me direta ou indiretamente nos corredores da instituição, até para aprofundar alguns aspetos de âmbito académico. Creio que seja positiva.

**Entrevistadora:** Como caracteriza a relação entre os estudantes?

**Professora TB:** Entre eles varia, como sempre. Mas, prontos, o estudante sabe que vem a esta instituição, tem um regulamento por cumprir e se não cumprir será penalizado. Então, se quer ou não, de certo modo, se quiser usar biquinhos antiéticos ou anticívicos são deixados fora do portão sob pena de serem punidos, de serem censurados. Acredito que em relação a isso sejam minimamente positivas. Alguns casos, talvez isso podia muito bem respondê-lo o... o... a comissão da instituição para a disciplina. Recentemente apercebi-me de alguns casos de alguns alunos que entraram em punhaladas entre eles, estavam a beligerar entre eles e tiveram suspensões. Mas eram alunos do 1º ano que ainda não conheciam o regulamento, mas de resto não se veem grandes situações alarmantes. Conhecesse o regulamento e cumpre-se.

**Entrevistadora:** Quem realiza o plano de atividades da associação de estudantes?

**Professora TB:** Olha, acredito eu que é um plano que venha do alto, da direção da instituição, e depois se vão ajeitando, acrescentando uma ou outra atividade que consigam realizar. Creio que seja, fundamentalmente, isto. E também porque, como já o disse anteriormente, não têm muito tempo para organizar, para se encontrar. Porque muitas vezes têm que ser retirados da... da sala de aulas, estão em aulas, porque a associação tem que se reunir, francamente. Porque são jovens que estudam em todos os períodos, o matinal, o vespertino e o pós-laboral. Então, alguém tem que perder aulas para se reunir ou só tem que ficar para o sábado, mas por vezes têm havido mesmo estas situações.

**Entrevistadora:** Os órgãos de gestão da escola têm de aprovar essas atividades?

**Professora TB:** Certo, se não forem aprovadas não arrancam. Por isso que eu disse antes que é um órgão subalterno à direção da instituição. Têm que aprovar mesmo.

**Entrevistadora:** Professora, muito obrigada pela disponibilidade.

**Professora TB:** Nada, por isso, sei pouco, conheço pouco a respeito da associação. Mas, talvez de outros colegas que estão mais diretos a acompanhar saberão melhor.

## Apêndice 5 - Transcrição

### Entrevistas ao Professor Alfa e ao Diretor

#### Entrevista ao Professor Alfa

Legenda:

Professora YNL

Professor Alfa

**Entrevistadora:** Boa tarde, professor.

**Professor:** Boa tarde, professora YNL

**Entrevistadora:** Gostava que o professor se identificasse, por favor.

**Professor:** Alfa, coordenador de turno e coordenador das atividades extra escolares, há já algum tempo.

**Entrevistadora:** Muito bem, professor. Estamos aqui diante de uma entrevista. Esta entrevista não tem um outro objetivo senão, simplesmente, para ajudar no estudo da nossa investigação. Sinta-se à vontade ao expor as suas opiniões.

**Professor:** Obrigado.

**Entrevistadora:** Professor Alfa, nos podia dizer quando é que surgiu a associação dos estudantes

**Professor:** Ok, obrigado. A associação dos estudantes surgiu no ano de 2010, quando ainda era uma escola, *Yeto*, não propriamente uma escola *OndjuoYeto*. Essa associação surgiu por intermédio de um grupo de jovens, liderados pelo aluno Watchitua José, alunos do curso de Estatística, que sentiram a necessidade de haver esta associação dos estudantes para serem mais organizados e terem o direito de reivindicarem, por exemplo, os seus direitos como estudantes e serem um conjunto de alunos mais organizados para ajudar também a instituição a crescer em alguns itens em que eles acharem importantes. Então, foi assim que surgiu este grupo para organizar a associação. E surgiu sem ter, por exemplo, um estatuto. Eles, simplesmente, organizaram-se. Eram um grupo de 45 alunos, porque era uma turma, e, desde ali, a associação foi crescendo.

**Entrevistadora:** Significa isso que eles é que tomaram a iniciativa?

**Professor:** Quem são eles que tomaram a iniciativa...O aluno Watchitua José, acompanhado da aluna Yimane, aluna Acale, era um grupo de alunos. E são estes alunos que criaram a associação dos estudantes.

**Entrevistadora:** Acha importante a existência da associação de estudantes nesta escola?

**Professor:** Sim, acho muito importante porque acredito com o surgimento ou com a existência desta associação, alguns problemas internos da nossa instituição, tanto de organização de pátio, atividades sociais... Como se sabe, a nossa instituição é uma escola virada para a sociedade. Algumas vezes, organizamos atividades fora da instituição e esta associação tem-nos ajudado bastante, tanto na mobilização e organização das atividades.

**Entrevistadora:** Que estrutura tem a associação dos estudantes e quem a definiu?

**Professor:** A associação dos estudantes tem uma estrutura que eles próprios definiram. Anteriormente, tinham um simples estatuto que indicava um presidente da associação dos estudantes, tinha um vice-presidente da associação dos estudantes, o tesoureiro, o secretário-geral. Anteriormente, foi assim, mas eles foram organizando outros estatutos, já está em carteira um novo estatuto onde já têm até coordenadores de cursos. Quer dizer, eles querem que cada coordenação de curso tenha um representante, por exemplo, já têm uma mesa de assembleia. Então, é alguma reestruturação que se foi fazendo, mas é, realmente, isso que acabei de dizer.

**Entrevistadora:** A direção da escola supervisiona o trabalho da associação dos estudantes?

**Professor:** Sim. Anteriormente, esta associação tinha um supervisor, que é o coordenador das atividades escolares da escola, ele é que acompanhava os trabalhos da associação como representante da direção da escola, dentro a associação dos estudantes, para ajudar na organização dos seus projetos e de maneira a evitar que eles andem fora. Porque, independentemente de ser uma associação de estudantes, mas está dentro de uma escola. Então, a escola tem o seu regulamento interno e com base nesse regulamento; vamos supor que a associação venha a realizar uma atividade que tenha problemas fora da instituição, então, como é uma associação dentro da escola, a direção tem esta autonomia de indicar alguém para acompanhar as atividades da associação dos estudantes.

**Entrevistadora:** Mas dizia que tinha um supervisor. Já não tem?

**Professor:** Eu dizia que tinha porque no novo estatuto já não faz referência à existência de um supervisor. Está em estudo. Acredito que, a qualquer altura, será inserido ou não, ou já não voltará a ter um supervisor.

**Entrevistadora:** De que forma supervisiona e porquê?

**Professor:** A supervisão tem muito mais a ver com a questão de projetos sociais, ajudar em ideias e fazer uma revisão daquilo que eles pretendem fazer. É mais ou menos um elo, um elo de ligação entre a direção da escola e a associação dos estudantes. Quer dizer que esta pessoa é que vai intermediando na realização dessas mesmas atividades programadas pela associação de estudantes.

**Entrevistadora:** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Professor:** Sim, tenho conhecimento. Como eu dizia há bem pouco tempo, estes projetos estão em carteira. Eles tinham um antigo que já não se sabe bem o paradeiro, mas a associação, este momento, está já feito o estatuto da associação que acredito que, dentro de poucos dias, estará já homologado pelo diretor da escola, ou ele estará a fazer a sua revisão, depois vai lançar as suas opiniões. Depois, estará em exercício.

**Entrevistadora:** Quem elaborou?

**Professor:** São os próprios estudantes quem elaboraram os estatuto da associação.

**Entrevistadora:** Acha importante a participação da direção da escola na elaboração dos programas de atividades da associação dos estudantes?

**Professor:** Acho importante, mas desde que não venham a interferir tanto porque existem aquelas atividades e aqueles projetos que têm que são do âmbito estudantil, são do âmbito associativos que a direção da escola não deve criar, por exemplo, impasse porque eles além de serem uma associação que está para discutir, para ajudar a instituição, também reivindicam alguns direitos como estudantes. Então, se a direção pôr muito às mãos, podemos ver esses regulamentos que vêm para reivindicar a serem excluídos do seu regulamento ou estatutos, então, é importante, mas que a direção não pegue, não deve pegar a 100% as atividades da associação dos estudantes.

**Entrevistadora:** Tem havido eleições na associação dos estudantes?

**Professor:** Sim, tem havido eleições. As eleições têm acontecido de 2 em 2 anos, quer dizer que a associação tem um mandato de 2 anos letivos e depois de 2 anos, cessam, realiza-se assembleias, mas antes das assembleias abre-se um período de inscrições para todos aqueles alunos que queiram concorrer. E já sabemos que só concorrem os alunos da 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classe. Da 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup>, já não concorrem para a associação dos estudantes. Então, tem havido essas assembleias.

**Entrevistadora:** E há muitas listas concorrentes

**Professor:** Sim, algumas vezes, muitas. Por exemplo, a última tivemos 4 candidatos e dos 4 candidatos, simplesmente 1 é que foi eleito, pela maioria, como presidente da associação de estudantes.

**Entrevistadora:** Quem orienta esse processo?

**Professor:** Esse processo, anteriormente, era orientado pela supervisão, desde o momento que não existia uma assembleia, uma comissão de assembleia na associação. Com o novo estatuto, já com a inserção de uma mesa de assembleia, esta mesa passará a organizar este processo todo eleitoral.

**Entrevistadora:** Houve eleições no meio de um mandato. Porquê?

**Professor:** Sim, houve eleições a meio de um mandato porque o presidente da associação...eu digo...má gestão. Má gestão da associação, fez com que houvesse eleições no meio do mandato. Tanto que um desse concorrentes era membro da associação cessante, neste caso, e quem retomou a presidência dessa mesma associação. Foi por má gestão.

**Entrevistadora:** Como funciona a associação dos estudantes?

**Professor:** A associação dos estudantes funciona normalmente. Temos estado a acompanhar. Eles têm, dentro da instituição escolar, um gabinete, onde eles realizam as suas atividades, os seu projetos. Eles funcionam fazendo os seus projetos. Eles têm projetos, têm planos de atividades e dentro desses planos de atividades, com o gabinete das atividades extraescolares, nós fizemos um intercâmbio para não haver choques de atividades. E aquelas atividades que achamos de âmbito escolar, para fora, então nós realizamos. Aquelas que são de dentro, de âmbito interno, a associação realiza, sem uma interferência do gabinete de atividades extraescolares.

**Entrevistadora:** Quem financia essas atividades?



**Professor:** As atividades, vamos dizer que não têm um financiamento como tal. A associação dos estudantes, como dizia lá para trás, eles têm membros. Nem todos os alunos fazem parte da associação, aqueles que aderem, então, são membros. Eles realizam, têm uma quotização mensal, anual de 300 kwanzas. É, desse valor que a associação, quando tem atividades para realizar, retiram desses mesmos valores para realizar as atividades. Embora esta quotização ainda pendente, por enquanto, por alguma situação a se resolver junto da direção da escola do banco. Acredito que quando estiver resolvida, vão retomar esse caminho porque tem ajudado bastante na realização das atividades da associação de estudantes.

**Entrevistadora:** E, qual é o papel da associação dos estudantes aqui nesta escola?

**Professor:** O papel da associação dos estudantes aqui dentro da escola...Primeiro, dizia que é manter os alunos organizados e unidos por uma única causa, ajudar a instituição a crescer, contribuindo na limpeza da instituição, pintura de árvores...realização de palestras podem realizar palestras, convidando palestrantes dentro de temas que eles acharem que são pontuais. Ajudarem a expandir o nome da escola fora...hospitais, etc...realizam atividades de doação de sangue...Essas atividades toda, levam o nome da escola porque é uma associação de estudantes daquela escola ou da nossa escola. Então, sempre que há uma atividade que a associação realiza, estamos a expandir o nome da nossa instituição.

**Entrevistadora:** Como é a relação da associação de estudantes e os órgãos de gestão da sua escola. Neste caso, a direção.

**Professor:** A relação, digamos que hoje já é super boa porque, anteriormente, também foi boa, mas era preciso estar a apertar quase sempre. Mas hoje, já tem uma relação muito séria, muito boa. A direção já convoca a associação para trocarmos impressões, para perguntar quais são os projetos que têm, quais são os projetos que precisam de ajuda da direção. Então, todo este apoio tem sido feito pela direção da escola. Então, a relação é mesmo boa.

**Entrevistadora:** Quem define as atividades, ou planos de atividades, da associação dos estudantes?

**Professor:** A associação tem o seu plano de atividades, eles remetem uma via do plano de atividades o gabinete do diretor, não para ser corrigido, mas para a direção da escola tomar conhecimento das atividades que a associação, possivelmente, venha a realizar.

**Entrevistadora:** Participa, de alguma forma, na elaboração das atividades?

**Professor:** Quem? O supervisor? Sim...De alguma forma, direta ou indireta, nós participamos, ajudando com ideias, ideias no âmbito social, tanto interno como externo. Ajudamos a criar metas para a realização de algumas atividades.

**Entrevistadora:** Tem havido necessidade dos órgãos de gestão aprovarem ou reprovarem as atividades?

**Professor:** Não, não tem havido.

**Entrevistadora:** Que relação existe entre a associação de estudantes e a coordenação das atividades extra escolares?

**Professor:** Digamos que a relação é super boa porque, acredito eu, praticamente são um só. Trabalham muito juntos. Vamos supor que um dos cursos promova uma visita a uma barragem, ou centro de tratamento de águas. Então, a coordenação do curso programa, remete ao gabinete das atividades extra escolares...ainda que o gabinete não mobilizar...a associação faz esse papel. Digamos que a relação é super boa e temos estado a trabalhar em sintonia. Os resultados tem sido mesmo muito positivos.

**Entrevistadora:** O que acha da associação dos estudantes nesta escola?

**Professor:** Acho boa, acho que deve continuar. Acho que a direção da escola deve apoiar para que esta associação nunca morra e continue porque eles fazem mesmo muita falta.

**Entrevistadora:** Os estudantes aderem às atividades?

**Professor:** Aderem a todas as atividades que a gente programa, tanto pela associação, pelas atividades extra- escolares.

**Entrevistadora:** Acha importante a relação da associação dos estudantes com os professores? Porquê?

**Professor:** Acho importante. Embora hoje, muitos professores ainda não têm aquele sentido social com a associação. Há professores que acham um incómodo, por exemplo, um membro da associação vir falar com um professor a reivindicar algum mau comportamento ou algum mal entendido. Os professores, às vezes, maltratam os estudantes. Mas é importante porque isso também ajuda na nossa autoavaliação. Os estudantes, às vezes, vêm fazer alguma reivindicação...eu acho que é importante e seriam ainda mais importante se os professores todos colaborassem na ajuda da resolução de alguns problemas que a associação de estudantes vai enfrentando.

**Entrevistadora:** Muito bem, professor Alfa. Muito obrigada pela sua colaboração. Espero que esteja disponível se às vezes que precisar.

**Professor:** Obrigada. Estaremos sempre disponíveis.

**Entrevistadora:** Obrigada.

## **Entrevista ao Diretor**

Legenda:

**Professora** YNL

**Diretor:** BPC

**Professora:** Bom dia, senhor diretor.

**Diretor:** Bom dia.

**Professora:** Estamos aqui diante de uma entrevista e sinta-se à vontade de responder às nossas questões. Simplesmente, estão para fim de investigação. Sinta-se à vontade. E antes, gostava que se apresentasse, dissesse quanto tempo tem de serviço nesta instituição.

**Diretor:** BPC, diretor do *Ondjuo Yeto* desde o mês de abril de 2018, no despacho, mas comecei as funções, como diretor, no mês de junho, mas antes, desde o final de 2014, trabalhei como sub-diretor pedagógico. Depois nomeado em 2016, por despacho de sua excelência o Ministro da Educação. Já estou nesta instituição, por acaso com algumas intervenções, com algumas interrupções, mas estou desde 2009.

**Professora:** Muito bem, caro diretor. Quando surgiu a associação dos estudantes?

**Diretor:** A minha estada cá, desde 2009, ela já existia. Não posso precisar de facto quando é que ela surgiu. Não temos como precisar, mas de facto já data de há muito tempo.

**Professora:** Porquê surgiu?

**Diretor:** Bem, como qualquer outra instituição de ensino, há sempre nela uma associação de estudantes. A associação dos estudantes tem esses fins de defender os estudantes e também faz parte das próprias políticas de gestão das instituições. Podemos dizer que ela faz parte do conselho de direção de uma direção de escola.

**Professora:** Quem tomou a iniciativa?

**Diretor:** Os estudantes. Os estudantes tomaram a iniciativa de associarem-se para verem os seus problemas discutidos junto da direção da escola.

**Professora:** Acha importante a existência da associação de estudantes nesta escola?

**Diretor:** Sim. Muito importante, sim.

**Professora:** Porquê?

**Diretor:** Porque ela nos faz ligar entre a direção da escola e os estudantes.

**Professora:** Neste caso, serve de uma ponte?

**Diretor:** Uma ponte, sim.

**Professora:** Que estrutura tem a associação dos estudantes?

**Diretor:** Está estruturada com uma direção, onde tem o presidente da associação, tem o secretário e outros elementos, como o tesoureiro...depois vêm os responsáveis da área da cultura, do desporto, da solidariedade...enfim.

**Professora:** Quem a definiu?

**Diretor:** Eles mesmos, através do seu estatuto.

**Professora:** A direção da escola supervisiona o trabalho da associação dos estudantes?

**Diretor:** Sim, supervisionamos porque, independentemente de eles estarem associados entre eles, não deixam de estar sob a nossa alçada.

**Professora:** De que forma supervisiona?

**Diretor:** Através da condenação, dos círculos de interesse das atividades escolar. Então, através dessa, está sempre estritamente ligada ao que a associação deve realizar. Porquê? Porque sabemos que precisam sempre de uma orientação.

**Professora:** Tem conhecimento do seu regulamento ou estatuto?

**Diretor:** Sim, tenho.

**Professora:** Que elaborou?

**Diretor:** Eles elaboraram, através da sua assembleia de todos os constituintes da associação e a gente ainda...demos uma revisão naquilo, demos o nosso ponto de vista para um outro elemento. Mas, de facto, foi elaborada com base na sua vivência.

**Professora:** Acha importante a participação da direção da escola, na elaboração dos programas das atividades da associação dos estudantes?

**Diretor:** Sim, é importante...eles devem ser sempre supervisionados...esta participação que devemos sempre informá-los...a orientá-los melhor.

**Professora:** Tem havido eleições na associação dos estudantes?

**Diretor:** Sim, tem havido eleições a cada dois anos, donde os elementos eleitos, quando estiverem quase a terminar o curso, a sua formação, devem passar o testemunho aos outros.

**Professora:** Há muitas listas concorrentes?

**Diretor:** Sim, tem havido. De facto, tem havido várias listas concorrentes. Mas só que eles são sempre consensual, independente da democracia que existe nas eleições. Foi consensual porque quem ganha, então eles reveem-se logo no presidente eleito.

**Professora:** Quem orienta esse processo eleitoral?

**Diretor:** Este processo, é orientado através de uma assembleia, conforme os estatutos da associação de estudantes, existe aí uma assembleia que constitui uma comissão eleitoral para tal, que acompanha...Como já disse anteriormente, nós seguimos todas as atividades deles através da nossa coordenação...das atividades escolares. A direção tem conhecimento, acompanha, só que não tem uma intervenção direta neste processo todo.

**Professora:** Houve eleições no meio de um mandato. Porquê?

**Diretor:** Não percebi.

**Professora:** Houve eleições no meio de um mandato. Porquê?

**Diretor:** De facto...Seguindo os princípios dos estatutos da própria da associação, do regulamento interno da instituição, quando há incumprimento de um desses elementos, então, interrompe-se. Mas o que se refere, foi de que o presidente na altura eleito, interrompeu os seus estudos para integrar as fileiras das forças armadas angolanas. Achou melhor ir ao emprego, ir ao serviço patriótico e interromper os seus estudos. Assim, então, houve obrigação de ser automaticamente destituído e o secretário, na altura, assumiu a associação dos estudantes. Este é um caso. O outro, como eu disse, houve um incumprimento dos estatutos, do regulamento interno, por parte do presidente eleito na altura.

**Professora:** Como funciona a associação dos estudantes? Neste caso, quem financia as atividades e qual é papel da associação dos estudantes aqui nesta escola?

**Diretor:** O papel já disse que é de ligação, serve de ponte. Ela faz diferentes atividades, cá, internamente na instituição, com a direção, com os alunos. Às vezes é chamado a participar em algumas atividades do governo provincial, de algumas associações...sabemos que a premissa está, como eu considero, de associações juvenis...então, eles também têm estado nas atividades todas. Através dos seus estatutos, os seus associados pagam uma determinada quota. A quota essa que faz funcionar a associação. E demais, também, às vezes, tem recebido algum suporte, para realização de uma ou outra atividade, da direção da escola, também. E eles, às vezes, saem em campanhas de recolha de donativos ou patrocínios de entidades que há na província.

**Professora:** Como é a relação da associação dos estudantes com os órgãos de gestão da escola, a direção?

**Diretor:** Boa, muito boa.

**Professora:** Quem decide e define os planos de atividades da associação dos estudantes?

**Diretor :** A direção, a direção da associação.

**Professora:** Neste caso, o senhor diretor tem participado de alguma forma na elaboração a atividades?

**Diretor:** Sim, temos participado. Porque antes de executar qualquer atividade, dão-nos a conhecer, dão-nos o ponto de vista, dão o nosso parecer....Assim se realiza a atividade...Sempre na disponibilidade [sic] do diretor, há sempre um elemento da direção da escola que participa nestas atividades.

**Professora:** Mas tem havido necessidade dos órgãos de gestão da escola aprovarem ou reprovarem algumas atividades?

**Diretor:** Sim, tendo em conta o nosso calendário escolar, tendo em conta as atividades da escola, por vezes, não encontramos um enquadramento para a atividade...A gente gosta sempre ajustar.

**Professora:** Que relação existe entre a associação dos estudantes e a coordenação das atividades extraescolares?

**Diretor:** Relação de trabalho. É inevitável. Uma complementa a outra.

**Professora:** O que acha da associação dos estudantes nesta escola?

**Diretor:** Acho muito bom. É mais um instrumento para o funcionamento, para a gestão desta instituição.

**Professora:** Os estudantes aderem às atividades?

**Diretor:** Muito.

**Professora:** Acha importante a relação da associação dos estudantes com os professores? Porquê?

**Diretor:** Acho importante porque a associação trabalha, fundamentalmente, com os estudantes e quem está com os estudantes, diretamente ligado, é o professor. Então, para que a associação necessite que os alunos vão a uma determinada atividade, deve-se também se ver o tempo do professor...Imagine que querem passar uma informação aos estudantes no tempo de aula. Na sala, está o professor. Então, devem também ter uma relação. É, muito importante.

**Professora:** Tem mais alguma coisa a dizer, que não esteja aqui no nosso guião?

**Diretor:** Não...creio que está tudo.

**Professora:** Muito obrigada, senhor diretor, pela sua disponibilidade

## Apêndice 6 – Transcrição

### Entrevistas em grupo dos alunos

#### Grupo nº 1

##### Legenda

P- Professor

A- Aluno

***P: Muito bem. Caros estudantes, estamos aqui diante de alguma entrevista, da nossa entrevista que tem como tema a génese da associação de estudantes. A entrevista tem único fim para investigação, sintam-se à vontade e dar as vossas opiniões, o que não serão para prejudicar ninguém, mas sim para o benefício da própria associação de estudantes. Neste aspeto, eu espero que todos participem. Esta entrevista chama-se “entrevista em grupos” por isso é que vocês estão aqui todos em formas de grupos e não de forma individual. Espero que todos participem nos debates e sintam-se à vontade. No que tange à génese da associação de estudantes, quando foi criada a associação de estudantes? Alguém tem noção?***

**A1:** Informação desconhecida.

***P: Informação desconhecida. Isso é por todos?***

**A1:** Sim.

**A2:** Sim.

**A3:** Sim.

**A4:** Sim.

**A5:** Sim.

***P: Nem por iniciativa de quem foi criada?***

**A1:** Infelizmente.

***P: Um pouco mais alto.***

**A3:** Acredito eu que foi por iniciativa dos colegas, dos alunos.

***P: Desculpe, um pouco mais alto.***

**A3:** Acredito eu que foi por iniciativa dos mesmos colegas, dos alunos.

***P: Como decorreu esse processo? Um pouco mais alto.***

**A4:** Não sei como decorreu esse processo porque em tal época...não sei como decorreu esse processo porque em tal época talvez eu ainda não estava efetiva na escola, mas eu acredito que ela foi algo posto pelos próprios alunos para ajudarem os mesmos.

**P: Como foi a adesão dos alunos na escola?**

**A5.** Não sei como foi a adesão dos alunos na escola.

**P: Foi boa, aderiram em massa ou...?**

**A2.** Acredito eu que se até agora a associação dos estudantes existe é porque de uma certa forma os colegas aderiram em massa.

**P: Muito bem, vamos passar para o ponto 2 que refere ou que trata acerca da associação de estudantes, da estrutura, da sua estrutura. Tem estatuto, o qual seria então para o desenvolvimento das vossas atividades?**

**A1.** Sim, a associação tem um estatuto. É, o estatuto é como fosse um guião. Porquê? Porque sem...sem o mesmo estatuto, a associação não poderia funcionar. É, necessário que houvesse um estatuto para que a mesma funcionasse ou que a mesma funcione com eficácia.

**P: E quem elaborou?**

**A1:** O estatuto é elaborado pela mesma associação, ou seja, pelo conjunto de alunos que pertencem ou que fazem parte da associação de estudantes juntamente com o coordenador das atividades intra e extraescolares da mesma instituição ou de uma determinada instituição.

**P: E quem é esse coordenador?**

**A1:** Na nossa instituição, o professor Alfa

**P: E todos concordam com o que a colega disse?**

**A2:** Sim, sim, sim.

**A2:** Concordamos.

**P: Muito bem. Quem desempenha...não. A associação de estudantes possui organograma?**

**A1:** Hmmm, organograma...o valor semântico dessa expressão.

**P: Organograma [imperceptível]**

**A1:** [Imperceptível] Sim.

**P: Organograma é, exemplo uma estrutura que orienta, exemplo onde consta os elementos que fazem parte da associação de estudantes. \*Uma hierarquia.**



***P: É como se fosse uma hierarquia.***

**A1:** Sim, tem.

***P: É como se fosse uma hierarquia. E como está...como está composto?***

**A2:** Está composto pelo presidente da associação, o vice-presidente, o coordenador das atividades extra-esco...das atividades, o coordenador do desporto...[imperceptível]

**A1:** O coordenador para a área da cultura.

**A2:** Da cultura.

**A1:** O porta-voz da associação, o tesoureiro da associação e os coordenadores, ou seja, aqueles que auxiliam, auxiliam nas atividades de grupos de algumas especialidades. Esses estão ali para regular ou para controlar os alunos das diversas especialidades e essas pessoas devem ser pessoas das mesmas especialidades.

***P: Muito bem. Vocês estão muito calados, o que é que se passa?***

**A3:** Acho que essa informação por nós é nossa desconhecida. Não sei nada.

***P: Quem elaborou esse organograma?***

**A1:** Esse organograma foi elaborado pelo conjunto de alunos que fazem parte da associação juntamente, sempre...O coordenador das atividades extraescolares nunca, nunca está isento de todas as informações que constam ou que a informação...ou que a associação tem.

***P: Mas, quem é esse coordenador?***

**A1:** O professor Alfa. Professor Alfa.

***P: Ele também é membro da associação?***

**A1:** Não.

**A1:** De uma forma indireta, digamos que sim porque não há nenhuma informação que entre na associação que nunca passa pelas mãos do professor Alfa

**A2:** Bom, acredito eu que ele é simplesmente coordenador. Então, sendo coordenador é alguém que normalmente acompanha as mesmas atividades. Dizer que é membro efetivamente não, mas sim alguém que está ali, orienta e acompanha todas as atividades da associação dos estudantes.

**A1:** Sim.

***P: Isso significa que sem a sua presença nada avança?***

**A1:** Avança.

**A2:** Bom, avança. Mas tudo, tudo o que acontece dentro da associação, na maior parte é com o seu consentimento.

**A1.** Sempre.

**A2.** A associação dificilmente faz a atividade sem o consentimento ou sem o coordenador se aperceber.

***P: E se efetuarem uma atividade sem o coordenador se aperceber, são sancionados?***

**A2.** Exatamente. Em todo o caso, em todo o caso acontece que pode sofrer sanções e pode não sofrer sanções porque existem atividades em que eles podem realizar e o mesmo coordenador não estiver presente. Neste caso, ele não poderá, não poderá ter o consentimento da atividade, mas um outro professor que lhe coajuba [sic] pode ter esse mesmo conhecimento dessa mesma atividade.

**A1.** Eu discrepo da opinião do meu colega. Porquê? Porque toda a informa...toda a atividade que a associação pretender realizar deve, sim, passar pelas mãos do..., ou seja, o professor Alfa deve ter conhecimento das mesmas. Porquê? Porque a associação faz parte de uma instituição, ela não funciona só. Tudo o que acontecer na associação é problema da escola então, não pode realizar nenhuma atividade sequer que o professor Alfa não tenha conhecimento.

**A2.** Mas a questão é, se realizar sofre sanções ou não?

**A1.** Sofre.

**P: Sofre sanção.**

**A2.** Exatamente.

**A1.** Na ausência...no desconhecimento do...do...

**A2.** Do coordenador.

**A1.** Do coordenador.

**A2:** Sofre sanção.

**A1.** Tem que sofrer. Sofre.

**P: Mas, os outros não participam? Não...não têm noção do que se trata?**

**A3.** Temos noção.

**A4.** Temos noção. Digamos que sofrem sanções porque ele é o coordenador das atividades extra e intra-escolares. Então, se ele é quem coordena as atividades e a associação promove as atividades não tem como não sofrerem sanções.

**A1.** É como se fosse uma casa. Ele é como se fosse o nosso pai, então tudo o que nós realizarmos, os nossos pais, tudo o que nós quisermos, tudo o que nós fizermos os nossos pais têm de ter conhecimento.

**P: Então a associação de estudantes não é vista como algo independente?**

**A1.** Independente...

**P: Das atividades da escola.**

**A1.** Independente não, na minha ótica, não.

**A2:** Para começar, a associação dos estudantes existe mesmo para resolver situações internas da escola. Ao que tange ao desenvolvimento, ao que tange o desenvolvimento do intelecto dos mesmos estudantes e não só, também a sua relação de professor e aluno. Então, não pode ser visto como algo independente porque ela existe para resolver as situações da escola.

**P: Muito bem. A colega queria dizer algo?**

**A4.** Ia. O colega quando dizia que não podia acontecer uma atividade sem que o professor Alfa saiba...[imperceptível]

***P: Um pouco mais alto.***

**A4.** Sim. Os alunos da associação não podem realizar atividades sem que o professor Alfa saiba porque, imaginemos, por exemplo, que nós vamos realizar uma caminhada na associação e acontece algo lá na caminhada e não avisamos o professor Alfa. Não teremos como nos defender porque, nem nós nos despedimos nem demos a conhecer ao professor Alfa. Então, nesses casos é importante que nós demos a conhecer ao professor Alfa como coordenador das...Das atividades. Das atividades extraescolares.

**A2.** Das atividades.

\*Além disso, acho que na realização de uma atividade, programa-se um regulamento da mesma atividade ou faz-se um documento e é preciso aprovação. Então, quem aprova o próprio documento ou quem assina é mesmo o professor Alfa, pode ser também o diretor da escola. Sem a assinatura deles, a atividade não pode ser realizada. Não tem como a atividade não passar por ele.

**A1.** O documento antes passa... tem... leva assinatura da secretária da associação, do presidente da associação, do coordenador das atividades intra e extraescolares da associação e passa também pelas mãos do senhor diretor. O senhor diretor é que decide se sim ou não.

**A3** Eu creio que, resumindo, é o elo de ligação entre o corpo de coordenadores e a associação, ou seja, que faz com que haja uma ligação...uma ligação direta entre os alunos e os coordenadores ou o grupo de pedago... [imperceptível]

**A3.** O corpo docente.

***P: Isto é, o professor Alfa?***

**A3:** Sim.

***P: Muito bem, passamos para outra questão. Quem desempenha a função máxima na associação de estudantes?***

**A3.** O chefe da associação.

**A1.** O presidente da associação. Que, de momento, é o AX1.

***P: Conhecem os órgãos da associação de estudantes?***

**A3.** Conhecemos alguns.

**A2.** Alguns.

**A5.** Sim.

***P: Alguns. Conseguem identificar os vossos colegas com a função que desempenham dentro da associação de estudantes?***

**A1.** \*Sim.

**A3.** Alguns.

***P: Alguns?***

[imperceptível] \*Especialmente...[imperceptível]

***P: Porquê que só alguns?***

**A2:** Porque tem aqueles que são mais chegados a “nós”. A “nós”. São os que mais aparecem, estão sempre ali de frente, sempre, sempre, nas atividades eles sempre estão em frente, sempre estão lá a demonstrar, a trabalhar, algo assim. Por isso, só digamos “alguns” porque nem todos aparecem assim tanto.

**A3.** E também, digamos que pelas funções que desempenham. Normalmente o chefe da associação sempre participa em todas as atividades da escola e logo vai-se notar que ele é o chefe, ou seja, o presidente. E também a função de porta-voz. Ele sempre passa informação aos estudantes e também pela função dele, logo nós identificamos que faz ele parte da associação.

***P: Muito bem, como são realizadas eleições na associação de estudantes?***

**A2.** As elei... acredito eu que as eleições na associação de estudantes faz-se por uma espécie de candidatura. Cada um, ou seja, quem acha que está capacitado ou quer ser presidente da associação dos estudantes, desde que esteja a frequentar a 11ª classe, ele faz espécie de...uma espécie de programa, ele vai fazer uma espécie de programa, vai dizer o que ele pretende fazer como presidente da associação dos estudantes. Este mesmo programa é colado na vitrina e todo o aluno ou estudante da mesma instituição, ele passa por lá e vê. Se lhe convence, estabelece-se... a princípio estabelece-se uma data das eleições em função dos candidatos que se apresentaram e todo o candidato cola este mesmo, este mesmo programa na vitrina. Todo o aluno que passar por lá vai ler, se lhe convencer, mesmo no dia das eleições, ele poderá votar no candidato que acha certo para ser o presidente da associação dos estudantes da mesma instituição.

***P: Muito bem.***

**A4.** Acrescentando no que o colega disse, acrescentando no que o colega disse, não é qualquer um que pode se candidatar para ser presidente da associação de estudantes.

***P: Mais alto, mais alto.***

**A4.\***Repetindo, acrescentando, não é qualquer um que pode se candidatar para ser um presidente da associação porque também precisa ter em conta algo bem importante. Alguns requisitos. E a primeira coisa, ele tem que, na sala de aula, ele tem que ser ou delegado ou subdelegado. Tem que ter algum cargo na sala de aula, só esses é que podem fazer, é que podem candidatar se para presidente da associação, não qualquer colega.

**A5.** Bom.

**A1.** Não necessariamente. [imperceptível] **A5.** Conforme aquilo que a colega disse, que não só... nem toda a pessoa que pode assumir esse cargo de presidência, eu venho negar, eu venho...também não tenho bem noção de como ocorre esse processo, mas eu acho que esse tipo de processo acontece...é quando alguém quiser também, se eu quiser de minha livre vontade, se eu quiser pertencer então me candidatar para ser presidente da associação então venho aí dar os meus esque...os meus planos, o que é que eu irei fazer quando ser presidente da associação. E ali as pessoas vão ver e se eles

gostarem, vão votar para essa mesma pessoa. Agora, porquê não é delegado, tem alguma função na turma, acho que não.

**A2.** E também as eleições não são só permitidas aos alunos da 11ª classe porque os alunos da 10ª também concorrem para as eleições. Pelo menos no ano em que nós entramos também pediram concorrência nossa.

**A1.** Não.

**A2.** Eu falo isso por conhecimento de causa. Na altura em que eu fui delegado na 10ª classe, assisti a algumas das eleições do presidente da associação dos estudantes e só podia ser presidente da associação aquele estudante que estiver a fazer a 11ª classe e também aquele estudante que se sentir capacitado para ser presidente da associação dos estudantes, independentemente de ser o delegado, subdelegado ou delegado de higiene, não importa. Mas sim, desde que ele sinta se capaz de... de assumir este cargo e esta capacidade revela-se aonde? No momento em que ele vai fazer o seu guião, o seu programa de atividades como presidente da associação dos estudantes.

**P: Muito bem. Vocês já pen...já tentaram candidatar-se?**

\*Sim. (impercetível)

**A1.** À presidência? Não.

**A2.** À presidência? Não.

**P: Porque não?**

**A2.** \*À presidência? Não.

**P: Porque é que não?**

**A2.** Ao princípio falava da... da capacidade de... de achar que eu posso ser o presidente da associação. Efetivamente eu acredito que, não senti exatamente capacidade para assumir a presidência da associação dos estudantes.

**A5.** Eu não acho só a capacidade, também como o próprio tempo. O presidente da associação está mais... está mais na escola, está mais a trabalhar com os professores e alguns de nós somos professores, claro, trabalhamos muito distantes então não temos esse tempo de estar muito assim na escola, é por isso que não, não pensamos nesse tema, nesse caso, para ser presidente da associação.

**A1.** Não, francamente ser presidente de uma associação não é fácil. É uma tarefa muito complexa. Então, eu sinceramente não me senti capaz e nem me sinto.

[impercetível]

**A1...** [impercetível] na ideia da minha colega.

**P: E nunca pensaram nisso então?**

**A1.** Não. (em unísono). [impercetível]

**A1** Pensar... [impercetível]

**A1.** A partir do momento... [impercetível]

**A1.** Fazer parte da associação, já. Mas candidatar-se à presidência...

**P: Os motivos são estes apresentados, não?**

**A1.** Muita responsabilidade. Não é qualquer um que consegue lidar com tudo isso.

**P: E alguma vez já foram contactados para fazerem parte da associação de estudantes?**

**A3.** Sim.

**A4.** Já, já.

**P: O mandato tem a duração de quanto tempo?**

**A3.** Três anos.

**A5.** Cinco.

**P: Uma pessoa de cada vez.**

**A2.** Acredito eu que é de três anos. De três em três anos.

**A1.** Dois anos. Porquê? Porque vai da 12ª classe...da 11ª à 12ª classe só, porque o finalista não pode, não pode presidir a associação. Sabe-se muito bem que tem aulas práticas na 13ª. Ele se calhar vai estagiar no período matinal e no período vespertino ou no período pós-laboral tem que acompanhar aula de outros colegas e então não dá. Razão pela qual só até à 12ª classe, 13ª já não.

**P: E quem convoca as eleições na associação de estudantes?**

**A2:** As eleições são convocadas tanto pelos integrantes da mesma associação e pelo professor Alfa também, o coordenador das atividades intra e extraescolares. Esses fazem a publicidade de que está se a fazer a candidatura para um novo presidente da associação.

**P: Qual é o número de listas que concorrem às eleições? Quantas pessoas, no momento, concorrem?**

**A3.** Três, três.

**A2.:** Depende, depende.

**A3.** No máximo três. (Impercetível)

**A2.** Depende da disponibilidade dos estudantes da mesma instituição. O que tem sido comum na nossa instituição é, [sic] três, dois. Mas em função da disponibilidade de cada um, pode, pode ir mais de cinco, seis pessoas.

**P: Tem havido rotatividade como, como eleições na associação de estudantes?**

**A1.** Sim, tem.

**P: Que critérios são utilizados para as eleições na associação de estudantes?**

**A1.** Para as eleições...critérios...primeiro o presi...o...alguém que queira candidatar-se para ser presidente...que queira candidatar-se à presidência da associação, primeiro tem que ser alguém responsável, muito responsável. Porquê? Porque se o presidente da associação não for, não tiver responsabilidades, como é que serão os demais colegas? Porque a associação é com...a associação dos estudantes é dos...a associação trabalha com estudantes e para os estudantes. O presidente tem

que ser alguém responsável dotado de capacidades para que possa defender os interesses dos estudantes. Então, critérios são  $n$ , são  $n$  critérios.

**A2.** Mas acima de tudo e em primeira instância, é mesmo a responsabilidade. A responsabilidade, também a capacidade de interação com os professores e com os colegas. Porque, por exemplo, o colega pode ter, pode ser responsável, mas não tem uma interação...

**A2.** Aceite.

**A2.** Aceite com os colegas como com os professores, porque o presidente da associação é o elo de ligação entre os colegas e o corpo diretivo. Então, se não houver uma boa relação fica difícil o presidente da associação dar soluções aos problemas dos colegas.

**A3.** Creio que também uma das...das...

**A2.** Um dos critérios.

**A3.** Um dos critérios é a disponibilidade porque ele tem...tem...ele vai desempenhar várias funções e essas funções, muita das vezes, não estão previstas. É, necessário, que ele seja alguém muito disponível porque o tempo é essencial ao exercer esse cargo.

**P: Muito bem. Quem as dirige?**

**A2.** As mesmas eleições?

**P: Sim.**

**A2.** O coordenador das atividades extra e intra-escolares.

**A1.** Sim.

**P: diga-me sempre quem é.**

**A2.** O professor Alfa.

**A1.** É por aí.

**P: O último presidente da associação saiu da associação, porquê?**

**A2.** Para ser sinceros,[sic] motivos por ele ditos, acredito eu que não foi nenhuma...nenhuma...[sic] ele não disse nada, não sei. Talvez os colegas saibam de uma outra coisa, pelo menos desde o tempo que eu estou cá na instituição, ele não disse nada, apenas nos apercebemos que ele já não é mais o presidente da associação. Convocou se eleições e houve dois, três candidatos, candidataram-se. Mas da última vez disseram que foi por falta, ouvimos assim por alto, foi por falta de...quer dizer, o batismo dos caloiros foi realizado, mas não houve condições suficientes segundo as previsões da mesma associação. Ou seja, os colegas haviam contribuído para tudo, mas não foi possível se entregar a tempo as próprias t-shirts que eles haviam contribuído.

**A1.** Eu acho que imprevistos acontecem. Se as t-shirts não foram entregues no momento exato é porque houve falhas e imprevistos, acontecem. Não vamos criticar, não vamos pura e simplesmente criticar o presidente por...por não...não ter entregue as t-shirts no dia exato. Mas eu acho ainda que, se ele saiu é porque houve razões, razões estas que nós desconhecemos, porque ninguém sai do

mandato do nada. Se ele saiu é porque houve...houveram mesmo motivos graves ou motivos de força maior que fizeram com que ele saísse do poder.

***P: E o porquê de novas eleições no meio de um mandato?***

**A2.** Acredito eu que houve necessidade mesmo de haver eleições porque a associação não podia ficar só, não podia ficar só, precisava de alguém para guiar a mesma associação. Porque acredito eu que haveria uma espécie de desordem na mesma associação, não haveria, não haveria...como posso dizer, não haveria uma organização, tanto faz por parte da mesma associação e da instituição.

**A3.** Eu creio que às vezes há necessidade de fazer uma nova, como posso dizer, uma nova eleição no meio do mandato porque às vezes o..., a pessoa que esteve a exercer essa função teve muitos problemas, problemas esses que têm várias naturezas, várias naturezas e muitas das vezes são problemas de falta de..., como posso dizer, não conseguem gerir talvez o tempo, faltam muito em certas atividades, o financia...o financiamento da escola não conseguem gerir, aliás da associação, disponível. São *n* situações que fazem com que haja uma nova candidatura no meio de um mandato.

***P: Que expectativas têm para este novo mandato?***

**A1.** As novas expectativas são muito boas. Até porque apresentaram propostas excelentes e estamos a ver que também houve trabalho da nova comissão, ou seja, da nova associação. Na minha ótica, estão melhores que as anteriores.

**A2.** Quanto a este ponto, eu [imperceptível] sempre de estar a conversar com os mesmos colegas da associação dos estudantes. Da última vez perguntei se o programa deles estava concluído, pelo menos do primeiro trimestre, eles disseram que não, não estava concluído. Eu perguntei porquê, disseram é por falta de tempo e naquele mesmo momento veio-me uma ideia de criar uma organização que possa supervisionar as mesmas atividades da associação dos estudantes, ou seja, o cumprimento das atividades da associação dos estudantes. Porque se eles programaram, se eles meteram no programa é mesmo para serem cumpridas. Então, eu dei conta que os mesmos, o mesmo coordenador das atividades da escola, extra e intra, o professor Alfa, ele tem supervisionado na medida em..., naquelas atividades que já foram realizadas, mas não tem cobrado as que não foram realizadas. Então, na minha ótica, deu-me uma ideia de criar uma organização, não pertencente à associação, para passar a cobrar estes mesmos, estas mesmas atividades que não serão realizadas, mas que constam do mesmo programa.

\*[imperceptível] perspectiva é de esperar. Como posso dizer, a perspectiva é que para que o cumprimento dessas propostas que assim o coordenador, o presidente da associação de estudantes estipulou. [imperceptível]

**A1.** Deixa eu só fazer, deixar algo claro. O presidente da associação não estipula, quem estipula é a própria associação. É real que nem todas as atividades são realizadas. Porquê? Porque, como eu disse no princípio, há sempre imprevistos, nós temos tido, ou seja, a associação tem tido, às vezes, atividades extraordinárias, aquelas ordin...e quando às vezes aquelas que ofuscam as atividades ordinárias. Porque há necessidade, ou seja, faz-se sempre uma ordem, ou seja, tem atividades, tem



atividades programadas, mas as atividades extraordinárias são as que ofuscam as atividades ordinárias. Então acho que nem sempre as atividades programadas são realizadas.

**A5.** Certo, deste modo, segundo as perspectivas nós esperamos uma boa coisa. Nós, como estudantes, estamos à espera que os da associação criem algumas atividades, até hoje estamos aqui não se criou nenhuma atividade extra-escolar pelo que eu sei. A não ser o futebol, a não ser...porquê? O ano passado, o presidente da associação, eu vi o, o AX22, foi o AX22 né?

**A5.** Sim.

**A5.** Houve, eu vi que ele mostrou mais trabalho em relação ao AX1, ou então o AX1 talvez vá mostrar trabalho nesse trimestre, porque eu não vi nenhum trabalho que ele ainda fez. Nenhum trabalho, não vi mesmo nenhum. Então, conforme a nossa colega disse, que trabalha na associação, espero que nesse trimestre ele mostre esse trabalho, essas atividades que sejam vistas por nós, porque nós não podemos estar aqui a defender algo que não existe. Eu não vi atividades realizadas neste trimestre pelo presidente da associação.

**A5.\***O trimestre passado.

**A5.** O trimestre passado. E eu acho também que esse tipo de que tinham que avisar também nas palestras, avisar o...o que vai se fazer... [imperceptível]

[imperceptível]

**A5.** Sim, as atividades. Falar: “Nesse trimestre vamos fazer isso, vamos fazer isso, vamos fazer isso.” E os alunos, caso eles não fizerem, vamos cobrar.

**A1.** Permitam-me, se faz favor.

**A5.** Sim.

**A1.** Muitas das vezes os estudantes o que mais fazem é criticar. E agora eu pergunto, será que os estudantes já se perguntaram o que é que nós fizemos ou o que é que nós temos feito para que a associação de estudantes melhore? Será que alguma vez algum estudante já se levantou e foi até à associação de estudantes levar propostas? Não... [imperceptível]

**P: Mas têm lhes dado essa abertura?**

**A1.** Temos dado muitas vezes. Nós até perguntamos o que é que os colegas querem que nós façamos ou que não temos feito. Esse ano realizou se atividades, sim. Eu digo, falo isso por conhecimento de causa. A ativi...o batismo dos caloiros é uma atividade.

**A2.** Extra-escolar.

**A1.**Há...houve o fut...os jogos de futsal. [imperceptível]

**P: Desculpa? Desculpa continuar. O batismo dos caloiros é uma atividade... [imperceptível]**

**A2.**O batismo dos caloiros é uma...[imperceptível]

**P: Uma atividade extra-escolar?**

**A2.** Não, não é. O batismo dos caloiros é uma atividade típica da instituição. Existindo a associação dos estudantes ou não, terá de existir mesmo essa atividade. Até porque no mesmo batismo dos caloiros, o diretor da escola ele dizia aquilo é uma atividade, é uma atividade que deseja as boas vindas na nossa instituição. Então, falarmos de atividades como batismo dos caloiros, seria um pouco difícil porque é uma atividade típica da instituição e um dos fac... e uma das questões que eu referia ao principio, eu disse que fui ter com os colegas da associação. Perguntando me como é que tem sido o funcionamento, não só porque eu fui lá, porque eu vi que não está a realizar atividades extraescolares. Que talvez será a atividade de caráter assim para motivar os alunos ou os colegas para...a mais pesquisa, a mais...para se dedicar mais ao estudo. Então, em função das explicações que ele, que ele me deu, as respostas que ele me deu, eu fui compreendendo e dei também algumas propostas, dei algumas propostas e em função dessas propostas eu gostaria criar um...uma outra organização, não pertencente à associação, porque se diz que quem está fora do campo vê melhor o jogo, não só criticando mas sim também dando opiniões e também velando se vão cumprir estas mesmas atividades que eles já têm ou se vai implementar as mesmas propostas que eu vou dando no seu currículo ou no seu programa de trabalho.

***P: Então porque nunca se candidatou à presidência?***

**A2.** Para ser o presidente? Acredito eu que é mesmo falta de tempo. O meu colega ia dizendo que ele é funcionário público, vai ao serviço. Acredito eu que para ser um presidente é mais responsabilidade do que ser um simples estudante observando porque ser presidente é você estar dentro e nem sempre as ideias serão suficientes, então precisa-se sempre de alguém que esteja fora, que te observe e que acompanhe o seu trabalho.

***P: Um supervisor, neste caso.***

**A2.** Um supervisor, neste caso.

***P: Quando termina esse mandato?***

**A2.** Este ano.

**A2.** Esse será... [impercetível]

**A2.** Se tem durabilidade de dois anos, depois de dois anos o mandato... [impercetível]

**A2.** Este ano, o mandato do presidente atual termina este ano, acredito eu. Porque é um estudante do 13º ano.

**A2.** Exatamente.

**A2.** Do 13º ano.

**A2.** Não, é do 12º ano.

**A2.** Do 12º ano. Não, 13º.

**A1.** Não, é do 13º.

**A1.** 13º sim. Do 13º ano. Como o estudante da 13ª ou do 14º ano não pode exercer a função de presidente da associação, o mandato dele irá terminar este ano. Acho que neste ano ainda haverá nova candidatura.

**A1.** No final.

**A1.\***No final do ano.

**A1.**\*No final.

**P:** *Isso significa que ele está a terminar com o mandato do...do presidente...*  
[impercetível]

**A2.** Da associação dos estudantes.

**P:** *Do presidente cessante?*

**A2.** Sim, sim.

**P:** *Ou este é um novo mandato mesmo?*

**A2.** Não, do presidente cessante. [Impercetível]

**P:** *Então está a terminar o mandato do presidente cessante?*

**A1.** Não, ele está a terminar o mandato dele.

(impercetível)

**A2.** Vamos ver...(interrupção)

**P:** *Uma pessoa de cada vez.*

**A2.** Vamos ver. Cada mandato termina depois de dois anos. Então, o presidente cessante, ele não deixou o mandato no...quer dizer, no fim do ano, foi no meio do ano. É isto?

**A1.** Hmm.

**A2.** Foi no meio do ano. Acredito que ele está a terminar o mandato do...do presidente cessante.

**A2.** Porque o presidente atual também foi membro da associação na qual era presidida pelo ex-presidente. Então ele deve estar mesmo a terminar o mandato do ex-presidente da associação. Porque ele foi posto numa situação constrangedora, foi mesmo por urgência de presidente porque a associação não podia ficar assim. Então acredito eu que ele deve estar a terminar o mandato do ex-presidente.

**A1.** Eu não acho. Porquê? Porque cada mandato é um mandato. Cada presidente é um presidente. Então creio eu que ele esteja mesmo a exercer a sua função e não a função de outrem. Eu acho que...  
[Impercetível]

**A1.** Sim, até porque ele também deu as suas propostas durante o seu mandato.

**A2.** Mas é claro, você ao entrar tem que dar propostas. Porque se tu queres entrar, os outros também querem entrar.

[Impercetível]

**A2.** (impercetível) ...que ele vai fazer cumprir as suas propostas, não a proposta do outro.

[Impercetível]

**A5.** Nesse caso... [Imperceptível]

**A5.** Nesse caso, nesse caso, o presidente João Lourenço e o quê? Agora vem falar que o presiden..., o João Lourenço vem dar continuidade ao mandato do...[Impercetível]

**A5.** Não. Não. [Impercetível]

**A2.** Colegas, vamos entender uma coisa.

**A5.** Vai dar continuidade.

**A5.** Sim, porque ele foi imposto... [Impercetível]

**A2.** Colegas, colegas.

**A2.** Não, foi imposto... [impercetível]

**A5.** [Impercetível] ...as propostas, cada pessoa tem uma proposta diferente.

**A3.** Posso explicar?

**A2.** Colegas, colegas vamos...

**P: A colega, a colega tem uma ideia.**

**A3.** Posso explicar. A questão é, o mandato é, terminar o mandato é seguir o que o outro já tinha estipulado. Por exemplo, eu venho com as minhas regras e de repente eu tenho que sair. Você vai seguir aquilo que eu propus, mas quando eu venho com as minhas ditaduras, as minhas, como posso dizer, propostas, tenho que seguir as minhas, e quer dizer que eu estou a seguir...e eu já saí do meu mandato, é diferente.

**A3.** Sim, mas... [impercetível]

**A2.** Vamos perceber.

**A3.** Não podemos meter a questão do presidente porque ele terminou o seu mandato e terminou as suas funções, agora veio outro.

**A2.** O presidente cessante não terminou o seu mandato.

**A3.** Não terminou o seu mandato, mas ninguém... [impercetível] ninguém coiso[sic], deu continuidade, então aquele mandato encerrou-se. Começou outro.

**A4.** Sim porque se eu bem me lembro, as eleições [impercetível] do início do ano. Então, sendo assim, o presidente atual ele está a cumprir o seu mandato, ele não está a dar continuidade ao mandato do presidente anterior.

**A5.** Concordo.

**P: E as eleições têm sido justas e transparentes?**

**A1.\***Sim.

**A4.** Creio que foram, até porque o presidente atual, consoante as suas propostas. Uma das suas propostas era que nós voltaríamos a trançar, naquele tempo nós não trançávamos. Ele dizia que se me votassem, voltaria a trançar e isso aconteceu realmente. Então acho que a partir disso, eu posso-lhe dizer que...foi.

**A1.** Concordo plenamente.

**A2.** Bom, a justiça que aqui se refere não é bastante neste sentido. É no sentido, é no processo de eleição. O que significa que, se no momento das eleições, não houve ninguém a favor a mais de um dos candidatos, quer dizer se quando se votou. Até porque falando dessas eleições, eu não me apercebi que foram eleições assim que todos tiveram acesso. A maior parte das turmas tiveram acesso, mas algumas umas turmas que não tiveram acesso.

**4.** E acho que...

[imperceptível]

**A4.** Foi-se escondendo...

**A2.** Não, houve dois candidatos. O atual vice-presidente...

**A1.** O presidente.

**A2.** Na altura também foi candidato.

**A1.** Desconheço essa informação.

**A2.** Bom, eu conheço bem. Houve...

**A1.** Houveram três candidatos. O AX50 das especialidades de Muenho; o AX1 da especialidade Yimbica, que é o presidente atual; e o AX30 da especialidade Yonoconda. E, na minha ótica, nenhum deles esteja à altura do AX1. As eleições foram justas, sim.

**A2.** Em termos de quê?

**A1.** Porque todos os votos, na minha ótica... olha, o AX30 teve simplesmente três votos. O... o... o AX50, creio que só uma mínima parte da turma dele é que votou para ele.

**A2.** Mas quem votou, quem votou?

**A1.** Os estudantes votaram.

**A1.** Sim, eu também votei.

**A1.** E fez sim...e fez-se. E os delegados de turma estiveram presentes na assembleia. As eleições foram justas.

**A5.** [Impercetível]

**A2.** Não foram justas. Seriam justas se todos estudantes da instituição tivessem votado.

**A4.** Eu acho...

**A2.** Mas nem todos votaram.

**A1.** Porquê?

**A4.** Eu acho que...

**A2.** Quem teria esse conhecimento de causa em relação seria o... [impercetível]

**A2.** ...o coordenador das atividades extra e intra-escolares, o professor Alfa. É que teria mais explicações evidentes, porque é que uns votaram e outros não.

**A1.** Como foi uma... [impercetível]

**A2.** Porque a princípio... [impercetível]

**A1.** Como foi uma...como foi uma candidatura extraordinária, levaram, ou seja, levou-se, particularmente os delegados de turma, os delegados de turma conversaram com os seus colegas, apresentaram os candidatos e eles foram...e eles foram para lá representar os colegas. É assim que se fez as eleições no ano anterior, no ano... [impercetível]

**A2.** Mas neste caso dá-se sequência, dá-se sequência ao mandato anterior.

**A2.** Sim.

**A1.** Mas os delegados foram representar os estu...os colegas, sim ou não? Eu, pelo menos, representei a minha turma.

**A1.** Sim.

**A1.** E eu falei e informei bem os meus colegas de que está a decorrer a campanha de eleição. Acho que fui com o subdelegado da turma, que na altura era o colega [impercetível]

**A4.** Mas, imaginemos, por exemplo que... [impercetível]

**A2.** Mas não foram justas.

**A4.** Vocês estariam de acordo... [impercetível]

**A1.** Querias que... [imperceptível]

[imperceptível]

**A2.** Não, eu queria que todos votassem.

**A4.** Imaginemos que vocês estejam de acordo que o AX1 ganhe e eu esteja a favor de outra pessoa. Somos todos da mesma turma, como é que faríamos que você vá-me representar sendo que não estamos com as mesmas ideias?

A4. Não é possível.

**A4.** Não é possível. [Imperceptível]

**A4.** É sinal que todos os alunos tinham que votar. [imperceptível].

**A4.** Por isso é que há votos, há eleições. É para cada um dar a sua opinião, votar no que ele acha capaz.

**A2.** Nenhum representa todos.

**A5.** Está bem, está bem. Eu sou da opinião que também não foram justas, não foram justas, mas no caso do AX1 ser eleito, é conforme você disse não cabe só responsabilidade e capacidade de poder exercer esse trabalho, também saber socializar-se. O AX30 é, sim, alguém inteligente que muitos...muitos temem, mas ele não sabe socializar-se com as pessoas, ele não sabe socializar-se. Como é que al... vamos poder escolher alguém que não sabe socializar-se. O AX1, escuta, o AX1 sabe socializar-se, tem muitas amizades aqui na escola, claro que irão lhe escolher mesmo. Agora, o não ser justo... [imperceptível]

**A2.** O AX50, o AX50 sabe socializar-se?

**A5.** Por mim, por mim, por mim, porque eu sou eu, também não sabe. Não sabe de uma forma... [imperceptível] \*Você nem o conhece!

**A5.** Tá bom, é mesmo isso. E por causa de justiça, de ser justo as eleições, no que é que ela disse, acho que não. Acho que não foi justo porque todos nós iríamos votar porque é algo obrigatório.

**A2.** Acreditamos... então os colegas acreditam que por haver incapacidade dos outros colegas, houve necessidade de... de excluir alguns dos colegas ao voto.

**A3.** Eu não digo que foi incapacidade porque, sinceramente, eu não os conheço lá tão bem. Até porque eles não pertencem à nossa especialidade e eu não tenho uma relação assim de proximidade com os dois outros candidatos. Mas digo que, ao elegerem o AX1 foi uma eleição, pode ser, não tão justa, mas escolheram um bom presidente porque ele sabe e tem competência para dirigir uma associação.

**A2.** Mas não faz cumprir as mesmas atividades traçadas pela associação.

**A5.** Não, competências, não.

**A5.** Se calhar é por falta de tempo. A associação tem atividades que chegam de repente e são superiores e eles querem, mas não têm como cumprir.

**A2.** Em qual atividade foi... [imperceptível]

**A2.** Há muitas vezes em que a AX1 se ausenta da turma porque tem que cumprir algumas atividades. Creio eu que não é a vontade dele de deixar as aulas para ir cumprir uma atividade da associação, é porque também as atividades são sobrecarregadas aos mesmos elementos. Dizes isso porque você não pertence à associação e você não sabe o peso que os outros carregam.

**A1.** Muito obrigada.

**A2.** Colega, é o seguinte, é o seguinte, é o seguinte. No princípio deste ano, se bem me lembro, no princípio deste ou no final do ano passado, a associação dos estu...ou seja, a instituição recebeu um documento de que precisava-se de alguns colegas que era para ir participar numa reunião na administração municipal do Cuanhama. Então, na qual também eu fui selecionado. Se formos para ver, aquela não é uma atividade da associação, não. Mas os colegas da associação é que têm a competência de selecionar quais colegas que podem lá participar. Qual essa atividade do género que você vai-me explicar que a colega teve de ir representar uma atividade ext...extraordinária... [imperceptível]

**P: E de quem era a responsabilidade da... daquela, daquela atividade?**

[imperceptível]

**A2.** A atividade... a administração municipal fez o convite na instituição.

**P: Então era da instituição.**

**A2.** Era da instituição e a associação recebeu o mesmo documento. É aí que tem a competência de ter o intercâmbio entre instituições externas com os mesmos colegas da instituição. Então... [imperceptível]

**A5.** Não, mas era obrigação dos alunos da associação...[imperceptível]

**A4.** Fazerem, trabalharem a carta...[imperceptível]

**A2.** Aquilo não era uma atividade da instituição, da associação ou não?

**A4.** A carta ou o documento para apresentar... [imperceptível]

**A2.** Tudo bem que a associação deve ter atividades internas...

**A2.** E externas.

**A2....**, mas isso não descarta a possibilidade de...interna porque cabe a nós estudantes que pertencemos à escola, interna porque pertence à escola. Mas isso não descarta a possibilidade de eles receberem atividades externas como o colega bem disse, a atividade do quê?

**A2.** Da administração.

**A2.** Da administração. Isso é uma atividade externa e cabe mesma à associação porque eles é quem representam, é quem estão a par das atividades da escola.

**A2.** E isso descarta a possibilidade da associação realizar atividades para os colegas?

**A2.** Não descarta, não descarta.

[imperceptível]

**P: Vamos então ouvir aqui.**

**A1.** Imaginemos que nesse dia que foi convocada essa atividade houvesse, por exemplo, uma atividade, uma palestra. Sendo uma atividade de que vem de forças maiores deve ser realizada. Então, o que é que vai acontecer, vão descartar aquela atividade que era não tão importante e vão realizar o que é mais importante e depois de deixar essa atividade por realizar, vai ser difícil ou talvez mesmo dizer impossível realizar de novo, fica assim.

**A2.** Mas vamos perceber uma coisa, a associação não tem uma única pessoa que representa, tem vários membros partindo pelo presidente. Então, se a associação receber um documento, se receber um documento de uma atividade não significa obrigatoriamente ter de cancelar a que ela mesma

programou porque pode mandar um dos membros da associação que é para representar a mesma associação.

**A3.** Acho que... [impercetível]

**A2.** Naquele mesmo dia, nem todos os elementos da associação estiveram lá.

**A3.** Não é possível... [impercetível]

**A2.** Na altura em que eu fui naquela atividade, eu não era nenhum elemento da associação, muito menos delegado.

**A3.** Agora posso dar o parecer? Imaginemos que eles especialmente convoquem o presidente da associação e nesse mesmo dia, quem deveria dirigir a palestra ou que tinha noção máxima sobre o que vai ser, o que vai acontecer na palestra, fosse também o mesmo presidente. O que é que vai acontecer? Ele sendo o chefe, o líder, a pessoa que iria liderar a palestra, deve-se ausentar. O que é que vai acontecer? Os colegas todos não estavam preparados para dirigir essa palestra e não podem fazer algo só nas...nas nubladas. [impercetível]

**P: Já então, já então, já então. Quem financia essas atividades da associação de estudantes?**

**A2.** Os mesmos estudantes porque eles pagam a quota.

**P: Não tem, exemplo...a associação de estudantes não tem nenhuma parceria particular financeira? Só depende de si mesma? Nenhum partido, nenhuma associação extra nem...nada...ninguém financia essas atividades?**

**A1.** Não.

**P: Depende totalmente de si mesma?**

**A1.** E nem sempre o dinheiro da quota...

**A1.** É suficiente.

**A1.** É suficiente.

**A1.** Nem sempre o dinheiro da quota está na mão do pessoal da associação de estudantes. É muito importante que isto esteja patente. Às vezes a direção da escola dá valores, ou seja, tira alguns valores da quota da associação para que as atividades sejam realizadas e nem sempre. Às vezes a própria associação tem que fazer, tem que vir dar grandes esforços para realizar atividades e há colegas que ainda dizem que os colegas da associação gastam o dinheiro dos colegas. Eles sempre perguntam: "Cadê os nossos trezentos kwanzas que damos depositados na conta da associação?". Os colegas, os colegas desconhecem muito a realidade da associação. Gostaria que...se calhar é...a própria associação, a própria associação é que precisa, é que precisa fazer entender isso por... para os colegas. Mas como são, são problemas, são problemas da própria direção da escola, eu acho que, para não termos problemas, é melhor que deixemos assim. Muitas das vezes, a associação tem... tem medo de enfrentar a realidade porque a corda sempre rebenta do lado mais fraco. Às vezes temos sofrido calados. Ou seja, às vezes a associação sofre calada.

**A2.** Mas é importante que os colegas tenham mesmo o conhecimento desta mesma realidade porque sempre a associação será mal vista, então se não conhecer, fica um pouco mal. Ou seja, sempre que



tiver oportunidade de explicar como é que tem sido o funcionamento dos... como tem sido manuseado os valores da quota, será muito importante que a associação passasse esse conhecimento.

***P: Muito bem, passamos para outro tema. Caracterização, que tem a ver com o papel da associação de estudantes. O que vocês acham da associação de estudantes?***

**A2.** Bom... [imperceptível].

**A1.** A associação, a associação de estudantes. A associação, conjunto de estudantes. A associação é muito importante para... numa... para uma determinada instituição. Porquê? É uma... é uma associação composta por estudantes, e trabalha para os estudantes. Esta mesma associação, ou seja, os mesmos estudantes, eles trabalham como membros da direção da instituição e trabalham também como alunos da mesma instituição. Eles trabalham... a função primordial de uma associação dos estudantes é resolver os problemas dos estudantes. Essa é uma das funções principais, ou seja, é mesmo a primordial das funções que a associação tem. E também realizar atividades para que os alunos não estejam só... uma forma de distrair também os alunos, fazer com que eles socializem-se e muito mais. Acho que os meus colegas têm...

**A2.** Certo. A colega falou bonito. Como diz o próprio termo, a associação dos estudantes é um grupo de estudantes que estão ali para poder ajudar os mesmos... os outros estudantes e ajudar os mesmos estudantes, pode... ajudam [sic] eles também nas atividades. Conforme ela disse, nós precisamos de motivação e essa, a atividade também tem de ser uma das motivação com que os alunos participem, fiquem... participem mais nas aulas, participem mais em... em outras coisas.

**A2.** Ok. Quanto a este... a este papel da associação dos estudantes, acredito que é muito importante e é necessário para qualquer instituição. Em primeira instância, estou a referir que a associação dos estudantes, desde que eu cheguei aqui nessa instituição, tem sido sempre aquela que os estudantes precisam, mas é que às vezes nem sempre tem sido o suficiente para resolver estes mesmos problemas. A minha colega vinha referindo que sempre a corda rebenta para o lado mais fraco, eis a razão que nem sempre tem sido o suficiente para resolver estes mesmos problemas. Por exemplo, situações, note, [sic] passamos por várias situações em que as notas não têm sido justas. A associação dá o seu esforço, mas nem sempre tem-se dado soluções. E também algum, algum dos fatores que pouco me, me convencem do lado da associação é... uma vez que a associação trabalha para os estudantes, está mesmo ali para os estudantes, é, acontece momentos em que, por exemplo, os estudantes faltaram a uma determinada atividade, merecem sanções. Merecem sanções sim, mas não estão ali para, por exemplo, fazer uma indemnização dessa mesma sanção, mas sim para fazê-la cumprir. Uma vez que está ali para trabalhar para os estudantes, os estudantes faltaram, talvez uns por motivos justificados quando há uma visão assim normal, mas quanto ao órgão competente, diz que não. Então, a associação nem sempre tem estado ali para poder ajudar ou facilitar a indemnizar esta mesma... esta mesma... não comparência da mesma atividade.

***P: Muito bem. Desde que foi criada a associação de estudantes, o que mais destacam na sua... na ação desde a sua criação? O que é que mais vos marcou?***

**A1.** Primeiro a recepção que a instituição tem para... aos novos estudantes, aos novos estudantes. O batismo dos caloiros.

***P: O batismo dos caloiros.***

**A1.** Isso é... para mim isso é algo muito marcante.

***P: Isso é para todos?***

[Impercetível]

**A2.** Bom, a minha colega disse que, para ela é o batismo dos caloiros. Eu diria talvez mesmo a própria recepção em si. Desde o primeiro dia de aula que eu estive cá nessa instituição, com o presidente anterior, ele conversava comigo e eu me sentia à vontade. Sentia que tem alguém sempre que se preocupa, que se preocupa com, com os nossos problemas internos da escola. O que tenho pouco visto neste... no mandato do presidente atual. Ele, às vezes, chega só para passar uma informação, mas não tanto como para perguntar: “Quais são os problemas que vós têm tido, que tipo de problemas de nota, com professor...” para ver se tenta dar uma solução com a ajuda do coordenador.

**A5.** Por mim, por mim foi que, sendo sincero mesmo, por mim não foi o batismo dos caloiros, mas foi a atividade que foi feita no...no ano antepassado. Uma atividade, aquela atividade motivou-me mais... motivou-me mais.

**A1.** Qual atividade?

**A5.** Foi aquela que o professor “Reta” fez a palestra. Não sei se vocês se lembram.

**A1.** Ah, a caminhada. A palestra.

**A5.** A caminhada, a caminhada. Aquela foi muito fixe.

***P: E qual é o papel da associação de estudantes nesta escola afinal de contas?***

**A2.** O papel primordial da associação dos estudantes é defender os interesses dos estudantes e manter o intercâmbio entre os professores e os estudantes.

***P: E têm desempenhado este papel? Justifiquem.***

**A2.** Esta questão agradeceria que a... [impercetível]

**A2....** eles têm dado... [impercetível]

**A1.** Para mim, sim. Têm dado grandes esforços. Pese embora não de uma forma tão na regra, como os colegas... como nós queríamos que fosse, mas de uma forma... digamos que de uma forma não tão ativa, eles têm desempenhado.

***P: Todos concordam?***

**A4.** Sim.

**A4.** Creio que eles têm dado o seu melhor para defender os nossos direitos.

***P: Então, neste caso, que contributo a associação de estudantes tem desempenhado para o desenvolvimento estudantil e da escola?***

**A2.** Em primeira instância, gostaria de começar a dizer que eles têm dado um grande empurrão para o nosso desenvolvimento apesar de que ultimamente as atividades têm saído assim... porque os colegas da associação dos estudantes, eles só podem nos ajudar no sentido de nos motivar, talvez conversando conosco ou promovendo campanha em que vai se desenvolver temas ou atividades em que vai se desenvolver temas ou promovendo caminhadas. Neste sentido eles podem nos ajudar. E também na medida em que vamos apresentando as nossas preocupações, por parte de alguns professores, eles como têm uma competência de ter com o coordenador de... de turn...das atividades extraescolares, extra e intra. A partir deles, quando reunir com o corpo docente, poderem debater estes problemas internos que os profe... que os estudantes apresentam.

**P: *Passando para outro item que é o item da participação estudantil. Quem realiza o plano das atividades da associação de estudantes?***

**A2.** Os colegas da associação dos estudantes.

**A1.** Não percebi a questão.

**P: *Quem realiza o plano de atividades da associação de estudantes?***

**A1.** A própria associação.

**P: *Todos concordam com isso?***

**A2.** Gostaria de saber, colega, gostaria de saber se a própria associação dos estudantes, antes de elaborar, de elaborar as mesmas atividades, pede opinião aos demais colegas?

**A1.** Sim. A associação pede opiniões e também há, há... o mesmo programa de atividades elaboradas, passam pelos órgãos superiores da instituição.

**P: *Então quer dizer...*** [impercetível]

**A2.** O A5 concorda?

**A5.** [Impercetível]

**A1.** Só que há colegas que são muito passivos. Quando eles veem os membros da associação entrar na turma, eles saem logo. Porquê, porque muitas das vezes é por questão de ignorância.

**P: *Não se reveem na associação?***

**A4.** [Impercetível] ... é como se estivessem a perder tempo.

**A1.** Sim.

**A4.** Quando eles chegam e eles estão a sair é como... [impercetível]

**A1.** E muitos colegas cometem, como por exemplo o caso do A5. Ele se vê o presidente da associação entra, ele vai sair logo. E depois há sempre aquela fuga de informações. Os colegas estão sempre a meter as calças debaixo... estão sempre a dobrar as calças. Então, o papel do... de um membro da associação de estudantes é fazer com que o estudante apresente-se bem. Além de contribuir nas questões estudantis, ele também vela pela apresentação do próprio estudante. Porquê? Porque se um estudante apresentar-se mal na instituição, imaginemos lá fora, como é que ele se apresenta. Então,

nós precisamos também reparar nesses detalhes mínimos e os colegas às vezes também não encaram bem os membros da associação porque eles velam também por esses... por esses aspetos.

**A5.** Certo. Falou-se de mim, mas desde que eu entrei aqui a fazer a minha 10ª, já estou a fazer a 12ª nunca vi isso acontecer. Eu sou um tipo de pessoa, eu sou um tipo de pessoa que quando vejo os homens da associação, como já são meus amigos... como já são meus amigos, então não tenho aquele medo. Então, eu tenho aquela amizade boa com eles, mas essa coisa porque não os da associação, os da associação passam nas turmas... eu desde que comecei a fazer a minha 10ª aqui eu nunca vi isso...

**A1.** Mas a... [imperceptível]

**A5.** ... e sobre o corte, sobre o corte, é claro eu tenho alguns problemas e esses problemas já expliquei ao professor Alfa...

**P:** *Isso não precisa, não precisa.*

**A5.** Está a gravar.

**P:** *Isso não precisa, mas isso não precisa. Participam na sua conceção, vocês os estudantes?*

**A2.** Não percebi.

**P:** *Participam na sua conceção da elaboração do plano de atividades, os estudantes?*

**P:** *Dando sequência ao nosso trabalho, relativamente à participação estudantil, a questão colocada é quem realiza o plano de atividades da associação de estudantes e se participam na sua conceção. E o A2 tem uma opinião?*

**A2.** Sim, com relação a essa questão quem realiza o plano de atividades da associação dos estudantes são os colegas da associação dos estudantes. Então, para não estar acá a debruçar sozinho acerca desta questão, eu... por...ainda bem que temos uma nossa colega que pertenceu à associação dos estudantes, agradeceria se a A1 desse nos um parecer de como é que tem decorrido este processo. Se tem pedido opiniões aos colegas ou tem feito em função da realidade da própria instituição ou daquilo que tem como tradição a instituição em função das atividades típicas que ela tem.

**A3.** E também se essa elaboração tem uma data específica para da... da sua efetuação?

**A4.** Eu tenho outra questão. Gostaria de saber se esse plano é traçado consoante as necessidades dos alunos ou aquilo que os alunos querem realizar.

**A1.** Hei -de começar pela questão da A4 que é mais prática. Se há uma data, é assim que perguntaste?

**A4.** Não, se há... [imperceptível]

**A2.** Se as atividades são, se o plano de atividades... [Imperceptível]

**A1.** O plano de... [Imperceptível]

**A2.** ...É, traçado em função das necessidades dos estudantes.

**A1.** De facto, porque é a associação de estudantes, os programas, ou seja, os planos da associação traçam-se consoante as necessidades dos estudantes. E a questão do A2 era se os estudantes participam da mesma elaboração. Claro que participam, por intermédio dos delegados de turma, tem-se feito isso. Mas há delegados que não têm participado da mesma...das mesmas reuniões para que...onde se faz a recolha de opiniões e depois assim fazer a elaboração do plano de atividades anual. E a questão da A3 é... não percebi.

**A3.** Ok. Há uma data específica para a elaboração desse plano?

**A1.** De facto. A partir do primeiro trimestre, é obrigatório que se trace já o plano de atividades da instituição, por parte da associação.

**A2.** Eu única e plenamente discordo da opinião da A1, porque...e a propósito, fiz...pedi mesmo que ela explanasse porque em função daquilo que tenho constatado, certas coisas não têm sido do jeito que ela lhe acabou de dizer. Com relação à questão da A4, se tem se feito em função das necessidades dos estudantes. Bom, acredito que o plano dos atividades da própria institui... dos estudantes que é traçado pelos colegas da associação dos estudantes, seria mais viável que o mesmo, os..., os membros diretos da associação tivesse uma interação direta com os colegas porque esta...esta questão de dizer “recolhemos informação a partir dos delegados”... delegado é uma pessoa e o coletivo...o coletivo da turma é outra coisa. Então...ahhh, nem todos os delegados têm boa relação com os colegas, e então, pelo simples facto de não terem uma boa relação com os colegas, nem sempre significa que eu vou ter que levar em consideração as opiniões desses colegas que não tenho boa relação. Então, o mais viável seria que o presidente, o vice-presidente e o secretário da associação, passarem pelas turmas, recolhendo informações de uma forma mais direta com os colegas. Nós esperamos só...nós esperamos só como que os delegados tragam esta mesma informação e..., o que tem se...o que bem se constatou no mandato anterior, do ex-presidente AX22.

**A1.** Atenção, eu não...você tem... [Imperceptível]. As pessoas, ou seja, as sociedades trabalham por hierarquia. Eu acho que você sabe o que é que é isso.

## **Grupo nº2**

### **Legenda:**

**P:** Professora

**A:** Aluno

**P:** Bom dia, caro estudantes.

**A:** Bom dia, senhora professora.

**P:** *Estamos aqui diante de uma entrevista denominada entrevista em grupo. Esta entrevista tem como único objetivo investigação. Sintam-se à vontade para responderás vossas questões porque o objetivo lançado para esta entrevista é só mesmo a investigação. Sendo assim, vamos começar com o 1º item: retrata sobre a gênese da associação dos estudantes. Caros estudantes, quando foi criada a associação de estudantes? Podem responder. Alguém tem domínio?*

**A7:** Sim. Eu estive com um membro da associação dos estudantes, ele não me disse o ano que foi fundado. Disse que foi fundado em 2005, não me disse a data nem o mês.

**P:** *Mais alguém domina?*

**A8:** Não.

**A7:** Não

**A9:** Não

**P:** *Foi por iniciativa de quem?*

**A9:** Não sei dizer.

**P:** *Muito bem.*

**A6:** Segundo a minha pequena pesquisa, a iniciativa de criar a associação dos estudantes, foi pelo professor Alfa. Ele tomou essa iniciativa para que os estudantes estejam mais organizados e que possam expor os seus problemas na associação.

**P:** *E como decorreu esse processo? Têm domínio?*

**A10:** Não.

**P:** *Como foi a adesão dos alunos na escola?*

**A8:** A adesão dos alunos na escola foi boa, uma vez que a associação dos estudantes está para pautar pelos interesses dos alunos, então, houve muita aderência [sic] em relação a essa escolha.

**A10:** Também quis justificar a primeira questão. Na verdade, desde o ano de 2015, que eu estou nesta instituição, nunca tive o privilégio de um encontro ou uma reunião relativamente à associação dos estudantes. Por vezes, há muitos alunos despercebidos da questão do ano, da data, de como começou e, por vezes, isso cria dificuldades. E, por vezes, a nossa própria iniciativa, nós ficamos, assim, muito apertados. Por vezes, esperamos que eles próprios organizem e instruem, uma vez que

têm o objetivo de velar pelos próprios estudantes. Então, por vezes, é porque nós não temos como dizer o dia, o mês e o ano em que foi criada a mesma instituição.

***P: Passando para outro item, quanto à estrutura da associação dos estudantes. Têm um estatuto pelo qual se orientam para o desenvolvimento das vossas atividades, na associação dos estuantes? Tem ou não tem?***

**A6:** Acho que sim.

**A8:** Não temos informação acerca disso. A própria associação tem organizado certas atividades. Acredito que tem alguma coisa que está a faltar ali por parte da própria associação, em termos de organização. Porque eles mesmos, quando um estudante vai lá para pedir alguma informação em relação a isso, os tais membros da associação, muitos deles, não têm informações concretas para passar aos estudantes. Isso faz com que muitas vezes, nós como estudantes, ou a maioria dos estudantes, não tenham certas informações em relação a esse assunto.

***P: Quem elaborou esse estatuto, então? Também não têm noção de quem elaborou esse estatuto. Se é que há.***

**A9.** Não

**A7.** Não

**A10.** Não

***P: Não estejam assim tímidos, estejam à vontade. A associação dos estudantes, possui um organograma? Um organograma. Possui?***

**A9:** Não sei.

***P: Vocês não têm domínio sobre isso?***

**A7:** Responder a essas questões, professora, chega a ser um pouco difícil porque uma associação dos estudantes deve ter uma boa organização de como informar como são os procedimentos de uma determinada associação. Coisa que aqui na nossa escola não acontece. Os membros da associação, só passam nas nossas tramas quando é questão de cobrança ou quando há uma simples atividade dentro da instituição. Por isso, não temos muita informação com relação a esses aspetos.

***P: Quem desempenha a função máxima na associação dos estudantes?***

**A10:** Eu acho que é o presidente. O próprio presidente da associação dos estudantes, desempenha a função máxima. Sendo ele o líder, com a ajuda de outros membros, também...acho que também tem um vice-presidente, não? Também tem um vice-presidente que é dos membros máximos...tem mais função.

***P: Sabem quem elaborou o organograma da associação dos estudantes? Têm domínio disso? De quem elaborou?***

**A8:** Não.

***P: Conhecem os órgãos da associação dos estudantes?***

**A6:** Alguns...O presidente, AX1, o AX2... AX6, são os que eu conheço.

***P: E os outros? Não têm domínio sobre isso?***

**A7:** Só conheço um membro...AX22?...

**A8:** Já não faz parte da associação.

**A7:** O AX1, por ser o presidente da própria associação, e o outro é AX2, como vice-presidente da associação...Tem mais outro elemento que é o AX6, não conheço o nome completo dele, mas é mais conhecido por AX6; que agora desempenha o papel de secretário da associação dos estudantes.

**P: E os outros não conhecem?**

**A8:** Não.

**P: Como são realizadas as eleições na associação dos estudantes?**

**A6:** Se bem me lembro, em 2015, quando entrámos nesta instituição, os membros da associação dos estudantes passaram aqui, em cada turma para eleger a pessoa que ia tomar a liderança da associação. Neste ano, o que é que eles fizeram? Apresentaram os homens...os candidatos para a liderança da mesma associação e que cada estudante votasse livremente na pessoa que ia liderar a associação dos estudantes.

**P: E os outros? Eu não sei os nomes, vão dizendo os nomes.**

**A9:** Assim como o colega disse...

**P: Quem é que fala?**

**A8:** AX58...

**P: AX58.**

**A8:** Segundo o que eu sei, que eu constatei, também...acho que qualquer um dos colegas, qualquer aluno desta instituição, quando quer fazer parte da associação dos estudantes, ele vai na associação dos estudantes, se candidata. Depois, traz as suas propostas e vão começando, fazendo...não sei o termo... vão-se apresentando nas turmas para que todos os alunos conheçam eles e vão apresentando as suas propostas e, de acordo com isto, os alunos vão selecionar, vão votar o candidato que os convenceu. É tudo que eu sei.

**A6:** Quem tiver o melhor voto, estará a ser líder da associação dos estudantes. No caso, o presidente.

**P: Vocês já tentaram candidatar-se?**

**A10:** Não.

**P: Pensaram nisso?**

**A7:** Falando sinceramente, nós nunca tivemos a oportunidade. Nunca vimos um membro da associação dos estudantes a nos dizer para nos candidatar, para dar função para a associação dos estudantes. Nunca.

**A9:** Senhora professora...Por mim, acho que não concordo com a questão do colega porque quando o aluno passa a fazer parte da escola *Yeto*, agora *Ondjuo Yeto*, a partir dali, os diretores, os antigos membros da associação, passam nas turmas. Quer dizer, quem tem a maior possibilidade de se candidatar a ser presidente ou vice-presidente, são os alunos da 10<sup>a</sup> e da 11<sup>a</sup> e, por sua vez, eles passam pela turma e fazem o anúncio. Quem tiver, quem quiser se candidatar, pode-se candidatar. Isso não quer dizer que eles não façam uma proposta a certos alunos ou não dão oportunidade a certos alunos que é para poderem se candidatar como presidente ou vice presidente da associação,



mas sim ele vão à turma, fazem uma proposta. Quem é o aluno que estiver disposto ou estiver disponível a ser presidente e, por sua vez, vai fazer a inscrição na mesma associação. Só depois é que são selecionados todos os candidatos e, por sua vez, chega-se a uma conclusão de duas ou mais pessoas que é para se fazer a sua seleção consoante as suas propostas e os alunos vão fazer a escolha do presidente.

***P: A colega tem aqui algo a dizer?***

**A7:** Sim. Eu falei AX20 que não concordava com o que o colega disse...os presidentes da associação não, nunca nos avisaram. Então, por mim, acho que foi mesmo por alta de interesse porque, desde a entrada em 2015, sempre que passam aqui e...discordo com o que o colega disse.

***P: O mandato tem a duração de quanto tempo? Na associação.***

**A6:** 4 anos.

**A8:** Segundo, eu acho, não sei se está certo, vais de acordo com o tempo que o aluno, o presidente, está aqui na instituição

***P: E se ficar 10 anos?***

**A8:** Se ficar 10 anos, aí já não sei.

**A9:** Eu acho que a duração é só de 1 ano.

**A7:** A duração é de 4 anos, sim.

***P: Então, se ele ingressa na décima classe, quando é que termina?***

**A7:** Na 13<sup>a</sup>.

**A10:** Mas tem um problema, senhora professora. O mandato é de 4 anos, mas caso o candidato não estiver a desempenhar bem as suas funções, há a necessidade de se fazer uma outra votação. Quer dizer, seleccionar outros candidatos que estiverem disponíveis para ocupar esse cargo. Então, faz-se de novo uma seleção e, automaticamente, exonera-se o presidente da associação e, por sua vez, o vice-presidente fica ali a interinar enquanto escolhe-se outro líder. Caso não houver essa nova seleção e candidatos, ou seja, estivermos no meio do ano, então, automaticamente, acredito eu, o vice-presidente sobe para presidente da associação dos estudantes. Mas isso com uma certa...como posso dizer...com um certo critério, dependentemente da escolha dos alunos ou então, isso vais depender – acho que é do coordenador, o criador da associação dos estudantes, o professor Alfa- ele é que vai poder seleccionar ou faz a proposta aos alunos e os alunos, por sua vez, se concordarem o vice-presidente sobe para presidente.

***P: Acho que também já tentou responder...Quem convoca as eleições? Têm conhecimento sobre isso? Quem convoca? São os membros da associação, são os professores ou a escola? Quem convoca? Ou são os alunos?***

**A6:** É mesmo o presidente da associação dos estudantes.

***P: É o presidente?***

**A10:** Sim.

**A9:** Professora, eu acredito que não é o presidente da associação dos estudantes porque quando termina o mandato, automaticamente, o mandato fica encerrado. E, por sua vez, quem tem de tomar

conta do acontecimento, tem de ser o criador...da associação. Neste caso, quem vai fazer a convocação, tinha de ser uma pessoa mais indicada, que é o professor Alfa, que é o criador. Ele faz a proposta...

**A7:** Eu não concordo muito com isso porque, desde o momento que se tem um presidente na associação, ele comanda os membros que lá fazem parte. Quando é para se dar um comunicado aos estudantes, quem comunica esta reunião, tem sido o presidente da associação dos estudantes, no caso, tem sido o AX1.

**A8:** Neste contexto, eu não estaria concordando com o colega AX18 porque o delegado, o colega AX19, disse muito bem: o criador dessa mesma associação dos estudantes, é que está supervisionando essas mesmas atividades ou então, o se desenvolvimento dessa associação. Se porventura, criador notar algumas fraquezas ou debilidades do desenvolvimento, do desempenho do presidente, logo ele vai poder criar outras ideias para poder eleger ou criar outro estatuto para novos candidatos à associação.

**P: Mas quem é esse criador?**

**A6:** Segundo o colega AX19 e bem sei, é o professor Alfa.

**P: Alguém quer contrariar a opinião do colega? Todos concordam? Muito bem. Quem é o número de listas [sic] que concorrem às eleições? Quantas pessoas, mais ou menos, podem concorrer? Têm domínio? Todos podem concorrer? São livres?**

**A6:** Para mim, acho que não porque tem de se ter um determinado número para essa concorrência.

**P: Mas qual é o número?**

**A7:** De 1 a 5.

**P: De 1 a 5.**

**A9:** Mas não passa por 10 elementos.

**P: Tem havido rotatividade nas eleições para a associação dos estudantes? ou são sempre as mesmas pessoas que se candidatam e participam...São sempre as mesmas pessoas?**

**A10:** Neste contexto, é bom salientar aqui que pessoas disponíveis, pessoas que se candidatam, por vezes, são as mesmas porque, por vezes, outras pessoas não apresentam a sua disponibilidade para essas mesmas atividades. Então, umas vezes que eles estão sempre lá dentro...o ano passado, ele não aprovou, não foi aprovado, neste contexto, ele tenta o próximo ano. Porventura, as pessoas que ingressaram, pela primeira vez, nesta mesma instituição e não querem e candidatar, não é por isso que não vão poder ingressar nesta mesma candidatura.

**A8:** Por mim, eu acho que é o contrário. Eu acho que qualquer um que se sinta capaz de se candidatar, pode se candidatar. Qualquer um que se sinta capaz, é livre de se candidatar. Acho que não há nenhuma...não tem sido as mesmas pessoas, sempre.

**P: Que critérios são utilizados para as eleições da associação dos estudantes? Quais são os critérios? Ou o que é necessário para que se façam as eleições, para que vocês se candidatem? É preciso ser o quê? É preciso ter o quê? É preciso fazer o quê?**

**A7:** Deve ser aluno desta instituição, deve ter maior tempo livre, deve ser alguém com propostas...é tudo o que eu sei.

**A6:** Ter um comportamento aceitável, saber lidar com a sociedade que está ao seu redor.

**P:** *Mais alguém quer dizer?*

**A10:** Alguém criativo e ter relações humanas.

**P:** *Muito bem. Quem as dirige? As eleições.*

**A8:** Quem as dirige é...os membros, os membros em serviço da associação dos estudantes...o secretário...e outros membros que fazem parte da associação dos estudantes e também o próprio criador, o professor Alfa...Acho que é só mesmo porque não acredito que haverão outras pessoas que possam dirigir enquanto não houver presidente. Acho que é isso.

**P:** *Alguém tem outra opinião contrária? Todos concordam?*

**A9:** Sim.

**P:** *O último presidente da associação dos estudantes saiu. Porquê?*

**A7:** Segundo os relatos, segundo o que eu ouvi, dizem que ele extraviou. Acho que foi este o motivo.

**A8:** Sim. A saída do presidente cessante da associação dos estudantes foi por motivo de desentendimentos entre as partes, quer dizer, o criador e o presidente da associação porque não havia, acredito eu que não havia uma coordenação entre os membros.

**P:** *Mas quem é esse criador?*

**A8:** O criador, o professor Alfa.

**P:** *Ah!*

**A8:** Quer dizer, o presidente pensava uma outra coisa e o criador, por sua vez, também pensava uma outra coisa. Então, ali houve aquele desentendimento entre os dois. Pois depois, também, do jeito que o colega disse, que houve desvio de certos fundos...Houve sim desvios porque antes, a conta da associação dos estudantes, quem tinha o direito de fazer os levantamentos era o presidente da associação dos estudantes, se bem me lembro. Então, ele poderia, quando houvesse uma atividade extra ou intra escolar, segundo os valores que lá estiverem, ele teria a possibilidade de assinar, ou qualquer coisa assim, para disponibilizar o valor, para cobrir aquele mesmo evento. Então, nesse gastos, o criador, o professor Alfa, foi vendo que havia alguns gastos a mais pois quando se foi fazendo a conta para prestar, na prestação de contas, houve alguma coisa que não estava a bater bem. Então, houve a necessidade de destituí-lo e, por sua vez, convocar uma outra assembleia que é para a seleção do novo candidato.

**P:** *E porquê de novas eleições no meio de um mandato? Visto que o mandato do anterior não tinha terminado. Porquê novas eleições Por que é que não continuaram com o novo mandato e houve novas eleições?*

**A10:** Por cumprimento de regras só, professora.

**A10:** Neste contexto, uma vez que o presidente cessante está fora desta mesma instituição e uma vez que a instituição não pode ficar sem um líder que possa dirigir todas as atividades desta mesma instituição. Então, importa que haja novas eleições para que possa este novo candidato fazer parte ou tomar posse da cadeira ou pastas que o antigo ocupava. Há uma necessidade mesmo uma vez que se notou erros cometidos pelo antigo, há uma necessidade que ele seja substituído e entre um novo

candidato para desempenhar as mesmas funções, nesta mesma instituição. Creio que este é um dos principais motivos para não deixar essas lacunas dentro da instituição.

***P: Que expectativas têm pra este novo mandato?***

**A9:** Muito bem. Em primeira instância, gostaria de dizer o seguinte: eu estou inocente destas novas eleições. Estou inocente e não sei quem é o próximo candidato e quem é o próximo presidente desta mesma associação. Neste contexto, as expectativas são positivas, apesar disto não significa perfeição. Neste contexto, a nossa expectativa é que haja maior desempenho, que haja maior diligência da parte do mesmo eleitor, então da parte do mesmo candidato, do próximo presidente da associação dos estudantes. Que ele veja como dizia o presidente João Lourenço, corrigir o que está mal e melhorar o que está bem.

***P: Neste caso, é o presidente atual. Eu me refiro ao presidente atual, visto que o anterior não cessou o mandato e teve que deixar. Que expectativa já para este, neste caso, o AX1.***

**A6:** Para mim, só para dizer, sempre continuem no mandato e ele sempre tem de cumprir com os pontos negativos e os pontos positivos do presidente cessante. Só pra isso, ele pode ter sucesso no seu trabalho. Então, se ele não ver os pontos negativos do presidente cessante, nem os pontos positivos, ele não terá como começar ou dar mais passos eficazes para o desenvolvimento da associação dos estudantes.

***P: Tem algo para dizer.***

**A7:** Sim. Eu tinha expectativas, mas agora não sei se tenho. A expectativa que eu tinha era que ele fosse mais...tivesse mais afeto, mais relação com os alunos porque é estando com os alunos que ele vai saber quais são as suas preocupações, as preocupações dos alunos, neste caso. Então, eu queria que ele tivesse mais proximidade e ouvisse mais alunos, do que apenas estar com o alunos quando tem algo a informar. A expectativa que eu tinha era que tivesse esta ligação.

**A8:** Certo. Muito bem. Uma vez que não se pode realizar, dentro de uma sala de aula, a ação, o ensino e aprendizagem, se não houver os dois elementos pessoais que é o professor e o aluno, o professor não pode dar aulas sem alunos. Neste contexto, eu queria dizer que este mesmo presidente que há de vir, deve velar muito mais pelo relacionamento, como o colega dizia, o relacionamento humano com os alunos, não velando, simplesmente, se manifestando no tempo imediato para uma determinada atividade de cobrança de bens financeiros. Manifestar os pontos, ou então, manifestar o essencial, os objetivos específicos e gerais da mesma instituição. Porque se a gente ver desde o começo deste encontro, muitos de nós não tivemos a oportunidade de dizer o que é que aconteceu, o ano, qual foi o presidente, os membros...não se manifestaram. Então, o que importa aqui é que ele venha mudar essas mesmas características ou então estes mesmos itens que são totalmente negativos perante os estudantes.

**A10:** Falando da mudança de presidente, eu também esperava uma coisa dele, este ano. Não quer dizer que ele não é boa pessoa, mas eu vejo pelas atividades ou a organização que ele tem esse ano e comparando com o ao passado, muito diferente. Eu notei que a diferença que teve o ano passado e este ano é muito diferente. Porquê? Porque no ano passado, os elementos que trabalhava com ele, e alguns já não e fazem presente neste mesmo elemento de agora, eu vi que no ano passado todos, mas todos, os alunos tinham o direito de participar em atividades que eles mesmos organizavam e os membros da associação tinham a paciência de ensinar, de orientar como os alunos devem estar numa atividade. A diferença deste ano. Este ano, estou a ver que os membros da associação estão mais distantes com os alunos, estão mais fechados entre eles, do que ter paciência de passar turma por turma para saber como são as atividades que tem tido aqui na escola. Ano passado, o presidente da

associação, com os membros antigos da associação, ele tinha toda a paciência. E eu gostaria de saber porque é que o ano passado ele tinha paciência...

**P: Ainda estamos diante do grupo 2, neste caso, de MI<sup>13</sup>. É a continuação. Por isso, vamos passar para a seguinte questão. Quando termina este mandato? Têm a noção de quando é que termina?**

**A6:** Não.

**P: Não sabem quando termina?**

**A9:** Não.

**P: As eleições têm sido justas e transparentes?**

**A8:** Justas e transparentes, eu não diria. Bem que nos, como sendo angolanos, temos esse dom de criticar. Então, eu não tenho como elogiar, tenho de criticar mesmo. Eu não acho que tenham sido justas e transparentes porque, justas até podem ser, mas transparentes não. Eu lembro-me que quando se elegeu o antigo presidente, a contagem dos votos não foi feita perante os alunos. Eu acho que os alunos deveriam saber mesmo, presenciar. Então, eu não...ninguém avisou acerca da contagem dos votos, só se avisou que já se elegeu um novo presidente.

**P: Neste caso, o AX1 ou o cessante?**

**A8:** O cessante. E também o AX1, eu, nós ouvimos apenas que aquele outro presidente foi substituído, entretanto veio outro. Não houve transparência. Eu acho que não houve.

**A8:** Obrigado.

**P: É o AX34 que está a falar?**

**A6:** Sim, AX34. É o seguinte. Eu não concordo com o colega. Uma vez que nós somos narradores não participantes, precisamos também saber em que tipo e aspeto nos estamos a referir. Uma vez que nós não estivemos presente, estamos a velar pelo aquilo que estamos a velar, se têm sido transparentes ou justas. Neste contexto, nós não temos uma informação perfeita, mas nós devemos sempre velar aqui, sempre que tem essa intuição de eleger, de votos. Sempre se tem feito o esforço que seja transparente ou justa. Mas desde sempre há aqueles imprevistos que alguns, por vezes, elegem por afinidade. Então, neste contexto, devemos dizer o seguinte: sempre que é inserido um novo candidato, ou alguns reprovam nestas mesmas atividades, é porque houve sempre pontos positivos e ponto negativos. Agora não podemos totalmente dizer que as decisões não têm sido justas e perfeitas ou então coerentes. Então, eu não concordo assim tão bem com o colega que diz que não têm sido nada bem.

**A8:** Desculpa... Colega, eu não disse que as eleições não têm sido justas. Não sei se o colega me entendeu. Transparência, é o que se está a tratar aqui. Transparentes, eu disse que não têm sido transparentes ou... Nessas duas eleições, desses dois candidatos, não houve transparência...Os colegas podem também concordar, se é que estiver errado, eu não me lembro de alguém nos ter vindo aqui convocar...saber ou conhecer o novo candidato. Eu apenas me lembro de um dia, estivemos aqui na sala e o novo candidato chegou...Acho que o professor Alfa, ou coisa assim...Alguém chegou e apresentou o novo presidente da associação e logo foram fazer anúncio de algumas atividades. Se bem me lembro, foi isso. Por isso é que eu disse que não houve transparência nas eleições.

---

<sup>13</sup> Nome fictício atribuído a uma disciplina.

**A9:** Eu diria o contrário dele porque me lembro, como se fosse hoje, quando pediram a votação do novo mandato. Ainda até porque tinha 3 candidatos para poderem votarem [sic], de quem será o próximo presidente. O primeiro já encontramos, mas o segundo houve sim. Ainda mesmo, puseram na vitrina, o 3 candidatos que os alunos iam votar e que possam ser o presidente.

**A10:** Eu concordo com o que o colega AX38 falou. Isto porquê? Porque quando se está a eleger o candidato que será o presidente da associação, faz-se votos. Eles passam turma por turma para as pessoas votarem no candidato preferido. Tem sido assim. Nós votámos, mas no dia de apresentar a pessoa com mais votos, eles não vão aos estudantes para mostrar quanto este candidato recebeu de votos para tomar a posse como presidente. Coisa que não acontece. Nós votamos votamos, está tudo bem. Na hora de apresentar o presidente ou saber quantos votos essa pessoa tem para ser presidente, eles não mostram. Depois, vão nos surpreender: “Ele é o novo presidente”. Como é que ele é o novo presidente? Teve quantos votos? Não foi algo transparente. Por que é que não mostraram aos estudantes? Quando é para se votar para o novo presidente da associação, passam nas turmas para se votar neste candidato. Por isso é que eu concordo com o colega. Eu digo que não tem tido esmo transparência.

**A6:** Só para acrescentar, eu acredito que nenhum dos colegas daqui tem noção de quantas pessoas votaram nesse novo candidato ou antigo. Não temos conhecimento disse, então, por isso é que digo que não há transparência. Voto, houve sim, mas quando se elegeu o novo candidato, não passaram por turma a dizer o antigo teve X...

**P:** *Quem financia as atividades da associação dos estudantes? Têm uma parceria com...ou dependem de si mesmo? Será que têm um partido, uma ONG que financia isso ou como é que é? Quem financia as atividades?*

**A7:** Eu acho que quem financia as atividades da associação dos estudantes, é mesmo a instituição, uma vez que os alunos pagam quota. São essas quotas, eu acho, não tenho bem domínio, que se usa quando há uma atividade. E aliás, quando há mesmo uma atividade e precisa-se de valores monetários, passam pela turma avisando para que os alunos façam a contribuição.

**A10:** Por parte do financiamento, eu diria que não seria propriamente a instituição, mas sim, a associação dos estudantes depende da contribuição dos alunos. A quota que a associação vai pedindo, que é de 300 kwanzas, e, por sua vez, quando houver uma atividade, este mesmo valor é que vai servir para cobrir alguns despesas em relação à associação.

**P:** *Todos são da mesma opinião?*

**A6:** Sim.

**A9:** Sim.

**A10:** Não... Eu não concordo completamente com o colega AX19, mas com o colega AX38, sim. Ele dizia muito bem que a instituição financia a associação dos estudantes porque todo o edifício tem um alicerce...não é possui só. Esta mesma associação necessita de algum apoio. Por mais que tenha tido alguns recursos financeiros, mediante as contribuições dos estudantes, mas isto não quer dizer que a instituição está fora. Esta mesma associação está ligada na contribuição e cooperação da mesma instituição geral da escola. Então, a instituição tem contribuído, tem sustentado as necessidades da associação dos estudantes.

**A8:** Professora! A associação dos estudantes é um órgão que vela pelos estudantes, por isso mesmo, essa mesma associação, quem pode financiar só podem ser os estudantes. Porque se o colega me

disser assim: quem financia...A instituição tem contribuído? Estamos a falar aqui de financiamento. Isso quer dizer, valores monetários. E eu não acredito, que nenhuma vez, por mim não acredito, que nenhuma vez a instituição pegou um valor para custear alguma atividade que pertença à associação dos estudantes porque essa escola é orçada e, por sua vez, quando houver uma situação...

### **Grupo nº 3**

#### **Legenda**

**P:** professora

**A:** alunos

**P: Bom dia, caros estudantes.**

**A10:** Bom dia, professora.

**A11:** Bom dia, professora.

**A13:** Bom dia, professora.

**A14:** Bom dia, professora.

**A15:** Bom dia, professora.

**P: Estamos aqui diante de uma entrevista em grupo. Esta entrevista tem como finalidade partilhar as vossas ideias relativamente à associação dos estudantes. Sintam-se à vontade em expor as vossas opiniões. E, sendo assim, vamos já começar. Estamos diante do grupo número 3, isto da entrevista com os alunos, e vamos falar agora do tema número 1, que tem a ver com a génese da associação. Quando foi criada a associação de estudantes?**

**A11:** A associação de estudantes, não temos conhecimento de quando foi criada.

**P: Foi por iniciativa de quem?**

**A14:** Foi por iniciativa, acho que do diretor.

**P: Como decorreu esse processo?**

**A10:** Acho que esse processo decorreu...na medida em que a escola precisava de alguns auxílios, no que diz respeito a algumas atividades extraescolares e não só. Algumas atividades nas quais a escola...precisava de apoio, precisava de auxílio...Acho que por isso meteram a associação dos estudantes.

**P: Como foi a adesão dos alunos na escola?**

**A13:** A adesão dos alunos, como?

**P: Como os alunos aderiram: foram em massa ou nem por isso, foram só alguns e outros não?**

**A13:** No princípio acho que foram mesmo alguns porque quando a associação dos estudantes abriu, nem todos queriam ingressar porque é algo que nem todos conheciam o que é.

**P: Vocês não têm nenhuma opinião a dar?**

**A14:** As pessoas não queriam ingressar na associação dos estudantes por causa das responsabilidades que lá constam

**A10:** Silêncio total

**A11:** Silêncio total



**A12:** Silêncio total

**A13:** Silêncio total

**P:** *Então partimos para o ponto número 2, que tem a ver com a estrutura da associação dos estudantes. Tem um estatuto, o qual se orientem para o desenvolvimento das vossas atividades na associação dos estudantes?*

**A10:** Acho que deve ter, mas nós não temos conhecimento. Ter, tem, mas não estamos a par disso.

**P:** *E os outros, não tem opinião a dar?*

**A15:** Não percebi bem a pergunta.

**P:** *Se tem um estatuto o qual se orientam para o desenvolvimento das vossas atividades na associação dos estudantes.*

**A15:** Não, não estou ligada. Realmente, não estou ligada à associação dos estudantes e é, será difícil responder a esta questão.

**P:** *Mas não está ligada porquê?*

**A15:** Tem os que realmente estão lá, mas eu...

**P:** *Não se revê nos seus estatutos ou nos seus regulamentos... É por isso ou por um outro motivo?*

**A15:** Por um outro motivo. Não quero mesmo fazer parte dela, da associação dos estudantes.

**P:** *Não gosta.*

**A15:** Não.

**P:** *E a estudante (AX7)? Não está a dizer nada.*

**A16:** Por acaso não domino mesmo bem, bem, na associação dos estudantes. Depois, não só...não posso...tenho muitas ocupações e não preferi aderir...na associação.

**P:** *Então... Quem elaborou esse estatuto?*

**A10:** Acho que o coordenador da atividades escolares, professor Alfa, que é o coordenador que também faz parte da associação. Acho que deve ser ele, com a ajuda do diretor quem elaboram.

**P:** *O professor, com a ajuda do diretor, é que fizeram esse trabalho?*

**A10:** Sim.

**A11:** Sim

**A12:** Sim

**A13:** Sim

**A14:** Sim

**A15:** Sim

**P:** *Todos concordam com isso?*

**A10:** Sim, concordo

**A11:** Sim, concordo.

**A12:** Sim, concordo

**A13:** Sim, concordo

**A14:** Sim, concordo

**A15:** Sim, concordo

***P: A associação dos estudantes possuiu um organograma?***

**A10:** Organograma?

***P: Organograma é aquele instrumento que tem a presença, quer dizer, traça que está no topo, quem não está, quem é o presidente, secretário... Tem?***

**A10:** Sim.

**A11:** Sim

**A12:** Sim

**A13:** Sim

**A14:** Sim

**A15:** Sim

***P: Como está composto?***

**A10:** Está composto pelo presidente da associação, que é o AX1, o vice-presidente que é, acho, o AX2 e o secretário que é o AX3...e tem alguns que fazem membros, que são tesoureiros, fazem parte dos protocolos, assim sucessivamente, que eu saiba.

***P: E quem elaborou esse organograma?***

**A15:** Realmente, tem de ser o presidente, até porque...o presidente...pretérito,[sic] ele realmente escolheu aqueles que podem trabalhar com ele. Acredito então, que quem elaborou estes mesmos membros, foi o presidente da associação dos estudantes.

***P: Quem desempenha a função máxima na associação dos estudantes?***

**A13:** O presidente da associação, AX1

***P: Todos concordam que é o presidente?***

**A10:** Sim.

**A11:** Sim.

**A12:** Sim.

**A14:** Sim.

**A15:** Sim.

***P: Quem desempenha a função máxima na associação dos estudantes?***

**A14:** Quem desempenha a função máxima na associação dos estudantes, é o presidente da associação, AX1.

***P: Conhecem os órgãos da associação dos estudantes?***

**A12:** Alguns...

***P: Todos conhecem?***

**A11:** Alguns...

**A12:** Alguns

**A13:** Alguns

**A14:** Alguns

**A15:** Alguns

***P: Conseguem identificar os vossos colegas, com as funções que cada um desempenha na associação?***

**A13:** Vamos tentar...Quer dizer, o presidente é o AX1, o vice presidente é o AX2 (não sei o sobrenome dele), o secretário é o AX3, a tesoureira é a AX4...o coordenador da área dos instrumentos ou da música é o AX5...os restantes colegas vão dizer qualquer coisa.

***P: Querem mais dizer alguma coisa relativamente a isso?***

**A14:** Não... está tudo.

**A13:** Não... está tudo

**A12:** Não... está tudo

**A11:** Não... está tudo

**A15:** Não... está tudo

**A10:** Não... está tudo

***P: Como são realizadas as eleições na associação dos estudantes?***

**A10:** As eleições na associação dos estudantes são realizadas de que maneira? Cada candidato à presidência, isto é, o candidato vai passando de sala em sala, fazendo as suas propagandas, dizendo o que vai fazer durante a campanha, o que ele vai fazer depois de ser votado, faz as suas publicidades "Eu farei isso, isso, isso...com o objetivo de melhorar aquilo e aquilo..." e assim vai indo...

**A12:** Acredito que é só mesmo para o presidente, porque se for para eleger outros membros da associação dos estudantes, tem de ser por uma assembleia dos membros...tem de ser feito por intermédio de uma assembleia, onde decidem quem será o tesoureiro...Acredito que a eleição do presidente, o presidente vai fazendo as suas propagandas nas salas, mas para o tesoureiro ou o secretário, não é preciso que eles passem nas salas, é feito por intermédio de uma assembleia.

***P: Vocês já tentaram candidatar-se?***

**A10:** Eu, em particular, já. E já fiz parte dos membros da candidatura passada...fiz parte da área de jornalismo e...

***P: Isto é na presidência cessante?***

**A10:** Sim. Já fiz parte da associação e era membro do jornalismo...apresentávamos atividades...

**A11:** E eu fui tesoureira da associação dos estudantes, mas demiti-me porque era tanta responsabilidade, guardar dinheiro...dizem que dinheiro é demónio, não se pode, realmente, guardar em casa. Há sempre necessidade de querer gastar, então, a responsabilidade é tanta que decidi mesmo deixar o cargo para outra pessoa. Mas nunca roubei!

***P: Já pensaram nisso?...Já responderam... Alguma vez, já foram contactados para se candidatarem?***

**A15:** Já fomos contactados, nesse caso, para algumas atividades que constam da associação dos estudantes, na música, na dança, teatro...são vários.

**A12:** Já houve, mas não podia aceitar o cargo pois tem algumas qualidades, exigências, ter tempo...ter amor...mais calo....realmente, não me sinto capacitado para tal.

***P: O mandato tem a duração de quanto tempo?***

**A11:** 5 anos...não, 4 anos...

***P: 4 anos, sim? Quem convoca as eleições?***

**A10:** Acho que é o professor "Alfa".

***P: É o professor "Alfa" ?***

**A11:** Sim.

***P: Todos concordam?***

**A12:** Sim

**A13:** Sim

**A14:** Sim

**A15:** Sim

***P: Qual é o número das listas que concorrem? Quantas pessoas, mais ou menos?***

**A13:** São 4...

**A12:** 4 pessoas.

**A10:** 4 candidatos

***P: Tem havido rotatividade nas eleições para a associação do estudantes? Ou são sempre as mesmas pessoas que se candidatam?***

**A10:** Desde que chegámos aqui, só vimos 3 mandatos: do AX55, a que nós nos encontramos e a que nós fomos inseridos, a do AX22 e agora está na do AX55. Só deparei com 2, do AX22 e do AX1.

**P: E os outros?**

**A13:** Só também com 2.

**P: Que critérios são utilizados para as eleições na associação dos estudantes? Que é necessário para se eleger? Quais são os requisitos necessários? É preciso ser o quê? É preciso ter o quê?**

**A14:** *A priori* a pessoa tem que ter uma responsabilidade porque dirigir.... ser presidente da associação dos estudantes não é uma coisa fácil. Tem de ter a responsabilidade, saber, realmente, como tem de trabalhar...tem de trabalhar, tem de fazer as coisas com amor não só porque quer aparecer, como se diz no português agora, quer aparecer. Mas sim, a pessoa tem de possuir uma certa responsabilidade.

**P: E quais são essas que devem eleger?**

**A14:** Pessoas capacitadas para tal.

**P: Não são todos os alunos?**

**A14:** Não...

**A16:** Para eleger um presidente, conforme eu acompanhei anos atrás, os membros que são candidatos, passam por sala e sala e os escolhem através de rifam,[sic] os que rifam é que faziam aquela escola. Então, depois, o que for mais elevado, que tiver mais voto, é que é entregue a candidatura de presidência. Nessa mesma pessoa, tem que ter o tempo...tem que estar disponível para trabalhar porque não é qualquer pessoa que tem outras responsabilidades, que vai conseguir concorrer para este cargo.

**A12:** Tem que ter oratória, tem que saber como se dirigir às pessoas, tem que ter autodomínio. Isso é, como agir com as pessoas. Então, desta feita, ele tem de saber compreender as pessoas e não tem de ser um aluno pré-finalista, tem de ser alguém ou do 1º ano ou do 2º porque pré-finalista não vai durar muito tempo, vai deixar nossa escola.

**A13:** Também uma das qualidades, ele tem de ser pontual, ter responsabilidade acima de tudo.

**P: Muito bem. Quem as dirige, as eleições. Quem as dirige? São dirigidas por quem?**

**A10:** Pelo professor Alfa.

**P: O professor Alfa. Todos concordam?**

**A11:** Sim.

**A12:** Sim.

**A13:** Sim.

**A14:** Sim.

**A15:** Sim.

**P: O último presidente da associação, saiu da associação. Porquê?**

**A10:** Como já havia dito aqui, eu fazia parte daquele mandato...ele não desistiu...Teve que sair porque ele não tinha as competências necessárias para dirigir uma associação dos estudantes, ele não tinha responsabilidade, não era uma pessoa responsável. Posso dizer. Até porque trabalhei mesmo com ele,

foi alguém que, como posso dizer, não, não levava a sério o trabalho dele. Ele tinha muitos problemas, fator económico, não conseguia gerir o fator económico, não conseguia gerir o tempo, quanto mais se fazer negócio fora, se era...não entendia mesmo.

***P: E os outros que tem a dizer?***

**A16:** Penso que não tinha capacidade para dirigir. Ele era irresponsável. E quando uma pessoa é irresponsável, não tem domínio de cuidados...principalmente, a economia. Quando um dirigente não pode desfrutar a economia, sobretudo quando é da associação dos estudantes. Requer muito cuidado e não é desvezar o dinheiro assim, sem necessidade, uma vez que aquele dinheiro, às vezes, é conseguido com sacrifício.

**A12:** Penso que foi mesmo a falta de gerência. Ele gerenciou mal o dinheiro. A má gerência monetária, que fez com que não fosse apto para esse cargo. Porque, como diz o ditado, “Com um grande poder, vem uma grande responsabilidade.”, uma vez que ele tem cargo, como tesoureiro, para fazer, administrar os valores de uma instituição, é uma grande responsabilidade. Tinha que se democratizar ao nível da responsabilidade do cargo que ele ocupa. Acho que não conseguiu equilibrar o nível.

**A13:** Também fui membro da associação dos estudantes e eu aprendi, venho aqui dizer que, trabalha-se em democracia. Quando você não trabalha em democracia, você decide tudo, por si mesmo, as coisas não correm lá muito bem. E uma das coisas que fez o presidente da associação de estudantes saísse é porque ele gostava de trabalhar sozinho, não colaborava com os outros. Então, os seus membros,[sic] por sua vez, não gostavam e foram ter com o líder máximo, que é o diretor da escola, fazendo a queixa. Fazer a queixa porque o presidente, realmente, não pode mesmo trabalhar sozinho. Por isso é que existem outros membros. Então, ele foi tirado porque não soube...

***P: E quem é que o expulsou?***

**A13:** Foi a liderança da escola. Os órgãos máximos da escola.

***P: E o porquê de novas eleições no meio de um mandato?***

**A10:** Visto que já estava no meio do mandato e tinha alunos que vão ingressar nas novas classes, a novidade é, quando um estudante está no ensino secundário...houve novidade que na escola *Ondjuo Yeto*, tem uma associação que trabalha assim, assim, a escola faz atividades fora da província, vão passear, fazem caminhadas...A curiosidade dos alunos para ingressar na instituição vão por aí. Vão pela curiosidades, de como trabalha a associação dos estudantes. Foi rapidamente...para cobrir as necessidades que aquele presidente deixou, visto que deixou tanta responsabilidade e vinham a ingressar novos alunos e tinha aqueles alunos que estão para sair...e as atividades da associação dos estudantes que os alunos vão ingressar nas atividades.

**A15:** E não só. Até porque a associação dos estudantes é mesmo muito importante e não pode ficar sem um líder. Por intermédio da associação de estudantes, os alunos podem se dirigir e a associação dos estudantes, por sua vez, dirigirem-se à, ao diretor. Tu podes falar certas coisas, por exemplo, pedindo a conta bancária da escola, na associação dos estudantes e o presidente da associação de estudantes, por sua vez, vai para o diretor da escola, fazendo o que realmente o aluno quer e ficaria mesmo muito...

#### **Grupo nº 4**

Legenda:

**P:** professora

**A:** aluno

**P – Bom dia, caros estudantes.**

**A18:** Bom dia, professora

**P: Estamos aqui, perante o grupo número 4, e vamos realizar esta entrevista denominada “Entrevista em grupo”. Ela tem o objetivo principal, uma investigação e não outros objetivos. Sintam-se à vontade em expor as vossas colaborações e em debater as vossas opiniões. Sendo assim, comecemos com a primeira questão, o primeiro tema que reflete em torno, da génese, da associação de estudantes. Quando oi criada a associação de estudantes, caros estudantes?**

**A19.** Quando foi criada? Não tenho a máxima noção de quando foi criada a associação de estudantes cá da nossa escola. Não tenho a máxima noção de quando foi criada...Entrei nessa escola em 2014. Eu vi que a associação de estudantes, em 2014, fez-se sentir, mas quando foi criada, não tenho a noção.

**P: Algum de vocês tem a noção?**

**A17.** Não

**A18.** Não.

**A20.** Não

**A21.** Não.

**A22.** Não

**P: Por iniciativa de quem?**

**A20:** Também não sabemos.

**A21:** Também não sabemos.

**A22:** Também não sabemos.

**A19:** Também não sabemos.

**A17:** Também não sabemos.

**A18:** Também não sabemos.

**P: Como decorreu esse processo?**

**A18:** Também não sabemos.

**A20:** Também não sabemos.

**A221:** Também não sabemos.

**A22:** Também não sabemos.

**A19:** Também não sabemos.

**A17:** Também não sabemos.

**P:** *Como foi a adesão dos alunos na escola?*

**A17.** Também não sei, professora.

**P:** *Nem os outros têm a noção?*

**A19:** Não...

**A17.** Não

**A18.** Não.

**A20.** Não

**A21.** Não.

**A22.** Não

**P:** *Muito bem... Vamos passar para outro tema, relativamente à estrutura da associação de estudantes. Tem um estatuto para o qual seria para o desenvolvimento das vossas atividades?*

**A18.** Sim, tem.

**P:** *E os outros concordam com isso?*

**A17:** Sim.

**A19:** Sim.

**A20:** Sim.

**A21:** Sim.

**A22:** Sim.

**P:** *Quem elaborou?*

**A22.** O estatuto da associação de estudantes foi elaborado pelo coordenador das atividades extraescolares, neste caso, o professor Alfa, na presença do presidente da associação de estudantes.

**P:** *Todos vós concordais com isto?*

**A22:** Sim.

**A17:** Sim.

**A19:** Sim.

**A20:** Sim.

**A21:** Sim.



**A18.** Sim

**P:** *A associação de estudantes possui um organograma? Onde está estruturado quem é o presidente, vice-presidente, tem este documento que reflete...*

**A18.** Sim

**A20:** Sim.

**A17:** Sim.

**A19:** Sim.

**A21:** Sim.

**A22:** Sim.

**P:** *Como está composto?*

**P:** *Dando sequência ao grupo número 4. Vamos continuar com a seguinte questão. Que critérios são utilizados para as eleições da associação de estudantes? É a AX20 que vai responder? Quem estava a falar? A AX20 ou a AX22?*

**A21.** A AX22... Para seres presidente da associação, primeiro, tens de ser membro da escola, tens de estar no primeiro ou segundo ano e apresentar as suas propostas aos estudantes da mesma escola. Só assim eles poderão votar como presidente da associação.

**P:** *Todos concordam com isso? Ninguém tem uma opinião contrária?*

**A18.** Sim, concordamos.

**A20:** Sim, concordamos.

**A17:** Sim, concordamos.

**A19:** Sim, concordamos.

**A21:** Sim, concordamos.

**A22:** Sim, concordamos.

**P:** *Muito bem. Quem a dirige? As eleições?*

**A22.** O coordenador das atividades extraescolares é quem dirige as eleições para nova presidência.

**P:** *Nesse caso, quem é?*

**A22.** O professor Alfa.

**P:** *Todos vós concordais?*

**A20:** Sim.

**A17:** Sim.

**A19:** Sim.

***P: O último presidente da associação, saiu da associação. Porquê?***

**A17.** O último presidente da associação, saiu da associação por não ter competências suficientes para tal e por ter ganância do dinheiro.

***P: AX20 concordo com isso?***

**A19.** Sim, professora, também ouvi isso. Desviou dinheiro e aí decidiu para desistir.

***P: Desviou?***

**A19.** Sim. Tirou dinheiro que era da associação. Mas não tenho a certeza.

**A21.** Ele não soube gerir corretamente a associação dos estudantes, como os valores monetários da associação. Foi um dos motivos que fez ele sair da associação, da presidência.

***P: E o porquê de novas eleições no meio do mandato?***

**A22.** Porquê?

***P: Porque o seu mandato ainda não havia terminado. Porquê novas eleições?***

**A22:** A coordenação das atividades extraescolares, achou melhor substituir o presidente pelas anomalias que ele tinha feito e não dava para continuar, mesmo sabendo das coisas que ele fazia. A associação não tinha como ir em frente com os problemas que ele acarretava. Seria impossível ter um presidente...um presidente...seria um pouquinho impossível ter uma associação sã, com um presidente não competente. Achou-se melhor fazer uma nova eleição, mesmo não terminando o mandato do antigo presidente.

***P: Que expectativas têm para este novo mandato? Que é que vocês esperam desse novo mandato?***

**A21:** Nesse novo mandato, nós esperamos um bom trabalho, competência e defesa dos direitos dos alunos na instituição.

***P: E a AX20?***

**A21:** Nangombe ...

**P:** A Nangombe...

**A19:** Esperamos que haja mais competência para que não se repitam os mesmos atos e mais responsabilidade, e que se tenha mais...como vou explicar... que se tenha mais êxitos para este ano, neste novo mandato.

***P: A AX18 tem algo a dizer?***

**A18:** Acho que os colegas já disseram tudo.

**P: Muito bem! Quando termina este mandato?**

**A21:** Este mandato termina no próximo ano. Neste caso, em 2019.

**P: As eleições têm sido justas e transparentes?**

**A22:** Eu não posso valer isso com firmeza, até porque, no momento das eleições, os delegados só entregam os votos. Nem o delegado fica presente no momento da cotação dos votos. Mas acho que têm sido justas e transparentes.

**P: Quer dizer... vocês não têm visto...**

**A19:** Não, não temos visto muito da cotação dos votos.

**P: Isso significa que? Se não têm visto?**

**A21:** Não podemos afirmar, com clareza, que têm sido justas e transparentes.

**P: Todas concordam?**

**A20:** Sim.

**A17:** Sim

**A18:** Sim

**A22:** Sim

**P: Quem é que financia as atividades da associação de estudantes? Tem alguma parceria particular que financia ou depende de si mesmo?**

**A20:** A associação dos estudantes... Às vezes quando tem atividades na associação dos estudantes, eles recorrem a algumas parecerias como... eles pedem a ajuda do diretor ou sub-diretor, mas, na maioria das vezes, essas ajudas não são, bem, bem correspondidas.

**P: Mas será que há influência de um partido, de uma outra associação?**

**A22:** Sim, há a influência de um partido. Neste caso, o partido que está no poder, o MPLA. Sempre eu tem [sic] atividades da associação dos estudantes, vimos no mês antepassado, no batismo dos caloiros, e o partido em poder, ajudou-nos em situações como: o palco, onde desfilaram, onde se fez a apresentação da atividade. Às vezes, também ajudam com alguns panos de decoração.

**P: Como conseguem financiamento para as vossas atividades?**

**A17:** O financiamento para as nossas atividades...A associação dos estudantes tem feito com que os estudantes, de seis em seis meses, dão uma quota e dessa mesma quota, às vezes, é que tem ajudado bastante a associação dos estudantes na realização das suas atividades.

**P: Passamos para outro tema, que é a caracterização do papel da associação de estudantes. O que acham da associação de estudantes?**

**A17:** Eu acho...

**P: A atual, neste caso.**

**A18:** A associação atual de estudantes, eu acho que é uma associação que veio para ajudar não só a escola em si, mas também os estudantes...

A: Que nela se encontram...

**A21:** Que nela se encontram. A associação dos estudantes, tem como maior objetivo ajudar os estudantes em várias situações e...

**P: Alguém que continue, para ajudar o pensamento da Teresa? O que é que acham da associação, atualmente? O que é que acham dela?**

**A21:** Atualmente, eu acho que a associação está a trabalhar, está um bom caminho, claro...ajudando nos problemas que os alunos têm, a resolver, ajudando a resolver os problemas dos alunos...a manter a escola mais...harmoniosa e unida porque te feito atividades e trocado experiências com diferentes especialidades e instituições, também.

**P: Alguém quer contribuir mais?AX18, quer dizer alguma coisa? Que é que acha?**

**A18:** Eu acho que a associação de estudantes deste ano, tem...o chefe da associação de estudantes, tem competência de gerir essa mesma associação, responsabilidade...

**P: Desde que foi criada a associação de estudantes, o que mais destacam na sua ação desde a sua criação? O que é que mais vos marcou, desde que foi criada a associação? Cada uma tem a sua contribuição, não?**

**A22:** Desde que foi criada a associação de estudantes, por mim, eu digo, o que mais me marcou, foi a primeira atividade realizada assim que eu entrei nessa escola, neste caso, em 2014. A atividade extra que foi realizada...fomos...graças àquela atividade, eu conheci o túmulo do rei Mandume e depois daquela atividade, foi organizada uma outra atividade para a especialidade da PR, isto é, fomos visitar a Ondjila e quando chegamos lá, tivemos uma boa recepção, inclusive, eu fui, pela primeira vez, entrevistada no jornal ou na imprensa na ANGOPE. Isso marcou-me bastante, senhora professora.

**P: E as outras?**

**A21:** Praticamente a mesma coisa porque a atividade que nós tivemos...fomos todas. E também é algo que me marcou muito. E também outra atividade que me marcou muito, foi do 17 de setembro...foi também uma atividade que me marcou bastante.

**P: Belarmina?**

**A20:** Uma das atividades que também me marcou foi essa que as colegas acabaram de dizer, nesse mesmo ano. E também, uma das que mais me marcou, foi em 2015, usando a associação dos estudantes decidiu organizar um campeonato em 3 escolas. Isso motivou-me bastante porque tivemos a oportunidade de trocar experiências desportivas com estudantes de outras instituições e acabámos também por levar a taça, a nossa escola.

**P: Qual é o papel da associação de estudantes aqui na escola?AX18?**

**A18:** O papel da associação dos estudantes é de...ver [sic] pelo comportamento dos estudantes mesmo aqui na escola, ajudar nos problemas dos estudantes aqui na escola, as preocupações...acabei, professora.

**A19:** Para mim, é resolver os problemas dos alunos.

**P: *Esse é o papel deles? Mais alguma opinião contrária?***

[Em uníssono]: Não...

**P: *Que contributo a associação de estudantes tem desempenhado para o desenvolvimento estudantil e da escola? O que é que tem ajudado a escola, a associação dos estudantes? E para vocês também, como alunos.***

**A18:** Para nós, como alunos, a associação de estudantes tem-nos ajudado bastante o que cerne à resolução de alguns problemas que os estudantes passam. Exemplo, na...na...quando os estudantes têm tido problemas nas pautas, problemas com os professores... Antes desse problemas chegarem ao diretor, é exposto o problema ao presidente da associação dos estudantes e ele tenta dar uma solução e só se ele não conseguir resolver com os seus auxiliares, ele leva o problema até ao diretor da instituição. Depois disso, é dada uma resolução.

**P: *Passamos para outro item, que é a participação estudantil. Quem realiza o plano de atividades da associação dos estudantes?***

**A21:** Quem realiza o plano de atividades da associação dos estudantes. Neste caso, é o presidente da associação dos estudantes, este ano, AX1, com os seus auxiliares.

**P: *Participam na sua conceção, vocês? Têm participado?***

**A22:** Não, não temos participado.

**P: *Todos? Nunca participaram?***

**A21:** Não.

**A22:** Não

**A19:** Não

**A18:** Não

**A17:** Não

**P: *Os estudantes têm aderido às atividades programadas pela associação dos estudantes?***

**A21:** Sim, têm. Têm aderido.

**P: *Sempre?***

**A19:** Nem sempre.

**P: *Porquê?***

**A22:** Acho eu que é preguiça dos colegas porque a associação dos estudantes não...cansa-se de passar as turmas, de lembrar aos colegas que daqui a 2, 1 semanas teremos atividades, mas, mesmo assim, os estudantes levam aquilo na desportiva e, na maioria das vezes, não tem tido muita aderência.[sic].

***P: Que importância tem para si a associação dos estudantes? Acham importante ou se não acham? São livres de dizer.***

**A21:** Para mim a associação dos estudantes é importante porque ajuda os alunos, os membros da instituição, neste caso, os alunos, na troca de experiência, nos problemas que os alunos têm na escola e em outros assuntos.

***P: E para os outros?***

**A18:** Para mim, a associação dos estudantes é muito importante porque, para além de solucionar alguns problemas que eu tenho tido na instituição, ela faz com que eu me interajo com outros estudantes de outras instituições. Eu, com a associação dos estudantes que eu criei mais amizades, não só com estudantes desta instituição, mas com também estudantes de várias escolas.

**A22:** Sim, eu, por mim, acho que é muito importante porque faz com que os alunos criem mais amizades com os outros alunos. Eles criam mais os debates e nos debates, os alunos saem mais com uma boa experiência e também faz com que o aluno, os debates, tirasse esse medo de interagir com os outros. Para mim, é muito importante isso.

***P: Como caracterizam a relação entre os estudantes? AX18?***

**A18:** A relação entre os estudantes é boa porque a relação entre os estudantes é boa. Entre os estudantes, aquela troca de experiência...a troca de experiência entre os estudantes, ajuda a interação na assimilação dos conhecimentos.

***P: Mais opiniões?***

***P: Como caracteriza a relação entre os estudantes? Como é? É boa? É normal? É má? É péssima? Enfim...***

**A21:** A relação entre os estudantes é boa. Uma vez que a escola é a nossa segunda casa, não tem como nós nos comportarmos de uma forma ruim com os outros porque é nessa instituição que nós fazemos 4 anos. Nesses 4 anos, temos de ter os colegas como irmãos. Não tem como haver desavença entre nós.

***P: Passamos para outro item. Relação da associação dos estudantes com os órgãos de gestão da escola, isso é a direção da escola. Qual é a relação que existe entre a associação de estudantes e os órgãos de gestão desta escola?***

**A17:** Acho que é uma boa relação entre a associação de estudantes e órgãos da escola. Sempre que associação dos estudantes está para realizar uma atividade, tem havido um conselho entre a associação e os órgãos da instituição...No final de tudo, tem havido bons resultados. Uma relação muito boa, professora.

***P: Isso significa que antes de ser organizada uma atividade, os órgãos de gestão têm de aprovar também essas atividades?***

**A22:** Sim, têm.

***P: AX21, tem alguma coisa a dizer, relativamente a isso? Concorda, plenamente?***

**A21:** Sim, concordo.

***P: Como caracteriza a relação dos estudantes da associação dos estudantes e dos professores? Como tem sido?***

**A19:** A relação entre os estudantes e os professores é boa, dependentemente do comportamento do aluno para o professor e do professor para o aluno. Se não houver faltas de respeito, a relação tem sido boa, mesmo.

***P: AX22, como tem sido a relação entre os estudantes da associação dos estudantes e os professores?***

**A22:** A relação entre a associação dos estudantes e os professores, algumas vezes tem sido boa e noutras menos boa. Algumas vezes, não tão boa, visto que, na nossa instituição temos alunos que não se comportam tão bem. E por eles saberem que fazem parte da associação dos estudantes, pensam que têm um poder sobre eles. E os professores, com os alunos, com essa barreira...alguns professores também se comportam mal com os alunos. Então, não digo, não classifico essa relação tão boa, nem má. Dependendo do aluno e do professor.

***P: A gestão da escola interfere no plano de atividades da associação dos estudantes? De que forma? Por exemplo, a direção da escola pode, quer dizer, interfere nas atividades, no plano de atividades que a associação tem planejado?***

**A21:** Nalgumas das vezes, [sic] interfere sim.... Porque eu me lembro, há tempos atrás, a associação dos estudantes tinha convocado os alunos, que era para no final de semana, num sábado, irmos a uma caminhada. Só que a escola também convocou os alunos para aqui vir fazer as campanhas, para mantermos a nossa escola limpa. Então, isso me deu a entender que sim, há. Porque às vezes, no final de semana, a associação dos estudantes quer ter um off [sic] com os alunos, já a direção da escola, por vezes, programa uma outra coisa. E a interferência é assim.

***P: Alguma opinião contrária? A AX19 ia dizendo algo... Se a gestão da escola interfere no plano de atividades da associação de estudantes.***

**A19:** Sim, a gestão da escola interfere nos planos de atividades da associação dos estudantes, isto porque, temos como exemplo, no mês de abril, na primeira semana de abril, estava para ser realizado o batismo dos estudantes de cada escola, mas a escola tinha uma outra atividade. Vinha a visita do partido em poder e aquela mesma visita escolheu a nossa instituição para dar uma pequena palestra com o professores e os estudantes. E isso atrapalhou a atividade já programada pela associação dos estudantes. Foi transferido o batismo dos caloiros para a segunda semana de abril

***P: Alguma opinião contrária? Alguém quer crescer? Então, vamos para outra questão. Os órgãos de gestão da escola têm de aprovar essas atividades que a associação elabora? Os órgãos de gestão, a direção da escola, tem de aprovar ou reprovar essas atividades?***

**A18.** Sim...

***P: De que forma? Expliquem... A AX18 ainda tem algo a dizer.***

**A18:** Visto que a escola é a nossa segunda casa e numa casa o pai é sempre que manda. Então. Antes se o filho tiver de fazer algo, tem de pedir sempre autorização no seu pai. Nesse caso, esse é o exemplo que eu dou entre a escola e a associação dos estudantes. Para poder fazer uma atividade,

tem que mandar um documento para que a direção da escola aprove essa atividade, para ver se vai ser realizada ou não

***P: Então, isso significa que a associação dos estudantes é filial da direção da escola?***

**A19:** Sim.

***P: Todos concordam com isso? E alguém tem algo a acrescentar?***

**A20:** Sim...

***P: Muito bem, caros estudantes, eu só tenho a agradecer a vossa disponibilidade. Espero que não se cansem em me receber, quando assim for necessário.***



## **Grupo nº 5**

Legenda

**P** – Professora

**A** – Aluno(a)

***P- Bom dia, caros estudantes!***

**A24-** Bom dia, senhora professora!

**A23-** Bom dia, senhora professora!

**A25-** Bom dia, senhora professora!

**A26-** Bom dia, senhora professora!

***P- Estamos aqui para o nosso trabalho de investigação, quer dizer, à nossa entrevista. Este é o grupo número 5 composto pelo AX29, AX31, o AX33, o AX35, a AX36, a AX37, a AX38 e assim em diante. Estamos no 3º item que tem a ver com a caracterização do papel da associação de estudantes. O que acham da associação de estudantes?***

**A23-** A associação de estudantes é uma organização que zela pela necessidade dos alunos de uma instituição. É um grupo de alunos, ou seja, é constituída por um grupo de alunos que zelam por tudo o quanto é necessário.

***P- Os outros têm alguma opinião contrária?***

**A24-** Sim. A associação de estudantes era para facilitar o processo da área pedagógica, administrativa, para ajudar também nas situações em que os alunos ou os estudantes dessa instituição passam. Eles vêm para suprimir algumas necessidades, verem algumas dificuldades que os estudantes carregam, que não têm a possibilidade de irem também à direção porem o caso. Então nós levamos a informação dos problemas e eles remetem o problema à direção para poderem ser resolvidos.

***P- Desde que foi criada a associação de estudantes, o que mais se destaca na associação desde a sua criação? O que mais marcou desde que foi criada?***

**A25-** Desde que a associação de estudantes foi criada e desde o ano em que estou aqui presente na escola não fez nada que seja marcante. Não consigo destacar alguma coisa marcante desde que cheguei a esta instituição.

***P-AX37! Também não tem nada a dizer?***

**A26 -** AX37 - Não. Não tenho nada.

**A24 -** Na minha opinião, desde que foi fundado este órgão, uma das coisas que mais me marcou foi a viagem do Calueque onde houve troca as experiências, sobretudo dos estudantes das especialidades de HX e lá foram constatar a realidade do que têm estudado nas aulas teóricas aqui na escola. Sobre tudo na sua especialidade, na investigação, bem... É tudo!

**A23 -** Não houve muita coisa marcante mas não podemos dizer que não há nada que não marcou porque temos feito algumas caminhadas e essas caminhadas não são simplesmente para fazer

piqueniques e brincadeiras. Temos também levado alguns temas que ajudam a familiarizar os estudantes de várias especialidades, à troca de experiências porque aqui não podemos estar só agarrados simplesmente à XX, por exemplo. Mas também devemos beber um pouco da experiência de bioquímica, de história. As caminhadas também têm ajudado, é algo que marca sobretudo algumas atividades também inter escolares, os batismos dos caloiros que também é uma iniciativa da associação de estudantes. Com isso acho que outras ideias fogem sobre aquilo que a associação de estudantes tem feito para nós.

***P- Qual é o papel da associação de estudantes aqui, nesta escola?***

**A23-** O papel da associação de estudantes cá na escola é o de resolver os problemas que os estudantes têm para com algumas disciplinas, na elaboração de pautas caso os alunos não estejam de acordo com aquelas notas, caso os professores não se tenham comportado bem perante os alunos. É da responsabilidade dos estudantes exporem os seu problemas à associação e a associação fará chegar à direção da escola para que possa ser solucionado este problema.

***P- Todos concordam?***

**A23-** Sim, concordamos.

**A24-** Sim, concordamos

**A25-** Sim, concordamos

**A26-** Sim, concordamos

**A27-** Sim, concordamos

***P- Quantas [impercetível] têm desempenhado o seu papel? Justifica.***

**A24-** Bem, desde que entrei nesta escola, em 2015, nunca vi, por exemplo, o elenco da associação a entrar na minha sala, ou seja, na turma, para perguntar quais são os problemas que nós temos para que eles façam chegar à direção. Pelo menos, nunca tive o privilégio de os ver entrar na turma em que estou inserido.

***P- Que contributos a associação de estudantes tem desempenhado para o desenvolvimento estudantil e da escola?***

**A23 -** Os contributos são as saídas, por exemplo, as caminhadas, fazem bem e são coisas marcantes. Para mim esse é o contributo que a associação tem contribuído para o desenvolvimento dos alunos na instituição.

**A27-** É dentro dessas caminhadas que os alunos, estudantes, da mesma instituição vão-se familiarizando consoante aquelas ideias, aquelas experiências, que vão trocando. Também um dos contributos é que em vez de estarem separados numa só especialidade ou numa só sala, lá conseguimos interagir e ligar com elementos de outras turmas, de outros cursos. É um dos contributos que tem ajudado.

***P- O X14 tem alguma coisa a dizer?***

**A25. AX14-** Sim. [Impercetível]. A evolução das caminhadas que têm sido feitas, penso eu, que têm contribuído bastante, tanto ao nível académico como ao nível do desenvolvimento intelectual, ou seja,

em função daquela interação que os colegas têm. Cada um vai apresentando aquela interação total e vai também contribuindo bastante.

**A24.** Este contributo não pode só terminar por aqui. Eu gostaria que a associação tivesse também, por exemplo, o contacto com outros *Ondjuo Yeto* para que haja aquela interação *Ondjuo Yeto* [imperceptível], *Ondjuo Yeto* Namacunde, do Cuvelai para que os estudantes desta instituição possam trocar experiências com os estudantes daquelas instituições. Sobretudo nas sociedades de XX. Para que haja mais aquela interação é preciso que o presidente da associação da escola *Ondjuo Yeto* possa ter uma conversa com o presidente de outro *Ondjuo Yeto* para que haja este encontro de estudantes.

**A25.** Correu muito bem a ideia, foi bem dada mas com isso nós também como estudantes podemos dar esse princípio e levar ao presidente da associação para podermos... porque se falarmos só simplesmente ele tem que ter essa noção. Às vezes ele nunca teve esse pensamento mas se nós como colegas do presidente da associação podemos fazer um documento e levar à associação, a associação remete o documento à direção, então ali a coisa sai melhor porque se falarmos só sem ajudar a associação também nós fizemos parte porque a associação faz parte da nossa escola, é uma agregação, uma reunião, um conjunto de estudantes. Nós também podemos fazer esse papel de presidente, por exemplo, aqui da sala. Pegamos num documento com as nossas ideias e levamos ao presidente da associação e ele faz ou leva o documento à direção ou ao diretor que nos dá essa oportunidade de poder viajar e trocar experiências com outros estudantes de outras escolas. Tem que ser iniciativa nossa, não se pode ficar simplesmente parado ou incumbir a responsabilidade simplesmente ao presidente da associação. Ele pode pensar isso tudo, às vezes uma cabeça pode pensar bem mas várias cabeças pensam melhor.

***P- Vamos para o quarto ponto relativamente à participação estudantil. Quem realiza o plano de atividades da associação de estudantes?***

**A24.** Não fui ao fundo investigar sobre quem realiza estas atividades mas acredito que há um documento que parte da direção pedagógica para poder se aprovar as atividades porque o presidente da associação pode dar uma ideia mas às vezes o diretor ou subdiretor não vai aceitar. Então acho que elaboram e até mesmo o diretor com o auxílio do presidente da associação.

***P- Todos concordam com a opinião do colega?***

**A25.** Mas sendo o presidente da associação o cabeça máximo por parte dos estudantes teria sido ele a elaborar o programa, neste caso, afim de o levar à direção pedagógica e verem quais são as atividades previamente estabelecidas pelo presidente e quais são as reprováveis e não aceites pelo diretor da mesma instituição, isto porque às vezes acontece que o presidente da associação, ou seja, o diretor, se o diretor expuser [sic] algumas atividades a serem realizadas numa instituição e não estiverem de acordo com o presidente da associação, haverá alguma coisa a ser alterada, é necessário que o presidente da associação seja ele a elaborar afim de levar à direção pedagógica e administrativa para se aprovar e reprovarem essas atividades que ele estabeleceu em conjunto do coletivo dos mesmos membros da associação de estudantes.

***P- Vocês têm participado na sua conceção?***

**A23.** Na elaboração das atividades não. Não temos participado. A informação só nos chega, temos uma atividade no local x. Mas não participamos nessa elaboração das atividades.

**A24.** Esta não participação por nossa parte é a razão que faz com que não tenhamos, por exemplo, ideias construtivas. Aliás, temos tido ideias construtivas mas a não participação nessa elaboração das atividades fazem-nos a não chegar lá porque saberão muito bem que não adianta parar, não servirá de suporte, neste caso, às vezes ignoram, não levam em consideração as atividades que nós estabelecemos.

***P- Os estudantes têm aderido às atividades programadas pela associação de estudantes?***

**A26.** Só quando é obrigatório, isto porquê? Algumas vezes acontece que aderimos às atividades programadas pela associação, só as obrigatórias porque os membros da associação sempre que vêm anunciar uma atividade dizem simplesmente, é obrigatório. Isto leva o estudante a ter um pequeno, a estar medinho. Fica assim, se eu não for o meu nome será escrito naquele sentido, terei um castigo naquele sentido, terei um castigo naquele. Com este pensamento negativo que às vezes levamos faz-nos não participar naquelas atividades não obrigatórias porque não dizem, é obrigatório, obviamente que nem todos irão participar nas mesmas atividades.

**A24-** Acho que também faltou um pouquinho de responsabilidade por parte da associação de estudantes, porquê? Porque tinham que dar esta visão ou esta informação a todos os estudantes porque temos vários estudantes que têm ideias para se poder fazer uma determinada atividade num local. Talvez tenham um estudante que tem um local que é tão lato que é possível fazer uma atividade. Ali acho que é um problema mesmo da associação de estudantes.

**A25.** E também os membros da associação de estudantes têm uma realização empírica se for assim dizer, porque às vezes eles vêm informar atividades de uma forma não refletida já antes de uma vez por todas. Ele vem e diz, amanhã é a atividade e, às vezes, acontece que nem todos os estudantes estão presentes neste mesmo dia em que anunciaram a atividade a decorrer no próximo dia. Este anúncio que é feito previamente, é feito de uma forma empírica, por assim dizer, basta que alguns alunos não participem nas mesmas atividades sendo ou não obrigatórias.

***P- A X13 tem algo a dizer?***

**A27.** AX13- Não.

***P- Quanto à relação da associação de estudantes, órgão de gestão da escola, e a direção da escola. Qual é a relação que existe entre a associação de estudantes e os órgãos de gestão desta escola?***

**A24.** Relação? Quer dizer, não podemos dizer que é saudável ou não porque algumas vezes não temos visto o presidente da associação com o diretor da instituição em harmonia. Quer dizer, é possível que eles estejam em harmonia mas nunca avistamos isso.

**A24-** AX13- Não conseguimos notar.

**A23.** Pegando na ideia do colega, acho que a relação, também dizer que está boa ou má estaríamos a mentir porque isso tinha que ser mesmo algo aberto porque eles fazem de uma forma restrita simplesmente para eles. Por exemplo, se há uma reunião na tomada de posse do presidente, o presidente atual que dizia ali que a direção da escola e a associação de estudantes, ali há um conflito

porque a direção pede empréstimos de alguns valores na conta da associação de estudantes mas não devolve e essas entidades ficam assim um pouquinho complicadas, fica um pouquinho triste visto que, a direção da escola é máxima da associação de estudantes e ela sente-se inferiorizada porque a direção não está retribuindo ou não está devolvendo aquilo que é direito. Então, acho que a relação não está tão bem saudável até ao dia de hoje. Acredito que não está tão bem a relação, pode estar bem por um lado mas por outro lado acho que o ser humano sempre carrega uma parte que às vezes leva mesmo a um conflito mental. Acho que a relação não está também saudável.

***P- E todo o mundo concorda?***

**A26** - Sim, concordamos.

**A23** - Sim, concordamos.

**A24** - Sim, concordamos

**A25** - Sim, concordamos

**A27**- Sim, concordamos

***P- Ou têm algo em contrário?***

**A25**- E para que haja uma relação sadia entre a associação de estudantes e os membros, ou seja, os dirigentes da instituição, para que haja uma relação sadia entre os membros da associação de estudantes e os diretores e professores da mesma instituição é necessário que eles mesmo conversem entre si, haja diálogo entre si, haja o conhecimento da necessidade da associação e a necessidade dos professores e diretores da mesma instituição têm afim de cooperarem e chegarem a um fim único para que possam chegar a um ambiente harmonioso porque se estivermos numa instituição onde a associação e os membros dirigentes da mesma instituição e não houver harmonia entre eles obviamente que os estudantes da mesma instituição chegarão a dar conta deste pequeno desequilíbrio, este pequeno, um ambiente não harmonioso e eles têm noções não sadias, pensam de formas inadequadas concernente à mesma instituição.

***P- Como caracterizam a relação entre os estudantes da associação de estudantes e dos professores? Como é que é a relação?***

**A23**. Eles têm uma relação, quer dizer, os membros da associação de estudantes com os professores não temos visto eles interagirem com todos mas com os que eles têm estado, a interação, há uma relação harmoniosa, isto é, restritamente porque nem toda a relação se apresenta de uma conjunta para que todos os alunos da instituição deem conta que este membro da associação e aquele professor tenham, quer dizer, eles têm atualmente, alguns professores têm tido algumas relações restritas. Nem com todos, com todos às vezes, se calhar noutra sítio, fora da instituição mas dentro da instituição, às vezes têm uma relação um pouquinho não sadia.

**A24**. Só para dizer que concordo com a ideia da colega. A associação tem uma boa relação com certos professores mas com outros também não tem uma boa relação porque eu notei, no ano passado, que um membro da associação vinha para anunciar algo e então pediu uma vénia a um professor e o professor não permitiu que ele falasse naquele momento, disse-lhe simplesmente que tinha de esperar depois que os 45 minutos terminassem já podia anunciar o que tinha para anunciar. Então, aí me deu a entender que não há uma boa relação com alguns professores mas com outros têm uma boa relação.

**A26.** Talvez não seja bem isso. O professor não quer mesmo cortar o fio do que estava a explicar ou não quer queimar o seu tempo. Tudo bem, por um lado pode ser inimizade, às vezes porque a relação, eu digo que a relação ali está encarcerada porque a relação entre estudantes...

***P- Estamos diante da seguinte questão: O porquê de novas eleições no meio de um mandato? Aqui a AX9 dizia algo, só para terminar.***

**A24. AX9** Realmente tinham de ser mesmo feitas estas eleições porque teria uma certa desorganização, até porque a associação de estudantes, por sua vez, é mesmo muito importante, se a escola por sua vez decidir criar uma associação de estudantes é porque tem mesmo a ver com uma importância grande a nível da instituição. O mandato foi criado ou, a eleição foi criada por intermédio de um mandato por causa da importância que a associação de estudantes tem perante a escola.

***P- Que expectativas têm para este novo mandato? O que é que vocês almejam para esse novo mandato? Querem que seja melhor que o anterior, querem que seja pior? O que querem que eles façam?***

**A23-** Visto que a nova presidência foi tirada por falta de responsabilidade, neste novo mandato nós esperamos melhorias no que diz respeito às atividades que vão ser realizadas na escola, melhor incentivo aos alunos, que sejam mais criativos do que mandato anterior e que façam coisas positivas que agradem aos alunos, principalmente àqueles alunos que estão a ingressar pela primeira vez na instituição.

***P- E os outros?***

**A25-** Do meu ponto de vista diria que, espero que consigam superar a minha expectativa. Isso implica dizer que os erros cometidos no mandato anterior sejam corrigidos nesse mandato e que hajam mais inovações, criatividade...

## **Grupo nº 6**

Legenda:

**P:** professora YNL

**A:** aluno

**P: Bom dia, caros estudantes.**

**A:** Bom dia, senhora professora.

**P: Estamos diante de uma entrevista denominada entrevista em grupo. Estejam à vontade, debateremos alguns temas. Espero que todos participem e colaborem para ajudar o nosso trabalho de investigação. Caros estudantes, estamos perante a questão 1, que relata sobre a génese da associação dos estudantes. Podem me responder quando é que foi criada a associação dos estudantes? Alguém sabe? Estejam à vontade! Alguém sabe quando é que foi criada?**

**A28:** Não, eu por mim não sei. Eu fui integrado em 2015 e já encontramos a mesma...a associação dos estudantes já criada. Eu acho que foi desleixo nosso mesmo, não perguntar quando é que foi criada essa secção da associação dos estudantes.

**P: Foi por iniciativa de quem? Sabem?**

**A31:** Não, também não temos o conhecimento de quem teve o domínio de começar a associação dos estudantes aqui na escola. Só sabemos que existe uma associação dos estudantes aqui na escola...quem teve a iniciativa também não temos...

**P: Como decorreu esse processo? Sabem?**

**A30:** Não.

**A32:** O processo do início?

**P: Sim, o processo do início. Como decorreu? Sabem?**

**A31:** O que a gente diria, a criação da associação dos estudantes, não temos nenhum domínio, noção de que ano foi criado e de quem teve essa ideia, dentro de uma instituição escolar...

**P: E como foi a adesão dos alunos na escola? Também têm esse ...**

**A32:** Desculpe, não entendi.

**P: A adesão dos alunos...foi em massa ou nem por isso?**

**A32:** Acho que com a comunicação do direção...houve comunicado...acho que foi em massa. Os alunos para apreciar a abertura de um gabinete da associação dos estudantes que vai ajudar nos problemas dos alunos.

**P: Passamos para outro item: estrutura da associação dos estudantes. Têm um estatuto pelo qual se orientam para as vossas atividades na associação dos estudantes? Têm esse estatuto? Estatuto, documento que orienta. Têm estatuto, a associação dos estudantes?**

**A28:** Sim, eles devem ter o estatuto porque é um pouquinho difícil, sem que tenha o documento, só por iniciativa deles, criarem uma ideia. Tudo passa pela base, de ter um documento que os guia, o que vão fazer.

**P: Quem elaborou esse estatuto?**

**A32:** Acredito que esse estatuto, normalmente, é uma criação entre o responsável da associação dos estudantes e o diretor da mesma escola, incluindo os coordenadores de turma, são os elementos fundamentais.

**P: Os coordenadores de turma também participaram? Os outros concordam com isso?**

**A33:** Não concordo. A associação dos estudantes não está só aqui. Eu acho que é um programa que vem a partir da nacional. Simplesmente aqui, foi uma coisa orientada pelo diretor da escola. Acho que o governador também tem conhecimento, o diretor da Educação...Juntos, conseguiram criar uma assembleia e debateram como é que eles podem funcionar nessa ... da instituição escolar.

**P: Alguém tem uma opinião contrária? A associação dos estudantes possui um organograma? Um documento que espelha quem é o máximo, quem é que vem a seguir...Tem este? Vocês já viram este documento? Como está composto?**

**A31:** Não vimos documento, mas tem presidente, tem secretários e tem aí o tesoureiro, tem um organograma organizado. Dessa maneira, tem o presidente da associação dos estudantes, tem o secretário e também tem o tesoureiro.

**P: Mas, então, vocês nunca viram.**

**A29:** Não.

**A30:** Acho que já fui capaz de assistir à eleição do presidente da associação dos estudantes, além deste, antes, o anterior, que faz-se também de uma maneira, uma eleição onde elege-se o presidente da mesma associação dos estudantes, o secretário, o tesoureiro e os demais membros da associação.

**P: Mas eu agora questiono. Tem este documento ou não tem? Vocês já viram um dia?**

**A33:** Está estruturado desta maneira. Se está estruturado dessa maneira, então existe esse documento.

**P: Só existe, mas vocês nunca viram.**

**A28:** Não.

**A32:** Fisicamente, nunca vimos o documento, mas...aqui o presidente da associação, a seguir, o secretário...

**P: Mais alto.**

**A28:** A seguir o que o colega estava a dizer, mas não diz este documento aqui...o nome do presidente da associação, o secretário...

**P: E quem elaborou?**

**A30:** A pretensão é, o professor Alfa fez a elaboração do...presidente da associação e os mesmos colegas da escola é que contribui para que o colega seja presidente da associação. Elaborado pela direção da escola, mas também...passa por uma eleição em cada turma da escola.



***P: Não, neste documento, quem elabora? Só este documento.***

**A28:** O documento, não podemos dizer que existiu por nunca o viu. Só podemos dizer que sim, apresentam o presidente da associação...papel a dizer, documento em que consta o nome do presidente.

***P: Então, nunca...Não têm este documento. Simplesmente, vos têm apresentado os membros da associação?***

**A29:** Não, não. Nunca tive esse privilégio de me deparar com esse documento onde vem o programa, com base esses elementos da associação dos estudantes. Simplesmente, sempre só comunicam vocalmente:[sic] “Esse é o presidente, vice, secretário e tesoureiro” da mesma associação. Porque havia um momento onde nos davam a conta onde depositávamos os 300 kwanza, o valor para contribuir para a mesma caixa da associação dos estudantes.

***P: Quem desempenha a função máxima na associação dos estudantes?***

**A28:** Presidente da associação dos estudantes.

***P: É o presidente?***

**A29:** Sim.

***P: Conhecem os órgãos da associação dos estudantes?***

**A30:** Conheço face a face, mas os nomes...

**A31:** Só conheço o AX1, que é o presidente da associação dos estudantes.

***P: E outros elementos, vocês não conhecem?***

**A28:** Não.

***P: Nem conseguem identificá-los com os nomes ou com as funções que ocupam?***

**A33:** Não conheço. Só conheço o presidente pela cara, nem pelo nome... só o presidente. O resto da equipa dele...

**A33:** Porque, para mim, tem de ser recíproco: os alunos ir à procura, interagir com os responsáveis da mesma associação dos estudantes e eles também tinham de fazer o mesmo: passar turma por turma e dar umas considerações e os alunos também podiam de forma...

***P: Como são realizadas as eleições na associação dos estudantes?***

**A28:** As eleições dos estudantes, são realizadas...cria-se uma pequena comissão dos candidatos e esses candidatos vão passando por turmas a candidatarem-se ou a dar a sua propaganda em que eles querem assumir esse cargo de presidente da associação. Então, a turma, por sua vez, vai votando.

***P: Alguém tem uma opinião contrária?***

**A30:** Não.

***P: Todos concordam com essa forma de eleição?***

**A28:** Sim.

***P: Vocês já tentaram candidatar-se?***

**A30:** Não.

**P:** *Ninguém aqui do grupo, tentou?*

**A31:** Não.

**P:** *Já pensaram nisso?*

**A29:** Não.

**A29:** Pensar em candidatar? Não, nunca fiz.

**P:** *Nunca pensaram também em se candidatar?*

**A30:** Não.

**P:** *Alguma vez já foram contactados para se candidatar?*

**A32:** Não.

**P:** *Também nunca pensaram nisso?*

**A31:** Não.

**P:** *O mandato tem a duração de quanto tempo? O mandato na associação dos estudantes.*

**A30:** Acho que o mandato...o presidente da associação, ele cessa o seu mandato depois de terminar o curso. Terminou o curso, então, é eleita uma outra pessoa.

**P:** *Então não têm noção de quanto tempo, mais ou menos, dura?*

**A32:** Não temos noção de quanto tempo dura porque esta candidatura do presidente da associação não começa logo na 11<sup>a</sup>, que é o primeiro ano dele. Está a fazer a 12<sup>a</sup>, pode se candidatar, logo tem um ano de trabalho.. na 11<sup>a</sup> pode se candidatar. Então, teria, praticamente, um tempo determinado, se é que fosse aceite os elementos a se candidatar à presidência da associação aqueles que estão na 11<sup>a</sup> classe. Durante aquele tempo que está na formação, pode ser 4 anos, 5 anos...teríamos, mais ou menos, noção acerca disso.

**P:** *Quem convoca as eleições? Quem convoca? Têm noção sobre isso?*

**A31:** Quem pode convocar essas eleições, só pode ser a mesma associação dos estudantes em conjuntura com a direção da escola.

**P:** *A direção da escola também em intervido?*

**A33:** Sim, tem intervido.

**A28:** Acho que tem intervido porque nós vemos que o atual está no fim do seu mandato, logo a direção da escola tem de intervir, juntamente com o elemento com quem ele trabalhou para ver o passo a seguir...o substituto deste.

**P:** *Qual é o número de listas que concorrem às eleições? Quantas pessoas, mais ou menos, podem concorrer?*

**A29:** Duas pessoas pelo que pude acompanhar. São duas pessoas que concorrem para a presidência.

**P:** *Os outros também têm visto a mesma coisa?*

**A31:** Sim.

**P: Tem havido rotatividade nas eleições da associação dos estudantes? Ou têm sido sempre as mesmas pessoas a se candidatar?**

**A33:** Não, as mesmas pessoas, não. Terminou fulano, depois vai outra pessoa.

**P: Que critérios são utilizados para as eleições na associação dos estudantes? Ou então, o que é necessário para se candidatar?**

**A30:** Pode-se candidatar quem esteja preparado para assumir aquele cargo e ser presidente da associação dos estudantes aqui na escola. Qualquer um que...ser aluno da instituição e estiver pronto para assumir esse cargo e ele próprio aceitar ser presidente, então, passa turma por turma...vai eleger quem eles decidirem...

**A28:** Sim. E depois, também, podemos dizer que este tal vai ser eleito. Precisamente, que mostre as suas políticas de trabalho. Normalmente, quando é essa candidatura para um determinado cargo, há sempre umas políticas: “Eu estou para fazer isto.”; “Eu estou para fazer aquilo.”. Então, aquelas políticas... podem ser os eleitores.

**P: Quem as dirige? As eleições.**

**A31:** Não, não tenho noção.

**A30:** As passadas, o professor Alfa dirigiu essas eleições. Eu pude participar numa dessas eleições.

**P: As eleições do candidato cessante ou do novo candidato?**

**A29:** Cessante, do candidato cessante. Pude acompanhar. Foi o professor Alfa.

**P: O professor Alfa dirigiu?**

**A33:** Sim.

**P: Todos acompanharam?**

**A32:** Sim.

**P: E as outras eleições, quem tem dirigido?**

**A33:** As outras eleições, nós não participamos porque o nosso turno era de noite e a comunicação só passava mais no período da manhã. Só do cessante é que a gente participou.

**P: O último presidente da associação, saiu da associação. Porquê?**

**A28:** Não tivemos conhecimento do que fez ele sair.

**A30:** Na minha opinião, posso dizer que ele saiu da associação porque terminou o seu próprio mandato. Terminou o mandato na condição de terminar o seu próprio curso.

**A33:** Acho que foi no ano, no meio do ano, ou coisa assim. Dirigir um coletivo de pessoas, não é tão fácil. Por opinião própria, acho que alguma coisa não correu bem e, então, houve necessidade de substituí-lo. Exoneração existe em qualquer ramo.

**P: E o porquê de novas eleições no meio de um mandato? Visto que ele não terminou o seu mandato. Porquê novas eleições?**

**A29:** De vez enquanto, a gente não espera até que o mandato termine, uma vez que ele não está capacitado para desempenhar as suas funções. Quando isso acontece, então não se espera o mandato terminar.

**P: Mas neste caso, mesmo que o mandato não tenha terminado, não seria possível terminar, alguém interinar até ao mandato terminar e, posteriormente, fazerem-se novas eleições?**

**A29:** Acho que depende muito da organização, do estatuto que funciona aí. Então, se alguma coisa não correr bem, é possível reconduzir, como tem sido...Quando este camarada já não é mais do agrado do seu elenco, então, ele pode mesmo ser substituído, sem esperar até que o mandato termine.

**P: Que expectativas têm com esse novo mandato?**

**A31:** Eu acho que...

**P: Os outros colegas pararam? Não participam mais?**

**A31:** Espero que devam se empenhar, como o próprio instituto diz aqui [sic], associação dos estudantes. Devem mostrar trabalho, deve ter capacidade e habilidade naquilo que está a dirigir ou está empenhado porque eu vejo que tem presidente da associação dos estudantes e não cumpre que lhe diz seu trabalho: fazer algumas palestras, passar nas turmas e conhecer esse presidente para nos próximos momentos não ter esse problema, pergunta e a gente nem tem conhecimento de quem é o presidente.

**P: E os outros, que expectativa têm?**

**A33:** Como disse o meu colega, todo o presidente, antes de ser eleito, ele tem a sua política de trabalho. Depois de tomar posse, ele deve fazer com que tudo o que disse que ia cumprir, se faça cumprir na escola porque a associação está aí também para defesa do aluno. O aluno tem certos problemas, a associação dos estudantes não está nem aí.[sic] Mas quando ele estava a ser eleito, estava a dizer muita coisa: que vamos organizar acampamento, atividades na província X, atividades escolares. Mas quando toma posse, é só fica ali e não tem nenhuma atividade da escola.

**P: Quando termina o mandato desse novo candidato?**

**A28:** Não sei. Ele está em que classe?

**P: Não têm domínio?**

**A28:** Não.

**P: As eleições têm sido justas e transparentes?**

**A30:** Têm sido justas porque, das últimas eleições que eu pude acompanhar, têm sido justas. Têm uma fase em que eles implementam as suas políticas e os alunos vão vendo quem é quem e, no fim, faz-se as eleições. Confere-se os votos na frente do público e dá-se o resultado merecido.

**P: E as últimas eleições, vocês acompanharam o processo?**

**A29:** Não, eu não acompanhei.

**A28:** Não.

**P: Ninguém acompanhou?**

**A31:** Não, não

**P: Quem é que financia as atividades da associação dos estudantes? São os estudantes? Têm uma ONG? Têm um partido? Quem financia?**

**A32:** Eles cobram uma quota, 300 kwanza, e acho que vai para o fundo a associação dos estudantes.

**P: Como conseguem financiamento para as vossas atividades? Será que é mesmo através desta quota?**

**A33:** Há momentos em que eles pedem uma contribuição, a turma tem de contribuir com um valor ínfimo. Aí conseguimos realizar as nossas atividades, junto com a associação dos estudantes que representa os alunos na instituição.

**P: Passamos para outro item: caracterização do papel da associação. O que acham da associação dos estudantes? A atual, neste caso.**

**A28:** Que achamos da associação dos estudantes? É um órgão muito importante numa instituição escolar como esta, qualquer instituição, porque tem o papel de velar os problemas que podem advir em todos os alunos que pertencem a uma instituição. É o órgão que defende os problemas que os alunos podem apresentar na escola.

**P: E esta associação, tem feito isso? A atual associação.**

**A30:** Com base a nossa turma, ainda não nos deparamos com esse assunto. Esse novo elenco, a passar na nossa turma, nunca nos deparamos. Ser notificado, a nossa turma, para participar numa atividade que diz respeito á instituição, nunca tivemos esse privilégio.

**P: Desde que foi criada a associação dos estudantes, o que mais destacam na sua ação desde a sua criação? O que é que mais vos marcou desde que foi criada a associação?**

**A30:** A associação dos estudantes, ajudou também a própria instituição. Mesmo as ideias são construídas junto com a própria direção, criar atividades extraescolares, trocar experiências com outros colegas de outras escolas. São coisas que a gente também aprendeu na vida aqui, pois estamos representados para, no tempo futuro, desenvolvimento na própria sociedade.

**A29:** Também tem a ver com os batismos na escola, dos novos alunos. Quando são enquadrados, a associação trabalha no sentido para que essa atividade saia e todos gostam da atividade. Eles trabalham muito bem, alugam coluna, fazem tudo para essa atividade saia muito bem.

**P: Qual é o papel da associação de estudantes nesta escola? Aqui nesta escola.**

**A32:** O papel é ajudar os alunos. Se o aluno tem problema, com o professor ou com a matéria, tem que levar o caso na associação dos estudantes. A associação dos estudantes ou o representante, é que vai levar o caso na direção da escola.

**P: Mas tem feito isso ou só é a norma?**

**A29:** É só a norma.

**P: Então não tem feito isso?**

**A30:** Não.

**A31:** Nós não podemos afirmar, taxativamente, se não têm feito, mas, no caso da nossa turma, não temos visto. A escola é tão vasta que é possível que tenha feito.

***P: Que contributo a associação dos estudantes tem desempenhado para o desenvolvimento estudantil e da escola? Qual é o contributo que ela tem desempenhado?***

**A29:** O que acabamos de falar há pouco tempo. Contribui na organização nas nossas atividades estudantil, na instituição do *Ondjuo Yeto*.

***P: Vamos para outro item: participação estudantil. Quem realiza o plano de atividades da associação dos estudantes? Quem é que realiza o plano de atividades deles?***

**A29:** Acho que, sendo uma associação, eles têm um presidente da mesma associação, em união com os coordenadores de turnos, diria assim, então ele conseguem, formular, criar essa atividade, o que se pode fazer.

***P: Mas quem são esses coordenadores? São professores? São alunos?***

**A29:** Professores.

***P: Então, quer dizer, têm realizado o plano de atividades com os professores?***

**A30:** Eles também podem fazer parte na organização deste plano de atividades, os alunos podem fazer.

***P: Alguém tem algo diferente a dizer?***

**A33:** Eles podem criar atividades. Eles podem criar o que possam fazer, mas têm de fazer chegar na direção da escola se aprova ou não. Porque se queres fazer uma visita fora da instituição, mas como os encarregados têm conhecimento que os nossos filhos estão na responsabilidade da instituição, têm essas normas de fazer chegar a criação que eles pretendem fazer à direção e a direção aceita ou não aceita para dar o asseguração da própria atividade que será realizada.

***P: Vocês já participaram na sua conceção, do plano de atividades? Já participaram?***

**A32:** Não.

***P: Os estudantes têm aderido às atividades programadas pela associação dos estudantes?***

**A28:** Sim.

**A30:** Quando são comunicados, são aderidos. A comunicação, às vezes, chega mais tarde ou os estudantes não tiveram conhecimentos...poucos que aderem.

***P: Que importância tem para si a associação dos estudantes?***

**A31:** Para mim, a associação dos estudantes é muito importante. Numa escola como essa, tinha de haver uma associação desse tipo, mas sendo ela uma associação dos estudantes, que venha ela resolver os problemas dos tais alunos. Não só associação dos estudantes para outras atividades, esquecendo o próprio aluno.

***P: Mas tem acontecido isso?***

**A30:** Na resolução de problemas dos alunos, nunca passaram na nossa turma. Se calhar, se tivéssemos um problema, faz com que eles viessem, mas digo que, talvez se realizam a 30, 40 por cento, não no seu todo.

**P: Alguém quer contribuir mais relativamente a isso? Que importância tem para si a associação dos estudantes?**

**A28:** A própria associação, o nome já diz: associação dos estudantes. Então, o que é que eles deveriam fazer? Trabalhar com os estudantes. Os estudantes vão pôr os problemas [sic] que os afligem nas turmas. Eu vejo a nossa associação dos estudantes, eu acho que só aparece nos momentos das atividades. Nos momentos difíceis que os alunos passam, eu nunca vi. Por mim, na nossa turma. Nunca vimos. Porque há alunos mesmo, que passam por problemas aqui. O certificado, nota, mas o aluno estudou mesmo aqui. Então, você põe o caso na associação para que te possa ajudar a resolver esse problema. Aluno perdeu telefone. Não vão à turma comunicar que: “Há um colega que perdeu telefone, assim e assim. Quem tiver de boa fé, possa entregar lá na nossa direção”. Os direitos deles, de estar aqui como nome da associação dos estudantes, é mesmo resolver o problema dos estudantes. Embora, criar atividades em que os alunos ficam um bocado mais abertos, lidar com o próprio membro, a sociedade, mas têm de ver mesmo o problema dos alunos.

**P: Como caracterizam a relação com os estudantes? Como é a vossa relação? É boa, é má, nem por isso? Como é que é?**

**A33:** A relação aqui tem sido boa, tendo em conta as diferenças: uns vem daqui, outros vem de lá. Mas enquanto estamos qui na escola, é mesmo positiva.

**P: Para todos?**

**A31:** Sim.

**P: Passamos para o último item: relação entre os órgãos de gestão da escola: associação dos estudantes e órgãos de gestão da escola. Qual é a relação que existe entre a associação dos estudantes e os órgãos de gestão desta escola? A direção. Qual é a relação?**

**A29:** A relação que existe...

**P: Qual é o nome, desculpa?**

**A28:** AX60. Eles têm grande ligação quem é dono dos estudantes é a instituição. Então, eles integram aí para resolver os problemas dos estudantes, como um advogado. Devem ter sempre uma ligação muito importante. O problema que e passa com um aluno, não quer dizer que a própria associação dos estudantes resolvam sozinhos, têm de resolver junto da direção, que se ultrapassa esse problema. Depois chegar ao aluno e explicar porquê. Na verdade, como a professora há pouco tempo a perguntar a relação entre alunos porque cada um vem da outra cultura. E aqui, na nossa casa, a única em que a gente se encontra para adquirir os conhecimentos. Se aqui na nossa casa tem os órgãos máximos que nos possam ajudar, às vezes, viemos com os nossos conhecimentos empíricos.

**P: A relação tem sido boa para ti, AX61?**

**A29:** Sim, tem.

**A29:** Eu acho que a relação entre a associação dos estudantes e o órgão reitor da escola, a relação tem de ser boa, sim, porque eles vão representar uma associação dos estudantes de uma determinada escola e essa escola, por sua vez, já tem alguém que é o diretor e o seu elenco, também. Então, a associação dos estudantes não pode estar de parte, trabalhando sozinho. É preciso que haja uma interação entre a direção da escola e a própria associação dos estudantes. Devem estar unidos. Então, ali têm de criar mesmo uma relação muito positiva para que tudo corra bem.

***P: E é, o que vocês têm observado aqui na vossa associação?***

**A32:** Não, sim. É, o que temos observado. Creio que até o mês antepassado, estávamos a falar da contribuição dos finalistas, estávamos reunidos, a própria direção da associação os estudantes, o sub-diretor, e estávamos a partilhar assim as nossas ideias como fazer, como é que vamos fazer o desfecho do ano, organizar isto.

***P: Mas essa atividade onde estava o sub-diretor, é atividade da associação ou é atividade da escola?***

**A32:** É, da escola.

**A31:** Esta pode ser uma atividade da escola, mas em que a associação não fica de parte.

***P: Alguém tem outra opinião?***

**A30:** Acho que não.

***P: Como caracteriza a relação dos estudantes da associação dos estudantes e os professores? Tem sido boa, má, razoável?***

**A28:** A relação em sido boa. Temos visto sempre eles andarem juntos, passarem turma por turma, a comunicarem uma certa atividade, estão sempre juntos.

***P: Com quem? Com os professores?***

**A28:** Sim.

**A33:** Mais com os coordenadores dos turnos.

***P: Esses coordenadores também são professores?***

**A29:** Sim.

***P: A gestão da escola interfere no plano de atividades da associação dos estudantes? Por exemplo, os órgãos da direção da escola, interferem nos planos da associação dos estudantes? O que eles elaboraram, a direção da escola pode ver e dizer isso sim, isso não?***

**A28:** Por norma, tinha que ser. Eles podem elaborar o plano, o seu todo, mas depois é a própria direção da escola a fazer uma análise daquele programa, há coisas que se adiaram, não é para aquele momento, há coisas que não serve. Então, eles não estão a planificar uma coisa pequena, podem ter um plano vasto com certas atividades e depois vão apresentar. A própria direção, por sua vez, vai dizer o que pode e o que não pode.

***P: Mas eu agora questiono. Tem acontecido isso cá ou não?***

**A28:** Sim.

***P: Tem acontecido?***

**A32:** Sim.

***P: De que forma?***

**A32:** De que forma...Eles estão ligados e sempre que a sociedade dos estudantes...

***P: Associação.***



**A30:** Associação dos estudantes criar uma atividade, eles têm que solicitar ao órgão máximo da instituição para debater, com base essas atividades que vai ser realizado.

**P: Os órgãos de gestão da escola, têm de aprovar essas atividades?**

**A28:** Dependendo de que atividades vai se realizar. Se for o local onde a atividade se vai realizar, não tem asseguramento, os alunos podem corrigir, dizer que não: nesse local não é adequado para levar lá os alunos, têm de arranjar outro meio para realizar essa atividade. Principalmente, nos anos passados, as pessoas tinham aquelas atividades de irem para [impercetível], para criarem como posso dizer, troca de interação como outros colegas, era no rio. Não há seguramento [sic] nesse local. Às vezes, a direção nega, diretamente, pode dar conselhos: aquele sitio não possa passar mais atividades.

**P: Então, têm de aprovar as atividades.**

**A29:** Sim, tem de aprovar.

**P: Todos concordam?**

**A28:** Sim, sim.

**A30:** Sim

**A31:** Sim

**A32:** Sim

**A33:** Sim

**P: Muito obrigada, caros estudantes, pela vossa participação e colaboração. Espero estarem disponíveis nas próximas atividades.**

**A31:** Obrigado, nós também.

## **Grupo nº7**

### **Legenda:**

**P:** professora

**A:** alunos

**P: Boa noite, caros estudantes.**

**A34:** Boa noite, professora.

**P: Estamos diante de uma entrevista denominada entrevista em grupos. Esta entrevista tem como único objetivo a investigação científica. Sintam-se à vontade, ao responder às vossas questões. Essa entrevista tem como objetivo a investigação, por isso, como 1º tema temos a gênese da associação de estudantes. Podem me dizer quando e que foi criada a associação dos estudantes?**

**A35:** É, uma pergunta um pouco difícil porque a associação dos estudantes foi criada há muito tempo. E, se calhar, nesse tempo, não estávamos aqui e como não temos tido interação com a associação, só os delegados é que têm tido, nós não sabemos responder a essa questão.

**P: Foi por iniciativa de quem?**

**A34:** Esta questão também, acho que não vamos poder responder. Assim como a fundação, a criação, por quem foi fundada, não vamos conseguir responder

**P: Ninguém tem uma opinião contrária?**

**A35:** Não

**A36:** Não

**A37:** Não

**A38:** Não.

**P: Como decorreu esse processo?**

**A37:** Essa é outra questão que não vamos poder.

**P: E como foi a adesão os alunos, na escola?**

**A36:** Essas perguntas têm todas a ver com com a criação? Então essa perguntas não vamos poder responder.

**P: A estrutura da associação...Tem um estatuto qual se orientam para as vossas atividades? Da associação de estudantes...**

**A35:** Eu creio que sim porque toda uma organização deve ter um estatuto que rege as regras de funcionamento da mesma. Acho que a associação dos estudantes não está em exceção, então, ela também deve ter um estatuto.

**P: Quem elaborou?**

**A34:** Eu acho que o 1º conselho que foi criado, aquando da sua criação, foi quem elaborou este estatuto que rege a normas da associação.

**P: A associação dos estudantes possui um organograma?**

***P: Organograma, que consta...documento que diz quem é o presidente, o vice-presidente, o secretário... Possui este organograma?***

**A34:** Como todo órgão, acredito que tenha. Mas quem deve ter informações concisas a respeito, deve ser o delegado porque os delegados, são os únicos que têm participado diretamente ou que têm trabalhado diretamente com a associação dos estudantes.

***P: Como está composto?***

**A38:** Provavelmente, este organograma deve estar composto por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um porta-voz e alguns membros.

***P: Quem elaborou?***

**A35:** Conforme respondi à questão anterior, sobre quem criou o estatuto, eu acho que a mesma organização, os primeiros a serem eleitos, acho que foram eles que criaram este organograma.

***P: Quem desempenha a função máxima na associação dos estudantes?***

**A34:** Acho que o presidente da associação.

***P: Quem fala***

**A34:** AX64.

***P: Todos concordam?***

**A35:** Sim

**A36:** Sim

**A37:** Sim

**A38:** Sim

***P. Conhecem os órgãos da associação dos estudantes? Primeiro e conhecem, depois se conseguem identificar os vossos colegas nas funções que ocupam, na associação dos estudantes..***

**A38:** Conhecemos alguns.

***P: Conhecem alguns. E conseguem identificar os vossos colegas com as funções que ocupam?***

**A34:** Não

**A35:** Não

**A36:** Não

**A37:** Não

**A35:** Só o presidente, que se chama AX1. É só o que consigo identificar.

***P: Só o presidente. Como são realizadas as eleições na associação do estudantes?***

**A35:** As eleições na associação dos estudantes são realizadas mediante um conclave, que reúne todos os delegados de turma e eles vão eleger, no meio destes delegados, vai-se eleger um elemento que pode ser o presidente da associação.

**P: Vocês já tentaram candidatar-se?**

**A37:** Eu nunca tentei.

**A34:** Não

**A35:** Não

**A36:** Não

**A38:** Não

**P: Pensaram nisso?**

**A36:** Não, eu não...

**A37:** Eu já pensei, eu já pensei...

**P: Já pensou e porque é que não se candidatou?**

**A37:** Acho que...nunca tive a oportunidade. O ano em que se realizou as eleições, estava incomodada, não fui a tempo de participar.

**P: Alguma vez já foram contactados para se candidatar?**

**A34:** Não.

**A35:** Eu nunca.

**A38:** Já.

**P: Alguns já e outros nem por isso. O mandato tem a duração de quanto tempo?**

**A35:** Acho que 3 anos, não tenho bem a certeza...

**A34:** Não, 4. Não...sim, 3 anos.

**P: Quem fala?**

**A36:** AX77

**P: Tem havido rotatividade nas eleições da associação dos estudantes?**

**A38:** Sim, tem havido

**P: Tem havido? Quem fala?**

**A38:** – AX78

**P: Que critérios são usados para as eleições na associação dos estudantes? O que é necessário para se eleger um presidente?**

**A35:** Primeiro, é necessário que este candidato seja aluno da instituição, ou estudante da instituição, que esteja a fazer uma classe não superior à 11<sup>a</sup> e que seja alguém integral, que não tenha muitas

falhas, que não falta muito, para não pôr em causa o funcionamento da instituição a que ele se candidata.

**P: Todos concordam?**

**A34:** Sim

**A35:** Sim

**A36:** Sim

**A37:** Sim

**A38:** Sim

**P: Quem dirige as eleições?**

**A35:** As eleições são dirigidas por um colegial, presididas pelo presidente cessante e todos os órgãos da direção anterior.

**P: Todos vós concordais com isto?**

**A34:** Sim

**A36:** Sim

**A37:** Sim

**A38:** Sim

**P: O último presidente da associação, saiu da associação. Porquê?**

**A37:** Esta é uma questão...

**A38:** Não temos bem a certeza, mas temos ouvido uns zumzum que cometeu algumas falhas. Mas não afirmamos.

**P: Ninguém chegou...**

**A38:** Não, a explicar o porquê.

**P: O porquê de novas eleições no meio de um mandato, então? Se ele não havia terminado o mandato, o porque de novas eleições?**

**A36:** Conforme disse a colega AX79, eu acho que houve algumas falhas na antiga direção, razão pela qual houve uma destituição.

**P: Que expectativas têm para este novo mandato?**

**A35:** As expectativas são grandes. Esperamos que neste mandato, se realiza coisas que no ano passado não se conseguiu realizar. É, do conhecimento de todos que todo um órgão deve ter um programa e um plano de ação. Então, provavelmente, os programas, os planos, não foram concretizados dadas algumas vicissitudes. Esperamos que este ano, concretize-se tudo que foi programado e planificado.

**P: E aqui a colega? Tem alguma coisa a dizer? Que expectativas tem?**

**A38:** Eu acho que nós temos que ver a experiência...Para ver o que não se realizou no ano passado com o outro presidente, se será realizado este ano, com outro presidente.

**P: Quando termina este mandato?**

**A37:** No próximo ano.

**P: No próximo ano?**

**A34:** São 3 anos. A direção está desde o ano passado, este é o 2º ano, então no próximo ano, provavelmente, termina.

**P: As eleições têm sido justas e transparentes?**

**A36:** Sim, têm sido.

**A34:** Têm sido.

**P: Quem é que financia as atividades da associação dos estudantes?**

**A35:** As atividades da associação dos estudantes são financiadas pelos próprios alunos porque quando dá confirmação das matrículas, ou matrículas pela 1ª vez, os estudantes pagam uma quota. Então, esta quota é que vai aos cofres da associação e é que financiam as atividades do ano da associação.

**P: A associação dos estudantes, tem alguma parceria particular ou depende a si mesma?...Já foi esclarecido...Como consegue financiamento para as atividades?**

**A34:** Esses financiamentos, mediante alguns pagamentos de quotas, e também por algumas contribuições por parte dos próprios estudantes da instituição.

**P: O que acham da associação do estudantes? É uma associação participativa, dinâmica? É uma associação que...que é que vocês acham dela?**

**A38:** É participativa, dá apoio em todos os aspetos e agrada os alunos.

**P: E os outros, o que é que acham? Cada um tem a sua opinião?**

**A37:** A associação é participativa e ajuda na resolução de alguns problemas dos estudantes, na instituição. Por acaso, é de louvar este tipo de atividades e que o próximo mandato, tenham a mesma força de trabalho.

**P: Desde que foi criada a associação dos estudantes, o que mais destacam na ação desde a sua criação? Que mais vos marcou, desde que foi criada a associação?**

**A35:** Eu diria que, o que mais me marcou, foi a postura da associação dos estudantes aquando do incidente que ocorreu na província de Benguela, no município de Lobito. Aquela enxurrada de chuva que caiu, então, a associação dos estudantes teve uma postura muito positiva e muito boa, em angariar alguns fundos que serviam de apoio para os irmãos da província de Benguela.

**P: E os outros que têm a dizer? Cada um tem a sua opinião.**

**A34:** Para mim, a maior força que a associação teve, foi o ano passado, no mês da criança, eles organizaram uma atividade, cada aluno trazia um presente e qualquer coisa para poder levar para as crianças...Isso foi no hospital geral.

**P: E os outros, que é que têm a dizer?**

**A38:** É mesmo isso que os meus colegas disseram. Foi mesmo marcante também para mim.

**A37:** Eu, o que mais me marcou, foi quando uma colega que tínhamos estava mesmo incomodada e a associação dos estudantes, fizeram todos os possíveis de recolha de alguns valores para levar para a nossa colega.

**P: Muito bem. Que contributo a associação dos estudantes tem desempenhado para o desenvolvimento estudantil na escola? Que contributo?**

**A36:** Nas atividades extra escolares, tem sido o maior contributo.

**P: Alguma opinião contrária?**

**A34:** Não

**A35:** Não

**A37:** Não

**A38:** Não

**P: Quanto ao 4º ponto: participação estudantil. Quem é que realiza o plano de atividades da associação dos estudantes?**

**A35:** Do meu ponto de vista, eu acho que o plano de atividades da associação dos estudantes é realizado pelo presidente, pelo vice-presidente e pelo secretário e o porta-voz. Eu acho que eles são os mentores da organização dos planos de ações da associação.

**P: Participam na sua conceção? Vocês?**

**A34:** Não, mas eu acho que os delegados de turma participam. Eles é que são os representantes das turmas, então, eles participam, deviam participar nessas atividades.

**P: Os estudantes têm aderido às atividades programadas pela associação de estudantes? Vocês têm aderido às atividades?**

**A37:** Sim, temos. Temos aderido.

**P: Todos?**

**A38:** Nem todas, as atividades. Em algumas!

**A35:** No fundo tem se dito que a vida não é perfeita...alguns que têm tido alguns problemas, não têm participado, mas a maioria tem participado nas atividades da associação. Mas nem em todas, em algumas.

**P: Que importância tem para ti a associação de estudantes?**

**A35:** Para mim, a associação dos estudantes tem uma grande importância para a vida do próprio estudante porque existem problemas que o aluno, muitas vezes, não tem como chegar aos órgãos máximos da instituição. E então, a associação dos estudantes está ali como um elo de ligação entre o estudante e a direção da escola. Então, para mim, ele desempenha um papel muito importante, nesse sentido.

**P: Como caracteriza a relação entre os estudantes? A associação dos estudantes e os outros estudantes. Como tem sido a relação?**

**A36:** É boa. Tem sido boa até por que realizou-se uma caminhada o fim de semana passado. É boa. A relação é boa. É ótima.

**P: Quanto ao 5º item: relação associação dos estudantes e órgãos de gestão da escola, a direção da escola. Qual é relação que existe entre a associação dos estudantes e os órgãos de gestão desta escola?**

**A35:** Acho que existe uma relação muito estrita, uma relação muito forte. Porque um presidente da associação dos estudantes, faz parte do conselho diretivo da escola. Então, eu acho que deve ter uma relação muito boa, nesse sentido.

**P: Todos concordam?**

**A34:** Sim

**A36:** Sim

**A37:** Sim

**A38:** Sim

**P: Como caracteriza a relação dos estudantes da associação dos estudantes e os professores? Tem sido boa?**

**A34:** Sim, tem sido boa. A relação tem sido boa?

**P: Os outros colegas concordam?**

**A35:** Sim, concordamos

**A36:** Sim, concordamos

**A37:** Sim, concordamos

**A38:** Sim, concordamos

**P: A gestão da escola interfere no plano de atividades da associação de estudantes?**

**A36:** Não.

**P: Não?**

**A36:** Não. A não ser que não se esteja a cumprir, regularmente, o que foi planificado. Aí, tem como intervir. Mas se estiver a cumprir tudo devidamente, então, não há por quê.

**P: Os outros concordam ou discordam? Alguém tem algo contrário a dizer?**

**A34:** Não.

**P: Os órgãos de gestão têm de aprovar essas atividades programadas?**

**A35:** Sim. Acho que tem. Acho que tem, professora, sim.

**P: Os outros concordam com isso?**

**A38:** Não entendi a pergunta.



***P: Os órgãos de gestão da escola...a gestão da escola interfere no plano de atividades? Eu pergunto...Os órgãos de gestão da escola têm de aprovar essas atividades programadas?***

**A38:** As atividades programadas?

**P: Sim.**

**A38:** Sim, têm de aprovar.

**P: Muito obrigada, caros estudantes, pela vossa colaboração.**

### **Grupo nº8**

Legenda:

**P:** professora

**A:** aluno

**P: Bom dia, caros estudantes.**

**A39:** Bom dia, senhora professora.

**A40:** Bom dia, senhora professora

**A41:** Bom dia, senhora professora

**A42:** Bom dia, senhora professora

**A43:** Bom dia, senhora professora

***P: Estamos aqui diante de uma entrevista denominada entrevista em grupos. Espero que vocês sintam-se à vontade. Esta entrevista tem como único objetivo investigação. Sintam-se à vontade em debater as vossas questões. E assim podemos começar. Estamos diante do grupo nº 8 da 11ª classe, de MN. Sendo assim, vamos falar da génese da associação. Quando foi criada a associação de estudantes?***

**A39.** Quanto à questão da associação de estudantes, não tenho bem a certeza e não cheguei bem a me inteirar porque cheguei apenas o ano passado a esta província, eu era do município de [impercetível] e ainda não me procurei inteirar de quando foi fundada a associação dos estudantes, nem quem foi o fundador e por que motivo foi. Mas, quanto saiba, teve como presidente o AX12, que este foi sucedido pelo AX11 ao atual, que é o AX1.

***P: Alguém tem uma opinião contrária? Tem conhecimento de quando foi criado?***

**A39:** Não.

**A40:** Não.

**A41:** Não.

**A42:** Não.

**A43:** Não.

***P: E foi por iniciativa de quem?***

**A40.** Eu diria que foi criada em 2012, assim que tive conhecimento da associação dos estudantes através de uma escola...essa escola VNP...esse é o ano que tenho na mente 2012...

**P: Como decorreu esse processo, aqui nessa escola? Sabem ou não sabem?**

**A39.** Não sabemos.

**P: Como foi a adesão dos alunos na escola? Foi em massa? Os alunos não aderiram? Como foi?**

**A41.** Acredito que a primeira eleição...Acredito que, a maioria dos que estão aqui não estavam presente, entraram só mais tarde. Depois na segunda eleição, visto que já encontramos o 2º presidente da associação. Então não sabemos qual foi a adesão dos alunos nessa primeira eleição.

**P: Quanto à estrutura da associação. Tem um estatuto pelo qual se orientam para o desenvolvimento das vossas atividades? A associação tem esse estatuto? Um documento que diz: que agora deve fazer isto...A associação dos estudantes tem esse documento?**

**A40.** Sim, como é dito na nossa escola...tem esse papel e segue-se no próprio momento.

**P: Mas já viram?**

**A40.** Não.

**A41.** O ex-presidente e o atual presidente, nunca chegaram a mostrar esse documento. Não sei se talvez, só como estudantes, nunca nos interessamos, nunca chegamos a perguntar por isso. Eles também nunca se chegaram a manifestar se há ou não esse documento. Razão pela qual estamos sem saber se existe ou não.

**P: Quem elaborou, se existe? Não sabem também quem elaborou?**

[Uníssono] **A40:** Também não.

**A39:** Também não

**A41:** Também não

**A42:** Também não

**A43:** Também não

**P: E possui um organograma, a associação dos estudantes? Organograma, documento que diz este é o presidente, o vice-presidente... Se possui este documento.**

**A39.** Sim, creio que possui este tal documento, esse organograma. Esse que alega que existe o presidente, o vice-presidente, tal como os secretários e os tesoureiros, e mais órgãos que constitui a associação dos estudantes. Porque, com base nas atividades que nos são informadas, entre outros temos, dá-nos a entender que o presidente...O que é que acontece: o presidente elabora, ou então em conjunto com a associação dos estudantes, elabora um determinado documento com base nas necessidades dos demais estudantes da instituição precisam e assim, posteriormente, o presidente vai distribuindo cada cargo, cada atividade a cada um dos integrantes da mesma associação, para que estes possam comunicar aos demais estudantes da escola.

**P: Então, vocês já viram esse organograma? Como está composto?**

**A43.** Bem, infelizmente, nunca chegamos a ver e não temos a certeza da sua composição.

***P: E quem elaborou? Sabem?***

**A42.** Não..

***P: Quem desempenha a função máxima na associação os estudantes?***

**A39.** O presidente, no caso que é o AX1

***P: Conhecem os órgãos da associação dos estudantes?***

**A43:** Alguns.

**A41:** Alguns

**A39:** Alguns

**A42:** Alguns

***P: Conseguem identificar os vossos colegas com as funções que ocupam dentro da associação dos estudantes?***

**A39.** Bem, quanto às pessoas, não. Mas só mesmo assim, identificá-los, conseguimos.

***P: Todos?***

**A43.** Sim, todos.

***P: Como são realizadas as eleições na associação dos estudantes?***

**A39.** Bem, nos anos anteriores, as eleições eram feitas de forma geral: os alunos, os professores e até os membros da própria associação dos estudantes...Os professores e os alunos é que faziam as eleições e ali, o mais votado é que ocupava o cargo de presidente. Mas o ano passado foi diferente, os alunos não puderam votar, só foi...os professores é que votaram para se fazer a substituição do presidente.

***P: Os professores?***

**A41.** Não...Neste caso, o AX1,...A eleição para o novo presidente, que se ia ausentar, neste caso o AX11, passaram de turma em turma [imperceptível] na qual tinha 3 concorrentes que já faziam parte da associação dos estudantes. Se me lembro, para além do AX1, tinha o AX2 e o outro esqueci-me o nome, e passaram os elementos...

**A43.** Sim, mas...O ano passado, fomos comunicados acerca da votação do presidente da associação dos estudantes. No princípio, disseram-nos que era necessário o nosso voto para que se pudesse escolher um presidente da associação dos estudantes, mas depois de algumas semanas, ou se calhar até um mês, espantamo-nos. Disseram que já tinha sido escolhido o presidente da associação dos estudantes, que os alunos não votaram, que apenas os professores votaram e quem foi o júri, ou melhor, quem foi o juiz desse acordo foi o professor Alfa e que o vencedor das eleições foi o X1 Até onde eu saiba.

***P: Alguém tem uma opinião contrária?***

**A40.** Quando começou-se a dar o anúncio do presidente, a reação foi votar a partir da nossa sala, participar no dia de receber a pasta de presidente, mas se passasse na sala, cada pessoa votasse em 2 nomes, ou escolhemos o outro ou escolhemos o outro, então, chegar ao fim e escolher o presidente.

Mas os alunos, às ves, não tem muito a tendência de votar para o presidente da associação e ficamos assim sem saber...

**A39.** Bem, quanto ao interesse do alunos naquilo que é a votação dos membros da associação dos estudantes, eu digo que o colega pode estar certo em dizer que a maior parte dos alunos não têm interesse em fazer esta ação, em votar para que haja um presidente porque maior parte das vezes, se formos a ver, os alunos apelam por um determinado caso, uma necessidade. Se calhar diz: “Não, estou a ser injustiçado na disciplina tal.” Ou o caso X ou coordenador tal está, sei lá, está a fazer pouco. Então, vou recorrer ao coordenador de turma, este entende que este não faz nada, vi à associação dos estudantes, a associação também nunca lhe diz nada, manda esperar...então mata as suas esperanças. Razão pelo qual acredito que muitos alunos não tenham em votar, em ter ou não ter um presidente da associação dos estudantes porque para eles não tem cabimento nenhum se nunca resolvem um problema que ele tem. Então, procuram e não ter nenhum interesse na eleição.

**A41.** Acho que tem havido negligência por parte da associação dos estudantes. Porquê? Não sabemos como decorreu essa eleição, do atual presidente, mas sabe-se que passou de turma em turma para avisar que ia se realizar novas eleições para novo presidente. Então, no fim de tudo, só nos avisaram já existe presidente, não sabemos como decorreu a eleição...aceitamos, temos novo presidente. Conforme decorreu a atividade da semana passada, se não estou em erro, ia se realizar uma caminhada, o encontro seria aqui, enfim...Depois, não sei aqui, se nós próprios estamos interessados, a caminhada...se realizou, qual foi o objetivo principal da caminhada enfim...E isso....

***P: Vocês já tentaram candidatar-se?***

**A39:** Não.

**A40:** Não.

**A41:** Não.

**A42:** Não.

**A43:** Não.

***P: Pensaram nisso, um dia?***

**A42:** Sim...

**A39.** É, bem provável que, um dia, eu me interesse em ser presidente da associação dos estudantes, tanto aqui ou numa outra escola, outra instituição, mas por enquanto ainda não.

**A41.** Eu já pensei, mas estou à espera da oportunidade porque os mesmo têm passado de turma em turma para avisar se tiver alguém interessado em fazer parte da associação dos estudantes...estou à espera disso...

**A43.** Exato. Mas quanto a este pormenorzinho de eles passaram de turma em turma a perguntar se há m interessado na candidatura a presidente da associação dos estudantes, avisaram apenas se me lembro, o ano ante passado, 2016. Isso foi o AX2 que veio avisar-nos e, desde ali, não me lembro de ter acontecido outra vez.

***P: Alguma vez já foram contactados para se candidatarem?***

**A42.** Não.

***P: O mandato em a duração de quanto tempo?***

**A39.** Creio que são 2 anos, se não estou em erro.

**A40.** Eu creio que 4 anos, porquê? Para ficar presidente, tem que se candidatar alguém que vem pela primeira vez, pela 10ª classe, para ser presidente. Só assim ele terá a oportunidade de ser presidente da associação.

**A39.** Com base no raciocínio do colega, tenho que dizer que discordo. Porquê? Se fosse de 4 anos, o presidente da associação dos estudantes teria de passar mais tempo na escola, devido à diversas atividades que esta acarreta, invés de estar ali a fazer as aulas práticas das disciplinas da especialidade que ele estiver a seguir. O meu caso, eu diria que a candidatura, sei lá... Melhor dizer, torna-se presidente durante 2 a 3 anos, começa na 10ª...No caso de ele começar a ser presidente na 10ª classe, obviamente, até ao final da 12ª, terá de deixar o cargo para que possa haver outro presidente porque e terá e preparar para as aulas práticas da especialidade que ele estiver a seguir.

**A40.** Por essa questão, o presidente, quando está a apreciar o grupo, quando eles votam ele pode continuar porque está dentro da associação.

**A43.** Exato. Continua porquê? Continua quando este não tiver transitado para a 13ª. Imaginemos esse caso...Imaginemos que no presente, tu és o presidente da associação dos estudantes e ainda estás no princípio dos 12º ano de escolaridade. Posto ali, há novas eleições e tu decides te candidatar novamente porque, se calhar, achas que academicamente não estás em estabilizado nesta classe e que há mais probabilidades de ganhares na associação dos estudantes por um ano. E, do pé para a mão, tu transitas. Como é que vai ser? Quem é que lecionar por ti nas aulas práticas? Ninguém! Quando chega-se à 12ª, o presidente da associação dos estudantes, automaticamente, prepara as pastas para poder passar ao outro porque este terá de abandonar os cargos, terá de abandonar a associação dos estudantes para que se possa dedicar mais às matérias e poder participar nas aulas práticas.

**A41.** Não é muito por aí... Nesse caso, o trabalho...Acho que as aulas práticas, não é uma ocupação tão grande que chega ao ponto de largar a presidência. É uma questão de gerir. Saber gerir o tempo e os trabalhos. Se ele estiver a trabalhar bem e receber mais votos para continuar no cargo, acho que pode continuar.

**A42.** Para uma pessoa que está na 12ª classe e se candidatar de novo à associação, é complicado porque a própria 13ª vai dificultar muito, pois é a preparação da matéria para as aulas práticas. Vai lhe dificultar muito. Ele não terá o devido tempo.

**A43.** Exato.

**A42.** A associação, com as matérias e, ainda por cima, tem que dar aulas práticas.

**P: Mas como tem sido, realmente? Tem sido como vocês estão a dizer? Ou é só uma ideia?**

**A40.** Para mim, o presidente da associação dos estudantes, ele apenas se candidata a partir da 10ª classe, 11ª, 12ª, ele [impercetível]. Isso é obrigatório.

**P: E quem convoca as eleições?**

**A42.** Praticamente, é a direção da escola.

**P: Todos concordam?**

**A41.** Sim, acho que sim.

***P: Qual é o número de listas que concorrem às eleições? Quantas pessoas?***

**A40.** Não sei,

***P: Quantas pessoas devem se candidatar?***

**A41.** Bem, eu acho, que o número é aleatório. Não tenho a certeza, mas acho que é aleatório.

**A43.** Não tem número estipulado.

**A41.** Por que é que é aleatório? Porque cada um tem uma ideia diferente. Calha que a ideia de fulano que não participou e ia convencer a maior parte da população, dos eleitorados. Então, se estipulassem um determinado número, creio que a maior parte nem teria a chance de ser o presidente da associação dos estudantes. Razão pela qual me leva a apensar que o número é aleatório.

***P: Mas tem havido rotatividade na associação dos estudantes? Ou têm sido sempre as mesmas pessoas?***

**A41.** Quando do cargo de presidente?

***P: Sim.***

**A40.** Até onde eu saiba, são as mesmas pessoas...Depois do AX11, quando o AX11 se tornou presidente da associação dos estudantes, quem era o vice-presidente era o X12 e na vez do AX12, quando foi o vice-presidente, foi o AX1 e agora temos ali o AX2, se não estou em erro, que é o vice-presidente e não se sabe se a próxima vez será ele o presidente.

***P: Então, neste caso, são sempre a mesmas pessoas que concorrem para as eleições.***

**A40.** Sim.

***P: Que critérios são usados para as eleições para a associação dos estudantes? Nesse caso, o que é necessário para se candidatar ou para se realizar as eleições? Ou todas as pessoas devem se candidatar? Os da 13ª devem se candidatar ou os 10ª? Todos se devem candidatar? Ou existem algumas regras que são elaboradas?***

**A41.** Bem, quanto à candidatura...a 12ª já não pode candidatar e a 13ª muito menos ainda. Só a partir a 10ª à 11ª.

***P: Quem dirige as eleições?***

**A39.** Creio que a direção da escola que dirige as eleições do presidente da associação dos estudantes.

***P: Há alguma opinião contrária? Os outros não dizem nada?***

**A40.** Quem dirige a associação?

***P: As eleições.***

**A40.** A direção escolar...ela vê o processo que foi pedido, o pedido que a direção deu...e ele segue sozinho, mas sem que a direção dar ordem para que...o direito haja presidente...o presidente é que tem de convocar as atividades dele...é assim que se faz ([impercetível]).

**A42.** Eu discordo com a ideia a do colega...A eleição da associação dos estudantes, quanto ao voto, quando à concorrência para a presidência da associação...uma parte, a eleição de alguém que acompanha é paticamente os jovens ou então os que vão concorrer à associação. Essa pessoa que a direção vai tirar, vai estar junto, vai estar diante com os outros da associação dos estudantes. Juntos,

vão conseguir acompanhar o processo, como é que vai ser e quem será o presidente. Agora, dizer que é o presidente da associação dos estudantes, só ele sozinho, é impossível porque a direção tem de acompanhar.

**A40.** Uma questão...Ele já tem convivência com algumas pessoas, ou alguns...Antes de tudo, escreve-se um documento...ele vai à direção [imperceptível]...ele se vai próprio convocar, a responsabilidade é dele. A direção da escola, só concorda que ele faça tudo o que foi estipulado no pedido que foi entregue à direção da escola.

***P. Mas tem sido assim ou é na sua opinião?***

**A40.** Ah! Do que já vi, é assim.

**A40.** Bem, vamos pensar um pouco...Isto é tipo eleições nacionais. Se os candidatos, se os presidentes de cada partido convocaram um grupo que possa dirigir as eleições, obviamente, se eu for um presidente de um partido, obviamente, o grupo que eu convoquei estará a meu favor. Não achas?

**A42.** Sim.

**A42.** Então, do mesmo modo que o presidente da associação dos estudantes, ou o candidato à presidência da associação os estudantes, não pode convocar um grupo de determinados indivíduos para que possa dirigir as eleições...Porquê? Porque se ele fazer isso, há a possibilidade de ele poder subornar para que possam estar ao seu lado. Então, será um processo de facilitação para que este possa ocupar o cargo de presidente da associação. O que eu digo é que a direção da escola é quem elabora o documento a dizer: a associação dos estudantes vem, no caso, o presidente, o qual terá de entregar as pastas, dá entrada na direção da escola. O diretor da escola, ou o vice-diretor, avalia o documento, se está tudo conforme deve ser. Ele ordena que acha eleições e indica as pessoas necessárias para que possam acompanhar o processo de eleição o presidente da associação dos estudantes. Então, não pode ser o presidente cessante, nem os candidatos a escolher os dirigente para as eleições da associação dos estudantes.

**A41.** Se assim for, o que o colega disse...o processo do candidato para presidente à associação dos estudantes, para quem vai concorrer pode haver fraude. O presidente da associação, tem várias pessoas que gostam dele e, às vezes, há quem vá a favor dele ou contra ele, mas, se ele quiser continuar no poder, pode ter muitos votos...pode tirar votos e depois pôr para ele...Tem que haver alguém para acompanhar e esse alguém tem de vir da direção.

***P: Mas tem havido.***

**A43.** Sim, no ano passado, professora. Elegeu o presidente da associação, um membro da direção, o professor Alfa.

***P: O professor Alfa?***

**A43.** Sim.

***P: O último presidente da associação, saiu da associação. Porquê?***

**A39.** Bem, segundo rumores, dizem que ele cometeu uma fraude, desviou dinheiro das t-shirts do batismo dos caloiros, do ano passado. Então, ele foi descoberto e foi expulso, também. Razão pela qual se fez uma eleição muito rápida e deram-nos a conhecer que o AX1 que era, é o novo presidente da associação dos estudantes.

***P: Eu ia perguntar...Porquê de novas eleições no meio de um mandato?***

**A39.** Bem, a razão...era para que a associação dos estuantes não ficasse sem um cabeça de lista.

**P: E os outros não têm nada a dizer em relação a isso?**

**A40.** Quando alguém é descoberto de uma fraude numa escola, como presidente, automaticamente, tem que cessar porque haverá sempre algo...

**P: Que expectativas têm para este mandato? O que é que vocês esperam deste novo mandato?**

**A39.** Bem, como todos os outros mandatos, esperamos que haja positividade, tanto dos membros da associação dos estudantes, quanto os alunos e professores porque, se formos a ver, a associação dos estuantes foi criada para que esta pudesse resolver os problemas que os alunos têm tido com os professores e vice-versa. Para que haja uma estabilidade uma instituição e que todos pegassem um único caminho...que todos estivessem num único barco, com um comandante. Neste mandato, eu espero que haja cooperação por parte dos alunos, haja cooperação por parte dos professores, haja cooperação por parte da mesma associação dos estudantes. O que quero dizer ali...quando um aluno estiver aflito e necessitar da ajuda da associação dos estudantes ou necessitar ajuda do professor, espero que o professor ouça primeiro a necessidade que o aluno tenha, as dificuldades que o aluno tenha, e pode ajudar de qualquer forma, da melhor forma possível para que este aluno possa melhorar, superar esta sua preocupação e se, por acaso, o professor não se estiver a portar bem com o aluno, achando que o aluno está a ser insurreto, achando que o aluno está a ser indisciplinado, a associação dos estudantes, por sua vez, terá de recorrer, terá de procurar conversar com o professor e, em seguida com a direção. No caso e o professor não querer cooperar com a associação dos estudantes e assim ter resolvido o problema deste aluno.

**A41.** Partindo do pressuposto que não tivemos a oportunidade de acompanhar o 1º mandato, nem o 2º, para fazer a devida comparação, nós tivemos a oportunidade de acompanhar esta que está connosco. Então, eu espero que haja mais dinamismo por parte da associação dos estudantes, também por parte dos alunos. Eu acho que a associação dos estudantes deve sensibilizar mais os alunos, passar de turma em turma e procurar saber quais são os problemas que aflige os mesmos e para quando, a mesma, impor alguma atividade, haja cooperação quer seja da parte da associação dos estudantes, quer seja da parte dos alunos. Eu acho que os alunos estão meio desmotivados e quando a associação dos estudantes aparece com alguma atividade, mostram desmotivados, sem vontade de querer cooperar aquilo que eles próprios impõem a nós, então, os mesmos da associações dos estudantes precisam de aparecer mais...no sentido de poder trabalhar bem. A princípio, estão a correr bem, desde a entrada do atual presidente, no meu caso, na minha modesta opinião, está tudo em dia, espero que continue assim. Mas têm de sensibilizar mais os alunos para eles poderem trabalhar bem connosco e nós também poder cooperar com os mesmos.

**A39.** Bem, mas...quanto a este processo de sensibilização, é o que tem de ser mesmo urgente, já, conforme dizem "Tem de ser para ontem." [sic] Quando formos a ver uma parte das atividades que nos são informadas por parte da associação dos estudantes, não tem sido de uma forma passiva, não tem sido de uma forma...como se diz...melhor dizendo, têm nos posto contra a parede, ele vêm, informam-nos e, se seguida, dizem logo "É obrigatório." O aluno não tem como se defender ali, eles não querem saber se o aluno tem os seus afazeres em casa, se, por acaso, tem um grande trabalho por cumprir em casa ou não poderá aparecer nesse dia. Dizem: no dia X, do mês Y, haverá a atividade Z, é obrigatório, quem não aparecer já sabe. Muitas vezes, existe aqueles alunos que vivem no Ekuma, por exemplo, lá na Cachila 3 ou no aeroporto, ou por aí... e calha que a atividade é aqui no pavilhão. Nem todos têm a possibilidade de conseguir 200 ou 300 kuanzas para poder ir e voltar com táxi, então são obrigados a largar os trabalhos de casa, para poder chegar à escola e, muitas das vezes, as tais



atividades não acontecem, os alunos ficam ali debaixo do sol, cheios de sede, fome atrás deles e pronto... põe só o nome na lista e voltam a casa todos cansados e ainda tem as atividades que eles tem como obrigação... Bem, acho que ante de chegarem de turma a turma, em informar de certas atividades, deviam pensar um pouco na possibilidade daqueles que não têm condições de chegar muito distante, vivem muito distante do local da atividade. Deviam pensar mais nesse caso e não agir como antigamente: o professor vem, o presidente da associação vem, impõe a ordem e os alunos não têm como reclamar, senão obedecer. Se não obedecer, será punidos ou não entram na instituição durante durante mais de uma semana, sei lá, ficam a perder aula... são expulsos dentro de uma prova.

***P: Quando termina, este mandato?***

**A40.** No 12º ano... Alguém sabe que classe frequenta...

**A39.** 12º

***P: 12º***

**A42.** Bem... creio que no final deste ano... haverá novas eleições.

***P: As eleições têm sido justas e transparentes?***

**A39.** Quanto à transparência, não se sabe. Muito menos se têm sido justas ou não.

**A43.** Sim, porque as primeiras eleições correram de uma forma que, até hoje, não sabemos explicar como foi... é difícil explicar.

***P: Não sabem porque não foram solicitados ou porque não quiseram participar?***

**A40.** Bem... não apenas por não querer participar. Quanto à cotação dos votos, ele vêm e informam-nos: a partir do mês... "Colegas, começou a candidatura a presidente da associação de estudantes." Ou da X da próxima semana começam as eleições do presidente da associação dos estudantes... Muitas vezes, os alunos participam, os alunos votam, mas depois desse votos... passam 2 ou 3 dias, vêm nos informar que já há vencedor para a associação dos estudantes e o presidente é fulano de tal. Do meu ponto de vista, tem que ser de que jeito... Do mesmo jeito que eles informam os alunos para participarem nas eleições, depois de e fazer tais votos, depois das eleições pega-se os votos ao público, aqui em frente, conforme tem sido algumas das atividades aqui na instituição, ali em frente, diretor presente ou vice-diretor presente, todos os membros da associação dos estudantes, e ali conta-se, conta-se os votos. Candidato fulano de tal, teve o número X de votos. E assim, sucessivamente, se saberá quem é o vencedor das eleições para a associação dos estudantes, do presidente da associação dos estudantes.

***P: O que é que acham da associação dos estudantes? Não têm nada a dizer?***

**A43.** Eu acho bem, que é bom ter uma direção na associação dos estudantes, como também temos algumas atividades. A nossa direção escolar não faz mesmo... não se apresenta numa atividade porque o diretos, o diretor pedagógico ou administrativo tem que estar lá... para algumas atividades [imperceptível]... dar um conselho, avisar a direção, precisa.

***P: Que é que vocês acham? Sim...***

**A41.** Quanto a isto... a associação dos estudantes não está vista só do lado negativo porque eu acredito, também, que eles têm ajudado muita gente, aqui na instituição. Há pessoas que dizem que na verdade eles trabalham, "Eles conseguiram resolver o caso de Y, que eu apresentei. Se não fosse a associação dos estudantes, eu não tinha como solucionar aquilo."... "Há tempos, eu tive um problema

com professor fulano...tinha umas negativas...falei com o professor, o professor não aceitou e fui ao AX1 [referiram-se mesmo ao presidente da associação] e cheguei ao AX1, falei também com o AX2 e eles foram falar com o professor. Mais tarde, o professor pediu as minhas provas, rever e corrigiu as notas. Agora na pauta, está tudo conforme devia estar.”

**A39.** Visto que é uma associação que auxilia a direção da escola nos problemas que afligem os alunos, acho que é uma associação boa e que merece mais apoio, quer seja da parte da direção e talvez da parte de nós como alunos, ajudar para que a mesma continue. Porque tem ajudado mesmo muitos alunos, embora, está assim meia lenta...falta mais motivação, força, mas deve continuar porque está a ajudar muitos alunos, mas é impossível ajudar todos...

**A40.** Se puder melhorar o que já está bom, também nunca é demais.

**A42.** [Impercetível] Com essa instituição, nós, como alunos, ficamos mais organizados. Por exemplo, tem pessoas que aparecem aqui na escola com cabelo grande, mas muito grande, calças [impercetível]...se não tiver essa instituição, não tem ninguém que vá lhe...que vá orientar. Na escola, deve-se ter o cabelo [impercetível]. Com essa instituição, está...mais conseguido...tem que tirar cabelo sempre, tem que entrar na turma, na sala de aula com calças [impercetível]. Ou melhor, evitar fazer escândalos nas escolas, ficar fora da turma no momento de aulas...É uma valia...Graças a eles, está tudo resolvido.

***P: Quem financia as atividades da associação dos estudantes?***

**A39.** Quanto à financiamento das atividades da associação dos estudantes, ele têm uma conta bancária, na qual todos os alunos, anualmente, fazem uma participação, uma quota, creio que de 300 kuanzas, se não estou em erro. Antes, rodavam de turma em turma, passavam de turma em turma, para poder recolher esta quota, mas não tinha assim tanto êxito. Agora passou-se a fazer deste jeito: no momento de matrículas, quando se for pagar, quando se for depositar o dinheiro de matrículas, deposita-se juntamente com o dinheiro da conta para a associação dos estudantes. Esse dinheiro é o que tem sustentado as atividades que a associação dos estudantes realiza.

***P: Então isso significa que ela depende de si mesmo? Como consegue financiamento para as atividades? Será que depende de alguns organizações, algum partido, algumas associações?***

**A40.** Bem, quanto a isso não sabemos. A única saída que sabemos, é mesmo a quota que os alunos...

***P: Todos concordam?***

**A42.** Sim.

***P: Desde que foi criada a associação dos estudantes, o que mais destaca na sua criação? Na sua ação..o que mais vos marcou. Atividade realizada...O que é que eles fizeram que mais vos marcou até aqui? Ou não fizeram nada?***

**A40.** Diria...eles são os promotores das atividades...O presidente que segue este grupo, ele tem muito controlo...[impercetível] muito dinheiro para comprar as camisolas [impercetível]...com isto, ele faz algumas atividades, mas também precisa e material para as atividades e, eles próprios, têm de organizar-se bem pra ser um êxito [impercetível].

***P: Isso é na opinião do vosso colega. Os outros têm outra opinião? Algo mais marcou para além do batismo dos caloiros?***

**A43.** Por mim, foi o batismo dos caloiros.

**A42.** Para mim, tem sido o batismo dos caloiros e, de vez em quando,[sic] uma atividade futebolística e, praticamente, quando há jogo, eles tiram, cada aluno, um aluno em cada turma, para se formar uma equipa e aí realizamos um jogo de futebol.

**A39.** As caminhadas, também.

**P: Qual é o papel da associação aqui nesta escola? Qual é o seu papel, afinal de contas?**

**A39:** Praticamente, o seu papel é de manter a escola em ordem. Os alunos em ordem, melhor. Por exemplo, sei de uma situação, de uma aluna que no ano passado fez a 10ª classe, mas não aprovou. Não aprovou, mas matriculou-se na 11ª e continuou na 11ª. Mas depois a associação...deram conta que ela não aprovou, remeteram a questão a direção e resolveram. Tiveram que recuar a colega para repetir a 10ª classe. O seu papel...digo, tem sido tipo de passes...A direção é que faz os passes da escola...tem alunos que pagaram e que até agora não têm passe, mas eles estão sempre em cima delas...dela ou daquela empresa...

**A41.** Foi como eu disse...A associação dos estudantes auxilia na escola, a direção da escola, nos problemas que afligem sobretudo os alunos. Esses problemas, talvez, têm sido muitos e a própria associação não tem conseguido cumprir com todos. Conforme o colega disse, a questão os passe, a responsabilidade máxima deve-se mesmo à associação dos estudantes...pagam e não receberam o passe, a questão vai por aí...se bem que agora...O papel da associação é ajudar os alunos, auxiliar a direção da escola quer seja na atividades que têm surgido, como as caminhadas, batismo dos caloiros. Porque se dependesse só da associação, só da direção da escola se a ajuda da associação, seria uma outra complicação.

**P: Tem desempenhado o seu papel, a associação dos estudantes?**

**A40.** Sim.

**A40.** Sim, porque apta [sic] para que os alunos tenham mais união entre eles mesmos, dentro da escola. Porque quando a associação dá uma caminhada, vamos nos conhecer bem, vamos ver quem pertence à escola...

**P: Nesse caso, já está a responder a outra questão que eu queria fazer. Que contributo a associação dos estudantes tem desempenhado para o desenvolvimento estudantil na escola? Essa é a questão que estava a responder.**

**A40.** Então...esta atividade da associação, quando é organizada, vamos conhecer alguns colegas, o ponto dele fraco, o ponto dele, posso dizer, mais amplo, o que ele gosta...Então, a associação tem dado essas oportunidades de estar bem com os outros da escola, os colegas.

**A41.** É como fosse um processo de socialização.

**P: Quanto à participação estudantil... Quem realiza o plano de atividades da associação dos estudantes?**

**A39.** O presidente e os seus membros.

**P: O presidente e os seus membros. Alguém tem uma opinião contrária?**

**A41:** Não.

**A39:** Não

**A40:** Não

**A42:** Não

**A43:** Não

***P: Participam na sua concepção? Vocês têm participado?***

**A41:** Bem isso não.

**A39.** Não tenho participado.

***P: Nunca ninguém aqui participou?***

**A40.** Não

***P: Os estudantes têm aderido às atividades programadas pela associação dos estudantes?***

**A39.** Algumas têm aderido...em massa.

***P: Têm aderido em massa, mas é de forma espontânea, livre ou por obrigação, neste caso?***

**A40.** Algumas diria por espontânea vontade, mas algumas, como o colega já...como o caso de ir ao pavilhão, tem sido por obrigatoriedade. Às vezes, para não levar falta ou com medo de ser punido na segunda-feira.

**A43.** Nesse caso, eles dizem que vão punir, mas nunca chegaram ao fim, nunca chegaram mesmo ao objetivo de punir mesmo os estudantes que não participaram mesmo na campanha.

***P: Então, só tem sido ameaça?***

**A41.** Sim.

**A42.** Só tem sido ameaça...

***P: Os estudantes...Que importância tem para ti a associação dos estudantes? Tem alguma importância a associação de estudantes para vocês ou nem por isso?***

**A41.** Tem alguma.

***P: Como caracteriza a relação dos estudantes da associação e vocês? Como tem sido? A vossa relação tem sido boa, má... Como tem sido?***

**A39.** Bem...tem sido regular.

***P: Passando para outro item. Relação associação dos estudantes e órgãos de gestão da escola. Qual é a relação que existe entre a associação dos estudantes e os órgãos de direção da escola?***

**A43:** Até onde eu saiba, pelo que eu tenho visto, eles têm uma boa relação. Não vejo nada de maus, [sic] nunca vi nenhum desentendimento. Nunca ouvi ninguém dizer que o fulano tal da associação dos estudantes, sei lá, tem uma desavença com o professor fulano ou o senhor Y.

***P: Alguém tem uma opinião contrária?***

**A39:** Não.

**A41:** Não.

**A40:** Não

**A42:** Não

**A43:** Não

***P: Como caracteriza a relação dos estudantes da associação dos estudantes e os professores?***

**A43.** Digo assim...Tem sido boa com outros alunos, mas também tem sido mau [sic] com outros alunos. [impercetível] Agrediu os colegas ou o professor...é errado, muito errado É um ato que um aluno nunca pode mostrar na escola...ele tem que ter uma boa relação com os professores, temente um ao outro, gostarem-se um ao outro.

**A41.** Têm uma boa relação porque sempre que planeja um programa da associação, nunca coincide com as aulas. Sempre dá a oportunidade de estudar [impercetível] .

**A39.** No caso do colega, não se sabe, realmente, se o colega estava errado, se o professor estava certo ou vice-versa. Também não se sabe de que jeito é que começou. É um caso que, praticamente, não chegámos a acompanhar do princípio ao fim. Apenas sabemos que o colega foi...escreveu acerca do colega e a foto dele está na vitrine. Fez isto e fez aquilo e está suspenso durante 15 dias e que são faltas injustificáveis, mas quanto..

## **Grupo nº 9**

### **Legenda:**

**P:** professora

**A:** alunos

**P:** *Bom dia, caros estudantes.*

**A44:** Bom dia, senhora professora.

**A45:** Bom dia, senhora professora

**A46:** Bom dia, senhora professora

**A47:** Bom dia, senhora professora

**A48:** Bom dia, senhora professora

**A49:** Bom dia, senhora professora

**P:** *Estamos diante uma entrevista denominada entrevista em grupos. Essa entrevista tem como objetivo principal, investigação. Então, não sintam-se acanhados em responder ou debater as questões que se seguem. Sendo assim, vamos começar com a génesis a associação de estudantes, o 1.º tema. Quando foi criada a associação dos estudantes? Têm domínio?*

**A44:** Não...

**A45:** Não

**A46:** Não

**A47:** Não

**A48:** Não

**A49:** Não

**P:** *Foi por iniciativa de quem?*

**A45.** Não temos a certeza absoluta porque quando entramos nessa instituição, encontramos o grupo da associação dos estudantes já formado. Então, não sabemos completamente quem foi o incentivador ou principiante desta associação.

**P:** *Como decorreu esse processo?*

**A44.** Creio eu que esse processo decorreu a partir da necessidade que se observou por parte dos alunos, visto que os órgãos de apoio à escola, o seja, os órgãos que deviam estar na defesa dos próprios estudantes, não se fazia sentir. Então, houve a necessidade de se criar uma associação de estudantes, um representante dos alunos, para poder responder pela necessidade dos estudantes e também incentivar umas atividades extraescolares durante o ano letivo.

**A47.** A associação de estudante, é uma organização resultante da reunião entre 2 ou mais grupos e visam pra a [sic] concretização dos objetivos comuns...deu a necessidade de criar uma associação dos estudantes para a realização e concretização destes objetivos. Os objetivos dos alunos é criar atividades, tais como escolares, atividades internas e atividades extra- curriculares. Essas atividades que vão fazer com que o aluno tenha uma capacidade, ou seja, desenvolva a sua capacidade em outras dimensões. Capacidades, tais como desportivas, que vão ajudar a desenvolver as suas habilidades, e outras atividades extra- curriculares também, como, por exemplo, a visita a um museu, que vão ajudar a desenvolver a sua capacidade intelectual, isto é, cognitivo.

***P: Como foi a adesão dos alunos na escola? Têm noção?***

**A49.** Penso eu que os mesmos que criaram essa ideia, é que se apresentaram no coletivo da escola. Esses alunos, encararam as propostas e acharam aquilo interessante. Acho que a adesão foi mesmo massiva. Sim, muitos tiveram interesse em criar tal associação.

***P: Sendo este grupo o nº9, vamos partir para o 2º tema: a estrutura a associação. Tem um estatuto pelo qual se orienta para o desenvolvimento das vossas atividades na associação dos estudantes? Tem estatuto?***

**A48.** Não...tem um senão... Talvez tenha só que os membros, o dirigentes da associação, nunca apresentaram tal estatuto...[sic] Digo a nós, porque apesar de não estarmos na associação, nós também, direta ou indiretamente, somos membros.

***P: Quem elaborou?***

**A44.** É do desconhecimento de muitos.

***P. A associação possui um organograma? Onde consta quem é o presidente...***

**A46.** Sim, possui.

**A45.** Mas todos devem estar como eu, só conhecemos o presidente da associação.

**A47** Não conhecemos o seu vice e outros integrantes.

***P: Quem desempenha a função máxima na associação dos estudantes?***

**A49.** O presidente da associação.

***P: Todos concordam?***

**A44:** Sim.

**A45:** Sim

**A46:** Sim

**A47:** Sim

**A48:** Sim

**A49:** Sim

***P: Conhecem os órgãos da associação? Conseguem identificar os vossos colegas com a função que ocupam dentro da associação de estudantes?***

**A44:** Na maior parte dos casos, conseguimos. Visto que, o presidente da associação dos estudantes, o órgão máximo, os seus dirigentes, os seus subordinados, se identificam a partir de uniformes. Nós conseguimos identificar apenas nas atividades, aparecem uniformizados e enfim...

**A46:** Desculpe...Não que eu vá muito na individualidade, mas eu conheço os membros da associação, mas só conheço a função, só começo o indivíduo que é o presidente. Os outros conheço, mas não sei quais são as suas funções.

**P: Conseguem identificar cada membro? Isso já perguntamos...Como são realizadas as eleições para a associação do estudantes?**

**45A:** As eleições da associação dos estudantes são realizadas por turma, isso é, o presidente da associação passam por turmas e os seus membros passam por turmas e perguntam quem está disponível para fazer...para estar nesse mesmo elenco e os colegas votam.

**P: Todos concordam?**

**A44:** Sim.

**A45:** Sim

**A46:** Sim

**A47:** Sim

**A48:** Sim

**A49:** Sim

**P: Alguém tem algo contrário? A questão é: como são realizadas as eleições na associação dos estudantes?**

**A49:** O presidente atual, passa de turma em turma com os novos candidatos. Os novos candidatos, apresentam as suas propostas...dizem os seus nomes e ali, pedem para que cada aluno pegue num papel, escreva o nome do candidato da sua preferência, dobre e entregue o delegado de turma e o delegado de turma faz com que aquilo chegue à associação dos estudantes.

**P: Vocês já tentaram candidatar-se?**

**A44:** Não

**A45:** Não.

**A46:** Não

**A47:** Não

**A48:** Não

**A49:** Não

**P: Pensaram nisso, já?**

**A45:** Já pensamos.

**A47:** Já pensamos

**A46:** Já pensamos



**A44.** Já pensamos

**A48.** Já pensamos

**A49.** Já pensamos

**P: Por que é que pensaram?**

**A45:** No meu caso, eu já pensei nisso...Pelo que eu entendo da associação, é mesmo para ajudar os estudantes. Sabemos que cada um tem dificuldades na vida e, às vezes, não é possível aquele mesmo estudante ultrapassar as dificuldades sozinho ou, simplesmente, com a sua família. Então, ali vem a ajuda da associação dos estudantes. Talvez aconteça, mas eu tenho pouco visto, tenho visto isso poucas vezes...eu vejo colegas que têm mesmo dificuldades quem aparece para dar apoio aos colegas, são apenas os colegas que fazem parte da sua turma.

**P: E alguma vez já foram contactados para fazerem parte da associação dos estudantes?**

**A46:** Não...

**P: Nunca foram?**

**A44:** Não, nunca fomos.

**P: O mandato tem a duração de quanto tempo?**

**A47:** Cerca de 1 ano...

**A49:** Acho que são 3.

**P: São 3 anos?**

**A45:** Sim.

**P: Quem convoca as eleições?**

**A44:** O presidente da associação.

**P: O presidente da associação. Todos concordam?**

**A45:** Eu acho...a mesma associação. Eles sentam e chegam a uma conclusão e convocam a eleição.

**A46:** Além disso, no caso de quem...Normalmente, os candidatos à presidência da associação, são admitidos os da 11<sup>a</sup>, os da 10<sup>a</sup> até à 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup> no máximo...Isto aqui...o prazo de duração é de 3 anos no máximo porque os finalistas não podem se candidatar ao cargo de presidência da associação.

**P: E quem convoca?**

**A45:** Quem convoca, normalmente, são os membros da associação dos estudantes, visto que o próprio presidente, o tempo já está escasso, há necessidade de se substituído por alguém. Há essa necessidade...Se alguma coisa não está bem, há a necessidade de substituir.

**P: Qual é o seu nome?**

**A45:** AX45.

**P: Ah, AX45! Qual é o número de listas que concorrem às eleições? Quantas pessoas, neste caso?**

**A45:** Normalmente, só temos visto 2.

**A44:** Três.

**A45:** 3 pessoas...Está bem, 3 pessoas.

**P: *Tem havido rotatividade nas eleições da associação dos estudantes ou são sempre as mesmas pessoas a estar lá presente. Variam as pessoas?***

**A49:** Variam.

**A47:** Variam, sim. As pessoas variam. Até que, por vezes, têm sido as mesmas pessoas. Aqueles que têm a possibilidades de ser mesmo presidente da associação, têm concorrido várias vezes, mas varia.

**A44:** Isso, digo eu, os que têm sido reconduzidos, devido à sua...devido ao trabalho apresentado, se é que os estudantes sentiram-se satisfeitos pelo que foi apresentado pelo mesmo presidente, esse é reconduzido. Mas já, em outros casos, substitui-se mesmo.

**P: *Que critérios são utilizados para as eleições na associação dos estudantes? O que é que é necessário para eleger?***

**A46:** Para ser eleito presidente da associação, tem de ser estudante da instituição, tem de frequentar a 10<sup>a</sup> ou a 11<sup>a</sup>, no máximo a 12<sup>a</sup> classe e ter um perfil aceitável.

**A46:** Além disso, além do que o colega acabou de dizer, tem que ter um nível de competência, saber ser um líder. Acho que é importante, para ser um líder de uma determinada associação.

**P: *Quem as dirige? As eleições? São dirigidas por quem?***

**A49:** Desconhecemos. Não sabemos que dirige as eleições.

**P: *Todos desconhecem.***

**A45:** Digamos que sim.

**P: *Neste caso, quem é que tem passado em frente para que as eleições aconteçam? É esta a questão.***

**A44:** O presidente da associação.

**A44:** O presidente aparece com os candidatos, mas poderá não ser ele a dirigir isso. Uma coisa ofusca. Não nos foi bem aclarado quem as dirige.

**P: *O último presidente da associação, saiu. Porquê?***

**A47:** O último?

**P: *Sim, neste caso, é o último. Por que é que ele saiu?***

**A45:** Penso eu, as razões porque ele saiu, não foram bem aclarados, esclarecidos. Penso eu...não houve uma interação ativa entre os membros da associação, os membros principais da associação, com os resto dos estudantes.

**A48:** O que nos chegou, é que...não sei se posso dizer...houve um desvio de alguns valores, visto que nós pagávamos uma quota anual...anual, digo. E esse dinheiro não foi bem esclarecido que fim teve esses valores. Houve uma certa descontriedade e ...ou seja, uma certa contrariedade entre os

membros da associação e, antes que o mandato terminasse, o presidente foi exonerado. Um dos motivos foi esse, os outros motivos, desconhecemos.

***P: Acho que respondeste à questão: “O porquê de novas eleições no meio de um mandato?”. Que expectativas têm para este novo mandato? O que é que vocês esperam?***

**A44:** Penso eu, como estudante da XX como especialidade, espero que acha [sic] mais atividades extra-curriculares. No meu caso, entrei nesta instituição em 2015, desde que eu entrei, só me lembro de ter participado numa atividade de carácter importante. 2015! Que foi uma visita [impercetível]. De resto, não se faz sentir nada, as atividades. Por exemplo, no nosso caso com especialidade em XX, outra atividade que eu presenciei e que achei também de carácter importante, foi uma visita à ANGOP. Fora disto, faz 4 anos que já estou cá, mas não se verifica atividades importantes, extra-curriculares, que ajudam a desenvolver a capacidade do aluno, não só cá dentro da instituição, mas também fora da instituição. Acho que essa parte, a associação dos estudantes tem de ver mais esse aspeto.

**A46:** Acho que também, a associação...

***P: Nome?***

**A46:** AX46

***P: Ah, o AX46.***

**A46:** A associação tem de se preocupar mais com os estudantes porque existem outras escolas e uma troca de experiência é sempre muito bom para todos. Como estudantes da XX, [impercetível] fazer umas leituras, estudar a evolução da língua, até porque a ciência é dinâmica, não é uma coisa estática. Hoje aprendemos uma coisa, amanhã já mudou. Então, não temos feito atividades, troca de experiências com outras escolas, nem mesmo connosco aqui na instituição, não temos. Nós somos finalistas e tem também estudantes, caloiros, nós precisamos de passar a nossa experiência para eles. A associação tem de velar mais por isso, tem que se preocupar mais, principalmente, com os estudantes novos.

**A49:** Aquilo que os colegas já disseram...Do meu ponto de vista, essa associação dos estudantes, tinham de mais interagir com todos os estudantes e saber as necessidades dos mesmos estudantes e também explicar os estudantes quais são as suas propostas e quem é o fundador dessa mesma associação...quais são as suas propostas para os estudantes e explicar mais as suas atividades porque muitos estudantes desconhecem.

**A46:** Eu acho que a associação tem de ter [impercetível], às vezes... Não se faz presente democracia na instituição. A instituição não tem uma interação ativa com os estudantes. Normalmente, as decisões da associação são tomadas sem o consentimento dos próprios alunos. Nós, diretamente ou indiretamente, também fazemos parte da associação dos estudantes. Às vezes, eles tomam uma decisão, não nos consultam se essa decisão “Podemos avançar, podemos regredir...” ou “Vamos mudar de decisão.”...tomam...não há interação aqui, falta democracia.

***P: Quando termina? Quando termina este mandato?***

**A44:** O mandato da associação...Penso que para os próximos candidato, penso que vota no próximo ano, ou este ano mesmo, para o candidato a dirigir, para o presidente atual.

***P: As eleições têm sido justas e transparentes?***

**A48:** Penso eu, são justas e transparentes. Até mesmo, que nós é que votamos para os próprios presidentes. Porque eles passam de turmas por turmas, apresenta as suas propostas...Acho transparentes, no meu caso.

**A45:** Eu, no meu caso, não acho transparente porque creio, o ano passado, não sei se eu é que estava ausente, ou como é que aconteceu...Quando foi leito o presidente atual, não foi por voto por parte do estudantes, foi simplesmente na direção. Só nos foi apresentado como presidente porque o presidente cessante cometeu a infração X e a infração Y. Então, entre os membros da associação, só acharam conveniente que o que devia suceder é o atual presidente, mas a eleições propriamente dita, eu, particularmente, não participei.

**P: E os outros, participaram?**

**A46:** Não...

**P: Então, concluindo...Têm sido justas e transparentes?**

**A44:** Não, não têm sido justas e transparentes.

**P: Quem é que financia as atividades da associação dos estudantes?**

**A44:** Somos nós os estudantes.

**A47:** A questão é quem financia?

**P: Sim.**

**A47:** As eleições?

**P: As atividades da associação dos estudantes. Tem alguma parceria ou depende de si mesma?**

**A47:** Penso que das atividades...tendo em conta as atividades que o colega acabou de dizer e já fora há bastante tempo, acho que as atividades que se tem feito, não sei mesmo se se [sic] tem feito, já não envolveram custos.

**A45:** Acho que envolveram.

**A46:** Envolveram.

**P: Acham que tem um partido que influencia, que financia...uma organização...**

**A49:** Não.

**A44:** Acho que não.

**A49:** O financiamento da associação, penso que o dinheiro da conta, os 300 kuanzas que nós depositamos na conta da associação, normalmente, fazem algum efeito nessas atividades, mas não se verifica a dinâmica da associação.

**A48:** Diria eu que, nós os estudantes é que financiamos essas mesmas atividades porque quando tem havido atividades, pedem-nos uma contribuição simbólica, 100 kuanza, 200 kuanza. Quando se faz, por exemplo, houve uma proposta, o ano passado, creio, que iríamos para o [impercetível], precisava-se da contribuição dos que iriam participar nessa mesma atividade, para deslocação, que eram 2000, 5000 kuanzas. Foi anulada, não sabemos quais foram os motivos. E penso eu que nós mesmos é que financiamos as mesmas atividades. De forma direta ou indiretamente.

***P: Passemos para outro tema: caracterização do papel da associação dos estudantes. O que acham da associação dos estudantes? Vai dizer algum coisa? Que acha?***

**A45:** Sim. Eu acho a associação dos estudantes, uma associação positiva porque ela vem para satisfazer ou velar pelas necessidades dos alunos.

***P: O AX48 tem outra opinião contrária?***

**A48:** Sim. Falando da associação do estudantes, o que eu tenho de dizer apenas, com o que eu tenho visto, tem por objetivo ajudar os estudantes. Isto é, nas necessidades escolares, ou seja, o que tenho visto, ultimamente, os dois candidatos, isto foi o ano passado, quando vinham à nossa turma se apresentar como candidatos à associação dos estudantes, todos eles vão dizendo qual é o seu papel, qual é o seu objetivo, o que vão fazer, o que poderá tratar a associação dos estudantes: ajudar os alunos desta mesma instituição.

***P: E tem acontecido isso?***

**A46:** De vez em quando tem acontecido.

***P: Os outros, o que é que acham da associação dos estudantes?***

**A44:** Dizer que a associação dos estudantes...não é muito bonito, não deve ser muito bonito...Agora, a ideia é boa. Acho que a associação dos estudantes é mesmo isso, ela serve como suporte do estudante. Tenho dificuldade aqui, tenho a associação dos estudantes para me apoiar. Só que agora...os dirigentes têm de saber o que significa mesmo isto, andar mesmo de acordo com o significado da palavra.

**A49:** Além disso, a associação dos estudantes é um antropônimo a louvar que a associação é uma organização de pessoas, neste caso, de estudantes que visam a concretizar esses objetivos comuns de todos os alunos. Esses objetivos que nós todos estudantes pretendemos preconizar, atingir esse objetivos. O objetivo é louvável, mas a questão é que não é apenas definir objetivos, mas concretizar objetivos, pôr em prática aquilo que estamos a traçar. Se nós traçarmos apenas objetivos e não concretizar, é como andar cabeça só para um lado, só andar, sem grande objetivo.

**A47:** Por mim, essa criação da associação dos estudantes, quem teve essa iniciativa, pensou de forma positiva. Nós também, quando ouvimos que existe uma associação dos estudantes na escola *Ondjuo Yeto*, nos sentimos honrados, mas falta um bocadinho mais de trabalho. Os presidentes cessantes, digo há 4, 5 anos, trabalharam massivamente. Mas já os atuais, estão a falhar um bocadinho. Nos demos conta porque, por um lado, há uma pequena exclusão, por outro sabemos que os estudantes têm direitos e deveres a cumprir, mas, às vezes, faz sentir mais o dever que o direito. E quando é o momento e ouvir as necessidades dos estudantes, damos conta que às vezes não se faz sentir, ouviu e como nada tivesse acontecido. Então, nós nos sentimos um bocadinho descontentes, visto que as nossas necessidades...são ouvidas, mas não são levadas a sério. Precisa de trabalhar mais, precisa de trabalhar mais mesmo.

***P: Desde que foi criada a associação dos estudantes, o que mais se destaca na sua ação desse a criação? Que mais vos marcou? Qual a atividade que mais vos marcou?***

**A45:** Posso?

***P. Sim.***

**A45.** A atividade que mais me marcou, foi a atividade realizada na ANGOP. Fomos lá visitar a ANGOP, vimos como funciona, nos apresentaram os trabalhadores, o que é que se faz lá... Realmente, foi a atividade que mais me marcou, da ANGOP.

**P: Foi para todos?**

**A48.** Sim.

**A46.** Para mim, não. Para mim, ainda não houve uma atividade grande que de facto me marcou. Ainda não.

**P: O colega dizia também? Não houve nenhuma atividade?**

**A46.** Eu? Eu participei na mesma. Foi a única atividade que achei significativa

**P: Qual é o papel d associação dos estudantes aqui nesta escola?**

**A44.** O papel da associação dos estudantes, nesta escola, é velar pelos problemas dos alunos, pela necessidade dos alunos, saber em que ponto os alunos se encontram, saber as necessidades dos alunos, interagir mais com os estudantes, mas isso não está...

**P: Não se nota?**

**A49.** Não se nota.

**P: Todos concordam com a opinião da AX44?**

**A45.** Sim.

**A47.** Chamo-me AX47, não tenho muito para “destrenar” [sic] sobre a associação dos estudantes porque até que cheguei aqui, nunca conheci nem o presidente, nem secretário, nem outros membros. Apenas era só isso. Não tenho mesmo nada para questionar.

**P: Quanto às suas funções, têm desempenhado o seu papel? Já justificaram...já disseram que não. Que contributos a associação de estudantes tem desempenhado para o desenvolvimento estudantil e da escola?**

**A44.** Sinceramente, contributo para o desenvolvimento estudantil dos estudantes e da associação mesmo, acho que nesta parte, ela é mesmo abstrata. Existem critérios, ou seja, eles têm uma norma, só que, não sei se é ignorância deles ou se eles acham que...eles fazem os documentos deles, mas eles acham que os documentos deles inúteis. Eles não consideram os seus documentos. Porque nós temos visto normas ali expostas na vitrine, eles metem aquelas normas, mas não sei se eles realizam aquilo, mas nos nossos olhos, não aparecem.

**A46:** A questão é acerca?

**P: Que contributos a associação tem desempenhado para o desenvolvimento estudantil e da escola?**

**A45.** Penso eu, que não apenas ser crítica, mas temos de ser realista, eles fazem qualquer coisa. Por exemplo, realizam campanhas escolares, ajudamos à limpeza, a manter a escola sempre limpa, realizam determinadas atividades...embora não sejam constantes...Até porque a semana passada realizara uma atividade, do curso de XH [impercetível], realizaram uma caminhada que tem como ponto principal troca de experiência, acho que na TPA, de uma forma direta ou indiretamente, fazem

qualquer coisa. Embora não sejam o que todos os estudantes gostara de ver, mas fazem qualquer coisa, dão qualquer contributo.

***P: Por exemplo, ontem o ministro vinha. Vocês foram convidados pela associação dos estudantes a receber o ministro?***

**A45.** Não.

**A46.** A minha turma, não, não fomos. Mas acho que fizeram qualquer coisa com outras turmas.

***P: Passamos para o 4º tema: participação estudantil. Quem é que realiza o plano de atividades da associação dos estudantes? Quem realiza?***

**A45.** Neste contexto, eu penso que aí surge o maiores problemas. Acho que eles próprio, dentro da associação dos estudantes, é que planificamos que vão fazer. Não consultam os alunos, não consultam o pessoal que constitui a associação, os estudantes. Eles apenas entram em consenso: vamos fazer isso...não há democracia.

**A46.** A elaboração dos planos, acho que, tendo em conta os estudantes, também não é possível consultar todos. Uma vez que existe um elenco. Então, eu acho que ele têm sempre uma reunião para discutir as atividades. Mas, às vezes, caem num erro, uma vez que a questão seria selecionar cada turma, um delegado ou, em cada turma, deveria ter um membro que faça parte do elenco da associação dos estudantes. Cada turma tem as suas necessidades e dificuldades. Se decidirmos uma atividade só nós, pode ser conveniente para 2, 3, 4 turmas, mas o restante pode não ser o conveniente. É, à que surge aquela descontrariedade: uns aprovam, outros não aprovam.

***P: Isso significa que vocês têm participado na sua conceção?***

**A46.** Não.

***P: Participam?***

**A44.** Alguns têm participado, principalmente os delegados. Eles tiram todos os delegados de todas as turmas e têm feito uma reunião. Os mesmos delegados, passam a informação à turma.

**A47.** Só que, normalmente, os delegados é que não fazem chegar aos colegas. Eles participam. A associação convida os delegados, mas, às vezes, os delegados não fazem chegar à turma o que tratou-se.

**A48.** No meu caso, eu fui delegado ano passado, mas nunca fui convidado para nenhuma reunião da associação dos estudantes.

***P: Isso significa que é relativo, nem sempre.***

**A44.** Sim.

***P: Os estudantes têm aderido às atividades programadas pela associação dos estudantes?***

**A45.** Em algumas vezes sim, mas em outras não porque algumas atividades são comunicadas de forma tardia. Por exemplo, eu qui de uma atividade que ocorreu há...semana passada, que eu não tomei conhecimento, mas estava aqui na instituição, já na hora normal de saída, mas não tomei conhecimento. E ouvi por terceiros, sabendo que se devia comunicar. Conforme o presidente tem feito em algumas atividades, passa de turma a turma, mas devia ser assim mais. Em algumas vezes acontece, mas outras...

**A46.** Sim. Só para dizer...a direção das atividades que a associação dos estudantes realiza, nem sempre alguns...foi convidado na 1ª atividade, aparece, aquilo ali saiu mal. [sic] Na próxima ele já: "Também não vou mais.". Uma vez, o ano passado aqui, os elementos da associação dos estudantes passaram na nossa turma: "Nós temos uma atividade...vamos ao hospital, em falta de sangue, vamos doar sangue.", uma atividade carismática. Chegamos lá e não apareceu nenhum membro da associação dos estudantes

**P: Ninguém apareceu?**

**A47.** Eles convidaram os estudantes, professores, fomos para lá e nem mesmo o elemento que nos vinha comunicar apareceu.

**P: Que importância tem para si a associação dos estudantes?**

**A44.** Para mim, a associação dos estudantes tem uma grande importância, sim. Se se fizesse cumprir aquilo que é proposto na candidatura porque, sabendo nós que temos alguém que responde por nós, já é uma grande valia. E ganha-se confiança nessa mesma pessoa que nos representa. Por mim seria muito importante, é muito importante, essa associação, mas se se cumprisse mesmo aquilo que se diz.

**A49.** A importância da associação dos estudantes...é de extrema importância [sic] porque, na maior parte dos casos, vem suprimir as necessidades dos estudantes. Esse empenho é fundamental, nesse caso, mas o problema é que nem sempre faz cumprir o que eles...não fazem o que traçam nos seus objetivos a cumprir. Mas fora disto, tem certa importância, suprime as necessidades dos estudantes, não na sua totalidade, só 50%, sacia os nossos problemas.

**A45.** Sabemos nós que não é fácil dirigir, é uma coisa complicada. Tendo em conta a atividades que eles realizam, pelo menos, têm significado alguma coisa para nós. Não é aquilo que queremos que seja, mas já vale a pena. Estamos aqui para dar o nosso parecer e ajudar a melhorar.

**P: Como caracteriza a relação entre os estudantes? A vossa relação é boa? Como tem sido?**

**A49.** Tem forma de vezes...

**P: Varia, neste caso.**

**A47.** Sim.

**A48.** No meu caso, é relativo. Cada estudante dá mais com colega de turma, não tem assim uma interação muito boa com os outros colegas, é mais com os colegas de turma.

**A44.** Para ressaltar aquilo que a colega acabou de dizer, eu não considero uma relação tão positiva entre estudantes a entrar na instituição. Por que mesmo, nós estudantes de especialidade de XX, nunca houve uma troca de experiência por especialidade, nunca houve aquela troca de experiência. Apenas nos conhecemos por cara, faz parte da 12ª, da 11ª, mas não há aquela interação ativa, uma troca de experiência, um debate...acho que não considero uma boa relação, uma relação académica. Acho eu que não considero uma boa relação.

**A45.** O que os meus colegas disseram é que eles estão mesmo certos. A relação de amizade que temos aqui, vai mais pelos colegas de turma e se alguém tem uma relação de amizade com outro colega de outra turma, é porque já se conhecem fora da instituição. Já são amigos no bairro ou são vizinhos ou na igreja. Isso só acontece pela falta mesmo de atividades. Se houvesse também atividades desportivas, por especialidades, a gente selecionava. Pegávamos alguns desta turma, da mesma especialidade, outra turma, classe diferente. Aquele trabalho em união vai nos fazer unir. É isso.



***P: Passamos para o último tema: relação associação dos estudantes, órgãos de gestão da escola, direção da escola. Qual é a relação que existe entre a associação dos estudantes e os órgãos de gestão desta escola, a direção. Qual é a relação?***

**A45.** Sinceramente, essa relação é do meu total desconhecimento. Talvez eles, a direção da associação e a direção da escola tenham uma relação saudável. Só que isso ao nosso parecer, não está bem aclarado. Mas penso que se tivessem uma relação saudável, então ali, não devia haver muita reclamação por parte dos estudantes. É isso.

**A44.** Concernente este caso, é falar de caso que não de nosso conhecimento. É falar daquilo que nós achamos. Concernente à relação da associação dos estudante com os dirigentes, acho que relação boa existe, mas na sua totalidade não. Porque, se houvesse uma boa relação, não havia o problema de um ter um mandato de 3 anos e ser, no momento decorrente do seu mandato, substituído. Se houvesse uma boa relação, não haveria essa discrepância, este impasse durante o percurso do mandato. Falar de uma boa relação, jogo naquela vai que vai. Não faço parte da associação dos estudantes, não posso dizer muito...

***P: Os outros, algo diferente a dizer?***

**A49.** Acho que não.

***P: Como caracteriza a relação dos estudantes da associação dos estudantes e os professores? Tem sido, boa, má? Como tem sido?***

**A46.** A situação é a mesma. Não podemos apenas dizer aquilo que a gente acha que está certo. Tem aquele ditado “Quem vê cara, não vê coração”. Podemos pensar assim, mas...jogar...pode ser sim, pode ser não.

**A47.** Eu acho boa, pois, no momento que os elementos da associação de estudantes fazem parte da sala de aula, são alunos e a nossa relação com os professores tem sido boa. As mesmas pessoas que fazem parte da associação dos estudantes, também fazem parte do nosso grupo. Do mesmo jeito que nós temos uma boa relação com os professores, eles têm uma relação com os professores.

**A45.** Isso que a colega disse. Além de eles desempenharem as suas funções na associação dos estudantes, eles também são estudantes, tal como nós. Em salas de aulas, somos iguais. Penso que que a relação dos professores com os elementos da associação dos estudantes, não difere muito da nossa. Cada relação tem níveis. Tem colegas que se sentem mais à vontade em falar com professor X e com professor X e se sentem mais acanhados em falar com professor fulano e professor fulano.[sic] Acho que é isso que existe, também.

***P: A gestão da escola interfere no plano de atividades da associação dos estudantes? De que forma? A gestão da escola, isso é a direção da escola. Interfere no plano de atividades da associação dos estudantes? De que forma?***

**A44.** Interfere quando não há uma programação clara e que também a direção achar conveniente, então há uma certa interferência. Visto que, quando há um programa da associação dos estudantes, passa sempre pela direção da escola, quando aprova-se, muito bem, quando não se aprova, interfere mesmo.

***P: Todos concordam com isso?***

**A47.** Sim.

**A49.** Só quero ressaltar uma ideia da colega...Sim, interfere. Quando algo não está muito bem, tem que tomar certas medidas. Se algo estiver a falhar, na associação dos estudantes, a escola interfere. Para mudar a estratégia, o que está mal, para ela corrigir.

**A48.** Por exemplo, professora. Essa mesma atividade que não saiu, creio eu que não havia uma clareza e a direção achou que, se calhar, haveria algo ilícito que deveria acontecer nesse mesmo acampamento. Visto que era um acampamento de 4 ou 3 dias...na localidade podia-se acampar. A direção não achou o local propício para a atividade do gênero. Então, houve uma interferência e foi necessário...abolir.

**A45.** É, como dizem...os mais velhos aprendem com a crianças e as crianças aprendem com os mais velhos, só que as crianças têm mais a aprender com os mais velhos. Então, na direção da escola, tem mais velhos que na direção da associação dos estudantes, são muito jovens. Então, nós fazemos coisas, ou seja, traçamos coisas sem pensar nas consequências e aí a direção da escola: “Isso não devia ser assim, pode acontecer isto e isto”. Ali, é já aquela interferência da direção da escola nos planos da associação dos estudantes.

**A46.** Além do que o colega acabou de dizer, por mais que você tenha orelhas grandes, nunca vão ultrapassar o tamanho da cabeça. Os membros da associação dos estudantes pensam e traçar algo, [sic] terão sempre de consultar os órgãos maiores da instituição.

***P: Então, aqui tem outra questão. Os órgãos de gestão da escola, têm de aprovar essas atividades?***

**A49.** Sim.

***P: Todos concordam?***

**A48:** Sim.

**A44:** Sim.

**A45:** Sim.

**A46:** Sim.

**A47:** Sim.

**A49.** Sim

***P: Muito obrigada, caros estudantes, pela vossa participação. Espero que me recebam numa outra oportunidade.***

## **Apêndice 6 - Transcrição**

### **Entrevistas individuais**

#### **Legenda:**

**P:** Professora YNL

**A:** Aluno AX1

**P:** Boa noite, caro estudante.

**A:** Boa noite.

**P:** *Caro estudante, sinta-se à vontade. Estamos diante de uma entrevista denominada entrevista em grupos, mas eu faço esta entrevista e gostaria que se apresentasse, antes de mais.*

**A:** Chamo-me AX1, estudante da 12<sup>a</sup> classe, da escola do *Ondjuo Yeto*, presidente da associação dos estudantes da mesma.

**P:** *Muito bem. Caro estudante, gostaria que nos fornecesse alguns dados relativamente à génese da associação dos estudantes. Quando foi criada a associação dos estudantes?*

**A:** Quando foi criada a associação dos estudanes, não sei de concreto...não sei...

**P:** *Foi por iniciativa de quem?*

**A:** De certeza que foi por iniciativa pelos membros estudantes que estudavam cá na instituição. Viam que estavam sem fio, não estavam a conseguir gerir os colegas só dependendo da direção da escola. Então, acho que acabou por criarem a associação dos estudantes.

**P:** *Como decorreu esse processo?*

**A:** Por eleições. Foram selecionadas pessoas que realmente queriam ser presidente da associação dos estudantes que, aliás, só têm de ser alunos da 11<sup>a</sup> classe para ter 2 anos de mandato. Anteriormente, era só um ano de mandato, mas agora são dois anos de mandato. Só tem de ser aluno da 11<sup>a</sup> classe, foram concorrendo e o melhor venceu.

**P:** *Como foi a adesão dos alunos na escola? Foi boa?*

**A:** Foi, foi boa. Positiva. Claro que para trabalhar, tem de ter sempre alguém. Tem de ter sempre um dirigente que vai informando e recebendo algumas informações que é para levar à direção da escola.

**P:** *Passamos para outro item. Estrutura da associação dos estudantes. Tem um estatuto, o qual e orientam para o desenvolvimento das vossas atividades?*

**A:** Atualmente, não. Mas estamos a trabalhar no sentido de fazermos. Estamos a fazer o estatuto, pouco a pouco estamos a fazer o estatuto, não terminamos. Mas, anteriormente, o estatuto da associação existia, não sei como foi. De certeza que um dos presidentes cessantes levou por descuido e até hoje não devolveu. E estamos a trabalhar para um novo e outro estatuto porque até ao atual momento, está-se a rever o regulamento interno da escola e só vai nos ajudar ainda mais a tratar o mesmo.

**P:** *Quem elaborou?*

**A:** O estatuto da associação, não sei quem elaborou. De certeza que têm de ser os estudantes e a própria direção da associação a elaborarem o estatuto.

**P: Nesse caso, disseste-nos que está sendo elaborado aos poucos. Quem está a elaborar este estatuto?**

**A:** Nós, como membros da associação temos pedido algumas ideias aos professores, à direção da escola... estamos a fazer com que...conseguimos [sic] elaborar esse estatuto.

**P: A associação dos estudantes possui um organograma? Um documento onde regulamenta quem é o presidente, vice-presidente...Têm este documento?**

**A:** Possui esse documento. Há tempos, o diretor pediu-nos e demos esse documento a ele. Mas temos...

**P: Como está composto?**

**A:** Está composto por 7 membros diretivos da associação dos estudantes.

**P: Quem elaborou?**

**A:** É feito pela associação dos estudantes, também. Pelo presidente da associação dos estudantes e 7 membros diretivos.

**P: Quem desempenha a função máxima na associação dos estudantes?**

**A:** O presidente da associação de estudantes é quem desempenha a função máxima da mesma.

**P: Conheces os órgãos da associação dos estudantes?**

**A:** Não percebi.

**P: Os elementos que constituem essa associação dos estudantes, conheces eles todos?**

**A:** Conheço, conheço.

**P: Consegues distinguir os colegas com a função que ele ocupam dentro da associação dos estudantes?**

**A:** Até ao atual momento, é um pouco difícil distinguir todos eles porque uns são finalistas e andam mais preocupados com as suas teses que vão finalizar e conversei com eles e, de certeza, que eles aceitaram que tínhamos de fazer a troca para pôr outros que têm de ficar no lugar deles. Mas a maior parte deles, consigo.

**P: Como são realizadas as eleições na associação dos estudantes?**

**A:** As eleições na associação dos estudantes, são realizadas por duas formas. De princípio, é feita...é por votos, no geral...os alunos, vão metendo [sic] cada um no papel...vão metendo [sic] no quadro o nome de 4 elementos, que só têm de ser 4 elementos a concorrer, o nome dos 4 elementos e vamos a cada turma e os colegas vão fazer a votação. Depois de fazerem a votação, vamos juntar as caixas todas, vamos fazer a contagem e vamos ver qual deles vai ser o vencedor.

**P: Neste caso, vocês já tentaram candidatar? Creio que sim, pois és o presidente. Já pensaste nisso? Creio que sim, pois és o presidente. É ou não isso?**

**A:** É isso, sim.

**P: O mandato tem a duração de quanto tempo?**

**A:** Tem 2 anos.

**P: Quem convoca as eleições?**

**A:** É convocada pela direção da escola. A direção da escola cria uma comissão que fica incumbida...

**P: Qual o número de listas que concorrem às eleições? São 4, não é?**

**A:** Sim, são 4.

**P: Tem havido rotatividade nas eleições? São sempre as mesmas pessoas a concorrer ou varia?**

**A:** Não, varia-se.

**P: Que critérios são usados para as eleições, na associação dos estudantes. Que é necessário para concorrer?**

**A:** Basta ser um aluno da 11ª classe e ele mesmo, tendo o potencial que vai aguentar a presidência da associação dos estudantes, é só concorrer.

**P: E quem dirige esse processo das eleições?**

**A:** É o que eu já disse. Quem dirige é a comissão que a direção da escola organiza para estar à frente da mesma e os colegas só vão participando. Agora, no meu caso, quando eu tiver de sair, eu, como presidente cessante, vou estar lá para apoiar a direção da escola, parar trabalharmos no sentido de pôr outro presidente.

**P: O outro presidente da associação saiu da associação Porquê?**

**A:** Eu digo que foi por negligência. Digo isso porquê? Vou justificar. Nós sabemos que trabalhar com muita gente não é fácil e muito mais ainda quando não nos conseguimos comunicar uns aos outros. Então, ele foi negligente. Havia situações que inculcava a membros da associação e isso já não é bom. Quando estamos a trabalhar no conjunto, o conjunto tem de saber que está certo, tem de saber que está errado. Já não acontecia com ele. Por isso, havia questões que éramos chamados pela direção da escola, havia questões que não conseguíamos responder porque não tínhamos o domínio da conversa ou da pergunta que nos punham, mas que ele tinha o domínio e era meio complicado. É um dos motivos principais que fez com que ele saísse.

**P: O porquê de novas eleições no meio do mandato?**

**A:** Para que os alunos não percam o hábito, não percam aquela vontade. Porque já havia uma associação e uma associação sem um líder não é associação. Sem um responsável, não é associação. Então, viram que era necessário de urgente fazer um mandato para continuar com o trabalho.

**P: Que expectativas tem para este novo mandato?**

**A:** São muitas, muitas expectativas. Nós temos muitas expectativas. Uma delas é melhorar o conhecimento de cada um dos colegas, cada vez mais. Que esse ano lutamos e lutamos e vamos continuar a lutar para melhorar isso.

**P: Quando termina o vosso mandato?**

**A:** O mandato termina próximo ano. Termina esse ano, mas entregamos próximo ano.

***P: As eleições têm sido justas e transparentes?***

**A:** Têm sido justas e transparentes. Aliás, exceto aquelas extraordinárias que tivemos de encurtar por causa do tempo, para não ficar muito tempo sem alguém responsável na associação dos estudantes, reunimos de urgência só apenas os delegados, os membros da associação, os membros que vão permanecer, alguns professores, a comissão, que é para eleger um mandato de urgência.

***P: Quem é que financia as atividades da associação dos estudantes? Tem alguma organização não governamental, um partido? Como é que é que vivem?***

**A:** A associação dos estudantes é uma associação independente da escola e para a sobrevivência da associação dos estudantes, os mesmos estudantes são obrigados a pagar uma taxa, uma quota de 300 kwanzas anual. Então, esse valor que faz com que a associação dos estudantes tenha em pé aquelas atividades de custo financeiro.

***P: Passamos para outro item: caracterização do papel da associação dos estudantes. O que achas da associação dos estudantes?***

**A:** A associação dos estudantes, de princípio, resumindo e concluindo, é um ciclo de novas ideias; encontramos família, encontramos irmãos e aprendemos o que não soubermos, ensinamos o que soubermos. Resumindo e concluindo, é uma família.

***P: Desde que foi criada a associação dos estudantes, o que mais destaca da sua ação desde a sua criação? O que foi que mais te marcou desde que foi criada?***

**A:** Desde que foi criada, neste caso, desde o meu mandato na associação dos estudantes. Acho que é isso.

***P: Não, mesmo não estando na associação dos estudantes, desde que foi criada nesta instituição. Será que algo te marcou, desse tempo todo até hoje? No seu mandato ou num outro?***

**A:** Tem. Algo que me marcou e é impossível de esquecer, é que eu era um dos estudantes da escola *Yeto* anteriormente, agora *Ondjuo Yeto*, Eu estudava no núcleo, chamam de núcleo, nas escolas anexas. E lá eu via que, eu tinha muito tempo em casa, tinha mais tempo em casa do que na escola e via que não era o certo. Então, chegou a época do mandato da associação dos estudantes, antes de votar, fui ter com um dos presidentes da associação e fiz pedido a ele “Eu queria trabalhar contigo. Quero trabalhar. Queria ter mais tempo na escola. Queria ter mais tempo com o pessoal da escola.” Ele disse-me: “Se ganhar, sem problema algum.” Também era uma forma de ele fazer a sua publicidade. Então, eu fui votar a ele, de certeza ele ganhou e arranjou um cargo para mim. De princípio, quando entrei na associação dos estudantes, fui coordenador dos desportos da associação dos estudantes e isso me marcou muito. Fui passando a ter contacto com os estudantes e outros colegas que eu nunca tive. Então, em pouco tempo, a escola toda... eu estudava nas escolas anexas, mas aqui a sede toda me conhecia. Ra... Mais fácil me conhecerem na sede do que nas próprias escolas anexas. Então, isso me marcou muito.

***P: Qual é o papel da associação dos estudantes aqui na escola?***

**A:** Defender os direitos e deveres dos alunos, ou dos colegas.

***P: Quanto às suas funções, tem desempenhado o seu papel?***

**A:** Tenho, tenho desempenhado o meu papel. De certeza que ninguém é perfeito, mas a maior parte das vezes, tenho, com a minha equipa, desempenhado o nosso papel. Temos ajudado aqueles colegas

que realmente nós sabemos...colegas batalham, vivem distante, fazem o seu máximo para estarem aqui na escola; os colegas que estão sempre motivados para estar connosco; vimos colegas que chegam sempre cedo. Nós temos visto isso. Durante esse ano, nós estamos a fazer uma campanha sobre aqueles colegas, os mais destacados, os mais inteligentes, estamos sempre a oferecer certificados. Nós não vamos parar com esse trabalho, é uma forma de desempenhar também esse trabalho. Não vamos parar com esse trabalho até o ano terminar.

***P: Que contributo a associação dos estudantes tem desempenhado para o desenvolvimento estudantil e da escola?***

**A:** Para o desenvolvimento estudantil, estar a passo das propostas que vêm, extraescolares. O sábado passado, tivemos o princípio, o início dos sábados académicos. Nós, associação, não precisavamos de ir à direção porque já sabíamos quais os colegas capazes de nos ajudar ou de participar da mesma. Seleccionamos, saíram daqui seis estudantes e, graças a Deus, tiveram êxito. Não saímos em primeiro por causa de uma batota, saímos em segundo lugar. Isso já nos mostra que estamos num bom caminho.

***P: Mas por quem é promovido esses sábados académicos?***

**A:** Os sábados académicos é promovido pela JMPLA.

***P: Estamos a continuar. Estamos noutro item: participação estudantil. Quem realiza o plano de atividades da associação dos estudantes?***

**A:** O plano de atividades da associação dos estudantes é elaborado pela associação dos estudantes. É realizado por mim, como presidente, e seus membros. Juntos, fizemos o plano de atividades, tal mensal, trimestral ou anual. Fizemos o plano de atividades, depois temos a obrigação de levar ao coordenador das atividades extraescolares da escola, para ver se tem alguma ideia para aumentar no nosso plano de atividades. Caso contrário, assinados o documento e damos entrada na mesa do senhor diretor.

***P: E quem é o coordenador?***

**A:** É a coordenadora. A coordenadora das atividades extraescolares é a professora KL.

***P: Os estudantes têm aderido às atividades programadas pela associação dos estudantes?***

**A:** Têm. Têm aderido o máximo.

***P: Que importância tem para si a associação dos estudantes?***

**A:** A associação dos estudantes, tem uma importância enorme para mim. De princípio, é de manter sempre o intercâmbio, com os colegas, o relacionamento professor-aluno. Também afeta relacionamento colega-colega. Isso, par mim, é muito importante.

***P: Acho que a questão já está um pouquinho relacionada. Como caracteriza a relação entre os estudantes? Têm se relacionado bem? Não? Como é que é?***

**A:** 60% tem se relacionado bem. Os outros 40%, temos que ir a empurrão.

***P: Agora, relação associação dos estudantes e órgãos de gestão da escola. Qual é a relação que existe entre a associação dos estudantes e os órgãos de gestão desta escola, a direção?***

**A:** Atualmente, a associação dos estudantes tem um peso muito reduzido nos órgãos da escola porque justificando isso, na qualidade de presidente da associação dos estudantes, também aluno, muitas das vezes temos que nos limitar a levar as questões ao conselho de direção. Muitas das vezes, temos que reduzir a falar com algum professor, mesmo estando errado, porque sabemos que, mais tarde ou depois, o professor possa estar chateado. Pode não dizer, mas vai contar muito, porque pode ter um desempenho muito negativo. Por isso, muitas vezes temos que limitar muita coisa e faz com que tenhamos um peso muito reduzido no conselho da direção.

**P: Como caracteriza a relação dos estudantes da associação dos estudantes e os professores?**

**A:** É caracterizada no bom senso. Os professores são sempre vistos com os colegas e, por acaso, a associação dos estudantes está aí para isso. Se tiver um intercâmbio negativo, nós a vamos intervir logo.

**P: A gestão da escola interfere no plano de atividades da associação dos estudantes? A direção da escola, quando vocês elaboram os planos, já anteriormente disseste que têm de levar para ser aprovado. Se não estiver bem, bom, eles interferem ou não interferem?**

**A:** Interferem, interferem. Pedem para voltar, para ver uma outra data, alguns documentos que... até saem, mas pedem para ver se fizéssemos outros, que aqueles não vão ser aceites. Por isso é que muitas das nossas atividades têm que ser levadas lá para serem vistas porque nem todas as atividades, eles vão de acordo.

**P: Os órgãos de gestão desta escola têm de aprovar essas atividades?**

**A:** De princípio, tenho a certeza que sim porque nós estaríamos com os colegas. A sair com os colegas, estaríamos a sair em nome da escola. Se tivermos de sair com eles, temos de levar um documento da direção, dos órgãos. Esse órgão têm de aceitar, senão não podemos sair.

**P: Está-se a referir a sair em outro tipo de atividade? Por exemplo, aqui que tem realizado no interior da escola. A direção da escola, tem e aprovar também essas atividades? Todas as atividades realizadas, têm de ser aprovada ou não?**

**A:** Não, algumas só. As outras, só têm de ter o conhecimento. Algumas só é que tem de ser aprovadas, outras só que têm de ter o conhecimento.

**P: Muito obrigada, caro estudante, pela sua colaboração. Espero que nas próximas se faça também.**

**A:** Obrigado.



## **Entrevista ao Aluno AX50**

**Legenda:**

**Professora:** YNL

**Aluno:** AX50

**P: Boa noite, caro estudante.**

**A:** Boa noite.

**P: Nós estamos diante de uma entrevista com o fim, unicamente, investigativo. Sinta-se à vontade a responder às questões e assim, desde já, gostaria que se apresentasse, por favor.**

**A:** Muito obrigado. Sou AX50 . Fui participante das eleições de 2017, da Escola *Ondjuo Yeto*. [impercetível]

**P: Muito bem, caro estudante. Sobre a génese da associação. Quando foi criada a associação dos estudantes?**

**A:** Bem... Especificamente, a associação dos estudantes, que está a atuar este ano, foi criada no ano passado.

**P: Mas da escola e o geral, tem conhecimento?**

**A:** Não, mas acredito que foi criado por aí em 2005, 2006, aproximadamente, o dirigente era o AX55. Acredito eu.

**P: Foi por quem? Por iniciativa de quem?**

**A:** Penso eu que foi por iniciativa do professor Alfa...Ou então pela direção da instituição.

**P: Como decorreu esse processo? Tem algum conhecimento?**

**A:** Não, infelizmente não tenho.

**P: Como foi a adesão dos alunos na escola?**

**A:** Também não....

**P: Quanto à estrutura da associação dos estudantes. Têm um estatuto pelo qual se orientam para o desenvolvimento das vossas atividades?**

**A:** Temos, temos. Acredito que temos. Temos um estatuto estabelecido pela associação dos estudantes, pelos membros que nela constituem.

**P: Já as viu?**

**A:** Já tive a possibilidade de vê-las porque quando me candidatei, me convidaram para ser o porta-voz da associação dos estudantes. Mas com o andar do tempo, vi que as coisas não estavam bem estruturadas e, então, tive que abandonar.

**P: Quem elaborou?**

**A:** Foi o AX1 com a ajuda do professor Alfa.

**P: A associação dos estudantes possui um organograma?**

**A:** Acredito que possui.

**P: Como está composto?**

A: Bem... Não tenho tanta informação de como está composto este...

**P: Organograma.**

**A:** Ok... Não tenho uma informação exata, mas a informação que tenho é que foi elaborado pelo AX1, acredito eu. Uma vez, estávamos a conversar e foi a informação que ele me estabeleceu.

**P: Quem desempenha a função máxima na associação dos estudantes?**

**A:** É AX1.

**P: Conhece alguns órgãos da associação dos estudantes?**

A: Sim. Conheço na sua maioria.

**P: Consegue identificar os teus colegas pelas funções que ocupam?**

**A:** Sim, consigo.

**P: Como são realizadas as eleições na associação dos estudantes?**

**A:** Especificamente sobre isso, senhora doutora, a escola não tem uma lei específica de como são, de como se vai eleger o presidente da associação dos estudantes. Porque, bem me lembro, em 2015, os alunos é que elegeram. Cada turma elegeru mesmo...Vou escolher, fulano, fulano... ó que esta, em 2017, foi uma coisa meio desorganizada e muito rápido, muito rápido, porque o antigo presidente, o AX22, teve alguns problemas e teve que abandonar a meio da sua carreira, do seu mandato. Então, houve a necessidade de se eleger um novo presidente. Mas na eleição do novo presidente, quem escolheu foram os delegados, mas só alguns, também. Não houve uma adesão como se esperava.

**P: Já tentaram candidatar-se?**

**A:** Sim, já.

**P: O mandato tem a duração de quanto tempo?**

**A:** De um ano e meio.

**P: Quem convoca as eleições?**

**A:** Quem convoca... a áreas das atividades escolares da escola *Ondjuo Yeto*. Isto, no caso, o professor Alfa.

**P: Qual é o número de listas que concorrem às eleições?**

**A:** Não, não tenho informações.

**P: Tem havido rotatividade nas eleições da associação dos estudantes ou concorrem sempre as mesmas pessoas qe concorrem?**

**A:** Não, não são sempre as mesmas pessoas... Até porque, a cada ano, há sempre necessidade de se trocar o presidente da associação dos estudantes porque ele muda de classe e quando está a finalizar, não pode mais estar a dirigir a associação dos estudantes.

***P: Que critérios são usados para as eleições para a associação dos estudantes?***

**A:** O critério é o seguinte: os delegados vão votando...por exemplo, vão ouvindo a proposta de cada um, analisando... e depois vão escolhendo quem é que vai dirigir.

***P: E quem é que dirige as eleições?***

**A:** O professor Alfa, juntamente com o professor Ómega.

***P: O último presidente da associação dos estudantes saiu da associação. Porquê?***

**A:** Acredito que é por causa de desvio de fundos da associação.

***P: O porquê de novas eleições no meio de um mandato?***

**A:** Segundo as informações que me foram dadas, é que o ex-presidente desviou alguns fundos e só não estava a conseguir lidar com as atividades e com os múltiplos problemas que estavam a acontecer na escola. Não estava a conseguir ajudar os alunos, não estava a conseguir cumprir aquilo que ele estabeleceu.

***P: Por que é que não houve um interino até cumprir o mandato. Fizeram novas eleições, porquê?***

**A:** Não sei...Isso são ordens de toda a escola...Primeira coisa, não houve uma reunião exata, para explicar. O ex-presidente também não tem uma informação exata para explicar porque é que ele saiu. Ele não tem. Conversei com ele. Numa entrevista, ele chamou-me e estivemos a conversar e ele disse que, até aqui, não tinha uma informação exata porque estava a ser substituído. Ele disse que tinha de abandonar o cargo porque estavam a faltar uns dinheiros porque o batismo dos caloiros, do anos passado, não correram tão bem. Acredito que este foi o motivo.

***P: Que expectativas tem para este novo mandato?***

**A:** Para este novo mandato, as expectativas que eu tenho é que esta associação dos estudantes melhore a...dos estudantes. Porque não basta atividade, atividade, atividade porque eu acredito que os alunos ou os colegas precisam de coisas novas; precisam de evoluir psicologicamente porque...Se temos um atividade de, por exemplo, futsal, se temos uma atividade de saída, por exemplo, para irmos visitar um hospital...É necessário que a associação dos estudantes crie mecanismos para que os alunos evoluam, para que os alunos tenham uma capacidade crítica, para que os alunos tenham uma capacidade de analisar como são os factos. Por exemplo, eu acredito que, se a associação trouxesse propostas de cursos, por exemplo, para os estudantes, isso tornaria os alunos multifacéticos e tornando os alunos multifacético...iria melhorar muito.

***P: Quando termina este mandato?***

**A:** No fim deste ano.

***P: As eleições têm sido justas e transparentes?***

**A:** Raramente..Não sei...Mas estas não foram justas porque a maior parte das pessoas que estavam naquela sala, não eram delegados. Segundo a maior parte das pessoas que estavam naquela sala, foram membros da associação dos estudantes passada e o presidente atual também foi membro. Ou seja, a equipa toda, estava na turma. E não só. Se analisarmos, por exemplo, o programa que mais foi bem elaborado, o programa que mais foi bem apresentado, que mais foi bem estruturado, foi o meu programa. Porquê? Porque o meu programa tinha objetivos claros, tinha objetivos que iriam, penso eu,

transformar a escola naquilo que é...transformar a escola para que a escola evolua. Mas não tiveram...Os membros da ex- associações de estudantes, não estarem lá todos e assim aconteceu...

***P: Quem financia as atividades da associação dos estudantes? Tem havido um partido que financia? Tem havido uma organização extra?***

**A:** Não, nós os alunos é que financiamos a associação dos estudantes, pagamos quota anual, 350.

***P: Quanto a outro item. . Caracterização do papel da associação dos estudantes. O que acha da associação dos estudantes?***

**A:** A associação dos estudantes é um membro diretivo [sic], o qual contribuiu muito na escola, contribui para...atuam diretamente para poderem resolver os problemas dos alunos. Ou seja, a associação dos estudantes tem como finalidade ajudar os alunos a resolver os problemas que têm acontecido com os alunos, aqueles problemas em que os alunos não conseguem, por exemplo, ir ter diretamente com o diretor, ir diretamente ter com a direção do curso que aluno pertence. Então, a associação dos estudantes vem atuar neste âmbito, que não só vem também ajudar para se poder traçar as atividades ou programa anual da instituição...nas atividades, certo.

***P: Desde que foi criada a associação dos estudantes, o que mais se destaca na sua ação desde a sua criação?***

**A:** Bem, o que mais me chamou a atenção até aqui, foi a dinâmica com...os membros da associação dos estudantes ajudam a transmitir informação, as informações mais urgentes, as atividades que temos de ter...A associação dos estudantes tem uma forma de chegar à turma de avisar e mobilizar que amanhã teremos uma atividade.

***P: Qual é o papel da associação dos estudantes aqui nesta escola?***

**A:** O papel da associação dos estudantes aqui nesta instituição é fundamentalmente, o principal é transmitir informação, ajudar a direção a transmitir informação, por exemplo, das atividades que vai ocorrer. Essa é a principal função. Assim como, também, ajudar alguns casos dos alunos, por exemplo. Esta também é umas finalidades que a associação dos estudantes tem nesta instituição.

***P: Quanto às suas funções, tem desempenhado o seu papel? Justifique.***

**A:** Bem, tem desempenhado. Como na vida, ninguém é perfeito. Também tem errado em certos aspetos.

***P: Que contributo tem a associação dos estudantes desempenhado para o desenvolvimento estudantil e da escola?***

**A:** Os contributos que a associação dos estudantes tem nos dado, tem vezes que eles elaboram algumas atividades para que os alunos se tornem ainda mais inteligentes. Por exemplo, tem organizado atividades para ir no governo, tem elaborado a atividade para ir visitar o hospital, atividades...dar donativos, por exemplo...

***P: Muito bem. Passando para outro item: participação estudantil. Quem realiza o plano das atividades da associação dos estudantes?***

**A:** É a associação dos estudantes, os membros da associação dos estudantes, juntamente com o professor Alfa.

***P: Vocês têm participado na sua conceção?***

**A:** Não, não participamos.

**P:** *Os estudantes têm aderido às atividades programadas pela associação dos estudantes?*

**A:** Bem, nem sempre porque desde o mandato do atual presidente, só participou-se ativamente nesta atividade do aniversário da escola porque senão não temos participado ativamente porque as atividades são constante, são constante. Muitas vezes, as pessoas reclamam. Por exemplo, hoje temos uma atividade no pavilhão, amanhã noutra local. Os alunos ficam fartos porque é sempre a mesma coisa, não há uma alteração das atividades. É por este motivo.

**P:** *Que importância tem para si a associação dos estudantes?*

**A:** A associação dos estudantes é muito importante porque ela ajuda a dinamizar o membro diretivo de uma instituição e não só. A associação dos estudantes vem ajudar os estudantes a resolver os problemas que têm acontecido com os mesmos, assim como também vem ajudar a traçar as atividades escolares.

**P:** *Como caracteriza a relação entre os estudantes?*

**A:** A relação entre os estudantes, acredito eu, tem sido boa assim como também tem sido má. Boa porquê? Geralmente, os estudantes têm formado grupos de estudo, quando assim estão interessados em cumprir os seus objetivos. Assim como também tem sido má quando os alunos, por exemplo, não têm tido, por exemplo, trocado ideias, trocas de conhecimento, workshops, por exemplo.

**P:** *Passando para outro item: relação associação dos estudantes e órgãos de gestão da escola. Qual é a relação entre a associação dos estudantes e os órgãos de gestão desta escola?*

**A:** Acredito que possuem uma relação eficaz porque o AX1 tem andado a par e passo com o professor Alfa, que é o chefe da área das atividades extraescolares aqui desta instituição...acredito eu.

**P:** *Como caracteriza a relação dos estudantes da associação dos estudantes e dos professores?*

**A:** Acredito que também possuem uma boa relação porque, geralmente, quando os alunos têm tido os problemas, a associação dos estudantes vão ter diretamente com o professor, assim como também, têm tido assim...relação com os professores...esse problema que vão resolver com os alunos. Esta relação que possuem, tanto com os alunos como com os professores, acredito que é uma boa relação.

**P:** *A gestão da escola, interfere no plano de atividades da associação dos estudantes?*

**A:** Algumas vezes sim, como também algumas vezes não. Por exemplo, há atividades que a associação dos estudantes cria e a direção não aceita. Há atividades que a associação dos estudantes cria e a direção diz que não temos fundos suficientes, por exemplo. Ou então, a direção da escola não aceita por causa dos problemas que podem dali surgir...acredito eu que tenham interferido uma vez ou outra.

**P:** *Os órgãos de gestão, têm de aprovar essas atividades?*

**A:** Sim, têm de aprovar. Caso não sejam aprovadas, então, não serão cumpridas.

**P:** *Muito obrigada, caro estudante, pela sua participação e colaboração. Espero estar...nas próximas oportunidades.*

**A:** Ok, obrigado.

**P:** *Muito obrigada.*

## Entrevista ao aluno AX30

### Legenda

P: Professora: YNL

A: Aluno AX30

**P: Boa noite, caro estudante.**

**A:** Boa noite, senhora professora.

**P: Podia se identificar, por favor.**

**A:** Eu chamo-me AX30. Digo que sou estudante desta instituição *Ondjuo Yeto*, na especialidade de PL.

**P: AX30, esteja à vontade. Estamos diante de uma entrevista de investigação. O único objetivo desta entrevista é mesmo só para fornecer alguns dados para ajudar no nosso estudo. Sendo assim, sinta-se à vontade para responder a estas questões. Desde já, vamos começar a falar da gênese da associação de estudantes. Quando foi criada a associação dos estudantes?**

**A:** Na nossa instituição, não sei o ano em que foi criada aqui na instituição. Mas digo também, a associação dos estudantes é criada para dar o seu contributo máximo nos próprios estudantes da instituição, nos próprios trabalhadores, assim como, o pessoal docente da instituição.

**P: E foi por iniciativa de quem?**

**A:** A iniciativa foi mesmo de alguns estudantes que tem um dos horizonte [sic] porque, na realidade, temos mesmo muitas situações que costumam acontecer aqui na instituição. Apesar de que, nesse contexto, não sou líder da associação dos estudantes. Apesar de termos aí algumas colegas órfãs e viúvas...etambém aquelas colegas que de memória a curto prazo, a médio prazo e a longo prazo. Então, todos aí, especialmente na especialidade da PL, os da CQ. Então, uma daquelas especialidades que requer a explicação, então dali, a associação dos estudantes tem como objetivo angariar fundos. Esses fundos possibilitam e facilitam angariar alguns dos professores para que possam ajudar um desses colegas e também esses colegas que vivam nas situações mais difíceis. E não só também esses mesmos fundos, beneficiam os próprios alunos.

**P: Como decorreu esse processo? O processo de eleição da associação dos estudantes? Sabes como decorreu esse processo?**

**A:** Na realidade, eu digo que esse processo da associação dos estudantes, não havia corrido conforme correu nos anos anteriores. No ano de 2016, é o ano em que eu ingressei aqui nesta instituição, eu vi que essas eleições é feita [sic] consoante a contribuição máxima dos próprios alunos e também com os próprios candidatos. Bem aí, são nomeados, principalmente os colegas que desempenharam alguns cargos de delegância [sic], conforme eu AX30, com 8 anos já de experiência de trabalhar como delegado e também eu fui coordenador da associação dos estudantes na República da Zâmbia, então eram essas experiências que eu queria implementar, mas houve 2 candidatos na associação dos estudantes e, na verdade, os alunos, são eles que escolheram quem é capaz, apesar de na lideança não vai naquele que lhe merece, mas, na verdade, para quem pode e consegue orientar e dirigir, trabalhar com povo e para povo. Logo, eu digo aos estudantes ao bom desenvolvimento, mas foi o contrário o que aconteceu no ano de 2016, apesar de só os delegados que concorram.

***P: Como foi a adesão dos alunos na escola? Foi boa? Os alguns aderiram em massa ou nem por isso?***

**A:** Sim, os alunos conseguiram aderir em massa. Depois de algumas...alguns esclarecimentos...para o porquê e onde e para quê...depois dessas explicações, eles conseguiram de compreender. Porque uma instituição, uma associação, tem normas, tem leis, respetivos regulamentos. Então dali, eles gostaram mesmo muito porque o bem é para eles.

***P: Quanto à estrutura da associação dos estudantes. Tem um estatuto pelo qual se orientam nas vossas atividades, a associação dos estudantes?***

**A:** A associação dos estudantes, qualquer tipo de associação, tem de haver algumas estruturas. E é através desses encontros e através de algumas palestras...porque é com diálogo que...onde nos vão corrigir o que está mal, vão melhorar o que está bom. Deve haver, na verdade, um intercâmbio, assim com os supremo, até com os outros, os seus sucessores.

***P: Estatuto é...volto a perguntar...Se tem um guião, uma espécie de documento que orienta as atividades da associação dos estudantes. Existe ou não existe?***

**A:** Sim, na realidade, existe. Esse mesmo guia, é passado pela direção...pelo corpo diretivo da instituição. São esses documentos que nos acompanham em todas as nossas atividades que nós realizamos, aqui na instituição e também na província.

***P: E quem elaborou?***

**A:** Esse mesmo guia, somos nós que elaboramos. Mas depois de nós elaborarmos, entregamos no corpo diretivo da instituição e dali ele aprova se convém e, na verdade, para ser implementado.

***P: A associação dos estudantes possui um organograma onde consta quem é o chefe da associação, neste caso, o presidente da associação. Quem é o coordenador, o vice-coordenador...Tem esse documento, a associação dos estudantes?***

**A:** Qualquer tipo de associação de estudantes, seja nacional ou internacional, eu digo que tem. Mas, infelizmente, aqui na nossa instituição, eu digo que não tem isso. E é complicado.

***P: Como está composto? Então, no caso, não sabe porque não tem. Não é isso?***

**A:** Sim.

***P: Quem elaborou, também?***

**A:** Nesse contexto, quem elaborou...digo que o colega que está a implementar, que está no cargo de presidente da associação dos estudantes...eu digo que não tem as experiências adequadas como candidato, como presidente que assume os direitos, deveres da presidência da associação dos estudantes.

***P: Quem desempenha a função máxima na associação dos estudantes?***

**N:** Quem desempenha a função na associação dos estudantes, é o próprio reitor como presidente. Na verdade, ele sugere e através...dos outros, dos auxiliares, e dali ele já dá uma conclusão. Depois dessa conclusão...[impertível]...É assim que ele vai ser apresentado, aquela ideia, a todos os da estudantes, todos os turnos. Só assim vai haver uma coesão. As diretrizes são feitas pelo próprio reitor. Eu digo, uma instituição é uma instituição. Ele não pode reivindicar tantas vezes as propostas da associação dos estudantes. Pode criticar, ou reivindicar quando...como posso dizer...os trabalhos da instituição, tanto interna como externa da instituição. Mas, na verdade, se a associação dos estudantes quer trabalhar



para os estudantes, para melhorar a imagem da instituição e também da própria província, só assim...o próprio reitor da instituição, então, na verdade, ele não pode tentar reinvindicar nada. Todas as ações positivas, o corpo docente, reitor da instituição, ele não pode dar as normas, o que deve e o que se pode na associação dos estudantes...Dar aquelas leis, que tudo o que pode sair em cima, deve ser cumprido. Mas não! Deve ser autónomo, não deve se passivo, tem de ser autónomo e dinâmico um presidente da associação dos estudantes. O que se pode, na verdade o que se pode. O que se deve, na verdade o que se deve. Aquilo tudo que tem para melhorar...assim como estudante, assim como...da segurança, da limpeza....O máximo como diretor da escola, que é o reitor, meteu [sic] as ordens...Está a sair porquê? Não está a sair para defender os direitos dos estudantes, que, na verdade, o que se deve fazer as coisas.

***P: Mas tem acontecido? Ele não tem defendido os estudantes? Tem recebido orientações enviadas do diretor e ele não tem cumprido?***

**A:** Eu digo que claro que sim. Aqui na instituição, o colega recebe as orientações do corpo diretivo da instituição. Um dos colegas, que passou a equipa do presidente da associação dos estudantes, conforme trabalhei como presidente da associação dos estudantes na República da Zâmbia e fui um dos fundadores do movimento Levarte e 8 anos, também, na delegância [sic]. Na realidade, quem fazia isso foi o coordenador.[impertível] .Esse é que mudou a imagem, conseguiu recolher todos os delegados, conseguiu recolher todos os estudantes para uma boa imagem. Isso já a partir do ano 2016 até ao ano 2017. Mas, hoje em dia, não existe mais isso aqui. Se nós estamos para corrigir o que está mal e melhorar o que está bom, na realidade, nós queremos. Através de alguns órgãos, temos um novo diretor e, na verdade, as coisas estão a mudar, mas não o suficiente. Nós queremos, na verdade, aquela base é nas diretrizes, formar os quadros, principalmente dos professores, que vão ser...Essa escola tem de brilhar, tem de se espalhar na província. Não só da parte da educação, mas também dos outros ministérios...

***P: Conhece os órgãos da associação dos estudantes? Conhece os elementos que compõem a associação dos estudantes?***

**A:** Sim.

***P: Consegues identificar os vossos colegas pela função que ocupam na associação dos estudantes?***

**A:** Sim. Eu queria dizer que a associação dos estudantes é composto pelo próprio reitor que é o presidente da associação dos estudantes, depois o seu vice, depois o secretário...

***P: E os nomes? Consegues dizer os nomes?***

**A:** Sim. Depois o tesoureiro, depois cada coordenador de cada especialidade que existe numa instituição. Nesse contexto, o colega, o AX1, é que está como presidente a associação dos estudantes, depois como seu vice, o colega AX2, depois a seguir, a colega da parte das comunicações sociais, a colega AX4...Não está tudo constituído...como posso dizer...a direção não está bem composta, sempre faltou coordenadores da especialidade, principalmente, em cada turma...os coordenadores de cada especialidade, em cada turma deveria ter um embaixador que vela as informações do docentes, se funcionam bem...como é os colegas, na verdade, o comportamento da turma. Então, é a razão que deveria possibilitar mais para o bom melhor, para saber quais as dificuldades, os problemas dos estudantes.

***P: Como são realizadas as eleições na associação dos estudantes?***

**A:** As eleições na associação dos estudantes são feitas da seguinte forma: numa instituição não se faz só do pé para a mão, como dizer...alguém que ingressa pela primeira vez numa determinada instituição. Não. Mas aquele que já está lá no caminho de 2 anos, principalmente, que está a frequentar o 2º ano, a 11ª. Na verdade, esses mesmos, não só os delegados que concorrem na associação dos estudantes, mas também aqueles alunos que têm as competências, que demonstram boa imagem, que tenham amor ao próximo, que defendem tantas vezes os direitos e os deveres dos alunos, aqueles que, na verdade, também são inteligentes e que conseguem orientar e representar a escola em qualquer tipo de vertente...

**P: E como são feitas essas eleições? O concreto. Como são feitas?**

**A:** Essas eleições são feitas da seguinte maneira...em todo, na instituição. A própria instituição dá uma proposta...Queremos realizar, para que haja alguns estudantes que se candidatam para a presidência da associação dos estudantes.

**P: E quem dá essa proposta? Quem dá?**

**A:** Os coordenadores em geral.

**P: Como quem, mais ou menos? Os coordenadores.**

**A:** Os coordenadores dos turnos, mesmo...da manhã...

**P: São estudantes? São professores? Quem são esses coordenadores?**

**A:** São mesmo os coordenadores dos turnos.

**P: Mas são estudantes ou são professores?**

**A:** São professores. Porque, na verdade, é para auxiliar os seus trabalhos. Então, são esses aí que passam as informações. Depois, os alunos, eles dão as suas propostas. Todos aqueles que têm a competência para tal...dão as suas propostas. Então, depois de dar as suas propostas por escrito, eles pegam aquela proposta e fazem uma análise...uma grande análise, uma grande revisão. Quais são as diretrizes, quais são os objetivos desse indivíduo que se candidata para a associação dos estudantes...

**P: Mas quem faz essas análises?**

**A:** Essas análises, são as pessoas escolhidas...para acompanhar o processo dos que se candidataram, dos candidatos.

**P: Mas quem são?**

**A:** Mesmo o escolhido para a própria direção da escola, eu digo, o diretor da escola, o pedagógico...o administrativo...Pode ser o coordenador disciplinar...é grande, na verdade, a revisão porque a pessoa, na verdade, não é preciso duas a quatro folhas..apenas uma folha. Apenas algumas sínteses muito importantes...depois ver, na própria pessoa, se é capaz. Depois, são apurados alguns e os que não são apurados...X candidataram-se e são apurados Y.

**P: E quem fica na mesa de presidio para eleger essas pessoas? Quem fica na mesa de presidio?**

**A:** Para eleger essas pessoas, para não chegarmos nessa base, em 1º lugar, os próprios candidatos vão passar de turma em turma para demonstrar as suas propostas nos colegas que são os estudantes. Se eu for como presidente da associação dos estudantes, aqui no *Ondjuo Yeto*, farei assim, farei assim...queremos a cooperação assim, assim...são os próprios alunos e aí tem que ter algumas bases

para convencer os próprios estudantes. Depois se estiverem de acordo com a análise que o corpo diretivo conseguiu...então dali...

***P: Já tentaste se candidatar?***

**A:** Sim, na realidade, eu já me candidatei. Eu confro [sic] como 1º candidato da associação dos estudantes em 2017. Mas não é conforme eu esperava que deveria acontecer. Dizendo que são apenas os que votam, numa instituição destas, são apenas os delegados. Os próprios delegados, nem apareceram aí. Vieram por aí, só conjugar o verbo encher, representar o colega X..E não se faz assim! Nunca vi, foi a 1ª vez. Segundo a filosofia, logo aí o colega que está a gerir a associação dos estudantes, veio já com o seu corpo diretivo, já composto. Votaram...a própria votação não deveria ser...porque isso é uma responsabilidade. Isso é para servir, não é para ser servido. Entende? Não há pressa, nessas condições. Se, na realidade, eu já me candidatei, como 1º candidato da associação dos estudantes, com as suas respetivas propostas, apesar do corpo diretivo do colega, que foi o 4º candidato da associação dos estudantes, não tinha como. E só pesar só tinha 2. Os 2 que tinha lá, são os que conseguiram porque, na realidade, o povo não são cego..

***P: Fala baixo que há gente em aula.***

**A:** Desde os princípios, quem é que defende? Quem é capaz de dirigir? Mas esses aí, na verdade, conseguiram fazer o seu papel. Mas mesmo assim, vinham com o colega, o digo que o 2º candidato da associação dos estudantes, aquela é uma forma de corrupção, trazendo saldo, trazendo lapiseira, trazendo dinheiro...se vocês me votarem...Com dinheiro! Ainda a perder. Apesar de ele saiu em 2º, conseguiu de corromper o dinheiro, apesar de poder falar e muitas línguas, não foi o suficiente.

***P: O mandato tem a duração de quanto tempo?***

**A:** O mandato da associação dos estudantes, tem a duração de 2 anos.

***P: Quem convoca as eleições?***

**A:** Quem convoca as eleições, eu digo que...Nesse contexto, tem 2 vertentes. Se é uma instituição que já nunca existia a associação dos estudantes, quem convoca é o coordenador, são os coordenadores dos respetivos turnos, de tarde faz lá a sua parte, de manhã faz a sua parte...

***P: Mas os coordenadores são estudantes ou são professores?***

**A:** São professores.

***P: Os professores é que convocam as eleições?***

**A:** Sim. Exatamente. Os professores são nomeados para controlar os respetivos turnos. Sendo uma instituição que já existe, então, na realidade, tem os porta-vozes da associação dos estudantes e são esses que vão passar a informação aos demais colegas, para que todo o colega daquela instituição tenha conhecimento dessas eleições. Só não pode votar o professor, o que presta serviço da limpeza o da segurança. Mas todo o estudante é convocado.

***P: Qual é o número de listas que concorrem às eleições? Quantas pessoas, mais ou menos?***

**A:** Eu digo que, por mim o número dos que concorrem para a associação dos estudantes, o máximo eu digo que é 10. O mínimo, eu digo que é 3.

***P: E tem havido rotatividade nas eleições da associação dos estudantes? Ou são sempre as mesmas pessoas que concorrem?***

**A:** Sim, tem havido rotatividade. Há variedade porque, na realidade, 2 anos são mesmo muito. Apesar de nós sermos estudantes, nós somos passageiros e tem de haver rotatividade. Agradar ou não agradar, já cumpriste a tua parte, então sai. Não pode ser permanente.

**P: *Que critérios são utilizados para as eleições na associação dos estudantes? Quais são os critérios? O que é preciso para se candidatar? Para se realizar as eleições na associação dos estudantes.***

**A:** Em 1º lugar, esses próprios critérios tem a ver com a própria confiança, com os próprios estudantes. Em 1º lugar, com os próprios professores, em 2º lugar, e também com o corpo diretivo daquela instituição.

**P: *Quem as dirige, as eleições? Quem dirige?***

**A:** Quem as dirige...Dependentemente de quem as dirige, mas não é um estudante que pode dirigir essas eleições.

**P: *Então, quem dirige? Exemplo, quando te candidataste. Quem estava a dirigir?***

**A:** Quem estava a dirigir...Na República da Zâmbia, foi o próprio diretor da instituição...

**P: *Não, estamos a falar daqui.***

**A:** Aqui, foi o coordenador Alfa, o professor Alfa.

**P: *O professor Alfa...***

**A:** O professor Alfa e o seu colega, também.

**P: *Mas também professor?***

**A:** Mas também professor.

**P: *O último presidente da associação dos estudantes, saiu da associação. Porquê?***

**A:** Eu digo que são essas coisas que se dizem, apesar que... que bom veio esse modelo corrigir o que está mal, melhorar o que está bem. Quando estamos a ver as coisas dos outros, sugerimos, metemos, fazemos com que as coisas ficassem uma linha, o colega, na verdade, ele dirigiu bem. E é isso que se deve e se pode. Na verdade, um dos seus defeitos, que eu notei, mas ele deu o seu melhor e o seu sentido. Ele saiu por intermédio da própria instituição ver que ele não está a conseguir bem. Se eles vejam que não está a conseguir contribuir o máximo como presidente da associação dos estudantes e acharam ele não culminar o mandato, chegassem ao ponto que entrassem novos, se candidatassem alguns outros membros, eu diria que não seria assim. Mas é bom quando um individuo não está a dirigir bem, na verdade, para que saia de imediato. Mas não é isso que eu digo que aconteceu com o colega. Apesar de que saiu ele, deu o seu máximo, aquilo que convém com as suas capacidades psíquicas, física, digo também...exatamente...se chegarmos ao ponto de comparar com o que o colega prestou com o que o atual está a prestar, desde o ano passado, que ele tomou a liderança, até hoje em dia, qual são uma das imagens nos próprios estudantes...Eu costuma dizer que é uma responsabilidade, as pessoas têm de pôr isso em consciência: os valores para gastar, estão a entrar de onde? Se investiu aonde? O que se gastou e o que sobrou. Na verdade, nessa instituição, tem de se arranjar umas metodologias, umas políticas, de ganhar o fundo, de conhecer a própria pessoa para que se dê algumas convocatórias, se dê palestra...seu pessoal docente, próprio estudante...pelos menos uma água, um sumo, tanta vezes um das outras atividades. Tem de ser assim.

**P: *As eleições têm sido justas e transparentes?***

**A:** As eleições, na realidade, costumam ser justas e transparentes. As eleições anteriores. Mas já essas eleições do ano 2017, não foram transparentes e nem foram justas porque, na verdade houve uma desorganização do próprio corpo diretivo da instituição e também um curto tempo para os próprios candidatos tentar e falta para mostrarem as suas propostas as delegados. Porque mesmo assim, os candidatos não passaram por turma porque são os delegados que na realidade vão votar. Então, deveriam só fazer um convocatório a todos os delegados que vão votar e mesmo na realidade a todos os estudantes, mas que deveriam ouvir as propostas de cada um dos candidatos. Deveria ser assim. Não é do pé para a mão...vão eleger o quê? Apesar de eu também organizei alguns indivíduos capazes, capacitados e capazes de desempenhar as suas atividades, mas eu não vi com ele, conforme as coisas foram. Eu próprio...voto o próprio candidato e o delegado da associação dos estudantes...

**P: E os outros levaram o seu elenco?**

**A:** Sim. Principalmente o delegado AX1. O bom nome...

**P: E por que é que foi aceite serem só os delegados? A organização, porque é que aceitou isso?**

**A:** Essa digo que foi a falta de competência, a falta de fiscalização dos membros eleitos para acompanhar essa mesma legislação das eleições.

**P: Se recorda de quem acompanhou?**

**A:** Sim, me recordo..como...o professor Alfa. E mesmo assim digo que a senhora doutora YNL, fez a mesma participação. Acompanhou.

**P: Quem é que financia as atividades da associação dos estudantes?**

**A:** O financiamento da angariação [sic] de fundos da associação dos estudantes, é financiado pelas próprias competências do próprio corpo diretivo da associação dos estudantes e, principalmente, pelas competências do próprio líder. Não recebe nenhuma participação nem nenhum financiamento nem da instituição, nem às vezes de algumas ações ou então partido. Não recebe nenhum financiamento, dependendo o próprio reitor.

**P: O porquê de novas eleições no meio de um mandato? Se o presidente cessante não tinha terminado, porque é que fizeram novas eleições, no meio do mandato dele?**

**A:** Isso é um pouco complicado. Não culminar o próprio mandato...Existe o presidente, existe o vice presidente. Quando, suponhamos, há uma falha no presidente...a própria liderança está mal, tem o seu próprio vice-presidente, estando no fim do a no, no fim do mandato, para o vice- presidente deveria trabalhar no sentido de depois de culminar...era assim que devia...apesar de viram que o currículo não foi boa, então, dali que outro venha se candidatar...

**P: Então, fizeram isso porquê? O porque é que fizeram isso? Não deram oportunidade ao vice-presidente e fizeram novas eleições. Porque é que fizeram isso?**

**A:** Do meu ponto de vista, parece que viram mesmo de todo o corpo diretivo já não estão a trabalhar conforme. Houve uma desconfiança entre eles, principalmente desconfiança dos recursos monetários. Desconfiança na parte da liderança. Porque, na verdade, o AX22, eu digo que não foi um indivíduo tão autoritário, nem foi permissivo. Foi democrático. A razão a qual acharam que esse indivíduo se tranar [sic] nesse contexto, eu digo que fica mal. O próprio modelo...O que aconteceu? O nosso Presidente da República, João Lourenço...

***P: Que expectativa tem para este novo mandato? Esse do AX1. Que é que você espera desse novo mandato?***

**A:** Vamos fazer o balanço. Ele culminou com a metade, o colega, do ex-presidente. Mas eu digo que nós demos a razão porque já estava no fim. Já estávamos no mês de setembro...culmina...mas ainda não vejo nada o que se trabalhou, tanto que tem a ver com a própria instituição, o que tem a ver com a província, o mérito da própria instituição...

***P: Quanto à caracterização do papel da associação dos estudantes. O que é que achas da associação dos estudantes? O que acha da associação dos estudantes?***

**A:** E acho que a associação dos estudantes, apesar do nome que existe, associação dos estudantes, mas não está a cumprir com os seus deveres de associação dos estudantes. Esse é só o nome porque, na verdade, a associação dos estudantes, aqui na instituição, não existe. Eles não podem ter, como dizer, uma consciência, é de passivo, adormecido...Como é que é, vamos supor, não tem uma ou das não é possível entre outras atividades, ele ficam assim. Mas basta depois ver que, na verdade, temos aí...para não chegar mais aproximadamente a outras atividades, só assim é que ele vão estar...A associação dos estudantes, eles têm de trabalhar, de trabalhar, isso é a mesma coisa, como eu vejo a associação dos estudantes, como um boi que está na carroça na rua. Vamos supor que quem já está naquela...ou então naquela carroça, então assim, ele puxando de imediato, de imediato. Mas depois deu uma chicotada "Tau! Tau, tau! [sic]". E também o que eu vejo, como próprios estudantes, não deve só precisar, os estudantes quando...necessidades, de precisar...Como dizer, nós necessitar do cão...na casa Mas depois de nós apanhar coelho ou até...só estar ao nosso lado [impertível]

***P: Desde que foi criada a associação dos estudantes, o que mais destaca na sua ação desde a sua criação? O que é que mais te marcou desde que foi criada nessa escola? O que eles já fizeram e mais te marcou.***

**A:** Eu digo que o que me marcou na associação dos estudantes, o que me marcou, me motivou, o que na verdade tem de haver numa instituição uma associação dos estudantes para, na verdade, haver alguma diversidade...na prova didática, pedagogia, na própria província...

***P: Não! O que eles já fizeram que você gostou tanto. O que as associações já fizeram, o que mais e marcou, o que você gostou.***

**A:** Eu digo que o atual. Vai-me desculpar, eu não estou contra. Mas realidade, se deixa ser dita, eu diga que nada, nada. Nada mesmo que me marcou, nada, nada! Assisti aos outros. Fui mesmo delegado, durante 8 anos, como presidente da associação dos estudantes na República da Zâmbia, eu digo que nada.

***P: Qual é o papel da associação dos estudantes aqui na escola? Qual é o verdadeiro papel?***

**A:** O verdadeiro papel da associação dos estudantes é de velar pelas necessidades, que são as dificuldades, os problemas e preocupações dos próprios estudantes. Tem a ver com os direitos e deveres dos próprios estudantes e também é uma forma de solidariedade, ver as próprias condições. Apesar de aqui, ter uma instituição vasta, nem todo [impertível]. Na verdade, é o que eu dizia, está no mesmo banco, mas, por vezes, o que está nas nossas contas não são iguais.

***P: Quanto às suas funções. Tem desempenhado o seu papel? Justifique. A associação dos estudantes tem desempenhado o seu papel?***

**A:** Eu digo que a associação dos estudantes não desempenha as suas funções. Em 1º lugar, quando os problemas que nós tivemos, principalmente agora, realidade concreta... Às vezes, nas turmas, tem problema de iluminação, tem problema nos quartos de banho, do saneamento básico. Isso tudo tem a ver com a associação dos estudantes... das condições não condignas, da própria iluminação, que está a provocar alguns problemas de invisualidade [sic] aos estudantes. Ali até onde chegar, algumas circunstâncias, alguns estudantes... mas se isso acontecer.. contribuir para fiscalizar ou, então regularizar. Como já disse, em cada turma deveria haver como que um embaixador [impertível]... e se tem dificuldades deveria... para atuar nesse sentido.

**P: *Que contributo a associação dos estudantes tem desempenhado para o desenvolvimento estudantil e da escola?***

**A:** O atual ou então o papel da associação dos estudantes?

**P: *Sim, a associação dos estudantes no geral. Que contributo tem desempenhado?***

**A:** Eu digo que a associação dos estudantes tem mesmo um papel relevante, um papel democrático, um papel benéfico, um papel mesmo muitíssimo bondoso porque o papel da associação dos estudantes, com os próprios estudantes da mesma instituição, com os outros de outras instituições de uma determinada província e também fora de uma determinada província. Como já dizia, tem a ver com a própria solidariedade, com o melhoramento da imagem da instituição e também com o contributo com os outros colegas das outras escolas técnicas. E eu digo que isto tudo tem a ver com saneamento básico e iluminação, com as próprias condições da instituição... Costuma contribuir...

**P: *Mas eu questiono... Tem desempenhado essa função? A associação dos estudantes?***

**A:** A associação dos estudantes, sim, tem desempenhado essa função. Eu confirmo isso na República...

**P: *Aqui, Angola!***

**A:** Aqui em Angola eu confirmo na província vizinha...

**P: *Estou a falar aqui na escola.***

**A:** Nesta instituição... Eu digo que aqui não tem desempenhado esse papel. Falamos de Angola... No Namibe, sim...

**P: *Quanto à participação estudantil. Quem realiza o plano de atividades da associação dos estudantes? Aqui, o plano deles, com o qual vão trabalhar o ano. Quem faz?***

**A:** Sim, o plano da associação dos estudantes, e feito pelo próprio corpo diretivo da associação dos estudantes com a participação da direção da escola. Isso, dependentemente, essa mesma organização, a elaboração com as especialidades [impertível]...

**P: *E vocês participam na sua conceção? Têm participado, vocês?***

**A:** Não, eu digo que aqui não costumo participar. Os estudantes não costumam contribuir.

**P: *Os estudantes têm aderido às atividades programadas pela associação dos estudantes?***

**A:** Os estudantes... se há um fracasso na associação dos estudantes, não costuma haver uma boa colaboração. Através dessas lacunas, através desses erros que se precisam de ser corrigidos de uma forma imediato.

***P: Que importância tem para si a associação dos estudantes?***

**A:** Para mim, a associação dos estudantes tem como importância de melhorar as condições dos próprios estudantes, as condições dos professores, as condições dos próprios coordenadores e uma ajuda mútua do próprio reitor e da própria instituição. E não só, também dos encarregados de educação.

***P: Como caracteriza a relação entre os estudantes? A vossa relação aqui na escola. Como é que é?***

**A:** Como vejo, a relação entre nós e a associação dos estudantes, não está muito envolvido com o corpo diretivo da associação dos estudantes...Apesar de associação em nome, não está a cumprir...através de quê? Através de diálogo. Através daquela forma que não está especificado, do protocolo...os porta-voz na transmissão das informações. Então, na realidade, os próprios estudantes se adormecem [impertível]...Se estiver numa das turmas, já vi numa das turmas que tem delegado competente, na verdade, ele resolve, numa determinada turma, os seus problemas sem a ajuda da associação dos estudantes.

***P: No que tange a relação da associação dos estudantes com os órgãos de gestão da escola. Qual é a relação que existe entre a associação dos estudantes e os órgãos de gestão desta escola, a direção, neste caso?***

**A:** Nesse contexto, o órgão da associação dos estudantes e a direção da escola, deve haver uma grande coesão, uma grande amizade. Deveria haver mais diálogo. Apesar da instituição traçar as suas diretrizes, as normas, o regulamento, mas com base da participação máxima do corpo diretivo da associação dos estudantes.

***P: Mas não tem sido assim?***

**A:** Não costuma ter sido assim...na liderança deste colega atual...Mas, através do coordenador...que deu mesmo o seu máximo, não posso esquecer, tantas vezes o AX55 deu o seu melhor, na verdade, costuma acontecer.

***P: Como caracteriza a relação dos estudantes da associação dos estudantes e os professores? Tem sido boa?***

**A:** A relação...por mim.. Atualmente, não costuma, a relação estar boa. O que é que acontece? Às vezes, o professor está a lecionar...às vezes as interrupções da associação dos estudantes...fica mal. Na realidade, aí é um fracasso porque ele...o que se deveria fazer, é planificar, fazer uma agenda das atividades, tanto extra e interna da instituição.

***P: A gestão da escola interfere no plano de atividades da associação dos estudantes? De que forma?***

**A:** A associação dos estudantes..

***P: Não. Eu pergunto se a direção da escola tem interferido na gestão da associação dos estudantes.***

**A:** Agora, do que eu vejo...do que vejo do meu ponto de vista...está a contribuir de uma forma um tanto empírica para impor aquilo que, a própria direção da instituição, na verdade meteu, se meteu...mas não deveria ser assim...Eles deveriam procurar e chegar numa conclusão. Na realidade, como é que as coisas são? Porque, na verdade, o presidente da associação dos estudantes, ele não pode depender muitíssimo, só das ordens da própria instituição...da escola. Mas se eles não derem nenhuma



sugestão, ele fica adormecido e não deveria ser assim. Através dessa cooperação...digo que não há boa cooperação entre a associação dos estudantes e o corpo diretivo da instituição.

***P: Os órgãos de gestão têm de aprovar essas atividades? A direção da escola. As atividades elaboradas pelos membros da associação dos estudantes, depois têm de ser provadas pela direção da escola ou não?***

**A:** Do meu ponto de vista, é um direito e também um dever eles aprovarem as ideias propostas. Porque nem tudo deve ser aprovado. As positivas, as melhores, devem ser aprovadas. Conforma eu vejo, para mais esta direção atual, eu digo que...nenhumas diretrizes que chegou ao ponto de a própria direção da instituição do Magistério, eles chegarem à acórdância [sic] de concordarem...isso é o que vocês traçaram.

Fim de transcrição.

## **Apêndice 7**

### **Quadros das entrevistas aos Professores**

**Quadro 21- Análise de conteúdo das entrevistas aos professores 1 e 2**

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>P1</b>	<b>P2</b>
<b>Génese da AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação</li> <li>- Iniciativa</li> <li>- Adesão</li> </ul>	<p>Já sim, sim, já ouvi. Sinceramente não sei quando foi criada mas sei que existe. Foi por iniciativa dos estudantes Também não sei a adesão..</p>	<p>Obviamente já ouvi. apesar de estar aqui nesta instituição há poucos anos mas sei claramente que existe uma associação de estudantes</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Praticamente não tenho nenhuma ideia de quando foi criada.</li> <li>- Só podia ser por iniciativa dos próprios estudantes.</li> <li>- Eu não posso detalhar concretamente.</li> <li>- Desde que esse estudante faça parte da instituição e frequente as aulas naquela instituição, logo é membro da associação. Obrigatoriamente tem que ser membro da associação.</li> </ul>
<b>Caraterização /Papel da AE</b>	Destques importantes na AE	- Plantação de árvores e também servem de elo de ligação entre os estudantes e a direção da instituição.	Não posso ter a ideia maior de como ela funciona.
	Regulamento/estatuto	- Não, não tenho conhecimento.	Bom, não tenho na memória o seu regulamento mas posso aqui dizer que ela funciona como qualquer outra associação de estudantes em qualquer

<b>Estrutura da AE</b>			outra instituição similar
	Organograma	Também não	Sei que tem um presidente, tem secretário, tesoureiro, tem assembleia da associação, tem o conselho da assembleia da associação
	Atualidade na AE	- Sei que ela tem estado a resolver alguns problemas que os estudantes têm estado a viver então ela serve de ligação entre os estudantes e a direção da escola.	A ideia que posso ter é que a associação está a tentar evoluir, está a tentar ser mais dinâmica naquilo.
	Atividades programadas	Não	Sim, já. Já participei e lembro-me muito bem, no fim do ano letivo passado.
	Importância da AE na escola	Sim, acho importante porque ela, as associações têm servido de um conselho para os estudantes e também participa em algumas atividades da escola e penso que a sua importância reverte sobretudo dessa parte.	Sim, acho importante a existência dessa associação. Como qualquer associação podíamos até equiparar com o sindicato, a existência dessa associação é fundamental no seio da camada estudantil.
<b>Relação</b>	Relação AE/órgão de gestão da escola	É saudável porque os que estão nesta instituição não vêm nenhum problema entre a associação e a direção da escola	Eu penso que a relação é aquela que todos nós sabemos. Tem de haver cooperação, tem de haver interação, de um lado estão os estudantes e do outro lado está a instituição então a associação recebe orientações da instituição para transmitir aos estudantes para coordenar essa atividade juntos dos estudantes logo, não podia ser diferente, haver essa interação de camaradagem, de

			cooperação, de trabalho porque no fundo o objetivo é o mesmo que é a formação do homem.
<b>Funcionamento/financiamento</b>	Funcionamento/financiamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eu sei que tem um presidente, um secretário e outros elementos que fazem parte desta associação</li> <li>- Eles têm um valor, uma quota, que é cobrada no princípio do ano letivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Funciona como todas as outras. É monitorar, é coordenar, é transmitir junto dos estudantes tudo aquilo que são as orientações da instituição e não só mas também dinamizar aquilo que é a disciplina, o espírito de entrega, de vontade dos próprios estudantes naquilo que é a sua atividade como estudantes.</li> <li>- Não poderia ser outra pessoa senão os próprios estudantes. Têm essa obrigação de financiar a própria associação por via de quota.</li> <li>- Não posso acreditar bem nisto</li> </ul>
<b>Relação AE /professores</b>		A relação é boa até porque a associação tem estado a ajudar na resolução de alguns problemas que os alunos se têm deparado com eles	Eu penso que é regular porque quando se fala de estudantes do outro lado está o professor e não podia ser diferente
<b>Atividades</b>	Realização do plano de atividade	Não consigo dizer quem o realiza	A própria associação. A própria associação deve realizar o seu plano de atividades.
	Aprovação das atividades	Sim, têm de aprovar porque não se pode fazer nada sem o conhecimento dos órgãos de gestão até porque existem regras e regulamento, então todas as atividades que a associação	Devem sim. Os órgãos de gestão da própria instituição também têm que aprovar. - Sim, o diretor da escola [impertível] da direção, vamos assim dizer, da

		realiza ou planifica têm que ser com o consentimento dos órgãos de gestão.	instituição.
--	--	--	--------------

**Quadro 22-Análise de conteúdo das entrevistas aos professores 3 e 4**

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>P3</b>	<b>P4</b>
<b>Génese da AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação</li> <li>- Iniciativa</li> <li>- Adesão</li> </ul>	<p>Sim, já.</p> <p>Não conhece [sic] bem quando foi criada.</p> <p>- Também não tenho essa resposta.</p> <p>- Na mesma, não sei bem como foi que decorreu</p>	<p>Já sim</p> <p>- Não me recordo, não sei.</p> <p>- Não sei.</p> <p>- Não sei.</p> <p>- Não sei.</p> <p>- Eu sei que os alunos aderiram, participam, aderiram</p>
<b>Caraterização /Papel da AE</b>	Destaques importantes na AE	A associação de estudantes participa muito na realização de atividades extraescolares	Não nunca participei em uma atividade da associação.
<b>Estrutura da AE</b>	Regulamento/estatuto	Não bem, bem.	Não, não tenho
	Organograma	Não	Não.
	Atualidade na AE	A ideia é que só que é, do meu ponto de vista, é uma necessidade mesmo para a escola de ter a associação de estudantes	Eu acho que a associação dos estudantes numa instituição, tem de haver sempre uma associação dos estudantes porque são problemas vários que os alunos encontram no decorrer do processo ensino-aprendizagem. Então, foi melhor essa criação para solucionar os problemas.
	Atividades Programadas	Já. Senti-me mesmo bem	Nunca.

	Importância da AE na escola	Sim. Porque a direção da escola precisa de ajuda, do apoio dos estudantes e a associação de estudantes tem que participar na ajuda da direção de educação, a organizar os alunos	Acho.
<b>Relação</b>	Relação AE/órgão de gestão da escola	A relação é mesmo essa, o presidente da associação faz parte do conselho da direção de educação e às vezes ele também é convidado no conselho pedagógico para ele dar também o ponto de vista dele como a escola esta a funcionar e também no caso da parte das finanças eles trabalham diretamente também com os recursos humanos para ajudar as atividades da associação.	Boa, a relação. Porque os programas todos que acontecem na escola, são conhecidos pelos componentes da associação dos estudantes, esses, por sua vez, vão ter com os coordenadores de turno, que vão dar a conhecer à direção da escola. Tem boas relações
<b>Funcionamento/financiamento</b>	Funcionamento/financiamento	Passado as quotas dos estudantes estavam a ser depositadas na conta da escola mas esse ano as quotas dos estudantes estão na conta mesmo da associação de estudantes mas a conta é controlada pela escola. Quando eles precisam de um valor eles têm que contactar a direção dos recursos humanos para eles negociarem e organizarem o valor que eles querem	Tem um presidente da associação, tem um secretário e vice-presidente. - Os alunos contribuem, tem uma quota que se paga em 3 meses, ou mensalmente. Eu acho que sim. Que ajuda a associação dos estudantes a trabalhar. - Não, não acho.
<b>Relação</b>	Relação AE /professores	Acho que a relação está ótima.	Eu acho que positiva...As relações entre os estudantes da associação dos estudantes e os professores têm sido



			boas relações porque esses estudantes que pertencem à associação dos estudantes é que levam as dificuldades para serem solucionadas. - Tem sido boa.
<b>Atividades</b>	Realização do plano de atividade	É o plano de atividades é mesmo a associação, o presidente e os outros membros, o secretário incluindo também o coordenador das atividades extraescolares. O professor Alfa	São os mesmos alunos
	Aprovação das atividades	Sim. É aprovado mesmo. Eles fazem os pedidos deles, de qualquer atividade que querem fazer e chega no subdiretor pedagógico e o subdiretor pedagógico [sic] envia ao diretor da escola e o diretor da escola orienta o que é que tem que ser feito.	Têm, têm sim.

**Quadro 23- Síntese das entrevistas à professores 5 e 6**

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>P5</b>	<b>P6</b>
<b>Gênese da AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação</li> <li>- Iniciativa</li> <li>- Adesão</li> </ul>	<p>Sim, já ouvi.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não tenho conhecimento.</li> <li>- Também não tenho conhecimento.</li> <li>- Também não tenho conhecimento.</li> <li>- Também não tenho conhecimento</li> </ul>	<p>Já sim.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não sei quando é que foi criada.</li> <li>- Também não sei.</li> <li>- Não domino.</li> <li>- Eu acho que os alunos têm aderido.</li> </ul>
<b>Caraterização /Papel da AE</b>	Destaques importantes na AE	- Nos anos em que eu vejo eles em movimento, são as atividades extraescolares. Eles, às vezes, organizam campeonatos de futebol. É mais isto que eu tenho observado.	Bem, acho que a maneira de como eles tratam os problemas que alguns alunos vivem.
<b>Estrutura da AE</b>	Regulamento/estatuto	Não, não tenho conhecimento.	Não.
	Organograma	Também não	Não.
	Atualidade na AE	A ideia que tenho...Tenho notado que é uma organização organizada, [sic] estão constantemente, a interagir com os professores e os alunos nas turmas	Acho que tem feito um bom trabalho apesar de algumas questões, eles deixarem que os alunos resolvam eles próprios.
	Atividades Programadas	- Não, nunca.	

		- Não.	Não, nunca participei.
	Importância da AE na escola	Acho sim importante porque sem essa associação, não teriam um elo de ligação aluno-professor, aluno-direção.	Acho sim importante a existência desta associação. Visto que, alguns alunos se encontram com problemas e eu acho que a associação está ali para dar... para resolver questões relacionadas com isso.
<b>Relação</b>	Relação AE/órgão de gestão da escola	Acho que existe uma relação mútua. A associação dos estudantes tem que estar em coligação com a organização da escola, com a direção da escola, visto que esta associação está inclusa na instituição. Então, tem que ter um elo de ligação. Todas as atividades da associação, a direção da escola tem que ter conhecimento.	A relação? Não, não tenho nada a dizer quanto a isso.
<b>Funcionamento/financiamento</b>	Funcionamento/financiamento	Não tenho conhecimento como funciona. - Eu acho que são os próprios alunos. - Acho que não.	Não. Também não tenho conhecimento quanto a isso. - Não tenho como justificar mas acho que há influência de algum partido.
<b>Relação</b>	Relação AE /professores	Eu tenho visto, tenho notado, que têm tido uma boa relação. - Tem sido boa. Tenho notado	A associação e os professores sim. Têm uma boa relação. - Eu acho que eles têm uma

		quando eles vão à sala para um anúncio, os estudantes correspondem bem.	relação boa.
<b>Atividades</b>	Realização do plano de atividade	Eu acho que são eles próprios, a própria associação.	Não tenho conhecimento disso.
	Aprovação atividades	Eu tenho visto, tenho notado, que têm tido uma boa relação encontro da direção da escola, acho que eles tem de aprovar. Dependentemente.	Sim.

**Quadro 24- Análise de conteúdo das entrevistas aos professores 7 e 12**

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>P7</b>	<b>P12</b>
<b>Génese da AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação</li> <li>- Iniciativa</li> <li>- Adesão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Graças, eu tenho domínio desta associação de estudantes desta escola.</li> <li>- dois mil e treze.</li> <li>- foi por iniciativa da administração e gestão da escola mas incentivada com um número de professores.</li> <li>- o processo lento mas.</li> <li>- No princípio custou um pouco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Já, por acaso, já.</li> <li>- Ao princípio, não sei.</li> <li>- Desconheço.</li> <li>- Infelizmente, também não sei.</li> <li>- A princípio diria que foi positiva.</li> </ul>
<b>Caraterização /Papel da AE</b>	Destques importantes na AE	Inter-ajuda	A princípio talvez possa dizer, porque eu vejo mais eles a tratar a questão relacionada com os passes dos alunos; a questão de algumas atividades, talvez extraescolares, é só.
<b>Estrutura da AE</b>	Regulamento/estatuto	O regulamento, tenho conhecimento.	Nunca tive contacto. Infelizmente, não sei.
	Organograma	O Organograma está organizado desta maneira...	Também não.
	Atualidade na AE	Esta associação tem compactuado para um crescimento porque... já agora, a direção escolar sente-se aliviada um pouco sobre alguns aspetos.	Diria que não tenho nenhuma ideia porque nunca tive em contato com o cronograma da associação. A princípio diria que... porque eu vejo mais eles a... assim, aparecem vezes nas turmas que é para comunicar algumas atividades.
		Já por duas vezes participei. Tivemos que juntar esforços para a associação	Nunca. - Também não porque nunca participei.

	Atividades Programadas	criar um elo de ligação aqui na escola e até mesmo uma atividade educativa aqui, recreativa.	
	Importância da AE na escola	- É muito importante.	Acho que sim, acho que é importante porque esta associação vai... Serve de quê? De elo de ligação entre os estudantes, os professores e acho que todos os agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.
<b>Relação</b>	Relação AE/órgão de gestão da escola	Há boas relações porque a ação administrativa do conselho da igreja, [sic] da escola aliás então tem levado sempre informações da parte da associação e a associação também quando tem problemas recorre já logo à ação administrativa da escola.	Quer dizer, se não viesse o regulamento interno mas talvez eu diria mais ou menos a relação seria mesmo esta de servir de elo entre os alunos e o... e os professores
<b>Funcionamento/financiamento</b>	Funcionamento/financiamento	Ela funciona primeiro em buscar nos coordenadores das turmas e nos turnos, isto é, de manhã, à tarde e noite a concentração de todos os alunos primeiro para a pontualidade - Geralmente eles não têm financiamento. - Não há nenhuma influência.	Como funciona, felizmente não sei porque nunca tive esse contacto do regulamento interno, porque se tivesse, ali teria mais ou menos uma noção. Agora quem financia também não sei. - Se disser que sim, estaria a mentir. Não sei.
<b>Relação</b>	Relação AE /professores	No passado tivemos umas pequenas... Alguns dirigentes da associação, às vezes não consultavam o conselho de direção da escola mas acharam que eles não são uma associação à parte, é um órgão controlador também da	Hmm, diria que é uma relação amigável Por acaso eu nunca tive assim, problemas com... com a associação.

		escola. Agora já não fazem coisas à parte.	
<b>Atividades</b>	Realização do plano de atividade	Quem realiza é a associação de estudantes sim	O chefe das atividades extraescolares, acho que talvez eles é que elaboram mais ou menos esse plano das atividades da associação. Não tenho assim uma certeza.
	Aprovação atividades	- Têm aprovado sim. Isto tem criado um ambiente salutar na escola.	Acho que sim. Para um bom funcionamento acho que a escola, os órgãos da gestão da escola têm que ter o conhecimento dessas atividades.

**Quadro 25- A análise de conteúdo das entrevistas aos professores 8 e 9**

<b>Categoria</b>	<b>Sub- categoria</b>	<b>P8</b>	<b>P9</b>
<b>Génesis da AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação</li> <li>- Iniciativa</li> <li>- Adesão</li> </ul>	<p>Já ouvi sim.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desconheço a sua criação, data da sua criação.</li> <li>- Também desconheço, mas creio que por iniciativa dos estudantes.</li> <li>- Creio que boa porque aquando da realização das matrículas e confirmações, temos visto mesmo uma grande adesão por parte dos alunos.</li> <li>- Creio que boa porque aquando da realização das matrículas e confirmações, temos visto mesmo uma grande adesão por parte dos alunos.</li> </ul>	<p>Já ouvi falar.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não sei quando foi criada.</li> <li>- Dificilmente consigo responder a essa pergunta porque já encontrei uma associação aqui.</li> <li>- Houve uma interação professores, também, estudantes e com a direção da escola.</li> <li>- A adesão foi boa.</li> </ul>
<b>Caraterização /Papel da AE</b>	Destaques importantes na AE	Vejo a própria participação dos estudantes nas atividades intra e extra escolares	O que mais destaco é que eles respondem a algumas inquietações dos estudantes, levam os problemas dos estudantes à direção da escola e participam também, ajudam, nas atividades extra- escolares e escolares.
<b>Estrutura da AE</b>	Regulamento/estatuto	Não	Não, não tenho.
	Organograma	Também não	Também não. Não conheço o organograma
	Atualidade na AE	Que é uma organização com o fim único de estar em estreita relação com os órgãos superiores da própria	Que é uma organização, na qual tem os seus fins de resolver os problemas dos estudantes, não só, apoiando



		instituição e também com outro fim de resolver os problemas dos próprios estudantes.	também algumas dificuldades levando as suas preocupações à direção da escola.
	Atividades Programadas	Já. Muito bem. Foi muito bom ter participado.	Já, já participei. : Senti-me lisonjeada porque eles pediram-me que desse um palestra aos estudantes e eu vi a adesão dos estudantes e senti que eles estão a ir num bom caminho.
	Importância da AE na escola	Sim	Muito importante
<b>Relação</b>	Relação AE/órgão de gestão da escola	Creio que existe uma boa relação, uma vez que estão sempre interligados. Quando há uma atividade programada pelas instâncias superiores da instituição, estão sendo sempre chamados a própria associação e eles participam ativamente.	Tem uma boa relação porque as vezes que fazem uma atividade e todas as vezes que eles são orientados pela direção da escola, não discrepância [sic] entre eles. A relação existe, acho que é uma relação saudável.
<b>Funcionamento/financiamento</b>	Funcionamento/financiamento	Creio que são os próprios estudantes. Há pouco frisei...quando das matrículas e confirmações, os estudantes dão uma quota para a própria associação. - Creio que não, uma vez que a instituição escolar é uma instituição apartidária, então, não há uma influência sobre a mesma.	Normalmente, pelo que tenho observado, eles trabalham em regime de turno. O delegado desta associação, vai inspecionando todos os turnos. É uma comitiva que eles têm. - Os estudantes. Não. Definitivamente, não. Nenhum partido porque é uma associação apenas dos estudantes, mesmo.
<b>Relação</b>	Relação AE /professores	Boa. Têm boas relações. - Também vejo que têm boas relações.	Têm uma boa relação, de comparticipação
<b>Atividades</b>	Realização do plano de atividade	Eu creio que tudo parte do presidente da associação dos estudantes.	Os próprios estudantes, com a direção da associação dos estudantes. Alguns chefes de turma são convocados para

	Aprovação atividades	Quando boas, sim. E eu acho que vão realizando atividades tanto benéficas para a própria instituição, como para os próprios estudantes	Sim, é necessário
--	----------------------	--	-------------------

**Quadro 26- Análise de contudo das entrevistas aos professores 10 e 11**

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>P 10</b>	<b>P11</b>
<b>Génese da AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação</li> <li>- Iniciativa</li> <li>- Adesão</li> </ul>	<p>Já, já, já ouvi e a nossa escola tem, tem mesmo essa associação já criada.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Exatamente quando foi criada, não tenho as datas</li> <li>- Também não sei, mas acredito que mesmo da própria escola.</li> <li>- Também não sei.</li> <li>- foi em massa,</li> </ul>	<p>Já, sim.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desconheço a data da criação.</li> <li>- Também desconheço.</li> <li>- Não sei informar.</li> <li>- Também não sei informar</li> </ul>
<b>Caraterização /Papel da AE</b>	Destaques importantes na AE	A unidade entre a associação e a direção da escola e também as atividades que eles realizam.	A criatividade e a organização da própria associação dos estudantes em função da movimentação dos estudantes na participação das atividades da própria escola.
<b>Estrutura da AE</b>	Regulamento/estatuto	Não, não tenho.	Não tenho
	Organograma	Também não, não conheço.	Não conheço
	Atualidade na AE	Acredito que, como qualquer uma associação, tem sempre um programa de atividades	Que é um órgão que está a... a par do funcionamento da nossa instituição e que ajuda na organização dos alunos e atividades extraescolares da nossa instituição.
	Atividades Programadas	<p>Já, já participei, sim.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nessa altura quando os da associação,</li> </ul>	<p>Já, sim.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Me senti bem</li> </ul>

		os alunos estão a realizar uma atividade, há aquela... há aquela vontade também de fazer parte, visto que a atividade é chamativa, convida.	
	Importância da AE na escola	É, é. Acho muito importante, sim.	Muito importante. Porque é através da associação dos estudantes que os alunos expõem as suas preocupações e ajudam naquilo que é o funcionamento da própria instituição.
<b>Relação</b>	Relação AE/órgão de gestão da escola	A nossa escola tem uma ligação muito, acredito, muito forte, se assim posso dizer. Porque nalgumas... quer dizer, o presidente da associação faz parte do corpo diretivo da escola. Isso que é muito bom.	Existe uma relação, sim. Então, a associação está aí para poder ligar uma parceria com os órgãos de tutela. Com certeza serve de ponte.
<b>Funcionamento/financiamento</b>	Funcionamento/financiamento	Ok. As atividades deles têm... como é que eu posso dizer? Quer dizer, eles próprios... acho que eles, eles têm uma quota. - Por si mesmo - Não, não. Não existe nenhum partido, nenhuma outra organização. Simplesmente com as quotas e com o apoio da direção da escola.	Funciona com um chefe da associação, digamos assim, e tem um adjunto e os seus membros, em que todos os alunos que fazem parte da mesma instituição, fazem parte da mesma. Não existe uma influência por parte de um partido. Tem uma quota na qual os alunos devem contribuir ou pagar essa quota no início e no final do ano.
<b>Relação</b>	Relação AE /professores	Para mim a relação é boa, porque, como eu já disse, tem alguns professores, independentemente de serem professores, eles também se embarcam na... se incorporam naquele leque dos	Existe uma boa relação, do meu ponto de vista. Têm uma boa relação visto que, pelo que eu pude acompanhar, eles estão aí para resolver os problemas dos

		membros da associação. - A relação entre os estudantes também é boa.	estudantes e, do pouco que eu pude acompanhar, eles fazem este acompanhamento.
<b>Atividades</b>	Realização do plano de atividade	A própria associação	É, o gestor da associação dos estudantes.
	Aprovação atividades	Sim, têm. Têm de aprovar.	Claro que sim. Eles elaboram o programa de atividades e dão entrada aos órgãos de tutela, ou seja, ao gestor máximo da instituição para depois aprovar.

**Quadro 27- Análise de conteúdo das entrevistas aos professores 13 e 14**

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>P 13</b>	<b>P14</b>
<b>Génese da AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação</li> <li>- Iniciativa</li> <li>- Adesão</li> </ul>	<p>Certo que já ouvi falar e temos acompanhado a sua existência já há alguns anos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- não estou muito bem lembrada da data de fundação da associação, mas acessivelmente há 6 ou 7 anos.</li> <li>- Foi iniciativa mais ou menos de... de várias pessoas</li> <li>- Também da direção da instituição.</li> <li>- Com exatidão, não estou muito bem lembrada como tenha decorrido.</li> <li>- Eu creio que a adesão tem sido boa, tem sido ótima.</li> </ul>	<p>Já.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sinceramente, quando eu cheguei nessa escola em 2011, acredito eu que já encontrei essa associação.</li> <li>- Acho eu que por iniciativa da direção da escola.</li> <li>- Esse processo decorreu de forma organizativa dos estudantes.</li> <li>- A adesão dos alunos foi participativa, foi... foi positiva</li> </ul>
<b>Caraterização /Papel da AE</b>	Destaques importantes na AE	<p>O que eu tenho observado, as atividades mais desempenhadas, fazem-se sentir, digamos assim, a associação dos estudantes sobretudo em atividades extraescolares, fundamentalmente.</p> <p>por vezes também vejo que fazem de porta-vozes do... das orientações baixadas pela direção da instituição aos outros colegas, muitas vezes imperadas, eles têm tido as suas intervenções para dar aviso, para passarem orientações dimanadas da direção</p>	<p>O que mais me marcou, acho eu, se não estive em erro, é a forma como eles organizam, em cada fim do ano letivo, e da saída dos... dos outros colegas que terminam a 13ª classe.</p>

<b>Estrutura da AE</b>	Regulamento/estatuto	Diretamente não, porque nunca acompanhei de mais perto esse regulamento. Sei que existe, todavia, mas como não acompanho diretamente a atividade, confesso que não, não tenho presente o regulamento da associação dos estudantes.	Não, não tenho, não tenho. Nunca tive acesso, por isso não sei qual... como é que funciona o seu regulamento e qual é o seu estatuto
	Organograma	Pouco. Sei que existe presidente da associação, existem várias áreas para comunicação, a área da secretaria, da tesouraria, por aí fora	Também não porque nunca tive acesso.
	Atualidade na AE	Atualmente vejo que, pelo menos, reúnem-se com certa frequência e começa a ter um certo impacto	Acho que, de uma forma geral ou de uma forma mais criativa, eles deveriam trabalhar... para além de serem associação dos estudantes, deveriam trabalhar também com alguns professores para melhor organização e também os professores terem, pelo menos, o acesso ao regulamento, estatuto, ao organograma para também eles darem seu contributo.
	Atividades programadas	Certo, porque atividades da instituição. Estou muito bem lembrada do patrono da instituição no ano transato. Foram eles, como já o disse há pouco tempo, a organizar a preparação, a remoção, todo o tipo de atividades, claro que	Acho eu que já. Tendo, tendo visto de que nos finais de ano, ou seja, na entrega dos certificados, eles é que organizam e de forma direita, eu já participei em 2016, 2015 se a memória não me falha.

		coadjuvados com alguns professores, por alguns professores, mas poderem organizar. - Senti-me regozijada porque é bom ver os jovens tomarem iniciativas por si mesmos, serem ativos na instituição	- Me senti bem porque a organização foi bonito.
	Importância da AE na escola	Lógico. Lógico. Acho importantíssimo porque é bom que os jovens sejam protagonistas do próprio saber não só com atividades extraescolares mas, eu gostaria que esta associação também criasse, tivesse iniciativas	Sim, acho que sim
<b>Relação</b>	Relação AE/órgão de gestão da escola	Creio que seja bastante positiva. Então, para que possam apresentar críticas, possam apresentar situações que os outros colegas expõem e que talvez firam um docente ou a própria direção da instituição, aí, talvez ainda não tenham muito espaço	Acho que têm... têm... têm tido uma boa relação. Acredito eu que mesmo tendo... tendo criado ou tendo indic... nomeado uma nova direção para a escola, acho que o sistema vai continuar porque o corpo... a direção cessante, sempre tiveram boas relações
<b>Funcionamento/financiamento</b>	Funcionamento/financiamento	Não sei sinceramente sinceramente se eles têm uma verba, se têm um financiamento a partir da instituição. Eu estou lembrada quando da festa do patrono, em companhia com um dos professores que estive a organizar, estavam em lamúrias pelo facto que não tinham verbas nem sequer para realizar devidamente. - Há, é lógico. É lógico como tudo no país. O partido no poder manda e	Funciona de forma, acho eu, que indicada. O presidente e o secretário, acho eu, o presidente ou o vice, uma coisa assim parecida, e junto desses indica..., desses eleme..., dessas pessoas indicadas, é que vão estar, quando há um encontro é que tiram a informação a partir da direção da escola, a partir dos professores, mesmo até eles é que levam, passam de sala em sala para levar a informação aos outros



		determina. Aliás, a própria associação acho que é impregnada de meninos pertencentes ao MPLA, ou à JMPLA.	colegas. - nenhum elemento que financia a associação dos estudantes. Eles mesmos fazem a contribuição
<b>Relação</b>	Relação AE /professores	Creio que seja positiva. Eu tenho notado, até os... os meninos que não são meus alunos diretamente, têm aquele respeito, aquela amabilidade. - Entre eles varia, como sempre	Acho que tem havido uma boa relação. Então há uma boa relação entre a associação e os estudantes
<b>Atividades</b>	Realização do plano de atividade	Olha, acredito eu que é um plano que venha do alto, da direção da instituição, e depois se vão ajeitando, acrescentando uma ou outra atividade que consigam realizar	Quem realiza o plano de atividades acho que é o responsável da própria associação.
	Aprovação das atividades	Certo, se não forem aprovadas não arrancam. Por isso que eu disse antes que é um órgão subalterno à direção da instituição. Têm que aprovar mesmo	Acho que sim, deveria ser assim. Acho que também funciona assim, eles têm que aprovar porque os estudantes não estão sós, eles estão dentro de uma instituição.

**Quadro 28- Análise de conteúdo da entrevista para o Diretor e o professor Alfa**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de registo/ Diretor</b>	<b>Unidades de registo/ Professor Alfa</b>
<b>Génese da AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Surgimento</li>   <li>- Iniciativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A minha estada cá, desde 2009, ela já existia. Não posso precisar de facto quando é que ela surgiu. Não temos como precisar, mas de facto já data de há muito tempo.</li> <li>- Bem, como qualquer outra instituição de ensino, há sempre nela uma associação de estudantes. A associação dos estudantes tem esses fins de defender os estudantes e também faz parte das próprias políticas de gestão das instituições. Podemos dizer que ela faz parte do conselho de direção de uma direção de escola.</li> <li>- Os estudantes. Os estudantes tomaram a iniciativa de associarem-se para verem os seus problemas discutidos junto da direção da escola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “A associação dos estudantes surgiu no ano de 2010”.</li> <li>- Para serem mais organizados e terem o direito de reivindicarem, por exemplo, os seus direitos como estudantes e serem um conjunto de alunos mais organizados para ajudar também a instituição a crescer em alguns itens em que eles acharem importantes.</li> <li>- E surgiu sem ter, por exemplo, um estatuto. Eles, simplesmente, organizaram-se.</li> <li>- Quem são eles que tomaram a iniciativa era um grupo de alunos.</li> </ul>
<b>Importância da AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estrutura</li> <li>- Definição</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sim. Muito importante, sim. Porque ela nos faz ligar entre a direção da escola e os estudantes. Uma ponte, sim</li> <li>- Está estruturada com uma direção, onde tem o presidente da associação, tem o secretário e outros elementos, como o tesoureiro...depois vêm os responsáveis da área da cultura, do desporto, da solidariedade...enfim.</li> <li>- Eles mesmos, através do seu estatuto.</li> </ul>	<p>Sim, acho muito importante porque acredito com o surgimento ou com a existência desta associação, alguns problemas internos da nossa instituição, tanto de organização de pátio, atividades sociais... Como se sabe, a nossa instituição é uma escola virada para a sociedade. Algumas vezes, organizamos atividades fora da instituição e esta associação tem-nos ajudado bastante, tanto na mobilização e organização das atividades.</p>

			<p>- A associação dos estudantes tem uma estrutura que eles próprios definiram.</p>
<p><b>Supervisão</b></p>	<p>- Necessidade</p> <p>- Formas de Supervisão</p>	<p>- Sim, supervisionamos porque, independentemente de eles estarem associados entre eles, não deixam de estar sob a nossa alçada.</p> <p>- Através da condenação, dos círculos de interesse das atividades escolar. Então, através dessa, está sempre estritamente ligada ao que a associação deve realizar. Porquê? Porque sabemos que precisam sempre de uma orientação.</p>	<p>Sim. Anteriormente, esta associação tinha um supervisor, que é o coordenador das atividades escolares da escola, ele é que acompanhava os trabalhos da associação como representante da direção da escola, dentro a associação dos estudantes, para ajudar na organização dos seus projetos e de maneira a evitar que eles andem fora. Porque, independentemente de ser uma associação de estudantes, mas está dentro de uma escola. Então, a escola tem o seu regulamento interno e com base nesse regulamento; vamos supor que a associação venha a realizar uma atividade que tenha problemas fora da instituição, então, como é uma associação dentro da escola, a direção tem esta autonomia de indicar alguém para acompanhar as atividades da associação dos estudantes.</p> <p>- Eu dizia que tinha porque no novo estatuto já não faz referência à existência de um supervisor. Está em estudo. Acredito que, a qualquer altura, será inserido ou não, ou já não voltará a ter um supervisor.</p> <p>- A supervisão tem muito mais a ver com a questão de projetos sociais, ajudar em ideias e fazer uma revisão daquilo que eles pretende fazer. E mais ou menos um elo, um elo de ligação entre a direção da escola e a associação dos estudantes. Quer dizer que esta</p>

			<p>peessoa é que vai intermediando na realização dessas mesmas atividades programadas pela associação de estudantes</p>
<b>Regulamento/estatuto</b>		<p>Sim, tenho. - Eles elaboraram, através da sua assembleia de todos os constituintes da associação e a gente ainda...demos uma revisão naquilo, demos o nosso ponto de vista para um outro elemento. Mas, de facto, foi elaborada com base na sua vivência</p>	<p>Sim, tenho conhecimento. Como eu dizia há bem pouco tempo, estes projetos estão em carteira. Eles tinham um antigo que já não se sabe bem o paradeiro, mas a associação, este momento, está já feito o estatuto da associação que acredito que, dentro de poucos dias, estará já homologado pelo diretor da escola, ou ele estará a fazer a sua revisão, depois vai lançar as suas opiniões. Depois, estará em exercício. - São os próprios estudantes quem elaboraram os estatuto da associação.</p>
<b>Participações</b>	<p>Participações dos órgãos de Gestão da AE</p>	<p>Sim, é importante...eles devem ser sempre supervisionados...esta participação que devemos sempre informá-los...a orientá-los melhor.</p>	<p>Acho importante, mas desde que não venham a interferir tanto porque existem aquelas atividades e aqueles projetos que têm que são do âmbito estudantil, são do âmbito associativos que a direção da escola não deve criar, por exemplo, impasse porque eles além de serem uma associação que está para discutir, para ajudar a instituição, também reivindicam alguns direitos como estudantes. Então, se a direção pôr muito às mãos, podemos ver esses regulamentos que vêm para reivindicar a serem excluídos do seu regulamento ou estatutos, então, é importante, mas que a direção não pegue, não deve pegar a 100% as atividades da associação dos estudantes.</p>

<b>Eleições</b>	Eleições na AE	<p>Sim, tem havido eleições a cada dois anos, donde [sic] os elementos eleitos, quando estiverem quase a terminar o curso, a sua formação, devem passar o testemunho aos outros.</p> <p>- Sim, tem havido. De facto, tem havido várias listas concorrentes.</p>	<p>Sim, tem havido eleições. As eleições têm acontecido de 2 em 2 anos, quer dizer que a associação tem um mandato de 2 anos letivos e depois de 2 anos, cessam, realiza-se assembleias, mas antes das assembleias abre-se um período de inscrições para todos aqueles alunos que queiram concorrer.</p>
<b>Eleições</b>	Orientação do processo eleitoral	<p>Este processo, é orientado através de uma assembleia, conforme os estatutos da associação de estudantes, existe aí uma assembleia que constitui uma comissão eleitoral para tal, que acompanha...Como já disse anteriormente, nós seguimos todas as atividades deles através da nossa coordenação...das atividades escolar. A direção tem conhecimento, acompanha, só que não tem uma intervenção direta neste processo todo.</p>	<p>Esse processo, anteriormente, era orientado pela supervisão, desde o momento que não existia uma assembleia, uma comissão de assembleia na associação. Com o novo estatuto, já com a inserção de uma mesa de assembleia, esta mesa passará a organizar este processo todo eleitoral.</p>
	Eleições no meio do mandato	<p>De facto...Seguindo os princípios dos estatutos da própria da associação, do regulamento interno da instituição, quando há incumprimento de um desses elementos, então, interrompe-se. Mas o que se refere, foi de que o presidente na altura eleito, interrompeu os seus estudos para integrar as fileiras das forças armadas angolanas.</p>	<p>Sim, houve eleições a meio de um mandato porque o presidente da associação...eu digo...má gestão.</p>
<b>Funcionamento da AE</b>	- Financiamento	<p>O papel já disse que é de ligação, serve de ponte. Ela faz diferentes atividades, cá, internamente na instituição, com a direção, com os alunos. Às vezes é chamado a</p>	<p>A associação dos estudantes funciona normalmente. Temos estado a acompanhar. Eles têm, dentro da instituição escolar, um gabinete, onde eles realizam as suas</p>

	<p>- Papel da AE</p>	<p>participar em algumas atividades do governo provincial, de algumas associações.  - A quota, essa que faz funcionar a associação. E demais, também, às vezes, tem recebido algum suporte, para realização de uma ou outra atividade, da direção da escola, também. E eles, às vezes, saem em campanhas de recolha de donativos ou patrocínios de entidades que há na província.</p>	<p>atividades, os seus projetos. Eles funcionam fazendo os seus projetos. Eles têm projetos, têm planos de atividades e dentro desses planos de atividades, com o gabinete das atividades extraescolares, nós fizemos um intercâmbio para não haver choques de atividades.  - As atividades, vamos dizer que não têm um financiamento como tal. Eles realizam, têm uma quotização mensal, anual de 300 kwanzas, embora esta quotização ainda pendente, por enquanto, por alguma situação a se resolver junto da direção da escola e do banco.  - O papel da associação dos estudantes aqui dentro da escola...Primeiro, dizia que é manter os alunos organizados e unidos por uma única causa, ajudar a instituição a crescer, contribuindo na limpeza da instituição, pintura de árvores...realização de palestras.  - Ajudarem a expandir o nome da escola fora.  - Então, sempre que há uma atividade que a associação realiza, estamos a expandir o nome da nossa instituição</p>
<p><b>Relação</b></p>	<p>Relação da AE/Órgãos de gestão da Escola</p>	<p>Boa, muito boa.</p>	<p>A relação, digamos que hoje já é super boa porque, anteriormente, também foi boa, mas era preciso estar a apertar quase sempre. Mas hoje, já tem uma relação muito séria, muito boa. A direção já convoca a associação para trocarem impressões, para perguntar quais são os projetos que têm, quais são os projetos que</p>

			precisam de ajuda da direção. Então, todo este apoio tem sido feito pela direção da escola. Então, a relação é mesmo boa.
<b>Atividades</b>	Definição das Atividades na AE	A direção, a direção da associação. Sim, temos participado. Porque antes de executar qualquer atividade, dão-nos a conhecer, dão-nos [sic] o ponto de vista, damos o nosso parecer....Assim se realiza a atividade...Sempre na indisponibilidade do diretor, há sempre um elemento da direção da escola que participa nestas atividades.	A associação tem o seu plano de atividades, eles remetem uma via do plano de atividades o gabinete do diretor, não para ser corrigido, mas para a direção da escola tomar conhecimento das atividades que a associação, possivelmente, venha a realizar. - Quem? O supervisor? Sim...De alguma forma, direta ou indireta, nós participamos, ajudando com ideias, ideias no âmbito social, tanto interno como externo. Ajudamos a criar metas para a realização de algumas atividades.
<b>Aprovação/Reprovação</b>	Aprovação das Atividades	Sim, tendo em conta o nosso calendário escolar, tendo em conta as atividades da escola, por vezes, não encontramos um enquadramento para a atividade...A gente gosta sempre ajustar	Não, não tem havido
<b>Adesão</b>	Adesão das atividades	Muito.	Aderem a todas as atividades que a gente programa, tanto pela associação, pelas atividades extra- escolares.
<b>Relação</b>	Relação da AE/coordenação das atividades extraescolares	Relação de trabalho. É inevitável. Uma complementa a outra. - Acho muito bom. É mais um instrumento para o funcionamento, para a gestão desta instituição.	Digamos que a relação é super boa porque, acredito eu, praticamente são um só. Trabalham muito juntos. Vamos supor que um dos cursos promova uma visita a uma barragem , ou centro de tratamento de águas. - Digamos que a relação é super boa e temos estado a trabalhar em sintonia. Os resultados

			<p>tem sido mesmo muito positivos.</p> <p>- Acho que a direção da escola deve apoiar para que esta associação nunca morra e continue porque eles fazem mesmo muita falta.</p>
	Relação AE/professores	<p>Acho importante porque a associação trabalha, fundamentalmente, com os estudantes e quem está com os estudantes, diretamente ligado, é o professor. Então, para que a associação necessite que os alunos vão a uma determinada atividade, deve-se também se ver o tempo do professor... É muito importante.</p>	<p>Acho importante. Embora hoje, muitos professores ainda não têm aquele sentido social com a associação. Há professores que acham um incômodo, por exemplo, um membro da associação vir falar com um professor a reivindicar algum mau comportamento ou algum mal entendido. Os professores, às vezes, maltratam os estudantes. Mas é importante porque isso também ajuda na nossa autoavaliação. Os estudantes, às vezes, vêm fazer algum reivindicação...eu acho que é importante e seriam ainda mais importante se os professores e todos colaborassem na ajuda da resolução de alguns problemas que a associação de estudantes vai enfrentando.</p>



## **Apêndice 8**

### **Quadro das entrevistas aos alunos**

## Quadro 29-Entrevistas aos alunos.

### Grupos 1 e 2

categorias	Subcategorias	G1	G2
<b>Gênese da AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação</li> <li>- Iniciativa</li> <li>- Ocorrência do processo</li> <li>- Adesão</li> </ul>	<p><b>A1.</b> “Informação desconhecida”  <b>A2.</b> “informação desconhecida”  <b>A3.</b> “informação desconhecida”  <b>A4.</b> “informação desconhecida”  <b>A5.</b> “informação desconhecida”</p> <p><b>A4.</b> “não sei como decorreu esse processo”  <b>A5.</b> Não sei como foi a adesão dos alunos na escola  <b>A2.</b> Acredito eu que se até agora a associação dos estudantes existe é porque de uma certa forma os colegas aderiram em massa.</p>	<p><b>A7.</b> “Sim. Eu estive com um membro da associação dos estudantes, ele não me disse o ano que foi fundado. Disse que foi fundado em 2005, não me disse a data nem o mês”.</p> <p><b>A7.</b> “Não domino”  <b>A8.</b> “Não domino”  <b>A9.</b> “Não domino”</p> <p><b>A10.</b> “Na verdade, desde o ano de 2015, que eu estou nesta instituição, nunca tive o privilégio de um encontro ou uma reunião relativamente à associação dos estudantes. Por vezes, há muitos alunos despercebidos da questão do ano da data, de como começou e, por vezes, isso cria dificuldades”.</p> <p><b>A6.</b> “Segundo a minha pequena pesquisa, a iniciativa de criar a associação dos estudantes, foi pelo professor Alfa. Ele tomou essa iniciativa para que os estudantes estejam mais organizados e que possam expor os seus problemas na associação”.</p>

			<p><b>A9.</b> “Não sei dizer”.</p> <p><b>A8.</b> “A adesão dos alunos na escola foi boa, uma vez que a associação dos estudantes está para pautar pelo interesses dos alunos, então, houve muita adesão em relação a essa escolha”.</p> <p><b>A6.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A7.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A9.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A10.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A10.</b> Por vezes, esperamos que eles próprios organizem e instruem, uma vez que têm o objetivo de velar pelos próprios estudantes. Então, por vezes, é porque nós não temos como dizer o dia, o mês e o ano em que foi criada a mesma instituição</p>
<b>Estrutura</b>	<p>- Estatuto</p> <p>- Elaboração</p>	<p><b>A1.</b> “Sim, a associação tem um estatuto. O estatuto é elaborado pela mesma associação juntamente com o coordenador das atividades intra e extraescolares da mesma instituição, o professor ‘Alfa’”</p> <p><b>A2.</b> “Concordamos”</p> <p><b>A3.</b> “concordamos”</p> <p><b>A4.</b> “concordamos”</p> <p><b>A5.</b> “concordamos”</p>	<p><b>A6.</b> “Acho que sim”.</p> <p><b>A8.</b> “Não temos informação acerca disso. A própria associação tem organizado certas atividades. Acredito que tem alguma coisa que está a faltar ali por parte da própria associação, em termos de organização”.</p> <p><b>A9.</b> Não</p> <p><b>A7.</b> Não</p> <p><b>A10.</b> Não</p>
<b>Organograma</b>	<p>- Composição</p> <p>- Elaboração</p>	<p><b>A1.</b> “Sim, tem. Esse organograma foi elaborado pelo conjunto de alunos que fazem parte da associação juntamente, sempre...O coordenador</p>	<p><b>A9.</b> “Não sei”.</p> <p><b>A7.</b> “Responder a essas questões, professora, chega a ser um pouco difícil porque uma</p>

		<p>das atividades extraescolares nunca, nunca está isento de todas as informações que constam ou que a informação...ou que a associação tem”.</p> <p><b>A2.</b> “Está composto pelo presidente da associação, o vice-presidente, o coordenador das atividades extraescolares...das atividades, o coordenador do desporto”.</p> <p><b>A1.</b> “O porta-voz da associação, o tesoureiro da associação e os coordenadores, ou seja, aqueles que auxiliam, auxiliam nas atividades de grupos de algumas especialidades”.</p> <p><b>A2.</b> “Sim. Os alunos da associação não podem realizar atividades sem que o professor”</p> <p><b>A2.</b> “Não tem como a atividade não passar por ele”.</p> <p><b>A1.</b> “O documento passa também pelas mãos do senhor diretor. O senhor diretor é que decide se sim ou não”.</p> <p><b>A3.</b> “Acho que essa informação por nós é nossa desconhecida. Não sei nada”.</p>	<p>associação dos estudantes deve ter uma boa organização de como informar como são os procedimentos de uma determinada associação. Coisa que aqui na nossa escola não acontece. Por isso, não temos muita informação com relação a esses aspetos”.</p> <p><b>A8.</b> “Não”</p> <p><b>A10.</b> “Não”</p> <p><b>A6.</b> “Não”</p>
<b>Função</b>	<p>- Órgãos da AE</p> <p>- Identificação dos colegas</p>	<p><b>A2.</b> Não se pronunciou</p> <p><b>A4.</b> Não se pronunciou</p> <p><b>A5.</b> Não se pronunciou</p>	<p><b>A10.</b> “Eu acho que é o presidente. O próprio presidente da associação dos estudantes, desempenha a função máxima. Sendo ele o líder,</p>

	- Função máxima na AE	<p><b>A3.</b> Conhecemos alguns.</p> <p><b>A2.</b> Alguns.</p> <p><b>A5.</b> Sim.</p> <p><b>A2.</b> . Por isso, só digamos “alguns” porque nem todos aparecem assim tanto.</p> <p><b>A3.</b> “O chefe da associação”.</p> <p><b>A1.</b> “O presidente da associação.”</p>	<p>com a ajuda de outros membros, também..</p> <p><b>A6:</b> Alguns...O presidente, AX1, o AX2... AX6, são os que eu conheço.</p> <p><b>A10.</b> “Só conheço um membro...AX22...”</p> <p><b>A7.</b> O AX1, por ser o presidente da própria associação, e o outro é AX2, como vice-presidente da associação...Tem mais outro elemento que é o AX6 não conheço o nome completo dele, mas é mais conhecido por AX6; acho que agora desempenha o papel de secretário da associação dos estudantes”</p> <p><b>A8.</b> “Não conheço”</p> <p><b>A9.</b> “ Silêncio”</p>
<b>Eleições/Candidaturas</b>	<p>- Realização</p> <p>- Candidaturas</p> <p>- Convites à Candidatura</p> <p>- Duração do mandato</p> <p>- Quem convoca as eleições</p> <p>- Número de listas concorrentes</p> <p>- Critérios utilizados</p>	<p><b>A2.</b> “As elei... acredito eu que as eleições na associação de estudantes faz-se por uma espécie de candidatura”.</p> <p><b>A4.</b> “não é qualquer um que pode se candidatar para ser um presidente da associação porque também precisa ter em conta algo bem importante. Alguns requisitos. E a primeira coisa, ele tem que, na sala de aula, ele tem que ser ou delegado ou subdelegado”.</p> <p><b>A5.</b> “Não necessariamente. Agora, porquê não é delegado, tem alguma função na turma, acho que não”.</p> <p><b>A1.</b> “Alguém que queira candidatar-se para ser preside... que queira candidatar-se à presidência</p>	<p><b>A6.</b> “Se bem me lembro, em 2015, quando entrámos nesta instituição, os membros da associação dos estudantes passaram aqui, em cada turma para eleger a pessoa que ia tomar a liderança da associação. Neste ano, o que é que eles fizeram? Apresentaram os homens...os candidatos para a liderança da mesma associação e que cada estudante votasse livremente na pessoa que ia liderar a associação dos estudantes”.</p> <p><b>A9.</b> “Assim como o colega disse...”</p> <p><b>A8.</b> “Segundo o que eu sei, que eu constatei, também...acho que qualquer um dos colegas, qualquer aluno desta instituição, quando quer fazer parte da associação dos estudantes, ele vai na associação dos estudantes, se candidata. vão-se</p>

	<p>- Quem as dirige</p>	<p>da associação, primeiro tem que ser alguém responsável, muito responsável”</p> <p><b>A2.</b> Mas acima de tudo e em primeira instância, é mesmo a responsabilidade. A responsabilidade, também a capacidade de interação com os professores e com os colegas”</p> <p><b>A2.</b> “também as eleições não são só permitidas aos alunos da 11ª classe porque os alunos da 10ª também concorrem para as eleições”.</p> <p><b>A1.</b> “Não”.</p> <p><b>A2.</b> “Eu falo isso por conhecimento de causa”</p> <p><b>A3.</b> Silêncio total</p> <p><b>A4.</b> Silêncio total</p> <p><b>A1.</b> “Fazer parte da associação, já. Mas candidatar-se à presidência...Muita responsabilidade. Não é qualquer um que consegue lidar com tudo isso”.</p> <p><b>A2.</b> “Não”</p> <p><b>A3.</b> Não”</p> <p><b>A4.</b> “Não”</p> <p><b>A5.</b> “Não”</p>	<p>apresentando nas turmas para que todos os alunos conheçam eles e vão apresentando as suas propostas e, de acordo com isto, os alunos vão selecionar, vão votar o candidato que os convenceu. É tudo que eu sei”.</p> <p><b>A6.</b> Quem tiver o melhor voto, estará a ser líder da associação dos estudantes. No caso, o presidente”.</p> <p><b>A7.</b> Falando sinceramente, nós nunca tivemos a oportunidade”</p> <p><b>A10.</b> Não.</p> <p><b>A9.</b> “Quer dizer, quem tem a maior possibilidade de se candidatar a ser presidente ou vice-presidente, são os alunos da 10ª e da 11ª e, por sua vez, eles passam pela turma e fazem o anúncio. Quem tiver, quem quiser se candidatar, pode-se candidatar. Isso não quer dizer que eles não façam uma proposta a certos alunos ou não dão oportunidade a certos alunos que é para poderem se candidatar como presidente ou vice-presidente da associação, mas sim eles vão à turma, fazem uma proposta. Quem é o aluno que estiver disposto ou estiver disponível a ser presidente e, por sua vez, vai fazer a inscrição na mesma associação”.</p> <p><b>A7.</b> “Sim. Eu falei AX20 que não concordava com o que o colega disse...os presidentes da associação não, nunca nos avisaram. Então, por mim, acho que foi mesmo por falta de interesse porque, desde a entrada em 2015, sempre que passam aqui</p>
--	-------------------------	---	---

			<p>e...discordo com o que o colega disse”.</p> <p><b>A9.</b> “Eu acho que a duração é só de 1 ano”</p> <p><b>A6.</b> “4 anos”.</p> <p><b>A7:</b> A duração é de 4 anos, sim.</p> <p><b>A8.</b> “Segundo, eu acho, não sei se está certo, vais de acordo com o tempo que o aluno, o presidente, está aqui na instituição”.</p> <p><b>A10.</b> Mas tem um problema, senhora professora. O mandato é de 4 anos, mas caso o candidato não estiver a desempenhar bem as suas funções, há a necessidade de se fazer uma outra votação. Quer dizer, seleccionar outros candidatos que estiverem disponíveis para ocupar esse cargo. Acho que é do coordenador, o criador da associação dos estudantes, o professor Alfa ele é que vai poder seleccionar ou faz a proposta aos alunos e os alunos, por sua vez, se concordarem o vice-presidente sobe para presidente.</p>
<b>Novas Eleições</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência do último presidente da Associação.</li> <li>- Novas eleições no meado do mandato.</li> <li>- Expectativas para o novo mandato.</li> </ul>	<p><b>A2.</b> “Para ser sincero, motivos por ele ditos acredito eu que não foi nenhuma...nenhuma...[sic] ele não disse nada, não sei. Apenas nos apercebemos que ele já não é mais o presidente da associação. Convocou-se eleições e houve dois, três candidatos, candidataram-se”.</p> <p><b>A1.</b> “Eu acho que imprevistos acontecem. Se as t-shirts não foram entregues no momento exato</p>	<p><b>A6.</b> “É mesmo o presidente da associação dos estudantes”</p> <p><b>A10.</b> “Sim.</p> <p><b>A9.</b> “Professora, eu acredito que não é o presidente da associação dos estudantes porque quando termina o mandato, automaticamente, o mandato fica encerrado. E, por sua vez, quem tem de tomar conta do acontecimento, tem de ser o criador...da associação. Neste caso, quem vai fazer a convocação, [sic] tinha de ser uma pessoa mais</p>

	<p>- Quando termina</p>	<p>é porque houve falhas e imprevistos acontecem. Não vamos criticar, não vamos pura e simplesmente criticar o presidente por...por não...não ter entregue as t-shirts no dia exato. Mas eu acho ainda que, se ele saiu é porque houve razões, razões estas que nós desconhecemos”.</p> <p><b>A2.</b> “Porque acredito eu que haveria uma espécie de desordem na mesma associação, não haveria, não haveria...como posso dizer, não haveria uma organização, tanto faz por parte da mesma associação e da instituição”.</p> <p><b>A3.</b> “Eu creio que às vezes há necessidade de fazer uma nova como posso dizer, uma nova eleição no meio do mandato porque às vezes o..., a pessoa que esteve a exercer essa função teve muitos problemas, problemas esses que têm várias naturezas, várias naturezas”.</p> <p><b>A4.</b> Silêncio total</p> <p><b>A5.</b> Silêncio total.</p> <p><b>A2.</b> Este ano, o mandato do presidente atual termina este ano, acredito eu. Porque é um estudante do 13º ano</p> <p><b>A1.</b> Não, é do 13º. o mandato dele irá terminar este ano. Acho que neste ano ainda haverá nova candidatura.</p>	<p>indicada, que é o professor Alfa, que é o criador. Ele faz a proposta...”</p> <p><b>A7.</b> “Eu não concordo muito com isso porque, desde o momento que se tem um presidente na associação, ele comanda os membros que lá fazem parte”</p> <p><b>A8.</b> “Neste contexto, eu não estaria concordando com o colega AX18 porque o delegado, o colega AX19, disse muito bem: o criador dessa mesma associação dos estudantes, é que está supervisionando essas mesmas atividades ou então, o desenvolvimento dessa associação. Se porventura, o criador notar algumas fraquezas ou debilidades do desenvolvimento, do desempenho do presidente, logo ele vai poder criar outras ideias para poder eleger ou criar outro estatuto para novos candidatos à associação. Segundo o colega AX19 e bem sei, é o professor Alfa”</p> <p><b>A7.</b> “De 1 a 5”.</p> <p><b>A6.</b> “Para mim, acho que não porque deve se ter um determinado número para essa concorrência”.</p> <p><b>A9.</b> “Mas não passa por 10 elementos”</p> <p><b>A10.</b> “Neste contexto, é bom salientar aqui que pessoas disponíveis, pessoas que se candidatam, por vezes, são as mesmas porque, por vezes, outras</p>
--	-------------------------	---	--



			<p>peças não apresentam a sua disponibilidade pra essas mesmas atividades”</p> <p><b>A8.</b> “Por mim, eu acho que é o contrário. Eu acho que qualquer um que se sinta capaz de se candidatar, pode se candidatar”</p> <p><b>A7.</b> “Deve ser aluno desta instituição, deve ter maior tempo livre, deve ser alguém com propostas...é tudo o que eu sei”.</p> <p><b>A6.</b> “ter um comportamento aceitável, saber lidar com a sociedade que está ao seu redor”</p> <p><b>A10</b> “Alguém criativo e ter relações humanas”</p> <p><b>A8.</b> “Quem as dirige é...[sic] os membros, os membros em serviço da associação dos estudantes...o secretário...e outros membros que fazem parte da associação dos estudantes e também o próprio criado, o professor Alfa...”</p> <p><b>A6.</b> Concordo”</p> <p><b>A7.</b> “Concordo”</p> <p><b>A9.</b> “Sim”</p> <p><b>A10.</b> “Concordo”</p> <p><b>A7.</b> “Segundo os relatos, segundo o que eu ouvi dizem que ele extraviou. Acho que foi este o motivo”</p> <p><b>A8.</b> Sim. A saída do presidente cessante da associação dos estudantes foi por motivo de desentendimentos entre as partes, quer dizer, o criador o criador, o professor Alfa e o presidente da associação porque não havia, acredito eu que não havia uma coordenação entre os membros. Quer dizer, o presidente pensava uma outra coisa e o</p>
--	--	--	--

			<p>criador, por sua vez, também pensava uma outra coisa. Então, ali houve aquele desentendimento entre os dois.</p> <p><b>A10.</b> “Por cumprimento de regras só, professora. Neste contexto, uma vez que o presidente cessante está fora desta mesma instituição e uma vez que a instituição não pode ficar sem um líder que possa dirigir todas as atividades desta mesma instituição. Então, importa que haja novas eleições para que possa este novo candidato fazer parte ou tomar posse da cadeira ou pastas que o antigo ocupava. Há uma necessidade mesmo Uma vez que se notou erros cometidos pelo antigo, há uma necessidade que ele seja substituído”</p> <p><b>A9.</b> “Muito bem. Em primeira instância, gostaria de dizer o seguinte: eu estou inocente destas novas eleições. Estou inocente e não sei quem é o próximo candidato e quem é o próximo presidente desta mesma associação. Neste contexto, as expectativas são positivas, apesar disto não significa perfeição. Neste contexto, a nossa expectativa é que haja maior desempenho, que haja maior diligência da parte do mesmo eleitor, então da parte do mesmo candidato”.</p> <p><b>A6.</b> “Para mim, só para dizer, sempre continuem no mandato e ele sempre tem de cumprir com os pontos negativos e os pontos positivos do presidente cessante. Só pra isso, ele pode ter sucesso no seu trabalho. Então, se ele não ver os pontos negativos do presidente cessante, nem os pontos positivos,</p>
--	--	--	---

			<p>ele não terá como começar ou dar mais passos eficazes para o desenvolvimento da associação dos estudantes.</p> <p><b>A7.</b> “Sim. Eu tinha expectativas, mas agora não sei se tenho. A expectativa que eu tinha era que ele fosse mais...tivesse mais afeto, mais relação com os alunos porque é estando com os alunos que ele vai saber quais são as suas preocupações, as preocupações dos alunos, neste caso”.</p> <p><b>A8.</b> “eu queria dizer que este mesmo presidente que há de vir, deve velar muito mais pelo relacionamento, como o colega dizia, o relacionamento humano com os alunos, não velando, simplesmente, se manifestando no tempo imediato para uma determinada atividade de cobrança de bens financeiros. Porque se a gente ver desde o começo deste encontro, muitos de nós não tivemos a oportunidade de dizer o que é que aconteceu, o ano, qual foi o presidente, os membros...não se manifestaram. Então, o que importa aqui é que ele venha mudar essas mesmas características ou então estes mesmos intencionalidades que são totalmente negativos perante os estudantes”.</p> <p><b>A10.</b> Falando da mudança de presidente, eu também esperava uma coisa dele, este ano. Não quer dizer que ele não é boa pessoa, mas eu vejo pelas atividades ou a organização que ele tem esse ano e comparando com o ao passado, muito</p>
--	--	--	--

			<p>diferente. Eu note que a diferença que teve o ano passado e este ano é muito diferente. Porquê? Porque no ano passado, os elementos que trabalhavam com ele, e alguns já não se fazem presente neste mesmo elemento [sic] de agora, eu vi que no ano passado todos, mas todos, os alunos tinham o direito de participar em atividades que eles mesmos organizavam e os membros da associação tinham a paciência de ensinar, de orientar como os alunos devem estar numa atividade. A diferença deste ano. Este ano, estou a ver que os membros da associação estão mais distantes com os alunos, estão mais fechados entre eles”.</p>
<p><b>Justiça/ Transparência</b></p>	<p>- Justiça  -Transparência</p>	<p><b>A1.</b> “Sim”.</p> <p><b>A4.</b> “Creio que foram, até porque o presidente atual, consoante as suas propostas. Uma das suas propostas era que nós voltaríamos a trançar, naquele tempo nós não trançávamos”.</p> <p><b>A1.</b> “Concordo plenamente”.</p> <p><b>A2.</b> “Até porque falando dessas eleições, eu não me apercebi que foram eleições assim que todos tiveram acesso. A maior parte das turmas tiveram acesso, mas algumas umas turmas que não tiveram acesso”.</p> <p><b>A2.</b> “Houveram três candidatos”.</p>	<p><b>A8.</b> “Justas e transparentes, eu não diria. Eu não acho que tenham sido justas e transparentes porque, justas até podem ser, mas transparentes não. Eu lembro-me que quando se elegeu o antigo presidente, a contagem dos votos não foi feita perante os alunos. Eu acho que os alunos deveriam saber mesmo, presenciar. Então, eu não...ninguém avisou acerca da contagem dos votos, só se avisou que já se elegeu um novo presidente. O cessante. E também o AX1, eu, nós [sic] ouvimos apenas que aquele outro presidente foi substituído, entretanto veio outro. Não houve transparência. Eu acho que não houve”.</p> <p><b>A6.</b> “É o seguinte. Eu não concordo com o colega. Uma vez que nós somos narradores não</p>

		<p><b>A1.</b> “Desconheço essa informação”.</p> <p><b>A2.</b> “Mas quem votou, quem votou?”.</p> <p><b>A1.</b> “Os estudantes votaram. E os delegados de turma estiveram presentes na assembleia. As eleições foram justas”.</p> <p><b>A2.</b> “Não foram justas. Seriam justas se todos estudantes da instituição tivessem votado”.</p> <p><b>A2.</b> “O coordenador das atividades extra e intra-escolares, o professor “Alfa”, é que teria mais explicações evidentes, porque é que uns votaram e outros não”.</p> <p><b>A1.</b> “Como foi uma...como foi uma candidatura extraordinária, levaram, ou seja, levou-se, particularmente os delegados de turma, os delegados de turma conversaram com os seus colegas, apresentaram os candidatos e eles foram...e eles foram para lá representar os colegas. É assim que se fez as eleições no ano anterior”.</p> <p><b>A4.</b> “Imaginemos que vocês estejam de acordo que o AX1 ganhe e eu esteja a favor de outra pessoa. Somos todos da mesma turma, como é que faríamos que você vá-me representar sendo que não estamos com as mesmas ideias?”.</p>	<p>participantes, precisamos também saber m que tipo e aspeto nos estamos a referir. . . Neste contexto, nós não temos uma informação perfeita, mas nós devemos sempre velar aqui, sempre que tem essa intuição de eleger, de votos. Sempre se tem feito o esforço que seja transparente ou justa. Mas desde sempre há aqueles imprevistos que alguns, por vezes, elegem por afinidade.</p> <p><b>A7.</b> “Desculpa... Colega, eu não disse que as eleições não têm sido justas. Não sei se o colega me entendeu. Transparência, é o que se está a tratar aqui. Nessas duas eleições, desses dois candidatos, não houve transparência”.</p> <p><b>A9.</b> “Eu diria o contrário dele porque me lembro, como se fosse hoje, quando pediram a votação do novo mandato. Ainda até porque tinha 3 candidatos para poderem votarem, de quem será o próximo presidente. O primeiro já encontramos, mas o segundo houve sim. Ainda mesmo, puseram na vitrina, o 3 candidatos que os alunos iam votar e que possam ser o presidente.</p> <p><b>A10.</b> “Eu concordo com o que o colega AX38 falou. Isto porquê? Porque quando se está a eleger o candidato que será o presidente da associação, faz-se votos. Nós votámos, mas no dia de apresentar a pessoa com mais votos, eles não vão aos estudantes para mostrar quanto este candidato recebeu de votos para tomar a posse como</p>
--	--	--	---

		<p><b>A2.</b> “Nenhum representa todos”.</p> <p><b>A5.</b> “Eu sou da opinião que também não foram justas. Acho que não foi justo porque todos nós iríamos votar porque é algo obrigatório”.</p> <p><b>A3.</b> “Mas digo que, ao elegerem o AX1 foi uma eleição, pode ser, não tão justa, mas escolheram um bom presidente porque ele sabe e tem competência para dirigir uma associação”.</p> <p><b>A4.</b> “É sinal que todos os alunos tinham que votar. Por isso é que há votos, há eleições. É para cada um dar a sua opinião, votar no que ele acha capaz”.</p>	<p>presidente. Coisa que não acontece. Nós votamos está tudo bem. Na hora de apresentar o presidente ou saber quantos votos essa pessoa tem para ser presidente, eles não mostram”.</p> <p><b>A8.</b> “Só para acrescentar, eu acredito que nenhum dos colegas daqui tem noção de quantas pessoas votaram nesse novo candidato ou antigo. Não temos conhecimento disse, então, por isso é que digo que não há transparência. Voto, houve sim, mas quando se elegeu o novo candidato, não passaram por turma a dizer o antigo teve X...”</p>
<b>Financiamento</b>	<p>Financiamento/Parceria</p> <p>- Como conseguem financiamento para as atividades</p>	<p><b>A2.</b> “Os mesmos estudantes porque eles pagam a quota”.</p> <p><b>A1.</b> “Não. E nem sempre o dinheiro da quota... É suficiente. Às vezes a própria associação tem que fazer, tem que vir dar grandes esforços para realizar atividades. Muitas das vezes, a associação tem... tem medo de enfrentar a realidade porque a corda sempre rebenta do lado mais fraco. Às vezes temos sofrido calados. Ou seja, às vezes a associação sofre calada”.</p> <p><b>A2.</b> “Mas é importante que os colegas tenham</p>	<p><b>A7.</b> “Eu acho que quem financia as atividades da associação dos estudantes, é mesmo a instituição., uma vez que o alunos pagam quota. São essa quotas, eu acho, não tenho bem domínio, que se usa quando há uma atividade.</p> <p><b>A10.</b> “Por parte do financiamento, eu diria que não seria propriamente a instituição, mas sim, a associação dos estudantes depende da contribuição dos alunos. A quota que a associação vai pedindo, que é de 300 kwanzas, e, por sua vez, quando houver uma atividade, este mesmo valor é que vai servir para cobrir algumas despesas em relação à</p>

		<p>mesmo o conhecimento desta mesma realidade porque sempre a associação será mal vista, então se não conhecer, fica um pouco mal”.</p> <p><b>A3.</b> Silêncio total.  <b>A4.</b> Silêncio total  <b>A5.</b> Silêncio total</p>	<p>associação.</p> <p><b>A6.</b> “Sim”  <b>A10.</b> “Sim”  <b>A9.</b> “Não... Eu não concordo completamente com o colega AX19, mas com o colega AX38, sim. Ele dizia muito bem que a instituição financia a associação dos estudantes porque todo o edifício tem um alicerce...não é possui só. Esta mesma associação necessita de algum apoio”</p> <p><b>A8.</b> “Professora! A associação dos estudantes é um órgão que vela pelos estudantes, por isso mesmo, essa mesma associação, quem pode financiar só podem ser os estudantes.</p>
<b>Caraterização/Papel</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ideias da AE</li> <li>- Assuntos importantes desde a sua criação.</li> <li>- Papel da AE na Escola.</li> <li>- Funções que tem desempenhado</li> <li>- Contributos da AE para o desenvolvimento estudantil e da Escola?</li> </ul>	<p><b>A1.</b> “A associação, conjunto de estudantes. A associação é muito importante para...numa...[sic] para uma determinada instituição. Porquê? É uma...é uma associação composta por estudantes, e trabalha para os estudantes. Esta mesma associação, ou seja, os mesmos estudantes, eles trabalham com os membros da direção da instituição e trabalham também como alunos da mesma instituição. A função primordial de uma associação dos estudantes é resolver os problemas dos estudantes”.</p> <p><b>A5.</b> “Certo. A colega falou bonito. Como diz o próprio termo, a associação dos estudantes é um grupo de estudantes que estão ali para</p>	

		<p>poder ajudar os mesmos...”.</p> <p><b>A2.</b> “Ok. Quanto a este... a este papel da associação dos estudantes, acredito que é muito importante e é, necessário para qualquer instituição. Em primeira instância, estou a referir que a associação dos estudantes, desde que eu cheguei aqui nessa instituição, tem sido sempre aquela que os estudantes precisam, mas é que às vezes nem sempre tem sido o suficiente para resolver estes mesmos problemas. A associação dá o seu esforço, mas nem sempre tem-se dado soluções”.</p> <p><b>A3.</b> Silêncio total.</p> <p><b>A4.</b> Silêncio total.</p> <p><b>A1.</b> “O batismo dos caloiros. Isso é... para mim isso é algo muito marcante”.</p> <p><b>A2.</b> “Eu diria talvez mesmo a própria recepção em si”.</p> <p><b>A4.</b> “Foi aquela que o professor (PZ) fez a palestra. Não sei se vocês se lembram”.</p> <p><b>A1.</b> “Ah, a caminhada. A palestra”.</p> <p><b>A5.</b> “A caminhada, a caminhada. Aquela foi muito fixe”.</p> <p><b>A2.</b> “O papel primordial da associação dos</p>	
--	--	---	--



		<p>estudantes é defender os interesses dos estudantes e manter o intercâmbio entre os professores e os estudantes”.</p> <p><b>A1.</b> “Para mim, sim. Têm dado grandes esforços. Pese embora não de uma forma tão na regra, como os colegas... como nós queríamos que fosse, mas de uma forma... digamos que de uma forma não tão ativa, eles têm desempenhado”.</p> <p><b>A3.</b> “Sim”</p> <p><b>A5.</b> “Sim”.</p> <p><b>A2.</b> “Em primeira instância, gostaria de começar a dizer que eles têm dado um grande empurrão para o nosso desenvolvimento apesar de que ultimamente as atividades têm saído assim... porque os colegas da associação dos estudantes, eles só podem nos ajudar no sentido de nos motivar. E também na medida em que vamos apresentando as nossas preocupações, por parte de alguns professores, eles como têm uma competência de ter com o coordenador de... de turno...das atividades extraescolares, extra e intra. A partir deles, quando reunir com o corpo docente, poderem debater estes problemas internos que os profe... que os estudantes apresentam”.</p> <p><b>A4.</b> “Creio que eles têm dado o seu melhor para defender os nossos direitos”</p>	
--	--	---	--

<p><b>Participação Estudantil</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização dos planos de atividades da AE.</li> <li>- Participação na concepção</li> <li>- Adesão nas atividades programadas pela AE.</li> <li>- Importância da AE</li> <li>- Relação entre os estudantes</li> </ul>	<p><b>A2.</b> “Os colegas da associação dos estudantes”.</p> <p><b>A1.</b> “A própria associação. Sim. A associação pede opiniões e também há, há... o mesmo programa de atividades elaboradas, passam pelos órgãos superiores da instituição”.</p> <p><b>A1.</b> “Só que há colegas que são muito passivos”.</p> <p><b>A4.</b> “É como se estivessem a perder tempo. Quando eles chegam e eles estão a sair é como”.</p> <p><b>A2.</b> “E em função do que a (A1) foi explicando, dizia que este ano não foi possível realizar o plano de atividades, em função da escassez de tempo que, segundo ela, houve escassez de tempo, mas que na lógica não podia se entender porque três meses é muito, não são três dias”.</p> <p><b>A1.</b> “Realmente, o (A2) tem razão”.</p>	

**Descrição das Siglas presentes no quadro**

As siglas A1, A2, A3, A4 e A5 vêm a designar os números dos alunos entrevistados

A letra A- significa- Aluno, letras AX1 a letra X vem a designar o nome do aluno entrevistado. O professor coordenador das atividades extraescolares, está designado por Alfa e o (PZ) é o nome fictício atribuído a um dos professores participantes.

A Letra, G1, representam o número de grupos de alunos entrevistados. Os números de 1-5 representam os números de cada aluno entrevistado.

AX1, AX2, AX3..... Vêm a designar os nomes dos alunos por ordem de funcionalidade na AE

A letra A- significa- Aluno, letras AX1, AX18, AX19, AX38... Vem designar o nome.

A Letra, G2, representam o número de grupos de alunos entrevistados. Os números de 6-10 representam os números de cada aluno entrevistado. O *Ondjuo* *Yeto* é, o nome fictício atribuído à escola.

## Quadro das entrevistas em grupos aos alunos

### Quadro 30- Entrevistas em grupo aos alunos. Grupos 3 e 4

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>G3</b>	<b>G4</b>
<b>Génesis da AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação</li> <li>- Iniciativa</li> <li>- Ocorrência do processo</li> <li>- Adesão</li> </ul>	<p>A11. “A associação de estudantes, não temos conhecimento de quando foi criada”.</p> <p><b>A10.</b> “não temos conhecimento de quando foi criada”.</p> <p><b>A12.</b> “não temos conhecimento de quando foi criada”.</p> <p><b>A13.</b> “não temos conhecimento de quando foi criada”.</p> <p><b>A14.</b> “não temos conhecimento de quando foi criada”.</p> <p><b>A15.</b> “não temos conhecimento de quando foi criada”.</p> <p><b>A16.</b> “não temos conhecimento de quando foi criada”.</p> <p><b>A14.</b> “Foi por iniciativa, acho que do diretor”.</p> <p><b>A10.</b> “Acho que esse processo decorreu...na medida em que a escola precisava de alguns</p>	<p><b>A19.</b> “Quando foi criada? Não tenho a máxima noção de quando foi criada a associação de estudantes cá da nossa escola...Entrei nessa escola em 2014. Eu vi que a associação de estudantes, em 2014, fez-se sentir, mas quando foi criada, não tenho a noção”.</p> <p><b>A20.</b> “ Não tenho noção”</p> <p><b>A21.</b> “Não tenho noção”</p> <p><b>A22</b> “Não tenho noção”.</p> <p><b>A18.</b> “Também não sabemos por iniciativa de quem”</p> <p><b>A19.</b> “Não”</p> <p><b>A20.</b> “Não “</p> <p><b>A21.</b> “Não”</p> <p><b>A22.</b> “Não”.</p> <p><b>A20.</b> “Também não sabemos como decorreu esse processo”</p> <p><b>A17.</b> “Também não sabemos”</p> <p><b>A18.</b> “Também não sabemos”</p> <p><b>A19.</b> “Também não sabemos”</p> <p><b>A21</b> “Também não sabemos</p> <p><b>A22.</b> “Também não sabemos”</p> <p><b>A17.</b> “Também não sei, professora como foi a adesão.</p>

		<p>auxílios, no que diz respeito a algumas atividades extraescolares e não só. Algumas atividades nas quais a escola...precisava de apoio, precisava de auxílio...Acho que por isso meteram a associação dos estudantes”.</p> <p><b>A13.</b> “No princípio acho que foram mesmo alguns porque quando a associação dos estudantes abriu, nem todos queriam ingressar porque é algo que nem todos conheciam o que é”.</p> <p><b>A14.</b> “As pessoas não queriam ingressar na associação dos estudantes por causa das responsabilidades que lá constam”.</p> <p><b>A12.</b> Silêncio total.  <b>A15.</b> Silêncio total  <b>A16.</b> Silêncio total</p>	<p><b>A18.</b> “não sei,”  <b>A19.</b> “não sei,”  <b>A20</b> “não”  <b>A21.</b> “não”  <b>A22.</b> “não”</p>
<b>Estrutura</b>	<p>- Estatuto</p> <p>- Elaboração</p>	<p><b>A10.</b> “Acho que deve ter, mas nós não temos conhecimento”.</p> <p><b>A15.</b> “Realmente, não estou ligada à associação dos estudantes e é, será difícil responder a esta questão. Por um outro motivo. Não quero mesmo fazer parte dela, da associação dos estudantes”.</p> <p><b>A16.</b> “Por acaso não domino mesmo bem, bem, na associação dos estudantes”.</p>	<p><b>A18.</b> “Sim, tem”.  <b>A17.</b> “Sim”  <b>A19.</b> “Sim”  <b>A20.</b> “Sim”  <b>A21.</b> “Sim”  <b>A22.</b> “Sim”  <b>A22.</b> “O estatuto da associação de estudantes foi elaborado pelo coordenador das atividades extraescolares, neste caso, o Alfa na presença do presidente da associação de estudantes”.</p>

		<p><b>A10.</b> “Acho que o coordenador da atividades escolares, professor “Alfa”, que é o coordenador que também faz parte da associação. Acho que deve ser ele, com a ajuda do diretor quem elaboram”.</p> <p><b>A11</b> “sim”  <b>A12.</b> “Sim”  <b>A13.</b> “sim”</p>	<p><b>A21.</b> “Sim”  <b>A17.</b> “Sim”  <b>A18.</b> “Sim”  <b>A19.</b> “Sim”  <b>A21.</b> “Sim”  <b>A22.</b> “Sim”</p>
<b>Organograma</b>	<p>- Composição</p> <p>- Elaboração</p>	<p><b>A10.</b> “ Organograma?”</p> <p><b>A10.</b> “sim”  <b>A11.</b> “Sim”  <b>A12.</b> “Sim”  <b>A13.</b> “sim”.  <b>A14.</b> “sim”.  <b>A15.</b> “Sim”.  <b>A16.</b> “Sim”.</p> <p><b>A10.</b> “Está composto pelo presidente da associação, que é o AX1, o vice-presidente que é, acho, o AX2 e o secretário que é o AX3 e tem alguns que fazem membros, que são tesoureiros, fazem parte dos protocolos, assim sucessivamente, que eu saiba”.</p> <p><b>A15.</b> “Realmente, tem de ser o presidente, até porque...o presidente...pretérito, ele realmente escolheu aqueles que podem trabalhar com ele. Acredito então, que quem elaborou estes mesmos membros, foi o presidente da associação dos estudantes”.</p>	<p><b>A18.</b> “Sim”  <b>A17.</b> “Sim”  <b>A19.</b> “Sim”  <b>A20.</b> “Sim”  <b>A21.</b> “Sim”  <b>A22.</b> “Sim”</p>

		<p><b>A11.</b> “sim”  <b>A12.</b> “sim”  <b>A13.</b> “Sim”  <b>A14.</b> “Sim”  <b>A15.</b> “Sim”  <b>A16.</b> “Sim”</p>	
<b>Função</b>	<p>- Órgãos da AE</p> <p>- Identificação dos colegas</p> <p>- Função máxima na AE?</p>	<p><b>A13.</b> “Vamos tentar...Quer dizer, o presidente é o AX1, o vice presidente é o AX2(não sei o sobrenome dele), o secretário é o AX3, a tesoureira é a AX4...o coordenador da área dos instrumentos ou da música é o AX5 os restantes colegas vão dizer qualquer coisa”.</p> <p><b>A10.</b> “está tudo”  <b>A11.</b> “está tudo”  <b>A12.</b> “está tudo”  <b>A14.</b> “está tudo”  <b>A15.</b> “está tudo”  <b>A16.</b> “está tudo”.</p> <p><b>A10.</b> “Quem desempenha a função máxima na associação dos estudantes, é o presidente da associação, AX1</p>	<p><b>A21...</b> “Para seres presidente da associação, primeiro, tens de ser membro da escola, tens de estar no primeiro ou segundo ano e apresentar as suas propostas aos estudantes da mesma escola.</p> <p><b>A17.</b> “Sim, concordamos”  <b>A18.</b> “Sim, concordamos”  <b>A19.</b> “Sim, concordamos”  <b>A20.</b> “Sim, concordamos”  <b>A22.</b> “Sim, concordamos”</p>
<b>Eleições/Candidaturas</b>	<p>- Realização</p> <p>- Candidaturas</p> <p>- Convites à Candidatura</p>	<p><b>A10.</b> “Cada candidato à presidência, isto é, o candidato vai passando de sala em sala, fazendo as suas propagandas, dizendo o que vai fazer durante a campanha, o que ele vai fazer depois de ser votado, faz as suas</p>	<p><b>A22.</b> “O coordenador das atividades extraescolares professor Alfa é quem dirige as eleições para nova presidência.</p> <p><b>A17.</b> “Sim”  <b>A18.</b> “Sim”</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Duração do mandato</li> <li>- Quem convoca as eleições</li> <li>- Número de listas concorrentes</li> <li>- Critérios utilizados</li> <li>- Quem as dirige</li> </ul>	<p>publicidades ‘Eu farei isso, isso, isso...com o objetivo de melhorar aquilo e aquilo...’ e assim vai indo...”</p> <p><b>A12.</b> “Acredito que a eleição do presidente, o presidente vai fazendo as suas propagandas nas salas, mas para o tesoureiro ou o secretário, não é preciso que eles passem nas salas, é feito por intermédio de uma assembleia”</p> <p><b>A11.</b> Silêncio</p> <p><b>A13.</b> Silêncio</p> <p><b>A14.</b> Silêncio</p> <p><b>A15.</b> Silêncio</p> <p><b>A16.</b> Silêncio.</p> <p><b>A10</b> “Eu, em particular, já. E já fiz parte dos membros da candidatura passada...fiz parte da área de jornalismo e...”</p> <p><b>A11.</b> “E eu fui tesoureira da associação dos estudantes, mas demiti-me porque era tanta responsabilidade, guardar dinheiro...”</p> <p><b>A12.</b> “Já houve, mas não podia aceitar o cargo pois tem algumas qualidades, exigências, ter tempo...ter amor...mais calo...realmente, não me sinto capacitado para tal”.</p> <p><b>A13.</b> Silêncio</p> <p><b>A14.</b> Silêncio</p>	<p><b>A20.</b> “Sim”</p> <p><b>A21.</b> “Sim”.</p>
--	---	---	--



		<p><b>A15.</b>Silêncio</p> <p><b>A16.</b>Silêncio</p> <p><b>A14.</b> “<i>A priori</i> a pessoa tem que ter uma responsabilidade porque dirigir.... ser presidente da associação dos estudantes não é uma coisa fácil. Tem de ter a responsabilidade, saber, realmente, como tem de trabalhar...tem de trabalhar, tem de fazer as coisas com amor não só porque quer aparecer, como se diz no português agora, quer aparecer. Mas sim, a pessoa tem de possuir uma certa responsabilidade. Pessoas capacitadas para tal”.</p> <p><b>A16.</b> “Para eleger um presidente, conforme eu acompanhei anos atrás, os membros que são candidatos, passam por sala e sala e os escolhem através de rifam, [sic] os que rifam é que faziam aquela escola. Então, depois, o que for mais elevado, que tiver mais voto, é que é entregue a candidatura de presidência. Nessa mesma pessoa, tem que ter o tempo...tem que estar disponível para trabalhar porque não é qualquer pessoa que tem outras responsabilidades, que vai conseguir concorrer para este cargo”.</p> <p><b>A12.</b> “Tem que ter oratória, tem que saber como se dirigir às pessoas, tem que ter autodomínio. Isso é, como agir com as pessoas. Então, desta feita, ele tem de saber</p>	
--	--	---	--

		<p>compreender as pessoas e não tem de ser um aluno pré-finalista, tem de ser alguém ou do 1º ano ou do 2º porque pré-finalista não vai durar muito tempo, vai deixar nossa escola”.</p> <p><b>A11.</b> “Acho que é o professor “Alfa” quem convoca”</p> <p><b>A10.</b> “sim”</p> <p><b>A12.</b> “Sim”</p> <p><b>A13.</b> “Sim”</p> <p><b>A14.</b> “sim”</p> <p><b>A15.</b> “Sim”</p> <p><b>A16.</b> “Sim.”</p>	
<b>Novas Eleições</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência do último presidente da Associação.</li> <li>- Novas eleições no meado do mandato.</li> <li>- Expectativas para o novo mandato.</li> <li>- Quando termina</li> </ul>	<p><b>A11.</b> “ele não desistiu...Teve que sair porque ele não tinha as competências necessárias para dirigir uma associação dos estudantes”.</p> <p><b>A16.</b> “Penso que não tinha capacidade para dirigir. Ele era irresponsável”.</p> <p><b>A12.</b> “Ele gerenciou mal o dinheiro”.</p> <p><b>A13.</b> “Quando você não trabalha em democracia, você decide tudo, por si mesmos, as coisas não correm lá muito bem. E uma das coisas que fez o presidente da associação de estudantes saísse é porque ele gostava de trabalhar sozinho, não colaborava com os outros. Não colaborava com os outros. Então, os seus membro, por sua vez, não gostavam e foram ter com o líder</p>	<p>A17. “O último presidente da associação, saiu da associação por não ter competências suficientes para tal e por ter ganância do dinheiro.</p> <p>A19. “. Desviou dinheiro e aí decidiu para desistir”</p> <p>A21. “Ele não soube gerir corretamente a associação dos estudantes, como os valores monetários da associação”</p> <p>A22. “A coordenação das atividades extraescolares, achou melhor substituir o presidente pelas anomalias que ele tinha feito e não dava para continuar, mesmo sabendo das coisas que ele fazia. seria um pouquinho impossível ter uma associação sã, com um presidente não competente”.</p>

		<p>máximo, que é o diretor da escola, fazendo a queixa. Então, ele foi tirado porque não soube...” Foi a liderança da escola. Os órgãos máximos da escola”.</p> <p><b>A14.</b> “Visto que já estava no meio do mandato e tinha alunos que vão ingressar nas novas classes. Foi rapidamente...para cobrir as necessidades que aquele presidente deixou, visto que deixou tanta responsabilidade deixou tanta responsabilidade e tinha aqueles alunos que estão para sair...e as atividades da associação dos estudantes que os alunos vão ingressar nas atividades”.</p> <p><b>A15.</b> “E não só. Até porque a associação dos estudantes é mesmo muito importante e não pode ficar sem um líder”.</p> <p><b>A11.</b> “AX6- Realmente tinham de ser mesmo feitas estas eleições porque teria uma certa desorganização, até porque a associação de estudantes, por sua vez, é mesmo muito importante, se a escola por sua vez decidir criar uma associação de estudantes é porque tem mesmo a ver com uma importância grande a nível da instituição”.</p> <p><b>A14.</b> “AX16- Visto que a nova presidência foi tirada por falta de responsabilidade, neste</p>	<p>A21. “Nesse novo mandato, nós esperamos um bom trabalho, competência e defesa dos direitos dos alunos na instituição”.</p> <p>A19. “Esperamos que haja mais competência para que não se repitam os mesmos atos e mais responsabilidade”.</p> <p>A18. “Acho que os colegas já disseram tudo”</p> <p>A21. “Este mandato termina no próximo ano. Neste caso, em 2019”.</p> <p>A22. “Silêncio”</p> <p>A17. “Silêncio”</p> <p>A18. “Silêncio”</p> <p>A19. “Silêncio”</p> <p>AA20. “Silêncio”.</p>
--	--	--	---

		novo mandato nós esperamos melhorias no que diz respeito às atividades que vão ser realizadas na escola, melhor incentivo aos alunos”.	
<b>Justiça/ Transparência</b>	- Justiça  -Transparência		A22. “Eu não posso valer isso com firmeza, até porque, no momento das eleições, os delegados só entregam os votos. Nem o delegado fica presente no momento da cotação dos votos. Mas acho que têm sido justas e transparentes”. A19. “Não, não temos visto muito da cotação dos votos”.  A21. “Não podemos afirmar, com clareza, que têm sido justas e transparentes”  A17. “Sim” A18. “Sim” A20. “Sim”
<b>Financiamento</b>	- Financiamento/Parceria - Como conseguem financiamento para as atividades		A20 “... Às vezes quando tem atividades na associação dos estudantes, eles recorrem a algumas parecerias como... eles pedem a ajuda do diretor ou sub-diretor, mas, na maioria das vezes, essas ajudas não são, bem, bem correspondidas”.  <b>A22.</b> “Sim, há a influência de um partido. Neste caso, o partido que está no poder, o MPLA. Sempre que tem atividades da

			<p>associação dos estudantes, vimos no mês antepassado, no batismo dos caloiros, e o partido em poder, ajudou-nos em situações como: o palco, onde desfilaram, onde se fez a apresentação da atividade. Às vezes, também ajudam com alguns panos de decoração”.</p> <p><b>A17.</b> “O financiamento para as nossas atividades...A associação dos estudantes tem feito com que os estudantes, de seis em seis meses, dão uma quota e dessa mesma quota, às vezes, é que tem ajudado bastante a associação dos estudantes na realização das suas atividades”.</p>
<p><b>Caraterização/Papel</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ideias da AE</li> <li>- Assuntos importantes desde a sua criação</li> <li>- Papel da AE na Escola.</li> <li>- Funções que tem desempenhado</li> <li>- Contributos da AE para o desenvolvimento estudantil e da Escola</li> </ul>		<p><b>A18.</b> “A associação atual de estudantes, eu acho que é uma associação que veio para ajudar não só a escola em si, mas também os estudantes”</p> <p><b>A21.</b> “Que nela se encontram. A associação dos estudantes, tem como maior objetivo ajudar os estudantes em várias situações e...”</p> <p><b>A21.</b> “ Atualmente, eu acho que a associação está a trabalhar, está um bom caminho, claro...ajudando nos problemas que os alunos têm, a resolver”.</p> <p><b>A18.</b> O chefe da associação de estudantes, tem competência”.</p> <p><b>A22.</b> “Desde que foi criada a associação de estudantes, por mim, eu digo, o que mais me marcou, foi a primeira atividade realizada</p>

			<p>assim que eu entrei nessa escola, neste caso, em 2014. A atividade extra que foi realizada...fomos...graças àquela atividade, eu conheci o túmulo do rei Mandume". Fomos no jornal ou na imprensa na ANGOPE.</p> <p><b>A21.</b> "foi do 17 de setembro...foi também uma atividade que me marcou bastante".</p> <p><b>A20.</b> "Uma das atividades que também me marcou foi essa que as colegas acabaram de dizer, nesse mesmo ano de 2015 usando a associação dos estudantes decidiu organizar um campeonato em 3 escolas".</p> <p><b>A18.</b> "O papel da associação dos estudantes é de...ver [sic] pelo comportamento dos estudantes mesmo aqui na escola, ajudar nos problemas dos estudantes aqui na escola"</p> <p><b>A19.</b> "Para mim, é resolver os problemas dos alunos"</p> <p><b>A18.</b> "Para nós, como alunos, a associação de estudantes tem-nos ajudado bastante o que cerne à resolução de alguns problemas que os estudantes passam.</p>
<b>Participação Estudantil</b>	<p>- Realização dos planos de atividades da AE.</p> <p>- Participação na concepção</p>		<p><b>A21.</b> "Quem realiza o plano de atividades da associação dos estudantes. Neste caso, é o presidente da associação dos estudantes, AX1, com os seu auxiliares".</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adesão nas atividades programadas pela AE.</li> <li>- Importância da AE</li> <li>- Relação entre os estudantes</li> </ul>		<p><b>A22.</b> “Não, não temos participado”</p> <p><b>A17.</b> “Não”</p> <p><b>A18.</b> “Não”</p> <p><b>A19.</b> “Não”</p> <p><b>A20.</b> “Não”.</p> <p><b>A21.</b> “Sim, têm. Têm aderido”</p> <p><b>A19.</b> “Nem sempre”</p> <p><b>A22.</b> “Acho eu que é preguiça dos colegas porque a associação dos estudantes não...cansa-se de passar as turmas. Na maioria das vezes, não tem tido muita aderência”</p> <p><b>A21.</b> “Para mim a associação dos estudantes é importante porque ajuda os alunos, os membros da instituição, neste caso, os alunos, na troca de experiência, nos problemas que os alunos têm na escola e em outros assuntos”.</p> <p><b>A18.</b> “Para mim, a associação dos estudantes é muito importante porque, para além de solucionar alguns problemas que eu tenho tido na instituição, ela faz com que eu me interajo com outros estudantes de outras instituições”.</p> <p><b>A22.</b> “Sim, eu, por mim, acho que é muito importante porque faz com que os alunos criem mais amizades com os outros alunos”</p>
<b>Relação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação AE/Órgãos de gestão</li> <li>- Relação AE/professores</li> </ul>		<p><b>A18.</b> “A relação entre os estudantes é boa porque a troca de experiência entre os estudantes, ajuda a interação na assimilação</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interferência nos plano de atividades</li> <li>- Aprovar das atividades</li> </ul>		<p>dos conhecimentos.</p> <p><b>A21.</b> “A relação entre os estudantes é boa. Uma vez que a escola é a nossa segunda casa, não tem como nós nos comportarmos de uma forma ruim com os outros. Temos de ter os colegas como irmãos”.</p> <p><b>A17.</b> “Acho que é uma boa relação entre a associação de estudantes e órgãos da escola. Sempre que associação dos estudantes está para realizar uma atividade, tem havido um conselho entre a associação e os órgãos da instituição”.</p> <p><b>A19.</b> A relação entre os estudantes e os professores é boa, dependentemente do comportamento do aluno para o professor e do professor para o aluno”.</p> <p><b>A22.</b> “algumas vezes tem sido boa e noutras menos boa. Temos alunos que não se comportam tão bem. E por eles saberem que fazem parte da associação dos estudantes, pensam que têm um poder sobre eles. Dependendo do aluno e do professor”.</p> <p><b>A21.</b> “Nalgumas das vezes, [sic] interfere sim. Porque às vezes, no final de semana, a associação dos estudantes quer ter um off [sic] com os alunos, já a direção da escola, por vezes, programa uma outra coisa. E a interferência é assim”.</p> <p><b>A19.</b> “Sim, a gestão da escola interfere nos planos de atividades da associação dos estudantes. Na primeira semana de abril,</p>
--	---	--	---



			<p>estava para ser realizado o batismo dos estudantes de cada escola, mas a escola tinha uma outra atividade. Vinha a vista do partido em poder e aquela mesma visita escolheu a nossa instituição para dar uma pequena palestra com o professores e os estudantes. E isso atrapalhou a atividade já programada pela associação dos estudantes. Foi transferido o batismo dos caloiros para a segunda semana de abril”</p> <p><b>A18.</b> “Sim... Visto que a escola é a nossa segunda casa e numa casa o pai é sempre que manda. Então. Antes se o filho tiver de fazer algo, tem de pedir sempre autorização no seu pai. Nesse caso, esse é o exemplo que eu dou entre a escola e a associação dos estudantes. Para poder fazer uma atividade, tem que mandar um documento para que a direção da escola aprove essa atividade, para ver se vai ser realizada ou não.</p> <p><b>A22.</b> “Sim, têm de aprovar”</p> <p><b>A21.</b> “Sim, concordo”.</p>
--	--	--	---

### Descrição das Siglas presentes no quadro

AX1, AX2, AX3, X22... Vêm a designar os nomes dos alunos por ordem de funcionalidade na AE

A letra A- significa- Aluno, letras AX1 a letra X vem a designar o nome do aluno entrevistado, o número 1, 2 e 3... são, os números de alunos pertencentes à AE. O professor coordenador das atividades extraescolares, está designado por - Alfa

A Letra, G3, representam o número de grupos de alunos entrevistados. Os números de 10-16 representam os números de cada aluno entrevistado. O *Ondjuo Yeto* é, o nome fictício atribuído à escola.

A18, A19, A20... São números atribuídos aos alunos participantes da entrevista

## Quadro das entrevistas em grupos de alunos

### Quadro 31- Entrevistas em-grupos aos alunos. Grupos 5 e 6

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>G5</b>	<b>G6</b>
Gênese da AE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação</li> <li>- Iniciativa</li> <li>- Ocorrência do processo</li> <li>- Adesão</li> </ul>	<p><b>A24.</b> “A associação de estudantes foi criada entre o ano de 2009 e 2010 por um estudante que teve a iniciativa chamado AX9 Este estudante via noutras instituições alguma coisa acerca da associação de estudantes e ele criou esta mesma associação na mesma escola com a ajuda de outros estudantes</p> <p><b>A23.</b> “Não. Não sei. antes”.</p> <p><b>A25.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A26.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A27.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A25.</b> “ Também não sabemos”.</p>	<p><b>A28.</b> Não, eu por mim não sei. Eu fui integrado em 2015 e já encontramos a mesma...a associação dos estudantes já criada.</p> <p><b>A29.</b> Silêncio</p> <p><b>A30:</b> Não.</p> <p><b>A32:</b> Acho que com a comunicação do direção...houve comunicado...acho que foi em massa. Os alunos para apreciar a abertura de um gabinete da associação dos estudantes que vai ajudar nos problemas dos alunos.</p> <p><b>A31.</b> “O que a gente diria, a criação da associação dos estudantes, não temos nenhum domínio, noção de que ano foi criado e de quem teve essa ideia, dentro de uma instituição escolar”.</p> <p><b>A32.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A33.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A29.</b> “Não, também não temos o conhecimento de quem teve o domínio de começar a associação dos estudantes aqui na escola.</p>
Estatuto	- Estatuto		<b>A28.</b> Sim, eles devem ter o estatuto porque é um pouquinho difícil, sem que tenha o

	- Elaboração		<p>documento, só por iniciativa deles, criarem uma ideia. Tudo assa pela base, de ter um documento que os guia, o que vão fazer.</p> <p><b>A29.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A30.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A31.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A32.</b> “Acredito que esse estatuto, normalmente, é uma criação entre o responsável da associação dos estudantes e o diretor da mesma escola, incluindo os coordenadores de turma, são os elementos fundamentais.</p> <p><b>A33.</b> Não concordo. A associação dos estudantes não está só aqui. Eu acho que é um programa que vem a partir da nacional. Simplesmente aqui, foi uma coisa orientada pelo diretor da escola.</p>
Organograma	- Composição  - Elaboração		<p><b>A28.</b> “O documento, não podemos dizer que existiu por nunca o viu”</p> <p><b>A29.</b> “Não, não. Nunca tive esse privilégio de me deparar com esse documento onde vem o programa, com base esses elementos da associação dos estudantes. Simplesmente, sempre só comunicam vocalmente [sic] .Não vimos”</p> <p><b>A30.</b> “Acho que já fui capaz de assistir à eleição do presidente da associação dos estudantes, além deste, antes, o anterior, que faz-se também de uma maneira, uma eleição onde elege-se o presidente da mesma associação dos estudantes, o secretário, o</p>

			<p>tesoureiro e os demais membros da associação”</p> <p><b>A30.</b> “A pretensão é, o Alfa fez a elaboração do...presidente da associação e os mesmos colegas da escola é que contribui para que o colega seja presidente da associação. Elaborado pela direção da escola, mas também...”</p> <p><b>A31.</b> “Não vimos documento, mas tem presidente, tem secretários e tem aí o tesoureiro, tem um organograma organizado”.</p> <p><b>A32.</b> “Fisicamente, nunca vimos o documento, mas...aqui o presidente da associação, a seguir, o secretário...”</p> <p><b>A33.</b> “Está estruturado desta maneira. Se está estruturado dessa maneira, então existe esse documento”.</p>
Função	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Órgãos da AE</li> <li>- Identificação dos colegas</li> <li>- Função máxima na AE</li> </ul>		<p><b>A28.</b> “Presidente da associação dos estudantes”</p> <p><b>A29.</b> Sim”</p> <p><b>A30.</b> “Sim. Conheço face a face, mas os nomes...”</p> <p><b>A31.</b> “Sim. Só conheço o AX1, que é o presidente da associação dos estudantes. Porque, para mim, tem de ser recíproco: os alunos ir à procura, interagir com os responsáveis da mesma associação dos estudantes e eles também tinham de fazer o mesmo: passar turma por turma e dar umas</p>

			<p>considerações e os alunos também podiam de forma...”</p> <p><b>A32.</b> “Sim”</p> <p><b>A33.</b> “Sim. Não conheço. Só conheço o presidente pela cara, nem pelo nome... só o presidente. O resto da equipa dele...”</p>
Eleições/Candidaturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização</li> <li>- Candidaturas</li> <li>- Convites à Candidatura</li> <li>- Duração do mandato</li> <li>- Quem convoca as eleições</li> <li>- Número de listas concorrentes</li> <li>- Critérios utilizados</li> <li>- Quem as dirige</li> </ul>	<p><b>A23.</b> “Eu acho que este novo mandato termina na...[sic] Suponhamos que o novo presidente esteja a fazer a décima primeira... ele foi convocado quando estava, acho eu, na décima primeira e já está na décima segunda. Acho que no fim deste ano, quando ele estiver na décima terceira tem que eleger outro porque ele já está para sair”.</p> <p><b>A26.</b> “Sim”.</p> <p><b>A27.</b> “Sim. Se ele reprovar há mas vantagem continua ele mesmo ele”</p>	<p><b>A28.</b> “As eleições dos estudantes, são realizadas...cria-se uma pequena comissão dos candidatos e esses candidatos vão passando por turmas a candidatarem-se ou a dar a sua propaganda em quem eles querem assumir esse cargo de presidente da associação. Então, a turma, por sua vez, vai votando.</p> <p><b>A29.</b> “Pensar em candidatar? Não, nunca fiz”.</p> <p><b>A30.</b> “Concordo. Nunca pensei em candidatar”.</p> <p><b>A31.</b> “concordo. Nunca pensei em candidatar-me.</p> <p><b>A32.</b> “Concordo. Nunca pensei em candidatar-me</p> <p><b>A33.</b> “Concordo. Nunca pensei em candidatar-me”.</p> <p><b>A30.</b> O presidente da associação, ele cessa o seu mandato depois de terminar o curso.</p> <p><b>A32.</b> Não temos noção de quanto tempo dura porque esta candidatura do presidente da associação não começa logo na 11<sup>a</sup>, que é o primeiro ano dele.</p> <p><b>A29:</b> Duas pessoas pelo que pude</p>

			<p>acompanhar. São duas pessoas que concorrem para a presidência.</p> <p><b>A31:</b> Sim.</p> <p><b>A33:</b> Não, as mesmas pessoas, não. Terminou fulano, depois vai outra pessoa</p> <p><b>A30:</b> Pode-se candidatar quem esteja preparado para assumir aquele cargo e ser presidente da associação dos estudantes aqui na escola.</p> <p><b>A28:</b> Sim. E depois, também, podemos dizer que este tal vai ser eleito. Precisamente, que mostre as suas políticas de trabalho. Normalmente, quando é essa candidatura para um determinado cargo, há sempre umas políticas: “Eu estou para fazer isto.”; “Eu estou para fazer aquilo.”. Então, aquelas políticas... podem ser os eleitores.</p> <p><b>A31:</b> Não, não tenho noção.</p> <p><b>A30:</b> As passadas, o professor Alfa dirigiu essas eleições. Eu pude participar numa dessas eleições.</p> <p><b>A29:</b> “As passadas, o professor Alfa dirigiu essas eleições. Eu pude participar numa dessas eleições. cessante, do candidato cessante. Pude acompanhar. Foi o professor Alfa.</p> <p><b>A33:</b> Sim.</p> <p><b>A32:</b> Sim.</p> <p><b>A33:</b> As outras eleições, nós não participamos porque o nosso turno era de noite e a comunicação só passava mais no</p>
--	--	--	--

			período da manhã. Só do cessante é que a gente participou.
Novas Eleições	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência do último presidente da Associação.</li> <li>- Novas eleições no meado do mandato.</li> <li>- Expectativas para o novo mandato.</li> <li>- Quando termina</li> </ul>		<p><b>A28:</b> Não tivemos conhecimento do que fez ele sair.</p> <p><b>A30:</b> Na minha opinião, posso dizer que ele saiu da associação porque terminou o seu próprio mandato. Terminou o mandato na condição de terminar o seu próprio curso.</p> <p><b>A33:</b> Acho que foi no ano, no meio do ano, ou coisa assim. Dirigir um coletivo de pessoas, não é tão fácil. Por opinião própria, acho que alguma coisa não correu bem e, então, houve necessidade de substituí-lo. Exoneração existe em qualquer ramo.</p> <p><b>A29:</b> De vez enquanto, a gente não espera até que o mandato termine, uma vez que ele não está capacitado para desempenhar as suas funções. Quando isso acontece, então não se espera o mandato terminar.</p> <p><b>A28.</b> Acho que tem intervido porque nós vemos que o atual está no fim do seu mandato, logo a direção da escola tem de intervir, juntamente com o elemento com quem ele trabalhou para ver o passo a seguir...o substituto deste.</p> <p><b>A29.</b> Silêncio</p> <p><b>A30</b> Silêncio</p> <p><b>A31.</b> Quem pode convocar essas eleições, só pode ser a mesma associação dos estudantes em conjuntura com a direção da</p>



		<p>escola.</p> <p><b>A32.</b> Silêncio</p> <p><b>A33.</b> “Sim, tem intervindo”</p> <p><b>A29.</b> “Não, não tenho noção”. Acho que depende muito da organização, do estatuto que funciona aí. Quando este camarada já não é mais do agrado do seu elenco, então, ele pode mesmo ser substituído, sem esperar até que o mandato termine”.</p> <p><b>A31.</b> “Espero que devem se empenhar, como o próprio instituto diz aqui, associação dos estudantes. Devem mostrar trabalho, deve ter capacidade e habilidade naquilo que está a dirigir ou está empenhado”</p> <p><b>A33.</b> “Depois de tomar posse, ele deve fazer com que tudo o que disse que ia cumprir, se faça cumprir na escola porque a associação está aí também para defesa do aluno”</p> <p><b>A28.</b> “Não sei”.</p>
Justiça/ Transparência	- Justiça  -Transparência	<p><b>A30.</b> “Têm sido justas porque, das últimas eleições que eu pude acompanhar, têm sido justas. Têm uma fase em que eles implementam as suas políticas e os alunos vão vendo quem é quem e, no fim, faz-se as eleições. Confere-se os votos na frente do público e dá-se o resultado merecido”.</p> <p><b>A29.</b> Não, eu não acompanhei”.</p> <p><b>A28.</b> “Não”</p> <p><b>A31.</b> “Não, não”</p> <p><b>A32.</b> “Não”</p> <p><b>A33.</b> “Não”</p>

Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Financiamento/Parceria</li> <li>- Como conseguem financiamento para as atividades</li> </ul>		<p><b>A32.</b> “Eles cobram uma quota, 300 kwanza, e acho que vai para o fundo a associação dos estudantes”</p> <p><b>A33.</b> “Há momentos em que eles pedem uma contribuição, a turma tem de contribuir com um valor ínfimo. Ai conseguimos realizar as nossas atividades, junto com a associação dos estudantes que representa os alunos na instituição”.</p>
Caraterização/Papel	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ideias da AE</li> <li>- Assuntos importantes desde a sua criação</li> <li>- Papel da AE na Escola.</li> <li>- Funções que tem desempenhado</li> <li>- Contributos da AE para o desenvolvimento estudantil e da Escola</li> </ul>	<p><b>A23.</b> “A associação de estudantes é uma organização que zela pela necessidade dos alunos de uma instituição.</p> <p><b>A24.</b> “Sim. A associação de estudantes era para facilitar o processo da área pedagógica, administrativa, para ajudar também nas situações em que os alunos ou os estudantes dessa instituição passam”.</p> <p><b>A25.</b> Silêncio</p> <p><b>A26.</b> Silêncio</p> <p><b>A27.</b> Silêncio</p> <p><b>A23.</b> “Não houve muita coisa marcante mas não podemos dizer que não há nada que não marcou porque temos feito algumas caminhadas e essas caminhadas não são simplesmente para fazer piqueniques e brincadeiras”.</p> <p><b>A24.</b> “Na minha opinião, desde que foi</p>	<p><b>A28.</b> “Que achamos da associação dos estudantes? É um órgão muito importante numa instituição escolar como esta, qualquer instituição, porque tem o papel de velar os problemas que podem advir em todos os alunos que pertencem a uma instituição. É o órgão que defende os problemas que os alunos podem apresentar na escola”.</p> <p><b>A29.</b> “Também tem a ver com os batismos na escola, dos novos alunos. Eles trabalham muito bem”</p> <p><b>A32.</b> O papel é ajudar os alunos. Se o aluno tem problema, com o professor ou com a matéria, tem que levar o caso na associação dos estudantes. A associação dos estudantes ou o representante, é que vai levar o caso na direção da escola.</p> <p><b>A29.</b> “É só a norma”.</p> <p><b>A30:</b> Não.</p> <p><b>A31:</b> Nós não podemos afirmar, taxativamente, se não têm feito, mas, no caso da nossa turma, não temos visto. As a escola</p>

		<p>fundado este órgão, uma das coisas que mais me marcou foi a viagem do Calueque”.</p> <p><b>A25.</b> “Não fez nada que seja marcante. Não consigo destacar alguma coisa marcante desde que cheguei a esta instituição”.</p> <p><b>A26.</b> “Não. Não tenho nada”.</p> <p><b>A27.</b> Silêncio</p> <p><b>A23.</b> “O papel da associação de estudantes cá na escola é o de resolver os problemas que os estudantes têm para com algumas disciplinas, na elaboração de pautas caso os alunos não estejam de acordo com aquelas notas, caso os professores não se tenham comportado bem perante os alunos. É da responsabilidade dos estudantes exporem os seu problemas à associação e a associação fará chegar à direção da escola para que possa ser solucionado este problema”.</p> <p><b>A24.</b> “Pelo menos, nunca tive o privilégio de os ver entrar na turma em que estou inserido.</p> <p><b>A25.</b> Concordo</p> <p><b>A26.</b> Concordo</p> <p><b>A27.</b> Concordo</p>	<p>é tão vasta que é possível que tenha feito.</p> <p><b>A30:</b> A associação dos estudantes, ajudou também a própria instituição. Mesmo as ideias são construídas junto com a própria direção, criar atividades extraescolares, trocar experiências com outros colegas de outras escolas. São coisas que a gente também aprendeu na vida aqui, pois estamos representados para, no tempo futuro, [sic] desenvolvimento na própria sociedade.</p> <p><b>A29</b> “Contribui na organização nas nossas atividades estudantil, [sic] na instituição do <i>Ondjuo Yeto</i>”</p>
Participação Estudantil	<p>- Realização dos planos de atividades da AE.</p> <p>- Participação na conceção</p>	<p><b>A23.</b> “Os contributos são as saídas, por exemplo, as caminhadas, fazem bem e são coisas marcantes. Na elaboração das atividades não. Não temos participado”</p> <p><b>A24.</b> “Eu gostaria que a associação tivesse</p>	<p><b>A30.</b> “Ser notificado, a nossa turma, para participar numa atividade que diz respeito á instituição, nunca tivemos esse privilégio”</p> <p><b>A29:</b> Acho que, sendo uma associação, eles têm um presidente da mesma associação,</p>

	<p>- Adesão nas atividades programadas pela AE.</p> <p>- Importância da AE</p> <p>- Relação entre os estudantes</p>	<p>também, por exemplo, o contacto com outros <i>Ondjuo Yeto</i> para que haja aquela interação <i>Ondjuo Yeto</i> [impertível], <i>Ondjuo Yeto</i> Namacunde, do Cuvelai para que os estudantes desta instituição possam trocar experiências com os estudantes daquelas instituições.</p> <p>Aliás, temos tido ideias construtivas mas a não participação nessa elaboração das atividades fazem-nos a não chegar lá porque saberão muito bem que não adianta parar, não servirá de suporte, neste caso, às vezes ignoram, não levam em consideração as atividades que nós estabelecemos”.</p> <p><b>A25.</b> “A evolução das caminhadas que têm sido feitas, penso eu, que têm contribuído bastante, tanto ao nível académico como ao nível do desenvolvimento intelectual”.</p> <p><b>A26.</b> “Mas sendo o presidente da associação o cabeça máximo por parte dos estudantes teria sido ele a elaborar o programa, neste caso, afim de o levar à direção pedagógica e verem quais são as atividades previamente estabelecidas pelo presidente e quais são as reprováveis e não aceites pelo diretor da mesma instituição. Só quando é obrigatório, isto porquê? Algumas vezes acontece que aderimos às atividades programadas pela associação, só as obrigatórias porque os membros da associação sempre que vêm</p>	<p>em união com os coordenadores de turnos, diria assim, então eles conseguem, formular, criar essa atividade, o que se pode fazer.</p> <p><b>A30:</b> Eles também podem fazer parte na organização deste plano de atividades, os alunos podem fazer.</p> <p><b>A33:</b> Eles podem criar atividades. Eles podem criar o que possam fazer, mas têm de fazer chegar na direção da escola se aprova ou não. Porque se queres fazer uma visita fora da instituição, mas como os encarregados têm conhecimento que os nossos filhos estão na responsabilidade da instituição, têm essas normas de fazer chegar a criação que eles pretendem fazer à direção e a direção aceita ou não aceita para dar o asseguroamento da própria atividade que será realizada.</p> <p><b>A32:</b> Não.</p> <p><b>A30:</b> Quando são comunicados, são aderidos. A comunicação, às vezes, chega mais tarde ou os estudantes não tiveram conhecimentos...poucos que aderem.</p> <p><b>A31.</b> “Para mim, a associação dos estudantes é muito importante. Numa escola como essa, tinha de haver uma associação desse tipo, mas sendo ela uma associação dos estudantes, que venha ela resolver os problemas dos tais alunos. Não só associação dos estudantes para outras atividades, esquecendo o próprio aluno”</p>
--	---	---	--

		<p>anunciar uma atividade dizem simplesmente, é obrigatório. Isto leva o estudante a ter um pequeno, a estar medinho [sic] .Fica assim, se eu não for o meu nome será escrito naquele sentido, terei um castigo naquele sentido, terei um castigo naquele. Com este pensamento negativo que às vezes levamos faz-nos não participar naquelas atividades não obrigatórias porque não dizem, é obrigatório, obviamente que nem todos irão participar nas mesmas atividades”.</p> <p><b>A27.</b> “Não fui ao fundo investigar sobre quem realiza estas atividades mas acredito que há um documento que parte da direção pedagógica para poder se aprovar as atividades porque o presidente da associação pode dar uma ideia mas às vezes o diretor ou subdiretor não vai aceitar. Não”.</p>	<p><b>A30.</b> “Na resolução de problemas dos alunos, nunca passaram na nossa turma”</p> <p><b>A28.</b> “A própria associação, o nome já diz: associação dos estudantes. Então, o que é que eles deveriam fazer? Trabalhar com os estudantes. Nos momentos difíceis que os alunos passam, eu nunca vi”. Por mim, na nossa turma. Nunca vimos. Porque há alunos mesmo, que passam por problemas aqui. O certificado, nota, mas o aluno estudou mesmo aqui. Então, você põe o caso na associação para que te possa ajudar a resolver esse problema. Aluno perdeu telefone. Não vão à turma comunicar que: “Há um colega que perdeu telefone, assim e assim. Quem tiver de boa fé, possa entregar lá na nossa direção.”. Os direitos deles, de estar aqui como nome da associação dos estudantes, é mesmo resolver o problema dos estudantes. Embora, criar atividades em que os alunos ficam um bocado mais abertos, lidar com o próprio membro, a sociedade, mas têm de ver mesmo o problema dos alunos.</p>
Relação AE/Órgãos de gestão	- Relação AE/Órgãos de gestão	<p><b>A23.</b> “Pegando na ideia do colega, acho que a relação, também dizer que está boa ou má estaríamos a mentir porque isso tinha que ser mesmo algo aberto porque eles fazem de uma forma restrita simplesmente para eles”.</p> <p><b>A24.</b> “Relação? Quer dizer, não podemos dizer</p>	<p><b>A33.</b> “A relação aqui tem sido boa, tendo em conta as diferenças: uns vem daqui, outros vem de lá”.</p> <p><b>A28.</b> AX60. Ele têm grande ligação quem é dono dos estudantes é a instituição. Então, eles integram aí para resolver os problemas dos estudantes, como um advogado. Devem</p>



		<p>vezes porque a relação, eu digo que a relação ali está encarcerada porque a relação entre estudantes...</p>	<p>atividade, eles têm que solicitar ao órgão máximo da instituição para debater, com base essas atividades que vai ser realizado”</p> <p><b>A28.</b> Dependendo de que atividades vai se realizar. Às vezes, a direção nega, diretamente, pode dar conselhos”.</p> <p><b>A29.</b> “Sim, tem de aprovar.</p> <p><b>A30.</b> “ Sim”</p> <p><b>A31.</b> “Sim”</p> <p><b>A32.</b> “ Sim”</p> <p><b>A33.</b> “Sim”</p>
--	--	--	--

### Descrição das Siglas presentes no quadro

A letra A- significa- Aluno,

Alfa - nome fictício do professor coordenador das atividades extraescolares

A Letra, G5, representa o número de grupos de alunos entrevistados.

Os números de 23-27 representam cada aluno entrevistado.

*Ondjuo Yeto* é, o nome fictício atribuído à escola em estudo.

A letra G6 significa grupo número seis.

A28, A29, A30.... Vem a designar o número correspondente a cada aluno entrevistado.

AX60- nome fictício de um dos alunos

## Quadro das entrevistas em-grupos de aluno

### Quadro 32- Entrevistas em grupos aos alunos. Grupo 7 e 8

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>G7</b>	<b>G8</b>
Gênese da AE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação</li> <li>- Iniciativa</li> <li>- Ocorrência do processo</li> <li>- Adesão</li> </ul>	<p>A35. “É uma pergunta um pouco difícil porque a associação dos estudantes foi criada há muito tempo. E, se calhar, nesse tempo, não estávamos aqui e como não temos tido interação com a associação, só os delegados é que têm tido, nós não sabemos responder a essa questão”.</p> <p>A34. “Silêncio”</p> <p>A37. “Silêncio”</p> <p>A36. “Silêncio”</p> <p>A38. “Silêncio”</p> <p>A34. “Esta questão também, acho que não vamos poder responder. Assim como a fundação, a criação, por quem foi fundada, não vamos conseguir responder”.</p> <p>A35. “Não”</p> <p>A36. “Não”</p> <p>A37. “Não”</p> <p>A38. “Não”</p> <p>A37. “Essa é outra questão que não</p>	<p>A39. “Não tenho bem a certeza e não cheguei bem a me inteirar porque cheguei apenas o ano passado a esta província e ainda não me procurei inteirar de quando foi fundada a associação dos estudantes, nem quem foi o fundador e por que motivo foi”.</p> <p>A40. “Eu diria que foi criada em 2012”.</p> <p>A41. “Não sei”</p> <p>A42. “Não sei”</p> <p>A43. “Não sei”.</p> <p>A41. “Então não sabemos qual foi a adesão dos alunos nessa primeira eleição”</p>



		<p>vamos poder”.</p> <p>A36. Essas perguntas têm todas a ver com a criação? Então essa perguntas não vamos poder responder.</p>	
Estatuto	<p>- Estatuto</p> <p>- Elaboração</p>	<p>A35. “Eu creio que sim porque toda uma organização deve ter um estatuto que rege as regras de funcionamento da mesma. Acho que a associação dos estudantes não está em exceção, então, ela também deve ter um estatuto”.</p> <p>A34. Eu acho que o 1º conselho que foi criado, aquando da sua criação, foi quem elaborou este estatuto que rege a normas da associação”.</p> <p>A36. “Silêncio” A37. “Silêncio” A38. “Silêncio”</p>	<p>A40. “Sim, como é dito na nossa escola...tem esse papel e segue-se no próprio momento”.</p> <p>A41. “Eles também nunca se chegaram a manifestar se há ou não esse documento. Razão pela qual estamos sem saber se existe ou não”.</p> <p>A39. “Não” A42. “Não” A43. “Não” A39. “Não sei quem elaborou” A40. “Não sei quem elaborou” A41. “Não sei quem elaborou” A42. “Não sei quem elaborou” A43. “Não sei quem elaborou”.</p>
Organograma	<p>- Composição</p> <p>- Elaboração</p>	<p>A34. “Como todo órgão, acredito que tenha. Mas quem deve ter informações concisas a respeito, deve ser o delegado porque o delegado, são os únicos que têm participado diretamente ou que têm trabalhado diretamente com a associação dos estudantes”.</p>	<p>A39. “Sim, creio que possui este tal documento, esse organograma. Esse que alega que existe o presidente, o vice-presidente, tal como os secretários e os tesoureiros, e mais órgãos que constitui a associação dos estudantes”.</p> <p>A40. “Silêncio” A41. “Silêncio” A42. “Silêncio”</p>

		<p>A38. “Provavelmente, este organograma deve estar composto por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um porta-voz e alguns membros”.</p> <p>A35. “ Conforme respondi à questão anterior, sobre quem criou o estatuto, eu acho que a mesma organização, os primeiros a serem eleitos, acho que foram eles que criaram este organograma”.</p>	<p>A43. “Silêncio”</p> <p>A39. “Não”</p> <p>A40. “Não”</p> <p>A41. “Não”</p> <p>A42. “Não”</p> <p>A43. “Não”</p>
Função	<p>- Órgãos da AE</p> <p>- Identificação dos colegas</p> <p>-Função máxima na AE</p>	<p>A34. “Acho que o presidente da associação”.</p> <p>A35. “Sim”</p> <p>A36. “Sim”</p> <p>A37. “ Sim”</p> <p>A38. “Conhecemos alguns”.</p> <p>A34. “Não”</p> <p>A36. “Não”</p> <p>A37. “Não”</p> <p>A38. “Não”</p> <p>A35. “Só o presidente, que se chama AX1. É só o que consigo identificar”</p>	<p>A39. “O presidente, no caso é o AX1”</p> <p>A40. “Silêncio”</p> <p>A41. “Silêncio”</p> <p>A42 “Silêncio”</p> <p>A43. “Silêncio”</p> <p>A39. “Bem, quanto às pessoas, não. Mas só mesmo assim, identificá-los, conseguimos”</p> <p>A40. “alguns”</p> <p>A41. “Sim, todos”</p> <p>A42. “Sim, todos”</p> <p>A43. “Sim, todos”</p>
Eleições/Candidaturas	<p>-Realização</p> <p>-Candidaturas</p> <p>- Convites à Candidatura</p> <p>- Duração do mandato</p>	<p>A35. “As eleições na associação dos estudantes são realizadas mediante um conclave, que reúne todos os delegados de turma e eles vão eleger, no meio destes delegados, vai-se eleger um elemento que pode ser o presidente da associação”.</p>	<p>A39. “Bem, nos anos anteriores, as eleições eram feitas de forma geral. Mas o ano passado foi diferente, os alunos não puderam votar, só foi...os professores é que votaram para se fazer a substituição do presidente”.</p>

	<p>-Quem convoca as eleições</p> <p>- Número de listas concorrentes</p> <p>- Critérios utilizados</p> <p>- Quem as dirige</p>	<p>A37. “Eu nunca tentei”.</p> <p>A34. “Não” A36. “Não, eu não...” A38. “Não”</p> <p>A37. “Eu já pensei, eu já pensei... Acho que...nunca tive a oportunidade”.</p> <p>A35. “Acho que 3 anos, não tenho bem a certeza...” A34. “Não, 4. Não...sim, 3 anos”.</p> <p>A38. “Sim, tem havido”.</p> <p>A35. “Primeiro, é necessário que este candidato seja aluno da instituição, ou estudante da instituição, que esteja a fazer uma classe não superior à 11ª e que seja alguém integral, que não tenha muitas falhas, que não falta muito, para não pôr em causa o funcionamento da instituição a que ele se candidata”.</p> <p>A34. “Sim”. A36. “Sim” A37. “Sim” A38. “Sim”</p>	<p>A41. “Não...Neste caso, a eleição para o novo presidente, que se ia ausentar, neste caso o AX11, passaram de turma em turma, na qual tinha 3 concorrentes que já faziam parte da associação dos estudantes” A43. “Sim, mas...O ano passado, fomos comunicados acerca da votação do presidente da associação dos estudantes. No princípio, disseram-nos que era necessário o nosso voto para que se pudesse escolher um presidente da associação dos estudantes, mas depois de algumas semanas, ou se calhar até um mês, espantamo-nos. Disseram que já tinha sido escolhido o presidente da associação dos estudantes, que os alunos não votaram, que apenas os professores votaram e quem foi o júri, ou melhor, quem foi o juiz desse acordo foi o professor Alfa e que o vencedor das eleições foi o AX1. Até onde eu saiba”.</p> <p>A40. Para mim, o presidente da associação dos estudantes, ele apenas se candidata a partir da 10ª classe, 11ª, 12ª, ele [impertível]. Isso é obrigatório.</p> <p>A40. “Quando começou-se a dar o anúncio do presidente, a reação foi votar a partir da nossa sala, participar no dia de receber a pasta de presidente”.</p> <p>A41. “Acho que tem havido negligência por</p>
--	---	--	---

		<p>A35. “As eleições são dirigidas por um colegial, presididas pelo presidente cessante e todos os órgãos da direção anterior”.</p> <p>A34. “Sim”</p> <p>A36. “Sim”</p> <p>A37. “Sim”</p> <p>A38. “Sim”</p>	<p>parte da associação dos estudantes. Porquê? Não sabemos como decorreu essa eleição, do atual presidente, mas sabe-se que passou de turma em turma para avisar que ia se realizar novas eleições para novo presidente. Então, no fim de tudo, só nos avisaram já existe presidente, não sabemos como decorreu a eleição...aceitamos, temos novo presidente”.</p> <p>A42. Silêncio</p> <p>A43. Silêncio</p> <p>A41. Bem, eu acho, que o número é aleatório. Não tenho a certeza, mas acho que é aleatório.</p> <p>A43. Não tem número estipulado.</p> <p>A39. “É bem provável que, um dia, eu me interesse em ser presidente da associação dos estudantes, tanto aqui ou numa outra escola, outra instituição, mas por enquanto ainda não”.</p> <p>A41. “Eu já pensei, mas estou à espera da oportunidade”</p> <p>A39. “Creio que são 2 anos, se não estou em erro”.</p> <p>A40. “Eu creio que 4 anos”</p> <p>A42. “Praticamente, é a direção da escola”.</p>
--	--	---	--

			<p>A39. “Creio que a direção da escola que dirige as eleições do presidente da associação dos estudantes. O diretor da escola, ou o vice-diretor, avalia o documento, se está tudo conforma deve ser. Ele ordena que acha eleições e indica as pessoas necessárias para que possam acompanhar o processo de eleição o presidente da associação dos estudantes. Então, não pode ser o presidente cessante, nem os candidatos a escolher os dirigente para as eleições da associação dos estudantes”.</p> <p>A40. “O presidente é que tem de convocar as atividades dele...é assim que se faz. A direção da escola, só concorda que ele faça tudo o que foi estipulado no pedido que foi entregue [sic] à direção da escola”.</p> <p>A42. “Tem que haver alguém para acompanhar e esse alguém tem de vir da direção”.</p> <p>A41. “Sim, acho que sim”.</p> <p>A43. “ Sim, no ano passado, professora. Elegeu o presidente da associação, um membro da direção, o professor Alfa”.</p>
Novas Eleições	- Ausência do último presidente	A37. “Esta é uma questão...”	

	<p>da Associação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Novas eleições no meado do mandato.</li> <li>- Expectativas para o novo mandato.</li> <li>- Quando termina</li> </ul>	<p>A38. “Não temos bem a certeza, mas temos ouvido uns zumzum [sic] que cometeu algumas falhas. Mas não afirmamos”.</p> <p>A36. “Conforme disse a colega AX10, eu acho que houve algumas falhas na antiga direção, razão pela qual houve uma destituição”.</p> <p>A34. “Silêncio”</p> <p>A35. “Silêncio”</p> <p>A38. “Silêncio”</p> <p><b>A35.</b> “As expectativas são grandes. Esperamos que neste mandato, se realiza coisas que no ano passado não se conseguiu realizar. É do conhecimento de todos que todo um órgão deve ter um programa e um plano de ação. Então, provavelmente, os programas, os planos, não foram concretizados dadas algumas vicissitudes. Esperamos que este ano, concretize-se tudo que foi programado e planificado”.</p> <p><b>A38.</b> “Eu acho que nós temos que ver a experiência...Para ver o que não se realizou no ano passado com o</p>	<p>A39. “Bem, segundo rumores, dizem que ele cometeu uma fraude, desviou dinheiro das t-shirts do batismo dos caloiros, do ano passado. Então, ele foi descoberto e foi expulso, também. Razão pela qual se fez uma eleição muito rápida e deram-nos a conhecer que o AX1 que era, é o novo presidente da associação dos estudantes. Bem, a razão...era para que a associação dos estuantes não ficasse sem um cabeça de lista”.</p> <p>A40. “Quando alguém é descoberto de uma fraude numa escola, como presidente, automaticamente, tem que cessar porque haverá sempre algo”</p> <p><b>A41.</b> “silêncio”</p> <p><b>A42.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A43.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A39.</b> “Bem, como todos os outros mandatos, esperamos que haja positividade, tanto dos membros da associação dos estudantes, quanto os alunos e professores. Neste mandato, eu espero que haja compreensão por parte dos alunos, haja cooperação por parte dos professores, haja cooperação por parte da mesma associação dos estudantes. Deviam pensar mais nesse caso e não agir como</p>
--	--	--	---

		<p>outro presidente, se será realizado este ano, com outro presidente”.</p> <p><b>A37.</b> “No próximo ano”.</p> <p><b>A34.</b> “São 3 anos. A direção está desde o ano passado, este é o 2º ano, então no próximo ano, provavelmente, termina”.</p>	<p>antigamente: o professor vem, o presidente da associação vem, impõe a ordem e os alunos não têm como reclamar, senão obedecer. Se não obedecer, será punidos [sic] ou não entram na instituição durante mais de uma semana, sei lá, ficam a perder aula...são expulsos dentro de uma prova”.</p> <p><b>A41.</b> “haja cooperação quer seja da parte da associação dos estudantes, quer seja da parte dos alunos”.</p> <p><b>A40.</b> Silêncio</p> <p><b>A42.</b> Silêncio</p> <p><b>A43.</b> Silêncio</p> <p><b>A40.</b> No 12º ano...Alguém sabe que classe frequenta...</p> <p><b>A39.</b> 12º</p> <p><b>A42.</b> Bem...creio que no final deste ano...haverá novas eleições.</p>
Justiça/ Transparência	- Justiça  -Transparência	<p>A36. “Sim, têm sido”.</p> <p>A34. “Têm sido”.</p> <p>A35. “Silêncio”</p> <p>A37. “Silêncio”</p> <p>A38. “Silêncio”</p>	<p><b>A39.</b> “Quanto à transparência, não se sabe. Muito menos se têm sido justas ou não”.</p> <p><b>A43.</b> Sim, porque as 1ªs eleições correram de uma forma que, até hoje, não sabemos explicar como foi...é difícil explicar. Muitas vezes, os alunos participam, os alunos votam, mas depois desse votos...passam 2</p>

			<p>ou 3 dias, vêm nos informar que já há vencedor para a associação dos estudantes e o presidente é fulano de tal. Do meu ponto de vista, tem que ser de que jeito...”.</p> <p><b>A40.</b> Silêncio  <b>A41.</b> Silêncio  <b>A42.</b> Silêncio  <b>A43.</b> Silêncio  <b>A40.</b> “Eu acho bem, que é bom ter uma direção na associação dos estudantes, como também temos algumas atividades”.</p> <p><b>A39.</b> “Quanto a isto...a associação dos estudantes não está vista só do lado negativo porque eu acredito, também, que eles têm ajudado muita gente, aqui na instituição. Há pessoas que dizem que na verdade eles trabalham”.</p> <p><b>A41.</b> “Visto que é uma associação que auxilia a direção da escola nos problemas que afligem os alunos, acho que é uma associação boa e que merece mais apoio, quer seja da parte da direção e talvez da parte de nós como alunos, ajudar para que a mesma continue”.</p> <p><b>A42.</b> “Com essa instituição, nós, como alunos, ficamos mais organizados”.</p>
--	--	--	---



			<b>A43.</b> Silêncio
Financiamento	<p>- Financiamento/Parceria</p> <p>- Como conseguem financiamento para as atividades</p>	<p><b>A35.</b> “As atividades da associação dos estudantes são financiadas pelos próprios alunos porque quando dá confirmação das matrículas, ou matrículas pela 1ª vez, os estudantes pagam uma quota. Então, esta quota é que vai aos cofres da associação e é que financiam as atividades do ano da associação”.</p> <p><b>A34.</b> “Esses financiamentos, mediante alguns pagamentos de quotas, e também por algumas contribuições por parte dos próprios estudantes da instituição.</p> <p><b>A36.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A37.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A38.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A38.</b> “É participativa, dá apoio em todos os aspetos e agrada os alunos”.</p> <p><b>A37.</b> “A associação é participativa e ajuda na resolução de alguns problemas dos estudantes, na instituição. Por acaso, é de louvar este tipo de atividades e que o próximo mandato, tenham a mesma</p>	<p><b>A39.</b> “Quanto à financiação [sic] das atividades da associação dos estudantes, ele têm uma conta bancária, na qual todos os alunos, anualmente, fazem uma participação, uma quota, creio que de 300 kuanzas, se não estou em erro”.</p> <p><b>A40.</b> Bem, quanto a isso não sabemos. A única saída que sabemos, é mesmo a quota que os alunos...</p> <p><b>A41.</b> “Sim”</p> <p><b>A42.</b> “Sim”</p> <p><b>A43.</b> “Sim”</p>

		<p>força de trabalho”.</p> <p><b>A35.</b> “Eu diria que, o que mais me marcou, foi a postura da associação dos estudantes aquando do incidente que ocorreu na província de Benguela, no município de Lobito. Aquela enxurrada de chuva que caiu, então, a associação dos estudantes teve uma postura muito positiva e muito boa, em angariar alguns fundos que serviam de apoio para os irmão da província de Benguela”.</p> <p><b>A34.</b> “Para mim, a maior força que a associação teve, foi o ano passado, no mês da criança, eles organizaram uma atividade, cada aluno trazia um presente e qualquer coisa para poder levar para as crianças...Isso foi no hospital geral”.</p> <p><b>A38.</b> “É mesmo isso que os meus colegas disseram. Foi mesmo marcante também para mim.</p> <p><b>A37.</b> “Eu, o que mais me marcou, foi quando uma colega que tínhamos estava mesmo incomodada e a associação dos estudantes, fizeram todos os possíveis de recolha de alguns valores para levar para a</p>	
--	--	--	--

		<p>nossa colega.</p> <p><b>A36.</b> “Nas atividades extraescolares, tem sido o maior contributo”.</p> <p><b>A35.</b> “Do meu ponto de vista, eu acho que o plano de atividades da associação dos estudantes é realizado pelo presidente, pelo vice-presidente e pelo secretário e o porta-voz. Eu acho que eles são os mentores da organização dos planos de ações da associação”.</p> <p><b>A34.</b> “Não, mas eu acho que os delegados de turma participam. Eles é que são os representantes das turmas, então, eles participam, deviam participar nessas atividades.</p> <p><b>A37.</b> “Sim, temos. Temos aderido”.</p> <p><b>A38.</b> “Nem todos, as atividades. Em algumas!</p> <p><b>A35.</b> “No fundo tem se dito que a vida não é perfeita...alguns que têm tido alguns problemas, não têm participado, mas a maioria tem participado nas atividades da associação. Mas nem em todas, em algumas.</p>	
Caraterização/Papel	<p>- Ideias da AE</p> <p>- Assuntos importantes desde a sua criação</p>	<p><b>A35.</b> “Para mim, a associação dos estudantes tem uma grande importância para a vida do próprio estudante porque existem problemas que o aluno, muitas vezes, não tem</p>	<p><b>A40.</b> “Eu diria...eles são os promotores das atividades...O presidente que segue este grupo, ele tem muito controlo...”</p> <p><b>A43.</b> “Por mim, foi o batismo dos caloiros”</p>

	<p>- Papel da AE na Escola.</p> <p>- Funções que tem desempenhado</p> <p>- Contributos da AE para o desenvolvimento estudantil e da Escola</p>	<p>como chegar aos órgãos máximos da instituição. E então, a associação dos estudantes está ali como um elo de ligação entre o estudante e a direção da escola. Então, para mim, ele desempenha um papel muito importante, nesse sentido”.</p> <p><b>A36.</b> “É boa. Tem sido boa até porque realizou-se uma caminhada o fim de semana passado. É boa. A relação é boa. É ótima”.</p>	<p><b>A42.</b> “Para mim, tem sido o batismo dos caloiros e, de vez em quando, uma atividade futebolística”</p> <p><b>A39.</b> “As caminhadas, também”</p> <p><b>A41.</b> Silêncio</p> <p><b>A39.</b> “Praticamente, o seu papel é de manter a escola em ordem. Os alunos em ordem, melhor”.</p> <p><b>A41.</b> “A associação dos estudantes auxilia na escola, a direção da escola, nos problemas que afligem sobretudo os alunos. Esses problemas, talvez, têm sido muitos e a própria associação não tem conseguido cumprir com todos”.</p> <p><b>A40.</b> “Sim, Sim porque opta para que os alunos tenham mais união entre eles mesmos, dentro da escola”.</p> <p><b>A42.</b> “sim”</p> <p><b>A43.</b> “Sim”</p>
Participação Estudantil	<p>- Realização dos planos de atividades da AE.</p> <p>- Participação na conceção</p> <p>-Adesão nas atividades programadas pela AE.</p>	<p><b>A36.</b> “É boa. Tem sido boa até por que realizou-se uma caminhada o fim de semana passado. É boa. A relação é boa. É ótima”.</p>	<p><b>A39.</b> “O presidente e os seus membros”</p> <p><b>A40.</b> “Sim”</p> <p><b>A41.</b> “Sim”</p> <p><b>A42.</b> “Sim”</p> <p><b>A43.</b> “Sim”</p> <p><b>A39.</b> “Bem isso não. Não tenho participado”</p>

	<p>- Importância da AE</p> <p>-Relação entre os estudantes</p>		<p><b>A40.</b> “Nunca”</p> <p><b>A41.</b> “Nunca”</p> <p><b>A42.</b> “Nunca”</p> <p><b>A43.</b> “Nunca”</p> <p><b>A39.</b> “Algumas têm aderido...em massa”.</p> <p><b>A41.</b> “Algumas diria por espontânea vontade, mas algumas, o colega já...como o caso de ir ao pavilhão, tem sido por obrigatoriedade. Às vezes, para não levar falta ou com medo de ser punido na segunda-feira”.</p> <p><b>A43.</b> “Nesse caso, eles dizem que vão punir, mas nunca chegaram ao fim, nunca chegaram mesmo ao objetivo de punir mesmo os estudantes que não participaram mesmo na campanha”.</p> <p><b>A42.</b> “Só têm sido ameaças...”</p> <p><b>A40.</b> Silêncio</p> <p><b>A41.</b> Tem alguma.</p>
Relação AE/Órgãos de gestão	<p>- Relação AE/Órgãos de gestão</p> <p>- Relação AE/professores</p> <p>- Interferência nos plano de atividades</p>	<p><b>A35.</b> “Acho que existe uma relação muito estrita, uma relação muito forte. Porque um presidente da associação dos estudantes, faz parte do conselho diretivo da escola. Então, eu acho que deve ter uma relação muito boa, nesse sentido.</p>	<p><b>A43.</b> “Até onde eu saiba, pelo que eu tenho visto, eles têm uma boa relação. Não vejo nada de mau, nunca vi nenhum desentendimento. Nunca ouvi ninguém dizer que o fulano tal da associação dos estudantes, sei lá, tem uma desavença com o professor fulano ou o senhor Y”.</p>

	<p>- Aprovar das atividades</p>	<p><b>A34.</b> “Sim, tem sido boa. A relação tem sido boa.</p> <p><b>A36.</b> Sim, concordamos”</p> <p><b>A37.</b> “Sim, concordamos”</p> <p><b>A38.</b> “Sim, concordamos”.</p> <p><b>A36.</b> “ Não A não ser que não se esteja a cumprir, regularmente, o que foi planificado. Aí, tem como intervir. Mas se estiver a cumprir tudo devidamente, então, não há por quê”.</p> <p><b>A34.</b> “Não”</p> <p><b>A35.</b> “Sim. Acho que tem. Acho que tem, professora, sim”.</p> <p><b>A38.</b> “As atividades programadas?”</p> <p><b>A38.</b> “Sim, têm de aprovar.</p>	<p><b>A39.</b> “ Concordo”</p> <p><b>A40.</b> “Concordo</p> <p>A41. “Concordo”</p> <p>A42. “Concordo”.</p> <p>A43. “Digo assim.. Tem sido boa com outros alunos, mas também tem sido mau com outros alunos”.</p> <p>A41. “Têm uma boa relação porque sempre que planeja um programa da associação, nunca coincide com as aulas. Sempre dá a oportunidade de estudar”</p> <p>A39. “No caso do colega, não se sabe, realmente, se o colega estava errado, se o professor estava certo ou vice-versa. Também não se sabe de que jeito é que começou”.</p> <p>A40. “Silêncio”</p> <p>A42. “Silêncio”</p>
--	---------------------------------	--	--

A Leta A significa Aluno e A34, A35, A36... Vem a designar o número atribuído a cada aluno entrevistado

Do mesmo modo A39, A40, A41... Vem a designar o número atribuído a cada aluno entrevistado

AE- Associação de Estudantes

## Quadro das entrevistas em grupos de alunos

### Quadro 33-entrevistas em-grupos aos alunos. Grupo 9

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias categorias</b>	<b>G9</b>
Gênese da AE	<p>Criação</p> <p>- Iniciativa</p> <p>- Ocorrência do processo</p> <p>- Adesão</p>	<p><b>A44.</b> “Não temos domínio”</p> <p><b>A45.</b> “Não temos a certeza absoluta porque quando entramos nessa instituição, encontramos o grupo da associação dos estudantes já formado. Então, não sabemos completamente quem foi o incentivador ou principiante desta associação”</p> <p><b>A46.</b> “Não temos domínio”</p> <p><b>A47.</b> “Não temos domínio”</p> <p><b>A48.</b> “Não temos domínio”</p> <p><b>A49.</b> “Não temos domínio”</p> <p><b>A44.</b> “Creio eu que esse processo decorreu a partir da necessidade que se observou por parte dos alunos, visto que os órgãos de apoio à escola, ou seja, os órgãos que deviam estar na defesa dos próprios estudantes, não se fazia sentir”.</p> <p><b>A47.</b> “A associação de estudante, é uma organização resultante da reunião entre 2 ou mais grupos e visam para a concretização dos objetivos comuns...deu a necessidade de criar uma associação dos estudantes para a realização e concretização destes objetivos”.</p> <p><b>A49.</b> “Acho que a adesão foi mesmo massiva. Sim, muitos tiveram interesse em criar tal associação”.</p> <p><b>A44.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A45.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A46.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A47.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A48</b> “Silencio”</p>
Estrutura	- Estatuto	<b>A48.</b> “Não...tem um senão... Talvez tenha só que os membros, os dirigentes da associação, nunca apresentaram tal estatuto...”

	- Elaboração	<p><b>A44.</b> “É do desconhecimento de muitos”.</p> <p><b>A45.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A46.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A47.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A48.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A49.</b> “Silêncio”</p>
Organograma	- Composição  - Elaboração	<p><b>A46.</b> “Sim, possui”.</p> <p><b>A45.</b> “Mas todos devem estar como eu, só conhecemos o presidente da associação”.</p> <p><b>A47.</b> “Não conhecemos o seu vice e outros integrantes”.</p> <p><b>A49.</b> “O presidente da associação.</p> <p><b>A44.</b> “Sim concordo”</p> <p><b>A45.</b> “Sim concordo”</p> <p><b>A46.</b> “Sim concordo”</p> <p><b>A47.</b> “Sim concordo”</p> <p><b>A48.</b> “Sim concordo”.</p> <p><b>A44.</b> “Na maior parte dos casos, conseguimos. Nós conseguimos identificar apenas nas atividades, aparecem uniformizados e enfim...”</p> <p><b>A46.</b> “Desculpe...Não que eu vá muito na individualidade, mas eu conheço os membros da associação, mas só conheço a função, só começo os indivíduo que é o presidente. Os outros conheço, mas não sei quais são as suas funções”.</p>
Função	- Órgãos da AE  - Identificação dos colegas  - Função máxima na AE	<p><b>A45.</b> “As eleições da associação dos estudantes são realizadas por turma, isso é, o presidente da associação passam por turmas e os seus membros passam por turmas e perguntam quem está disponível para fazer...para estar nesse mesmo elenco e os colegas votam”.</p> <p><b>A49.</b> “O presidente atual, passa de turma em turma com os novos candidatos. Os novos candidatos, apresentam as suas propostas...dizem os seus nomes e ali, pedem para que cada aluno pegue num papel, escreva o nome do candidato da sua preferência, dobre e entregue o delegado de turma e o delegado de turma</p>



		<p>faz com que aquilo chegue à associação dos estudantes”.</p> <p><b>A44.</b> “Não”.</p> <p><b>A45.</b> “Não”.</p> <p><b>A46.</b> “Não”.</p> <p><b>A47.</b> “Não”.</p> <p><b>A48.</b> “Não”.</p> <p><b>A49.</b> “Não”.</p> <p><b>A44.</b> “Já pensamos.”</p> <p><b>A45.</b> “No meu caso, eu já pensei nisso...Pelo que eu entendo da associação, é mesmo para ajudar os estudantes</p> <p><b>A46.</b> “Já pensamos.”</p> <p><b>A47.</b> “Já pensamos.”</p> <p><b>A48.</b> “Já pensamos.”</p> <p><b>A49.</b> “Já pensamos.”</p> <p><b>A44.</b> “Não, nunca fomos”.</p> <p><b>A45.</b> “Não, nunca fomos”.</p> <p><b>A46.</b> “Não, nunca fomos”.</p> <p><b>A47.</b> “Não, nunca fomos”.</p> <p><b>A49.</b> “Não, nunca fomos”.</p> <p><b>A47.</b> “Cerca de 1 ano...”</p> <p><b>A49.</b> “Acho que são 3”.</p> <p><b>A45.</b> “Sim,”</p> <p><b>A46.</b> “o prazo de duração é de 3 anos no máximo porque os finalistas não podem se candidatar ao cargo de presidência da associação.</p>
Eleições/Candidaturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização</li> <li>- Candidaturas</li> <li>- Convites à Candidatura</li> <li>- Duração do mandato</li> </ul>	<p><b>A44.</b> “O presidente da associação”</p> <p><b>A45.</b> “Eu acho...a mesma associação. Eles sentam e chegam a uma conclusão e convocam a eleição”.</p> <p><b>A45.</b> “Quem convoca, normalmente, são os membros da associação dos estudantes, visto que o próprio presidente, o tempo já está escasso, há necessidade de ser substituído por alguém”.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quem convoca as eleições</li> <li>- Número de listas concorrentes</li> <li>- Critérios utilizados</li> <li>- Quem as dirige</li> </ul>	<p><b>A45.</b> “ Normalmente, só temos visto 2”.</p> <p><b>A44.</b> “Três”.</p> <p><b>A49.</b> “Variam”.</p> <p><b>A47.</b> “Variam, sim. As pessoas variam. Até que, por vezes, têm sido as mesmas pessoas. Aqueles que têm a possibilidades de ser mesmo presidente da associação, têm concorrido várias vezes, mas varia.</p> <p><b>A44.</b> “Isso, digo eu, os que têm sido reconduzidos, devido à sua...devido ao trabalho apresentado, se é que os estudantes sentiram-se satisfeitos pelo que foi apresentado pelo mesmo presidente, esse é reconduzido. Mas já, em outros casos, substitui-se mesmo”.</p> <p><b>A46.</b> “Para ser eleito presidente da associação, tem de ser estudante da instituição, tem de frequentar a 10ª ou a 11ª, no máximo a 12ª classe e ter um perfil aceitável.</p> <p><b>A46.</b> “Além disso, além do que o colega acabou de dizer, tem que ter um nível de competência, saber ser um líder. Acho que é importante, para ser um líder de uma determinada associação”.</p> <p><b>A49.</b> “Desconhecemos. Não sabemos quem dirige as eleições.</p> <p><b>A45.</b> “Digamos que sim.</p> <p><b>A44.</b> “O presidente da associação.</p> <p><b>A44.</b> “O presidente aparece com os candidatos, mas poderá não ser ele a dirigir isso. Uma coisa ofusca.[sic] Não nos foi bem aclarado quem as dirige”</p> <p><b>A47.</b> “O último?”</p> <p><b>A45.</b> “Penso eu, as razões porque ele saiu, não foram bem aclarados, esclarecidos”</p> <p><b>A48.</b> “O que nos chegou, é que...não sei se posso dizer...houve um desvio de alguns valores, visto que nós pagávamos uma quota anual...anual”.</p> <p><b>A44.</b> “Penso eu, como estudante da XX como especialidade, espero que haja mais atividades extra-curriculares. No meu caso, entrei nesta instituição em 2015, desde que eu entrei, só me lembro de ter participado numa atividade de carácter importante. 2015! Que foi uma visita. De resto, não se faz sentir nada, as</p>
--	---	--

		<p>atividades”.</p> <p><b>A45.</b> “Acho que também A associação tem de se preocupar mais com os estudantes porque existem outras escolas e uma troca de experiência é sempre muito bom para todos. Nós somos finalistas e tem também estudantes, caloiros, nós precisamos de passar a nossa experiência para eles. A associação tem de velar mais por isso, tem que se preocupar mais, principalmente, com os estudantes novos.</p> <p><b>A49.</b> “Aquilo que os colegas já disseram...Do meu ponto de vista, essa associação dos estudantes, tinham de mais interagir com todos os estudantes e saber as necessidades dos mesmos estudantes”</p> <p><b>A46.</b> “Eu acho que a associação tem de ter [impertível], às vezes... Não se faz presente democracia na instituição. A instituição não tem uma interação ativa com os estudantes. Normalmente, as decisões da associação são tomadas sem o consentimento dos próprios alunos. Nós, diretamente ou indiretamente, também fazemos parte da associação dos estudantes. Às vezes, eles tomam uma decisão, não nos consultam se essa decisão ‘Podemos avançar, podemos regredir...’ ou ‘vamos mudar de decisão.’...tomam...não há interação aqui, falta democracia”.</p> <p><b>A44.</b> “O mandato da associação...Penso que para os próximos candidatos, penso que vota no próximo ano, ou este ano mesmo, para o candidato a dirigir, para o presidente atual”.</p>
Justiça/ Transparência	<p>- Justiça</p> <p>-Transparência</p>	<p><b>A48.</b> “Penso eu, são justas e transparentes. Até mesmo, que nós é que votamos para os próprios presidentes”</p> <p><b>A45.</b> “Eu, no meu caso, não acho transparente porque creio, o ano passado, não sei se eu é que estava ausente, ou como é que aconteceu...Quando foi eleito o presidente atual, não foi por voto por parte dos estudantes, foi simplesmente na direção. Só nos foi apresentado como presidente porque o presidente cessante cometeu a infração X e a infração Y. Então, entre os membros da associação, só acharam conveniente que o que devia suceder é o atual presidente, mas a eleições propriamente dita, eu, particularmente, não participei”.</p>

		<p><b>A46.</b> “Não...”</p> <p><b>A44.</b> “Não, não têm sido justas e transparentes”.</p> <p><b>A47.</b> “Silêncio”</p> <p><b>A49.</b> “Silêncio”</p>
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Financiamento/Parceria</li> <li>- Como conseguem financiamento para as atividades</li> </ul>	<p><b>A44.</b> “Somos nós os estudantes”</p> <p><b>A47.</b> “tendo em conta as atividades que o colega acabou de dizer e já foram há bastante tempo, acho que as atividades que se tem feito, não sei mesmo se se tem feito, já não envolveram custos”.</p> <p><b>A45.</b> “Acho que envolveram.</p> <p><b>A46.</b> “Envolveram.</p> <p><b>A49.</b> “Não.</p> <p><b>A44.</b> “Acho que não.</p> <p><b>A49.</b> “O financiamento da associação, penso que o dinheiro da conta, os 300 kuanzas que nós depositamos na conta da associação, normalmente, fazem algum efeito nessas atividades, mas não se verifica a dinâmica da associação”.</p> <p><b>A48.</b> “Diria eu que, nós os estudantes é que financiamos essas mesmas atividades porque quando tem havido atividades, pedem-nos uma contribuição simbólica, 100 kuanza, 200 kuanza”.</p>
Caraterização/Papel	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ideias da AE</li> <li>- Assuntos importantes desde a sua criação</li> <li>- Papel da AE na Escola.</li> <li>- Funções que tem desempenhado</li> <li>- Contributos da AE para o desenvolvimento estudantil e da Escola?</li> </ul>	<p><b>A45.</b> “Sim. Eu acho a associação dos estudantes, uma associação positiva porque ela vem para satisfazer ou velar pelas necessidades dos alunos”.</p> <p><b>A48.</b> “Sim. Falando da associação dos estudantes, o que eu tenho de dizer apenas, com o que eu tenho visto, tem por objetivo ajudar os estudantes. Isto é, nas necessidades escolares”.</p> <p><b>A46.</b> “De vez em quando tem acontecido”.</p> <p><b>A44.</b> “Acho que a associação dos estudantes é mesmo isso, ela serve como suporte do estudante”.</p> <p><b>A49.</b> “Além disso, a associação dos estudantes é um antropónimo [sic] a louvar que a associação é uma organização de pessoas, nesta caso, de estudantes que visam a concretizar esses objetivos comuns de todos os alunos”.</p> <p><b>A47.</b> “Por mim, essa criação da associação dos estudantes, quem teve essa</p>

		<p>iniciativa, pensou de forma positiva. Nós também, quando ouvimos que existe uma associação dos estudantes na escola de formação de professores, nos sentimos honrados, mas falta um bocadinho mais de trabalho”.</p>
Participação Estudantil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização dos planos de atividades da AE.</li> <li>- Participação na conceção</li> <li>- Adesão nas atividades programadas pela AE.</li> <li>- Importância da AE</li> <li>-Relação entre os estudantes</li> </ul>	<p><b>A45.</b> “A atividade que mais me marcou, foi a atividade realizada na ANGOP”.</p> <p><b>A48.</b> “Sim”.</p> <p><b>A46.</b> “Para mim, não. Para mim, ainda não houve uma atividade grande que de facto me marcou. Ainda não. Eu? Eu participei na mesma. Foi a única atividade que achei significativa”.</p> <p><b>A44.</b> “O papel da associação dos estudantes, nesta escola, é velar pelos problemas dos alunos, pela necessidade dos alunos, saber em que ponto os alunos se encontram, saber as necessidades dos alunos, interagir mais com os estudantes, mas isso não está...”</p> <p><b>A49.</b> “Não se nota”.</p> <p><b>A45.</b> “Sim.</p> <p><b>A47.</b> “Chamo-me AX47, não tenho muito para <i>destrenar</i> [sic] sobre a associação dos estudantes porque até que cheguei aqui, nunca conheci nem o presidente, nem secretário, nem outros membros. Apenas era só isso. Não tenho mesmo nada para questionar”.</p> <p><b>A44.</b> “Sinceramente, contributo para o desenvolvimento estudantil dos estudantes e da associação mesmo, acho que nesta parte, ela é mesmo abstrata. Existem critérios, ou seja, eles têm uma norma, só que, não sei se é ignorância deles ou se eles acham que...eles fazem os documentos deles, mas eles acham que os documentos deles inúteis. Eles não consideram os seus documentos. Porque nós temos visto normas ali expostas na vitrine, eles metem aquelas normas, mas não sei se eles realizam aquilo, mas nos nossos olhos, não aparecem”.</p> <p><b>A45.</b> “Penso eu, que não apenas ser crítica, mas temos de ser realista, eles fazem qualquer coisa. Por exemplo, realizam campanhas escolares, ajudamos à limpeza, a manter a escola sempre limpa, realizam determinadas atividades...embora não sejam constantes...”</p>

	<p><b>A45.</b> “Não”.</p> <p><b>A46.</b> “A minha turma, não, não fomos. Mas acho que fizeram qualquer coisa com outras turmas”.</p> <p><b>A45.</b> “Neste contexto, eu penso que aí surge os maiores problemas. Acho que eles próprio, dentro da associação dos estudantes, é que planificamos[sic] que vão fazer. Não consultam os alunos, não consultam o pessoal que constitui a associação, os estudantes. Eles apenas entram em consenso: vamos fazer isso...não há democracia.</p> <p><b>A46.</b> “A elaboração dos planos, acho que, tendo em conta os estudantes, também não é possível consultar todos. Uma vez que existe um elenco. Então, eu acho que eles têm sempre uma reunião para discutir as atividades. Mas, às vezes, caem num erro, uma vez que a questão seria selecionar cada turma, um delegado ou, em cada turma, deveria ter um membro que faça parte do elenco da associação dos estudantes”</p> <p><b>A46.</b> “Não.</p> <p><b>A44.</b> “Alguns têm participado, principalmente os delegado. Eles tiram todos os delegados de todas as turmas e têm feito uma reunião. Os mesmos delegados, passam a informação à turma.</p> <p><b>A47.</b> “Só que, normalmente, os delegados é que não fazem chegar aos colegas”.</p> <p><b>A48.</b> “No meu caso, eu fui delegado ano passado, mas nunca fui convidado para nenhuma reunião da associação dos estudantes”.</p> <p><b>A45.</b> “Em algumas vezes sim, mas em outras não porque algumas atividades são comunicadas de forma tardia”.</p> <p><b>A46.</b> “Sim. Só para dizer...a direção das atividades que a associação dos estudantes realiza, nem sempre alguns...foi convidado na 1ª atividade, aparece, aquilo ali saiu mal. Na próxima ele já: “Também não vou mais.”. Uma vez, o ano passado aqui, os elementos da associação dos estudantes passaram na nossa turma: “Nós temos uma atividade...vamos ao hospital, em falta de sangue, vamos doar sangue.”, uma atividade carismática. Chegamos lá e não apareceu nenhum membro da associação dos estudantes”.</p>
--	---

		<p><b>A47.</b> “Eles convidaram os estudantes, professores, fomos para e nem mesmo o elemento que nos vinha comunicar apareceu”.</p> <p><b>A44.</b> “Para mim, a associação do estudantes tem uma grande importância, sim. Se se fizesse cumprir aquilo que é proposto na candidatura porque, sabendo nós que temos alguém que responde por nós, já é uma grande valia”</p> <p><b>A49.</b> “A importância da associação dos estudantes...é de extrema importância porque, na maior parte dos casos, vem suprimir as necessidades dos estudantes. Esse empenho é fundamental, nesse caso, mas o problema é que nem sempre faz cumprir o que eles...não fazem o que traçam nos seus objetivos a cumprir. Mas fora disto, tem certa importância, suprime as necessidades dos estudantes, não na sua totalidade, só 50%, sacia os nossos problemas.</p> <p><b>A45.</b> “Sabemos nós que não é fácil dirigir, é uma coisa complicada. Tendo em conta a atividades que eles realizam, pelo menos, têm significado alguma coisa para nós. Não é aquilo que queremos que seja, mas já vale a pena. Estamos aqui para dar o nosso parecer e ajudar a melhorar.</p>
<p>Relação AE/Órgãos de gestão</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação AE/Órgãos de gestão</li> <li>- Relação AE/professores</li> <li>- Interferência nos plano de atividades</li> <li>- Aprovar das atividades</li> </ul>	<p><b>A49.</b> “Tem forma de vezes...”</p> <p><b>A47.</b> “Sim.</p> <p><b>A48.</b> “No meu caso, é relativo. Cada estudante dá mais com colega de turma, não tem assim uma interação muito boa com os outros colegas, é mais com os colegas de turma.</p> <p><b>A44.</b> “Para ressaltar aquilo que a colega acabou de dizer, eu não considero uma relação tão positiva entre estudantes a entrar na instituição. Por que mesmo, nós estudantes de especialidade de XX, nunca houve uma troca de experiência por especialidade, nunca houve aquela troca de experiência. Acho eu que não considero uma boa relação”.</p> <p><b>A45.</b> “O que os meus colegas disseram é que eles estão mesmo certos. A relação de amizade que temos aqui, vai mais pelos colegas de turma e se alguém tem uma relação de amizade com outro colega de outra turma, é porque já se conhecem fora da instituição”</p> <p><b>A45.</b> “ Sinceramente, essa relação é do meu total desconhecimento. Talvez eles, a direção da associação e a direção da escola tenham uma relação saudável. Só</p>

		<p>que isso ao nosso parecer, não está bem aclarado”.</p> <p><b>A44.</b> “Acho que relação boa existe, mas na sua totalidade não. Porque, se houvesse uma boa relação, não havia o problema de um ter um mandato de 3 anos e ser, no momento decorrente do seu mandato, substituído. Se houvesse uma boa relação, não haveria essa discrepância, este impasse durante o percurso do mandato”.</p> <p><b>A49.</b> “Acho que não.</p> <p><b>A46.</b> “A situação é a mesma. Não podemos apenas dizer aquilo que a gente acha que está certo. Tem aquele ditado “Quem vê cara, não vê coração.”. Podemos pensar assim, mas...jogar...pode ser sim, pode ser não.</p> <p><b>A47.</b> “Eu acho boa, pois, no momento que os elementos da associação de estudantes fazem parte da sala de aula, são alunos e a nossa relação com os professores tem sido boa”.</p> <p><b>A45.</b> “Isso que a colega disse. Além de eles [sic] desempenharam as suas funções na associação dos estudantes, eles também são estudantes, tal como nós. Em salas de aulas, somos iguais. Penso que a relação dos professores com os elementos da associação dos estudantes, não difere muito da nossa”</p> <p><b>A44.</b> “Interfere quando não há uma programação clara e que também a direção achar conveniente, então há uma certa interferência. Visto que, quando há um programa da associação dos estudantes, passa sempre pela direção da escola, quando aprova-se, muito bem, quando não se aprova, interfere mesmo”.</p> <p><b>A47.</b> “Sim”.</p> <p><b>A49.</b> “Só quero ressaltar uma ideia da colega...Sim, interfere. Quando algo não está muito bem, tem que tomar certas medidas. Se algo estiver a falhar, na associação dos estudantes, a escola interfere. Para mudar a estratégia, o que está mal, para ela corrigir.</p> <p><b>A48.</b> “Por exemplo, professora. Essa mesma atividade que não saiu, creio eu que não havia uma clareza e a direção achou que, se calhar, haveria algo ilícito que deveria acontecer nesse mesmo acampamento. Então, houve uma interferência e foi necessário...abolir”.</p> <p><b>A45.</b> “É como dizem...os mais velhos aprendem com a crianças e as crianças</p>
--	--	---



		<p>aprendem com os mais velhos, só que as crianças têm mais a aprender com os mais velhos. Então, na direção da escola, tem mais velhos que na direção da associação dos estudantes, são muito jovens”.</p> <p><b>A46.</b> “Além do que o colega acabou de dizer, por mais que você tenha orelhas grandes, nunca vão ultrapassar o tamanho da cabeça. Os membros da associação dos estudantes pensam e traçar algo, [sic] terão sempre de consultar os órgãos maiores da instituição”.</p> <p><b>A49.</b> “Sim”.</p>
--	--	--

### **Descrição das Siglas presentes no quadro**

As letras AX1, AX2, AX3....vêm a designar os nomes dos alunos participantes da entrevista.

Professor Alfa é o nome fictício atribuído ao professor coordenador das atividades extraescolares

A Letra G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7, G8, representam o número de grupos entrevistados. Os números de 1-43... representam os números de cada elemento entrevistado. O *Ondjuo Yeto* é, o nome fictício atribuído à escola.

## Quadro das entrevistas individuais dos Alunos AX1 e Aluno AX50

Quadro 34 - entrevistas individuais dos Alunos AX1 e Aluno AX50

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>A- AX1</b>	<b>A- AX50</b>
Génesis da AE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação</li> <li>- Iniciativa</li> <li>- Ocorrência do processo</li> <li>- Adesão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quando foi criada a associação dos estudantes, não sei de concreto...não sei...</li> <li>- De certeza que foi por iniciativa pelos membros estudantes que estudavam cá na instituição.</li> <li>- Por eleições. Foram selecionadas pessoas que realmente queriam ser presidente da associação dos estudantes que, aliás, só têm de ser alunos da 11ª classe para ter 2 anos de mandato. Anteriormente, era só um ano de mandato, mas agora são dois anos de mandato.</li> <li>- Foi, foi boa. Positiva. Claro que para trabalhar, tem de ter sempre alguém. Tem de ter sempre um dirigente que vai informando e recebendo algumas informações que é para levar à direção da escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não, mas acredito que foi criado para aí em 2005, 2006, aproximadamente.</li> <li>- Penso eu que foi por iniciativa do professor Alfa...Ou então pela direção da instituição.</li> <li>- Não, infelizmente não tenho.</li> <li>- Também não....</li> </ul>
Estrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estatuto</li> <li>- Elaboração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atualmente, não. Mas estamos a trabalhar no sentido de fazermos. Estamos a fazer o estatuto, pouco a pouco estamos a fazer o estatuto, não terminamos. Mas, anteriormente, o estatuto da associação existia, não sei como foi. De certeza que um dos presidentes cessantes levou por descuido e até hoje não devolveu.</li> <li>- O estatuto da associação, não sei quem elaborou.</li> <li>- Nós, como membros da associação temos pedido algumas ideias aos professores, à direção da escola... estamos a fazer com que...conseguimos elaborar esse estatuto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Temos, temos. Acredito que temos.</li> <li>- Já tive a possibilidade de vê-las porque quando me candidatei, me convidaram para ser o porta-voz da associação dos estudantes. Mas com o andar do tempo, vi que as coisas não estavam bem estruturadas e, então, tive que abandonar.</li> <li>- Foi o AX1 com a ajuda do professor Alfa.</li> </ul>

Organograma	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Composição</li> <li>- Elaboração</li> </ul>	<p>Possuo esse documento. Há tempos, o diretor pediu-nos e demos esse documento a ele. Mas temos...</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Está composto por 7 membros diretivos da associação dos estudantes.</li> <li>- É feito pela associação dos estudantes, também. Pelo presidente da associação dos estudantes e 7 membros diretivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acredito que possuí.</li> <li>- Bem... Não tenho tanta informação de como está composto este...</li> <li>- Ok... Não tenho uma informação exata, mas a informação que tenho é que foi elaborado pelo AX1, acredito eu. Uma vez, estávamos a conversar e foi a informação que ele me estabeleceu.</li> </ul>
Função	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Órgãos da AE</li> <li>- Identificação dos colegas</li> <li>- Função máxima na AE</li> </ul>	<p>O presidente da associação de estudantes é quem desempenha a função máxima da mesma.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conheço, conheço.</li> <li>- Até ao atual momento, é um pouco difícil distinguir todos eles.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sim. Conheço na sua maioria.</li> <li>- Sim, consigo.</li> <li>- É AX1.</li> </ul>
Eleições/Candidaturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização</li> <li>- Candidaturas</li> <li>- Convites à Candidatura</li> <li>- Duração do mandato</li> </ul>	<p>As eleições na associação dos estudantes, são realizadas por duas formas. De princípio, é feita...é por votos, no geral...os alunos, vão metendo cada um no papel...vão metendo no quadro o nome de 4 elementos, que só têm de ser 4 elementos a concorrer, o nome dos 4 elementos e vamos a cada turma e os colegas vão fazer a votação. Depois de fazerem a votação, vamos juntar as caixas todas, vamos fazer a contagem e vamos ver qual deles vai ser o vencedor.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- É convocada pela direção da escola. A direção da escola cria uma comissão que fica incumbida...</li> <li>- Não, varia-se.</li> <li>- Sim, são 4.</li> <li>- Basta ser um aluno da 11ª classe e ele mesmo, tendo o potencial que vai aguentar a presidência da</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Especificamente sobre isso, senhora doutora, a escola não tem uma lei específica de como são, de como se vai eleger o presidente da associação dos estudantes. Porque, bem me lembro, em 2015, os alunos é que elegeram. Cada turma elegeram mesmo...Vou escolher, fulano, fulano... o que está, em 2017, foi uma coisa meio desorganizada e muito rápido, muito rápido, porque o antigo presidente, o AX55, teve alguns problemas e teve que abandonar a meio da sua carreira, do seu mandato. Então, houve a necessidade de se eleger um novo presidente. Mas na eleição do novo presidente, quem escolheu foram os delegados, mas só alguns, também. Não houve uma adesão como se esperava.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quem convoca as eleições</li> <li>- Número de listas concorrentes</li> <li>- Critérios utilizados</li> <li>- Quem as dirige</li> </ul>	<p>associação dos estudantes, é o concorrer.[sic]</p> <p>- É o que eu já disse. Quem dirige é a comissão que a direção da escola organiza para estar à frente da mesma e os colegas só vão participando. Agora, no meu caso, quando eu tiver de sair, eu, como presidente cessante, vou estar lá para apoiar a direção da escola, parar trabalharmos no sentido de pôr outro presidente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sim, já.</li> <li>- De um ano e meio.</li> <li>- Quem convoca... a áreas das atividades escolares da escola <i>Ondjuo Yeto</i>. Isto, no caso, o professor Alfa</li> <li>- Não, não são sempre as mesmas pessoas...</li> <li>- O critério é o seguinte: os delegados vão votando...por exemplo, vão ouvindo a proposta de cada um, analisando... e depois vão escolhendo quem é que vai dirigir.</li> <li>- O professor Alfa, juntamente com o professor Ómega</li> </ul>
<p>Novas Eleições</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência do último presidente da Associação.</li> <li>- Novas eleições no meado do mandato.</li> <li>- Expectativas para o novo mandato.</li> </ul>	<p>Eu digo que foi por negligência. Digo isso porquê? Vou justificar. Nós sabemos que trabalhar com muita gente não é fácil e muito mais ainda quando não nos conseguimos comunicar uns aos outros.</p> <p>- Para que os alunos não percam o hábito, não percam aquela vontade. Porque já havia uma associação e uma associação sem um líder não é associação. Sem um responsável, não é associação. Então, viram que era necessário de urgente fazer um mandato para continuar com o trabalho.</p> <p>- São muitas, muitas expectativas. Nós temos muitas expectativas. Uma delas é melhorar o conhecimento de cada um dos colegas, cada vez mais</p> <p>- Termina esse ano, mas entregamos próximo ano.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acredito que é por causa de desvio de fundos da associação.</li> <li>-Não estava a conseguir ajudar os alunos, não estava a conseguir cumprir aquilo que ele estabeleceu.</li> <li>- Não sei...Isso são ordens de toda a escola...Primeira coisa, não houve uma reunião exata, para explicar. O ex-presidente também não tem uma informação exata para explicar porque é que ele saiu. Ele não tem. Conversei com ele. Numa entrevista, ele chamou-me e estivemo a conversar e ele disse que, até aqui, não tinha uma informação exata porque estava a ser substituído. Ele disse que tinha de abandonar o cargo porque estavam a faltar uns dinheiros porque o batismo dos caloiros, do anos passado, não correram tão</li> </ul>

	- Quando termina		<p>bem. Acredito que este foi o motivo.</p> <p>- Para este novo mandato, as expectativas que eu tenho é que esta associação dos estudantes melhore a...dos estudantes. Porque não basta atividade, atividade, atividade porque eu acredito que os alunos ou os colegas precisam de coisas novas; precisam de evoluir psicologicamente.</p> <p>- No fim deste ano.</p>
Justiça/ Transparência	- Justiça  -Transparência	Têm sido justas e transparentes. Aliás, exceto aquelas extraordinárias que tivemos de encurtar por causa do tempo, para não ficar muito tempo sem alguém responsável na associação dos estudantes, reunimos de urgência só apenas os delegados, os membros da associação, os membros que vão permanecer, alguns professores, a comissão, que é para eleger um mandato de urgência.	- Raramente... Não sei...Mas estas não foram justas porque a maior parte das pessoas que estavam naquela sala, não eram delegados. Segundo a maior parte das pessoas que estavam naquela sala, foram membros da associação dos estudantes passada e o presidente atual também foi membro. Ou seja, a equipa toda, estava na turma. E não só. Se analisarmos, por exemplo, o programa que mais foi bem elaborado, o programa que mais foi bem apresentado, que mais foi bem estruturado, foi o meu programa. Porquê? Porque o meu programa tinha objetivos claros, tinha objetivos que iriam, penso eu, transformar a escola naquilo que é...transformar a escola para que a escola evolua. Mas não tiveram...Os membros da ex- associações de estudantes, não estarem lá todos e assim aconteceu...
Financiamento	- Financiamento/Parceria  - Como conseguem financiamento para as atividades	A associação dos estudantes é uma associação independente da escola e para a sobrevivência da associação dos estudantes, os mesmos estudantes são obrigados a pagar uma taxa, uma quota de 300 kwanzas anual.	-Não, nós os alunos é que financiamos a associação dos estudantes, pagamos quota anual, 350.

Caraterização/Papel	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ideias da AE</li> <li>- Assuntos importantes desde a sua criação</li> <li>- Papel da AE na Escola.</li> <li>- Funções que tem desempenhado.</li> <li>- Contributos da AE para o desenvolvimento estudantil e da Escola?</li> </ul>	<p>Resumindo e concluindo, é uma família.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tem. Algo que me marcou e é impossível de esquecer, é que eu era um dos estudantes da escola de <i>Yeto</i> anteriormente, agora <i>Ondju Yeto</i>. Eu estudava no núcleo, chamam de núcleo, nas escolas anexas. E lá eu via que, eu tinha muito tempo em casa, tinha mais tempo em casa do que na escola e via que não era o certo. Então, chegou a época do mandato da associação dos estudantes, antes de votar, fui ter com um dos presidentes da associação e fiz pedido a ele “Eu queria trabalhar contigo. Quero trabalhar. Queria ter mais tempo na escola. Queria ter mais tempo com o pessoal da escola.” Ele disse-me: “Se ganhar, sem problema algum.”. Também era uma forma de ele fazer a sua publicidade.</li> <li>- Defender os direitos e deveres dos alunos, ou dos colegas.</li> </ul>	<p>A associação dos estudantes é um membro diretivo, [sic] o qual contribuiu muito na escola, contribui para...atuam diretamente para poderem resolver os problemas dos alunos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Bem, o que mais me chamou a atenção até aqui, foi a dinâmica com...os membros da associação dos estudantes ajudam a transmitir informação, as informações mais urgentes, as atividades que temos de ter...A associação dos estudantes tem uma forma de chegar à turma de avisar e mobilizar que amanhã teremos uma atividade.</li> <li>- O papel da associação dos estudantes aqui nesta instituição é fundamentalmente, o principal é transmitir informação, ajudar a direção a transmitir informação, por exemplo, das atividades que vai ocorrer. Essa é a principal função. Assim como, também, ajudar alguns casos dos alunos, por exemplo.</li> <li>- Bem, tem desempenhado. Como na vida, ninguém é perfeito. Também tem errado em certos aspetos.</li> <li>- Os contributos que a associação dos estudantes tem nos dado, tem vezes que eles elaboram algumas atividades para que os alunos se tornem ainda mais inteligentes. Por exemplo, tem organizado atividades para ir no governo, tem elaborado a atividade para ir visitar o hospital, atividades...dar donativos, por exemplo...</li> </ul>
Participação	- Realização dos planos de	Para o desenvolvimento estudantil, estar a passo	É a associação dos estudantes, os membros da

<p>Estudantil</p>	<p>atividades da AE.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação na concepção</li>   <li>- Adesão nas atividades programadas pela AE.</li>   <li>- Importância da AE</li>   <li>- Relação entre os estudantes</li> </ul>	<p>das propostas que vêm, extraescolares. O sábado passado, tivemos o princípio, o início dos sábados acadêmicos é promovido pela JMPLA.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O plano de atividades da associação dos estudantes é elaborado pela associação dos estudantes. É realizado por mim, como presidente, e seus membros. Juntos, fizemos o plano de atividades, tal mensal, trimestral ou anual. Fizemos o plano de atividades, depois temos a obrigação de levar ao coordenador das atividades extraescolares da escola, para ver se tem alguma ideia para aumentar no nosso plano de atividades. Caso contrário, assinados o documento e damos entrada na mesa do senhor diretor.</li> <li>- Têm. Têm aderido o máximo.</li> <li>- A associação dos estudantes, tem uma importância enorme para mim. De princípio, é de manter sempre o intercâmbio, com os colegas, o relacionamento professor-aluno. Também afeta relacionamento colega-colega. Isso, par mim, é muito importante.</li> <li>- 60% tem se relacionado bem. Os outros 40%, temos que ir a empurrão.</li> </ul>	<p>associação dos estudantes, juntamente com o professor Alfa.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não, não participamos.</li> <li>- Bem, nem sempre porque desde o mandato do atual presidente, só participou-se ativamente nesta atividade do aniversário da escola porque senão não temos participado ativamente porque as atividades são constante, são constante. Muitas vezes, as pessoas reclamam.</li> <li>- A associação dos estudantes é muito importante porque ela ajuda a dinamizar os membros diretivo de uma instituição e não só. A associação dos estudantes vem ajudar os estudantes a resolver os problemas que têm acontecido com os mesmos, assim como também vem ajudar a traçar as atividades escolares.</li> <li>- A relação entre os estudantes, acredito eu, tem sido boa assim como também tem sido má.</li> </ul>
<p>Relação AE/Órgãos de gestão</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação AE/Órgãos de gestão</li> </ul>	<p>Atualmente, a associação dos estudantes tem um peso muito reduzido nos órgãos da escola porque justificando isso, na qualidade de presidente da associação dos estudantes, também aluno, muitas das vezes temos que nos limitar a levar as questões</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acredito que possuem uma relação eficaz porque o AX1 tem andado a par e passo com o professor Alfa, que é o chefe da área das atividades extraescolares aqui desta instituição...acredito eu.</li> <li>- Acredito que também possuem uma boa relação</li> </ul>

	<p>- Relação AE/professores</p> <p>- Interferência nos plano de atividades</p> <p>- Aprovar das atividades</p>	<p>ao conselho de direção. Muitas das vezes, temos que reduzir a falar com algum professor, mesmo estando errado, porque sabemos que, mais tarde ou depois, o professor possa estar chateado. Pode não dizer, mas vai contar muito, porque pode ter um desempenho muito negativo. Por isso, muitas vezes temos que limitar muita coisa e faz com que tenhamos um peso muito reduzido no conselho da direção.</p> <p>- É caracterizada no bom senso. Os professores são sempre vistos com os colegas e, por acaso, a associação dos estudantes está aí para isso. Se tiver um intercâmbio negativo, nós a vamos intervir logo.</p> <p>- Interferem, interferem. Pedem para voltar, para ver uma outra data, alguns documentos que... até saem, mas pedem para ver se fizéssemos outros, que aqueles não vão ser aceites. Por isso é que muitas das nossas atividades têm que ser levadas lá para serem vistas porque nem todas as atividades, eles vão de acordo.</p> <p>- De princípio, tenho a certeza que sim porque nós estaríamos com os colegas. A sair com os colegas, estaríamos a sair em nome da escola. Se tivermos de sair com eles, temos de levar um documento da direção, dos órgãos. Esses órgãos têm de aceitar, senão não podemos sair.</p> <p>- Não, algumas só. As outras, só têm de ter o conhecimento. Algumas só é que tem de ser aprovadas, outras só que têm de ter o conhecimento.</p>	<p>porque, geralmente, quando os alunos têm tido os problemas, a associação dos estudantes vão ter diretamente com o professor, assim como também, têm tido assim...</p> <p>- Algumas vezes sim, como também algumas vezes não. Por exemplo, há atividades que a associação dos estudantes cria e a direção não aceita. Há atividades que a associação dos estudantes cria e a direção diz que não temos fundos suficientes, por exemplo. Ou então, a direção da escola não aceita por causa dos problemas que podem dali surgir...acredito eu que tenham interferido uma vez ou outra.</p> <p>- Sim, têm de aprovar. Caso não sejam aprovadas, então, não serão cumpridas.</p>
--	--	---	---



## Quadro da entrevista individual ao Aluno AX30

Quadro 35 - entrevista individual ao Aluno AX30

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>A- AX30</b>
Gênese da AE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação</li> <li>- Iniciativa</li> <li>- Ocorrência doprocesso</li> <li>- Adesão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na nossa instituição, não sei o ano em que foi criada aqui na instituição.</li> <li>- A iniciativa foi mesmo de alguns estudantes que tem um dos horizontes [sic] porque, na realidade, temos mesmo muitas situações que costumam acontecer aqui na instituição.</li> <li>- Na realidade, eu digo que esse processo da associação dos estudantes, não havia corrido conforme correu nos anos anteriores.</li> <li>- Sim, os alunos conseguiram aderir em massa</li> </ul>
Estatuto	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estatuto</li> <li>- Elaboração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sim, na realidade, existe. Esse mesmo guia, é passado pela direção...pelo corpo diretivo da instituição. São esses documentos que nos acompanham em todas as nossas atividades que nós realizamos, aqui na instituição.</li> <li>- Esse mesmo guia, somos nós que elaboramos. Mas depois de nós elaborarmos, entregamos no corpo diretivo da instituição e dali ele aprova se convém e, na verdade, para ser implementado.</li> </ul>
Organograma	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Composição</li> <li>- Elaboração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualquer tipo de associação de estudantes, seja nacional ou internacional, eu digo que tem. Mas, infelizmente, aqui na nossa instituição, eu digo que não tem isso. E é complicado.</li> <li>- Nesse contexto, quem elaborou...digo que o colega que está a implementar, que está no cargo de presidente da associação dos estudantes...</li> </ul>
Função	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Órgãos da AE</li> <li>- Identificação dos colegas</li> <li>- Função máxima na AE?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quem desempenha a função na associação dos estudantes, é o próprio reitor como presidente.</li> <li>- Eu digo que claro que sim. Aqui na instituição, o colega recebe as orientações do corpo diretivo da instituição.</li> <li>- Sim. Eu queria dizer que a associação dos estudantes é composta</li> </ul>

		<p>pelo próprio reitor que é o presidente da associação dos estudantes, depois o seu vice, depois o secretário...</p>
Eleições/Candidaturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização</li> <li>- Candidaturas</li> <li>- Convites à candidatura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As eleições na associação dos estudantes são feitas da seguintes forma: numa instituição não se faz só do pé para a mão, [sic] como dizer...alguém que ingressa pela primeira vez numa determinada instituição. Não. Mas aquele que já está lá no caminho de 2 anos, principalmente, que está a frequentar o 2º ano, a 11ª.</li> <li>- Essas eleições são feita da seguinte maneira...em todo, na instituição. A própria instituição dá uma proposta...Queremos realizar, para que haja alguns estudantes que se candidatam para a presidência da associação dos estudantes.</li> <li>- São professores. Porque, na verdade, é para auxiliar os seus trabalhos. Então, são esses aí que passam as informações. Depois, os alunos, eles dão as suas propostas.</li> <li>-Essas análises, são as pessoas escolhidas...para acompanhar o processo dos que se candidataram, dos candidatos. Mesmo o escolhido para a própria direção da escola.</li> <li>- Sim, na realidade, eu já me candidatei.</li> <li>- O mandato da associação dos estudantes, tem a duração de 2 anos.</li> <li>- Quem convoca as eleições, eu digo que... São professores. Sim. Exatamente.</li> <li>- Sim, tem havido rotatividade</li> <li>- Em 1º lugar, esses próprios critérios em a ver com a própria confiança, com os próprios estudantes. Em 1º lugar, com os próprios professores, em 2º lugar, e também com o corpo diretivo daquela instituição.</li> <li>- Quem as dirige...Dependentemente de quem as dirige, mas não é um estudante que pode dirigir essas eleições. O professor Alfa e o seu colega, também.</li> <li>- Ele saiu por intermédio da própria instituição ver que ele não está a</li> </ul>

		conseguir bem.
Novas Eleições	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência do último presidente da Associação.</li> <li>- Novas eleições no meado do mandato.</li> <li>- Expectativas para o novo mandato.</li> <li>- Quando termina</li> </ul>	<p>- Isso é um pouco complicado. Não culminar o próprio mandato...Existe o presidente, existe o vice presidente. Quando, suponhamos, há uma falha no presidente...a própria liderança está mal, tem o seu próprio vice-presidente, estando no fim do a no, no fim do mandato, para o vice- presidente deveria trabalhar no sentido de depois de culminar.</p> <p>- Do meu ponto de vista, parece que viram mesmo de todo o corpo diretivo já não estão a trabalhar conforme. Houve uma desconfiança entre eles, principalmente desconfiança dos recursos monetários. Desconfiança na parte da liderança. Porque, na verdade, o AX55, eu digo que não foi um indivíduo tão autoritário, nem foi permissivo. Foi democrático.</p> <p>-Vamos fazer o balanço. Ele culminou com a metade, o colega, do ex-presidente. Mas eu digo que nós demos a razão porque já estava no fim. Já estávamos no mês de setembro...culmina...mas ainda não vejo nada o que se trabalhou.</p>
Justiça/ Transparência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Justiça</li> <li>-Transparência</li> </ul>	<p>As eleições, na realidade, costumam ser justas e transparentes. As eleições anteriores. Mas já essas eleições do ano 2017, não foram transparentes e nem foram justas porque, na verdade houve uma desorganização do próprio corpo diretivo da instituição e também um curto tempo para os próprios candidatos tentar [sic] e falta para mostrarem as suas propostas as delegados. Porque mesmo assim, os candidatos não passaram por turma porque são os delegados que na realidade vão votar.</p>
Financiamento	<p>Financiamento/Parceria</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Como conseguem financiamento para as atividades</li> </ul>	<p>O financiamento da angariação de fundos da associação dos estudantes, é financiado pelos próprias [sic] competências do próprio corpo diretivo da associação dos estudantes e, principalmente, pelas competências do próprio líder. Não recebe nenhuma participação nem nenhum financiamento nem da instituição, nem às vezes de algumas ações ou então partido. Não recebe nenhum financiamento,</p>

		dependendo do próprio reitor.
Caraterização/Papel	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ideias da AE</li> <li>- Assuntos importantes desde a sua criação.</li> <li>- Papel da AE na Escola.</li> <li>- Funções que tem desempenhado</li> <li>- Contributos da AE para o desenvolvimento estudantil e da Escola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- E acho que a associação dos estudantes, apesar do nome que existe, associação dos estudantes, mas não está a cumprir com os seus deveres de associação dos estudantes. Esse é só o nome porque, na, verdade, a associação dos estudantes, aqui na instituição, não existe.</li> <li>-Eu digo que o atual. Vai-me desculpar, eu não estou contra. Mas realidade, se deixa ser dita, eu diga que nada, nada. Nada mesmo que me marcou, nada, nada!</li> <li>- O verdadeiro papel da associação dos estudantes é de velar pelas necessidades, que são as dificuldades, os problemas e preocupações dos próprios estudantes.</li> <li>- Eu digo que a associação dos estudantes não desempenha as suas funções.</li> </ul>
Participação Estudantil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização dos planos de atividades da AE.</li> <li>- Participação na conceção</li> <li>- Aderência nas atividades programadas pela AE.</li> <li>- Importância da AE</li> <li>- Relação entre os estudantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sim, o plano da associação dos estudantes, é feito pelo próprio corpo diretivo da associação dos estudantes com a participação da direção da escola</li> <li>- Não, eu digo que aqui não costumo participar. Os estudantes não costumam contribuir.</li> <li>- Os estudantes...se há um fracasso na associação dos estudantes, não costuma haver uma boa colaboração.</li> <li>- Param mim, a associação dos estudantes tem como importância de melhorar as condições dos próprios estudantes, as condições dos professores, as condições dos próprios coordenadores e uma ajuda mútua do próprio reitor e da própria instituição. E não só, também dos encarregados de educação.</li> </ul>
Relação AE/Órgãos de gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação AE/Órgãos de gestão</li> <li>- Relação AE/professores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como vejo, a relação entre nós e a associação dos estudantes, não está muito envolvido com o corpo diretivo da associação dos estudantes...Apesar de associação em nome, não está a cumprir...</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interferência nos planos de atividades</li> <li>- Aprovar das atividades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nesse contexto, o órgão da associação dos estudantes e a direção da escola, deve haver uma grande coesão, uma grande amizade. Deveria haver mais diálogo. Apesar da instituição traçar as suas diretrizes, as normas, o regulamento, mas com base da participação máxima do corpo diretivo da associação dos estudantes.</li> <li>- A relação...por mim.. Atualmente, não costuma, a relação estar boa. O que é que acontece? Às vezes, o professor está a lecionar...às vezes as interrupções da associação dos estudantes...fica mal.</li> <li>- Agora, do que eu vejo...do que vejo do meu ponto de vista...está a contribuir de uma forma um tanto empírica para impor aquilo que, a própria direção da instituição, na verdade meteu, se meteu...mas não deveria ser assim...Eles deveriam procurar e chegar numa conclusão.</li> <li>- Do meu ponto de vista, é um direito e também um dever eles aprovarem as ideias propostas.</li> </ul>
--	--	--

## **Apêndice 9**

### **Observação**

Quadro 36- Observação constatada

<b>Dia</b>	<b>Descrição da Observação</b>
<b>12.03.2015</b>	Constatamos que houve uma visita dos alunos ao Mbembwa. Foi uma atividade programada pela Associação de estudantes [AE] e encabeçada pelo professor “Alfa”- “conselheiro” da AE e coordenador das atividades extraescolares. Foi passada a notícia por intermédio dos membros dirigentes da AE de sala em sala e pelo professor “Alfa” “conselheiro” coordenador das atividades extraescolares, junto as paradas no pátio da escola. Fez-se uma contribuição para o pagamento do transporte e consequentemente seguiu-se para o local, onde não pudemos acompanhar.
<b>15.03.2016</b>	Neste dia fez-se a recolha de donativos para acudir os sinistrados das cheias em Caconda. Foi uma atividade programada pela Associação de Estudantes, junto ao coordenador das atividades extraescolares com o acompanhamento dos órgãos de gestão da escola [Diretor e Subdiretores]. Os membros da AE passavam de sala em sala a comunicar a necessidade de ajudar os sinistrados que muito necessitavam. O comunicado era reforçado pelo professor coordenador das atividades extraescolares no pátio e algumas vezes pelo diretor.
<b>10.09.2016</b>	Neste dia houve, visita dos alunos ao Ondjila. As atividades não diferem da visita anterior ao Mbembwa apesar de ficarem mais dias nesta por ser mais distante do que a atividade anterior, mas os procedimentos foram os mesmos. Foi uma Atividade programada pela associação de estudantes com a participação do professor “Alfa”- “conselheiro” embora este não tenha se deslocado até ao local da atividade. Verifica-se bastante esta mistura por haver poucos documentos escritos na AE, o que impossibilita em muitos casos perceber de quem pertence a atividade.
<b>18.03.2016</b>	Neste dia fez-se a recolha de donativos para acudir as crianças internadas no hospital geral local. A Atividade foi programada pela associação de estudantes com a participação do professor “Alfa”- “conselheiro” e coordenador das atividades extraescolares. Fez-se a recolha de donativos por intermédio de avisos prévios aos alunos pelos membros diretivos da AE e posteriormente fez-se chegar, com a participação do professor “Alfa”.
<b>08.12.2017</b>	Neste dia fez-se o encerramento do ano letivo 2017. Foi uma atividade programada pela associação de estudantes com a participação do professor “Alfa” “conselheiro”.e coordenador das atividades extraescolares. Todos passavam de sala em sala comunicando. Organizaram o evento, houve entrega de certificados aos finalistas e posteriormente a festa.
<b>19.04.2017</b>	Neste dia houve a eleição para a presidência da Associação de Estudantes [AE] no meado do mandato de 2017. Atividade

	foi encabeçada por três professores, dentre eles o professor “Alfa”- “conselheiro”- coordenador das atividades extraescolares. Participaram 4 candidatos, cada um com sua proposta de trabalho e apenas votaram os delegados e subdelegados. Foi feita a porta fechada sem a participação de outros alunos. Os votos foram conferidos na presença dos participantes em que saiu vencedor um dos candidatos que hoje é presidente da Associação. O presidente cessante não se fez presente, razão pela qual não se cumpriu toda programação prevista.
<b>10.08.2017</b>	Neste dia deu-se a preparação para as festividades do dia do Fundador da Escola Atividade encabeçada pelos órgãos de gestão da escola com a participação da associação de estudantes [AE]. É, uma atividade feita em todos os anos no dia 17 de Setembro dia do fundador da escola. Esta atividade envolve professores e alunos e os membros da Associação têm dedicado bastante esforço para a sua realização.
<b>12.09.2018</b>	Neste dia deu-se a preparação para o encerramento do ano letivo 2018. Foi uma atividade programada pela Associação de Estudantes [AE] junto ao coordenador das atividades extraescolares professor “Alfa” “conselheiro”. Como sempre, os avisos são passados de sala em sala aos alunos de como será realizado o evento. Fez-se a entrega de certificados pelos membros da Direção da escola [Diretores e subdiretores] e os professores.
<b>14.08.2016</b>	Neste dia foi fornecido o plano de atividades da AE pelo coordenador das atividades extraescolares. Contatamos que também foi elaborado por ele. A AE possui um gabinete, mas muitos dos seus documentos estão em posse do professor “Alfa” Coordenador das atividades extraescolares. Durante a nossa pesquisa deparamo-nos com esta situação quando solicitamos o plano de atividades da AE que se encontrava em posse do professor.
<b>20.04.2017</b>	Neste dia constatamos que o espaço de funcionamento da AE É bastante limitado por ser pequeno demais, sem identificação e com poucos instrumentos de trabalho.
<b>15. 03. 2019</b>	Neste dia verificamos a visita da Senhora Ministra da Educação à Escola <i>Ondjuo Yeto</i> . Foi uma atividade programada pelos órgãos de gestão da escola com a participação massiva da AE.
<b>07.03.2019</b>	Neste dia fez-se a preparação para o batismo dos caloiros. Constatou-se que esta atividade deixa de ser exclusiva da associação de estudantes como foi desde sempre e passa a ser da responsabilidade da escola, razão pela qual o diretor nomeou os professores integrantes na comissão da atividade para o batismo.



<b>05.04.2019</b>	Neste dia presenciamos o batismo dos caloiros. Foi uma atividade coordenada pela associação de estudantes com a participação dos órgãos de gestão da escola, junto à presença dos professores e convidados associativos de outras escolas. Foi presidida por dois membros da Associação e posteriormente houve a intervenção do Diretor e subdiretor pedagógico respectivamente. Teve início as 9 horas e terminou formalmente 13 horas.

## **Apêndice 10**

### **Conversas Informais**

Quadro 37- Conversas informais

<b>Dia</b>	<b>Ator Organizacional</b>	<b>Assunto</b>
<b>15.04.2017</b>	Professor Alfa	<p>Neste dia deu –se a conversa com o professor Alfa, coordenador das atividades extra- escolares da instituição e supervisor da AE. O professor afirma que a AE da Escola <i>Ondjuo Yeto</i>, antes designada de <i>Yeto</i> surge no dia 17 de setembro de 2010 com um grupo de alunos encabeçado por Vectiyele [presidente], Yiyolo [vice- presidente] e Tuamana [secretária]. As razões do seu surgimento basearam-se no seguinte:</p> <p>- “Os estudantes encontravam dificuldades em reunir com a Direção da Escola para expor suas preocupações e implementar suas atividades. Foi neste âmbito que surge a AE com estes estudantes que já estavam em fase terminal, que somente deixaram a associação constituída”.</p> <p>Quanto ao funcionamento da AE, dizia o professor, “tenho a dizer que a Direção da Escola indicou um supervisor que supervisiona todas as atividades da AE; esta nomeação foi feita em Conselho de Direção.” As razões as quais a direção propõe o acompanhamento por parte do professor, afirma o professor Alfa “é pelo facto de eu ser o coordenador das atividades extra- escolares que em 80% trabalho com os estudantes e porque também sou o presidente da mesa de assembleia da AE que convoco as eleições para a renovação de mandatos”. O professor vai mais além ao afirmar que “tenho jogado sim uma influência na tomada de decisões na AE porque há atividades programadas que devem passar por mim e também junto ao consultor da AE professor Ómega” também alega que “algumas atividades da AE não são realizadas se eu verificar algumas irregularidades. Eu sou o porta-voz da escola, que por intermédio de mim a escola toma conhecimento das atividades da AE.”</p>
<b>11.08. 2016</b>	Estudante Caila	<p>Neste dia, realizou-se a conversa com o Estudante Caila, onde diante do funcionamento da AE, o estudante mostrava-se alegre por um lado e por outro triste , afirmando que “em certos casos os membros da AE têm desempenhado o seu papel, ajudando os alunos com dificuldades de reclamar os seus direitos diante dos professores e dos órgãos de gestão da escola, e por outro lado, triste por muitas vezes não haver transparência no que diz respeito as cobranças de valores monetários efetuadas.</p>

<b>14. 05.2017</b>	Vice- presidente da AE AX2	<p>Segundo o Vice- presidente da AE AX2 “a atual associação é composta por 20 elementos na qual os 7 como órgãos de Direção da AE no caso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O presidente: AX1, o Vice-presidente AX2,a Secretária: AX3, o tesoureiro AX4. o coordenador das atividades extra- escolares é, o AX5, o coordenador da comunicação e marketing é o AX6, o coordenador do protocolo:AX7, coadjuvado por dois elementos, o coordenador de cursosAX8, o coordenador da área académica, coadjuvado pelo seu vice.</li> </ul> <p>Em sua explanação, também afirmou que: “ao longo do nosso trabalho nos deparamos com várias dificuldades como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A falta de apoio por parte da escola [apoio moral, monetário para suprir algumas necessidades no que tange a organização de algumas atividades].</li> <li>- Dificuldades de passar uma determinada informação nas turmas por parte dos professores.”</li> </ul> <p>Ainda no que tange a relação com os órgãos da Escola afirmou, “tem havido alguns choques com alguns coordenadores, mas de resto a relação é de harmonia”.</p>
<b>16. 03. 2017</b>	Mongulo	<p>Mongulo coordenador da área académica na AE afirmou que “em todo panorama eu participo nas reuniões e temos traçado as atividades, mas no dia da execução não tenho estado presente por ser do sétimo dia e normalmente as atividades serem realizadas aos sábados”.</p> <p>No que tange a livre participação dos alunos, “tenho a dizer que são livres em suas planificações, embora algumas atividades passam e outras não”. Do ponto de vista das reuniões, “realço que temos tido dois tipos de reuniões, a restrita que é designada reunião dos 7 em que há mais liberdade de expressão. A outra é mais abrangente que é com os professores [Alfa e Ómega] onde levam as conclusões para darem o veredito final”.</p> <p>O estudante foi mais além afirmando que “a reação na reprovação das atividades não é bem vinda, mas são aceites pelos membros.” No que tange ao apoio moral “temos recebido por parte dos professores, mas quanto ao apoio financeiro, trabalha-se com a cota da AE, quando se precisa algum valor, solicita-se a coordenação administrativa, isto é o subdiretor administrativo da escola, isto assim acontece devido a má gestão por parte da AE.”</p> <p>Normalmente as atividades propostas pela direção da escola, são aceites por nós para enriquecer os relatórios, mas tenho a dizer que existem mais atividades propostas pelos membros em coordenação com os membros das atividades extraescolares”.</p>

<b>15. 05.2018</b>	Estudante Rei	Para o, estudante, diante da questão satisfação em pertencer à AE não foi a mais adequada, como ele próprio afirma: “se não fosse por obrigação a participação nas suas atividades, nunca participaria” .Assim concebe, porque a atual direção da AE não superou as suas expectativas e mais, não participou na eleição dos mesmos, alegando que só a representação dos delegados e subdelegados não mostrou transparência no processo.
<b>26.03.2019</b>	Presidente da AE, AX1	<p>Já, o estudante-presidente da AE, AX1 mostra-se constrangido diante das situações que tem vivenciado na AE como afirma a seguir:</p> <p>“Por defender os meus colegas junto a algumas irregularidades com alguns professores, fui prejudicado, até ao ponto de reprovar”. Também “não me querem dar tudo, mas também não me recebem tudo”. Por outro lado, “O Estatuto elaborado deu-se entrada no gabinete do Diretor para possíveis correções e só agora nos é devolvido. E ainda está sob correção. Neste caso passou pelo Diretor, subdiretor, coordenadores de cursos e posteriormente passará pelas mãos de um jurista para depois ser reconhecido”. Ainda “sinto-me injustiçado por tomar conta da informação de dois alunos suspensos nas aulas por alegada indisciplina e a Direção da Escola não me deu a conhecer como presidente da AE e apenas encontro nas vitrinas tudo feito e só mais tarde me deram a documentação para me informar. Isso dá-me a entender que a minha missão é só receber documentos e concordar”. Quanto ao batismo dos caloiros “agora passa a ser atividade da escola. O Diretor criou uma comissão onde eu apareço como convidado” Pois “paramos as nossas atividades como associação, já a dois meses que não fazemos absolutamente nada porque nos sentimos ultrapassados e vedados em muitas situações. A maior parte das nossas atividades são vedadas e isto já nos está a desmoralizar. Estamos sem vontade de fazer nada e até mesmo”</p>